

An aerial photograph of a town, likely Barcelos, showing a dense cluster of buildings with red-tiled roofs. A river flows through the town, and there are green spaces and fields visible. The image is used as a background for the book cover.

# Território e Desenvolvimento

POPULAÇÕES NO CONCELHO DE BARCELOS  
(1960-2011)

António Cardoso

**lúmus**



## **TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO**

Populações no concelho de Barcelos

(1960-2011)



# Território e Desenvolvimento

POPULAÇÕES NO CONCELHO DE BARCELOS  
(1960-2011)

**António Cardoso**

**UMUS**



Universidade do Minho  
Centro de Investigação em Ciências Sociais



# Índice

<i>Agradecimentos</i>	11
<b>Siglas</b>	13
INTRODUÇÃO, ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	17
Introdução: o problema e a hipótese de trabalho	19
<b>CAPÍTULO I</b>	29
<b>Desenvolvimento: perspectivas teóricas</b>	29
1. Desenvolvimento: conceito e principais visões	30
1.1. As teorias (neo)liberais do crescimento e da modernização	31
1.2. Do keynesianismo à escola neoinstitucional	33
1.3. As teorias (neo)marxistas da dependência e do centro-periferia	37
1.4. O modelo territorialista local	41
1.5. Balanço crítico: entre o modelo centro-periferia e o modelo agro-ecológico	45
<b>CAPÍTULO II</b>	51
<b>Espaço, sociedade e desenvolvimento rural</b>	51
2.1. O espaço e o rural-urbano	51
2.2. Campesinato e sistemas agrários: evolução, dilemas e perspectivas	55
Ad (i) a abordagem sistémica	56
Ad (ii) o modelo decisório	57
Ad (iii) a abordagem estrutural-histórica	57
Ad (iv) a racionalidade camponesa, 'descamponização' e exclusão social	58
2.3. Da tradicional comunidade rural à 'sociedade rural' de hoje	61
2.4. Ambiente e desenvolvimento sustentável em áreas rurais: os impactos do turismo	67
2.5. Associação, Estado e mercado: pobreza e políticas sociais	74

<b>CAPÍTULO III</b>	79
<b>Estratégia e processo de investigação: métodos, técnicas e hipótese de trabalho</b>	79
3.1. Epistemologia, métodos e técnicas de trabalho	79
3.2. A estratégia e o processo de investigação	89
BARCELOS: DEMOGRAFIA, SOCIEDADE DESIGUAL E ACÇÃO POLÍTICA	97
<b>CAPÍTULO IV</b>	99
<b>Barcelos no contexto regional e distrital: assimetrias, dependências e condições de vida</b>	99
4.1. Dinâmica demográfica: o Norte, o distrito de Braga e o município de Barcelos	99
4.2. Economia em crescimento mas dependente: um modelo esgotado	109
4.3. Barcelos: um território de disparidades	114
4.3.1. Emprego e desemprego	114
4.3.2. Infra-estruturas e equipamentos, segurança social e habitação	118
4.3.3. Cultura e educação	124
<b>CAPÍTULO V</b>	133
<b>Barcelos: o poder municipal entre o Estado Central e as freguesias (1969-2004)</b>	133
5.1. O poder municipal: do 'Estado Novo' ao 25 de Abril	133
5.2. Trinta anos de poder local: do 25 de Abril de 1974 a 2004	141
5.2.1. Prioridade às infra-estruturas básicas	142
5.2.2. Dos equipamentos socioculturais aos desportivos: apoios diferenciados	152
5.2.3. Questões ambientais: uma preocupação tardia mas necessária	156
5.3. A luta pelo poder: as Juntas perante a Câmara Municipal e o governo central	160
INSTITUIÇÕES: CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA, DIGANÓSTICOS SOCIAIS E MEDIAÇÕES POLÍTICAS	167
<b>CAPÍTULO VI</b>	169
<b>Caracterização sociodemográfica das entidades inquiridas</b>	169
6.1. As entidades inquiridas: caracterização sociodemográfica	171
6.1.1 Entidades: natureza jurídica, infra-estruturas e equipamentos	172
6.2. A vida nas instituições e sua composição sociodemográfica	183



<b>CAPÍTULO VII</b>	199
<b>Diagnóstico das instituições e associações: necessidades e problemas</b>	199
7.1. Necessidades e sua hierarquização: percepções e representações	199
7.2. Problemas e sua gravidade: percepções e representações	211
7.3. Colectividades e desenvolvimento local: actividades (valências)	218
7.4. Globalização, identidade local e representações sociais	229
<b>CAPÍTULO VIII</b>	235
<b>Juntas, colectividades e Câmara Municipal: poderes, conflitos e mediações</b>	235
8.1. Entre a gestão corrente, a mediação clientelar e o desempenho responsável	236
8.2. Entre a dependência e a dissidência crítica	245
8.3. Controlo hierárquico e débil participação das populações	251
8.3.1. Um instrumento de controlo e/ou usurpação: os centros paroquiais	251
8.4. Formas associativas interfreguesias: contra-pólo do clientelismo?	257
ESTUDO DE CASO: DURRÃES, UMA ALDEIA DE BARCELOS	265
<b>CAPÍTULO IX</b>	267
<b>Durrães: população, história e economia (1960-2002)</b>	267
9.1. Situação geográfica e infra-estruturas	267
9.2. Breve resenha histórica e demográfica	272
9.3. Estrutura económica e população: actividades e rendimentos (1960-2002)	274
9.3.1. Da policultura tradicional à pluriactividade	275
9.3.2. Diferenciação social e diversificação ocupacional: o “antes” e o “agora”	279
9.3.3. Perfis escolares: entre o analfabetismo e uma baixa escolaridade	285
<b>CAPÍTULO X</b>	289
<b>As migrações</b>	289
10.1. A saída: como, quando e quem emigra	289
10.2. Emigração predominantemente masculina e o papel da mulher	294
10.3. Trabalhar e viver no estrangeiro: uma passagem lenta	297
10.4. O regresso: reprodução e mobilidade	301

<b>CAPÍTULO XI</b>	307
<b>Terra, casamento e herança</b>	307
11.1. A terra: um forte valor económico e afectivo mas em quebra	307
11.2. Casar, herdar e poupar	310
11.3. Casas e vivendas: (re)construção e recuperação	316
11.4. Velhos e novos modos de vida e padrões de consumo	320
<b>CAPÍTULO XII</b>	331
<b>Poderes, valores, identidades e representações</b>	331
12.1. Entre o patrocínio e a cidadania política	331
12.2. Padrões culturais e práticas religiosas: devoção e 'lazer'	337
12.3. Identidades socio-profissionais: realidades e representações	342
12.4. Durrães: potencialidades e obstáculos	346
<b>CAPÍTULO XIII</b>	355
<b>Conclusões</b>	355
Bibliografia	367
Periódicos consultados	384
Anexos	385

## Agradecimentos

Este livro é o resultado de um estudo que implicou vários investimentos a nível pessoal e contributos vários que, não sendo possível assinalá-los a todos, devo, no entanto, neste momento gratificante, destacar alguns deles. Em primeiro lugar, estou extremamente grato à Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia e do Ensino Superior que, mediante a atribuição de uma bolsa de doutoramento, me possibilitou o tempo necessário para seguir a parte curricular na Universidade Complutense de Madrid, seguida de dois grandes períodos de trabalho de campo: um na aldeia de Durrães (Barcelos) e um outro a nível municipal, no concelho de Barcelos, onde apliquei dois tipos de inquérito por questionário, realizei várias entrevistas e recolhi diversa documentação.

Estou igualmente reconhecido ao Instituto Politécnico de Viana do Castelo e aos seus responsáveis que me prestaram o apoio institucional, estando igualmente grato a alguns responsáveis e colegas da Escola Superior Agrária pelo seu apoio e amizade.

No âmbito da orientação e preparação de tese, não posso deixar de mencionar, em primeiro lugar, o meu orientador, o Professor Tomás Villasante que, com o seu amplo e profundo saber e a sua enorme experiência de terreno como cientista e cidadão implicado nas causas sociais, foi para mim uma fonte de alimento para esta caminhada de aprendizagem. Neste mesmo registo, quero também realçar a preciosa orientação e apoio do meu co-orientador, o Professor Artur Cristóvão, para além das pertinentes sugestões e correcções dos textos que lhe fui enviando. Estou, também, grato pelas críticas e pertinentes sugestões que recebi do Professor Fernando Bessa.

Ao longo de todo este tempo, pude beneficiar da colaboração de muitas entidades, associações e pessoas que não me será possível enumerá-las a todas nesta nota prévia. No entanto, permitam-me destacar algumas delas: a Câmara Municipal de Barcelos na pessoa do seu ex-presidente, Dr. Fernando Reis, que me permitiu aceder aos arquivos e a vária outra documentação; e ao Dr. Vitor Pinho que me informou sobre a existência dos vários tipos de associações e entidades no concelho. Uma palavra de agradecimento também à actual equipa da Câmara, em especial ao Senhor Vice-presidente,

Dr. Domingos Pereira, e à Senhora Vereadora da Cultura, Elisa Braga, pelo acolhimento da ideia de aquisição de exemplares do livro, a fim de o fazer chegar às freguesias e outras entidades e associações participantes neste estudo. Não poderia deixar de referir uma palavra de agradecimento a alguns funcionários e técnicos da Câmara Municipal, aos membros das Juntas de freguesia e aos líderes de organizações inquiridos e entrevistados, para além do pároco e famílias da freguesia de Durrães que me dispensaram algum do seu tempo e me acolheram no geral de uma forma carinhosa e colaborante. Um obrigado também à Alcía Tenze, Elizabeth Challinor e Ângela Barroqueiro na correcção e revisão do texto.

Aos meus amigos e familiares, que me sustentaram e me apoiaram com incentivos e uma palavra amiga de alento, sobretudo nos momentos de maiores dificuldades também causadas por processos de ruptura de ordem afectiva que obviamente me afectaram em determinada fase do trabalho.

À minha irmã Gracinda que me apoiou nesta tarefa e me incentivou sempre com aquela força anímica que a caracteriza. Devo uma palavra muito especial de reconhecimento fraterno ao meu irmão e amigo Carlos que a partir da partilha do seu saber e indefectível apoio inclusive financeiro, quando, esgotado o tempo de bolsa, me foi reduzido o tempo de serviço de Setembro de 2006 a Setembro de 2007.

Por fim, aos meus filhos Pedro e Karina, o meu reconhecimento pela compreensão de quando não lhes pude dar mais tempo e mais apoio para fazer frente às suas próprias dificuldades, seja nos estudos, seja na procura de saídas profissionais num tempo de insegurança e precariedade laboral para os jovens.

## Siglas

ACIB	Associação Comercial e Industrial de Barcelos
ACMB	Actas da Câmara Municipal de Barcelos
AE	Anuário Estatístico
A.F. Braga	Associação de Futebol de Braga
ANAFRE	Associação Nacional de Freguesias
APAC	Associação dos Pais e Amigos das Crianças
APACI	Associação de Pais e Amigos de Crianças Inadaptados
ARS	Administração Regional de Saúde
ATL	Actividades de Tempos Livres
BM	Banco Mundial
BP	Barcelos Popular (jornal semanário regional)
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
CDS	Centro Democrático e Social
CDU	Coligação Democrática Unida
CEE	Comunidade Económica Europeia
CGTP	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CIOFS	Conselho Internacional da Ordem Franciscana Seglar
CITE	Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego
CMB	Câmara Municipal de Barcelos
CNA	Confederação Nacional de Agricultura
CP	Caminhos-de-Ferro Portugueses
CPADA	Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente
DAFO	Debilidades (fraquezas no presente), Ameaças de Risco (no futuro), Fortalezas (factores de sucesso no presente) e Oportunidades (potencialidades futuras) (cf. Zafra 2001: 171-190)
DEA	Diploma de Estudios Avanzados (em castelhano)
DREN	Direcção Regional de Educação do Norte
EB1	Escola Básica de 1.º Ciclo
ECLA	Economic Commission of Latin America
EDP	Energias de Portugal
EUA	Estados Unidos da América
Ex-URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEF	Fundo de Equilíbrio Financeiro
FENADEGAS	Federação Nacional de Adegas Cooperativas de Portugal
FEOGA	Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FEPCES	Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços

FMI	Fundo Monetário Internacional
FRBFM	Federação Regional de Bandas Filarmónicas do Minho
FSE	Fundo Social Europeu
GAN	Grupo de Alto Nível, (sobre Turismo e Emprego), Comissão Europeia
GASIN	Empresa de Produção e Comercialização de Gases Medicinais (Oxigenoterapia)
GEN	Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva (GEN)
GEPE	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
GNR	Guarda Nacional Republicana
IAP	Investigação – Acção Participativa
IC1	Itinerário Complementar (rodoviário) n.º 1
IDES	Índice de Desenvolvimento Económico e Social
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IDRH	Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, MADRP
IEP	Instituto de Estradas de Portugal
IIAB	Inquérito a Instituições e Associações de Barcelos
IIES	Instituto de Informática e Estatística de Solidariedade
INATEL	Instituto Nacional de Aproveitamento dos Tempos Livres
INDESP	Instituto do Desporto
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPCA	Instituto Politécnico do Cávado e Ave
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
JAC	Juventude da Acção Católica
JAE	Junta Autónoma das Estradas
JB	Jornal de Barcelos
JN	Jornal de Notícias
JSD	Juventude Social Democrata
LEADER	Ligação Entre Acções de Desenvolvimento da Economia Rural
MCOTA	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
ME	Ministério da Educação
MFA	Movimento das Forças Armadas
MIJARC	Movimento Internacional da Juventude Rural Cristã
NUTS	Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins estatísticos
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organizações Não-governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Política Agrícola Comum
PCP	Partido Comunista Português
PDM	Plano Director Municipal
PER	Programa Especial de Realojamento
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central

PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado (polícia política portuguesa entre 1945 e 1969 <sup>(1)</sup> )
PJ	Presidente de Junta
PPD/PSD	Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata
POCAL	Plano Oficial de Contas da Administração Local
PP	Partido Popular
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
RA	Recenseamento Agrícola
REAPN	Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal
RECRIA	Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Alugados
REFER	Rede Ferroviária Nacional
REHABITA	Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
REN	Reserva Ecológica Nacional
RMG	Rendimento Mínimo Garantido
RSI	Rendimento Social de Inserção
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SNL	Sector Não-lucrativo
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SOGRAPE	Sociedade de Produção e Comércio de Vinhos
TER	Turismo em Espaço Rural
TUREL	Turismo Religioso
UCM	Universidade Complutense de Madrid
UE	União Europeia
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAB	Valor Acrescentado Bruto

<sup>1</sup> A Direção-Geral de Segurança (DGS) vem substituir até 1974 a antiga PIDE.





Introdução,  
enquadramento teórico  
e metodológico



Nesta primeira parte do trabalho, tal como será apresentado, depois de delinear o problema e a hipótese de trabalho geral e outras específicas, enunciam-se de modo sintético os vários capítulos do livro. Seguidamente apresentam-se e discutem-se no capítulo I as várias perspectivas teóricas sem deixar de assumir a preferência pelo modelo de centro-periferia complementado com uma perspectiva territorialista local articulada com um enfoque agro-ecológico. No capítulo II articulam-se os conceitos de espaço, sociedade e desenvolvimento rural, a relação entre espaço e o rural-urbano, a evolução e a tipologia dos sistemas agrários, designadamente a transição da comunidade tradicional para a sociedade incluindo a ‘sociedade rural’ de hoje. Destaca-se igualmente a relação entre o ambiente e o desenvolvimento em áreas rurais, assim como a relação entre associação, mercado e Estado perante problemas de pobreza e de exclusão social. Por fim, dá-se conta da estratégia investigativa, sua fundamentação epistemológica e a justificação dos diversos métodos e técnicas de trabalho.

### **Introdução: o problema e a hipótese de trabalho**

Apesar de alguns autores terem proclamado a morte da sociedade rural, o certo é que, ainda que com características bem diferentes da velha sociedade agrária, os espaços rurais continuam a ser palco dos mais variados contextos e protagonistas, desde instituições internacionais e governos, passando por grupos e associações locais, técnicos, investigadores, e até mesmo das próprias populações locais.

Na actual era da globalização, colocar a questão do desenvolvimento local, quer seja no contexto urbano quer seja no contexto rural, poderia hoje parecer desadequado ou lírico. No entanto, esta questão vista desde uma óptica, já não tanto retrospectiva, mas em termos actuais e prospectivos, convida-nos a reflectir sobre as teorias sustentadas e vinculadas na área das ciências sociais, nomeadamente a economia, a antropologia e, sobretudo, a sociologia.

As ideias do desenvolvimento rural, e já não tanto, nem sobretudo, no sector agrícola mas mais no turismo rural e noutras actividades afins, têm contribuído para uma mudança social e económica nesses mesmos espaços, de tal forma que em torno dessas actividades se gerou certa dinâmica de desenvolvimento e transformação económica e social. Com certeza que os impactos são positivos ou negativos de acordo com os actores presentes, e sobretudo tendo em conta as diversas perspectivas teóricas, se bem que desta nova realidade ninguém se pode abstrair. Perante este novo cenário e as interrogações que o mesmo implica, podemos-nos questionar por que é que os problemas do desenvolvimento rural relacionados com outros, como sejam os do ambiente, inquietam os cidadãos como sendo uma questão vital nas sociedades contemporâneas. Mais ainda, como é que este problema socialmente sentido, também se converteu numa questão sociológica. Esta questão induz necessariamente a que, uma vez postas e contrastadas de modo sintético as principais perspectivas sobre desenvolvimento, centremos a atenção na relação que há entre alguns aspectos do desenvolvimento rural, englobando neste não só a componente agro-pecuária, mas também outras actividades não agrícolas que, a partir dos anos oitenta e sobretudo noventa, começam a ser uma realidade levada a cabo por um cada vez maior número de indivíduos e famílias residentes no meio rural.

Antes de centrar a atenção e colocar o problema em função do estudo de caso, é pertinente ter em conta, ainda que de modo breve, a evolução da economia e da sociedade portuguesa a nível nacional e regional. Se bem que em Portugal a economia de mercado, pelo menos a longo prazo, tem penetrado na economia camponesa e artesanal, também tem sido realçada por certos autores (Pinto 1985, Almeida 1986, Silva 1987, 1989) a capacidade, por parte dos grupos domésticos, de levar a cabo estratégias e inclusive oferecer alternativas para impedir ou, pelo menos, atenuar os efeitos negativos da interferência de forças ou entidades exteriores à comunidade. Este enfoque resulta tanto mais importante quanto hoje em dia se coloca pertinentemente a questão de saber até que ponto o contexto da actual globalização, nas suas várias vertentes (económica, social, política, cultural, comunicacional), permite ou não o desenvolvimento das comunidades no contexto local, particularmente rural.

Ainda que os estudos a nível macroeconómico e macro-sociológico se tenham tornado indispensáveis, hoje em dia é cada vez mais relevante o enfoque micro-sociológico (Almeida 1986, Portela 1988, Ophem 1988, Cabral 1989, Silva 1998, Wall 1998, Sobral 1999), assumindo como nuclear na investigação a análise do agregado doméstico e, por extensão, as potencialidades e obstáculos do desenvolvimento rural, principalmente a nível local.

O contexto rural, principalmente, o local está, por um lado, condicionado e constringido por determinados factores de carácter estrutural, mas por outro retém certa margem de opção. Ao não haver unanimidade a este respeito, mantém-se aberta a questão: em que medida é ou não possível o desenvolvimento local no âmbito do actual processo de globalização?

Não só os resultados em torno das percepções dos responsáveis das organizações de carácter institucional e outras de base recreativa e associativa, como sobretudo o estudo de caso numa freguesia, como veremos, apresentam, para além de certas especificidades, alguns traços invariáveis que reflectem a própria lógica do fenómeno geral.

De entre as várias estratégias assume-se como central a análise das limitações e as oportunidades dos vários tipos de organizações no desenvolvimento municipal e local, sem perder de vista as próprias estratégias dos actores sociais a nível colectivo e grupal. Estas serão objecto de análise a nível municipal e, posteriormente, a um nível micro-aldeão, tomando como unidade de análise os grupos domésticos, assim como os indivíduos e seus variados tipos de estratégias: matrimoniais, de herança, migratórias e políticas. A nível das estratégias domésticas estudadas, assume-se como estudo de caso de modo longitudinal desde os anos sessenta, a freguesia de Durrães, pertencente ao concelho de Barcelos.

As migrações, tradicionalmente levadas a cabo por uma grande parte dos actores sociais, constituem um fenómeno amplamente estudado por vários autores, nacionais e internacionais. Em relação a Portugal, os diversos estudos, de modo geral, posicionam-se ao nível da evolução geral da emigração no quadro do desenvolvimento do capitalismo, e como resultado do mesmo (Almeida e Barreto 1976, Serrão 1977, Godinho 1978, Arroiteia 1983, Amaro 1984, Cepeda 1988). Poucos são os que têm prestado atenção ao fenómeno migratório português a partir da perspectiva dos próprios actores (e)migrantes, sendo contudo de referir R. Trindade (1976), Gonçalves (1987), Leandro (1985) e Baganha *et al.* (2005). Para além de alguns estudos centrados na pluriactividade (Cavaco 1980) e que, como tal, são de interesse no estudo das famílias (e)migrantes, somente a partir dos anos oitenta emergiu a análise de perspectivas migratórias a partir das estratégias de conservação e de mudança (Goldey 1981, 1983) ou numa perspectiva de reprodução e mobilidade social (Reis e Nave 1986, Silva 1987, 1998).

Para explicar o destino e a mudança de destino da emigração portuguesa, dever-se-ão ter em conta factores de atracção e repulsão, entre os quais se têm que assinalar, por um lado, factores exógenos derivados do maior ou menor grau de oferta no mercado de trabalho internacional e, por outro, os desequilíbrios socioeconómicos e regionais da sociedade portuguesa, com

os subseqüentes fenómenos inerentes às condicionantes internas, como, por exemplo, a falta de emprego e a não-satisfação de necessidades básicas. Mas, para além de outras estratégias delineadas pelos moradores locais tais como as relativas ao casamento e à herança<sup>[2]</sup>, também têm sido utilizadas pelos diferentes tipos de actores sociais, particularmente camponeses, práticas e estratégias migratórias que têm sido muito relevantes não só nos processos de sobrevivência familiar para fazer frente a situações de relativa privação e pobreza, mas também para estimular um desenvolvimento local sustentável e potenciar melhorias sociais e inclusive processos de mobilidade social ascendente. Sem perder de vista a fundamentação macro-económica, torna-se metodologicamente pertinente e, no estágio actual dos estudos sobre o desenvolvimento local, é mais relevante e imprescindível ‘baixar’ ao nível micro-económico de uma aldeia do noroeste de Portugal – Durrães no concelho de Barcelos –, situada numa região de minifúndio do noroeste de Portugal. Por isso, é muito importante, como o faremos na parte empírica, saber previamente como viviam as comunidades rurais como Durrães entre os anos sessenta e setenta do século XX e compará-las, sempre que seja possível, com as condições de vida e representações sociais nos anos noventa e, em particular, no dia de hoje, o que nos induz a formular do seguinte modo a questão de partida e os diversos aspectos com ela relacionados:

*Qual é o papel das instituições (para)estatais a nível nacional e do poder político local e municipal, por um lado, e por outro, das diversas organizações da sociedade civil concretamente os diversos tipos de associações/cooperativas, no desenvolvimento local? Mais, em que medida se tem dado resposta às necessidades e problemas das comunidades locais? Em caso positivo, de que modo e através de que meios? E, em caso negativo, quais seriam os grupos sociais mais afectados, quais os factores de relativo (sub) desenvolvimento e exclusão social e quais os obstáculos à realização de um desenvolvimento local sustentável?*

*Num mundo cada vez mais globalizado e moldado não só por instâncias nacionais estatais, mas também por entidades supraestatais e corporações transnacionais, qual seria o espaço e a eficácia das cooperativas e associações, iniciativas e movimentos em torno do desenvolvimento local, as quais, ao potenciarem os recursos endógenos e, eventualmente, ao captarem recursos exógenos, representem todavia uma forma de luta contra as desigualdades e exclusões sociais e territoriais? Em resumo, quais têm sido quer os avanços e progressos, quer as situações de estagnação ou retrocesso?*

<sup>2</sup> As quais foram estudadas por diversos autores tais como Bourdieu (1962, 1980), Goody (1976) e, nomeadamente sobre o Portugal rural, O’Neill (1984), Iturra (1985), Cabral (1989), Gerales (1987), Silva (1998) e Sobral (1999).

*Seja num sentido positivo ou negativo, que factores e mecanismos explicam os resultados?*

Como veremos posteriormente, comunidades rurais como Durrães conheciam, até aos anos sessenta, uma forte presença da pequena agricultura camponesa na região do Minho. No entanto, tal como demonstrarei, esta comunidade tem sofrido fortes transformações nas últimas décadas, o que nos obriga a caracterizar brevemente esta freguesia antes da emigração; as causas e consequências do fenómeno migratório das famílias (e)migrantes, as mudanças ocupacionais ocorridas entretanto, e o estado actual das explorações agrícolas, tentando assinalar se há ou não explorações agrícolas que se reestruturam e consolidam; quais as que simplesmente abandonaram a actividade, e sobretudo, provavelmente a grande maioria, as que têm articulado a agricultura a tempo parcial com outras formas de actividade extra-agrícola. Por outro lado, a fim de analisar o destino das explorações agrícolas, será importante indagar quais são as novas ocupações profissionais e actividades que, de modo exclusivo ou combinado com a pequena agricultura, estão emergindo pouco a pouco.

Outro ângulo importante da questão será considerar a necessidade de avaliar em que medida as melhorias e os progressos alcançados são dependentes, não tanto das instâncias políticas e institucionais, mas mais bem das estratégias familiares e individuais ou, quiçá o mais provável, como um efeito conjugado, ainda que nem sempre intencional, da combinação do papel das instituições e das estratégias individuais e familiares. Isto leva a fundamentar o problema desde outra perspectiva provavelmente mais apropriada, tendo em conta o estudo de caso da aldeia de Durrães:

*De que modo e em que medida os agregados domésticos rurais têm conhecido uma relativa melhoria social nas suas vidas? E que factores de ordem estrutural e estratégica o explicam? Ou, em caso negativo, quais têm sido os grupos domésticos que não conseguiram essa melhoria ou têm sido objecto de exclusão social? Mais, em que medida, determinadas estratégias, em especial as migratórias, têm contribuído para manter e/ou poupar ou acumular recursos de vária ordem que lhes permitiram não só contribuir para melhorar a nível individual ou familiar, mas também potenciar a identidade local e/ou o desenvolvimento rural na respectiva comunidade?*

Numa palavra, trata-se de examinar até que ponto os grupos domésticos e os moradores em geral têm deitado mão de algumas estratégias que lhes têm permitido melhorar a situação – da qual se realça com particular incidência o ciclo das estratégias migratórias – e contribuir para o desenvolvimento da freguesia ou se se têm mantido em situação de relativa exclusão social, económica, cultural e política.

Para tentar responder a este problema e toda a série de questões interrelacionadas é necessário combinar uma reflexão teórica com uma investigação empírica, de modo que entre teoria e empiria ocorra um processo dialéctico de validação e comprovação, evitando, tal como o advogam diversos autores (Bourdieu 1973, Villasante 2000), dois possíveis desvios: o teorismo desligado das práticas da vida social e, por outro, um empirismo cego sem problematização nem fundamentação teórica. Não se nega a importância crucial da teoria mas evita-se a propensão abstracto-especulativa através de um enfoque prático e empírico de modo a validar ou anular a hipótese à luz de determinada corrente ou combinação de correntes teóricas mas com base em dados recolhidos por métodos e técnicas quantitativas e qualitativas.

Considerando estas premissas, é necessário colocar uma hipótese geral de trabalho e, associadas a esta, outras específicas. A hipótese geral avançada é a seguinte:

*As instituições (para)estatais (câmaras, juntas de freguesia) e, ainda que em menor medida, as organizações da sociedade civil (sindicatos, associações, cooperativas, IPSS, ONG) constituem pilares de um desenvolvimento local limitado e assimétrico, o qual, para além de corresponder a estratégias económicas e políticas nacionais e trans/supra-nacionais na lógica dominante do capitalismo, convergem, em grande parte, com as estratégias de reprodução/mobilidade social de actores sociais colectivos e individuais que, na base quer municipal ou comunitária, quer familiar ou individual, conseguem garantir a sua sobrevivência, melhoria e, de modo excepcional, a sua mobilidade social ascendente.*

Associada a esta hipótese geral e considerando o estudo de caso a nível municipal e de aldeia, apresenta-se na continuação outra hipótese mais específica, orientada na procura dos factores de carácter explicativo:

*Entre 1970 e 2005 dão-se relevantes melhorias, sobretudo depois da adesão à UE, a nível de infra-estruturas, equipamentos e outros indicadores socio-económicos, mas persistem insuficiências e deficiências e sobretudo assimetrias a nível económico, político e sociocultural, o que se deve, para além dos factores de ordem estrutural geral, à persistência do carácter (semi) periférico do município e da freguesia e à diferenciada e desigual possessão ou controlo dos mais diversos recursos herdados ou adquiridos por cada actor social ou político na arena do poder local. Esta hipótese é avançada e, como veremos, será verificada empiricamente baseando-nos nos dados observados e recolhidos.*

Tendo definido as hipóteses de trabalho, na continuação farei um resumo do trajecto desta dissertação dividida em quatro partes: uma primeira centrada na problematização e enquadramento teórico metodológico;



uma segunda mais orientada para a caracterização da região e do município nas diversas vertentes (sociodemográfica, económica, educativa, cultural e política) da região e do município onde se verificou a investigação; uma terceira mais ocupada na caracterização das entidades inquiridas a nível municipal, suas necessidades, problemas e instrumentos com o objectivo de, senão superá-los, pelo menos reduzir seus impactos negativos; uma quarta mais focalizada na análise pluridimensional da aldeia de Durrães; e, por fim, algumas conclusões mais significativas.

No capítulo I, no âmbito da relação global-local, começarei por fazer uma breve exposição sobre as diversas concepções em torno do desenvolvimento e das principais perspectivas teóricas em relação ao mesmo, considerando concretamente as teorias clássicas: a (neo)liberal, a (neo)institucional, a (neo) marxista com as subsequentes teorias da dependência e do centro-periferia, o modelo territorialista e, finalmente, elaborei um breve balanço crítico.

Atendendo ao objectivo do presente trabalho sobre o desenvolvimento local, nomeadamente rural, torna-se necessário explicar no capítulo II os conceitos de espaço e de desenvolvimento rural e mostrar a evolução e a variabilidade histórica do mesmo, para o qual me socorri da tipologia apresentada por Harriss (1988) em relação às diversas abordagens – a sistémica, a decisória e a estrutural histórica. Dadas as mudanças ocorridas principalmente nas últimas décadas, é importante não confundir desenvolvimento rural com os conteúdos da tradicional sociedade agrária e conceptualizar a nova realidade que emergiu sobretudo a partir da segunda metade do século XX, ainda que no caso português e, mais ainda, no concelho e freguesia em estudo, tais mudanças ocorreram, como veremos, bastante mais tarde. No entanto, tendo em conta que o sistema agrário predominante no contexto rural minhoto era o sistema agrário camponês e que a análise do citado (sub)desenvolvimento local não pode ser colocado fora da evolução, a longo prazo, da economia camponesa, dar-se-á especial atenção a este sistema agrário não só por ser o sistema historicamente implantado até recentemente, mas por implicar fortes marcas nos sistemas político-organizativo e simbólico. Por isso, também se dará especial atenção à racionalidade económica camponesa, a qual, ainda que não sendo um tema central na problematização desta tese, merece ser objecto de uma síntese teórica sobre o campesinato para compreender e explicar melhor as estratégias, as práticas e atitudes dos líderes institucionais e não institucionais locais e, em particular, os residentes da freguesia estudada – Durrães – bastantes dos quais, além de origens camponesas, trabalham a terra, operam num quadro político-organizativo e praticam normas e valores profundamente arraigados na comunidade.

Qualquer modelo de desenvolvimento que se pretenda sustentável não poderia deixar de colocar a questão ambiental obviamente também nas áreas rurais. Ainda que os efeitos contaminantes no contexto agrário português não sejam tão preocupantes como nos países centrais com o uso irracional e indiscriminado de tecnologia química de síntese, com (sobrecargas de) adubos como fertilizantes e pesticidas, surge como um problema importante a colocar e contribuir para reduzir seus efeitos negativos e, por isso a este respeito, traçam-se algumas considerações de cariz teórico e político.

Contrariamente às comunidades isoladas, sobretudo no passado, as comunidades rurais, também no contexto tradicional, eram interdependentes com o mercado e a sociedade circundante e em especial com o Estado, o que justifica uma pequena reflexão sobre o binómio comunidade-associação e a relação com o mercado e o Estado. Considerando que os problemas em torno do (sub)desenvolvimento, nomeadamente no quadro da globalização, não deixam de se repercutir em situações de pobreza e exclusão social a nível local e particularmente no contexto rural, farei uma breve revisão dos conceitos de pobreza e exclusão social, e seus diversos pressupostos teóricos, assim como também do papel do Estado a este propósito.

Tendo em vista que as fundamentações teóricas não se podem desligar do caminho metodológico, aparece como indispensável, no capítulo III desta primeira parte da dissertação, expor os métodos e as técnicas utilizadas, sem deixar de dar conta simultaneamente da estratégia, no processo de investigação levado a cabo no terreno. De aí que, desde o início, a minha principal contribuição nesta tese, sem perder de vista a problemática teórica e a necessidade de confrontar as diversas posições, seria incidir sobre a parte empírica a nível municipal e local, evitando uma simples réplica das diversas escolas sem as confrontar com os dados provenientes da empiria através dos métodos quantitativos e qualitativos, tal como sustenta Villasante (2000:15 ss). Por outras palavras, sem cair na tentação das premissas empíricas de Glaser e Strauss (1967) em seu livro *The Grounded Theory*,— de resto criticado por vários autores, entre os quais F.B. Ribeiro (2004) e M. Ribeiro *et al.* (2007), considero muito importante a aproximação ao objecto empírico e a sustentabilidade de uma tese com base no tratamento e análise dos dados. Por isso, nesta investigação, sem descuidar a problemática teórica já citada, investi bastante tempo e energia na recolha e tratamento de dados.

Na segunda parte, destacar-se-á a perspectiva histórico-sociológica, começando por dar conta no capítulo IV da evolução sociodemográfica da região do Minho, de modo mais acentuado do distrito de Braga, trazendo à colação, sempre que seja necessário e oportuno, dados específicos sobre o município de Barcelos com um breve registo das infra-estruturas e dos equi-

pamentos. Como capítulo complementar desta caracterização da região, do distrito e do município, no capítulo V é feita uma caracterização e análise da estrutura económica, social, educativa e cultural a nível da região, do distrito e do município. E, por fim, terminando a segunda parte com o capítulo VI, com base na consulta documental a nível municipal, analisa-se de modo mais incisivo as relações entre o poder municipal materializado na Câmara Municipal, as relações deste com o Estado Central, por um lado e, por outro, com as Juntas de Freguesia, em especial os presidentes de Junta e líderes de colectividades e associações. Dado o importante corte sócio-político marcado pela queda do regime ditatorial, este capítulo será subdividido em dois tempos e contextos sociais: o antes e o pós-25 de Abril.

Na terceira parte é de considerar que o foco de análise recaiu sobre 176 organizações institucionais e não institucionais do município de Barcelos, o qual justifica que se tenha desenvolvido uma análise dessas organizações com base na recolha de dados documentais e dos resultados dos inquéritos e entrevistas efectuadas a determinados actores institucionais e não institucionais. Com efeito, foram os inquéritos e as entrevistas com membros das Juntas de freguesia, em especial os seus presidentes, e responsáveis de outras organizações, colectividades e associações de diversa natureza social e jurídica, que possibilitaram, no capítulo VII, uma caracterização física e social destas entidades públicas e privadas. Seguidamente, no capítulo VIII, com base nas mesmas fontes, não só se faz um inventário das necessidades e problemas em termos estatísticos, mas também, em especial, mediante as entrevistas, se dá conta dos significados dados pelos mais diversos actores sociais, tal como, na esteira da metodologia weberiana, advoga Villasante (2000). Na exposição e percepções sobre as necessidades e problemas impôs-se também saber quais seriam as respostas das administrações locais e as actividades ou valências das colectividades e associações, as suas identidades, representações e orientações em função do desenvolvimento local.

Entre as diversas entidades inter-relacionadas, concretamente as juntas, colectividades e câmaras, verificam-se conflitos e mediações, que implicam relações de poder a diversos níveis com os correlativos processos de dependência e dissidência crítica, os quais se apresentam no capítulo IX.

Na quarta parte, com base nestes métodos e com particular ênfase no trabalho de campo, realizado durante um ano numa aldeia do concelho de Barcelos – Durrães, em que se destaca a observação participante – apresentar-se-á uma radiografia desta aldeia em três momentos: nos inícios da década de setenta, nos anos noventa e na actualidade. Serão assim apresentados no capítulo X alguns dados do enquadramento geo-histórico e demográfico e uma caracterização da economia da aldeia de Durrães. Neste projecto dar-

-se-ão a conhecer as várias transformações ocorridas no espaço de tempo de aproximadamente quarenta anos, comparando as actividades e os rendimentos dos agregados domésticos entre os anos sessenta e os anos noventa e, em particular, na actualidade. Dar-se-á conta da passagem da policultura agro-pecuária à pluriactividade, da crescente diversificação ocupacional e dos perfis escolares dos habitantes de Durrães, assim como suas percepções sobre o desenvolvimento local, oportunidades e obstáculos.

No capítulo XI analisam-se as práticas e as estratégias migratórias, considerando o ciclo migratório das famílias (e)migrantes com as suas motivações e objectivos, tipos de trabalho e formas de habitação nos países de acolhimento e estratégias de regresso e seus impactos na comunidade.

No capítulo XII trata-se, ainda que de modo mais sucinto, as estratégias em torno do casamento e da herança, sua importância nos processos de reprodução e mobilidade social, tentando analisar também as diferenças em relação ao valor da terra desde a dimensão afectiva à económica e, dentro desta, as alterações no uso da terra, aos tipos de casa/habitação e, finalmente, em relação aos destinos das poupanças conseguidas.

Por fim, no capítulo XIII dou conta das alterações ocorridas na esfera dos poderes locais, nos valores e nas representações sustentadas não só pelos que ocupam cargos, mas também pela população, relacionando-as com dois momentos históricos: os anos sessenta e inícios dos setenta e os de hoje em dia. Se nos anos sessenta e setenta se constatam formas paternalistas no exercício do poder político e eclesiástico local de modo aparentemente mais monolítico no contexto ditatorial nacional, na actualidade algumas manifestações dos velhos poderes, valores e representações desapareceram, mas outras mantiveram-se sob novas formas e moldes e outras, ainda de cariz mais democrático, têm surgido como resultado das experiências, aprendizagens e práticas da cidadania.

Porém, na base da análise a três níveis de escala – o regional-distrital, o municipal e o local – confrontaremos os dados com os modelos de desenvolvimento, ainda que seja possível distinguir a análise destas três escalas em relação à envolvente globalização capitalista e suas repercussões no desenvolvimento regional-local, sem que isso signifique uma determinação externa absoluta. Nesta perspectiva, o desenvolvimento regional e local é passível de representar não só uma plataforma de acção colectiva e de convergência de sinergias mas inclusive um relevante ‘contraponto’, como o refere originariamente Wertheim (1971) e, em Portugal, Silva (2000b), à globalização hegemónica.

## Capítulo I

### Desenvolvimento: perspectivas teóricas

O âmbito do desenvolvimento local e, em particular, o desenvolvimento local rural, tem sido objecto específico de análise por economistas, sociólogos, antropólogos e outros cientistas sociais e, por outro lado, objecto de preocupação na esfera política não só dos Estados nacionais mas inclusive de algumas agências para o desenvolvimento por parte das Nações Unidas e de outras instâncias internacionais como seja o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com a intenção de minorar problemas tais como o fosso da desigualdade dos rendimentos, o acesso a bens públicos e as clamorosas situações de pobreza relativa e inclusive absoluta em muitos quadrantes do globo. Por outro lado, já não se trata de apenas de considerar as questões relativas à eficiente alocação de recursos nos sistemas de produção agrícola (vegetal ou animal), ou na cadeia de distribuição e comercialização, mas também a outros aspectos das economias no contexto rural e sobretudo a dimensões de ordem social, política e cultural. Tais interesses agravaram-se, como veremos, devido ao fracasso da aplicação de modelos tecnocráticos de cariz predominantemente neoliberal, em particular o modelo subjacente à chamada ‘revolução verde’, o qual visava a difusão de modelos de crescimento ocidentais, particularmente a aplicação de capital químico e mecânico tendo em vista a modernização da agricultura pela via das leis da oferta e da procura. Assim, se nos centrarmos especificamente na ideia do desenvolvimento rural, no caso português, esta questão torna-se mais premente, uma vez que o crescente abandono da agricultura portuguesa tem induzido a falar do desenvolvimento rural local já não tanto articulado com a agricultura mas mais com o turismo rural e outras actividades afins, as quais têm contribuído para a mudança social e económica nesses mesmos espaços. Ou seja, não obstante a indesejada desafecção de espaços agrícolas e/ou inclusive florestais, implicando a desertificação e o abandono destas actividades por muitas famílias, gerou-se todavia alguma dinâmica de desenvolvimento e transformação económica e social. É certo que os impactos são positivos ou negativos conforme os actores presentes e sobretudo tendo em conta as diversas perspectivas teóricas. No entanto, devemos ter consciência desta nova realidade e seus efeitos nefastos sobretudo para países como Portugal com uma agricultura pouco intensiva e pouco competi-

tiva, e outros mais positivos como a reafecção e a requalificação de alguns espaços rurais para algumas infra-estruturas, o turismo e outras actividades secundárias e terciárias. Esta questão tem induzido necessariamente a expor e a rever as principais correntes sobre desenvolvimento, e a tomar uma posição crítica sobre as mesmas.

## **1. Desenvolvimento: conceito e principais visões**

Desenvolvimento é um conceito passível de várias interpretações e entendimentos, expressos na própria bibliografia sobre a área. O conceito ora aparece como sinónimo de crescimento económico, medido em função de determinados índices quantitativos (aumento do rendimento *per capita* ou do PIB), ora é referido como desenvolvimento económico mas avaliado não só em termos de índice de crescimento económico mas principalmente traduzido por parâmetros de ordem qualitativa tais como esperança de vida, qualidade de vida e prosperidade, ora, ainda, como desenvolvimento e transformação social, cultural e política, tendo por base critérios sociais e humanos (diminuição da pobreza e exclusão social, bem-estar e justiça social, grau de participação e democraticidade da sociedade). Na verdade, sobre desenvolvimento várias são as perspectivas, desde as que entendem ser uma questão mais de carácter técnico e económico até outras mais globais que envolvem, para além dos aspectos tecno-económicos, outras dimensões da realidade social.

Tem sido a partir dos diferenciados actores e respectivas percepções que os problemas em torno do desenvolvimento têm suscitado aceso debate, nomeadamente desde os governos de diferentes países e organismos internacionais (UE, FAO, BM, OMC), organizações e partidos políticos, passando pelo interesse da parte de académicos, até à sociedade civil nomeadamente associações da área da produção, do ambiente e do consumo. Visto pelo lado dos actores sociais, desenvolvimento e, em particular, desenvolvimento rural, tal como referem Long (1977) e Van der Ploeg e A. Long (1994), tão-pouco é um conceito axiologicamente neutro, pois ele é diferentemente avaliado, conforme a pertença de classe (jornaleiro, camponês, empresário agrícola), ou outros atributos: residente ecologista, consumidor urbano, credor, técnico, burocrata ou membro de uma ONG ou activista político crítico. No entanto, antes de fixar a atenção no desenvolvimento rural, é importante sintetizar as principais visões teóricas sobre o conceito “desenvolvimento”, já que as diversas percepções desse conceito não se aplicam somente a nível mundial mas também são aplicadas a nível nacional, regional e local. Por isso, propomo-nos a visitar as principais perspectivas sobre

desenvolvimento e, uma vez expostas as suas linhas principais, tentaremos contrastar as diversas abordagens, tomando uma posição crítica sobre as respectivas visões.

### **1.1. As teorias (neo)liberais do crescimento e da modernização**

Sobre as questões do desenvolvimento analisadas pelas várias correntes económicas, predominava, principalmente até aos anos sessenta do século XX, uma concepção liberal clássica sustentada por Smith, assente na lei da oferta e procura e impregnada de optimismo e confiança no crescimento e progresso ilimitados na produção e no consumo, embora outros liberais como Ricardo<sup>[3]</sup> e Malthus<sup>[4]</sup> prognosticassem um crescimento limitado devido respectivamente a factores inelásticos como a terra ou ao aumento exponencial da população que cresceria em progressão geométrica, enquanto a produção cresceria numa progressão aritmética (*in* Tamames 1995). Em todo caso, todos consideravam que a única forma de alcançar com eficácia o progresso económico passaria respectivamente pela competitividade na base do mecanismo da oferta e procura, do corte nos gastos com a protecção social, do aumento de investimento de capital ou redução da população, não cabendo ao Estado a intervenção na economia ou, como muito, só com uma função suplementar. A chave dos problemas do crescimento e do aumento de riqueza, assim como o modo de afectar os recursos de modo eficiente residiria nas virtudes do mercado, operando sob uma competitividade, ora perfeita para uns, ora imperfeita para outros.

As premissas liberais serão mais tarde retomadas no pós-II Guerra Mundial por parte de certos autores, não apenas economistas mas também sociólogos, antropólogos, historiadores, psicólogos e cientistas políticos, principalmente na elaboração da convencional teoria do crescimento e da modernização sustentada por Parsons (1988), Hoselitz (1982) e Smelser

<sup>3</sup> Segundo Ricardo (*in* Tamames 1995), sendo constante a tecnologia e fixo o factor terra, os aumentos de capital ou força de trabalho não impediriam uma estagnação da produção e, com esta, uma redução de salários até ao nível da subsistência. A resposta a esta situação teria que passar pela redução da população e/ou aumento mais acelerado de capital, o que poderia implicar fortes restrições à protecção social das famílias. Por sua vez, Mill (*in* Tamames 1995), apesar de prognosticar a alternância entre a fase de crescimento e a fase estacionária, assumia uma variante liberal heterodoxa e socialmente mais progressiva, uma vez que, para além do aumento da produção, referia a necessidade de uma redistribuição mais equitativa do produto (*in* Tamames 1995). Parte da exposição das teorias em torno do desenvolvimento foi objecto de uma publicação conjunta (Silva e Cardoso 2005) e, por isso, apesar da introdução de elementos novos e complementares, esta síntese teórica é tributária dessa colaboração conjunta.

<sup>4</sup> Malthus propunha o casamento tardio e inclusive a abstinência sexual no casamento, para assim evitar prole numerosa nas famílias (*in* Tamames 1995:21 ss).

(in Long 1977)<sup>5</sup> e, em particular, pela obra de Rostow (1964), cujo título do trabalho sobre o crescimento económico vai acompanhado do subtítulo “manifesto anti-comunista”, o que é sintomático de um claro recorte ideológico anticomunista numa mistura de liberalismo e conservadorismo no apogeu da guerra fria, não só a nível interno (vg. McCarthy) como externo (sobretudo dos Estado Unidos *versus* União Soviética). Na sua tese os países e regiões em situação de atraso e subdesenvolvimento, para desenvolver-se, deveriam seguir as pegadas dos países economicamente avançados no âmbito da economia de mercado. Para alcançar as metas destes, os países e regiões periféricas deveriam possuir determinados requisitos – demográficos, tecnológicos, volume de poupança e subsequente capacidade de investimento de capital – e, com isso, seguir o modelo dos países ocidentais, nomeadamente o dos Estados Unidos e, por este motivo, deveriam passar pelas diferentes fases desde o início até à fase da sociedade da abundância auto-sustentada. Desde esta perspectiva apresentam-se como positivas não só as vantagens comparativas da divisão internacional do trabalho, mas também as trocas comerciais entre regiões/países desenvolvidos e regiões/países subdesenvolvidos, os quais, sendo obrigados a produzir certos bens comerciais em função das necessidades e culturas comerciais dos países centrais (*cash crop production*), ver-se-iam favorecidos pela aplicação de capitais e pela transferência de bens, serviços e conhecimentos provenientes dos países e regiões desenvolvidas. Os referidos teóricos modernizadores esperam, nomeadamente através de determinadas elites económicas (*entrepreneurs*), religiosas e sobretudo políticas, que se produzam mudanças nas atitudes e nos valores, passando de relações particularistas baseadas no parentesco ou no patrocínio para outras de carácter mais universalista, baseadas na motivação da aquisição e no empenho pessoal em vistas à (auto)realização.

Segundo o modelo evolucionista de Rostow (1964), este preconizava que as sociedades, em resposta aos desafios do meio ambiente, conheceriam um diferenciado grau de crescimento em consonância com o desenvolvimento das seguintes propensões: (i) a propensão para desenvolver ciência fundamental; (ii) a propensão de aplicar a ciência a determinados objectivos económicos; (iii) a propensão para aceitar e introduzir inovações; (iv) a propensão para progredir; (v) a propensão para consumir; e (vi) a propensão

<sup>5</sup> A teoria da modernização tem como matriz disciplinar principal a sociologia estrutural-funcionalista, com traços análogos em teorias originárias de outras áreas tais como as teorias da decisão racional e da economia dual respectivamente em países desenvolvidos e países sub-desenvolvidos, em que estes deverão submeter-se aos objectivos e estratégias daqueles, o difusionismo e o evolucionismo na antropologia, assim como as teorias da aculturação presentes não só na antropologia e na sociologia, mas também na psicologia, todas elas impregnadas, em maior ou menor grau, de perspectivas etnocêntricas (Silva e Cardoso, 2005).



para ter filhos. O maior ou menor volume de geração e aplicação de capital seria propiciado ou até determinado pelo maior ou menor grau de cada uma das referidas propensões. As sociedades seriam classificadas, segundo Rostow (1964), de acordo com a sua posição no esquema unilinear de evolução<sup>[6]</sup>, crescimento e mudança por ele proposto: *a)* sociedades tradicionais; *b)* sociedades com condições para o arranque; *c)* sociedades em arranque (*take-off*); *d)* sociedades a caminho da maturidade; e *e)* sociedades de crescimento auto-sustentado e de consumo massivo. Assim, enquanto a “sociedade tradicional” constituiria a primeira fase e tipo oposto a uma sociedade desenvolvida, esta última identificar-se-ia com a quinta fase corporizada na sociedade norte-americana, sendo as três intermédias fases transicionais.

Este modelo, que, segundo os seus defensores, se apresenta como razoável e susceptível de implementação, implica um certo grau de investimento inicial interno e externo, sob a forma de créditos e doações ou acordos bilaterais que teriam de compreender vantagens comparativas mútuas para os países doadores e receptores de ajuda<sup>[7]</sup>.

As teorias da modernização são antecidas em Sociologia por um amplo e longo debate à volta de uma dicotomia entre o tradicional *versus* o moderno desde o século XIX até hoje em dia, a qual conhece diversas tonalidades conforme o autor ou a corrente em que cada um se move. Por isso, estas teorias expressam a real polarização entre dois (ou mais) tipos de economias – as tradicionais *versus* a emergente e moderna economia capitalista – assim como diferentes modelos políticos de governação, sociabilidade e mundividência cultural-simbólica.

## 1.2. Do keynesianismo à escola neo-institucional

Desde finais dos anos vinte do século XX, o capitalismo começou a apresentar debilidades recessivas, entrando em depressão em 1929, situação que contrastava com a emergência da força económica da ex-URSS, baseada na planificação imperativa<sup>[8]</sup>. Neste contexto de desintegração de econo-

<sup>6</sup> Já esta concepção evolucionista por fases ou estágios provinha da segunda metade do século XIX, nomeadamente através da escola historicista. Assim, para Schmoller a evolução consistia na passagem da fase aldeã para a fase urbana e desta para a regional e, posteriormente, nacional. List concebia como padrão de progresso a evolução da fase agrícola para a fase agrícola-industrial e desta para a fase agro-industrial-comercial (*in* Schiavo-Campo e Singer 1970:42).

<sup>7</sup> A par de um crescente número de países que sustentava uma posição de não alinhamento, a prática da ajuda (dáviva e/ou empréstimos e transferência de *know-how*) tinha como principal móbil atrair à respectiva zona de influência política e económica os respectivos países em vias de desenvolvimento.

<sup>8</sup> Esta situação de crise e depressão não foi prevista pela grande parte dos economistas, que, paralelamente ao relativo sucesso da economia planificada da ex-URSS, foi um dos elementos

mias agrárias perante o processo de industrialização e a profunda crise económica e monetária, nomeadamente com o *crash* da bolsa de Nova Iorque, surge com Keynes (*in* Huisman 1983) uma nova teorização que, sem pôr em causa a economia de mercado mas sim algumas das referidas premissas do *laissez faire* e do equilíbrio entre oferta e procura defendido pelos liberais, pugna por uma maior intervenção do Estado, de modo a articular com o investimento de capital privado a implementação de obras públicas e infra-estruturas susceptíveis de reafectar a mão-de-obra disponível, reanimar a vida económica e, assim, conseguir o pleno emprego. Com isto se obteria uma maior disponibilidade e poder de compra por parte dos consumidores, que reverteria, por sua vez, num aumento de investimento e de produção e, assim, a superação do clima de depressão económica e instabilidade social, sem que fosse necessária uma solução de planificação imperativa de inspiração soviética.

O modelo keynesiano foi objecto de uma reformulação num sentido mais dinâmico por Harrod (*in* Huisman 1983), segundo o qual teria de transitar da visão macro-estática de Keynes para uma perspectiva mais dinâmica e articulada entre diversos factores (demográficos, tecnológicos, económicos, nomeadamente a poupança). A proposta keynesiana, assim como a de outros como Galbraith (1960), foi desvalorizada como teoria social e, subsequentemente, desclassificada como simples reflexo do senso comum. Ou seja, o posicionamento destes autores deu lugar a algumas críticas pelo facto de pretenderem apresentar a sua teoria como livre de valores e, por outro lado, apelarem a intervenções, ainda que indicativas, de cariz moral-política com o fim de alcançar seus próprios objectivos<sup>[9]</sup>.

A evolução do sistema mundial, em especial durante os séculos XIX e XX, não diminuiu o abismo entre países e regiões à escala mundial, mas provocou uma reacção teórica inspirada por autores como Myrdal (1974) e Seers (1977), que começaram por criticar determinados propósitos (neo) liberais e a construir uma visão alternativa que fosse mais adequada aos problemas dos países e regiões subdesenvolvidas (atraso, exclusão social, desemprego, discriminação étnica) e que melhorasse as condições de vida das populações. Esta perspectiva implicaria uma reforma política, a qual, por sua vez, exigiria, para além da auto-organização dos grupos sociais em desvantagem, uma acção de intervenção estatal mais directa,

decisivos da preocupação científica pela temática do desenvolvimento.

<sup>9</sup> Esta incongruência viria a ser sanada por autores neo-institucionais reformadores como Myrdal (1974) e Sen (1999), para os quais, ainda que se devam distinguir as situações de facto e os valores, as ciências económicas e sociológicas, assim como outras, não podem estar isentas de valores.

capaz de corrigir os desvios e as distorções das regras da própria economia de mercado. É por este motivo e neste sentido que esta nova escola foi denominada como (neo)institucional<sup>[10]</sup>.

Realmente, para Myrdal (1974), o desenvolvimento, ainda que inclua também a transferência de capital e de tecnologia, não é um resultado automático da simples transferência de tecnologia, mas exige a consideração de factores ético-políticos<sup>[11]</sup> na resolução dos problemas do subdesenvolvimento em regiões e países não desenvolvidos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento abarcará diversas dimensões, desde a criação de riqueza à melhoria do nível de vida e às condições infra-estruturais, económicas, sociais, políticas e culturais das populações. Por isso, ainda que se possam distinguir os objectos das ciências sociais, não é possível separá-las de outras dimensões e/ou prescindir de factores não-económicos como a política, a ética ou a ideologia. De facto, têm sido autores da escola (neo)institucional, como Myrdal (1970: 42), Seers (1969) e, mais recentemente, Sen (1999), que, contradizendo a ortodoxia positivista sobre a ciência como algo totalmente independente da esfera axiológica, têm assumido de modo claro e inequívoco que as ciências sociais, incluindo a economia, não estão isentas de valores e, por isso, ainda que se deva admitir a distinção entre juízos de facto e juízos de valor, não há absoluta separação entre eles, de modo que aos juízos de facto podem seguir-se juízos de valor. Isso implica que o Estado e os governantes a diversos níveis, em nome de certos princípios e valores como a equidade ou justiça social, podem intervir na economia, começando por programar e implementar uma planificação económica que, sem questionar a economia de mercado e, portanto, distanciando-se de uma planificação imperativa de tipo socialista, esteja em condições de, através de uma planificação indicativa, contrariar alguns dos efeitos negativos do mercado.

<sup>10</sup> A denominada escola neo-institucional, podendo-se remontar as suas origens no período antes da I Guerra Mundial com precursores economistas tais como Schumpeter (1972) e sociólogos tais como Weber (1978), teve como representantes principais, no pós-II Guerra Mundial, Seers (1969, 1979) e Myrdal (1970, 1974). São estes autores que, fortemente influenciados pelo clima da depressão dos anos vinte e trinta e pela II Guerra Mundial, se afirmaram como mentores desta nova linha de pensamento em economia política. Com este pensamento converge mais recentemente Sen (1999), ainda que este último procure alguns dos seus fundamentos teóricos no próprio Adam Smith.

<sup>11</sup> Um dos corolários desta perspectiva revela-se no modo de conceber a ajuda aos países ou regiões subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento que, ainda que motivadas por razões políticas e económicas de expansão, o fazem de modo diferenciado. Embora os teóricos (neo) liberais assumem que os planos de ajuda devem estar sujeitos a algumas condições prescritas pelos países doadores, a visão neo-institucional não coloca tais condições, procurando que a política seja conduzida por padrões e valores de equidade e justiça sociais.

Em relação à constatação em torno da profunda desigualdade entre países ricos e países pobres em termos de capital, produto interno e rendimentos, esta situação é agravada pela explosão demográfica nos países pobres. Isto leva Myrdal (1974) a questionar-se como inverter esta espiral de pobreza e iniciar outro percurso de modo que supere o que Nurkse (1963) denomina como ‘círculo vicioso’ de subdesenvolvimento, caracterizado por desnutrição, falta de condições mínimas ou dificuldades enormes para sobreviver, baixas qualificações e inclusive elevado grau de analfabetismo e, nestas condições, baixa produtividade, incapacidade de poupar e conseqüente inexistência de investimento de capital. A interdependência destes e doutros factores – em particular a ausência de ajuda externa desinteressada e sobretudo a inércia e o aproveitamento das elites possuidoras de enormes recursos nestes países sem orientação produtiva – exigem outra aproximação em política económica com base em três eixos para uma ‘mudança acumulativa’: a institucionalização de um sistema democrático proporcionando a igualdade de oportunidades, a organização e participação activa das populações e o papel reformador de um Estado progressista e, em particular, de um governo animado por princípios éticos de equidade e justiça social. Tal poderá implicar um plano-macro de reformas pelo bem comum e, com ele, uma política em favor dos mais desfavorecidos e cortes nos privilégios de elites parasitárias e luxuosas e, em medidas de política económica, uma planificação indicativa na promoção de actividades diversificadas nos vários sectores, sobretudo primário e secundário.

Tentando situar o modelo neo-institucional em relação aos demais, nomeadamente ao neoliberal por um lado e, por outro, ao (neo)marxista, no que respeita à problemática do desenvolvimento, poderíamos questionar em que medida a escola neo-institucional, no âmbito dos estudos sobre o desenvolvimento, representa uma corrente teórica autónoma e, como tal, irredutível às demais nomeadamente quanto às premissas da economia clássica ou não e, neste caso, quais as continuidades com outras escolas ou modelos, para além de eventuais divergências. A este respeito, Hirschman (1988), um dos maiores expoentes da escola neo-institucional, considera que esta escola apresenta a potencialidade de fazer uma síntese entre a economia convencional (neo)liberal – que defende a unicidade da teoria económica e o princípio das vantagens comparativas entre regiões/países desenvolvidos e regiões/países subdesenvolvidos – e as teorias neomarxistas da dependência e do centro-periferia que contestam a referida unicidade teórica em economia. Assim nessa estratégia de síntese, a teoria neo-institucional recusa a

unicidade (neo)liberal a nível do objecto real em atenção das discrepâncias e desequilíbrios entre economias reais em países ou regiões centrais *versus* periféricos, onde amiúde não é possível aplicar os princípios, mas defende a unicidade ao nível mais abstracto do objecto teórico, onde os desfasamentos e desequilíbrios podem ser paulatinamente superados.

Perante a inadequação das teorias neoliberais do crescimento e da modernização em dar resposta aos problemas das regiões e países periféricos, as propostas da escola neo-institucional comportam não só algum avanço em termos teóricos, nomeadamente na crítica ao positivismo neoliberal, mas sobretudo em certos programas de ajuda por parte de países, orientados por uma intervenção de cariz reformista ou social-democrata, assim como em medidas implantadas em países periféricos impregnados do mesmo espírito reformista.

### **1.3. As teorias (neo)marxistas da dependência e do centro-periferia**

Para entender os posicionamentos dos teóricos neomarxistas, é importante expor *grosso modo* as coordenadas subjacentes da teoria marxista sobre o desenvolvimento, a qual se baseia, em última instância, na teoria do valor do trabalho. O trabalho é o único factor gerador de riqueza, sendo o capital o resultado das mais-valias<sup>12</sup> não pagas aos trabalhadores e acumuladas pelos possuidores dos meios de produção, situação antagónica que explica a luta entre fracções da classe burguesa e as classes trabalhadoras em relação ao produto e ao processo de trabalho. Segundo Marx e Engels (1965), o capitalismo, ao mesmo tempo que representava um extraordinário avanço sobre as formas de exploração e dominação escravagistas e servis do passado, comportava consigo uma contradição fundamental entre o carácter social da produção e a apropriação privada do produto. Esta contradição só se resolverá através da revolução socialista e subsequente socialização dos meios de produção, implicando uma planificação económica imperativa em função das necessidades da população e a eliminação da exploração do homem pelo homem.

Segundo a grande parte dos teóricos marxistas, a evolução do sistema capitalista conheceu, pelo menos, duas grandes fases: a do capitalismo liberal sob a palavra de ordem *laissez faire, laissez passer* até finais do século XIX e/ou inícios do século XX e a do capitalismo monopolista,

<sup>12</sup> A mais valia é o diferencial entre o valor total do produto (posteriormente vendido no mercado) e o custo da força de trabalho, diferencial que é redistribuído pelas diferentes fracções das classes exploradoras: a renda (sempre que a haja) para o proprietário, os juros para o banqueiro e o lucro para o empresário.

cujos novos traços dariam lugar ao que se tem designado por imperialismo. A este respeito, contudo, há dois entendimentos clássicos: enquanto Rosa Luxemburgo<sup>[13]</sup> (1967) interpretava o imperialismo como fase intrínseca da lógica do capitalismo, para Lenine (1971) o imperialismo era visto como uma nova e superior fase de expansão do capitalismo que se caracteriza, entre outros aspectos, pela concentração da produção e do capital em cartéis monopolistas com tendência a controlar territórios, a fusão do capital bancário e industrial, a exportação não só de mercadorias mas também de capital. Este processo de concentração e centralização do capital em algumas regiões ou países implica a outra face da moeda em que se mantêm ou surgem outras regiões ou países dependentes e periféricos em situação de atraso e dependência. Tem sido precisamente esta desigualdade estrutural não só a nível regional mas também a nível mundial, numa perspectiva, por sua vez, económica, histórica e sociológica, que diversos autores concretamente neo-marxistas têm analisado.

De facto, dada a tendência de diminuição da taxa de lucro, o aumento do desemprego e a degradação das condições de vida das classes trabalhadoras<sup>[14]</sup>, os meios para contrariar esta tendência consistem em compensar, por um lado, a diminuição do capital variável com o aumento de capital constante (máquinas, nova tecnologia) e, por outro, procurar outros países e regiões não só para a secular exploração de matérias-primas como para exportar produtos industriais e pacotes tecnológicos no âmbito dos mercados tradicionais – uns para manter e controlar e outros para eliminar ou conquistar – o que finalmente ocorre num contexto de competição inter-imperialista.

Paralelamente à escola institucionalista, principalmente desde os anos cinquenta e sessenta, outros autores começaram a formular e a conformar as teorias da dependência (cf. Prebish 1963, Furtado 1961, Frank 1961, 1979, Cardoso e Falleto 1970) e do centro-periferia (cf. Wallerstein 1990). A partir de estudos concretos, de modo especial em países de América

<sup>13</sup> Rosa Luxemburgo (1967), destacada intelectual marxista de origem judaico-polaca, dirigente do partido comunista alemão, brutalmente assassinada em 1919, partilhando com Lenine os princípios marxistas, discordava da tese leninista sobre o imperialismo. Sobre o imperialismo, a bibliografia é abundante. Em Portugal é de referir, entre outros, F.B. Ribeiro (2004), Silva e Cardoso (2005:22ss).

<sup>14</sup> Uma das consequências da nova fase imperialista, segundo Lenine (1971), seria o facto de que uma parte da classe operária com melhores salários e, em particular, os líderes sindicais assumirem posições reformistas e social-democratas inspiradas em ideólogos como Bernstein (1964), o que conduziria à divisão entre as classes trabalhadoras e, pela intensificação da exploração colonial, à diminuição da pressão sindical sobre o capital por parte dos trabalhadores nos países centrais (cf. Silva e Cardoso 2005:46 ss). A este respeito, cf. também Frank (1961:73).

Latina, estes autores sustentavam que as causas do subdesenvolvimento dos países e regiões periféricas estavam estreitamente interrelacionadas com o desenvolvimento dos países do centro desde a época da colonização ocidental, quer dizer, a partir da expansão do capitalismo mercantil durante os séculos XV-XVI. Isso implicou uma revisão dos conceitos da economia convencional, concluindo pela sua inadequação ao confrontá-los com a realidade histórica destes países, ao mesmo tempo que eram lançados, nomeadamente por Furtado (1961), no âmbito da ECLA, e por Frank (1961), os fundamentos teórico-metodológicos de uma perspectiva alternativa: a teoria da dependência.

A teoria da dependência foi emergindo e solidificando-se com um claro posicionamento pró-marxista em que pontifica Frank (1961, 1968) e, seguidamente, Cardoso e Falleto (1970) e Cardoso (1971), os quais, ao articularem a dependência com as suas causas estruturais e históricas, ofereciam uma crítica cerrada às teorias (neo)liberais e suas derivadas: a teoria do crescimento e da modernização. Será, porém, Frank (1971) quem de modo sistemático virá a refutar a aproximação ideal típica dos indicadores à volta da modernização e, com base em argumentos teóricos e empírico-históricos, desmontará as incongruências teóricas da teoria da modernização. O corolário da argumentação de Frank (1961;1969) é que um país ou região unicamente terá potencialidades de alcançar um desenvolvimento mais sustentável e autónomo quanto mais independente for a sua política e, vice-versa, quanto mais dependente for, maior será a probabilidade de reproduzir a sua dependência<sup>15</sup>.

Uma variante desta abordagem neomarxista da dependência foi desenvolvida por Wallerstein (1990), o qual é conhecido como expoente máximo da teoria do centro-periferia. Tanto Frank na sua teoria da dependência como Wallerstein na sua tese do centro-periferia culminam todo um processo investigativo e são convergentes nas suas ideias-chave de que as causas históricas e estruturais do subdesenvolvimento e da dependência dos países/regiões periféricas são inseparáveis do desenvolvimento e dominação dos países/regiões centrais, sendo ambas faces da mesma moeda ou, mais precisamente, do mesmo processo histórico. Nesta tensão e relação dialécticas entre subdesenvolvimento e desenvolvimento, desde um ponto de vista histórico, um não existe sem o outro, tal como refere Frank (1961:17ss): “antes de existir desenvolvimento, não existia subdesenvolvimento”. Nesta perspectiva, o desenvolvimento e a dominação do centro

<sup>15</sup> Frank (1969) ilustra com o caso do Chile como uma oportunidade perdida para, com a depressão mundial de 1857, a guerra do Pacífico e sobretudo o afastamento do presidente Balmaceda pelos contra-revolucionários, potenciar um desenvolvimento autónomo.

deram-se à custa da exploração e da sujeição da periferia desde o século XVI até à actualidade (transferência de mão-de-obra escrava, extracção de matérias-primas, comércio desigual). Donde, num contexto de colonização e de extracção do excedente comercial, isto simultaneamente possibilitou aos países do centro desenvolver-se, impedindo ou inibindo os países/regiões da periferia de efectuarem a descolagem. Devido à ênfase dada por estes autores ao desequilíbrio nas relações comerciais entre centro e periferia, o capitalismo deve ser entendido como um intercâmbio desigual baseado na divisão internacional do trabalho em que de algum modo se verificam vantagens comparativas mútuas, perante uma relação de retenção ou utilização, por parte dos países metropolitanos, do excedente produzido pelos países/regiões satélites. Quer seja na sequência da crise de 1929, quer seja no pós-II Guerra Mundial verificou-se uma redução de exportação de matérias-primas, o que fez emergir algumas políticas de estímulo à industrialização em substituição da importação.

Ainda que não seguida de um modo linear e, algumas vezes, corrigindo-a, a principal fonte de inspiração teórica destes autores foi, sem dúvida, o marxismo, segundo o qual a única via possível para o referido desenvolvimento seria o socialismo. Estes neomarxistas, nomeadamente Frank, foram fortemente influenciados por Baran (1973), Baran e Sweezy (1970)<sup>16</sup> e consideram que o imperialismo deve explicar-se a partir das contradições entre a necessidade de expansão do capitalismo e o subdesenvolvimento das regiões e países atrasados, países esses que ou não conheceram o feudalismo ou em que este assumiu formas diferentes nas regiões periféricas e centrais, tal como referem Frank (1961:72 ss) e Wallerstein (1990). As teses destes autores, que sofreram fortes ataques provindos do campo liberal, não obtiveram unanimidade no seio do campo marxista. Assim, Laclau (1971), Arrighi (1971) e Brenner (1977:27 ss), não obstante convergirem nas principais teses daqueles, criticam-nos pelo facto de pretendem explicar a reprodução das desigualdades entre centro e periferia e suas variações com base na relação (neo)colonial entre metrópole e satélites,

<sup>16</sup> Tal como referem Silva e Cardoso (2005:52), a tese de Baran e Sweezy (1970), seguida por Frank (1961, 1979) e Wallerstein (1990), tem sido objecto de algumas críticas por parte de outros marxistas, como se referirá mais tarde. No entanto, foi objecto também de acérrimas críticas por parte dos defensores do *status quo* liberal como Phillips (1977), o qual desqualifica Baran e Sweezy (1970) pela sua crítica moralista e ideológica incapaz de reconhecer o efeito do capitalismo não apenas nos países do centro mas também nos próprios países periféricos. Para Phillips (1977) o atraso não seria causado certamente pela penetração e exploração capitalista nos países subdesenvolvidos mas seria sim devido, num claro desafio e contestação directa da tese da dependência do centro-periferia, à insuficiente penetração do capitalismo nos países subdesenvolvidos, o que explicaria o atraso e o subdesenvolvimento dos países periféricos.



descuidando a análise dos modos de produção e as inerentes estruturas de classes, assim como o impacto de as suas diferenciadas configurações nos diferentes trajectos dos países periféricos e suas respectivas mudanças sociais (cf. Silva e Cardoso 2005:54).

Uma última questão pertinente a este respeito será a de deslindar o lugar da teoria da dependência e do centro-periferia em relação às duas grandes tradições da economia política: a (neo)liberal, por um lado e a (neo)marxista por outro, ou seja, em que medida representa uma nova corrente ou não na sociologia do desenvolvimento. Se em relação à teoria clássica liberal, a teoria da dependência e do centro-periferia, apesar de tentativas de alguns em desclassificá-la como moralista, ideológica e utópica ou simples produto de uma inteligência pós-independentista, para a maior parte dos autores (Bersntein 1979) tratar-se-ia de uma variante do modelo marxista, interpretação esta que parece a mais adequada, sem entrar agora a avaliar sua interpretação desde o marxismo, devendo esta última polémica ser avaliada desde outra perspectiva, nível e objectivos, como se procurou evidenciar.

Em todo o caso, não só os teóricos da dependência e do centro-periferia, como seus críticos marxistas, quer seja no estudo das próprias sociedades centrais, quer seja na análise das sociedades indígenas e periféricas, principalmente da Austrália, África, Ásia e América Latina, coincidem no seu diagnóstico e indicam como subjacente às teorias neoliberais uma visão etnocêntrica e eurocêntrica, que coincide com as estratégias de incorporação, dominação, quando não de destruição de economias e sociedades tradicionais por parte das potências (neo)coloniais, capitalistas e imperialistas<sup>[17]</sup>. Por fim, mas não menos importante, há que reter a ideia de que a teoria de dependência e do centro-periferia não se aplica apenas a nível mundial, mas também, *mutatis mutandis*, a nível nacional e regional, pelo que é pertinente e adequado tê-la em conta também no âmbito do desenvolvimento regional.

#### **1.4. O modelo territorialista local**

Tendo em consideração, tal como referido por Silva e Cardoso (2005:55), a falência do modelo neoliberal, a inoperância do modelo neo-institucional no sentido de diminuir consideravelmente o fosso entre países e regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas e a alegada utopia do modelo marxista,

<sup>17</sup> Como demonstração da pertinência desta tese, é de destacar, nomeadamente no panorama de produção científica em Portugal, a análise do destino da produção subalterna do cajú em Moçambique num contexto de penetração do capitalismo nesta sociedade tradicional. (F.B.Ribeiro, 2004).

pelo menos a curto-médio prazo, vários autores (Stohr 1981, Bailly 1999) tendem a defender que, no âmbito da actual globalização, o mais apropriado e defensável é procurar potenciar o desenvolvimento local e, quanto muito, regional. Estes autores, alguns deles com certa indefinição e ambiguidade, defendem o modelo de desenvolvimento local que se apresenta, ora em contraposição, ora em complementaridade, ora inclusive como modelo alternativo, quer seja em relação ao paradigma estrutural-funcionalista e correlativa teoria neoliberal da modernização, quer seja em relação à teoria do centro-periferia de inspiração (neo)marxista.

O modelo de desenvolvimento local, também denominado territorialista, parte do pressuposto de que o desenvolvimento e a satisfação das necessidades da população implicam a mobilização das potencialidades endógenas das respectivas regiões e, em particular, o envolvimento das associações e a participação das pessoas a partir da base da base, no quadro do desenvolvimento local, comunitário<sup>18</sup>.

Desde esta perspectiva e na esteira de Silva e Cardoso (2005:56), poder-se-á dizer que vários investigadores, entre eles, Amaro (1991) e Reis (1992) analisam o *local* como uma dimensão duplamente relacional. Segundo Reis (1994), Pérez-Yruela *et al.* (1994), para que o processo de desenvolvimento seja exequível e bem sucedido, será necessário satisfazer algumas condições: determinado nível de densidade demográfica e económica, certo grau de conhecimentos técnicos, capacidade de gestão do território e organização.

Para além destas condições, autores como Giménez (1996), Hoven *et al.* (1996), Lowe *et al.* (1997), Villasante (1998, 1999), Ferrão (1999) e Monteiro (2004) têm destacado a importância da construção de redes locais e regionais, a existência de facilidades de transportes, telecomunicações e outras tecnologias, com as quais, tal como o demonstraram algumas experiências, principalmente em Itália e em França<sup>19</sup>, foi possível potenciar e

<sup>18</sup> Cf., entre outros, com base em reflexões e diversos estudos concretizados em comunidades sobretudo rurais, Lima (1986), Figueiredo (1985 e 1988), Cristóvão *et al.* (1994), Pérez-Yruela (1994), Almeida *et al.* (1994), Marques e Portela (1994), Puerta (1995), Melo (1995), Felizes e Silva (2002), Monteiro (2004), Silva e Cardoso (2005), Cristóvão e Miranda (2006), Moreno (2007). São também de referir aqui as diversas Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL), o Rendimento Mínimo Garantido (RMG), posteriormente chamado Rendimento Social de Inserção (RSI), o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI), as quais, contra-riamente à interpretação de Monteiro (2004:19) de que estar-se-ia perante uma mudança de paradigma relativamente aos primeiros programas de luta contra a pobreza, representariam uma mudança de perspectiva e de escala perante o problema, já que se trata de substituir uma visão mais assistencialista por uma outra mais institucional e reformista.

<sup>19</sup> A este respeito é importante sublinhar o sucesso da Terceira Itália que, baseada numa cultura de qualificação e inovação, potenciou e articulou de modo frutífero as formas produtivas tradicionais e as novas formas cooperativas impregnadas de uma forte identidade local em contexto produtivista (cf. Fernandez e Rioja 1999; Berbel e Villasante 2011).

mesmo aumentar o emprego numa lógica de diversificação das actividades económicas, não agrícolas, em áreas rurais: em 63% e em 52% respectivamente (cf. Saraceno 1996, OCDE in Lowe *et al.* 1997, Castells 2002).

É neste âmbito e com este objectivo que estes e outros cientistas sociais têm defendido e estabelecido alguns princípios em torno do desenvolvimento local. Assim, segundo Bailly (1999:29), o desenvolvimento local deve pautar-se por cinco princípios básicos: (i) o princípio da equidade territorial, implicando o abandono das dicotomias centro-periferia; (ii) o princípio da equidade social e subsequente rejeição da divisão espacial do trabalho e dos mercados dos salários diferenciados; (iii) o princípio do desenvolvimento duradouro e sustentável, orientado para o futuro do ponto de vista económico, social e ambiental; (iv) o princípio da responsabilidade territorial, implicando a assunção, por parte das regiões e locais, de um papel relevante no desenvolvimento; (v) o princípio da justiça ambiental, no sentido de evitar a discriminação na atribuição ou disponibilização de espaços: de qualidade para uns e deteriorados ou “poluídos” para outros.

Qualquer abordagem em torno do desenvolvimento deverá assumir os agentes locais como protagonistas do desenvolvimento. Neste pressuposto e tendo em conta objectivos de melhoria concreta para o bem-estar das populações, esta perspectiva apresenta potencialidades. No entanto, como referem Silva e Cardoso (2005:57), ela também revela limitações, pelo que importa ter em conta a perspectiva crítica da teoria do centro-periferia. As limitações derivam, em grande parte, dos constrangimentos e impactos exógenos da actual globalização económica capitalista, pelo que é tão impensável quanto ilusório desligar o contexto local do global, sem que este último deva ser assumido como determinante único dos processos regionais e locais. Não obstante estes condicionamentos, o desenvolvimento local estratégico pode mobilizar sinergias na defesa do património natural e paisagístico local e na mobilização de recursos e energias, procurando captar recursos externos e contrariar estratégias globais que prejudiquem o desenvolvimento endógeno. Diversos estudos originários de diversas áreas têm evidenciado que uma cuidada estratégia de desenvolvimento local potencia os mais variados recursos (exógenos e, sobretudo, endógenos) nomeadamente capital, força de trabalho, informação e organização, sistemas de crédito<sup>[20]</sup>, redes e contactos<sup>[21]</sup>.

<sup>20</sup> No seu estudo sobre o desenvolvimento social no Sul da Índia e sobre a sociedade zambiana, Long (1977) constata que, enquanto o grupo religioso dominante se opunha à mudança, o grupo de Testemunhas de Jeová criava sistemas de crédito e ajuda mútua que lhes possibilitava aproveitar os interstícios do poder económico e político (Silva e Cardoso 2005:58).

<sup>21</sup> Deste modo, ainda que a bibliografia não seja abundante, há vários estudos, em que autores focam os sistemas de conhecimento endógeno, seja na área do desenvolvimento da técnica e da organização do trabalho, seja na gestão de sistemas agrários locais de

Contrariamente à ideia corrente de que uma gestão centralizada seria mais eficiente, em determinados tipos de actividades a descentralização – não a simples desconcentração – torna-se mais eficaz, sempre que os próprios dirigentes tenham o cuidado de salvaguardar que todos os membros responsáveis e/ou beneficiários sejam tratados com igualdade como participantes membros da colectividade<sup>[22]</sup>. De resto, um Estado capaz de delegar funções, transferir competências, tornar co-responsáveis as instituições e organizações intermédias e proporcionar a participação das populações, poderá obter uma base social de apoio maior e, deste modo, permitir um espaço de debate e decisão, reforçando a confiança dos cidadãos nas próprias instituições (para)estatais<sup>[23]</sup>. Ao não ser praticada a descentralização nestes termos, pode favorecer as estratégias neoliberais das próprias corporações transnacionais e das próprias elites nacionais. Há casos comprovados nos programas de ‘ajustamento estrutural’ nos anos 80 e 90 em vários países de África, Ásia e América Latina (cf. Isaac e Franke 2004:269, 279 ss), em que a descentralização de competências e de recursos agravou situações

carácter comunitário tais como gestão do solo, sistemas de comercialização ou melhoramentos de plantas ou animais, seja ainda, na área da organização social (cf. *l'art de la localit  de Mendras in Bolhuis e Ploeg 1988, Ploeg 1991, Windmeijer 1994, Santos 2006, Villasante 2006, Gitahy 2008*). Outros, porém, como Scur e Garcia (2008) estudam os referidos sistemas na própria indústria, por exemplo no caso do Brasil, ou como Reis (1988, 1994) que, ao reflectir sobre os sistemas produtivos locais, adverte para a necessidade do seu bom funcionamento e eficiência para tornar possível o desenvolvimento local, que ao mobilizar recursos, poderá permitir encontrar soluções seja no sentido da sobrevivência seja na realização de outros objectivos, tais como criação de (auto)emprego local, produção de produtos e prestação de serviços de qualidade, aproveitamento de recursos patrimoniais e humanos existentes e, no plano político, reinvenção da democracia associativa e implementação de orçamentos participativos.

<sup>22</sup> Ilustrativo desse processo de descentralização democrática participativa é a experiência de Kerala, um dos estados da  ndia, com mais de 31 milhões de habitantes, em que a descentralização se baseia em oito princípios: autonomia, subsidiariedade, clareza no desempenho de papéis, complementaridade, uniformidade, participação popular, prestação de contas e transparência de critérios (cf. Isaac e Franke 2004, Berbel e Villasante 2011:104-105).

<sup>23</sup> O movimento a favor da descentralização é, em aparente paradoxo, sustentado pelos resultados de diversos estudos e incentivado não são por forças políticas democráticas, anticentralistas e de esquerda mas também por organizações internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OCDE e a própria Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID. O grau de descentralização mede-se pela percentagem da subvenção estatal não são aos municípios mas também a outras subunidades a nível das comunidades, havendo uma enorme diversidade de situações: mais elevados (em média entre 17% e 33%, havendo casos de mais de 50%) nos países desenvolvidos e mais baixos (entre 2,5% e 12%) em países em vias de desenvolvimento. E no que respeita à participação das populações na elaboração e aprovação do orçamento anual, há que referir como casos mais reveladores de uma descentralização democrática as experiências de Kerala na  ndia (Isaac e Franke 2004:261; Berbel e Villasante 2011:104-108) e Porto Alegre no Brasil (Santos 1998:471 ss). No entanto, importa ter presente que, para além do denominador comum em torno da eficiência e descentralização, subjazem, conforme os contextos, motivos e objectivos diversificados e opostos, tanto de integração/regulação, como de emancipação.

sociais (subnutrição, mortalidade infantil, rendimentos baixos) e inclusive gerou ou fortaleceu a descentralização da corrupção até à escala local (vg. Zaire, Filipinas). Para evitar estes processos, para além das fiscalizações oficiais, só poderão ser eficazes aquelas medidas e práticas políticas que impliquem a vigilância e o controlo pelas comunidades locais perante eventuais transgressores, sem se subordinarem aos objectivos de controlo político do Estado central.

Por fim, importa sublinhar que, num mundo cada vez mais globalizado, é importante não criar um quadro de altas expectativas sobre o desenvolvimento local como uma forma de resolver as assimetrias sócio-espaciais, e, sobretudo, as desigualdades de poder e económicas entre classes sociais, no que concerne a disposição e distribuição de recursos de vária ordem. Ou seja, tal como Chambers (1983:85) afirma, nem sempre e nem todos os conhecimentos e práticas do ‘povo rural local’, ainda que relevantes de diversas dimensões (linguística, técnica, organizativa, terapêutica, ecológica) são por si sustentáveis e ecológicas na solução dos problemas. Atendendo às diferentes posições em torno dos territórios e modos de gerir os sistemas sociais locais, assim como aos diversos comportamentos e atitudes em relação ao local, conclui-se que, a este respeito, a interpretação sobre as potencialidades e limitações ou estrangulamentos do local acaba por não ser pacífica. As concepções sistémicas mais centradas na comunidade, tal como o fazem alguns sociólogos e bastantes antropólogos de orientação funcionalista, perdem de vista não só os factores de ordem externa que afectam determinada comunidade como sobretudo as diferentes respostas dos grupos sociais no seio da comunidade local, perspectiva crítica aliás sublinhada por diversos autores, como Epstein (1962), Long (1977), Alavi (1973), Silva (1998).

### **1.5. Balanço crítico: entre o modelo centro-periferia e o modelo agro-ecológico**

Como se sabe, as teorias não são isentas de interesses das classes e outros grupos sociais e, se os diagnósticos são diferentes, também o são as soluções ou perspectivas de solução para os problemas em torno do desenvolvimento desigual entre países e regiões. Por um lado, a economia clássica e neoclássica e, por outro, as teorias da dependência e do centro-periferia, estas ancoradas no marxismo, constituem, efectivamente, duas visões antagónicas sobre a economia e a sociedade, as quais, abarcando tanto as sociedades do centro como as da periferia, tornam ilusória qualquer pretensão de estabelecer uma teoria única e independente sobre o desenvolvimento. Não se trata de defender uma teoria de economia dual – uma para os países do centro e outra para os periféricos –, do que se trata é que os dois

paradigmas se confrontam quer no que concerne às economias desenvolvidas, quer no que respeita às economias subdesenvolvidas e dependentes.

Se, por um lado, a teoria da economia dual afirma a existência de dois tipos de economia nas sociedades subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, por outro, pretende instaurar um único modelo económico, aplicável tanto às sociedades desenvolvidas como às subdesenvolvidas. A teoria da dependência, desde Furtado a Frank, tendo começado por demonstrar a inadequação da economia clássica e neoclássica para os países do Terceiro Mundo, não esconde que as premissas da sua teoria constituem uma crítica aberta e frontal à vigente economia capitalista mundial.

Em termos de balanço crítico, dir-se-ia, na esteira de outros autores como Wertheim (1971) e Tipps (1973), que a teoria do crescimento e da modernização, tendo sido copiada da evolução histórica de alguns países da Europa central, não tem em conta os diferentes modos de adaptação das sociedades rurais às transformações estruturais causadas pela urbanização ou pela industrialização, sendo importante fazer finca-pé em que o ritmo e as fases de evolução das sociedades rurais mediterrâneas, nomeadamente as portuguesas, sendo realidades diferentes, não seguiram, tal como refere Silva (1998), o modelo de industrialização inglesa. Por outro lado, tal como observaram vários autores (Wertheim 1971, Frank 1971, Tipps 1973, Bernstein 1979, Sen 1999, Silva e Cardoso 2005), o modelo de crescimento e modernização, para além de perder de vista a dimensão histórica dos processos coloniais, também perde de vista a especificidade das economias e padrões culturais das sociedades não ocidentais, remetendo-as a um limbo a-histórico ou pré-histórico ou inclusive negando a sua própria história, seus diferenciados trajectos e contradições do processo histórico e as lutas de classe, étnicas, religiosas e outras. Por outro lado, como aponta Silva (2000), a teoria dominante da modernização vê o desenvolvimento como uma mera questão técnica, e de transferência de capital e da própria tecnologia como axiológica e politicamente neutra, despreza factores não-económicos nos processos de desenvolvimento e, em termos conceptuais, está contaminada por um certo etnocentrismo ocidental que glorifica a sua modernidade como o único paradigma para o qual todas as sociedades subdesenvolvidas ou ‘deficitárias’ não ocidentais deverão caminhar, e isto em termos não só de modelo económico mas também de modelo simbólico-cultural e ideológico.

No que concerne à escola neo-institucional, esta começa por desconstruir as premissas da economia clássica e a ineficácia desta em responder aos problemas do subdesenvolvimento e ao círculo vicioso da pobreza. Apesar de ser consciente das dificuldades, os reformadores neo-institu-

cionais constroem relevantes modelos de programação e propõem medidas de intervenção com base nalguns ingredientes empíricos (alfabetização e formação, inovação tecnológica). Ainda que tal constitua um avanço em relação às teorias neoliberais do crescimento e da modernização, esta corrente, tal como referem Silva e Cardoso (2005:66ss), não se demarca suficientemente dos fundamentos da economia de mercado nem desconstrói a natureza do actual Estado capitalista e, em particular, o carácter explorador dos países periféricos por parte dos centrais. Esta situação de ambiguidade suscita a questão de saber até que ponto se está perante uma nova corrente teórica ou se simplesmente se trata de uma resposta institucional, progressista e reformista a velhos problemas derivados da lógica da economia de mercado. Se bem que são relevantes, não bastam os programas de ajuda ou as boas intenções de homens sérios de governo, porque as mudanças ocorrem graças à correlação de forças entre classes e grupos sociais, cuja organização é imprescindível para levar a cabo e defender as reformas necessárias.

O modelo da dependência e do centro-periferia apresenta certa qualidade heurística na medida em que, para além de oferecer uma perspectiva histórica, oferece um modelo explicativo das relações assimétricas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. No entanto, como referem Silva e Cardoso (2005:67), existem alguns aspectos restritivos e susceptíveis de crítica. Os modelos de dependência e do centro-periferia situam-se predominantemente num nível macro-sociológico que, sendo relevante, não é suficiente, perdendo de vista as relações sociais a um nível micro-estrutural e os diferentes padrões de dependência entre os respectivos grupos sociais presentes. A relação entre metrópole e sociedade suburbana é sempre a mesma na história, circunscreve-se na esfera da distribuição do excedente e não se articula com os diferentes grupos sociais em cada configuração espaço-temporal, tal como observam Silva e Cardoso (2005) na esteira de Laclau (1971) e Arrighi (1971). Com efeito, as teorias da dependência e centro-periferia tendem a revalorizar as relações de intercâmbio e a desvalorizar as relações de produção, o diferenciado desenvolvimento das forças produtivas, a extracção da mais-valia e as mudanças nas relações de classe. Por outro lado, nem sempre as estruturas tradicionais são um obstáculo para a introdução ou penetração de certos grupos externos que poderiam criar alianças com os grupos sociais estabelecidos com a finalidade de extrair ou obter excedentes (cf. Long 1977).

Tal como refere Villasante (1999, 2000:37), entre o local e o global há um processo dialéctico em que importa analisar as características não só comuns mas também específicas de cada caso e a sua concreta comple-

xidade. O enfoque centrado no desenvolvimento local, ainda que limitado nos objectivos, tem a vantagem de questionar os limites da teoria do centro-periferia e a teoria da dependência inspirada no (neo)marxismo. Para tal é importante dar relevância à contribuição das teorias de interacção que partem do pressuposto de que as estruturas, sem serem fixas, são produto dos processos de (inter)acção e negociação entre os agentes individuais e colectivos e, por este motivo, permitem novas configurações de estrutura recriadas também a partir da margem de acção dos próprios agentes capazes de aproveitar os interstícios da estrutura (processos de saturação no centro, certos nichos de mercado, contradições entre entidades centrais) e potenciar as próprias capacidades e oportunidades: criação de (auto)emprego local, não só no sector agrícola, mas também no industrial e no dos serviços; produção de bens de qualidade; promoção ambiental e de um turismo de qualidade; estratégias de concertação dos poderes locais, aproveitamento de recursos patrimoniais e humanos existentes, entre outros.

Resumindo, ao tentar fazer um balanço crítico das diversas correntes (primeiro a neoliberal e, em menor medida, a institucional), é de sublinhar a pertinência da teoria marxista e suas derivadas neomarxistas sem deixar de incorporar alguns ingredientes do modelo territorialista, ainda que sem qualquer ilusão de, no âmbito da actual globalização capitalista, estar assegurado um desenvolvimento local equitativo, harmonioso e justo, uma vez que persistem os constrangimentos e as imposições da actual ordem mundial vigente, desde as transnacionais até aos blocos e instâncias supra-estatais e, em particular, a hegemonia norte-americana.

Para além da implicação dos agentes locais como protagonistas do desenvolvimento, torna-se imprescindível colocar no centro do debate sobre o desenvolvimento as questões ecológicas, onde o ecológico não seja simples etiqueta, mas que obedeça, particularmente no contexto rural, aos princípios expostos em torno do referido modelo agro-ecológico defendido por Sevilla-Guzmán (2003). Segundo aquele autor, isto supõe, na sequência e renovação dos estudos camponeses, uma definição agro-ecológica do campesinato, em que a ciência como forma de abordar a realidade se destaque pela simplificação no seio da complexidade social e enfrente os riscos resultantes dos processos de degradação e dominação brutal da natureza. Uma vez que esta problematização implica uma crítica aberta ao modelo produtivista do complexo agro-industrial reinante desde o século XIX e às sucessivas modalidades de desenvolvimento rural, trata-se de conceber uma ruptura com o referido modelo agro-industrial e apresentar as bases de um outro que respeite e valorize um modo de uso dos recursos



naturais num processo de respeito pela natureza, co-evolução e co-gestão com a mesma. Este modelo alternativo de recamponização implica, ainda segundo Sevilla-Guzmán (2003:34) e com base em resultados de investigações por si levadas a cabo no âmbito de um projecto europeu: *uma crescente utilização dos recursos internos e uma tendência para uma agricultura de baixos inputs; b) novas formas de cooperação entre agricultores; c) novas formas de pluriactividade; d) circuitos alternativos não mercantilizados; e) diversificação das produções para novos mercados; f) eficiência técnico-ambiental, geralmente com base na agricultura ecológica.*

No que concerne nomeadamente ao desenvolvimento rural, Sevilla-Guzmán (2003), à luz do modelo agro-ecológico, traça um esquema de análise crítica às diversas e sucessivas formas históricas desse mesmo desenvolvimento. Assim, a questão agrária tinha sido problematizada desde finais do século XIX e inícios do século XX com a polarização de posições entre marxistas e populistas, com respostas teóricas e ideológicas opostas por parte do liberalismo e do marxismo mas coincidentes sobre o lugar do campesinato como sobrevivência anacrónica e em extinção. Já nos inícios do século XX, segue-se uma primeira forma de desenvolvimento rural baseada no desenvolvimento comunitário que, perante as ameaças de decomposição social, pretende manter a coesão comunitária e ocupar-se da implementação de infra-estruturas básicas, satisfazer, ainda que deficitariamente, as necessidades básicas da população, criando assim condições de aceitação para um subsequente processo de produção agro-industrial e mercantilização dos produtos agro-pecuários. Esta estratégia virá a reforçar-se na chamada *revolução verde* implementada sobretudo a partir dos anos 50.

No seio desta estratégia de “descamponização”, como assinalam Giner e Sevilla-Guzmán (1980) e Sevilla Guzmán (2003), prosseguem desde os anos cinquenta e sessenta novas fases de subalternização das populações camponesas com novas designações desde as acções de extensão rural ensinadas nas escolas de Agronomia, ou de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI) para integrar a produção agrícola com outras actividades extra-agrícolas (agricultura a tempo parcial e pluriactividade); ou com outras designações eufemísticas como o ‘desenvolvimento rural harmonioso’, dando uma imagem de transição pacífica e equilibrada; ‘auto-centrado’, já que é assumido como reacção produzida pelas determinantes externas ou como ‘endógeno’ e ‘local’ a modo de potenciar recursos e sinergias das populações. E, na última fase e de forma mais equívoca, sob a capa do ‘Desenvolvimento Rural Sustentável’ (DRS), que, ainda que inspirada inicialmente numa visão reformista socialdemocrata originariamente

presente no Relatório Brundtland, foi abusivamente utilizada por várias correntes inclusive a neoliberal cuja estratégia real foi paradoxalmente de dilapidar recursos, destruir economias e ecossistemas localmente sustentáveis.

É perante estas formas ambíguas e equívocas em torno do desenvolvimento rural que, independentemente da retórica e inclusive das boas intenções de seus promotores se tem reproduzido de modo dependente a lógica do modelo produtivista dominante, que surge, no quadro da metodologia da Investigação-Ação Participativa, o ‘Diagnóstico Rural Participativo’ com a imersão do investigador e a utilização de ferramentas de visualização máxima (Chambers 1983, Asensio *et al.* 2003:71 ss) e enquadrada no modelo agro-ecológico sustentável no âmbito de ‘outra modernidade’ (Sevilla-Guzmán 2003).

## Capítulo II

### Espaço, sociedade e desenvolvimento rural

O desenvolvimento, seja enquanto conceito, seja enquanto realidade social, não é pensável sem implicar as coordenadas do tempo e do espaço como condições de projecção e realização em qualquer sistema social e, mais concretamente, em qualquer formação social, particularmente contemporânea. O tempo e o espaço são pré-condições das estruturas sociais e, noutro nível, dos contextos organizacionais, ao mesmo tempo que as diversas formas temporais e espaciais são co-estruturadas pelos respectivos contextos organizacionais e, de modo mais concreto, pelos actores sociais nas suas recíprocas interacções e transacções na vida quotidiana, quer em termos de aproximação e interconhecimento, quer em termos de distanciamento ou exclusão social.

#### 2.1. O espaço e o rural-urbano

Para além do tempo e do espaço, para traçar e implementar qualquer estratégia de desenvolvimento é importante, entre outras condições, a análise da situação, o que implica convocar, numa perspectiva interdisciplinar, o papel do conhecimento científico, nomeadamente nas vertentes tecnológica, económica e política à luz das ciências sociais, em especial a sociologia e a antropologia. Não basta apenas a análise, uma vez que se impõe uma subsequente estratégia de mobilização dos diversos actores desde os institucionais, nomeadamente os estatais, passando pela organização e a implicação dos actores sociais colectivos e individuais, até uma política de convergência e unidade com outros actores. Entendendo, no entanto, que, em torno do desenvolvimento, há interesses diferenciados e inclusive antagónicos, assim como distintos paradigmas ou modelos interpretativos e explicativos, não é possível pensar qualquer diagnóstico ou solução convergente e unanimemente partilhada.

A clarificação dos pontos de partida, das premissas e dos objectivos de produção e validação do conhecimento sociológico, particularmente em torno do (sub)desenvolvimento, torna-se um imperativo indeclinável sob pena de contribuir para a manutenção de ilusões frustrantes e unanimismos ocultos e, em última instância, manipuladores da opinião pública e das

consciências dos cidadãos, enquanto virtuais destinatários (beneficiários e/ou prejudicados) dos processos de (sub)desenvolvimento (cf. Van der Ploeg 1994, Long 1977, Villasante 2000:35). Se não definimos bem o ‘porquê’, o ‘para quê’ e o ‘para quem’ beneficiam determinados processos e objectivos de desenvolvimento, não só escamotearemos as questões nucleares do desenvolvimento, mas pior ainda, ficaremos politicamente desarmados para nos opormos aos paradigmas e às estratégias da economia e à política dominantes. Foi justamente este objectivo que nos levou a debater os paradigmas em torno do desenvolvimento. No entanto, dado que na problemática do desenvolvimento local se inclui o urbano, mais concretamente o município e a freguesia, tanto urbana como rural, teremos que complementar esta reflexão geral com a sua aplicação nos dois campos – o urbano e o rural – estando hoje em dia cada vez mais inter-relacionados e interdependentes. Apesar de nesta dissertação a centralidade dos exemplos ilustrativos e o estudo de caso concreto serem de natureza rural, não deixaremos de implicar nele o Minho e o distrito de Braga, e, em especial, o município e a cidade de Barcelos. Por isso, creio pertinente uma breve reflexão sobre os tópicos da relação entre espaço e desenvolvimento urbano, para o que será necessário referir de passagem a contribuição das várias escolas da Sociologia Urbana<sup>[24]</sup>: (i) a visão plural bio-ecológica e cultural da cidade defendida pelos pioneiros da Escola de Chicago (Park 1987, Wirth 1987), empenhados em sublinhar a especificidade do urbano com acento tónico nos factores de ordem geográfica e cultural, configuradores da especificidade urbana e, através desta, dos comportamentos dos habitantes da cidade; (ii) a perspectiva (neo)weberiana (cf. Weber 1987, Ledrut 1968), segundo a qual a cidade, ainda que susceptível de ser abordada desde vários ângulos (geográfico, económico, político-organizacional), é sob esta última óptica que a cidade e suas configurações devem ser analisadas; (iii) a visão neomarxista (Marx 1974, Castells 1982, Lefebvre 1968) que analisa a cidade e as práticas sociais urbanas como resultantes da combinação de determinados modos de produção e reprodução nos quais um deles é predominante, das classes presentes em cada configuração urbana, assim como dos seus respectivos agentes, a nível da produção e da circulação.

Os fenómenos urbanos estão estreitamente ligados aos problemas gerais de uma sociedade impregnada de fortes contradições económicas e políticas e, como tal, devem ser articulados e explicados a partir da estrutura social,

<sup>24</sup> Este ponto, sendo parte do tema relativo às correntes da sociologia urbana – de resto já publicado em texto em co-autoria com M. C. Silva (Silva e Cardoso, 2003) – é obviamente tributário também dos contributos do co-autor do texto publicado na revista *Cadernos do Noroeste*, série *Sociedade e Cultura*, 1-2:189-216.

enquanto variável independente. A vida urbana é assim entendida a partir da relação com a sociedade, a economia e o Estado. A política urbana reflecte a relação de forças das diversas classes presentes na vida urbana. No entanto, é importante ter presente que a cidade, tal como o assinalaram Remy e Voyé (1981), não é uma simples soma desordenada ou caótica de objectos. Como entidade territorial, ela contém na sua diversidade e inclusive na oposição de formas e significados, uma unidade e um sentido que lhe é conferido pela especificidade do próprio espaço ou território com suas obras e formas.

Os impactos da industrialização, da penetração das novas tecnologias e o papel regulador do Estado e, mais recentemente, de outras instâncias supra-estatais, conferem às sociedades, sejam urbanas ou rurais, novas configurações sociais que importa analisar em concreto. Tal como foi teorizado por Marx (1974) e Kautsky (1974) e, em Portugal, sustentado, entre outros, por Almeida (1977:797 ss), Pinto (1985:81 ss), A.F. Costa (1985:212-255), os espaços urbanos vão crescendo, ainda que com forte resistência, lenti-dão e relativa autonomia dos espaços rurais (cf. Servolin 1972, Pinto 1985, Silva 1987, Sobral 1999), cumprindo estes em relação àqueles determinadas funções externas tais como o abastecimento de bens alimentares, o forneci-mento de força de trabalho para os sectores urbano-industriais e reserva de espaço físico em favor de processos de urbanização.

No âmbito do desenvolvimento, nomeadamente o desenvolvimento rural, este tem sido, por um lado, objecto específico de análise por economis-tas, sociólogos, antropólogos e outros cientistas sociais e, por outro, objeto de preocupação na esfera política não só dos Estados nacionais mas também de algumas agências para o desenvolvimento por parte das Nações Unidas e de outras instâncias internacionais sobretudo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), na tentativa de diminuir certos problemas tais como o fosso na distribuição da riqueza e consequentes assimetrias de rendimentos, inacessibilidade a bens e serviços públicos, assim como escan-dalosas situações de pobreza relativa e até absoluta em vários quadrantes do globo. Por outro lado, já não se trata de acudir apenas a questões relativas ao desenvolvimento da produção agrícola e ao uso dos recursos de produ-ção e de distribuição, como também a outros aspectos das economias no contexto rural e sobretudo a dimensões de ordem social, política e cultural. Tal interesse se agravou em virtude da inoperância de certos modelos de modernização tecnocráticos, em particular o modelo subjacente à chamada “revolução verde”, cuja finalidade era a difusão de modelos de crescimento ocidentais, sobretudo a aplicação de capital químico e mecânico, tendo em conta a modernização da agricultura através do mercado, experiências que, paralelamente com alguns aspectos positivos, tiveram resultados negativos

em países e regiões subdesenvolvidas: muitos dos recursos disponíveis eram absorvidos ou pelos dirigentes das organizações ou pelas elites locais, sem poderem chegar aos próprios agricultores ou tendo proveito apenas para uma minoria destes.

Efectivamente, falar de desenvolvimento rural pressupõe, em primeiro lugar, desfazer alguns equívocos sobre a sociedade rural, particularmente o de assumir a sociedade rural como sinónimo de sociedade agrária. Outro consistiria em assumir que, tal como refere Silva (1998), enquanto a sociedade moderna seria dinâmica e susceptível de induzir a mudança, a sociedade tradicional seria estática e incapaz não apenas de operar mudanças mas também de reagir às mudanças da sociedade circundante. Por outras palavras, parte-se da ideia essencialista de que os agricultores e outros habitantes rurais são conservadores, sem que se investigue o porquê dos comportamentos reactivos dos camponeses. Estes têm a percepção de que nestes processos perdem o controlo da situação e resistem, no quadro do que Van der Ploeg (1994) e Sevilla Guzmán (2003) denominam de subalternização e/ou reprodução dependente. Isso não invalida que haja respostas de adaptação e conformidade de alguns residentes favoráveis a certas inovações e mudanças, como constata Ruttan (1977) e García Sanz (1999:27), no sentido impulsionado pela lógica de modernização e dos interesses do complexo agro-industrial. No entanto, estes últimos autores analisam os dados de modo acrítico e deixam de explicar as atitudes ora de resistência, ora de anuência a determinadas exigências e estímulos do sistema.

Muitas vezes também se parte da premissa de que o desenvolvimento rural é um processo unilinear e uniforme. A realidade histórica empírica dos diversos países e regiões mostra-nos diversos padrões de desenvolvimento rural devido a condicionantes e dinâmicas, umas comuns, outras específicas e variadas. Por outro lado, nem sempre o desenvolvimento rural é unívoco, não unicamente em relação ao nível de desenvolvimento (macro, meso, micro), mas também em termos de protagonistas e destinatários: o que um grupo social considera progresso, para outro pode representar o contrário, exclusão social ou marginalização (vg. abandono de terras cultiváveis e sua substituição por projectos turísticos ou outras infra-estruturas). Em todo o caso, desenvolvimento rural pressupõe, amiúde, diferenciação e diversificação da economia, distribuição da população em vários sectores de actividade, melhoria dos índices de condições de vida principalmente alimentação, alojamento, saúde, aumento das taxas de alfabetização e nível de escolaridade e garantia de um desenvolvimento auto-sustentado desde o ponto de vista da produção, do consumo e do meio ambiente, e, politicamente, participado pelos actores sociais presentes.

## 2.2. Campesinato e sistemas agrários: evolução, dilemas e perspectivas

Apesar de o objecto central desta tese ser o desenvolvimento local a nível municipal e de freguesia, parece indispensável o debate em torno do papel das classes camponesas como classes nucleares nos processos de formação agrária e rural, principalmente nos sistemas de minifúndio, como é o caso de estudo seleccionado. Trata-se de analisar em que medida a tradicional economia camponesa é uma economia de sobrevivência a ser absorvida no processo de capitalização e de modernização da agricultura – o que, ainda que com argumentos, perspectivas e objectivos diferentes, é defendido quer seja por liberais assim como por marxistas tradicionais – ou, pelo contrário, possui uma racionalidade e uma relativa autonomia perante as demais racionalidades económicas e culturais, tal como o advogam Chayanov (1966) e seguidores. No entanto, antes de fixar a atenção sobre o sistema agrário camponês, convém apresentar de forma breve as principais modalidades e paradigmas dos sistemas agrários.

A agricultura, como actividade humana orientada para a produção de alimentos, fibras, combustíveis e outros materiais, conheceu, ao longo do tempo e espaço, uma variedade de sistemas agrários: modos de combinação entre terra, força e meios de trabalho com vista à produção vegetal e animal, conhecem vários tipos desde o sistema latifundista, a agricultura capitalista, a agricultura a tempo parcial e sobretudo nos países e regiões em desenvolvimento, a agricultura de subsistência. Cada um destes sistemas exigiu formas agrícolas diferenciadas que tiveram em conta não apenas factores tais como o tipo de exploração ou a densidade demográfica, mas também a própria estrutura social e o modo como os mercados principalmente mundiais, afectavam e afectam essas mesmas economias e sociedades.

Em relação ao desenvolvimento propriamente agrário, convém ter em conta, como expõe Van der Ploeg (1991, 1992), a direcção, o ritmo e os mecanismos dos processos de desenvolvimento agrário, para os quais este autor cita os conceitos de (i) intensidade (produção/rendimento por unidade de factor), o que se relaciona com produção intensiva e de (ii) escala (número de “objectos”, por exemplo, o número de hectares, por unidade de força de trabalho), relacionando-se esta última com a produção extensiva<sup>[25]</sup>. Foi também com base nestes dois conceitos que Hayami e Ruttan (1985)

<sup>25</sup> Foi com base nos conceitos de intensidade e escala e/ou na combinação de ambos que certos autores (Hayami e Ruttan, 1985), numa visão produtivista, referem o modelo de inovação institucional induzida, o qual tem a ver com a formação e investigação, através das quais os países seguiram vias técnicas diferentes para alcançar níveis de produtividade: ou seja, enquanto certos países (E.U.A, Canadá, Austrália) aplicaram tecnologias mecânicas para economizar trabalho e expandir mais áreas, outros com menos área (Japão, Taiwan) aplicaram tecnologias químicas (fertilizantes, insecticidas, reciclagem dos solos) economizadoras do uso da terra.

analisaram os padrões de desenvolvimento agrário de vários países, diferenciando quatro tipos: (i) o modelo japonês: muito intensivo e de pequena escala; (ii) o modelo americano: dominado pela grande escala e níveis de produção extensiva; (iii) o tipo europeu: numa posição intermédia entre o americano e o japonês; (iv) países do Terceiro Mundo: baixa intensidade e muito baixa escala. Na tentativa de explicar o desenvolvimento desta diferenciação de modelos os autores acabam por atribuir como causa o preço relativo de cada factor<sup>26</sup>. Estes modelos foram, no entanto, criticados, porque deixam de fora outros factores tais como as relações de poder entre classes ou grupos sociais.

Tendo em conta a evolução das sociedades agrárias, a abordagem sobre os respectivos problemas não é pacífica, destacando-se visões diferentes, opostas e inclusive antagónicas, o que, tal como referido por Silva e Cardoso (2005:59ss), leva Harriss (1988) a distinguir três perspectivas principais: (i) a abordagem sistémica; (ii) a abordagem decisória; (iii) a abordagem estrutural-histórica.

#### *Ad (i) a abordagem sistémica*

Esta abordagem é sustentada não só por autores de inspiração funcionalista como Foster (1965), mas também por outros autores de outras correntes de orientação fortemente demográfica como seja Boserup (1965) ou antropólogos como Geertz (1963) que, apesar de sustentarem uma concepção accionalista sobre a sociedade e cultura, enfatizam a importância dos factores demográficos e ecológicos na configuração dos sistemas locais. Também para Foster (1965) os padrões de conduta social são determinados pela ‘imagem do bem limitado’ que asseguram uma certa estabilidade e equilíbrio nas comunidades, pelo que novos padrões de conduta na comunidade ou na sociedade só terão lugar se e quando se verificarem determinadas mudanças nas condições materiais e mentais da estrutura local.

Por sua vez, Boserup (1965) realça os factores de ordem demográfica, tecnológica e ambiental na configuração dos sistemas agrários, principalmente o grau de intensificação/intensidade dos sistemas de cultivo e correlativas mudanças tecnológicas. Também Geertz (1963) a partir dos seus estudos sobre a Indonésia distingue os diferentes sistemas e padrões de cultivo por

<sup>26</sup> Ou seja, de uma forma linear, os referidos autores concluem que o padrão de desenvolvimento agrário de um determinado país é o resultado das escolhas do factor (capital, terra e trabalho) que esse mesmo país tem em menos escassez, ao longo do tempo e espaço. Por outras palavras, os autores concluem que o desenvolvimento agrário é um processo endógeno. Para uma posição crítica a este modelo, cf. Ploeg (1991).



razões demográficas e ecológicas: por exemplo, em Java sistemas intensivos em força de trabalho mais involutivos obrigam a uma cultura partilhada da pobreza em contraste com os sistemas de maior desigualdade como consequência das profundas transformações económicas e sociais noutras ilhas.

#### *Ad (ii) o modelo decisório*

Este modelo confere aos actores sociais a título individual ou colectivo uma maior autonomia e capacidade de decisão, devendo referir-se que neste modelo se incluem, para além dos defensores das premissas da economia clássica (neo)liberal acerca do actor livre e autónomo nas suas opções, outros autores representativos de outras perspectivas, sendo de salientar até certo ponto, a teoria da acção weberiana e sobretudo a teoria interaccionista (cf. Goffman 1974) na sociologia e a transaccionalista na antropologia (cf. Barth 1966). Em todas elas os indivíduos são vistos como actores sociais capazes de ter opções e ser empreendedores – conceito central nestas abordagens –, o que explicaria as diferenciadas respostas ou atitudes, por parte dos actores sociais na sociedade agrária, em relação à modernização agrícola e às diversas instâncias estatais ou outras entidades.

#### *Ad (iii) a abordagem estrutural-histórica*

Esta abordagem parte do pressuposto de que as relações que as diversas classes e grupos sociais mantêm entre si dependem obviamente da natureza e do grau de controlo, a nível local, por parte de cada classe e/ou grupo social, sobre os diversos tipos de recursos principalmente nos processos de produção, distribuição e consumo de bens agro-pecuários e outros. Ainda que esta perspectiva seja basicamente defendida pela teoria marxista, ela também é partilhada por outros autores e correntes principalmente a weberiana não tanto numa visão estruturalista nem atendendo unicamente aos processos de produção mas mais em relação à posição centrada nos diversos tipos de mercado.

Nas relações entre classes pertencentes quer seja ao modo de produção capitalista (burguesia-proletariado) quer a outros modos de produção não capitalistas (latifundistas, artesãos, camponeses), verificam-se, segundo os defensores desta perspectiva, relações assimétricas. Na interpretação marxista dominante, começando pelos escritos do próprio Marx (1974), passando por Lenine (1971), até Kaustsky (1974), o modo de produção capitalista tende a absorver os modos de produção não capitalistas. Segundo outros autores marxistas (Servolin 1972), nem sempre ocorre uma destruição dos modos de produção pré- ou não capitalistas, mas sim um processo de articulação não

no sentido funcionalmente interdependente mas de modo tenso e contraditório (cf. Rey 1973, Silva 1998, F.B.Ribeiro 2004). Ainda quando os modos de produção e as classes que lhes são inerentes não sejam abolidos no processo de capitalização e mercantilização operado pelo modo de produção capitalista, mantém-se uma relação de subordinação perante o mesmo.

*Ad (iv) a racionalidade camponesa, “descamponização” e exclusão social*

As concepções sistémicas mais centradas na comunidade, tal como o fazem alguns sociólogos e bastantes antropólogos funcionalistas, perdem de vista não só os factores de ordem externa que afectam determinada comunidade, mas sobretudo as diferentes respostas dos grupos sociais no seio da comunidade, perspectiva crítica já destacada por diversos autores, desde Epstein (1962) no seu estudo sobre o desenvolvimento social no sul da Índia, ou Long (1977) na sua análise sobre a sociedade zambiana. Por exemplo, neste último caso, o grupo religioso Testemunhas de Jeová, contrariamente ao grupo religioso dominante que se opunha à mudança, foi criando sistemas de crédito e ajuda mútua que possibilitaria à comunidade aproveitar os interstícios do poder económico e político.

Na avaliação das várias teorias particularmente sobre as variantes na perspectiva estrutural e histórica com objectivo de saber qual seria a via mais adequada das economias agrícolas para o desenvolvimento rural, há que observar que o eixo tradicional do debate se limitava ao dilema entre a inevitabilidade da média e grande empresa agrícola capitalista – o que era visto como positivo não só pela maior parte dos autores clássicos liberais, mas também, ainda que com perspectiva e objectivos diferentes, por Marx (1974), Kautsky (1974), e a maior parte dos marxistas – e a tese de Chayanov (1966) sobre a estabilidade e capacidade de resistência dos pequenos produtores artesãos e sobretudo camponeses. Segundo Chayanov (1966) e seus seguidores da escola neopopulista, os camponeses, ainda que sujeitos às flutuações do mercado e da mercantilização, estão em condições de manter a sua produção num contexto comunitário, podendo as formas comunitárias constituir inclusive um germen para a futura sociedade socialista.

Este amplo debate tem sido desenvolvido pela chamada nova tradição dos estudos camponeses, nomeadamente por Redfield (1961:36 ss), para quem as colectividades camponesas, sendo ‘sociedades parciais’ e de ‘pequena tradição’, manteriam com a sociedade circundante e a ‘grande tradição’ localizada na cidade – onde residia o poder religioso e político – relações de cooperação e complementaridade, sendo eventuais tensões com o exterior resolvidas através do papel preponderante dos líderes e mediadores locais.

A este respeito, sobretudo numa segunda fase da análise das sociedades camponesas, autores como Wolf (1957), Shanin (1979), Sevilla-Guzmán (1983) e, em Portugal, Silva (1987, 1998) assumem posições de diferente cariz e aduzem argumentos no sentido de sublinhar a oposição entre grupos sociais ou divergência de interesses interfamiliares. Entre outros, estes autores têm analisado de forma crítica as posições dos defensores da tese da diferenciação social do campesinato (ora no sentido da proletarização por parte dos mais pobres, ora no sentido do aburguesamento dos camponeses ricos e médios), assim como também as posições dos chayanovianos e ‘populistas’. As perspectivas chayanovianas, principalmente a partir dos anos setenta, conheceram um novo impulso e floresceram em grande parte devido ao facto de as explorações camponesas, sendo na sua maioria, de pequena dimensão, reterem uma relativa autonomia e não sofrerem o processo de ‘descamponização, tal como a conheceram os países ocidentais industrializados<sup>27</sup>. Perante esta situação, tal como é assinalado noutra *item*, Bolhuis e Van der Ploeg (1988), Molina e Sevilla-Guzmán (1992), Hasak (2002:282 ss), e Sevilla Guzmán (2003) propõem o novo modelo agro-ecológico, cuja estratégia se orienta a redefinir o campesinato como um novo modo de usar os recursos naturais. Este constitui um modelo alternativo ao esquema da modernização e, como tal, implica outro processo de articulação e integração das actividades (para)agrárias e não agrárias e a resistência/oposição aos pressupostos produtivistas de cariz (neo)liberal que, na actual era da globalização, estimulam a intensificação industrial das actividades agrárias e não agrárias.

Num balanço da implementação de vários processos nas diversas regiões e países, poder-se-ia dizer que se verificaram diferentes modalidades: umas orientadas na defesa da pequena exploração e outras da grande exploração. Entretanto têm prevalecido processos endógenos e políticas dos governos e das agências (inter)nacionais para o ‘desenvolvimento’ rural no sentido de que as grandes empresas agrárias integradas no complexo agro-industrial-comercial e financeiro não só retivessem a maior parcela dos recursos destinados ao desenvolvimento mas também controlassem uma boa parte do mercado dos produtos agro-pecuários em termos internos e externos. A própria produção das tecnologias (vg. máquinas) aplicada à agricultura tem, sobretudo, como modelo as unidades agro-pecuárias de grande dimensão, pouco adaptáveis à dimensão das pequenas explorações.

A evolução do processo neste sentido tem defensores teóricos e políticos a todo nível desde os autores de inspiração neoliberal às políticas supraes-

<sup>27</sup> A este respeito cf. Giner e Guzmán (1980) e, em Portugal, Pinto (1985); Silva (1987, 1998).

tatais e supranacionais como são as da Organização Mundial do Comércio (OMC) até aos políticos nacionais, regionais e locais, os quais assumem como inevitável e ‘natural’ o desaparecimento de grande parte das pequenas explorações agrícolas. Com a consumação de tais processos para certos sociólogos como García Sanz (1999) não existiria nenhuma fundamentação sobre as causas e os efeitos sociais para os próprios cidadãos afectados e, por isso, os problemas subsequentes são os que se relacionam com o modo de enfrentar as novas funções no mundo rural. Ou seja, perante a cessação da actividade agrícola, apenas restaria saber como seria possível apoiar os habitantes no mundo rural, em especial os idosos – quem deveria ser apoiado com subsídios e/ou pensões – e como deveriam ser desenvolvidos os novos serviços no mundo rural.

Outros autores numa perspectiva crítica, nomeadamente marxista, analisam tais processos desde um ponto de vista crítico: os processos de intensificação de diferenciação social no mundo agrícola e, tanto no âmbito rural como num contexto industrial e urbano, a emergência de situações de pobreza e processos de exclusão social. Ao longo dos diversos períodos históricos, desde a emergência e a consolidação do capitalismo, os diversos poderes a vários níveis (local, regional, nacional e supranacional) têm-se (pre)ocupado com os efeitos negativos do sistema, particularmente a pobreza e a exclusão social. E sobretudo desde o século XIX a questão social da pobreza e da exclusão social têm chamado a atenção não só dos cientistas sociais mas também dos detentores dos poderes político e religioso, assim como dos sindicatos, partidos e movimentos sociais. Efectivamente, as áreas rurais periféricas são elas mesmas objecto de exclusão geo-social, o que suscita também uma reflexão sobre este conceito sobre o qual não existe unanimidade começando pelos autores clássicos fundadores da sociologia, tal como refere Silva (2009): a exclusão social como perda do laço sócio-moral em Durkheim (1977), como resultante dos processos de fechamento e/ou competição no diversos tipos de mercado em Weber (1978), como um processo de afastamento/alienação engendrado nos processos de clivagem, por exemplo, entre autóctones e forâneos em Simmel (1977), como não controlo dos meios de produção e outros recursos em Marx (1998)<sup>[28]</sup>.

Tradicionalmente o conceito mais usual para denominar a privação de bens era o de pobreza, o qual admite vários tipos: desde a pobreza objetiva baseada em indicadores de ordem económica *versus* a pobreza subjetiva referente a percepções e representações sobre a pobreza; até à pobreza abso-

<sup>28</sup> Para um maior desenvolvimento do conceito de exclusão social nos clássicos, cf. Silva (2009).

luta como estado de carência de recursos mínimos vitais que põe em causa a sobrevivência física *versus* a pobreza relativa que se refere à não posse de recursos e acesso a padrões de vida correntes por parte de certos grupos, impossibilitados de ter uma vida decente.

Progressivamente desde os anos oitenta o conceito de pobreza tem sido substituído pelo de exclusão social, ao que não deve ser alheia, tal como refere Silva (2008), a contradição entre a retórica da sociedade da abundância e a crua realidade da pobreza no seio dos países desenvolvidos. Esta terá sido, segundo o autor, uma das fortes razões, ainda que não assumida, pelas quais a Comissão Europeia abandona os Programas de Luta contra a Pobreza e os substitui por Programas contra a Exclusão Social, vista como o resultado de dinâmicas sociais em que determinados grupos ou indivíduos são alheados do gozo de direitos, desde os civis e políticos até aos económicos e sociais. Assim, fixando-nos no âmbito da União Europeia a partir dos anos setenta com os Programas Europeus de Luta contra a Pobreza, conhecidos como Pobreza I, e prosseguidos nos anos oitenta e noventa como programa Pobreza II e Pobreza III, estes viriam a ser substituídos em termos conceptuais e programáticos por designações cujo conceito central é o de exclusão social e os programas denominados de Redes Sociais de combate à exclusão social, entendida esta como negação ou privação dos direitos sociais.

### **2.3. Da tradicional comunidade rural à 'sociedade rural' de hoje**

As relações intracomunitárias têm sido objecto de leitura pelas diversas correntes e seus respectivos representantes. Para além disso, em Portugal, até muito recentemente, tal como argumenta Silva (1998), até aos anos setenta e oitenta as comunidades rurais eram vistas por autores de cariz funcionalista como Dias (1984:315 ss), como unidades corporativas, (auto)integradas, relativamente harmoniosas e, como tal, não perpassadas por conflitos sociais relevantes. Em contraposição à teoria funcionalista, Silva (1998) revela a teoria da acção weberiana – a qual assume o conflito como uma dimensão inerente à competitividade das relações intracomunitárias (cf. Weber 1978) – e o marxismo que analisa as colectividades rurais como universos portadores de uma dinâmica de interesses contraditórios devido à penetração do modo de produção capitalista.

Até aos anos sessenta ainda se assumia, de modo bastante consensual, a existência e a especificidade da sociedade rural como realidade contraposta à sociedade urbana, discrepando apenas quanto ao sentido da evolução – unilinear ou não – num *continuum* histórico da passagem da sociedade rural para a sociedade urbana. Numa definição mínima e pragmática, não só para a

Comissão da União Europeia, mas também para autores como Kayser (1988), o rural se identificaria ainda hoje com um determinado tipo de espaço geográfico com baixa densidade em edifícios e pessoas, com determinado tipo de actividade agro-pecuária e silvo-pastoril em pequenas colectividades portadoras de uma identidade e padrões culturais, definição que, em relação com o tipo de actividades hoje existentes em meios rurais, deverá ser questionada.

Tradicionalmente, segundo diversos autores desde Tonnies<sup>[29]</sup> (1979) e Durkheim (1977) a Parsons (1988), passando por autores da Escola de Chicago como Wirth (1987), as comunidades rurais caracterizar-se-iam por um tipo de relações primárias de interconhecimento e afectividade, contrariamente às sociedades urbanas impregnadas de relações secundárias e impessoais, fragmentadas e anónimas, advogando alguns destes autores uma espécie de *continuum* ou passagem progressiva da sociedade rural para a urbana. No entanto, esta visão dicotómica viria a ser questionada por autores tais como Pahl (1966), que recusa a associação do sistema rural ao espaço geográfico e do sistema urbano ao espaço urbano, argumentando que o determinante nas relações sociais nos espaços urbanos não é o espaço geográfico mas sim a origem de classe, a pertença de género e a fase de vida em que os actores se encontram.

Na sociedade rural de hoje em dia o problema ainda persiste, e o debate se mantém inclusive no novo quadro, no qual já não é possível de modo nenhum sustentar a coincidência entre sociedade agrária, como um conjunto de actividades agro-pecuárias e florestais, e sociedade rural como nova realidade abarcando modos de vida heterogéneos e diferentes actividades económicas dentro ou fora do meio rural mas residindo nele. Alguns autores como García-Sanz (1999), sem deixar de ter consciência de que a sociedade rural de hoje é bem diferente da sociedade agrária de ontem, sustentam que não há entre ambas qualquer relação de causa-efeito mas mantêm a tese da especificidade da sociedade rural como objecto de estudo autónomo face à sociedade urbana com base no tamanho (menos de 2000 habitantes ou 10 000 se se trata de municípios) e em certos padrões de vida culturais, não obstante a diversidade de ocupações profissionais e formas de vida dos seus residentes.

<sup>29</sup> Na sua obra *Comunidade e Associação (Gemeinschaft und Gesellschaft)* publicada em 1887, Tonnies (1953/1979), cuja influência se fará notar nos fundadores e demais sociólogos clássicos nomeadamente em Durkheim, Weber e Parsons, tentou conciliar romantismo e racionalismo, idealismo e materialismo. Segundo Tonnies (1953/1979), verifica-se uma transição da comunidade tradicional para uma sociedade contratual moderna, que, ainda que representada como uma totalidade ou colectividade económica, caracteriza-se por um crescente individualismo, em que o próprio Estado é visto como instrumento de erosão da comunidade a favor da sociedade 'burguesa', a qual, em termos prospectivos, deveria ser substituída por novas formas cooperativas, nomeadamente entre operários, que poderiam constituir sementes de novas comunidades de cariz socialista.

Mas esta linha de análise, acentuando a multifuncionalidade e polivalência do mundo rural, atenua paradoxalmente a enorme diferença entre a sociedade rural tradicional e a sociedade dita rural de hoje, subordina a componente produtiva no meio rural e sobretudo não analisa os processos que desembocaram nesta situação nem se coloca a questão sobre quem incidiram os sacrifícios ou quem beneficiou deste processo. Por isso, alguns ruralistas como Moyano Estrada (1994) e Hervieu (1995) sustentam que hoje, dadas as interpretações e interdependências e processos de homogeneização relativa entre o rural e o urbano, dificilmente se pode falar de sociedade rural, sobretudo se tivermos em conta o modelo tradicional de sociedade rural com forte predomínio da sua função agrícola. No entanto, como assinala Mormont (1987), a substituição do termo agrário pelo de rural e a transição do uso da categoria rural pela de espaço não são inocentes: a primeira operação para apagar o papel do campesinato na sociedade rural de hoje e a segunda, reivindicando a entrada e a negociação de novos actores sociais valorizando o lazer, o consumo e sobretudo o turismo, para sustentar a tese da multifuncionalidade do espaço rural a favor de novos rurais e em detrimento dos principais protagonistas tradicionais: os camponeses. Do mesmo modo, tal como refere Hasak (2002:266 ss), seguindo o modelo de Van der Ploeg *et al.* (2002), o desenvolvimento rural não deve nem pode ser visto como uma alternativa ao desenvolvimento agrário, mas sim sua expansão em diversas fases e integração sob novas e específicas condições económicas e sociais, o que engloba a produção agrária, os produtores com a sua organização e *habitat* rural, assim como os mais diversos tipos de residentes<sup>[30]</sup>. A política de desenvolvimento rural na então Comunidade Europeia que até aos anos setenta era quase sinónimo de desenvolvimento agrário, procurando proteger a agricultura e obter o auto-abastecimento alimentar, passará a partir de aí a emitir diretivas para modernizar a agricultura e, em seguida, sobretudo a partir dos anos oitenta, a fazer face aos problemas de sobreprodução e excedentes através da definição de uma política territorial e o reconhecimento da diversidade e multifuncionalidade do rural.

A ‘crise rural’ vivida sobretudo até à década dos noventa é, para vários autores, consequência simultânea de diversos factores tais como: (i) os

<sup>30</sup> Articulado com este processo verifica-se um outro – a profissionalização agrária – a qual, segundo González e Gómez Benito (2002:512 ss), exige uns quantos requisitos mínimos tais como separação entre direito de propriedade e direito de exploração, distinção entre propriedade e controlo, transição da herança patrimonial para racionalidade empresarial. A este tipo de profissionalização – tal como ocorreu em França – articula-se um processo de desfamiliarização, ainda que estes autores, tendo em conta a realidade espanhola, entendam esta mais como um fenómeno de desvinculação da mulher e filhos das actividades agrárias. Com algum atraso em relação a Espanha poder-se-á dizer o mesmo do caso português.

modelos económicos aplicados nas décadas passadas que privilegiavam os sectores secundário e terciário, mas estavam localizados nos centros metropolitanos; (ii) a estrutura económica e social e sua diferente capacidade de adaptação aos processos de desenvolvimento e (iii) as relações de intercâmbio económico entre o campo e as cidades e entre o sector agrário e o conjunto da economia (Real 1996:128).

Nos anos noventa a orientação da Política Agrícola Comum (PAC) visa cada vez mais compatibilizar a política agrícola com outras dimensões e funções no espaço rural tais como a sustentabilidade territorial e paisagística, para o que se implementaram programas como o LEADER<sup>[31]</sup>.

Aparentemente paradoxal, é notável o interesse crescente no desenvolvimento das áreas rurais na Europa, quando todo o modelo de economia dominante até bem recentemente se orientava no sentido de transferir as pessoas do campo em direcção às cidades, quer seja por migrações internas, quer seja por emigrações. Com ritmos diferentes, as sociedades modernas ocidentais induziram mudanças que afectaram as áreas rurais europeias, não só no centro e norte de Europa, mas também, ainda que numa fase mais tardia, nas regiões da Europa do sul, principalmente Itália, Espanha e, num ritmo mais lento, Grécia e Portugal. As migrações em direcção aos centros industrializados e urbanizados tiveram como consequência o abandono de práticas agrícolas tradicionais e uma relativa desertificação, tanto física como humana. Este processo, o desemprego e a forte diminuição do rendimento constituíram feridas deixadas por esses processos de mobilidade geográfica, geralmente imperativa na procura de um melhor sustento económico dos agregados familiares nos meios urbanos.

As zonas rurais, principalmente na Europa do sul, apresentam níveis de envelhecimento mais rápido que as médias nos países europeus (Almeida *et al.* 1992, García-Sanz 1997). Por outro lado, nas últimas décadas o modelo urbano industrial dominante, comportando os processos acima mencionados, tem reservado ao espaço rural certas “funções externas”<sup>[32]</sup>, implicando

<sup>31</sup> O programa LEADER (Relação entre Actividades de Desenvolvimento Económico Rural) conheceu várias fases: o LEADER I como apoio a zonas rurais com dificuldades de modernização, o LEADER II mais centrado na inovação e outras medidas de ajustamento e protecção perante a reforma da PAC de 1992, e, por fim, o LEADER+ vem incidir na importância da valorização dos territórios, da riqueza das identidades e da qualidade das paisagens, promovendo as condições na aquisição de competências e intervenção activa dos actores locais nos seus territórios. (Hasak 2002:285 ss).

<sup>32</sup> Tal como atrás foi referido, as funções externas foram sistematizadas em quatro *items*: função de abastecimento de bens alimentares às populações e de matéria-prima às indústrias localizadas pelo lado desembocadura de produção agrícola, reserva de força de trabalho a outros sectores produtivos; a dinâmica político-ideológica das formações sociais; a reserva de espaço físico e, por último, a de “guardião” único (e último) da natureza (Almeida 1977, Pinto 1985, Silva 1998).



a transferência de poderes de decisão económica e política dos campos para os centros de gestão e planificação da esfera industrial, comercial e financeira numa lógica de subordinação do campo à cidade (Almeida 1977, Pinto 1985, Girão 1980). Na agricultura minifundiária, nomeadamente no noroeste português, há ainda outro factor a considerar: a política da PAC, sobretudo a partir da reforma 1992, representou não um estímulo à produção mas sim um afrouxamento da actividade agrícola, induzindo assim a implementação de outras actividades em meio rural. Para além disso, não é possível reflectir sobre o desenvolvimento local, principalmente em contexto rural, sem fazer uma breve referência ao actual processo de globalização e seus impactos não só positivos mas também negativos sobre as identidades locais e o desenvolvimento das colectividades rurais.

De facto, em termos agrícolas, o mundo rural tem conhecido um estado de relativo abandono e marginalização, sendo cada vez mais difícil continuar a satisfazer as simples funções de reprodução em termos produtivos tradicionais. Por outro lado, as contradições do modelo industrial dominante acabarão por reforçar a ideia do rural como reserva de espaço físico para o urbano, numa perspectiva de planeamento do território. Ou seja, se no passado o rural foi reserva para o espaço industrial e urbano, hoje converteu-se também em espaço de reserva ecológica, patrimonial e cultural, cabendo ali por excelência a função de *guardião da natureza*. No entanto, é tradicionalmente conhecido o conflito entre os grupos agrários locais e os grupos neo-rurais. Enquanto os primeiros destacam a tradicional dimensão agro-silvo-pastoril e pecuária na disputa pela gestão e decisão sobre os recursos patrimoniais locais, outros (re)constroem o rural e inclusive reinventam o *neo-rural* com novas dimensões, novas actividades e novos protagonistas (cf. Newby 1980). Efectivamente, como sublinha García-Sanz (1999), a diminuição da emigração, o retorno de emigrantes, o crescimento da população flutuante e sobretudo o crescente valor do turismo rural constituem factores que estão a inverter a tendência da perda de população rural, dando lugar inclusive a um aumento de população em meio rural. No entanto, apesar de não ser este o padrão dominante em muitas regiões em Portugal, isto não pode anestesiar a visão crítica em relação a um processo de devastação do tradicional mundo rural e das classes que até recentemente eram os seus protagonistas em termos económicos e políticos. Inerente a este processo está o início da intensificação da produção agrária.

Dada a decrescente importância da actividade agrícola tradicional, converteu-se em prioritária a necessidade de procurar actividades económicas alternativas, com o fim de revitalizar e diversificar as áreas e comunida-

des rurais marginalizadas<sup>[33]</sup>. Segundo Baptista, a sociedade rural já não se centra na agricultura e esta *já não assegura a vitalidade da sociedade rural e a terra já não estrutura as relações sociais que nela se estabelecem* (Baptista, 2010:117). Dado que hoje a agricultura por si só não está em condições de apresentar uma solução de desenvolvimento rural, torna-se cada vez mais evidente que, sem deixar de potenciar a própria agricultura, dever-se-á favorecer e implementar medidas que, diversificando as actividades económicas, permitam promover um desenvolvimento local sustentável. A própria Comissão Europeia (1988) acentua esta análise com o documento “O futuro do mundo rural”, no qual afirma que o *espaço rural apresenta funções vitais para toda a sociedade. Enquanto zona de tampão e espaço de regeneração, é indispensável para o equilíbrio ecológico, e torna-se cada vez mais um lugar de acolhimento privilegiado para o repouso e o recreio* (Boletim das Comunidades Europeias, Suplemento 4/88:5).

No entanto, o mesmo documento sublinha que o mundo rural enfrenta certos problemas, concretamente os resultantes da pressão da evolução do sistema económico sobre as regiões agrárias próximas e de fácil acesso a aglomerações urbanas e os derivados do declínio rural devido ao maciço e contínuo êxodo rural, sem esquecer os próprios problemas ambientais das regiões marginalizadas.

Embora com dificuldade de redefinir os seus espaços em termos de multifuncionalidade (Real 1996), o mundo rural requer especial atenção no sentido de propor novas formas de desenvolvimento sustentável, tal como veremos seguidamente. Isso só será possível mediante a preservação dos territórios, do património cultural diferenciado e da fixação das populações, contrariando, na medida do possível, o declínio demográfico e económico das áreas rurais. Por exemplo, o turismo, ainda que não deva servir de *álibi* para desencorajar a actividade agro-pecuária, pode apesar de tudo considerar-se uma das áreas de especial interesse para revitalizar de algum modo o meio rural e as suas comunidades.

<sup>33</sup> Segundo a OCDE as zonas rurais caracterizam-se por critérios económicos, mas com componentes geográficas, sociais, culturais e políticas, as quais em conformidade com esses critérios, podem diferenciar-se em áreas rurais *integradas, intermédias e atrasadas*. Considerando que a área rural constitui 80% do território e nele vive uma quarta parte da população, a Declaração de Cork em 1997 – “Por um meio rural vivo” – aposta na diversificação das actividades económicas, na biodiversidade e na capacidade de promoção de um desenvolvimento rural qualitativo, integrado e sustentável (Conferência Europeia sobre Desenvolvimento Rural “Europa Rural – Perspectivas de Futuro” em *Agricultura y Sociedad*, 82:291-294, cf. García-Sanz (1997). Hervieu (1995) também constata que 85% do território é rural e nele vive 27% da população francesa.

## 2.4. Ambiente e desenvolvimento sustentável em áreas rurais: os impactos do turismo

Expostas as concepções macro-económicas e macro-sociais mais relevantes acerca do desenvolvimento e, por outro, assinaladas algumas das potencialidades e limites do modelo territorialista centrado no desenvolvimento local, a articulação do desenvolvimento com a componente ecológica é uma problemática que se deve ter em conta nas estratégias de desenvolvimento, não só num sentido adaptativo, mas também como alternativo.

Nas ciências sociais tem-se abordado recentemente, e cada vez mais de modo premente, a questão relacionada com o meio ambiente<sup>34</sup>. Sabemos, por um lado, que a discussão do ecológico, do “verde”, do “ambiente” é influenciada por razões e motivações de ordem política e económica e não raramente estão relacionadas não apenas com clientelas políticas mas também com os próprios consumidores. Por outro lado, é cada vez mais evidente que a cobertura televisiva dada à diversidade de questões ambientais tem desempenhado um papel de apoio na formação de atitudes da população, em geral, perante a vida dita natural ou selvagem (Nicholson 1987). Para além disso, é importante referir ainda toda uma série de acções de grupos ambientalistas e de outros grupos de pressão em defesa do ambiente. Basta enumerar alguns temas controversos como seja o “buraco” do ozono, a destruição de *habitats* e a extinção de espécies, os resíduos e seu tratamento, a circulação de veículos e os gases, a preocupação com o esgotamento de energias tais como o gás, o petróleo e o carvão (cf. Yearley 1992).

Perante este novo cenário, as ameaças, os riscos e as dimensões que o tema suscita, poderemos questionar por que é que os problemas do ambiente inquietam os cidadãos como uma questão vital nas sociedades contemporâneas e como progressivamente, para além do problema social, se tornaram também uma questão sociológica. Esta questão induz necessariamente a que, na sequência dos contrastes sumariados sobre as principais perspectivas sobre desenvolvimento, centremos agora a atenção na relação entre desenvolvimento e ambiente e, em seguida, com particular ênfase no turismo rural, enquanto parte integrante de um processo de desenvolvimento local-rural e seus impactos – negativos e/ou positivos – nos espaços, na sociedade e nas pessoas.

Até há bem pouco tempo a questão ambiental era dominada pelo cunho positivista do pensamento biológico evolucionista. As ciências sociais, particularmente a sociologia, ao rejeitar, em termos gerais, o determinismo bio-

<sup>34</sup> Com base na investigação bibliográfica, este *item* pretende intersectar e, na medida do possível, articular os diversos elementos dos conceitos assinalados no título referido acima que, à luz dos vários modelos de desenvolvimento (Cap. I), podem ser postos em perspectiva na temática do turismo rural com a do ambiente e desenvolvimento sustentável.

lógico, tomou parte no debate sobre o ambiente, dando o seu contributo importante nesta área. Contrariamente ao pressuposto positivista de grande parte dos cientistas das ciências naturais – que geralmente menorizam os contributos das ciências sociais – e até de alguns cientistas sociais defensores da dicotomia natureza-sociedade, assim como natureza-cultura, os pólos de estes dois binómios não traduzem realidades opostas, mas sim interdependentes. Para ilustrar esta posição podemos recordar que a grande maioria de projectos de investigação aprovados no âmbito do IV Programa-Quadro da Comissão Europeia se enquadrou em disciplinas dominantes tais como: Economia, Geografia, Empresa e Ciências da Informação sob as perspectivas de “modernização ecológica”, “análise de ciclos de vida”, “análise de regimes climáticos”, “contabilidade ambiental”, sendo estas noções assumidas como referenciais mas desprovidas de influência cultural e social, bem como do seu contexto histórico (Woodgate e Redclift, 1998).

Contrariamente à visão da economia convencional segundo a qual a economia seria um sistema total, isolado e circular, a ecologia considera a economia como um subsistema do ecossistema, em que a economia retira do meio ambiente a matéria e a energia necessárias, devendo, na medida do possível, devolvê-las ao meio ambiente, dado que os recursos são finitos e a biosfera impõe limites ao crescimento económico. Este não é, portanto, sinónimo de desenvolvimento nem implica necessariamente melhoria da qualidade de vida, questões sobre as quais têm chamado a atenção diversos autores e organizações (cf. Meadows *et al.* 1972, Clube de Roma, Comissão Brundtland 1987, Conferência do Rio 1992).

Sobre o binómio desenvolvimento-ambiente não há contudo unanimidade inclusive no seio dos reformadores e críticos da economia convencional: enquanto para autores como Pearce *et al.* (1989) trata-se apenas de corrigir os excessos, pugnar por uma economia ‘verde’ e adoptar algumas medidas que tornem o menos pernicioso possível para o ambiente a lógica do sistema, para outros o crescimento económico, tal como se apresenta actualmente, interfere negativamente sobre a ‘natureza’ e, por isso, devem reformular-se quer os fins quer os meios do desenvolvimento (Devall e Sessions 1985). Ou seja, as ameaças ao meio ambiente tais como: a poluição, o efeito de estufa, a destruição da camada do ozono devem ser evitadas ou minimizadas; os recursos, entre os quais a flora, a fauna ou a energia, não devem ser degradados ou esgotados; e o meio ambiente não deve ser explorado acima das suas capacidades de absorção e regeneração, tese que cada vez maior adesão colhe mesmo junto dos organismos internacionais (ONU, BM, UICN 1989, Conferência do Rio 1992), os quais até agora a tinham menosprezado.

Como referimos anteriormente, o desenvolvimento sustentável, como conceito e inclusive desde o ponto de vista operacional, apresenta-se com dificuldades de definição global em termos analíticos e assume diferentes significados dependendo das áreas ou das abordagens científicas. Não obstante ser vulgarmente entendido como um conceito consensual, as políticas traçadas reflectem a diversidade de paradigmas de âmbito disciplinar e ideológico. Difere entre ecologistas, planificadores ambientais, economistas e grupos de pressão e, inclusive no seio destes, entre diversos grupos ou categorias. Uma das ambiguidades de este conceito é a falta de consenso sobre o que se “deve sustentar”. Uma vez aparecem os recursos como o objectivo da sustentabilidade, outras vezes salienta-se a procura. Alguns cientistas fazem referência aos níveis de produção sustentáveis e apontam a conservação da natureza como um factor-chave de desenvolvimento de competitividade no sector turístico (López-López 2001), enquanto outros se detêm nos níveis de consumo (Redclift 1987). Se, por um lado, uns levantam a questão em termos de sustentabilidade da natureza e a limitação da mesma, outros, no entanto, vêem o progresso humano, quer a nível de *meios*, quer a nível dos *fins*, na própria natureza (Devall e Sessions 1985). Outros, ainda, orientam a sua análise em imperativos biosféricos, destacando como aspecto mais importante o desenvolvimento de tecnologias que poupem efeitos negativos para o meio ambiente ou reduzam o risco ambiental.

Outro ponto de vista insere-se no quadro das relações Norte-Sul e exprime uma visão crítica sobre desigualdades estruturais nas economias globais (Relatório da Comissão Brundtland 1987, Redclift 1987). Por um lado, diversas forças nos países do Norte actuam numa arena política em conflito: enquanto uns pretendem explorar os recursos naturais na lógica da economia de mercado, outros desejam preservar a “paisagem” e o que é “natural”. Por outro lado, os países e as populações do Sul, embora conheçam os conflitos ambientais, centram-se todavia nas necessidades básicas, na identidade cultural e nas estratégias de sobrevivência.

Apesar da ambiguidade e/ou polissemia do termo sustentabilidade, o desenvolvimento sustentável dever-se-á entender como aquele que, além de conservar e regenerar de modo duradouro os recursos nomeadamente ‘naturais’, *satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas* (Brundtland 1987, Campbell *et al.*, 1992). E é sobretudo neste quadro que os ecologistas, reivindicando a preservação da biodiversidade e a protecção da qualidade do ambiente, apelam à sustentabilidade não só económica mas também social e ecológica, numa perspectiva não tecnocêntrica, mas ecocêntrica do desenvolvimento, seja este local, nacional ou mundial, integrando assim as políticas agrárias e as ambien-

tais, questão sobre a qual se têm debruçado diversos autores, embora em diferentes perspectivas (Daly e Gayo 1995, Mielgo e Guzmán 1995, Durán 1993, Conway *et al.* 1988, Chambers 1988, Redclift 1995, López-López 2001). No entanto, esta perspectiva necessitará, certamente, perante a lógica neoliberal dominante, de alguma forma institucional de controlo e regulação política, combinando, na medida do possível e do razoável, a obtenção dos objectivos de produtividade e eficiência, por um lado e, por outro, de equidade e sustentabilidade, o que implica ter presentes as contradições resultantes das desigualdades estruturais do sistema global, tal como referem não só algumas análises críticas moderadas (cf. Tamames 1977, Brundtland 1987, Redclift 1987), como outras mais radicais que, numa perspectiva neomarxista e etnoecológica, responsabilizam os países centrais da saturação sistémica, da deterioração dos recursos naturais e dos problemas ambientais (cf. Durán 1993, Guzmán e Mielgo 1995, Yearley 1992; Leff, 2006)).

Embora em países do Sul como Portugal e Espanha a preocupação ambiental não tenha sido tão premente<sup>35</sup> como nos países do Norte, devido particularmente às pressões de sobrevivência económica nos primeiros e um menor grau de consciência ambiental nos segundos, verifica-se hoje cada vez mais um crescente interesse pelas questões ecológicas, no sentido de não deprender mas, pelo contrário, valorizar os espaços rurais, de forma a possibilitar combinar com a agricultura outras actividades tais como o turismo, o lazer e o ambiente limpo e agradável para residentes e forâneos.

Em relação aos espaços rurais, estes têm sido cenário dos mais variados protagonistas desde instituições internacionais e governos, passando por grupos e associações locais, técnicos, cientistas e até as próprias populações. A ideia do desenvolvimento do turismo rural e de outras actividades afins tem contribuído para uma mudança social e económica nesses espaços, de tal forma que à volta do turismo rural tem-se gerado alguma dinâmica de desenvolvimento e transformação económica e social, cujos impactos são positivos ou negativos (Gannon 1994), de acordo com os actores presentes e sobretudo tendo em conta as diversas perspectivas teóricas.

Neste contexto, um conceito-chave é o desenvolvimento sustentável, já referido, o qual aparece como um princípio básico que emerge como aglutinador e integrador institucional na perspectiva da modernização ecológica,

<sup>35</sup> Salvador Rivas Martínez, especialista em fitossociologia (ciência que estuda e descreve as plantas com base nas relações com o meio que as rodeia) na Europa, refere, em entrevista, que em Portugal e Espanha estão por aniquilar inúmeros *habitats*, já que ambos os países conjuntamente representam cerca de 80% do património da biodiversidade vegetal comunitária. Os bosques e as comunidades litorais, sendo de interesse turístico e propícios a criar situação de valor, deveriam ser espaços sujeitos a uma gestão adequada de conservação, contrariando desta forma pressões de interesse económico (*Público*, 14 de Junho 2001, p.32).

sendo actualmente dominante no discurso ambiental, quer a nível de cada Estado-nação, quer a nível das organizações supranacionais e dos organismos internacionais. O discurso ecológico, apoiado na ciência e na tecnologia, tenta ultrapassar a crise ambiental que se vive hoje em dia. Esta estratégia de aprendizagem, de competência técnico-científica e de actuação de redes e organizações institucionais (multi)nacionais são compreendidas por outros autores como um “emergente eco-corporativismo” (Jaminson 1996).

Várias formas de turismo têm sido oferecidas ou promovidas principalmente nas áreas rurais, tais como o turismo rural, o agro-turismo, as casas de campo e o turismo de aldeia<sup>36</sup>. Consequentemente, o papel tradicional das comunidades rurais tem sido alterado, ao ponto de serem consideradas não apenas produtoras e provedoras de produtos agrícolas mas também como beneficiárias do turismo e do lazer<sup>37</sup>.

Nas últimas décadas, o turismo rural tem crescido e, segundo Hummelbrunner e Miglbauer (*in* Verbole 1995), de acordo com a tendência geral de crescimento turístico, prevê-se que venha também a florescer nas áreas rurais. No entanto, tal como refere Avilez (1995), o turismo rural obviamente não é a solução global e universal para resolver os problemas do subdesenvolvimento em que se encontram muitas das zonas rurais frágeis. Na mesma esteira pode-se referir Verbole (1995), que também alerta que num processo de desenvolvimento de turismo rural é necessário questionar-se sobre o que se deve desenvolver e sustentar, e em benefício de quem e baseado em que critérios, áreas e durante quanto tempo. Sendo uma actividade importante, ela deriva de uma política sectorial e, por isso, não apresenta soluções globais. À volta desse mesmo crescimento e desenvolvimento geram-se impactos, sejam positivos ou negativos (Gannon 1994). Como impactos positivos podem apontar-se novas oportunidades na criação de rendimento a nível local, preservação da paisagem, contemplação de usos, costumes e tradições (Urry 1990); como impactos negativos podem referir-se a cessação da actividade agrícola (Kloeze *in* Verbole 1995), a inflação de preços do solo (Dernoi 1983, Jansen-Verbeke 1990); a deslocação do factor trabalho da agricultura para a indústria, conduzindo globalmente à comercialização da “vida rural” (Pearce 1990). As comunidades de acolhimento de turismo rural não apresentam características homogéneas, tal como referem Ryan e Dogan (*in* Verbole

<sup>36</sup> Como exemplo, pode-se referir a aldeia turística Agra, em Vieira do Minho, região Minho.

<sup>37</sup> Cf. Clocke e Goodwin (1992). E isto não apenas na Europa do Sul, mas também nos países da Europa Central e do Leste – em que ainda se repercutem efeitos do período de transição de economias planificadas para economias de mercado – foram desenvolvidos esforços para potenciar essa mesma diversificação económico-rural, criando-se modelos diversificados de turismo (Barbic *in* Verbole 1995).

1995) e Cavaco (1995). É importante saber até que ponto os impactos, positivos ou negativos, podem afectar diferenciadamente aos diversos grupos residentes, de acordo com as suas percepções, comportamentos, interesses e recursos. Vários autores e estudos apontam que apenas uma pequena parte dos residentes usufrui dos benefícios dos projectos de turismo rural e que a posição favorável das populações residentes para este novo tipo de actividade é mais receptiva por aquelas pessoas que mais dependem de tal recurso para sua subsistência (Pizam, 1978; Milman e Pizam *in Verbole* 1995).

Apesar das limitações e ao não se tratar obviamente de qualquer solução para os défices estruturais de um país ou região, o turismo pode ser considerado como uma das estratégias de desenvolvimento rural pelos mais variados argumentos tais como o aumento de rendimentos, a construção de novas infra-estruturas, e a formação de recursos humanos, a criação de emprego e o aumento da produção, a entrada de divisas e, geralmente, a criação de mais riqueza (Simões 1993, GAN 1998, García-Sanz 1999). As instituições comunitárias identificam assim o turismo como um sector elegível no desenvolvimento da política comunitária<sup>38</sup> e apontam-no como uma estratégia para alcançar o *desenvolvimento harmonioso e equilibrado das actividades económicas, de um crescimento sustentável e não inflacionista, que respeite o ambiente* (artigo 2.º do Tratado da União Europeia, Comissão Europeia, Livro Verde 1995). Esta actividade é susceptível de fazer convergir políticas sectoriais que podem transformar o turismo num campo de acção privilegiado para alguma concretização do ambiente sustentável, interagindo com outras actividades económicas como as dos espaços naturais, do património cultural, dos equipamentos de ocupação de tempos livres, de infra-estruturas de transporte. A mesma ideia encontra-se no V Programa de Acção Comunitária em Matéria de Ambiente. Dessa preocupação sobressaem três objectivos, particularmente o de assegurar a continuidade da actividade, a satisfação do turista e a conservação do património natural e cultural europeu (COM(95))97 *final*. É de notar que estes são na prática três campos que podem interagir e/ou repelir-se desde o ponto de vista da defesa de interesses de acordo com os ideais, as normas culturais e o quadro de referência que

<sup>38</sup> Cf. López (2001) para quem a conservação do meio ambiente não é limitante mas sim um aspecto potenciador de desenvolvimento. Em termos de normativas comunitárias, é de destacar a Decisão n.º 1827/1999/CE do Parlamento Europeu e o Conselho, 22 de Dezembro 1998, JOL 26, de 01/02/1999, p.1, (V Programa-Quadro de IDT). Segundo a Comissão Europeia, a estratégia de desenvolvimento sustentável de turismo constitui umas das prioridades de acção. Em matéria de emprego, o sector do turismo actualmente emprega cerca de 9 milhões de pessoas. A indústria do turismo na UE, com cerca de 2 milhões de empresas, gerando 5.5% do PIB, 6% do emprego e 30 % do comércio externo no domínio dos serviços, sendo previsível que até 2010 possam aumentar entre 2,2 e 3,3 milhões de postos de trabalho, com uma taxa de crescimento anual de 1 a 1,5% (Comissão Europeia 1998, GAN 1998).



cada grupo de actores desempenha na constelação de poderes na formação de políticas, medidas e acções a implementar.

Tendo em conta o processo de envelhecimento demográfico, as novas facilidades de mobilidade geográfica dos cidadãos europeus e de outras origens, e o facto de que a população é cada vez mais instruída e melhor informada que as gerações do passado, tais aspectos repercutir-se-ão também na oferta e na procura de diversidade de serviços a prestar a uma população que consumirá mais tempo de férias e lazer em que um dos destinos cada vez mais preferidos serão os meios rurais e, muito em particular, os dos países do sul da Europa<sup>39</sup>. Para além do turismo, como veremos mais adiante, poderiam ser desenvolvidas outras iniciativas noutras áreas enquadradas numa direcção pouco explorada: a chamada economia social na criação de serviços à comunidade, ao domicílio nos cuidados de crianças, jovens e/ou idosos, serviços culturais e de defesa do meio ambiente, entre outros, como o reconhece o Livro Branco “Crescimento, competitividade e emprego” (*in* COESO, 2000: 172-174).

As preocupações da Comissão Europeia no âmbito das estratégias de Desenvolvimento sustentável (IV e V Programas-Quadro de IDT da Comunidade) centram-se quer seja no estímulo e incentivo de práticas ecológicas no sector turístico através de programas e instrumentos específicos, como inclusive na integração de critérios ambientais nas práticas de gestão e planificação das actividades económicas – agricultura, transportes e serviços em geral – e nas empresas e investimentos turísticos (avaliação de impactos ambientais nos projectos turísticos). O objectivo mais global é o de garantir a coesão e a integração entre as regiões europeias, em especial as regiões mais periféricas da União Europeia, que através do turismo possam ser revitalizadas e potenciadas, quer seja melhorando os seus recursos culturais e naturais, assim como reforçando as economias locais através de uma maior fonte de receitas, e criando simultaneamente oportunidades de mercado para o emprego e para outros sectores. O turismo não tem sido tomado em conta como potencial criador de emprego já que, globalmente, tem sido uma indústria fragmentada, formada por um grande número de pequenas unidades e desprovida de uma clara identidade sectorial.

Tal como refere Capucha (1996), sendo a pobreza um dos resultados dos processos de desenvolvimento, nas áreas rurais “recuadas”, as tendências

<sup>39</sup> Apesar de uma certa diminuição demográfica, em 1987 havia 323 milhões de pessoas na UE. O aumento da esperança de vida e o conseqüente aumento de idosos tem particular incidência nas zonas rurais onde já vive mais de 50% da população com mais de 55 anos, prevendo-se que em 2025 os idosos representem 31% da população total (cf. Cachón 1995, García-Sanz e Saco 1997). De facto a UE a 27 cresceu 6% nos últimos 20 anos, atingindo 503,9 milhões de pessoas em 2012. Além disso, aumenta o número de pessoas com mais de 65 anos: 14% em 1992 para 18% em 2012 (Eurostat, 2012).

actuais de transformação de lazer e da procura turística e de valorização do património e da qualidade ambiental, podem constituir uma oportunidade para o desenvolvimento de regiões rurais mais desfavorecidas que se apresentam ainda em condições ecológicas propícias ao desenvolvimento do turismo rural. No entanto, o turismo rural e a valorização do património poderão beneficiar a uma parte dos residentes, porque a maioria vê-se obrigada a procurar trabalho nas cidades e noutros sectores. Estas novas funções restabelecerão o desequilíbrio em detrimento do velho mundo rural e não compensarão os efeitos negativos dos processos de industrialização e da subida do complexo agro-industrial. Estes processos, situações e efeitos induzem-nos a problematizar a questão do desenvolvimento perante a dificuldade crescente e ameaçadora dos riscos que o modelo de desenvolvimento dominante acarreta para o ambiente, e os sérios problemas de sustentabilidade que o mesmo pode implicar.

## **2.5. Associação, Estado e mercado: pobreza e políticas sociais**

Neste *item* trataremos a relação entre associação<sup>[40]</sup>, Estado e mercado e o papel de cada um nos processos de desenvolvimento, o que implica simultaneamente distinguir as diversas articulações entre estes três pilares ou pólos de acção. Um primeiro binómio tem a ver com a relação entre comunidade ou sociedade e Estado, seguindo-se uma outra que incide mais sobre a pobreza e a exclusão social e sobretudo nas políticas sociais por parte do Estado-providência.

Não é possível entender o lugar das associações sem enquadrá-las na problematização da relação entre sociedade e Estado. Em escritos de diverso enfoque doutrinário é usual a distinção entre a sociedade (civil) e o Estado, mas os conteúdos atribuídos a esta distinção diferem claramente. Santos (1994), ao discutir o projecto da modernidade, entende-o como o resultado de uma disputa entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação, situando as diversas perspectivas teóricas perante estes dois pilares. Desta forma, a teoria política (neo)liberal tende a sustentar um equilíbrio entre um poder estatal e uma sociedade civil analisada como um bloco compacto e monolítico, formada de cidadãos livres e autónomos, os quais, sendo possuidores de (auto)reflexão e (auto)responsabilidade, expressam através do voto democrático a prevalência da soma dos indivíduos sobre a comunidade que tende a ser relegada ou inclusive menosprezada.

<sup>40</sup> Segundo o *Novo Dicionário de Sociologia* organizado por Mitchell (1985), o termo *associação* descreve quer seja um processo quer seja uma entidade. O processo refere-se a vários indivíduos que interagem com vista a um fim específico ou uma série de objectivos; enquanto entidade, é uma organização de indivíduos pela qual estes se mantêm ligados a partir de um conjunto de regras que são por todos reconhecidas e que regulam o seu comportamento recíproco em vista de um fim específico ou a uma série de objectivos.

Subjacente e articulada a esta concepção alguns autores como Estevão e Afonso (*in* F. Silva, 2002) assinalam a ideia de que, enquanto as associações ocupar-se-iam da defesa dos interesses particulares, ao Estado caberia a eminente função de salvaguardar o interesse geral, sendo este o surgimento de uma velha ideia liberal.

Numa direcção teórica mais orgânica e, portanto, diferente da estritamente liberal, Durkheim (1977) analisa a relação entre sociedade e Estado destacando a importância mediadora dos *corpos intermédios* justamente para vincular os indivíduos à sociedade e suas instituições. Entre esses corpos intermédios destacam-se, para além da família, a escola, a corporação profissional e outras formas de associação cujo objectivo consistirá em favorecer a integração dos indivíduos na sociedade. Numa tentativa de terceira via teórico-ideológica entre o liberalismo e o socialismo, o associativismo durkheimiano é mais de ordem corporativo e integrador que crítico. Por sua vez, a valorização durkheimiana em torno das relações de proximidade insere-se na sua estratégia de reforçar a consciência colectiva e evitar situações anómicas e desintegradoras que deixem o indivíduo só perante o Estado.

A associação, constituindo uma das expressões de maior vitalidade nas sociedades, caracteriza-se geralmente por se distinguir de outras que surgem independentemente da vontade dos indivíduos tais como a família ou a classe social. Na esteira de alguns sociólogos clássicos como Weber (1978), a associação é, geralmente, definida como: (i) a organização de um grupo de pessoas com objectivos comuns, ainda que de diversa natureza (económica, social, política, cultural, recreativa); (ii) que opera de modo independente ou autónomo perante o Estado (e segundo outros, também do mercado); e (iii) à qual cada um dos membros adere voluntariamente.

Tal como vários estudos e inclusive o presente trabalho demonstram, as associações<sup>[41]</sup> apresentam um carácter diferenciado e heterogéneo em termos de dimensão, densidade relacional, natureza e objectivos. No entanto, considerando que uma grande parte das associações estudadas através das respostas por parte de seus dirigentes ou gestores apresentava um carácter cultural, far-se-á uma breve reflexão sobre a relação entre associação e cul-

<sup>41</sup> A temática do associativismo, sobre o qual se vão produzindo alguns trabalhos de mestrado e de doutoramento como pioneiros (Monteiro 2004, F. Silva 2002), é, como diz F. Silva (2002), um “*filão da realidade portuguesa que está ainda por explorar*”. Às formas associativas de forma cooperativa, mútua ou outra poderíamos juntar as formas de economia social ou solidária que convergem com as características de associação como entidade autónoma não só perante o Estado mas também perante o mercado no sentido que, para além de uma gestão democrática, tem como princípio nuclear não o lucro mas sim a distribuição equitativa do rendimento e o investimento do excedente na própria associação, cooperativa ou outra entidade autogerida (cf. Coeso 2000:172 ss); cf., também, a este respeito, Portugal (2006) e Parente (2008).

tura. Cultura é um conceito polissêmico e inclusive equívoco, sendo necessário destacar, em primeiro lugar, o sentido que lhe tem sido conferido por Weber (1978), prosseguido por Geertz (1963) e, em Portugal, por A. Silva (1994), segundo os quais cultura é definida pela atribuição de sentido ou significado e, por isso, cultura é um complexo de significados incorporados em sinais e símbolos que se manifestam nas obras dadas como culturais. Mas, como se cria cultura?

Uma grande parte dos teóricos tende a falar de cultura como o efeito de um movimento de cima para baixo – o que seria denotativo da influência das classes dominantes e da persuasão da sua “alta cultura” nas camadas populares – ou de um movimento inverso de baixo para cima – o que testemunha a vitalidade, criatividade e pujança da ‘baixa cultura’ das camadas populares, apesar de serem reprimidas ou, na maior parte dos casos, canalizadas, integradas e incorporadas sob outras agências de (re)socialização, controlo social e dominação político-institucional externa.

Os padrões de cultura levam certo tempo a generalizar-se, dado que necessitam de enraizar-se de geração em geração e solidificar-se, passar por processos de construção ou desconstrução (cf. Encina e Rosa 2000:159)<sup>42</sup>, sendo (re)alimentados nos espaços e processos de socialização das associações colectivas, sempre que se verifiquem tendências de diluição ou incorporação numa lógica mercantil. É aqui onde se juntam processos de mútua influência entre as chamadas culturas locais da chamada *pequena tradição* e a *grande tradição*, para usar a terminologia de Redfield (1961), com a particularidade de que a actual ‘cultura de massas’ tem maior força impositiva sobre os cidadãos menos informados pela via das indústrias da comunicação (entretimento, publicidade, práticas de lazer).

Perante os problemas do desenvolvimento importa agora entender o papel do Estado, quer seja como suporte do processo e sua função proactiva, quer seja como função compensatória perante os efeitos negativos dos processos de crescimento e da lógica do mercado, através das políticas sociais. Entre estes efeitos estão os problemas relacionados com os serviços públicos – ensino, saúde – e, em especial, o envelhecimento.

Para Flora (*in* Gutiérrez 1989) as políticas do Estado-providência têm a sua especificidade, mas não constituem um sistema autónomo, uma vez que os seus elementos devem ser enquadrados em macro-constelações, cujos eixos centrais residem na consolidação da industrialização e do Estado-

<sup>42</sup> Ou seja, segundo estes autores, agora que as culturas populares tendem a ser desvalorizadas como ‘coisa do passado’ e instrumentalizadas através da folclorização mercantil, importa revivê-las como construções colectivas a partir das comunidades locais. Esse é um desafio cheio de dificuldades devido ao peso dos diversos mecanismos políticos e ideológicos dominantes.

-Nação, assim como num sistema internacional estável e na emergência da democracia. As suas eventuais crises nascem e relacionam-se com factores internos e externos e não se devem somente a razões internas mas também aos mecanismos alimentados com políticas de garantia.

No Estado-Providência subjazem esforços e políticas tendentes a permitir uma intervenção estatal no crescimento do sector público e uma expansão da oferta de bens, serviços e subsídios às empresas ou sobretudo aos indivíduos. Falar de políticas sociais significa conhecer a construção de tais políticas pelos diversos actores – grupos sociais, agentes políticos, poderes centrais – assim como também as correntes de ideias, crenças e representações, as formas de organização da experiência, as maneiras de gerir o tempo e o espaço, a idade, o sexo, o trabalho e o dinheiro, a festa e o luto (Touraine 1986). E, em relação à velhice, entende-se por políticas sociais da velhice o conjunto das intervenções públicas que estruturam de forma explícita e implícita as relações entre velhice e sociedade (Guillemard 1988).

Se não há unanimidade sobre a realidade do Estado-providência<sup>43</sup>, muito menos a há sobre o conceito e sua pertinência, ao qual se junta à diversidade de abordagens no campo das ciências sociais e, especialmente, da economia e da sociologia que, já presente na segunda metade do século XIX, prolonga-se no século XX até hoje. Esta diversidade de posições complicar-se se introduzirmos na análise a diversidade de realidades sociais diferenciadas em termos espaciais e temporais. O Estado-providência emerge na modernidade concretamente nos séculos XVII e sobretudo XVIII perante os problemas sociais que vão surgindo. Até então a solidariedade ocorria a um nível infra-estatal e comunitário. Na Antiguidade, a solidariedade constituía uma tarefa exclusiva dos clãs e grupos de parentesco, pelo que o seu âmbito era elitista, particularista e reduzido. Na Idade Média, a solidariedade existente ocorria entre grupos de iguais ou desiguais no âmbito assistencialista e caritativo particularmente por instituições eclesiásticas ou ligadas a estas. No século XVIII verifica-se, concretamente na Alemanha sob o Estado bismarckiano, a emergência de um (proto)Estado-providência, ao qual não são alheios certos problemas causados pelos conflitos sociais e políticos que atravessam a Europa.

Para autores como Flora e Hecló (*in* Gutiérrez 1989) o Estado-providência seria não só o resultado de forças políticas e sociais diversas – as quais, plasmando-o de modo diverso, o tornavam uma realidade bastante frágil – mas também a sanção pública de uma série de valores presentes

<sup>43</sup> Segundo García Pelayo (*in* Gutiérrez 1989), a nova modalidade estatal nos países capitalistas também se designa por “Estado de bem-estar” (*Welfare State*), “Estado de partidos”, “Estado Social”, “Estado de cuidados”.

nas sociedades modernas, como são a necessidade de segurança social, a igualdade de oportunidades, a garantia mínima de vida, a rejeição generalizada de certas formas de desigualdade, valores que, pela sua diversa matriz ideológica, se procuravam compatibilizar. É devido à confluência de tendências opostas nos processos históricos com classes e forças sociais contraditórias que se explica certa dificuldade e ambiguidade na definição do próprio conceito de Estado-providência, o qual chega a ser entendido por Titmuss (1968) como uma “abstracção indefinível” e por Felice, numa concepção difusa, como uma projecção específica de movimentos, tendências e transformações mais gerais (*in* Gutiérrez 1989).

Se bem que, na óptica de Santos (1990), o Estado-providência é também produto das pressões e reivindicações das classes sociais, enquadra-se na função de coesão e integração de políticas desejadas pelas classes dominantes e representa um salto qualitativo numa política de redistribuição mais de acordo com as exigências das classes trabalhadoras – produtivas e improdutivas–, para Silva (1996) o Estado-providência nos países europeus tem sido bem sucedido, desde os anos 50-60, no sentido de incorporar e integrar as diversas classes e grupos sociais na perspectiva institucional estatal.

## Capítulo III

### Estratégia e processo de investigação: métodos, técnicas e hipótese de trabalho

Exposta a introdução, a problematização e dois capítulos de contextualização e reflexão teórica sobre o desenvolvimento e sobretudo sobre o desenvolvimento rural, é agora importante dar a conhecer a estratégia de investigação seguida e, associada a esta, tentar reflectir sobre a metodologia de fundo adoptada e expor os métodos e técnicas aplicadas nesta investigação. Os métodos, um conjunto de regras e normas que nos indicam e orientam o caminho da investigação, tornam-se cruciais na vertente descritiva e são elementos nucleares para a compreensão e explicação dos fenómenos investigados.

#### 3.1. Epistemologia, métodos e técnicas de trabalho

Um pressuposto básico na investigação consiste em considerar que em qualquer sociedade o espaço e o tempo constituem condicionantes básicas do funcionamento da mesma e de toda e qualquer acção social (Giddens 1984). Isso implica que mais que entidades fixas as realidades sociais comportam elementos de conservação e mudança, em termos graduais e/ou qualitativos, princípio que está presente na dialéctica hegeliana, retomada por Marx (1976) na sua materialidade na natureza e na sociedade mediante a tríade da tese, antítese e síntese. Este princípio aplicado à temática do desenvolvimento pressupõe uma dinâmica de tensão, confrontação ou luta entre contrários até à sua superação que, por sua vez, constitui uma nova tese e assim sucessivamente num contínuo processo de acontecimentos e transformações. Trata-se aqui, como referem Alberich (2000:68), Martínez López (2000:202-219), Ibáñez (1989), Rosa e Encina (2003:92-94), Ibáñez (2000) de um processo dialéctico em espiral em que o novo não destrói mas supera e integra o velho ou o divide de novo em dois, encarando os 'objectos' de investigação, assim como os dados e as representações sociais não como simples quantidades a recolher e a contabilizar mas sim resultados de sujeitos de conhecimento, de acção e de manutenção ou transformação do *status quo*. O conhecimento dos objectos depende também da mundivisão dos sujeitos de conhecimento e, como tal, interpela-nos, como assinala Montañés

Serrano (2007:18) sobre o *por quê, para quê e para quem* o saber científico se destina, ou seja, faz-nos caminhar para uma epistemologia na sua vertente da relevância social. Este ponto de partida leva-nos a contrariar os pressupostos positivistas, orientar e organizar o conhecimento sobre determinada realidade social sem ocultar as premissas teóricas e as implicações da investigação. Se por um lado, este ponto de partida supõe um questionamento das aparências sociais, por outro lado, tal como referem Santos (1988:55), Rosa e Encina (2003:95), devem ser recuperados e revalorados os contributos do conhecimento da vida quotidiana, do chamado senso comum e/ou das culturas e conhecimentos populares para serem combinados, articulados e confrontados com o conhecimento científico e seus métodos e técnicas, de modo a obter um estágio mais rico do conhecimento. Ou, tomando as palavras de Montañés Serrano (2007:28): *Todos os sistemas observadores, com seus correspondentes saberes, não-de participar no processo de produção de conhecimento. Tanto os que se localizam na academia como os que procedem de outros âmbitos. Todos não-de contar e todos os contos não-de ser tidos em conta.*

O saber científico não está isento de interesses e valores, pelo que há que desmistificar a pretensão positivista do saber como social e axiologicamente neutro, tese esta criticada por Habermas (2007) ao desconstruir os pressupostos positivistas e sustentar que a ciência e a técnica funcionam também como formas ideológicas de ocultação dos interesses e a imbricação destes sob a cobertura da ciência e da técnica, ou tecnociência. É nesta óptica que o pensamento e a metodologia habermasiana sustentam como constitutivos do saber três tipos de interesses entre os actores sociais (o interesse técnico, o interesse prático e o interesse emancipador). Na referida tese, partilhada e desenvolvida por Garrido García (2007:113), supõe-se que ao interesse técnico, particularmente exclusivo, subjaz uma postura positivista, ao interesse prático uma ciência histórico-hermenêutica e ao interesse emancipador uma ciência social crítica, muito presente na tradição da escola de Francoforte e na Investigação-Ação Participativa (IAP). No entanto, tal como observa este autor, isto não ocorre de modo linear, pelo que em cada tipo de interesses e respectivos tipos de saber e racionalidade, como em qualquer tipologia quando se confronta com a realidade, combinam-se elementos de outros para além da dominante em cada tipo.

Feitas estas considerações críticas, é evidente que a este estudo subjazem também objectivos e interesses. Um primeiro tem a ver com a necessidade de um maior conhecimento da realidade concreta do município de Barcelos para contribuir na elaboração pelos diversos tipos de actores – uns mais institucionais, outros mais locais e informais –, um plano de desenvolvimento em



que estes actores, ainda que conscientes dos mais diversos constrangimentos e limitações, possam propor metas e estabelecer estratégias fundamentadas. A colheita e a interpretação dos dados apresentam uma dupla relevância: científica e sociopolítica. Em relação a esta última, se os resultados podem ser úteis a diversas instituições, desde o nosso ponto de vista e posicionamento têm sido as populações e, em particular, seus órgãos e associações locais de diversa ordem que estiveram no centro das minhas preocupações.

Em termos epistemológicos mais gerais, a abordagem que metodologicamente nos parece mais adequada para ‘dissecar’ o desenvolvimento regional, municipal e local rural consistirá em articular três níveis de análise: socio-estrutural, organizacional e interactivo. Estes diversos níveis de análise têm sido defendidos por autores de diversos quadrantes teóricos desde o neo-estruturo-funcionalista Luhman (1982) até aos (neo)marxistas críticos como Bader e Benschop (1988) e Silva (1998). Isso não significa que os diferentes níveis analíticos devam ser entendidos de modo eclético e aleatório mas que a sua importância e prioridade deverão ser examinadas, aplicadas e avaliadas, tomando como ponto de partida explicativo prioritário o mais elevado grau de abstracção e compreensão, ou seja, desde o sócio-estrutural, passando pelo organizacional, até ao interactivo. Isto representa um avanço perante as explicações monocausais e deterministas, mas não significa que o problema da determinação social esteja plenamente resolvido, uma vez que, como vários autores chamam a atenção (Fernández 2007:57-59), a contingência é inerente à acção social, sobretudo em determinadas situações caracterizadas de incertezas e multiplicidade de factores e agentes.

A busca e a construção do conhecimento científico exige, como o assinalam Bourdieu (1973) e Ibáñez (1989:49), a incorporação de três níveis diferentes: (i) epistemológico – o qual implica questionar a ilusão da transparência do real, superar as falsas aparências do saber imediato, não assumir premissas ingénuas e, eventualmente, operar a desconstrução do senso comum; (ii) teórico-metodológica, pela qual se tenta problematizar e construir hipótese de trabalho, evitando, no entanto, como referem Quivy e Campenhoudt (2003:20-22), a precipitação na dita construção; (iii) técnica, como sendo o conjunto de ferramentas que têm como objectivo provar e comprovar empiricamente as hipóteses de trabalho, para o que dever-se-ão articular as técnicas quantitativas e qualitativas ou, segundo Montañés Serrano (2007:15), as “contas” e os “contos”. Finalmente, a elaboração de certos instrumentos como seja a hipótese de trabalho e/ou a aplicação de certas técnicas só são adequadas quando a problemática e os objectivos se tornam claros, ou seja, quando, como referem Quivy e Campenhoudt (1998:22), se sabe o que se pretende na investigação.

Se a metodologia é básica para enquadrar o fio condutor da teoria, esta por sua vez também intervém de algum modo na própria metodologia, implicando a este princípio uma frutífera dialéctica entre teoria e metodologia. Por isso mesmo tive que informar-me minimamente através da consulta a especialistas, ler textos de síntese sobre o que se tem produzido no objecto de investigação de modo a examinar a pertinência e validade externa do problema. Considerando a problemática específica desta dissertação, tal como se pode inferir dos itens e capítulo da exposição teórica sobre o desenvolvimento local e, em particular rural, devo reafirmar que os pressupostos metodológicos básicos em torno desta problemática baseiam-se na continuidade da reflexão sobre o campesinato, no processo de recamponização com base na agro-ecologia, tal como o sustenta Sevilla-Guzmán (2003), no âmbito de uma investigação a nível europeu coordenada por Van der Ploeg *et al.* (2002). Efectivamente, trata-se, segundo Sevilla-Guzmán (2003:29-30), de uma *estratégia metodológica pluridisciplinar e pluriépistemológica para encarar a actual crise ambiental, desde uma gestão participativa dos recursos naturais, através de propostas de desenvolvimento local e mediante redes que elaborem propostas alternativas ao actual tipo dominante de sociedade moderno-industrial*. Por sua vez, os métodos e as técnicas apropriadas para as questões expostas e formuladas no início são o inquérito, a entrevista, o trabalho de campo com observação participante, a análise documental (actas e outros documentos municipais) e técnicas utilizadas em problemas de ordem descritiva e explicativa.

A tarefa a que me proponho, desde um ponto de vista teórico-metodológico e emancipatório mas tendo em conta as diversas fases das correntes propostas de desenvolvimento rural, é caracterizar, a nível municipal e comunitário, o estado da situação das respectivas unidades de análise, a evolução sofrida desde os anos setenta até hoje, avaliar as tendências ocorridas e em curso, as lógicas e as fases em que se encontram o município de Barcelos e a aldeia de Durrães na perspectiva das potencialidades do desenvolvimento local, à luz das propostas pioneiras formuladas por Van der Ploeg *et al.* (2002) e Sevilla-Guzmán (2003).

Em relação às técnicas utilizadas, na fase de recolha de dados, fez-se uso de várias técnicas de investigação: (i) consulta e leitura de arquivos e documentos e as estatísticas a nível nacional, regional-distrital e municipal; (ii) a observação directa a nível da freguesia e, mais tarde, em certas situações noutras aldeias ou na cidade em diversos eventos (mercados e feiras, espectáculos, festas, etc), visitas a algumas aldeias para encontros com os presidentes de junta ou líderes de associações/cooperativas; (iii) a observação indirecta mediante a utilização de dois instrumentos, a saber, inquéritos

e entrevistas. Quanto a instrumentos quantitativos, foram aplicados dois tipos de inquéritos: um às famílias da aldeia Durrães e um outro aos presidentes ou vogais das Juntas de freguesia, dirigentes e outros responsáveis de instituições, organizações e associações locais. Para a elaboração dos inquéritos, foram muito proveitosas algumas pistas fornecidas por inquéritos já aplicados no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho: um da autoria de Manuel Carlos Silva, sobretudo no que se refere ao ciclo migratório, e outro do REAPN sobre diagnóstico das instituições ocupadas dos problemas da pobreza. Para além disso, foi implementada na fase exploratória de ambos os tipos de inquérito, um pré-teste de modo a detectar algumas incorrecções e redundâncias.

Em relação às entrevistas, foi elaborado um guião de entrevista com questões orientadas aos objectivos propostos, uma a nível da aldeia e aplicável às famílias ou, pelo menos, a algum membro responsável da família, e outra a nível municipal a um dos responsáveis das organizações institucionais ou não.

Na recolha de informação, a nível municipal ou local, tentei obter o máximo de conhecimento e, neste, filtrar a informação, de modo a obter, primeiro, um conhecimento preciso e correcto e, seguidamente, válido e adequado no sentido de uma dupla preocupação; a de que o conhecimento recolhido seja a expressão da realidade empírica, objectiva e, por outro, que se insira nos objectivos e na metodologia desta investigação. Ou seja, fez-se um esforço de objectivação a fim de alcançar o máximo de informação objectiva e, onde esta não tenha sido possível ou concretizável, tentei provar e examinar conhecimentos com base intersubjectiva, observando e auscultando os posicionamentos de diversos actores em presença. O conhecimento obtido tanto na base objectiva como intersubjectiva, foi, na medida do possível, confrontado com a possibilidade de ser contestado, como de facto ocorreu em alguns casos e situações.

Sobretudo a nível regional, distrital e municipal, consultei, recolhi e analisei dados estatísticos nacionais – Censos da População –, os relatórios da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN), uns e outros muito úteis na medida em que estão disponíveis e, como tal, economizam-nos tempo. De particular importância foi a consulta de arquivos e, especialmente, os arquivos municipais particularmente algumas actas da Assembleia Municipal, os relatórios anuais de contas, onde se podem verificar os destinos dos fundos provenientes do orçamento estatal, para além das receitas próprias do município, diversa documentação municipal e, especialmente, as actas da Câmara Municipal de Barcelos entre 1965 e 2005. Estas, funcionando como barómetro político e de gestão, proporcio-

naram indicações preciosas sobre o estado e a dinâmica das instituições, assim como sobre as convergências ou tensões político-partidárias.

Ainda a nível nacional, regional, distrital e municipal recorri também a dados estatísticos elaborados por outros colegas, particularmente sobre a região Norte por uma equipa de investigadores do Instituto de Sociologia da Universidade de Porto. Ainda nesta base, recolheram-se e analisaram-se documentos, actas da Junta de freguesia e fontes secundárias, nomeadamente monografias rurais seleccionadas para o estudo de caso e outras realizadas na região.

Os documentos de fontes primária ou secundária permitiram uma análise mais profunda que, em grande parte, confirmam as conclusões de outros estudos e monografias realizadas na região. Importa neste âmbito destacar a relevância da consulta de jornais periódicos, semanais, nomeadamente o *Barcelos Popular*. No entanto, o mais enriquecedor nesta problemática do desenvolvimento local e das estratégias familiares na sua luta pela sobrevivência e, se possível, de mobilidade social ascendente, resultou da observação participante e de alguns dos dados obtidos em alguns inquéritos realizados em duas oportunidades: um realizado durante um trabalho de campo de seis meses em 1990, a 138 famílias como principais unidades de análise, e um outro mais recente no ano 2002 a 79 agregados familiares, mais de um terço do universo das famílias existentes na aldeia. A aplicação destes últimos inquéritos, já no âmbito do doutoramento, teve lugar durante uma longa estadia de dez meses em 2002, sendo aplicados por mim às famílias ou a alguns dos seus membros. Neste e noutros contextos em presença de várias pessoas numa família ou noutros grupos desenvolveu-se uma espécie de entrevista aberta em grupo antes ou depois dos inquéritos. Depois deste tempo de trabalho de campo mais intensivo, permanente e regular, entre 2002 e 2005 efecturam-se estadias curtas e diversas visitas para recolher e comprovar dados de carácter etnográfico.

Os inquéritos aplicados, num primeiro momento, por administração directa e enviados aos líderes das instituições, por um lado, e às associações ou cooperativas, por outro, foram enviados por correio na expectativa de receber um número razoável de respostas. Esta expectativa foi demasiado optimista, pois, apesar dos sucessivos envios de inquéritos e apelos telefónicos e por fax, os resultados foram bastante limitados em número – cerca de 20 – e, em alguns casos, de menor qualidade, o que representou um considerável atraso na recolha de dados através de inquéritos. Ainda que durante este contratempo tenha podido fazer consultas documentais e leituras diversas, este considerável atraso nas respostas obrigou-me a replanear o processo de recolha de dados através de inquéritos e procurar uma alternativa,

que afinal consistiu em visitar pessoalmente as Juntas de freguesia, algum dos líderes das cooperativas, associações, centros sociais ou congéneres. Tal como explicarei mais à frente, a administração indirecta dos inquéritos teve de facto a vantagem da rapidez e sobretudo uma maior fiabilidade nas respostas num contexto de interacção *face a face*, resolver dúvidas, ambiguidades ou dificuldades de percepção de algumas questões do inquérito a pessoas menos letradas, adaptar a linguagem ao interlocutor e sobretudo poder observar as reacções ou até emoções dos inquiridos.

Deste modo, os inquéritos, em termos quantitativos, e as entrevistas foram as principais fontes de informação, tendo a preocupação de uma representatividade aproximada por profissão e grupo de pertença ou classe social, para além de traduzir as diferentes posturas/posicionamentos e mundividências políticas e ideológicas. A construção das matrizes, como última tarefa da fase de recolha de dados quantitativos, foi simultaneamente o ponto de partida para ter uma primeira ideia dos resultados para efeito da análise de ordem quantitativa. Isto possibilitou uma primeira e global aproximação estatística à realidade com análise univariável e, por vezes, bivariável.

Sem negar as limitações das técnicas quantitativas – mais descritivas que explicativas – estas têm a virtude de, no meio das mais diversas opções ou respostas perante as perguntas, oferecer um retrato numérico quer seja em torno de variáveis situacionais, quer seja de representações ou opiniões dos inquiridos. Supostamente trata-se de uma recolha de dados levada a cabo num determinado momento e, no caso do inquérito mais geral a nível municipal, nem sempre foi possível construir uma relação de confiança de modo a evitar desvios. Se tal risco é sempre possível, prescindir do inquérito representaria uma maior limitação e deixar mais desconhecido este campo institucional e não institucional e as opiniões, motivações, atitudes e representações de seus líderes em torno dos problemas, necessidades das populações e actividades ou valências a favor de grupos mais desfavorecidos.

No que concerne às entrevistas, na abordagem a nível local ou municipal, socorri-me de informantes-chave em algumas freguesias e de alguns líderes locais, para além dos presidentes de Junta. Aplicaram-se respectivamente 30 e 40 entrevistas a diferentes tipos de perfis de actores e obedecendo ao princípio de saturação de informação, enunciado por Glaser e Strauss (1967) e Quivy e Campenhoudt (2003). Se no que respeita à recolha dos dados a nível municipal houve alguma acumulação de dados sem que nem sempre surgisse clara a relação, no contexto da aldeia Durrães a recolha foi mais dirigida e controlável.

Algumas entrevistas não ficaram por apenas simples entrevistas mas desembocaram em 10 entrevistas em profundidade ou em histórias ou nar-

rativas de vida com rico valor empírico, sobretudo nas entrevistas levadas a cabo na aldeia estudada de modo mais intensivo, na qual imergi durante o trabalho de campo. Na verdade, convém assinalar que, enquanto nas entrevistas à escala municipal se verificou certa sobre-representação de entrevistados com funções ou cargos institucionais, nomeadamente presidentes de Junta, nas entrevistas e narrativas à maior parte dos habitantes entrevistados de Durrães, estes pertencem a diversos grupos sociais, não desempenham papéis institucionais ou de poder na aldeia.

Outros métodos baseados na Investigação Acção Participativa, a socioanálise ou a sócio-práxis e, no âmbito rural, o Diagnóstico Rural Participativo<sup>[44]</sup> poderiam ser fecundos se fossem realizados de modo sistemático. Como referem estes autores, a sócio-práxis como método permite que, a partir de determinados temas sensíveis (droga, desemprego), se consiga enquadrá-los em temas mais amplos e debatê-los a outro nível – por exemplo, economia e ambiente, exclusão e desigualdades sociais respectivamente – com os interlocutores e inquiridos ou entrevistados e não apenas a nível individual mas também grupal através de processos dialógicos e formação de grupos de debate ou grupo focal. Isso fez-se uma ou outra vez nos diálogos e conversas informais, mas não chegou a ser implementada uma estratégia em que, a partir de métodos qualitativos, nomeadamente a IAP, se tornassem os próprios entrevistados os sujeitos de transformação da situação. A aplicação sistemática destes métodos exigiriam, para além disso, uma disponibilidade pessoal que os tempos da instituição financiadora – a Fundação para a Ciência e Tecnologia – e instituições de acolhimento do doutoramento – a UCM – e a Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viana do Castelo não facilitam por razões diversas, nomeadamente nesta última por tarefas e cargas horárias de ensino nos dois últimos anos anteriores à defesa da tese. No entanto, a maior dificuldade residiu no facto de que, tal como o comprovarei, os cidadãos das freguesias, sobretudo rurais, estão debilmente organizados ou não o estão em absoluto e/ou estão despojados de instrumentos de participação na vida política local, porque dependem de mecanismos clientelares. E esta emancipação não pode ser obviamente obra de um investigador solitário, mas implica o recurso tempo e, como referem Marti (2000:77-78) e Martínez López (2000:221-225), a constituição e dedicação de uma equipa e a mobilização de, pelo menos, parte da comunidade ou sociedade. Ou seja, tudo isto pressupunha a aplicação da investigação-acção participativa (IAP) da própria comunidade e que

<sup>44</sup> Cf. Villasante (2000), Alberich (2000:68-69), Marti (2000:107), Martinez (2000:219), Acensio *et al* (2003), Montañés Serrano (2007:13 ss), Garrido García (2007:112 ss), Fernández (2007:65-70).

esta tivesse condições para reflectir sobre o seu próprio território e envolvente e, com base num conhecimento da realidade social e um propósito de implicação social e política, ser capaz de apresentar, como referem Basagoiti e Bru (2000:119), uma metodologia integral (um conjunto articulado e coerente de propostas), integradora (construindo uma identidade territorial e comunitária mas englobante dos diversos grupos presentes).

Em relação ao inquérito, utilizei-o, tal como já sublinhei, em dois contextos e níveis – a nível da aldeia e a nível municipal –, o que deu lugar a dois tipos de inquérito: um a nível municipal dirigido às instituições e outras organizações não institucionais e outro aos habitantes de Durrães. Paralela e/ou sequencialmente, conforme os tempos e fases da investigação, utilizou-se o método socioantropológico da observação participante, sendo tidas em conta as considerações teórico-práticas dos defensores de referido método, tais como Iturra (1986), Portela (1985), Ribeiro (1997), Silva (1998, 2003), Villasante (2000) e Caria (2003). Não raramente se defende que o estudo particular de uma freguesia poderia não ser representativo nem significativo da evolução geral. Agora, se por um lado, importa reconhecer que, efectivamente, os seus resultados não são extrapoláveis para universos nacionais, nem sequer regionais, por outro, tal como vários autores, entre os quais Bourdieu (1989:32) têm demonstrado, cada estudo de caso encerra em si algumas invariantes e constantes extensíveis a outras situações, ou inclusive como sustentam Villasante (2000:37) e Montañés Serrano (2005:293), citando a Morin em relação à amostra qualitativa, hologramática: *o todo está no interior da parte que está no interior do todo*. Assim, para além da importância dos aspectos quantitativos – que procuro ressaltar ainda que seja a nível micro aldeão – convenci-me, sobretudo depois do trabalho de campo, que foram principalmente os aspectos qualitativos os que me permitiram desvelar as lógicas subjacentes a determinados processos sociais, os significados e as motivações dos actores sociais aí inseridos, assim como, tal como o exigem as metodologias participativas, as suas interacções no espaço social, relacional, público (Fernández 2007:66-67). Neste sentido, tomam-se em conta os actores ou agentes sociais enquanto indivíduos e também enquanto testemunhas qualificadas ou representantes de instituições ou associações locais que, apesar da subjectividade da sua interpretação em determinado momento, transmitem também dados de memória e recolhidos das mesmas. Assim, ao assumir o desenvolvimento local como objecto de investigação, ao avaliar a ausência ou presença de desenvolvimento, os seus graus e formas de progresso ou de entropia, somos levados a integrar as componentes do problema a diversos níveis, o que só poderá ser percebido, interpretado e explicado mediante a chamada triangulação metódico-técnica, ou seja, como refere Valles, *a apli-*

*cação de distintos métodos e técnicas na análise de um mesmo problema ou fenómeno social* (in Alberich 2000:67), onde a acumulação e utilização das diversas técnicas se tornou uma exigência imprescindível.

Depois destas considerações metódico-técnicas, direi, que uma vez obtidos os dados através dos inquéritos e codificadas as respostas, teve lugar a construção de duas matrizes de dados: uma a nível local relacionada com diversos indicadores sobre as condições de vida, trajectórias e representações dos habitantes da aldeia de Durrães e outra de âmbito municipal relacionada com a situação, problemas, actividades e representações dos responsáveis das instituições e associações.

Em relação aos guiões de entrevistas, estes foram elaborados em consonância e complementaridade com os dois tipos de inquérito e, associados a estes, as narrativas de vida. Com base nos dados obtidos mediante as entrevistas semidireccionadas foi possível empreender a análise de conteúdo nos dois campos de observação: a aldeia e o município.

O tratamento dos dados obtidos dos 79 entrevistados deve ser visto no âmbito de um processo de investigação em constante reapreciação no município e na freguesia de Durrães entre 2002 e 2005. Para alcançar estes objectivos foram tidas em conta algumas das variáveis mais relevantes para o tema aqui tratado. Com base nos dados recolhidos no primeiro momento, nos anos noventa, e os obtidos no trabalho de campo em 2002, fez-se um tratamento empírico de alguns *itens* do questionário, ao que juntei também os resultados de algumas entrevistas, o que permitiu potenciar e enriquecer os dados quantitativos obtidos por inquérito. Ou seja, tal como refere Alberich (2000:60 ss), a análise directa do tipo distributivo ou quantificado acaba por ser examinada e contrastada com a análise de tipo qualitativo e dialógico ao ponto de ser enquadrada numa perspectiva dialéctica que engloba várias técnicas participativas (observação participante, inquérito, D.A.F.O<sup>[45]</sup>) e, de modo muito limitado, a investigação-acção, dado que não foi possível construir redes de modo comprometido para a mudança. Ou seja, nos diálogos, nas entrevistas e na observação participante foi possível preparar algumas bases de suporte à participação mais activa, tendo em vista a mudança social mas não foi possível concretizar a referida participação por limitações de tempo e ausência de outros requisitos. Em todo o caso, esta investigação sobre as potencialidades e os limites do desenvolvimento local rural, principalmente numa região de industrialização difusa, tem a vantagem de ter sido feita basicamente a partir desta aldeia, tendo em conta os dados locais e as visões dos próprios actores sociais envolvidos.

<sup>45</sup> D.A.F.O=Debilidades, Ameaças, Fortalezas, Oportunidades, conhecida em inglês pela sigla S.W.O.T. (strengths, weaknesses, opportunities and threats), cf. Zafra (2001).



### 3.2. A estratégia e o processo de investigação

Este trabalho, já começado ao nível da obtenção do DEA<sup>46</sup>, representou uma prolongação e aprofundamento na vertente teórica e na investigação empírica, sendo desenvolvida em dois planos: (i) um mais extensivo a nível do município e sobretudo orientado para as organizações institucionais e não institucionais ocupadas das necessidades e dos problemas das populações e, em última instância, pelo menos no discurso, a busca do bem-estar colectivo e individual dos cidadãos; e (ii) um mais intensivo, enquanto prolongamento do anterior com trabalho de observação participante, com trabalho de campo numa aldeia do município de Barcelos situada no noroeste de Portugal – Durrães. Ainda que durante a elaboração deste projecto tenha procurado fundamentá-lo teoricamente e desenhá-lo nas principais fases da investigação empírica, a imersão nesta aldeia foi fecunda na percepção das condições de vida, tanto na reprodução como na luta dos moradores desta aldeia por uma melhoria de vida e/ou mobilidade social. Ora isto suscita questões em torno não só das estratégias de tipo individual, mas mais sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma comunidade ou colectividade.

Este projecto, como outros, pressupõe uma estratégia enquanto conjunto articulado de actividades, estratégia que, utilizando diversas técnicas e tendo em conta as questões apresentadas na problematização, implicou uma série de opções e decisões nas diversas fases da investigação: colheita dos dados, análise dos mesmos e elaboração do relatório. Ainda que obedecendo a uma certa lógica, estas fases não foram seguidas de modo rígido ou mecânico, já que, sobretudo na elaboração do relatório, foi muitas vezes necessário voltar quer a recolher dados complementares quer a precisar a análise dos dados.

Para além dos quase seis meses de trabalho de campo anteriores, neste empreendimento de trabalho empírico de campo a nível municipal e da aldeia investiram-se cerca de 18 meses. O referido trabalho teve uma forte componente de observação participante e a colheita e recompilação dos dados por inquérito, entrevistas e outras técnicas de ordem qualitativa. Paralelamente à implementação de um tipo de entrevista por um lado a algumas pessoas residentes, e por outro, a representantes das instituições e associações, foi possível entrevistar alguns especialistas e sobretudo obter, na aldeia, informação por parte de informantes-chave, com os quais desenvolvi uma relação de amizade e pude partilhar algumas experiências e cumplidades.

Para além disso, creio que é importante destacar as razões que precederam à escolha estratégica desta temática do desenvolvimento local, uma de ordem vivencial em termos pessoais e outra centrada num diagnóstico ou,

<sup>46</sup> DEA – diploma de estudos avançados.

pelo menos, num maior conhecimento de uma realidade social local. Este conhecimento, ainda que exija um trabalho de objectivação, como se referiu, não pode pretender ser axiológica ou politicamente neutro e, por isso, implica também uma motivação política como cidadão implicado numa práxis orientada para a melhoria das condições de vida de concidadãos, começando pelos conterrâneos. Desde a minha infância vivi numa aldeia vizinha de Durrães – Aguiar, uma aldeia já ‘objecto’ de estudo (cf. Silva 1998) – onde as condições de privação eram muito semelhantes às da grande parte das famílias residentes de Durrães. Algumas das famílias de Durrães já as conhecia pessoalmente, o que se tornou uma vantagem sobretudo num primeiro momento da abordagem, pois, além de reconhecer o território, não tinha que justificar para a maioria a veracidade dos meus propósitos. Não sucedeu o mesmo em relação à subsequente investigação mais extensiva no município, tal como se pode comprovar por algumas reacções que enfrentei. Ou seja, foi para mim mais fácil tornar acessíveis e compreensíveis os objectivos da investigação numa unidade territorial mais delimitada como uma aldeia que num âmbito mais extenso, onde nem sempre estava clara a relevância social do trabalho: a quem servia e quem poderia beneficiar da investigação. Ainda quando determinados objectivos, em determinados espaços estranhos, não conseguiram ser evidentes para os sujeitos investigados, por minha parte existiu essa consciência acompanhada pelas dificuldades de tradução dos meus objectivos a alguns presidentes de Junta e/ou a dirigentes de outras colectividades.

A decisão de começar pela unidade de análise mais pequena e próxima foi vista como adequada porque proporcionou-me elementos muito relevantes para compreender as trajectórias das famílias e seus membros numa base de confiança mútua, aplicando dois instrumentos: o inquérito e a entrevista. Através do inquérito, foi possível obter a caracterização das famílias e seus respectivos membros com base em determinados atributos e/ou indicadores tais como idade, sexo, tipo de agregado familiar e pertença de grupo social, posse de recursos, tipo de actividades/profissões. A isso segue-se a caracterização das explorações, as fontes de receitas, graus e níveis de escolaridade e respectivos perfis escolares, assim como estratégias matrimoniais e de herança. Um terceiro grupo de questões focaliza-se nas diversas fases do ciclo migratório desde a saída e os motivos da saída, passando pela duração da emigração e pelas condições de trabalho e habitação no país de acolhimento, até à eventual estratégia de regresso e processos de reprodução ou mobilidade social e respectivas actividades pós-regresso.

Por sua vez, o inquérito dirigido aos presidentes de Junta e responsáveis de outras instituições, como líderes de associações e cooperativas, compreendia os seguintes *itens*: caracterização das entidades inquiridas

(natureza jurídica, infra-estruturas, equipamentos, área de actuação, tipo e condições da sede, número e composição dos associados, funcionamento e presença de funcionários e/ou voluntários e respectiva caracterização por sexo, idade, profissão e escolaridade). Um segundo bloco de questões mais centradas (*i*) nas necessidades e sua hierarquização nas respectivas percepções dos inquiridos e (*ii*) nos problemas e sua gravidade vistos segundo as percepções e representações dos inquiridos; e, por fim, (*iii*) um terceiro bloco orientado para as actividades e objectivos levados a cabo pelas autarquias e colectividades e seus destinatários, tendo como fim o desenvolvimento local, suas virtualidades e constrangimentos, derivados ora do processo de globalização, ora de processos administrativo-burocráticos e mediações políticas, clientelares, a nível local, municipal e nacional.

Para além dos inquéritos, as entrevistas foram a principal fonte de informação, as quais foram complementadas com a observação participante durante alguns meses e, por vezes, com algumas pessoas ou famílias, acompanhando-as nas suas tarefas quotidianas ou nos seus tempos de lazer, sobretudo aos domingos. Sobre os dados recolhidos em Durrães, posso assegurar uma melhor qualidade dos dados sobretudo qualitativos devido a um clima de maior confiança, excepto as entrevistas ocasionais com os representantes das instituições, aos quais ou com os quais não foi possível estabelecer uma relação mais próxima. A recolha de dados de ordem quantitativa através do inquérito foi precedida por uma conversa sobre a história de vida da família e seus respectivos membros, a qual era retomada durante o inquérito e logo de modo mais extenso ao final do mesmo. Algumas narrações durante o inquérito esboçavam uma matéria-prima que justificou a aplicação posterior de algumas entrevistas, o que ocorreu com êxito, sobretudo a partir do ganho de confiança de ambas as partes. Neste sentido, explorei as vantagens das entrevistas a nível individual e familiar com maior grau de empatia e, em algumas ocasiões, em encontros mais abertos, reuniões, discussões informais em grupos, o que permitiu a nível das relações (intra)comunitárias uma análise interpretativa mais rica e dinâmica. Em alguns momentos foi possível partilhar, com pequenos grupos, ideias e discussões na base associativa com alguns, poucos, informantes-chave – um ou outro contactado antes do trabalho de campo e outros no decorrer da investigação. Neste intercâmbio também pude beneficiar de alguns seminários ou colóquios levados a cabo na Universidade Complutense, assim como na Universidade do Minho. E, a nível local, algumas experiências em Durrães e freguesias vizinhas, nomeadamente em Aguiar, foi-me dada a oportunidade de confrontar os saberes académicos com os saberes não académicos mas cheios de sabedoria acumulada de geração em geração. Este esboço, no sentido de uma ecologia de

saberes científicos e não científicos, como defende Santos (2005)<sup>47</sup>, poderia tornar-se uma oportunidade interessante no projecto de investigação que, todavia, por falta de tempo, recursos e sobretudo constrangimentos e/ou dependências dos actores inquiridos, não se concretizou.

Em relação à receptividade das famílias nos dois momentos do trabalho de campo, salvo algumas que se mostraram pouco ou nada colaboradoras, a grande maioria das famílias foi muito amável e foi prestável na colaboração. Uns não compreendiam ou dificilmente compreendiam a situação do investigador ao pretender saber coisas da sua terra e sobretudo da sua vida: *Hoje não estou para aturá-lo* (F. M.) ou: *então anda a passear por cá?* (D.). Outros, de facto, para comprovar a minha dedicação para com as “coisas do povo” com frases tais como *Você gosta mesmo disto!* (F.), outros prestando o seu apoio a este tipo de trabalho: *Alguns dizem que você anda-lhes a fazer perder tempo, mas a mim parece-me bem que você se preocupe por estas coisas* (M.).

Comecei, geralmente, por estabelecer uma conversa que registava a longo prazo a história de vida dos investigados e, eventualmente, a das suas famílias. Estas histórias de vida – que serão objecto de um tratamento posterior – as destacarei mais à frente, sempre que o ache conveniente. Uns com mais confiança e descontração, outros com alguma reserva foram respondendo às questões formuladas. Tenho que confessar desde já, que o primeiro e sobretudo o segundo questionário eram demasiado longos e tive muitas vezes que recorrer a uma segunda sessão. Por outro lado, alguns dos inquiridos não têm nenhuma ideia sobre certos conceitos tais como globalização, identidade ou mesmo desenvolvimento, tendo sido necessário retraduzi-los através de exemplos ou ilustrações concretas e, em alguns casos, uma parte dos inquiridos ignorou tais questões. De qualquer modo, no que concerne aos dados relativos às situações económicas e sociais antes, durante e depois da emigração, a grande maioria respondeu de modo apaixonado e com um forte sentimento de ‘vencedores’ sobre aquela difícil situação de então. Foi possível escutar o testemunho de algumas histórias de vida muito edificantes e de relevante interesse sociológico. De facto, foram extremadamente úteis algumas conversas e informações de alguns informantes-chave com quem tive mais confiança, inclusive para comprovar algumas respostas dadas por outros ao próprio questionário.

<sup>47</sup> Segundo Santos (2005), a ecologia de saberes é uma metodologia que cruza e potencia o intercâmbio e enriquecimento mútuo entre o saber académico e outros saberes (laicos, filosóficos, artísticos, religiosos) que podem desembocar em oficinas de ciência, onde participam para além da Universidade, movimentos sociais, associações e inclusive empresas interessadas em contribuir para o interesse público (cf. Villasante 2007:149-151).

Numa segunda fase do trabalho de campo orientei-me para um campo mais vasto e extenso: o município, onde a centralidade principal é a cidade de Barcelos e as suas freguesias urbanas mas não se esgota nestas. Era importante pensar e elaborar um inquérito estandardizado que se pudesse aplicar não só às Juntas de freguesia, mas também a outras entidades ou colectividades ocupadas no desenvolvimento local. Por isso, obtive alguma inspiração em outras investigações, particularmente numa sobre pobreza e exclusão social desenvolvida pela Rede Europeia Anti-Pobreza em Portugal (REAPN). Este inquérito tem três partes: (i) uma primeira que se focaliza na caracterização das entidades quanto à sua natureza jurídica, tipo de infra-estruturas e equipamentos, área geográfica de actuação, organismos mais amplos nos quais estão integradas, tipo de sede (própria, alugada, emprestada) e suas condições físicas, a vida da colectividade, seus funcionários e seus órgãos directivos, a composição social dos associados e seu grau de participação, a existência e funções dos voluntários; (ii) uma segunda, referente às necessidades e problemas sentidos e sua hierarquização segundo os dirigentes, assim como as suas percepções e representações; e (iii) uma terceira que regista as actividades e seus tipos (*valências*) realizadas pelos diferentes tipos de colectividades, institucionais e não institucionais ou inclusive mais informais, sem deixar de assinalar quais os destinatários ou beneficiários destes tipos de actividades.

Estes objectivos subjacentes à implementação do inquérito foram delimitados e, em grande parte, apresentam um carácter mais descritivo e estático, podendo ser articulados e enriquecidos por uma fonte de dados de tipo qualitativo obtidos através das entrevistas e alguma documentação. Isto permitirá reconstruir, em especial na esfera política, a maior ou menor dinâmica das Juntas de freguesia e outras colectividades, seus modos de gestão, as relações de interdependência entre uns e outros e, muito em particular, as mediações e dependências em relação à Câmara Municipal e outras entidades.

Se na maior parte dos *itens* se tratava de registar factos, em outros foi possível tirar percepções, opiniões e representações ou, inclusive, do ponto de vista sócio-psicológico, as motivações e os significados atribuídos às atitudes e condutas dos actores a nível individual, institucional e colectivo.

Na aplicação dos inquéritos, inicialmente traçou-se uma estratégia de envio por correio dos inquéritos, partindo do compreensível pressuposto de que os órgãos de direcção têm capacidade de responder, em plena autonomia e confidencialidade, sem ter que proporcionar os seus dados pessoais. De facto, em 176 inquéritos aplicados, cerca de um terço dos mesmos foram respondidos deste modo, ainda que com atrasos e algumas deficiências, pois foi neste grupo de inquéritos onde se registaram mais perguntas sem respostas ou respostas de “não sabe, não responde”. Ou seja, este terço dos inqué-

ritos foi levado a cabo por administração directa com os inconvenientes da falta de co-presença, informação participação, o que resulta, como o refere, com pertinência, Villasante (2000:47-48), em deficiências de informação e/ou não revelação de opiniões e sentimentos verdadeiros e mais profundos, o que, apenas, mediante uma conversa mais prolongada se consegue ‘extrair’!

Com o decorrer do tempo, sobretudo devido aos atrasos e às não respostas a reiterados pedidos, dei-me conta de que devia mudar de atitude. A partir de certo momento, potenciando os meus contactos pessoais e/ou institucionais, assumi uma postura mais pró-activa no sentido de ir ao encontro dos responsáveis das diversas organizações, o que teve a vantagem não só de preencher o inquérito como também de fazer, em alguns casos, uma pequena entrevista de ordem qualitativa aos que estiveram dispostos a fazê-lo, elevando assim a qualidade da investigação. Neste sentido, este contratempo teve um efeito positivo *a posteriori*, não obstante os atrasos que superaram o tempo previsto na calendarização das tarefas. Foi extremamente esclarecedor este contacto mais personalizado com membros das Juntas de freguesia – geralmente o secretário ou o presidente – umas de colaboração extrema e inclusive enriquecedora para ambas as partes, outras, ainda que minoritárias, de menor entusiasmo e, por fim, uma ou outra de recusa e inclusive com tristes peripécias que não dignificam esses representantes do poder local, com claros comportamentos de falta de civismo e inclusive de autoritarismo, tal como veremos em seguida. Felizmente foram excepções, estes últimos casos, que não perturbaram as conclusões do trabalho. Mas este processo de recolha de dados comporta um ensinamento sobre o tipo dominante de liderança que subsiste em várias freguesias, como veremos.

Alguns dos responsáveis das instituições não têm ideia da importância da solicitação de preencher inquéritos e, sem qualquer atitude de maldade, os deitaram ao lixo, tal como expressou o próprio presidente da Junta de G: *Sinceramente, deitámos isso fora*, sendo isto uma clara indicação de que certos autarcas têm não só dificuldade em responder mas também lhes falta motivação para informar-se destas questões.

Outros não responderam simplesmente por inércia e por pensar que os inquéritos “não servem para nada” e não fazem falta à vida quotidiana das instituições ou associações onde estão inseridos. Por exemplo, quando fui à freguesia T, o presidente da Junta desculpou-se logo quando me viu: *Oh, caralho... eu tenho um inquérito para si mas eu não sei responder a tudo isso... e você quer tudo, não é? A minha nora prometeu-me vir fazer este trabalho*. Do mesmo modo, quando tomei a iniciativa de ir à freguesia R, a secretária da Junta de freguesia começa logo por reconhecer, na presença do presidente, a falta de atenção a este assunto.

Tornou-se evidente, que não existem estratégias a aplicar de modo cego e generalizado. Um facto que obstaculiza este tipo de trabalho e exige uma certa flexibilidade da parte do interlocutor é precisamente a abordagem de problemas de elevada sensibilidade política. Poder-se-ia pensar que um ofício ou recomendação do presidente da Câmara Municipal seria uma boa porta de entrada junto dos autarcas das freguesias, o que facilitaria o trabalho na maioria dos casos, e, de facto, assim é na grande parte das Juntas de freguesia, politicamente sintonizadas com o presidente da Câmara, como aliás teremos a oportunidade de ver. Mas uma tática semelhante de aproximação poderia ser contraproducente, sempre que estejamos perante Juntas de freguesia e de colectividades dirigidas ou sob o controlo de membros da oposição. Um simples ofício ou carta de recomendação poderia ser suficiente para não prestar colaboração porque o projecto poderia ser identificado com alguma estratégia do presidente da Câmara Municipal e/ou seu partido. Sem ter recorrido a estes estratagemas, consegui ir superando as dificuldades no terreno, servindo-me da técnica da “bola de neve” e utilizando outras táticas adequadas a cada caso concreto, de modo que na base das informações de uns cheguei a outros informantes e protagonistas institucionais e associativos: a maior parte com êxito e boa receptividade, outros com alguma reserva e outros –felizmente muito poucos – com animosidade e rudez. Pelas reacções de bastantes autarcas pude concluir que estes necessitam ter alguma informação segura sobre os objectivos do trabalho, tal como se pode comprovar no pequeno diálogo com o presidente e a secretária da Junta de R:

“D.<sup>a</sup> E. (secretária):... Peço imensas desculpas... quando vi isto pensei que era uma coisa que...

Presidente de Junta (P.J.):... que era uma coisa que não era necessário...”

A partir deste e doutros comentários similares infere-se que presidentes de junta há, como o referido, que delegam no presidente da Câmara determinadas iniciativas e não assumem posição independentemente da estratégia ou tática deste, revelando uma atitude de dependência e lealdade para com o detentor do poder municipal.





Barcelos:  
demografia,  
sociedade desigual  
e acção política



## Capítulo IV

### **Barcelos no contexto regional e distrital: assimetrias, dependências e condições de vida**

Considerando a malha territorial de relativa intensidade demográfica, económica e social da região do Minho, torna-se necessário enquadrar a análise do município de Barcelos num contexto distrital e regional. Barcelos localiza-se no Baixo Minho e apresenta, por razões de proximidade geográfica, densidade demográfica e interdependência de actividades socioeconómicas, certas similitudes com outros municípios vizinhos, nomeadamente Braga, Famalicão e Guimarães, ao mesmo tempo que se diferencia de outros sobretudo dos municípios do Minho interior. Por isso, desenvolver-se-á uma breve análise sociodemográfica da região do Minho, destacando especificamente o município de Barcelos no distrito de Braga e no quadro das unidades territoriais do Cávado e do Ave, sem descuidar uma ou outra comparação mais ao norte com o Minho-Lima e a sul com o Porto e, de modo mais amplo, com a região norte e o país.

As questões que, com pertinência, se podem colocar são, entre outras, as seguintes: Qual é o lugar da região do Minho, do distrito de Braga e, em particular, de Barcelos em relação aos indicadores médios do país? E, se o lugar é periférico em relação a regiões centrais, por que é que se mantêm e persistem desigualdades? Quais são as condições de vida em termos económicos, sociais e culturais dos habitantes de Barcelos, do distrito e da região?

Tal como veremos, o retrato sintético que se procura dar da sociedade e da economia em termos regionais, distritais e, em especial, do concelho de Barcelos, demonstra que estamos perante uma região semiperiférica e uma economia de crescimento desigual e cada vez mais vulnerável. Por outro lado, os dados estatísticos do INE e a consulta de outras fontes e trabalhos apontam para situações de disparidades sociais e desigualdades socioeducativas e culturais.

#### **4. 1. Dinâmica demográfica: o Norte, o distrito de Braga e o município de Barcelos**

As actuais sociedades modernas particularmente as ocidentais sofrem um declínio demográfico considerável, também visível nas últimas décadas em

Portugal, ainda que num ritmo menos acelerado, verificando-se a diminuição numas regiões e ligeiros aumentos noutras. A fim de ter uma visão global da distribuição da população residente em Portugal por regiões, o quadro 1 permite-nos comparar a evolução da população na década entre 2001 e 2011 com base nos dados estatísticos fornecidos pelo INE:

Quadro 1: População residente em Portugal por regiões

	2001: População Residente – HM	Variação % 1991/2001	2011: População Residente – HM	Variação % 2001/2011
<b>Portugal</b>	10.356.117	4,6	10.562.178	2,0
<b>Continente</b>	9.869.343	4,9	10.047.621	1,8
<b>Norte</b>	3.687.293	6,0	3.689.682	0,0
<b>Centro</b>	2.348.397	3,4	2.327.755	-0,9
<b>Lisboa e Vale do Tejo</b>	2.661.850	4,8	2.821.876	6,0
<b>Alentejo</b>	776.585	-2,7	757.302	-2,5
<b>Algarve</b>	395.218	14,8	451.006	14,1
<b>Açores</b>	241.763	1,8	246.772	2,0
<b>Madeira</b>	245.011	-4,3	267.785	9,3

Fonte: INE, Censos da população, 2001, 2011.

Ao comparar a situação em 2011 com o anterior censo de 2001, salvo o Centro e o Alentejo, que verificaram uma diminuição da sua população, constata-se um aumento da população residente em 2,0%, mas isso deve-se, em grande parte, à afluência de imigrantes africanos e do leste europeu. O Norte, como a região mais densa do ponto de vista populacional, apresenta entre 1991 e 2001 um ganho de população na ordem de 6,0 %<sup>[48]</sup>, contudo, em 2011, surge estagnado por comparação com 2001.

De acordo com a divisão baseada na Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS), o Minho corresponde aproximadamente às NUTS Minho-Lima, Cávado e Ave, totalizando uma área de 4 710.6 km<sup>2</sup> (cerca de 5% do território nacional), distribuída por 24 Câmaras com um total de 798 freguesias. É uma região de minifúndio e divide-se em

<sup>48</sup> Ainda que na maior parte das sub-regiões, principalmente no seio da Região Norte, houve variações positivas – desde 8% no Porto até 11,3% no Cávado –, no Douro e Alto Tras-os-Montes constactaram-se variações negativas, ou seja -7,1% e -5,1% respectivamente. Nestas e noutras sub-regiões, nomeadamente no Minho interior com freguesias de baixa densidade populacional, a situação tende a deteriorar-se.

duas NUTS: Cávado, com uma população de 410 169 indivíduos e uma forte densidade populacional, 328,8/km<sup>2</sup>; e Minho-Lima com 244 836 habitantes numa média de 109 habitantes/km<sup>2</sup>. A população das NUTS Minho-Lima, Ave e Cávado, que em 2001 somava 1 153 306 indivíduos, ascendia em 2011 a um total 1 166 742 pessoas (INE, Censos 2001 e 2011, Anuário Estatístico da Região Norte, 2011).

A evolução na região Norte não foi contudo uniforme, mas assimétrica e de sentido contrário nas diferentes subregiões: enquanto Trás-os-Montes, Douro e o Minho-Lima conhecem decréscimos por baixa da natalidade, entre Douro e Vouga, e Tâmega, apresentam aumento e as regiões do Grande Porto, Ave e Cávado têm aumentos consideráveis que têm a ver com a maior capacidade de atracção e oferta de trabalho, no passado, particularmente de migrantes, sobretudo desde 1991, como se pode ver no quadro 2.

O Norte, nomeadamente o Minho, que nos anos sessenta e setenta conheceu fortes perdas populacionais devido a um intenso êxodo rural e, sobretudo, a migrações maciças para a Europa (França e Alemanha) (32% em Braga e 33% em Viana do Castelo), recuperou no Porto e sobretudo em Braga: 16% entre 1971 e 1981, 16% entre 1991 e 2001.

Na região do Minho, Barcelos constitui um dos quatro municípios mais dinâmicos do distrito de Braga, particularmente o quadrilátero urbano de Braga, Guimarães, Famalicão e Barcelos, prolongando-se a norte na cidade de Viana do Castelo. Estas cinco cidades absorvem mais de 60% da população total dos cinco concelhos referidos.

No que concerne a caracterização geodemográfica de Barcelos, é importante assinalar que o município de Barcelos, com uma área de 317,3 km<sup>2</sup> distribuída por 89 freguesias, 876 lugares, com uma população de 120.391 pessoas e uma área média de 4,26 km<sup>2</sup> por freguesia, apresenta-se como o maior de todos os municípios do distrito de Braga em área geográfica e o maior do país em número de freguesias<sup>[49]</sup> (INE, Censo 2011).

Relativamente à idade média do primeiro casamento, verifica-se um aumento entre 2001 e 2011, passando de 27,1 anos entre os homens e 25,3 entre as mulheres em 2001 para 31 anos entre os homens e 29,5 entre as mulheres em 2011, do mesmo modo que a idade da mulher ao tempo que nasce o primeiro filho passou de 25,9 anos em 2001 para 29,2 anos em 2011.

<sup>49</sup> Barcelos confronta a Norte com os municípios de Ponte de Lima e Viana do Castelo, a Oeste com Esposende, a Sul com Famalicão e Póvoa de Varzim e a Este com Braga e Vila Verde. Barcelos possui uma localização estratégica intermédia entre Viana e Braga, por um lado e, entre Braga e Esposende no litoral.

Quadro 2: População Residente (1981-2011)

Unidade Territorial	1981	%	1991	%	2001	%	2011	%
Portugal	9.833.014	100,0	9.867.147	100,0	10.356.117	100,0	10.562.178	100,0
Região Norte	3.410.099	34,7	3.472.715	35,2	3.687.293	35,6	3.689.682	34,9
Alto Trás-os-Montes	272.486	8,0	235.241	6,8	233.333	6,3	204.381	5,5
Ave	431.800	12,7	466.074	13,4	509.968	13,8	511.737	13,9
Cávado	328.938	9,6	353.267	10,2	393.063	10,7	410.169	11,1
Douro	261.562	7,7	238.695	6,9	221.853	6,0	205.902	5,6
Entre Douro e Vouga	236.916	6,9	252.370	7,3	276.812	7,5	274.859	7,4
Grande Porto	1.117.920	32,8	1.167.800	33,6	1.260.680	34,2	1.287.282	34,9
Minho-Lima	256.814	7,5	250.059	7,2	250.275	6,8	244.836	6,6
Tâmega	503.663	14,8	509.209	14,7	551.309	15,0	550.516	14,9

Fonte: INE, Recenseamento  *Geral da População*; INE,  *Estimativas de População Residente*, in Bacelar (2007); Censo 2011.

Para ter uma panorâmica geral sobre os dados relativos à taxa de natalidade e mortalidade no país, assim como à taxa de crescimento efectivo, apresentam-se os seguintes dados:

Quadro 3: Principais indicadores demográficos

	Taxa bruta de natalidade (%)		Taxa bruta de mortalidade (%)		Taxa de mortalidade infantil (‰)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Portugal	11,0	9,2	10,2	9,7	5,0	3,2
Continente	10,8	9,1	10,2	9,8	4,8	3,1
Norte	11,3	8,6	8,7	8,6	5,9	3,1
Centro	9,6	7,9	11,6	11,3	3,9	2,6
Lisboa e Vale do Tejo	11,8	11,0	9,6	9,0	4,4	3,6
Alentejo	8,9	8,1	13,6	13,4	3,7	2,3
Algarve	10,8	10,1	11,8	10,2	4,3	2,6
Açores	13,2	11,1	11,0	9,6	5,1	2,9
Madeira	13,2	9,0	11,1	9,3	8,2	3,3

Fonte: INE/PORDATA, Censos da população, 2001 e 2011.

Excepto o Alentejo que em 2001 conhece inclusive uma regressão no crescimento demográfico, o Norte é a região com a maior taxa de crescimento efectivo e com uma das maiores taxas de natalidade e a menor taxa de mortalidade, ainda que conheça uma das maiores taxas de mortalidade infantil.

Entre outros índices denotativos do nível de qualidade de vida, há que considerar os índices de envelhecimento e dependência, assim como a evolução da esperança de vida a nível nacional:

Quadro 4: Índices de envelhecimento e dependência

Índices	2001	2011
	N.º	N.º
Índice de envelhecimento (65+anos / 0-14 anos)	102,2	131,3
Índice de dependência total (0-14 e 65+ anos) / 15-64 anos	47,8	52,1
Índice de dependência de jovens (0-14 / 15-64 anos)	23,6	22,5
Índice de dependência de idosos (65+ anos / 15-64 anos)	24,1	29,6

Fonte: INE, Censos da população, 2001 e 2011.

Legenda:

**Índice de dependência de idosos** – relação entre população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas

com 65 anos ou mais e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa-se habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos);

**Índice de envelhecimento** – população com 65 anos ou mais a dividir pela população entre 0 e 14 anos, resultado por 100;

**Índice de dependência total** – relação entre população entre 0 e 14 anos e 65 anos ou mais por pessoas com idades compreendidas entre os 15 e 64 anos.

É significativo o aumento geral entre 2001 e 2011 dos índices de envelhecimento e de dependência, tal como mostra o quadro 4. No que respeita o Norte, em questão de envelhecimento, os dados expressos no quadro 6 revelam que, enquanto os quatro municípios mais densos, industrializados e litorais conseguiram baixos índices de envelhecimento, os menos densos, rurais e interiores apresentavam índices mais elevados.

De modo a obter um quadro mais especificado no seio da região Norte o quadro 5 evidencia a evolução do índice de envelhecimento entre 1993 e 2011:

**Quadro 5: Evolução do índice de envelhecimento**

	1993	1998	2003	2011
<b>Portugal</b>	79	96	107	129
<b>Região Norte</b>	60	74	86	114
<b>Alto Trás-os-Montes</b>	106	144	184	250
<b>Ave</b>	45	57	67	96
<b>Cávado</b>	46	56	65	87
<b>Douro</b>	87	113	136	176
<b>Entre Douro e Vouga</b>	54	68	80	110
<b>Grande Porto</b>	61	76	86	112
<b>Minho-Lima</b>	94	120	143	175
<b>Tâmega</b>	44	52	61	82

(IIES), *Anuário Estatístico da Região Norte*, elaborado por Pinheiro (2007); INE, Censo 2011.

Do quadro 5 pode inferir-se que o índice de envelhecimento na população tem aumentado significativamente na região Norte, destacando-se particularmente nas sub-regiões Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho-Lima, com 250, 175 e 176 respectivamente em 2011, enquanto nas regiões do litoral desde o Porto até às zonas industriais Cávado e Ave o índice baixa consideravelmente para intervalos de 82 e 87. A própria região Norte encontra-se em posição favorável em relação à média do país (114 *versus* 129). Contudo, esta relativa vitalidade demográfica da região Norte vem



também decrescendo. Se em 1993 por cada 100 indivíduos com idades entre 0 e 14 anos tinha 60 indivíduos com 65 anos ou mais, em 2011 essa relação passa para 114, o que se prende com o abrandamento de saídas migratórias, a queda de fecundidade e o aumento da esperança de vida.

Procurando saber as taxas de natalidade e mortalidade, assim como as taxas de nupcialidade e divórcio e os índices de envelhecimento por município, o quadro 6 oferece-nos um panorama global, a partir do qual poderemos comparar o concelho de Barcelos com os demais:

**Quadro 6: Natalidade, mortalidade, nupcialidade, divórcio, envelhecimento**

	Indicadores													
	Taxa Bruta de Natalidade (‰)		Taxa Bruta de Mortalidade (‰)		Taxa Bruta Mortalidade Infantil(‰)		Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)		Proporção Casamentos Católicos (%)		Taxa Bruta de Divórcio (%)		Índice de Envelhecimento (%)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Amares	11,2	7,6	8,8	8,2	6,9	0,0	7,9	5,1	74,0	44,3	0,6	1,3	71,0	98,9
Barcelos	12,7	8,9	6,7	6,9	8,3	5,6	8,3	3,7	80,0	58,0	1,1	1,8	59,4	78,2
Braga	13,1	10,0	6,8	5,9	7,3	2,2	7,0	3,9	79,7	53,2	1,5	2,5	60,0	76,4
Cab.Basto	10,9	7,9	11,0	11,0	2,6	0,0	8,4	4,9	80,9	45,0	0,6	1,7	76,8	109,5
Cel. Basto	10,4	7,9	10,7	10,4	9,9	6,3	7,8	3,8	88,0	70,0	0,5	1,9	83,1	119,7
Esposende	14,0	10,2	7,9	7,6	7,8	0,0	8,4	4,1	75,2	56,3	1,1	1,6	96,4	79,7
Fafe	12,6	8,0	8,8	8,5	9,4	2,5	8,0	4,4	80,0	52	1,8	2,1	97,4	96,2
Guimarães	12,6	8,9	6,5	6,8	7,5	5,7	8,3	3,8	81,4	60,0	1,3	2,2	56,1	81,3
P. Lanhoso	11,7	7,8	8,9	6,4	8,6	0,0	7,9	5,1	79,0	43,0	0,9	1,5	72,7	99,9
T. Bouro	9,9	5,4	11,2	15,9	11,2	0,0	8,1	2,5	70,0	39,0	0,4	2,1	108	156,9
V. Minho	10,2	7,6	12,9	13,6	11,6	0,0	7,5	4,2	50,0	33,3	0,2	1,6	100	143,6
Famalicão	12,4	9,0	6,5	7,1	6,6	2,5	7,6	3,2	79,0	58,0	1,1	2,1	65,5	84,8
Vila Verde	13,5	8,2	9,3	9,4	7,2	0,0	7,6	4,1	81,0	59,0	0,3	1,9	98,2	95,1
Vizela	11,5	8,7	5,2	5,4	3,3	4,9	-	4,0	87,0-	58,0	0,2	2,2	37,2	71,0

Fonte: INE: Censos de 2001; Anuários, 2012; Estatísticas Demográficas; Pordata

A taxa bruta de natalidade no concelho de Barcelos em 2001 era superior à do território nacional (10,9‰), assim como à da Região Norte (11,3‰), mas em 2011 apenas supera ligeiramente a da região Norte (8,6‰). Em relação ao envelhecimento, tal como se pode ver no quadro 6, a análise dos dados relativos aos municípios do distrito de Braga, permite inferir conclusões semelhantes às da região mais ampla do Norte, em que os municípios menos densos do interior apresentam índices mais elevados de envelhecimento, enquanto outros mais industrializados e litorais revelam índices menos elevados<sup>50</sup>.

Para as taxas de natalidade, que tradicionalmente se apresentam relativamente altas na região e, em particular, em Barcelos, certamente não é indiferente a significativa influência da Igreja Católica nos hábitos, nos modos de vida e, sobretudo, nas mundividências ético-religiosas dos crentes – ainda que não tão absorvente e determinante como, amiúde, se supõe.

No entanto, esta influência é também visível na baixa taxa de divórcio que é de 1,5% em 2001 e 2,5% em 2011 por 100 casamentos no concelho de Braga e, em Barcelos, 1,1% em 2001 e 1,8% em 2011; na elevada taxa de nupcialidade (8,3‰ em 2001 e 3,7‰ em 2011), superior à média nacional (5,7‰) e na elevada proporção de casamentos católicos (72,8% no distrito e 80,0% em Barcelos, em 2001). Porém, entre 2001 e 2011, constatamos que, em todos os concelhos do distrito a proporção de casamentos católicos

<sup>50</sup> Ainda que persista bastante por investigar acerca da região Norte de Portugal e, em particular, sobre o Minho, hoje em dia já existe um considerável grau de conhecimento sobre esta região que diversos estudos, por parte de cientistas sociais oriundos nomeadamente da sociologia, da antropologia e da economia têm proporcionado. Com efeito, é numericamente significativa a investigação realizada. Ainda que não sendo exaustiva, por exemplo, a base de dados dos Serviços de Documentação da Universidade do Minho o confirma: entre monografias, teses de mestrado e doutoramento e comunicações em congressos e colóquios, foram inventariados, em 2002, mais de duzentos títulos, alguns apresentados e publicados em língua estrangeira. São todavia de destacar, sobretudo nas duas últimas décadas, algumas temáticas e problemas relacionados com a integração europeia de regiões (semi)periféricas e (trans)fronteiriças como o Minho; o limitado impacto positivo da integração europeia no desenvolvimento regional (Fernandes 1994); o ordenamento regional, o processo de regionalização e a relativa homogeneidade regional do Minho até ao sul do rio Douro (Figueiredo 1985); a economia e o desenvolvimento regional e local (Ribeiro 1984, Ribeiro e Cruz 1997, Ribeiro 1993, Ribeiro *et al* 2000), o planeamento urbano e o desenvolvimento agrícola, a indústria e a inovação tecnológica no desenvolvimento regional, o associativismo no âmbito escolar (Lima 1986), o papel da educação nomeadamente o ensino superior (Pereira 1994), o poder local e a integração europeia (Costa *et al.* 1999), o racismo (Silva 2000, 2006), a prostituição (Ribeiro *et al* 2007). Na área da Sociologia e da Antropologia, de referir ainda outros estudos relevantes que, ainda que com reduzida circulação e pouco impacto nos decisores políticos, constituíram importantes passos no conhecimento da sociedade rural nortenha, nomeadamente a minhota: cf. trabalhos de O'Neill (1984), Santo (1984), M. Costa (1985), Geraldes (1986), Cabral (1989), Brettel (1991), A. Silva (1994), A. Gonçalves (1996), Silva (1998) e Wall (1998). Do ponto de vista demográfico e sociológico, é ainda de referir o relevante recente estudo realizado por uma equipa de investigadores na Universidade do Porto, coordenado por Gonçalves (2007).

diminui drasticamente, embora ainda com índices acima da média nacional (39,5%). Ainda no indicador nupcialidade verificamos que, entre 2001 e 2011, todos os referidos concelhos conheceram uma diminuição considerável, significando que a influência católica está perdendo terreno inclusive nas próprias celebrações de casamentos católicos.

De facto, a região do Minho sofreu, durante as últimas décadas, profundas transformações demográficas, sociais, económicas, políticas e culturais, apresentando hoje uma configuração morfológica, territorial, económica e sociocultural bem diferente em relação aos anos 70, o que implica assumir uma perspectiva pluridimensional e pluricausal na melhor tradição weberiana e com um enfoque compreensivo e explicativo situacional. Atendendo agora aos aspectos demográficos e socioeconómicos, certamente para este resultado convergiu algum desenvolvimento resultante do investimento económico, aliado a uma dinâmica dos agentes económicos e sociais graças à união de vários factores de atracção, derivados das actividades industriais, de construção e de serviços e dos respectivos fluxos laborais e estudiantis nos principais centros urbanos do vale do Minho-Lima (Viana do Castelo e Ponte de Lima) e sobretudo do Ave-Cávado (Barcelos, Famalicão, Guimarães e sobretudo Braga). Importa neste quadro referir a diminuição do espaço considerado rural e com fins agrícolas em quase 4% (passando a SAU de 56% em 1993 para 52% em 2005), o qual, sobretudo pela expansão das cidades e vilas e a correlativa pressão imobiliária, tem sido convertido em urbano, sem contar com os espaços desagrarizados, ainda rurais mas já urbanizados. De facto, tal como refere Baptista (2001:39 ss), o espaço rural já não coincide com o espaço agrário.

Em relação à evolução demográfica em Barcelos entre 1991 e 2001 e entre 2001 e 2011, o quadro 7 dá-nos uma imagem do crescimento e rejuvenescimento demográficos:

**Quadro 7: Evolução Demográfica em Barcelos (1981 e 2011)**

Censo	Número residentes	Varição (%)
2011	120 391	- 1,4
2001	122 096	9,3
1991	111 733	7,7
1981 (=100)	103 773	

Fonte: INE, Censos de 1981, 1991, 2001 e 2011.

Segundo estes censos, a população residente no município de Barcelos aumentou cerca de 572 habitantes por ano desde 1981, traduzindo-se num aumento populacional de 16 618 habitantes (16%) entre 1981 e 2011, embora entre 2001 e 2011 tenha perdido 1705 habitantes (-1,4%). Neste âmbito, Barcelos surge como o segundo município no distrito de Braga que maior crescimento demográfico conheceu na referida década, depois de Braga, para o qual contribuíram as elevadas taxas de natalidade registadas (12,7‰) e o facto de as taxas de mortalidade no Cávado serem das mais baixas (7,3‰). Este crescimento é superior ao da década de oitenta, quando a população barcelense aumentou apenas 7,6 pontos percentuais, podendo-se dizer o mesmo quanto ao número de famílias (40 000) com uma média de três pessoas por família. Para além das razões ético-religiosas e outros factores, o aumento populacional deve-se também ao retorno de emigrantes e à retenção de imigrantes, ao aumento da população escolar no ensino superior e inclusive a um certo dinamismo empresarial, nomeadamente no sector têxtil, calçado e cerâmica.

No que concerne a distribuição de residentes por sexo, também em Barcelos verifica-se, segundo o censo de 2001, uma razão favorável ao sexo feminino com 62 674 (51,3%) mulheres *versus* 59 422 (48,7%) homens. No Censo de 2011 mantém-se praticamente uma proporção semelhante à do Censo anterior: 48,4% de homens *versus* 51,6% de mulheres, tendo a população total diminuído em cerca de 1705 pessoas.

Em relação à distribuição da população em diferentes faixas etárias, o município de Barcelos, em 2001, apresenta uma distribuição com uma elevada taxa de jovens com menos de 15 anos (20,2%), embora tenha diminuído para 16,6% em 2011 devido à baixa de natalidade; um relativo baixo índice de pessoas com 65 ou mais anos (10,8%) em 2001, o qual aumentou, em 2011, para 13,8%; e uma mais baixa taxa de envelhecimento, em 2001, na ordem dos 59,4%, se bem que em 2011 apresente já um índice de 78,2%, aumentando 18,8% em dez anos (cf. quadro 6). A taxa bruta de natalidade no município de Barcelos – que, em 2001, era de 12,7‰ e a da mortalidade de 6,7‰, inferindo-se um saldo fisiológico positivo de vidas em 6,0‰ –, em 2011 apresenta já uma significativa baixa para 8,9‰, ao mesmo tempo que a taxa de mortalidade baixa para 6,9‰, evolução de resto congruente com o aumento de esperança de vida.

Os dados apresentados pelo INE revelam que cerca de um terço das freguesias de Barcelos, principalmente as rurais mais afastadas dos centros urbanos, perdeu população residente. Das 89 freguesias do município barcelense, 25 tiveram menos habitantes em 2001 comparado com o Censo de 1991, entre as quais algumas rurais e inclusive algumas situadas na periferia da cidade mais desvitalizadas em termos de actividades do sector secundário e terciário.

Quadro 8 – Distribuição de idades na população residente (Barcelos)

	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	+ 65 anos	Total
2001	24 674 Ind.	20 813 Ind.	63 341 Ind.	13 268 Ind.	122 096 indivíduos
	20,2%	17,1%	51,9%	10,8%	
2011	20 002	15 677	68 165	16 547	120 391 indivíduos
	16,6%	13,0%	56,6%	13,8%	

Fonte: Censos 2001, 2011.

No que concerne à distribuição por faixas etárias (quadro 8) da população residente, verificamos que, em 2001, 45 487 habitantes, correspondendo a 37,3% dos habitantes, têm menos de 25 anos, mas em 2011 passa para 29,6%. Em 2001, não deixa de ser um município maioritariamente jovem, já que 37,3% tem idade entre 0 e 24 anos, se bem que, pelo censo de 2011, apresenta uma descida no rejuvenescimento. Contudo, mesmo com o aumento de envelhecimento generalizado a nível nacional (19,4% da população tem 65 ou mais anos), o concelho de Barcelos, em 2011, apresenta-se abaixo da média, com 13,8% da população com 65 ou mais anos. No entanto, o grosso da população, ou seja, quase 56,6% situa-se na ampla faixa etária dos 25 aos 64 anos. Estes valores são superiores à generalidade das restantes regiões continentais e rivalizam com os municípios mais jovens do Vale do Cávado e dos municípios do distrito de Braga (quadro 6), apesar de seguir a tendência de envelhecimento da população em Portugal.

Em jeito de síntese, poder-se-á dizer que as estruturas demográficas em Barcelos – finalmente não muito diferentes das demais cidades do quadrilátero urbano – caracterizam-se por uma proporção relativamente elevada de população jovem, uma tendência de renovação que, no entanto, parece diminuir devido ao decréscimo demográfico, reflectindo-se já na população jovem. Mesmo com esta ligeira contra-tendência, o balanço é todavia positivo na medida em que a população com menos de 15 anos ultrapassa por uma margem ampla a população com mais de 65 anos. O crescimento demográfico é co-estruturado, entre outros factores, pelo investimento de capital, pelos fluxos de mão-de-obra e circulação e retenção, ainda que temporal, de estudantes, como já atrás referido.

#### **4.2. Economia em crescimento mas dependente: um modelo esgotado**

Apesar de algumas melhorias sobretudo nos transportes rodoviários, basicamente as estruturas de transporte mantêm-se, ainda que, dada a construção

algo desordenada, é cada vez mais difícil planear uma rede de transportes ferroviários e rodoviários de maneira a servir as populações, não apenas as mais isoladas mas inclusive as residentes no quadrilátero urbano de Famalicão, Guimarães, Braga e Barcelos. O transporte ferroviário conheceu desde 2001 uma melhoria com a introdução primeiro do *Intercidades* e, posteriormente, do *Alfa* Braga-Lisboa e vice-versa, mas com acentuada secundarização da via do Minho para Viana do Castelo e Valença<sup>[51]</sup>. Com esta política de desinvestimento na linha férrea articula-se um maior espaço de manobra para as empresas rodoviárias que têm conseguido retirar dividendos dessa política não apenas nas vias secundárias mas inclusive na construção de vias rápidas e auto-estradas.

Quanto à distribuição da população empregada por sectores na região Norte entre 1981 e 2011, o quadro 9 oferece-nos o seguinte retrato:

**Quadro 9: Distribuição da população activa por sectores (em %) – região Norte**

Sector	1981	1991	2001	2011
Primário	19,8	10,6	4,8	2,8
Secundário	47,6	49,4	45,8	35,6
Terciário	32,6	40,0	49,5	61,6

Fonte: INE, *Recenseamento Geral da População*, 1981, 1991, 2001 e 2011. Estes dados não coincidem com outros, o que se prende com diferentes critérios de classificação de actividades por sectores.

Do quadro 9 é possível inferir uma mudança considerável entre 1981 e 2011, salientando, por um lado, a queda brutal do peso do sector primário de 19,8% para 2,8%<sup>[52]</sup> com uma aproximação do valor de 3% a nível nacional e, por outro, a tendência de queda progressiva do sector secundário de 47,6% para 35,6%, por razões internas e externas, ainda que acima da média a nível nacional (26,5%). A notável subida ou quase duplicação do sector terciário de 32,6% para 61,6% – embora abaixo da média a nível nacional com 70,5% – pode ler-se como uma mudança de recomposição morfológica do tecido

<sup>51</sup> De resto este desinvestimento estatal verificou-se em toda a região Norte nomeadamente nas linhas férreas de pequeno percurso, resultando em encerramentos de linhas e menor frequência de comboios, com a agravante de entregar a privados o património ou certos espaços (apeadeiros) para exploração particular de empresas rodoviárias.

<sup>52</sup> Com a queda no sector primário assistiu-se a uma ligeira recomposição da dimensão média da área das explorações com um aumento de 2,2 ha por exploração, assim como a média por exploração com 1,8 ha de SAU (Neto 2007:18-19). Em 2011, em termos absolutos, enquanto o sector terciário somava 3.073.092 activos (70,5%), o secundário 1 154 709 (26,5%) e o primário 133 386 (3,0%). (INE, Censo 2011), perfazendo um total de 4 361 187.

socioeconómico, se bem que o sector terciário na região e no país, dada a baixa qualificação da maior parte dos trabalhadores, não possui o mesmo carácter do terciário das sociedades altamente avançadas. Esta recomposição entre 1981 e 2011 enquadra-se num processo de longa duração, tornando-se mais visível, quando retrocedemos aos anos 50 e subsequentes com um maciço êxodo rural e migrações em massa, nomeadamente no Minho. Com efeito, se em 1950 o Minho ocupava 52,4% da população no sector primário, 29% no secundário e 18,6% no terciário, em 1981 já o secundário subirá aos 49% e o terciário aos 24%, enquanto o primário diminuirá aos 26% (Silva e Cardoso 2003:202). Com efeito, a agricultura a partir dos anos 80 e sobretudo 90 vai sendo cada vez mais exercida a tempo parcial e em regime de pluriactividade, tal como o constataram no país e em diversas regiões Cavaco (1981), Almeida (1986), Lima (1986), Lourenço (1991), Silva (1998)<sup>53</sup>.

No que a Barcelos respeita, na análise sobre a economia e os sectores de actividade económica, podemos referir que, em meio século, Barcelos conheceu, assim como outros concelhos da região, um razoável investimento económico e social nos diferentes sectores sobretudo no secundário e terciário. Com efeito, em relação ao volume percentual das sociedades nos diversos sectores, constata-se que em 2004, enquanto no sector terciário estas somam 46,3% e no secundário 52%, no primário ficam-se por uma parcela residual de 1,7% (INE, 2004).

Quanto à taxa de actividade, verifica-se que entre 1981 e 2001 há um aumento considerável de população activa, a nível quer nacional (de 42,5% a 48,2%), quer regional (de 42,4% a 48,1%), dados estes que todavia subestimam a taxa real de actividade na medida em que ocultam o trabalho doméstico sobretudo a cargo das mulheres<sup>54</sup>. Neste processo há que assinalar uma particularidade que se relaciona com a maciça entrada das mulheres no mercado de trabalho exterior à casa nesse mesmo período de 1981 a 2001, passando de 36,7% na região e 35,1% no país em 1981 a 44,4% na região e 45,1% em 2001, sendo mais visível o aumento nos grupos etários: 25-39 e 40-54 anos (Gonçalves 2007).

<sup>53</sup> E em 2001 a tendência reforça-se com 31,8% nas indústrias transformadoras, 16% no comércio, 12,9% na construção, 6,5% na educação, 5,2% na Administração Pública, na Defesa e Segurança Social, 4,6% em Saúde e Acção Social, 4,3% em actividades imobiliárias, 4,1% na restauração, 3,1% nos transportes, armazenamento e comunicações, restando 4,5% para a agricultura, produção animal, caça e silvicultura.

<sup>54</sup> Tendo em conta este dado em 2003 regista-se uma taxa de actividade de 62,5%. Independentemente da exactidão deste dado, importa fazer notar que a região Norte retém 35,6% dos activos e 40,2% da totalidade de jovens trabalhadores em relação ao total nacional (Gonçalves 2007).

O aumento de activos complicou o problema do desemprego na medida em que ao aumentar os activos (por exemplo, de 5,1% entre 1998 e 2001) torna-se mais difícil, sobretudo em tempo de crise, diminuir ou, pelo menos, estancar a taxa de desemprego que se cifra em 6,4% em 2001 e 13,6% em 2011. Associada a uma maior capacidade empregadora do sector industrial, a região Norte (41,2% para 31,8% em termos nacionais) caracteriza-se pela importância das actividades ligadas ao têxtil, ao vestuário, ao couro e ao calçado (ainda que o sector de indústrias eléctricas, electrónicas e de transporte tenham registado um crescimento considerável), assim como das actividades de serviços e comércio. Tais transformações no perfil da mão-de-obra indicam a centralidade que assume hoje a questão das competências e da capacidade da designada aprendizagem ao longo da vida, um dos dilemas que enfrenta esta região e particularmente o município de Barcelos.

Em relação à evolução da população por situação na profissão entre 1981 e 2001 distribuída em patrões, trabalhadores por conta própria, trabalhadores familiares não remunerados e trabalhadores assalariados, os dados estatísticos dos censos populacionais reelaborados e apresentados por Gonçalves evidenciam (i) um aumento de patrões (de 3,6% em 1981 para 10,5% em 2001) – que segundo Gonçalves (2007) estaria vinculado ao incentivo dado pela entrada na CEE/UE–, um decréscimo de trabalhadores por conta própria (de 16,1% em 1981 a 6,2% em 2001); (ii) uma diminuição de trabalhadores familiares não remunerados (de 4,3% em 1981 a 0,9% em 2001) – um dado sintomático da erosão das relações de dependência em contexto de explorações familiares estatisticamente chamados ‘isolados’ sobretudo no sector primário – (iii) e um aumento de assalariados por conta de outrem (de 75,4% em 1981 a 81,5% em 2001), denotativo da tendência de proletarização, com particular expressão na entrada de mulheres nos mercados de trabalho extra-domésticos sobretudo em indústrias transformadoras (têxtil, calçado)<sup>55</sup>.

No que respeita à população industrial no distrito de Braga, os concelhos de Guimarães, Famalicão, Braga e Barcelos absorviam, segundo Ribeiro (1984:33-34), 90% da mão-de-obra industrial em 1971 e 79% em 1981, o que, para além de denotar alguma deslocação intermunicipal, representa

<sup>55</sup> Devido à diminuição de actividades industriais por processos de deslocalização ou inclusive desindustrialização é importante notar que, entre 1991 e 2001, a par da quebra de trabalhadores independentes (de 7,1% para 5%), e de agricultores independentes (de 6,6% para 1,4%), de trabalhadores assalariados no sector agrícola (de 3,1% para 1,6%), também a indústria, segundo Gonçalves (2007), sofreu, entre 1991 e 2001, um decréscimo de trabalhadores na região Norte, passando de 42,2% para 38,7% (em todo caso menor que no país: de 34,3% para 30,3%). Pelo contrário, os empregados subiram de 21,4% para 25,6%, do mesmo modo que empresários, dirigentes e profissionais liberais aumentariam de 9,5% para 13,6% e os profissionais técnicos e de planeamento de 9,1% para 16,2% (cf. Gonçalves 2007).



uma situação desigual na distribuição territorial, com discrepante dualidade em relação aos concelhos do interior<sup>56</sup>. A norte do Porto, e a nível da região minhota, são basicamente estas cidades mais litorais do norte do país, as que, para além de reterem quase 80% da população, continuam sendo pólos de atracção e veículos de indução de crescimento económico, em contraposição a outras cidades e vilas do interior, que se confrontam com uma desertificação progressiva, e uma regressão por parte de espaços rurais de perda demográfica e económica (com 40% dos centros urbanos com dimensões de 2000 a 5000 habitantes). Esta situação levou, já nos anos oitenta, a autores como Ribeiro (1984) a fazer uma tipologia de três sub-regiões: uma litoral com maior grau de industrialização e urbanização, uma segunda de transição e uma terceira mais agro-pastoril e mais desertificada, sem capacidade de fixar as populações (por exemplo, Celorico e Cabeceiras de Basto, Vieira do Minho, Terras de Bouro no distrito de Braga). Numa palavra, a tendência de perda é tanto maior quanto mais avançamos para áreas do interior do Minho e, em particular, do Alto Minho (cf. Silva e Cardoso 2003:203).

A ausência de indústrias de ponta, assim como a baixa diversificação industrial na região minhota, principalmente no Minho-Lima, agravada por outros problemas como a baixa produtividade, a falta de criatividade e a “pulverização” dos sectores das indústrias transformadoras, debilitam a economia da região, incluindo obviamente Barcelos, tornando-a altamente vulnerável a impactos externos. Segundo diversos especialistas, particularmente Ribeiro (1984), Silva e Ribeiro (2000), Silva e Cardoso (2003), este modelo de acumulação que, tal como refere Cabral (1979), teve uma razão económica devido ao diferencial salarial e a uma industrialização difusa em benefício dos industriais e em complemento aos exíguos rendimentos das famílias camponesas mais pobres, prevaleceu mas está hoje em vias de esgotar-se, como o demonstram os estudos de Ferreira (1993) e M. Silva (2000).

Actualmente, no quadro do processo de globalização e competitividade internacional, principalmente pela importação de produtos têxteis de outros países e, em particular, da China, a indústria têxtil está a atravessar uma crise preocupante, dado que o tecido empresarial, não se tendo, na sua maioria, modernizado, está determinado predominantemente pela presença maioritária de médias e, sobretudo, pequenas e microempresas familiares, com apenas 0,1% de empresas com mais de duzentos trabalhadores.

O índice do poder de compra nesta região situa-se abaixo da média nacional (índice 100): 61% no Minho-Lima, 67% no Ave, 74% no Cávado.

<sup>56</sup> Em relação ao distrito de Viana do Castelo, verifica-se uma tendência semelhante: 65% entre Viana do Castelo e Ponte do Lima em 1971 e 59% em 1981.

A própria região norte, incluindo o Grande Porto (que supera a média nacional), fica pelos 86%, sem verificar-se grandes alterações entre 1993 com 81,7% e 2004 com o 83,9% (Silva e Cardoso 2003:205). Muitos são os habitantes rurais da região que combinam novas actividades com a actividade agrícola a tempo parcial, sobretudo nos fins-de-semana, tornando-se a pluriactividade uma modalidade dominante no país e no próprio município de Barcelos, tendência já realçada por Silva (1998). Tal modalidade constitui um dado muito importante para compreender o relativo baixo grau de conflitualidade social num contexto de industrialização difusa, ao compará-la com outras regiões e cidades de áreas metropolitanas. Efectivamente, alguns residentes reestruturaram as suas explorações ou fizeram investimentos noutros ramos de actividade no meio rural (por exemplo, produção de produtos artesanais ou agrícolas de qualidade, cultura, turismo de habitação e serviços). No entanto, para a maioria dos que se mantêm na aldeia, a complementar actividade agrícola a tempo parcial ou a distribuição das actividades no sector primário exercidas por determinados membros da família e a actividade no sector secundário ou terciário pelos restantes, ou vice-versa, constitui uma constante reconfiguração desde os anos 80 e tem uma dupla vantagem: difundir o risco ora das boas colheitas por razões climatológicas ou outras, ora do desemprego ou precariedade laboral nos sectores da indústria e serviços.

### **4.3. Barcelos: um território de disparidades**

Apresentada uma visão sociodemográfica da região Norte, do distrito de Braga e, mais concretamente, do município de Barcelos – o que nos possibilitou verificar assimetrias de tipo territorial por municípios mais centrais *versus* municípios do interior, importa agora dar conta de outras dimensões e aspectos das desigualdades sociais no que respeita à segurança social, a habitação e as infra-estruturas e equipamentos, por um lado, e a cultura e a educação, por outro.

#### **4.3.1. Emprego e desemprego**

Considerando a distribuição das taxas de actividade e de desemprego da população da Região Norte e sub-regiões, poder-se-iam identificar algumas tendências relevantes da estrutura do mercado de trabalho, assim como da repartição do emprego pelos sectores de actividade, por grau de qualificação e por género. Ainda em 1999, excepto o caso do Ave com 4,8%, constatava-se, sem contar com o emprego na economia informal ou subterrânea (cf., a este respeito, Cabral 1983), uma taxa de desemprego inferior à

da média nacional (4,5%), com 3,3% no Cávado e 3,6% no Minho-Lima. No entanto, nos últimos anos, sobretudo a partir de 2008, tem-se constatado um aumento considerável da taxa de desemprego na região, em grande parte explicável pelas deslocalizações de multinacionais, pela falta de competitividade de médias e pequenas empresas, incapazes de se reestruturarem e modernizarem e, por fim, mas não menos importante, a eclosão da crise financeira e económica a nível internacional e nacional.

Ainda a nível da Região Norte constata-se um aumento de activos entre 1981 e 2001. Assim, segundo Gonçalves (2007), verifica-se um aumento em 13,6% entre 1981 e 1991 (superior ao do país com 7,9%) e 10,3% entre 1991 e 2001 (inferior à média nacional de 12,6%). Estes aumentos acentuam-se todavia mais entre as mulheres do que entre os homens: enquanto as primeiras conhecem extraordinárias subidas de 31,7% entre 1981-91 e 16,6% entre 1991 e 2001, os segundos ficam-se respectivamente em moderados aumentos de 3,7% e 5,8% nas respectivas décadas.

A nível do distrito de Braga, este, segundo os Censos de 2001, possui uma população economicamente activa de 414 384 indivíduos, dos quais 391 019 encontram-se empregados e 23 365 desempregados (5%). O emprego no distrito está, principalmente, subordinado ao sector secundário. Logo, uma primeira divisão surge entre quem possui emprego e quem está excluído dele; como podemos observar no quadro 10.

**Quadro 10 – População empregada – Distrito de Braga (2001-2011)**

Municípios	População economicamente activa (M+F)		População economicamente activa e empregada (M+F)		Taxa de actividade (M+F)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Amares	7 962	8 477	7 419	7 269	43,0	44,9
Barcelos	61 565	59 734	58 934	52 512	50,4	49,6
Braga	85 194	94 411	79 298	81 971	51,9	52,0
Cabeceiras de Basto	6 946	6 758	6 603	5 742	38,9	40,5
Celorico de Basto	8 059	8 227	7 528	6 890	39,4	41,0
Esposende	16 324	17 023	15 531	15 100	49,0	49,7
Fafe	25 045	23 345	23 414	19 880	47,5	46,1
Guimarães	85 832	81 191	81 304	69 615	53,8	51,4
Póvoa de Lanhoso	9 769	9 413	9 327	8 170	42,9	43,0
Terras de Bouro	2 988	2 696	2 651	2 235	35,8	37,2

Municípios	População economicamente activa (M+F)		População economicamente activa e empregada (M+F)		Taxa de actividade (M+F)	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Vieira do Minho	5 353	4 767	4 858	3 989	36,4	36,7
V. N. Famalicão	67 577	68 616	64 043	58 368	53,0	51,3
Vila Verde	19 410	21 240	18 357	18 504	41,7	44,4
Vizela	12 360	12 680	11 752	10 863	54,7	53,4
<b>Total</b>	<b>414 384</b>	<b>418 578</b>	<b>391 019</b>	<b>361 108</b>	<b>45,6</b>	<b>47,6</b>

Fonte: INE, Censos 2001, 2011 M= masculina, F= feminina.

O quadro 10 indica que, a nível da população economicamente activa e a população activa e empregada, a relação entre homens e mulheres é mais favorável aos homens. As mulheres trabalham, predominantemente em actividades do sector primário e do secundário, sobretudo nas indústrias têxtil e de vestuário, e ainda, em certas áreas do comércio e serviços (ensino, segurança social, serviços de limpeza). Há, para além disso, outros aspectos em que a diferenciação e a desigualdade em termos verticais por género em idênticas categorias profissionais ocupadas por homens e por mulheres constituem uma das realidades mais persistentes de tratamento desigual e discriminatório para com as mulheres, nomeadamente a nível salarial, em que estas receberiam 77% da remuneração média dos homens (cf. CITE, 23-8-2005 *in* Marques, Silva e Veiga 2006).

Se contemplarmos a existência de padrões de distribuição diferenciados por sectores de actividade e por profissões, verificamos que, para além do menor poder económico das mulheres, observam-se, igualmente, fenómenos de segregação e de discriminação organizacional, política e cultural, que ultrapassam o contexto público e alcançam a dimensão privada (por exemplo, défice de participação dos homens no chamado trabalho doméstico, no qual se incluem a prestação de cuidados aos familiares dependentes (cf. Silva *et al.* 2012).

Tomando como base os estudos de Cónim (1999), retrabalhados por Pinheiro (2007), sobre os índices de desenvolvimento humano (educação, longevidade, conforto, rendimentos e produto interno bruto)<sup>57</sup>, constatamos que a Região e principalmente o Cávado e o Ave, salvo na educação, apresenta um

<sup>57</sup> Cónim (1999) sintetiza estes cinco índices em três: o índice de desenvolvimento humano (IDH), o índice de desenvolvimento económico e social (IDES) com base na média aritmética do índice de rendimento ajustado pelo índice do produto interno bruto, e o índice de desenvolvimento social (IDS) ou do bem-estar das populações, compreendendo deste modo a educação, a longevidade e o conforto.

índice ligeiramente superior (0,933) à média do país (0,922), nos demais itens revela índices ligeiramente inferiores aos do país: esperança de vida (0,86 *versus* 0,853), conforto (0,941 *versus* 0,952), rendimento ajustado (0,875 *versus* 0,894) e produto interno bruto real (0,380 *versus* 0,466).

Retomando a questão do desemprego e procurando saber a evolução da taxa de desemprego a nível da região, das sub-regiões e dos municípios, uma primeira aproximação é-nos dada pelo quadro 11:

**Quadro 11: População residente desempregada: Norte, Sub-Regiões e Municípios**

Zona Geográfica	Taxa de desemprego (%)		
	1991(HM)	2001 (HM)	2011(HM)
Norte	5,0	6,7	14,5
Minho-Lima	5,0	6,8	11,8
Cávado	3,9	5,8	12,8
Amares	4,4	6,8	14,1
Barcelos	2,6	4,3	12,1
Braga	4,9	6,9	13,2
Esposende	3,1	4,9	11,3
Terras de Bouro	9,4	11,3	17,1
Vila Verde	4,0	5,4	12,9
Ave	3,9	5,6	15,1
Fafe	4,5	6,5	14,9
Guimarães	3,8	5,3	14,3
Póvoa de Lanhoso	4,4	4,5	13,2
Vieira do Minho	10,7	9,2	16,3
V. N. de Famalicão	3,2	5,2	15,0
Grande Porto	6,0	8,0	16,4
Támega	4,1	5,1	14,3
Cabeceiras de Basto	8,3	4,9	15,0
Celorico de Basto	4,0	6,6	16,3
Entre Douro e Vouga	2,7	4,7	12,0
Douro	7,0	8,2	12,1
Alto Trás-os-Montes	6,2	8,6	11,9
Portugal	6,0	6,8	13,2

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

O quadro 11 mostra-nos uma realidade severa no que concerne o elevado aumento de desemprego, principalmente nos últimos anos, em que o Norte apresenta uma taxa superior à do país, tendo duplicado o índice em relação a 2001, nomeadamente a NUTS Cávado, onde Barcelos se integra. O município de Barcelos em 2011 apresenta cerca do triplo de desempregados em relação a 2001. E, com o aumento do desemprego, também aumentaram os destinatários do subsídio de desemprego que no Norte superaram em percentagem a média do país: 54,4% *versus* 36,8% (Pinheiro 2007).

Os desempregados não são apenas pessoas adultas menos qualificadas, mas também o têm sido e cada vez mais os jovens, incluindo jovens qualificados: cerca de 30% em 2011 têm idades inferiores a 25 anos. Para além disso, dada a tendência predominante do individualismo institucionalizado, assiste-se a uma crescente dualidade ou inclusive fragmentação dos mercados de trabalho, em que franjas cada vez maiores de jovens estão sujeitos a trabalhos precários e incertos, flexíveis e mal pagos<sup>58</sup>.

#### **4.3.2. Infra-estruturas e equipamentos, segurança social e habitação**

Na tentativa de avaliar a situação da região e, em particular a de Barcelos, no que concerne a vários indicadores sociais, a primeira observação que se reconhece é que a região e, nomeadamente os municípios do referido quadrilátero urbano, comparando a actual situação com os anos sessenta ou inclusive setenta, conheceram consideráveis melhorias em infra-estruturas e equipamentos. No entanto, estas não são suficientes e adequadas para as necessidades actuais. Por outro lado, tal como em outros países e regiões, também na região do Minho se verifica uma desigual distribuição territorial de infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos. Isso significa que, apesar das continuidades entre o rural e o urbano, persistem algumas desigualdades e desequilíbrios socioespaciais. Por isso, destaca-se que o factor espacial, associado às dinâmicas demográficas, constitui um factor co-determinante das desigualdades socioeducativas e culturais.

Considerando indicadores no sector da saúde, a região – assim como o resto do país – conheceu melhorias em infra-estruturas, serviços e equipamentos desde os anos setenta e sobretudo desde o 25 de Abril de 1974 com a implementação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), graças aos princípios da universalidade e tendencial gratuitidade do sistema de saúde pública, consagrados respectivamente nos artigos 63 e 64 da Constituição

<sup>58</sup> Para desenvolvimento desta problemática cf. Sennet 2001, Beck 2006 e, em Portugal, Kóvacs 2002, Gonçalves *et al.* 2001 e 2004, Marques 2005.

da República Portuguesa de 1976 e desenvolvidos na Lei 56/79 do Serviço Nacional de Saúde (SNS). No entanto, estes princípios têm sido, senão revogados, pelo menos debilitados na sua execução prática por vários factores que se prendem com a ineficiência e a lentidão de resposta do sistema (por exemplo, listas de espera para consultas de especialidade), a promiscuidade dos interesses públicos e privados, reforçando a medicina privada e os sistemas privados de saúde. De facto, tal como o evidencia S. Silva (2007), entre 1988 e 2004 verifica-se na região Norte uma ligeira redução do número de hospitais públicos por 100 000 habitantes, enquanto aumentam os privados nas restantes sub-regiões, excepto em Trás-os-Montes, Douro e Minho-Lima onde não os há, e principalmente nas sub-regiões do Grande Porto (de 0,9 para 1,2), do Cávado (de 2,0 para 2,5) e do Ave (de 0,2 para 0,6). Ou seja, entre 1988 e 2005 os hospitais públicos passam de 1,3 a 0,9 por 100 000 habitantes (de 1,4 a 1,1 no país), enquanto os privados passam de 0,6 a 0,8 (mantendo-se nesse período em 0,9 no país).

Para além das deficiências gerais do sistema, ao avaliar a situação à escala nacional, regional e sub-regional, verifica-se uma acentuada desigualdade territorial e social no acesso a bens de saúde entre os grandes centros – Lisboa, Porto e Coimbra que concentram a grande parte dos meios e do pessoal (para médico, em particular, o pessoal mais altamente especializado – e as demais cidades e vilas do país. Esta lógica de concentração e desigualdade territorial à escala nacional e regional reproduz-se ainda de modo mais evidente entre a média ou mesmo a pequena cidade e as aldeias, sobretudo as mais afastadas dos hospitais e centros de saúde<sup>59</sup>. Ou seja, o acesso à saúde está, por isso, não apenas dependente das condições socioeconómicas dos diferentes grupos/ classes sociais e das características dos indivíduos, mas também da desigual distribuição territorial de infra-estruturas e equipamentos, especialidades e pessoal de saúde, o que penaliza, como se acaba de assinalar, as populações residentes em zonas mais afastadas e isoladas geográfica e socialmente.

A região do Minho tem 8 hospitais públicos, dotados de 3 559 camas, 1 562 médicos, o que corresponde a 1,3 médicos e 2,9 camas por mil habitantes no Minho-Lima, 1,9 médicos e 5,4 camas por mil habitantes no Cávado

<sup>59</sup> Enquanto, por exemplo, Braga possui 2,6 hospitais por 100 000 habitantes – na prática tem três hospitais particulares e um hospital público –, 6,58 camas por 1000 habitantes com uma ocupação de 76,23%, 1,86 centros de saúde por 100 000 habitantes, 6,2 extensões de saúde, 3,72 postos médicos e 2,1 farmácia e 3,77 médicos por 1000 habitantes – acima da média nacional de 3 médicos por 1000 habitantes: 0,3 para Vila Verde, 0,3 para Póvoa de Lanhoso, 0,3 para Celorico de Basto, 0,5 para Terras do Bouro, 0,6 para Cabeceiras de Basto, 0,6 para Amares, 0,7 para Vieira do Minho, 0,7 para Barcelos, 0,8 para Fafe, 1,2 para Vila Nova de Famalicão, 1,3 para Guimarães, 1,4 para Esposende, médias estas bastante distantes da média nacional de 3 por 1000 (cf. Governo Civil de Braga, 2001).

e 1,1 médicos e 2 camas por mil habitantes no Ave. Porém, em termos de cobertura de centros de saúde por 100 000 habitantes, a situação é ainda mais desfavorável que noutras regiões: cerca de 4 no Minho-Lima e 2 no Cávado e Ave em 1997 (Silva e Cardoso 2003:207). Tendo em conta as tendências mais recentes, a situação tende a deteriorar-se com o encerramento de maternidades e centros de saúde.

No caso do município de Barcelos, ainda que não sofra dos obstáculos de pequenos municípios do interior, tem consideráveis carências no domínio da saúde, possuindo apenas um hospital público – cujo funcionamento deficitário obriga os cidadãos doentes a recorrer a um dos dois hospitais privados com altos custos ou a terem de ser reencaminhados ao hospital distrital por falta de recursos e especialidades.

Em termos de mortalidade infantil desenvolveu-se, tal como o comprovam as estatísticas do INE, uma mudança extraordinária desde o quadriénio 1980-84 ao quadriénio 2001-2005 quer seja no país quer seja na região (cf. S. Silva 2007), podendo-se especificar os dados relativos a Alto Trás-os-Montes (de 31,33‰ para 5,53‰) ao Grande Porto (de 21,36‰ para 5,21‰), ao Cávado (de 22,16‰ para 4,38‰), ao Ave (de 22,16‰ para 4,05‰) e do Minho-Lima (de 21,39‰ para 4,67‰). Ainda em 2001 os valores eram, respectivamente para o Minho-Lima, para o Cávado e para o Ave, 9,2‰, 8,4‰ e 7,1‰, taxas superiores à média nacional de 5%. Actualmente a taxa de mortalidade infantil a nível nacional situa-se em 3,1‰.

É de notar que, nesta matéria, a nível distrital a taxa de mortalidade infantil era de 7,7‰ em 2001, um valor também superior à média nacional (5‰). No que respeita ao município de Barcelos esta segue com uma ligeira diferença à média do distrito, o que não deixa de suscitar questões sobre os modos e as condições de vida, de saúde e de educação para a saúde. O desequilíbrio é mais acentuado no interior de cada sub-região que entre sub-regiões. Na verdade, apesar da discrepância entre os indicadores, ela acentua-se quando se olha para os valores intra ou sub-regionais, principalmente nos concelhos do interior<sup>[60]</sup>.

Seguindo a tendência nacional, também a região do Minho conheceu entre 1981 e 2001 um considerável aumento de inactivos idosos por invalidez ou por velhice (reforma/pensão)<sup>[61]</sup>: de 16% no país e 13,9% na região

<sup>60</sup> Os dados sobre mortalidade infantil são, em alguns municípios do interior, muito negativos, alcançando valores de países (semi)periféricos: 13‰ em Arcos de Valdevez, 14,3‰ em Melgaço e 16,4‰ em Valença (Minho-Lima), evidenciando que os cuidados de saúde primários e a situação económica social de bastantes famílias nestes municípios são precários.

<sup>61</sup> O número de pensionistas passou de 861 700 em 1975 a 2 528 800 em 2001, cujas razões têm sido analisadas por especialistas (cf. Carreira 1996, Mendes 2005, Gonçalves 2007). É de notar que uma parte considerável destes inactivos (pensionistas por velhice ou destinatários de pensões



Norte em 1981 a 36,1% no país e a 32% na região em 2001 (Gonçalves 2007), o que se compreende graças à melhoria dos cuidados de saúde e ao aumento da esperança de vida.

Também nos indicadores relativos à segurança social, para além da discrepância das médias de gastos sociais frente à média europeia<sup>62</sup>, na região do Minho evidenciam-se disparidades começando pela percentagem de pensionistas em relação à média nacional e no interior do Minho – em que a maior parte vive com baixas pensões. Por isso, as regiões com menos recursos, com cidadãos idosos com passados contributos curtos, baixos ou nulos, com pensões de velhice ou de subsistência como principal base de subsistência, apresentam um maior número de pensionistas que vivem com dificuldades, tal como se pode constatar no seguinte quadro:

Quadro 12: Número de pensionistas por 100 habitantes

	1993	1998	2003	2011
Portugal	22,9	24,4	24,3	28,2
Região Norte	20,9	21,4	22,2	26,8
Alto Trás-os-Montes	29,2	31,2	31,9	35,3
Ave	19,1	19,8	20,4	26,9
Cavado	19,4	19,5	19,6	23,2
Douro	26,4	26,5	28,6	31,5
Entre Douro e Vouga	20,3	20,3	21,5	26,7
Grande Porto	19,5	20,5	21,5	26,8
Minho-Lima	25,5	26,1	27,2	30,7
Tâmega	18,7	18,4	19,0	22,5

Fonte: *Ministério de Segurança Social e Trabalho, Instituto de Informática e Estatística de Solidariedade (IIES)*, (dados elaborados por Pinheiro 2007). *Anuário Estatístico da Região Norte 2011* e Censo 2011 resultados definitivos).

Relativamente à região Minho observamos, em 2001, a NUTS Minho-Lima com um total de 244 836 habitantes, dos quais 75 105 pensionistas, o que corresponde a 30,7 pensionistas por cada 100 habitantes, valor superior à média nacional (28,2%), ultrapassando os 33% em alguns concelhos

de sobrevivência), nomeadamente em meio rural, só o são em parte, uma vez que eles continuam ocupados com a actividade agrícola e pastoril ou pecuária, donde tiraram um complemento de rendimento ou, noutros sectores, sobretudo no mercado de trabalho informal: por vezes como entretenimento mas a maior parte como necessidade devido às baixas pensões estatais.

<sup>62</sup> Entre 1993 e 2003 os gastos sociais em Portugal verificam um aumento, passando de 1 547,00 euros *per capita* a 3 682,90 euros, enquanto a média europeia passava de 682,90 euros em 1993 a 6 880,10 euros em 2003.

(Arcos de Valdevez com 38,5%, Melgaço com 33,04%, Paredes de Coura com 35%). Pelo contrário, Cávado e Ave apresentam valores inferiores à média nacional (23,2% e 26,9% respectivamente). Mas também aqui as assimetrias são fortes: nos concelhos de Terras de Bouro e de Vila Verde (Cávado) e de Vieira do Minho (Ave) os pensionistas situam-se no intervalo aproximadamente de 27-38% do total da população.

No entanto, o indicador mais importante relativo às condições de vida dos pensionistas é o valor médio mensal das pensões, o qual é calculado com base no quantitativo contributivo do passado ou inclusive um passado não contributivo, penalizando assim as pensões calculadas em actividades ligadas ao sector primário ou noutros sectores com baixos salários.

Quadro 13: Valor médio das pensões por NUTS III da Região Norte (euros)

	1993*	1998	(%) (1993=100)	2003	(%) (1993=100)	2011	(%) (1993=100)
Alto Trás-os-Montes	99,5	132,5	133	190,2	191	241,0	242
Ave	118,0	162,6	138	232,0	197	321,0	272
Cavado	110,3	147,6	134	212,9	193	289,8	263
Douro	100,2	132,6	132	191,0	191	250,1	250
Entre Douro e Vouga	112,8	154,6	137	227,5	202	334,7	297
Grande Porto	137,6	193,0	140	274,6	200	378,6	275
Minho-Lima	103,4	139,1	135	202,3	196	266,5	258
Tâmega	106,7	144,0	135	208,6	196	278,7	261

Fonte: *Ministério de Segurança Social e Trabalho, Instituto de Informática e Estatística de Solidariedade (IIES), Anuário Estatístico da Região Norte*, in Pinheiro (2007), *Anuário Estatístico da Região Norte 2011* (publicado em 2012).

\* tendo como base 100 o ano 1993.

De acordo com o quadro 13, num espaço de 18 anos, entre 1993 e 2011, o valor médio da pensão mensal, em todas as regiões mais que duplicou e, em algumas, quase que triplicou (Entre Douro e Vouga e Grande Porto), se bem que este dado deveria ser ponderado com o aumento da inflação e do custo de vida.

Uma categoria específica que se encontra em situação vulnerável é composta pelos destinatários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Tomando

o ano 2004, a Região Norte apresentaria, segundo Pinheiro (2007), uma elevada percentagem, quase 60% do total de beneficiários de RSI, sendo a maioria mulheres as quais formam ou integram famílias nucleares com filhos e, em segundo lugar, famílias monoparentais.

Relativamente a equipamentos sociais, nomeadamente creches e jardins-de-infância, por um lado, e lares de idosos, por outro, as sub-regiões apresentam as seguintes taxas de cobertura: Cávado com 18, Ave com 16 e Minho-Lima com 14 creches e jardins-de-infância por 100 000 habitantes – médias idênticas ou ligeiramente inferiores à média nacional ( 18/100 000 habitantes); e Minho-Lima e Cávado com 7 lares de idosos, Ave com 5 por 100 000 habitantes, enquanto a nível nacional ronda os 8 por 100 000 habitantes, sendo que bastantes deles foram criados com objectivos lucrativos. Para além disso, importa ter presente a desigual distribuição geográfica dos equipamentos sociais geridos por instituições públicas e privadas. Por exemplo, no distrito de Braga, das 302 instituições privadas de solidariedade social, 65% concentra-se nas quatro principais cidades: Braga, Guimarães, Barcelos e Famalicão (Silva e Cardoso 2003: 207).

No que concerne à habitação, a região Norte apresenta, em termos de alojamentos clássicos, segundo Pinheiro (2007), uma posição mais vantajosa com 58,7% sobre a média do país (48,4%), assim como das famílias residentes (35,4% *versus* 25,7%). Para além das migrações internas para o litoral, nomeadamente à procura de emprego, nas sub-regiões do Cávado e Ave, as facilidades de crédito para a aquisição de casa própria com bonificação de juro, para a posse de uma segunda casa com usos diversos contribuiu para o aumento de habitações. A esta situação vincula-se o sentido arreigado de propriedade numa região tradicional de minifúndio, cujas diversas estratégias, desde a herança, o casamento e a emigração, se orientam no sentido de conservar ou adquirir uma propriedade começando por casa própria.

No que concerne à habitação não clássica, enquanto no país ao longo das duas últimas décadas, através de diversos programas<sup>63</sup>, diminuíram 300 habitações muito degradadas e sem condições mínimas de comodidade, na região Norte, segundo Pinheiro (2007), aumentaram quase em 1500, o que implica que, pelo menos, o investimento e a implementação dos referidos programas sociais para a habitação na região Norte foram menores, mais lentos e/ou ineficazes.

<sup>63</sup> Designadamente o programa especial de realojamento (PER), o Programa de luta contra a pobreza, o Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Alugados (RECRIA), o Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA).

A cobertura em 2001 na região Norte em relação aos equipamentos nas habitações tais como electricidade, abastecimento de água potável, serviços sanitários e saneamento/esgotos, é diferenciada: enquanto a electricidade tende a ser quase total, os serviços sanitários cobrem 97,5%, a água potável fica em 95%, o uso de duche 92% e os esgotos em 98%. No entanto, as disparidades intra-regionais e inclusive no seio da região Minho são consideráveis entre o Baixo Minho e o Alto Minho ou Minho interior. E, com respeito aos equipamentos domésticos como fogão, frigorífico e televisão têm quase 97%; outros como máquina de lavar roupa, telefone, aspirador, aparelhos de aquecimento e automóvel possuem-nos entre 50% e 80%; outros ainda tais como o telefone móvel, câmara de vídeo, computador possuem-nos entre 50% e 20%; e, finalmente, a televisão por cabo e antena parabólica abaixo de 20%.

### **4.3.3. Cultura e educação**

Indicadores relevantes para aferir o estado de desenvolvimento são a cultura e a educação. A nível cultural, os contrastes permanecem. Por exemplo, o número de bibliotecas por 100 000 habitantes nas diferentes subregiões do Minho é inferior à média do continente (16,5/100 000): Minho-Lima 12, Cávado 9, Ave 8 por 100 000 habitantes. Quanto ao número de museus: se no Alentejo ronda os 7/100 000 habitantes e, em Portugal continental, os 3/100 000, no Minho ronda os 2/100 000 (Ribeiro *et al.* 2000:63-64). Quanto a publicações de imprensa, no Minho-Lima as 33 publicações existentes conseguem uma tiragem de 1 410 190 exemplares, enquanto no Cávado as 47 existentes asseguram uma tiragem de 10 977 380 e no Ave as 32, apesar de serem inferior em número às do Minho-Lima, chegam aos 2 826 050 exemplares (Silva e Cardoso 2003:208). Em relação ao campo cultural em Barcelos, não obstante algumas melhorias graças não só à CMB mas também ao IPCA e outros agentes culturais, há um longo caminho a percorrer para elevar o nível cultural da população barcelense.

Um outro facto importante sobre o nível e da qualidade de vida dos cidadãos é a sua escolaridade, tal como podemos ver no quadro 14. Uma primeira nota é que o sistema educativo português experimentou importantes transformações, nestes últimos trinta anos, nomeadamente uma considerável diminuição do analfabetismo e um real aumento da escolarização em todos os níveis de ensino, tal como o comprovam vários indicadores no quadro 14, nomeadamente entre 1990 e 2011:

Quadro 14: Indicadores da evolução da educação em Portugal (1990-2011)

Nível	Ano	1990 (%)	2009 (%)	2011 (%)
Taxa de analfabetismo <sup>a</sup>		9,2		5,23 <sup>[64]</sup>
Taxa real de pré-escolarização		41,7	82,3	85,7
Taxa real de escolarização				
1.º Ciclo (6-9 anos)		100,0	100,0	99,1
2.º Ciclo (10-11 anos)		69,2	94,9	95,4
3.º Ciclo (12-14 anos)		54,0	87,3	92,1
Ensino Secundário (15-17 anos)		28,2	68,1	72,5
Ensino Superior		20,2	30,6 <sup>[65]</sup>	31,5 <sup>[66]</sup>
Taxa abandono precoce da educação/formação		50,0 <sup>[67]</sup>	31,2	23,2

Fonte: INE/Pordata, GEPE/ME, 2012.

a) **Taxa de analfabetismo:** Esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que segue o caminho normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Foi considerado que essa idade correspondia aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário. Deste modo a fórmula utilizada é a seguinte:

$$\text{Taxa de Analfabetismo (\%)} = \frac{\text{População com 10 anos ou mais que não sabe ler nem escrever}}{\text{População com 10 anos ou mais}} \times 100$$

Detendo-nos na década de 1990-2000, é de sublinhar, tal como referem Resende e Vieira (2003), uma considerável recuperação do atraso educativo, visível, entre outros indicadores tais como a diminuição da taxa de analfabetismo (de 11% para 9%, e em 2005 reduzida para 7,5%), na diminuição do abandono escolar de crianças entre os dez e os quinze anos (de 12,5% para 2,7%), no aumento da taxa e pré-escolarização no ensino público e privado de crianças entre os três e os cinco anos (de 41,7% para 71,6%), no

<sup>64</sup> O que representa mais de meio milhão de portugueses, com 10 ou mais anos, que não sabem ler e escrever. Se bem que a taxa de analfabetismo em dez anos caiu para cerca de metade, Portugal apresenta o maior índice de analfabetismo da Europa. No que se refere ao ensino superior em Portugal, entre 2001 e 2011, os portugueses com mais de 23 anos com ensino superior quase que duplicou (de 9% para 15%), em que 60% cabe às mulheres, no entanto Portugal continua a ser um dos países na cauda da Europa. (Expresso, 20-11-2012).

<sup>65</sup> No ano 2009/2010 (INE, AE 2010).

<sup>66</sup> No ano 2010/2011 (INE, AE, 2010).

<sup>67</sup> Taxa referente a 1992.

aumento das taxas de escolarização em todos os níveis de ensino, nomeadamente no ensino superior que, em dez anos, mais que duplicou o número de alunos escolarizados entre os 18 e os 22 anos (9,2% para 24,6%). Apesar de estes avanços, a dimensão educativa portuguesa apresenta hoje várias fragilidades quando comparada com a dos seus pares da União Europeia. Para além disso, o esforço de aproximação das metas traçadas no quadro da *Agenda de Lisboa* não foi conseguido, agravando-se este cenário quando se analisam os indicadores na escala regional, intra-regional e municipal. De facto, o problema dos baixos níveis de escolaridade segue subsistindo, atendendo ao nível de habilitações da população activa portuguesa dos 25 aos 64 anos, o mesmo que as percentagens significativas de abandono escolar precoce por parte da população na franja etária dos 18 aos 24 anos: 39,4% em Portugal contra 15,9% na UE.

No que concerne à educação em termos regionais, a região do Minho apresenta uma heterogeneidade e desigualdade socioeducativas, sendo de salientar as taxas de analfabetismo, ainda que decrescendo entre 1991 e 2011:

**Quadro 15: Taxa de analfabetismo nos concelhos do Minho**

Concelhos	Taxa de analfabetismo (%)		
	1991	2001	2011
Distrito de Braga	12,9	10,6	6,5
Amares	12,3	10,8	6,2
Barcelos	9,3	7,6	4,6
Braga	6,9	5,8	3,4
Cabeceiras de Basto	20,4	16,0	10,1
Celorico de Basto	19,7	16,6	10,0
Esposende	9,1	7,3	4,3
Fafe	12,3	9,9	6,2
Guimarães	9,2	7,4	4,4
Pova de Lanhoso	14,8	11,7	7,6
Terras de Bouro	18,2	15,6	9,4
Vieira do Minho	15,4	12,8	8,4
Vila Nova de Famalicão	8,2	6,7	4,0
Vila Verde	15,4	11,9	7,3
Vizela	9,3	7,9	5,0

Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Apesar dos progressos, Portugal apresenta uma taxa de analfabetismo superior à de outros países (9,2% em 2001 e 5,23% em 2011). O distrito de Braga apresenta em 2001 uma taxa média de analfabetismo de 10,6% com variações internas por concelho desde 5,8% em Braga até 16,6% em Celorico de Basto, ficando Barcelos com a taxa intermédia de 7,6%<sup>1681</sup>. Já em 2011, a situação, embora tenha melhorado em relação aos anteriores Censos (*vg* Braga com 3,4% e Barcelos com 4,6%), apresenta ainda elevados índices na ordem entre os 9 e 10% nos concelhos interiores tais como Terras de Bouro, Celorico de Basto e Cabeceiras de Basto. De modo mais acentuado, o distrito de Viana do Castelo conhece em 2001 médias que vão desde 7,1% em Viana até 20,3% em Arcos de Valdevez.

Quanto ao nível de ensino alcançado pela maior parte da população no distrito de Braga, o quadro 16 oferece-nos a distribuição da população segundo os níveis de escolaridade.

**Quadro 16: População residente segundo níveis de escolaridade (distrito Braga)**

Municípios	Níveis de Escolaridade							
	Nenhum	1.ºCiclo E.B.	2.ºCiclo E.B.	3.ºCiclo E.B.	Ensino Secundário	Ensino Pós-secundário	Ensino Superior	Total
Cávado	75 385	101 382	67 836	67 997	50 609	2855	44 105	410 169
Minho-Lima	53 012	68 412	34 697	37 762	28 635	1 653	20 665	244 836
Amares	3889	5253	2933	3012	2316	156	1330	18 889
Barcelos	22 135	33 309	24 743	20 082	12 261	688	7173	120 391
Braga	30 312	38 467	24 982	30 804	26 282	1435	29 212	181 494
Cab. de Basto	4034	4509	2905	2558	1620	102	982	16 710
Cel. de Basto	4700	6186	3243	2955	1947	114	953	20 098
Esposende	6439	8588	6387	5454	3881	256	3249	34 254

<sup>68</sup> O distrito de Braga, ainda que tenha seguido uma tendência de baixa ao longo das últimas décadas, apresenta em 2001 e 2011, apesar de tudo, uma média superior à média nacional, ou seja, 10,6% e 6,5% respectivamente. Por exemplo, em 2001, enquanto Celorico de Basto (16,6%), Cabeceiras de Basto (16%), Terras de Bouro (15,6%) e Vieira do Minho (12,8%), outros concelhos do distrito de Braga apresentam taxas de analfabetismo inferiores à média nacional, destacando-se por ordem decrescente, nomeadamente Vizela (7,9%), Barcelos (7,6%), Guimarães (7,4%), Esposende (7,3%), Vila Nova de Famalicão (6,7%) e Braga (5,8%).

Municípios	Níveis de Escolaridade							Total
	Nenhum	1.ºCiclo E.B.	2.ºCiclo E.B.	3.ºCiclo E.B.	Ensino Secundário	Ensino Pós-secundário	Ensino Superior	
Fafe	10 003	15 309	9 388	7248	4792	233	3660	50 633
Guimarães	27 881	45 927	26 267	27 048	17 593	939	12 469	158 124
P. de Lanhoso	4999	6493	3775	3196	2092	110	1221	21 886
T. de Bouro	1649	2366	993	1122	769	41	313	7253
V. do Minho	2949	4002	2198	1741	1334	72	701	12 997
V. N. Famalicão	23 687	35 656	24 183	22 065	15 972	1024	11 245	133 832
Vila Verde	10 961	13 399	7798	7523	5100	279	2828	47 888
Vizela	4435	7485	4229	3912	2355	121	1199	23 736
Total	158 073 (18,6%)	226 949 (26,8%)	144 024 (17,0%)	138 720 (16,4%)	98 314 (11,6%)	5570 (0,6%)	76 535 (9,0%)	848 185 (100%)

Fonte: INE, Censo de 2011.

Relativamente ao conjunto de cidadãos que ou são analfabetos ou sabem ler e escrever mas não obtiveram o grau do ensino básico, a taxa do distrito de Braga é de 14,5% em 2001, os que completaram o primeiro ciclo somavam 36,7% do total; e os do segundo ciclo 17,6%; enquanto que em relação ao terceiro ciclo, a taxa alcançada pela população do distrito de Braga é de 11,7%.

Quanto à educação pré-escolar, o número de educadores aumenta passando de 2004 em 1995/96 para 5500 em 2005/6 (INE, Estatísticas da Educação *in* Magalhães 2007). Apesar deste aumento, dado como positivo, verifica-se, no entanto, uma distribuição irregular e insuficiente da oferta, principalmente no que respeita à falta de infra-estruturas e de profissionais qualificados, estando coberta só em 39,4% da região Norte por estabelecimentos pré-escolares públicos e privados. Em certas cidades, regista-se um fenómeno de sobreocupação como, por exemplo, nas cidades de Braga, Porto, Viana do Castelo, contrariamente a outras em que há uma subocupação (Minho-Lima).

Em relação ao primeiro ciclo, tanto no país como na região, verifica-se entre 1995-96 e 2002-03 uma diminuição de escolas por não haver um



número mínimo de alunos, o que comporta uma diminuição de docentes na região Norte, passando de 14 640 em 1995/96 para 13 381 em 2005/06 (Magalhães 2007). Esta situação conduz ao encerramento de escolas, o que se compreende pela queda demográfica, sentida particularmente nas aldeias do interior que se vêem privados de uma das suas instituições fundamentais.

Quanto às escolas do 2.º e do 3.º ciclo (EB 2 e 3), estas apresentam taxas de cobertura diferenciadas e apoios desiguais, podendo referir-se que, segundo os dados da Direcção Regional da Educação do Norte (DREN), essas taxas são de 28% contra 42% em termos nacionais. A nível da região Norte e, em particular, na zona mais litoral, desde concelhos como Vila Nova de Gaia, Porto até Braga, verifica-se igualmente um aumento significativo do número de estabelecimentos do 2.º ciclo.

Quanto ao nível do ensino secundário, apenas 12,1% da população do distrito de Braga completou o ensino secundário: uma média inferior à média nacional de 15,7% (cf. INE Censos 2001). Entre os trabalhadores assalariados, mais de 90% tinham o nível igual ou inferior ao 9.º ano<sup>[69]</sup>, enquanto este tipo de escolarização, em termos nacionais, situava-se em 77%, indicando um nível de formação escolar mais baixo nesta região (Ribeiro *et al.* 2000:17, Silva e Cardoso 2003:208).

Ainda em 2011 era possível concluir que o número de estabelecimentos de ensino do 3.º ciclo e de docentes não tinham sofrido grandes alterações nos concelhos portugueses desta região. Deste modo, quanto à dinâmica educativa a nível do ensino profissional no norte de Portugal, esta pode ser medida, em parte, pelo número significativo de Escolas Profissionais no contexto nacional: 38,7% que, para além da sua expressão na sub-região do Grande Porto (32,6%), assume importância também nas sub-regiões do Minho-Lima (16,3%) e do Ave (15,1%).

Em relação à NUTS Cávado, a percentagem de jovens que seguem o ensino secundário ou o ensino pós-secundário, apesar de estar aquém do necessário e do desejável, é considerável: mais elevada no ensino secundário como expressão de um maior investimento em planos/trajectos escolares mais prolongados<sup>[70]</sup>, projectando-se alcançar o nível do ensino superior (universitário ou politécnico); menos significativo ou, inclusive residual, é o caso do ensino pós-secundário, enquanto expressão de “opções” obviamente limitadas no sentido da procura e realização de planos escolares mais

<sup>69</sup> Segundo os resultados mais recentes e as comparações internacionais, confirma-se a acentuada concentração da população portuguesa nos níveis mais baixos de analfabetismo (Benavente *et al.* 1996, Gomes *et al.* 2000).

<sup>70</sup> Isto reflecte-se no aumento absoluto – não percentual – de docentes no ensino secundário na região Norte, passando de 35 928 (68,3%) para 40 604 (52,9%).

curtos e mais orientados para a profissionalização, entrando no mercado de trabalho mais cedo, muitas vezes por não gerar meios de qualificação mais elevados e, sobretudo, pela urgência de obter resultados imediatos ou a curto prazo.

Seja a nível do ensino secundário, seja a nível do ensino superior, não obstante os relativos progressos entre 1991-2001, as taxas de escolaridade no distrito de Braga são inferiores às médias nacionais. Os dados relativos à escolaridade nos municípios mais centrais, urbanizados e litoralizados apresentam-se algo mais satisfatórios que nos municípios mais interiores e distantes dos principais centros urbanos minhotos. Tanto os dados relativos ao distrito de Braga, como os relativos ao distrito de Viana do Castelo, mostram uma correlação entre a proximidade de infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos acessíveis e disponíveis para as populações e frequência de graus de ensino mais elevados. Enquanto no concelho de Braga 15,5% da população tem o ensino superior, Guimarães conta apenas com 6,2% e Barcelos fica numa posição intermédia, com 10% (INE, Censo 2001).

Por fim, uma nota sobre a desigual atribuição de recursos públicos por região. Por exemplo, nos programas do PIDDAC, o Norte, apesar de reter mais de 36% da população portuguesa no continente, não tem tido o correspondente ganho na distribuição dos dinheiros do PIDDAC dos fundos europeus particularmente dos sucessivos Programas Comunitários de Apoio. Tomando como ilustração o I Programa Comunitário de Apoio, enquanto Lisboa e Vale do Tejo reteve 35% dos fundos estruturais (FEDER, FSE, FEOGA), o Norte ficava com 26,5% e com a capitação mais baixa: 594 euros por habitante em contraposição aos Açores com 1534 euros e a média continental com 754 euros e nacional com 788 euros (Porto 1999, Neto 2007)<sup>[71]</sup>.

Os dados disponíveis relativos a determinados indicadores de (sub) desenvolvimento no contexto regional minhoto denotam a existência, para além de uma disparidade com outras regiões e cidades centrais como Lisboa, de uma relativa diferença entre o Minho urbanizado sobretudo litoral e o Minho interior, do mesmo modo que no distrito, como veremos, se mantém uma discrepância entre o quadrilátero urbano formado por Braga, Guimarães, Barcelos e Famalicão, e os concelhos do interior.

A fim de superar alguns impasses e défices, a regionalização torna-se um imperativo incontornável. Na esteira de Ribeiro (1984) e Silva e Cardoso (2003), poder-se-á dizer que o futuro da região passa por um enquadra-

<sup>71</sup> Se se analisam os investimentos por programas específicos, constata-se uma discrepância semelhante por regiões, finalmente não apenas no I como nos subsequentes Programas Comunitários de Apoio (cf. Neto 2007).

mento institucional no qual os poderes regionais seriam um suporte fundamental de desenvolvimento económico, o qual dependerá, por sua vez, de uma estratégia de aproveitamento dos recursos locais junto com uma forte participação das populações num quadro de continuidade socioeconómica de Braga e Viana do Castelo.



## **Capítulo V**

### **Barcelos: o poder municipal entre o Estado Central e as freguesias (1969-2004)**

Antes de entrar na caracterização das entidades analisadas, torna-se necessário fazer uma breve retrospectiva e enquadramento histórico-sociológico do poder municipal sob o Estado Novo, nomeadamente desde os anos sessenta até final da ditadura e, em seguida, desde o 25 de Abril de 1974 até ao presente.

#### **5.1. O poder municipal: do Estado Novo ao 25 de Abril**

Para entender o papel das Juntas de freguesia antes do 25 de Abril, importa contextualizá-lo politicamente, tendo presente o Estado ditatorial salazarista-caetanista, a ausência de liberdades e, conseqüentemente, a inexistência de eleições livres. Neste âmbito, os detentores dos cargos de presidente, tesoureiro e secretário da Junta de freguesia, independentemente do facto de também funcionarem (ou não) como polícias ou informadores do regime – esse papel estava mais reservado ao regedor ou ao pároco – eram, normalmente, homens nomeados tácita ou expressamente pelo regime, nomeadamente pelo presidente da Câmara Municipal, após nomeação deste, por sua vez, pelo governo.

Na esfera intermédia entre o poder centralizado e ditatorial e o pequeno poder delegado na Junta, o Presidente da Câmara Municipal possuía uma certa margem de discricionariedade, que lhe advinha da confiança política do regime e lhe permitia tomar decisões administrativas mesmo à margem da própria lei e/ou com o consentimento de outras instâncias. Pode-se referir, a título de ilustração, a aprovação da pavimentação da rua de acesso à Central das Águas no valor de 130.000\$00 sem concurso (ACMB 7-10-1970) ou a aprovação, por unanimidade, em reunião da Câmara, da seguinte proposta genérica:

“proponho que sejam conferidos poderes à Presidência para confirmar ou negar os embargos a obras que revistam características de clandestinidade ou não estejam devidamente licenciadas, ou que estejam ainda em curso e em desacordo com sua licença.” (ACMB 4-6-1973, fls 58v-59)

Era esta mesma discricionariedade político-administrativa que permitia à Câmara Municipal entregar um subsídio de 1.000.000\$00 à Santa Casa da Misericórdia em sessão solene da Câmara (ACMB 1-9-1970 fl 209), autorizar a concessão de um subsídio de 6.000\$00 para a *Mocidade Portuguesa* masculina e 40.950\$00 para a *Mocidade Portuguesa* feminina (ACMB 30-9-1969, 8-4-1969) por actividades de apoio prestado aos soldados “no ultramar”, de 1000 escudos ao Núcleo Nacional de Escutas (AMB 15-4-1969) ou de 1000 escudos ao Comando Distrital da *Legião Portuguesa* de Braga para *levar a cabo um balneário de férias para os filhos dos legionários pobres, entre os 6 e os 12 anos* (ACMB 2-7-1973 fl 68).

Em relação ao poder central, a regra era todavia a atitude de deferência e de *pedinchar*, podendo inferir-se tal atitude, por exemplo, do relato da ida “com êxito” do Presidente da Câmara a Lisboa, para “tratar pessoalmente” assuntos em diversos departamentos do Estado: (i) no Ministério de Educação, a criação da Escola Industrial e Comercial de Barcelos do Curso Geral de Comércio<sup>72</sup>, autorização para a aquisição de terreno tendo em vista a instalação do Edifício destinado ao Ciclo Preparatório e edifícios escolares para o ensino básico no município; (ii) na Direcção Geral de Desporto, a apresentação do projecto da piscina para substituir a piscina fluvial de Barcelinhos; (iii) no Ministério de Obras Públicas, particularmente no Fundo de Fomento da Habitação, para a construção de habitações para agregados familiares de baixos rendimentos e para problemas relacionados com a Urbanização do Município e o plano especial das estradas municipais (ACMB 18-11-1969).

As funções da Junta de freguesia eram mínimas, consistindo em (i) ser mediadora entre as instâncias governamentais e sobretudo municipais e as populações; (ii) prestar informações de tipo administrativo-burocrático e de gestão da vida local tais como orientações para o uso das águas; (iii) ocupar-se do cemitério, executando ou coordenando a reparação de caminhos; (iv) procurar, desde os anos cinquenta e sessenta, para que a electrificação chegasse ao maior número de casas possível; (v) contribuir na manutenção e reparação da escola e no funcionamento da escola básica, tanto no pagamento da renda, como colaborando noutras actividades; (vi) elaborar atestados de residência e de “bom comportamento” para os mais diversos fins; e, finalmente, (vii) elaborar atestados de pobreza, de modo a que os mais pobres da freguesia pudessem receber atenção hospitalar se adoecessem, no âmbito de uma assistência social de cariz paternalista e caritativo através da

<sup>72</sup> Este curso será criado na Escola Industrial e Comercial de Barcelos por despacho do Sub-Secretário de Estado da Administração Escolar (cf. ACMB 1-7-1970, fl 165).

Casa do Povo, da qual formava parte como entidade a ser ouvida, nomeadamente pela Direcção – o que nem sempre sucedia.

Por vezes não se cumpriam as funções que lhes competia exercer desde o ponto de vista administrativo ou então cumpriam-se de modo selectivo e clientelar no que respeita à execução e reparação de determinadas ruas de acesso ou à implementação da luz eléctrica, tal como foi possível detectar por diversos relatos, alguns dos quais editados na imprensa local:

“(O povo de Midões) encontra-se mal servido (... ) Faz uns 18 anos, ou seja, em 1959, fez-se uma solicitação para pôr a luz. Chegaram ao final, fizeram um almoço, deitaram foguetes e agora a luz apenas a tiveram os senhores” (BP 14-4-1977).

Antes do 25 de Abril de 1974, as únicas infra-estruturas existentes, na maior parte das freguesias, eram a igreja e a escola, tal como diz um líder local:

“A nível de infra-estruturas, só tínhamos a escola básica e a igreja e, antes da escola, a única coisa que tínhamos era a igreja. Veja que a figura do padre era muito importante, era o padre, muitas vezes, o que conseguia desbloquear os processos, dar as voltas pelas pessoas que estavam limitadas, então o senhor abade dizia “eu resolvo esse problema... eu trato disso”... na Fazenda, no Registo Civil,... era a pessoa que de facto tinha mais poder então, mais que o próprio Presidente de Junta. Nesse tempo este estava bastante limitado, pois não fazia as coisas sem falar com o próprio padre, porque este tinha a informação mais completa da freguesia”(Presidente da Junta, freguesia de Z)<sup>73</sup>.

Salvo freguesias como Barcelos e Barcelinhos, que dispunham de “*escritura para o serviço dos expedientes*” (ACMB 28-4-1970), este era o retrato não só desta como da maioria das freguesias do município. A resolução dos problemas locais confiava-se aos mediadores, assim como das aldeias se esperava o máximo de contribuição possível através da mobilização da colectividade para a prestação de trabalhos a título gratuito ou a cedência de terrenos, sendo registada esporadicamente uma felicitação, por parte da Câmara, à respectiva Junta de freguesia<sup>74</sup>.

<sup>73</sup> Se bem que no geral se trate de casos inócuos, mesmo assim optou-se por atribuir um código a cada freguesia e, em alguns casos, usar siglas para fazer referência a actores sociais.

<sup>74</sup> Registe-se, entre outros, a felicitação da Câmara Municipal à Junta de Freguesia de Galegos por ter deliberado para “proceder ao alargamento da rua de acesso ao lugar do Souto de Oleiros a Peneda, com a colaboração dos vizinhos daqueles mesmos lugares e que o mesmo foi executado com a administração da Junta de freguesia” (ACMB, 11-4-1972, fl 4v); cf. outras co-participações dos vizinhos (ACMB 15-9-1970). Ou a da freguesia de Viatodos que cede gra-

A nível municipal, os recursos eram também escassos e, para obras ou subsídios de maior envergadura (por exemplo, abastecimento de água à cidade, construção de estradas e escolas), eram os respectivos Ministérios de Obras Públicas, de Educação ou outros os que custeavam tais gastos, como, por exemplo, a Direcção de Urbanismo do Distrito em *co-participação com o Ministério de Obras Públicas em 235.600\$00 para a Conservação das estradas Municipais* (ACMB, 9-5-1967, fls 1-8, e 9-5-1969)<sup>175</sup>. Em 1968 as actas da Câmara Municipal dão conta de um plano apresentado para a conservação das estradas municipais, o qual, apesar de ter sido aprovado, não tinha sido executado por falta de meios de transporte. Assim, durante todo o ano de 1969 apenas se dispôs de um camião municipal por um período que não alcançou os dois meses, durante o qual transportou terras extraídas das valetas e materiais cedidos gratuitamente na quase sua totalidade, ficando a cargo da Junta Distrital de Braga a análise e a resolução do problema da conservação das vias municipais (fls 37 e 37v). Quanto aos automóveis ligeiros existentes no município de Barcelos, estes totalizavam em 1972 as 53 unidades, estando inscritos 24 no Grémio dos Industriais de Transporte de automóveis e 23 noutras localidades do município (ACMB 28-3-1972, fl 245v).

Segundo as Actas da Câmara, entre 1968 e 1974, esta ocupava-se em adjudicar subsídios e/ou transportar pedra e areia a diversas freguesias para reparar os caminhos públicos, muros e aquedutos, empedrar e reparar outros caminhos rurais, concretamente os de acesso à Igreja e seus adros, beneficiar capelas, trasladar cruzeiros – o que evidencia o forte e positivo eco das solicitações da Igreja perante o poder civil<sup>176</sup> –, planar, arranjar ou ampliar cemitérios, construir lavadouros, reparar ou pagar materiais para fontes públicas, adqui-

tuamente 13 200 m<sup>2</sup> para o edifício da Escola Preparatória, para a qual a Câmara Municipal se compromete a efectuar as vias de acesso (ACMB 24-9-1973, fl 117). Por sua vez, o Dr. I. N. O. – que seria o futuro Presidente da Câmara – faz doação de 800m<sup>2</sup> de terreno para a construção da Casa do Povo de Viatodos (ACMB 21-4-1970); o arquitecto A. V. oferece um terreno para o edifício escolar em X (ACMB 9-6-1970 fl 160).

<sup>75</sup> As co-participações do Estado, através da Direcção de Urbanismo de Braga, nas obras da Câmara Municipal, baseavam-se nos “autos de medição de trabalhos”, notando-se, em matéria de adjudicação de obras, a preocupação proceder a concurso na base da lei, do qual se pode inferir a contrário a hipótese de se configurarem situações menos transparentes ou inclusive de favoritismo a determinadas empresas.

<sup>76</sup> Várias são as actas em que este favoritismo da Igreja é evidente: por exemplo, as reparações infra-estruturais, subsídios e cedência do pavilhão gimnodesportivo para uma festa em benefício das obras da Igreja de Arcozelo (ACMB 7-10-1970). O próprio poder municipal em 1973 faz da arena municipal o local onde se adjudicou a medalha de Honra de Barcelos (ouro) a Nossa Senhora da Franqueira, *pedindo à Senhora da Franqueira que siga derramando as suas bênçãos sobre todo o município e sua população* (ACMB, 27-08-1973 fl 101). Para além desta retórica, deve-se destacar o reconhecimento de algumas igrejas como Monumentos Nacionais, como o é a Igreja de V proposta pela Direcção Geral do Ensino Superior e Belas Artes com base no DL 181/1970 de 28 de Abril (ACMB 14-7-1970).



rir terrenos para a construção de edifícios escolares, reparar escolas<sup>[77]</sup> e/ou cercar os terrenos comuns circundantes (*logradouros*) das mesmas, electrificá-las ou abastecê-las de vez em quando de material didáctico<sup>[78]</sup>. Em bastantes freguesias, sobretudo até aos anos sessenta e, em algumas até aos setenta do século XX, a Câmara Municipal pagava a renda de edifícios ou simples salas de particulares que funcionavam como escolas de ensino básico<sup>[79]</sup>.

A partir de 1969 começam a verificar-se tímidos e isolados apoios iniciais à pintura das peças do Parque Infantil, a venda de um terreno para a criação de uma creche pelas Obras Sociais da Federação das Caixas de Previdência (ACMB 9-5-1969, 9-12-1969) ou a co-participação na construção de Jardins-de-infância (por exemplo, ACMB 9-6-1970, 22-8-1972 fl 193).

Outro destino frequente de subsídios nos anos 70 era a electrificação da escola. Para além disso, às vezes era também o Ministério da Educação Nacional que agraciava a Câmara Municipal com fundos excepcionais: por exemplo, entregaram-se subsídios de 300.000\$00 (ACMB 17-11-1970) e 650.000\$00 destinados à piscina de Pecegal, sendo *necessário anotar um voto de louvor e telegrama de agradecimento ao Ministro da Educação* (ACMB, 29-1-1971, fl 33-34; cf., para segunda fase, 03-09-1972)<sup>[80]</sup>.

A política social da Câmara Municipal, em consonância com os responsáveis máximos do Estado Novo, era supletiva e de carácter assistencialista, apoiando e intervindo indirectamente em casos de pobreza ou miséria extrema, esperando que os próprios patronos ou ‘beneméritos’ da sociedade civil cumprissem essa função social. A este propósito, por exemplo, a Câmara Municipal viu-se obrigada a considerar a introdução de um tributo *para satisfazer os encargos do internamento de doentes pobres e indigentes, porque têm aumentado desmesuradamente os gastos com o internamento de*

<sup>77</sup> Ainda que excepcionalmente, a reparação era solicitada pela professora, como ocorreu em U, a qual informa *que o edifício escolar se encontra seriamente danificado desde o último temporal. O telhado encontra-se descoberto em vários pontos e a chuva entra livremente, tanto mais que as janelas quase já não têm vidros.* (ACMB 10-10-1972, fl 125v e ss).

<sup>78</sup> Cf. ACMB 17-11-1970, 24-11-1970, 26-10-1971, fls 151-154, 4-1-1972, 8-2-1972, 22-2-1972, 21-3-1972, 30-5-1972, 27-6-1972, 29-8-1972, 12-12-1972, 6-2-1973, 27-2-1973, 13-3-1973 fl 5v, 20-3-1973 fl 7, 27-3-1973. A este respeito a Câmara Municipal tem algumas preocupações: (i) a manutenção e reparação da fontes públicas, tendo em conta servir através destas o maior número de casas rurais, chegam a subsidiar a reparação das nascentes de água abastecedoras das mesmas (ACMB 27-2-1973 fl 236v); (ii) o alargamento de caminhos para os tornar transitáveis para os diversos tipos de veículos; e (iii) expropriações amigáveis, sempre que sejam possíveis, para instalar escolas ou assegurar o pagamento da renda de edifícios para o funcionamento de escolas em aldeias que não tivessem terreno e edifício adequado.

<sup>79</sup> Cf. ACMB 24-11-1970, fls 5-8, 9-11-1971, 22-10-1973 fl 120, 19-11-1973 fl 139, 4-3-1974 fl 191).

<sup>80</sup> Era muito comum o envio de telegramas por parte da Câmara Municipal ao Presidente do Conselho, primeiro a António Salazar e, a partir de 1969, a Marcelo Caetano, assim como ao Ministro de Obras Públicas e ao Ministro de Educação (por exemplo, ACMB 30-9-1969).

*doentes pobres e indigentes nos hospitais*(ACMB, 31-3-1970, 6-02-1971, fl 39-49, ACMB, 07-03-1972, fl 227v).

Também no âmbito da política assistencialista foram concedidos diversos subsídios avulsos a certas instituições. Por exemplo, um subsídio de 8.000\$00 aos Bombeiros Voluntários ou de 10.000\$00 ao Colégio D. António Barroso por encargos de alunos subsidiados (ACMB 27-5-1969).

Quanto à política urbana, não foi traçado qualquer plano, como a própria Câmara Municipal reconhece. No entanto, a cidade, suas ruas e avenidas, assim como certas instituições eram objecto de alguma atenção, sendo de notar algumas medidas tais como a compra do Dispensário Anti-Tuberculose e a instalação da Subdelegação de Saúde (ACMB 6-3-1970 fl 73v, 24-08-1971), a pavimentação da Avenida Sidónio Pais até ao Parque da Cidade, o arranjo do campo Camilo Castelo Branco (61v e 72); subsídios para a construção do Mercado Municipal (ACMB 17-2-1970 fl 63v); a construção do Pavilhão Gimnodesportivo (ACMB 25-05-1971, 30-5-1972); a pavimentação do Campo da República (21-3-1972 fl 235), assim como a pista de patinagem (31-3-1970, 18-1-1972); a aprovação do concurso para rematar as obras da “Urbanização do Bairro dos Pobres” e do Bairro Dr. Oliveira Salazar a cargo do Fundo de Fomento da Habitação, assim como a cedência, por parte da Câmara Municipal, de um terreno para famílias pobres e modestas (ACMB 24-02-1970 fl 115, 18-8-1970); e, finalmente, em 1973, a autorização ao Clube Desportivo de Barcelinhos para a construção da praia fluvial, solicitando à Direcção de Hidráulica a extracção de areia do rio (ACMB 16-7-1973).

As tradicionais Festas das Cruzes recebiam um subsídio anual, tendo-se registado em 1969 um excepcional apoio de 100.000\$00 com co-participação do Estado, o qual teve lugar com a vinda de autoridades centrais, para além de um prévio apoio de 150.000\$00 para obras da Igreja do Senhor da Cruz (ACMB 13-5-1969).

Ainda que sob a tutela da Direcção de Urbanismo Distrital, a Câmara Municipal ocupava-se da reparação das estradas secundárias do município e de outras que comunicavam com municípios vizinhos (ACMB 12-10-1971, 21-3-1972 fl 233v, 20-6-1972 fl 56v, 18-7-1972, 8-7-1972 fl 84v).

No que concerne às preocupações ambientais, estas eram praticamente nulas, se bem que com o surgimento das tinturarias, nomeadamente nos inícios dos anos 70, o problema assinalou-se, mas não houve penalização aos infractores. Assim, em 27 de Abril de 1971, o Agente Técnico da Câmara Municipal informou que *os esgotos da Fábrica de Fios e Tecidos de Barcelos continuam a ser lançados ao rio Cávado, prejudicando assim o abastecimento público, já que os esgotos continham anilinas...* No entanto,

é de estranhar – ou talvez não, se tivermos em conta o grau quase zero de sensibilidade ambiental – que só passados vinte meses é que se informou a Engenharia Química de Salubridade e se ditou uma resolução a cargo do Delegado de Saúde (cf. ACMB de 5-11-1973, p. 136). Esta situação será recorrente, podendo ler-se nas Actas da Câmara Municipal de Barcelos:

“A Câmara Municipal pediu a intervenção da Circunscrição Industrial e as respectivas vistorias, pois que está a cidade de Barcelos a ser abastecida de água captada por poços situados no denominado “Areal do Bessa”, na margem direita do rio Cávado, verificando-se o constante agravamento da poluição das águas do rio, dada a grande quantidade de águas residuais provenientes das instalações fabris e drenadas para o mesmo, com predomínio das que são lançadas no rio Cávado e a 550 metros acima dos referidos poços de captação, tudo indica que as instalações industriais causadoras de tal situação se caracterizam pela inexistência de quaisquer cisternas de tratamento...”(ACMB, 4-01-1972, fl 187v).

Esse novo facto alerta sobre a poluição ambiental, mas sem consequências, conhecendo-se inclusive quais as empresas infractoras, as quais foram notificadas pela Direcção-Geral de Serviços Industriais – 1.<sup>a</sup> Circunscrição Industrial: *comunica-se que se notificaram várias firmas nesta cidade sobre o lançamento de águas ao Rio Cávado. Deu-se-lhes um prazo de 90 dias para apresentarem projecto devidamente elaborado* (ACMB 7-3-1972, fl 226).

Finalmente, em termos culturais e desportivos, a Câmara Municipal, uma vez mais em consonância com a ideologia do Estado Novo, não oferecia nenhum programa ou agenda cultural, limitando-se a dar apoios pontuais no quadro da ideologia ruralista e nostálgica do passado: por exemplo, subsídio à Comissão de Turismo para a aquisição de trajes regionais (ACMB 21-10-1969) ou co-participação nos Festivais Internacionais de Folclore, nomeadamente em Viatodos (9-6-1970 fl 158v)<sup>[81]</sup>, a aprovação do Museu de Cerâmica Popular, tendo em vista a sua legalização. Quanto ao desporto, não se dava nenhum apoio a associações ou clubes desportivos, salvo o subsídio anual ao clube de futebol Gil Vicente.

Perante a crescente saída de emigrantes, legais ou clandestinos, na parte final do regime, sobretudo a partir de 1973, também a Câmara Municipal considerou que se tornava urgente exercer uma política de retenção da gente às terras de Barcelos, para o que se propôs dotá-las de meios e obras

<sup>81</sup> Sem deixar de reconhecer o carácter popular das manifestações folclóricas em meio rural e piscatório, estas se transfiguram quando as expressões populares são glorificadas e folclorizadas como instrumentos de política, da aparência e ideologia legitimadora do poder ditatorial do Estado Novo. Sobre reminiscências ideológicas destes processos de folclorização, cf. A. Silva 1994:315).

que constituíssem não só estruturas básicas sob o aspecto que se evidenciava, mas também pela razão de exprimir necessidades que o carácter desses empreendimentos revelava. Esta seria a razão da introdução, ao abrigo do art. 6º do DL nº 173/73 de 16 de Abril, de o *lançamento de uma derrama extraordinária de 15% a incidir nas colectas liquidadas para o Estado para o ano de 1974 referentes às contribuições predial, urbana e industrial*, de modo a fazer face a uma série de carências da população do município (cf. ACMB 30-7-1973 fl. 83-84). É todavia neste período que, pela leitura das Actas da Câmara Municipal, se nota um maior movimento de capitais e projectos de obras em termos infra-estruturais, construção de estradas e escolas, demarcando-se estas últimas no âmbito da reforma de Veiga Simão.

A nível das relações da Câmara Municipal e o poder central, o que ressalta, em primeiro lugar, é o facto de os presidentes de Câmara Municipal serem pessoas de confiança do regime e não haver, em princípio, entre os seus protagonistas guerras abertas. No entanto, isso não significou a inexistência de contestações, verificando-se mesmo subtis desafios e rivalidades entre notáveis pertencentes ao mesmo ideário político. Assim, por exemplo, por ocasião de uma deslocação à então chamada cidade de Lourenço Marques (hoje Maputo), o Vice-Presidente da Câmara Municipal, M.J., convocou uma reunião extraordinária, cujo objectivo principal era exaltar as realizações efectuadas pelo Presidente da Câmara, o Dr. A.V.F., e homenageá-lo com a Medalha de Honra da Cidade. No entanto, sem deixar de reconhecer algumas melhorias infra-estruturais levadas a cabo pelo presidente da Câmara, uma vez substituído este em 11 de Novembro de 1972 pelo Dr. I.J.N.O., um dos promotores da homenagem ao anterior presidente, reconhece em acta da Câmara Municipal que *Barcelos não possui nenhum projecto ou anteprojecto urbano* (ACMB 13-2-1973 fl 229v).

Com o 25 de Abril de 1974, assumida a clara vitória do Movimento das Forças Armadas (MFA), a CMB, após uma reunião extraordinária em 27 de Abril de 1974, envia um telegrama manifestando o apoio incondicional ao General António Spínola e, em posterior e última reunião, toda a Vereação põe à disposição da Junta de Salvação Nacional os seus cargos (ACMB 13-5-1974 fl 225v). É nomeada uma Comissão Administrativa presidida pelo médico J. F. T., a qual iria officiar as Juntas de freguesia para que os cidadãos pudessem expor perante as Juntas assuntos da competência destas, ou seja, reunir-se em plenário ou Assembleia. O espírito dos membros da Comissão Administrativa está bem patente numa entrevista dada ao então Vice-Presidente e depois Presidente da mesma:

“(…) os municípios têm vindo a ser geridos em geral pela classe dominante, ligada à aristocracia e à burguesia, que sempre procurou colocar lá a pessoa ou núcleo de pessoas integradas no privilégio e interesse dessa mesma classe”.

“(…) Quando depois do 25 de Abril fui incluído na Comissão Administrativa Municipal, tivemos a sensação (os meus outros companheiros e eu) de que estávamos entrando em domínios que não eram os nossos; pertenciam a tal classe essa que reagiu das mais variadas formas.”

“(…) Certo é que os homens da classe dominante tinham sido ultrapassados. O sistema envelheceu, tornou-se obsoleto em relação aos sistemas novos ou renovados de um mundo em evolução. Os homens desse sistema, uns tornaram-se caquéticos, outros corruptos (muitos), apáticos e descrentes a maior parte. O Município, quando o vi por dentro, revelava bem os traços dessa decadência. Desde os seus trabalhadores – desmotivados, despersonalizados, reduzidos à miséria salarial que os colocava na necessidade da corrupção – até a uma gestão inconsequente e insolvente que chegou ao ponto de não saber o que devia e a quem devia, passando por uma falta de planificação... seria dos objectivos a alcançar e do respeito que no mínimo devia ao povo, tudo denunciava que o fascismo estava em podridão. Depois que comecei a desempenhar as funções de Presidente da Comissão Administrativa, pensei que devia de actuar segundo a minha formação sociopolítica e na defesa dos ideais de Abril...” (BP, 48, 31-08-1978).

Por este testemunho qualificado a Câmara Municipal do Antigo Regime era também o retrato de um regime em decadência sem sentido da *res publica* e interessado na defesa dos seus privilégios de grupo e dos interesses das classes dominantes a nível municipal e nacional, pelo que a mudança política do 25 de Abril foi muito importante não apenas para as novas classes emergentes e dominantes com objectivos e interesses próprios mas também, ainda que em menor medida, para as populações.

## **5.2. Trinta anos de poder local: do 25 de Abril de 1974 a 2004**

Um dos méritos indiscutíveis do poder local no pós-25 de Abril, obviamente marcado pela redistribuição de fundos do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) e orçamento do Estado através da Câmara Municipal, foi a implementação de infra-estruturas, concretamente o melhoramento de ruas, a pavimentação de caminhos e a subvenção ou apoio inicial à construção de estruturas tais como Centros Sociais, Centros de Dia e Actividades de Tempos Livres (ATL).

### 5.2.1. Prioridade às infra-estruturas básicas

Dadas as enormes carências da população desde as infra-estruturas básicas, tais como a pavimentação e a reparação de estradas e caminhos vicinais, passando pela falta de instalações para os mais diversos tipos de actividades, neste primeiro período o esforço de investimento centrou-se nestas questões básicas. A fim de se ter uma ideia aproximada da situação em que se encontrava o Município, será útil transcrever aqui o diagnóstico feito por A.C.A., primeiro Vice-Presidente e depois Presidente da Comissão Administrativa numa entrevista ao *Barcelos Popular*:

“(... ) o tempo foi tão pouco e urgia actuar... que eu “fui a todas”... saber da situação financeira era urgente; saber das finanças e a tesouraria; motivar, personalizar os trabalhadores do Município era uma necessidade,(... ) depois dos assuntos de portas para fora... a cidade tinha carências preocupantes. O concelho, nem falar... vejam-se as construções novas... as demolições... a venda e utilização dos terrenos públicos... Quanto à parte nova então nem falemos... a proliferação das indústrias quase no centro da Cidade, o desprezo pelos bairros periféricos..., o adiamento da rede de água e saneamento etc... etc. Fazem-se asneiras porque quer-se fazer asneiras (ou fretes). Como desculpa, culpavam-se as carências de técnicos. Por isso, aderi com entusiasmo à constituição do Gabinete Técnico do Baixo Cávado (GAT)... As comissões de moradores, as comissões de trabalhadores, as comissões de freguesia, representantes das associações recreativas, desportivas, culturais e de assistência, sindicatos e partidos políticos sempre têm sido bem acolhidos (não disfarçadamente) nas audiências municipais.” (BP, 48, 31-08-1978)

No terreno, para além da supervisão, controlo e assistência, os órgãos que se encarregaram de executar, acompanhar ou supervisionar algumas dessas infra-estruturas têm sido as Juntas de freguesia, pagando-se directamente a um ou vários membros da Junta pelos respectivos trabalhos ou inclusive pagando a trabalhadores assalariados para tal efeito.

Esta função das Juntas como motor local de implementação de infra-estruturas e cobertura de equipamentos sociais e culturais, é também vista pelas instituições centrais e pela própria União Europeia como económica e adequada, ainda que nem sempre utilizaram os meios adequados aos objectivos propostos ou às exigências feitas às autarquias, nomeadamente às Juntas de freguesia.

De facto foi sobretudo nas três últimas décadas depois do 25 de Abril de 1974, que se constataram consideráveis investimentos em infra-estruturas viárias, o que muitas vezes é referido por vários autarcas nos seus testemunhos, quando dão conta do enorme progresso, concretamente a pavimentação de caminhos no pós-25 de Abril, sobretudo nos anos oitenta:

“Penso que houve efectivamente um trabalho de mais-valia... ; o que me obrigava mais a olhar com olhos de ver era a atitude das pessoas ao ir à missa, terem que trazer as galochas calçadas e os sapatos de verniz na mão para mudá-los quando entravam dentro da igreja... afinal, o meu objectivo foi realizado, ou seja, pavimentar os caminhos.” (Presidente da Junta de Freguesia de S)

De facto, analisando as actas da Câmara Municipal, verifica-se que a Comissão Administrativa no pós-25 de Abril de 1974, para além de seguir com a afectação de fundos para os *itens* já referidos e os compromissos assumidos para as Juntas (por exemplo, reparação de caminhos, fontes, cemitérios e escolas)<sup>82</sup>, reforça os investimentos na construção de arruamentos na cidade (ACMB, 9-7-1974 fl 13) e no saneamento e na pavimentação de alguns bairros (vg o do Olival, ACMB 28-10-1975 fl 65v). Por outro lado, a Câmara Municipal consegue a co-participação da Junta Autónoma de Estradas (J.A.E) para troços de estradas no município e, constatando o estado caótico destas e dos caminhos do mesmo, promove, na medida do possível, a reparação daquelas em diversas freguesias do município. Para além disso, adjudica subsídios ao Clube Desportivo de R *para a execução da praia fluvial* (ACMB 16-7-1974) e, pela primeira vez, cria-se uma Comissão Municipal de Cultura e Arte (ACMB 16-07-1974 fl 15v), a qual, por razões financeiras, acabaria por dissolver-se no ano seguinte (ACMB 2-9-1975).

A pedido da Comissão Administrativa, o Instituto Ricardo Jorge realizou em 1974 uma análise das águas que abastecem a cidade, cujos resultados concluíram que a água é *bacteriologicamente imprópria para consumo, salvo a proveniente do manancial 3, Vilar do Monte* (ACMB 6-8-1974 fl 37). À mesma conclusão chegam diversos analistas, segundo os quais Barcelos tem problemas de abastecimento, cuja rede de distribuição é quase a mesma que foi instalada no tempo em que era vila; de saneamento básico,

<sup>82</sup> Convém recordar que inclusive e sobretudo no pós-25 de Abril, bastante do trabalho manual nas freguesias era realizado pela população de maneira graciosa, como o confirmam vários casos: por exemplo, Sequiade (ACMB 08-06-1976) e Aguiar. É de destacar a seguinte passagem nas actas relativa à freguesia Aguiar que, ao justificar a adjudicação de 3.500\$00 pela compra de 35 canos (tubos), refere o facto de que *nos últimos tempos foram alargados e terraplanados naquela freguesia vários caminhos numa extensão superior a 15 km, tendo-se gasto apenas só no serviço de máquinas a quantia de 300 contos, tudo pago pela população daquela freguesia... solicita o fornecimento de 35 metros de canos de 20 cm... e mais 43 metros de 30 cm.* (ACMB 24-6-1975 fl 236). Continuam a registar-se também doações de patrocínios à CMB e às freguesias, nomeadamente terrenos para edifícios escolares: a do Dr. G.S.C. com 800 m<sup>2</sup> em Barcelinhos (ACMB 19-8-1975 fl 27), a do Arq A.B.V. com 2250 m<sup>2</sup> em Fonte Coberta (ACMB 13-1-1976). No que concerne a construção do Centro Social de Aguiar, podia-se ler no *Barcelos Popular*: *Esta obra meritória foi realizada por todo o povo da freguesia, que de uma forma geral apoiou a comissão encarregada de levar em frente o empreendimento que, como será de admitir, teve o apoio de várias entidades oficiais, quer as concelhias, quer as nacionais.* (BP 134, 28-1-1982)

globalmente com mais de 50 anos; faltas de planeamento da urbanização, entre outros. Com efeito, o problema do abastecimento e da qualidade da água manter-se-á e, segundo o *Barcelos Popular*, tem-se inclusive agravado posteriormente graças aos atentados ecológicos levados a cabo por algumas empresas têxteis:

“O problema de abastecimento de água de Barcelos tem-se agravado nos últimos anos. São três as fontes que abastecem água a Barcelos – as antigas nascentes dos montes de Abade do Neiva.” (BP, 15, 26-05-1977)

A necessidade de superar a casuística na aprovação das licenças de construção obriga a Comissão Administrativa a criar um Gabinete Técnico, com sede em Barcelos, constituído por técnicos de Barcelos e de Esposende, em articulação com o Gabinete do Plano da Região Norte, sediado no Porto.

Em relação aos meios de comunicação social, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal deu um apoio preferencial ao *Correio do Minho*, pelo qual esta Comissão, reconhecendo ser um órgão de comunicação defensor dos princípios democráticos consignados no Movimento do 25 de Abril, contribui, numa atitude simbólica, com 5.000\$00 (ACMB 27-8-1974 fl 51)<sup>[83]</sup>. Para além disso, continuam a adjudicar-se certos subsídios como 100.000\$00 ao Gil Vicente por “grave crise” financeira (ACMB 6-5-1975, fl 193v) porque se sabe como é importante a ajuda ao clube enquanto base de apoio da massa associativa; aos Bombeiros Voluntários, dando-se a estes apoios de forma recorrente nos anos subsequentes.

Com a falhada tentativa de golpe da direita, sob uma manifestação da ‘maioria silenciosa’ planeada para o 28 de Setembro de 1974, comandada pelo General António Spínola, verifica-se, no contexto político nacional, uma clarificação da situação na Comissão Administrativa que, perante tudo o demais <sup>[84]</sup>, propõe:

“a constituição de uma Comissão Política, que, composta por dois elementos de cada um dos Partidos que representam a coligação governamental, seja presidida por um membro da Comissão Administrativa, para proceder imediatamente ao saneamento de todas as Juntas de freguesia ainda por sanear, e fazê-las substituir por comissões... para participar no processo de esclarecimento, denúncia

<sup>83</sup> A esta preferência não será indiferente a composição político-partidária dominante na Comissão.

<sup>84</sup> Numa reunião extraordinária, a toponímia evocativa do golpe de 28 de Maio de 1926 e da figura do ditador Salazar é substituída por outras: por exemplo, a Avenida Dr. António Oliveira Salazar passa a ser a Avenida da Liberdade, o Campo 28 de Maio passa a ser o Campo 25 de Abril e o Bairro Dr. Oliveira Salazar passa a ser Bairro Municipal 1.º de Maio.



e desmantelamento a nível local, para desenvolvimento do processo de democratização das populações. (...) Para além disso, deverá ser desenvolvido um inquérito da situação da gestão da Câmara Municipal anterior à tomada de posse desta Comissão Administrativa e inquirir sobre a responsabilidade e vínculos por parte do funcionalismo com o fascismo e a reacção. Deve também esta Comissão fixar comunicados e convidar os munícipes a apresentar as queixas, se as tiverem, do pessoal desta Câmara Municipal para a devida apreciação.” (ACMB 8-10-1974)<sup>[85]</sup>

Em finais de 1974, a Comissão Administrativa vê-se com a dificuldade da falta de recursos humanos, quando se tornava necessário planear as actividades para o ano seguinte, o que levou o segundo oficial J. M. – que se encontrava a substituir o Chefe de Secretaria – a fazer um breve diagnóstico dos problemas do município e da difícil situação financeira da Câmara Municipal e, conseqüentemente, a traçar algumas simples orientações de contenção financeira e de fiscalização que representavam o abandono de velhos hábitos do passado, nomeadamente o tráfico de influências:

“Constata-se a falta de meios humanos de que se dispõe para levar a bom termo a necessária concretização.(...) Parece de aconselhar rígidas medidas económicas, talvez limitando o plano (de actividades) à satisfação dos compromissos anteriormente assumidos, pagamentos de empréstimos, liquidação da amortização dos débitos herdados. A conservação do existente, os problemas de instrução, abastecimento de água e de salubridade parecem merecer a especial atenção da Comissão Administrativa (...) Os encargos com o pessoal rondam os 80% das receitas ordinárias cobradas no ano findo. No que se refere a receitas, parece não haver outros recursos que não sejam o agravamento das taxas até ao máximo permitido e a intensificação da fiscalização, de modo que os regulamentos sejam cumpridos em plenitude, desaparecendo radicalmente o favoritismo, que apenas incita à tentativa de fuga de cumprimento dos preceitos fiscais, com a esperança de que a movimentação de influências – fruto de velhos hábitos adquiridos – poderá solucionar infracções. Este hábito reflecte graves prejuízos para o Município, em proveito de uma minoria habituada a favoritismo...” (ACMB, 10-12-1974 fl 124-125)

<sup>85</sup> Neste contexto encontraram-se alguns casos anteriores de tratamento arbitrário e discricionário que os poderes a nível municipal e local se permitiram praticar: por exemplo, o facto de a Câmara Municipal não dar resposta durante três anos a um pedido de licença de um talho (ACMB 9-7-1974 fl 11), a usurpação de um caminho público em proveito pessoal por parte do antigo presidente da Junta de Ucha antes do 25 de Abril, o qual viria a ser reaberto por ordem da Comissão Administrativa, ficando a partir de aí a ser conhecido como o Caminho 25 de Abril. Simultaneamente constatam-se também algumas acções particularistas de ‘acusa’ de pessoas que não obedecem às normas legais e processuais, expressando assim certas atitudes de vingança, inclusive a nível familiar: “*Maria informou a CMB que um seu irmão, J.S.R, está a fazer obras na casa do pai, sem que possua as respectivas licenças.*” (ACMB 7-1-1975 fl 133)

A Comissão Administrativa começou por respeitar e aplicar a nova legislação mais favorável aos trabalhadores (por exemplo, o aumento da remuneração dos trabalhadores de limpeza aos 3.300\$00 mensais; o exercício do direito de reunião numa sala de reuniões adequada ou, se fosse necessário, no Salão Nobre; a licença a dois funcionários por três horas por semana, para a organização do caderno reivindicativo)<sup>186</sup>. Em contrapartida, no clima de euforia revolucionária, a Comissão Administrativa também contou com actos de voluntariado por parte de organizações particulares: por exemplo, a Comissão de Pais na Escola do Bairro 1.º de Maio, em colaboração com os professores, dispôs-se a reparar o edifício escolar nos fins-de-semana e tempo livre “*a fim de proporcionar maior comodidade aos alunos*”, solicitando à Câmara Municipal apenas o abastecimento de material para tal tarefa (ACMB 11-3-1975 fl 178). Enfim, o estado degradado de bastantes escolas foi uma das primeiras preocupações da Comissão Administrativa, alertada algumas vezes pela mesma professora como, por exemplo, a de Fornelos, que refere em ofício que “*o tecto do edifício da escola, que é de taipa, caiu, assim como todo o saibro (areia misturada com argila) e o estuque*” (ACMB 20-1-1976).

Outra preocupação central da Comissão Administrativa foi a habitação, concretamente em bairros sociais, para o que assistia aos pedidos para investimento nesses bairros junto ao Fundo de Fomento da Habitação e, sobretudo, atendia favoravelmente as pessoas que pretendiam adquirir, a preços acessíveis, as casas que habitavam nesses bairros sociais (ACMB 13-09-1976). Isto tornou-se mais acessível a partir da formação da 1.ª Associação de Moradores – Núcleo Habitacional do Fundo de Fomento da Habitação em Barcelos e Arcozelo em 21 de Abril de 1977 (cf. BP, 14, 12-05-1977).

O que mais sobressai à vista de qualquer leitor atento às actas da Câmara Municipal no pós-25 de Abril, em comparação com as do mesmo órgão durante o regime ditatorial, é, antes de mais, uma maior transparência dos processos e do registo das dificuldades financeiras (por exemplo, devido à quadruplicação dos gastos nos salários), a prestação de contas, uma maior preocupação pelos problemas sociais das populações. Neste sentido valerá a pena transcrever uma vez mais o balanço feito pelo vice-presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Barcelos, dirigido aos municípios barcelenses em 30 de Dezembro de 1975:

<sup>86</sup> Apesar da abertura da Comissão Administrativa, este novo contexto não esteve isento de algumas dificuldades e inclusive de forte polémica entre a Comissão de Trabalhadores e o engenheiro F. S., Chefe dos Serviços Técnicos de Obras. (ACMB 5-12-1975)

“... A despesa com os trabalhadores deste Município é hoje quatro vezes maior que em 1973. O total de dívidas de todas as gerências anteriores e até 31 de Dezembro de 1974 é de 1 661 849 escudos. A Câmara aproveitou as oportunidades que se lhe depararam e uma delas foi a construção de novos fogos para habitação, aliás, problema este que afecta grandemente a nossa cidade como a muitas outras. Obteve-se a concessão de dois empréstimos de cerca de 19 mil *contos* para a construção de 40 fogos. Empreendimento que deve encontrar-se concluído em finais de 1976 na zona da cidade junto à Escola Industrial.”

Neste balanço são também discriminadas pelo Vice-Presidente a falta de água, as obras de saneamento e distribuição de água, a urbanização de quintas, as pavimentações, relevando também a co-participação das populações, o ensino nomeadamente o problema da degradação ou falta de Escolas Básicas, a aprovação do anteprojecto do Tribunal, entre outras. Mas, por outro lado, são reconhecidas dificuldades, uma vez que confessa: “*Nós não temos plano de urbanização, nem temos plano de distribuição de águas, nem de rede de saneamento*”.

Se se fizer uma comparação das receitas e dos custos entre 1973 e 1975, poder-se-ia inferir que, apesar de um maior gasto no ensino e em salários em relação ao qual a Comissão Administrativa é solidária, a *gerência* municipal consegue arrecadar um saldo maior em caixa no final do ano 1975:

Quadro 17: Contas<sup>87)</sup> de Gerência Municipal (1973-1975)

Contas – Receitas, Gastos e Saldo	em 31/12/1973	em 31/12/1974	em 30/11/1975
Saldo em Caixa	1.224.930\$00	1.637.075\$00	7.601.524\$00
Total de receitas	21.765.440\$00	24.346.651\$00	35.956.882\$00
Total de gastos	20.540.510\$00	22.709.576\$00	28.355.357\$00
Salários pagos	4.834.970\$00	9.623.660\$00	13.394.255\$00
Subsídios concedidos	431.400\$00	605.228\$00	587.074\$00
Ensino: total	397.682\$00	1.677.507\$00	2.818.715\$00
Obras: Total	3.565.997\$00	3.796.724\$00	3.973.137\$00
Dívidas Passivas	Desconhecido	Desconhecido	8.425.930\$00

Fonte: Actas da Câmara Municipal de Barcelos (ACM), 1973-1975.

<sup>87</sup> Em escudos (a moeda portuguesa utilizada antes da introdução do sistema monetário euro a 1 de janeiro 2002).

Também é em 1975-76 que determinadas Juntas de freguesia, independentemente da cor partidária, com o empenho de distintas personalidades locais, conseguem levantar obras, financiadas com os recursos das respectivas freguesias, o trabalho manual e as contribuições monetárias dos vizinhos, sendo de destacar, no relatório anual da Câmara Municipal, as freguesias de Galegos S. Martinho, Chorente, Vila Boa, Airó, Aguiar, Mariz e São Veríssimo (ACMB, 23-12-1975).

A nível das freguesias, os autarcas estavam, grande parte do tempo, ocupados em obter da Câmara Municipal subsídios para infra-estruturas básicas, ainda que pudessem registar-se alguns apoios locais aos vizinhos mais necessitados. Por exemplo, a Comissão Administrativa de Balugães “cedeu parcela de terreno a família pobre” (ACMB, 18-11-1975) ou a de Vilar do Monte que em 2 de Novembro de 1975 “deliberou distribuir 6 lotes de terreno baldio destinados à construção de habitação para a gente pobre daquela freguesia” (ACMB, 23-3-1976) e, novamente, em 1 de Fevereiro de 1976, 2 lotes mais de terreno com o mesmo objectivo, para além de “ceder 500 m<sup>2</sup> de terreno baldio para a construção de uma sala de ordenha colectiva a uma associação de agricultores e a pedido dos mesmos” (ACMB, 18-5-1976).

A partir de 1977 a Câmara Municipal obtém um maior grau de estabilização institucional, a que não é alheio o facto de o partido maioritário – o PSD – ter tomado desde então o controlo hegemónico da Câmara Municipal num município fortemente conservador. O objectivo mais urgente que a Câmara Municipal se propôs foi o de dar solução ao mau estado das infra-estruturas viárias<sup>88</sup> e à falta de transportes rodoviários, o que levou o vereador J. C. a desafiar a Rádio Televisão Portuguesa (RTP), então o único canal televisivo ao serviço do governo, a fazer uma pertinente proposta – aprovada por unanimidade – em relação a uma reportagem televisiva sobre esta situação:

“Considerando que a RTP se preocupa com o problema do trânsito na Capital sem uma única alusão aos concelhos, cuja rede de estradas quase não existe ou, quando existe, é altamente deficiente; considerando que o concelho de Barcelos, com as suas 89 freguesias, possui cerca de 400 quilómetros de rede rodoviária

<sup>88</sup> A situação perdura durante anos até à metade da década dos anos oitenta (por exemplo, contínuos buracos na estrada Barcelos-Balugães (cf. BP 200, 28-2-1985, 203, 11-04-1985). Deve-se registar contudo casos estranhos de não melhoramento de caminhos por motivos de ‘política’ local. Às vezes constata-se que determinado caminho foi calçetado até determinado ponto e, inclusive existindo uma ou outra casa mais, deixa-se de calçetar, ficando em terra batida (por exemplo, em I). Tal discriminação apenas se pode dever a um de três motivos: ou a família da casa em questão não tem a força suficiente local social e política para forçar a que a Junta ordene o calçetamento para que chegue a sua casa, ou se trata da casa de um vizinho ausente (por exemplo, emigrante) ou inclusive um adversário político local.

dos quais cerca de 40 se encontram pavimentados; considerando que dezenas de lugares das nossas freguesias apenas são servidos por autênticos caminhos de cabras; considerando que a RTP se tem alheado dos problemas regionais, alinhando numa política que nada tem de descentralizadora, proponho: 1.º – que se convide a Administração da RTP a fazer uma reportagem acerca da rede viária neste concelho; 2.º – que se transcreva por ofício a enviar à RTP o teor desta proposta, bem como a deliberação camarária que a mesma merecer. Barcelos 21 de Setembro 1977.” (ACMB, 21-9-1977, fl 166)

As preocupações em relação ao calamitoso estado geral das infra-estruturas (água e sobretudo saneamento) das redes viárias e os transportes iriam ocupando os próximos anos da Câmara Municipal, amiúde constrangida por depender da Direcção-Geral de Estradas. No entanto, elas não obedecem nem se inscrevem num plano global<sup>89</sup>: por um lado, dada a falta de recursos centrais destinados a tal efeito e, por outro lado, por estarem sujeitas às diversas pressões imediatistas de mediadores e líderes locais, que jogam a sua posição interna em cada freguesia através do sucesso das “conquistadas” pessoais e táticas de persuasão junto dos vereadores e, em especial, do Presidente e seu assessor.

Por sua vez, a postura da Câmara Municipal – assim como do resto das instâncias – perante o poder central, vai variando conforme o partido de governo seja ou não da mesma família partidária; e, não o sendo, tal comportava às vezes alguns atritos da Câmara Municipal, tanto com o governo central como com seu representante distrital: o governador civil<sup>90</sup>. Fricções e recriminações recíprocas reemergem, ao tempo do governo PS-CDS, a propósito da distribuição dos fundos do Ministério da Administração Interna aos municípios do distrito, em que sete municípios afins ao PS e CDS – então aliados do governo central – receberiam em “fundos livres” 22 milhões de *contos* mais que os seis alinhados com o PSD, pelo que na Assembleia Municipal deliberou-se contra este arranjo alegadamente democrático que

<sup>89</sup> Em finais dos anos 70 não há nenhum plano estratégico nem central nem municipal, podendo referir-se a aceitação da prestação de assistência técnica em matéria de planeamento geral do município a favor da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR), sediada em Braga, o que demonstra o carácter errado da política municipal de planeamento (ACMB 2-11-1977, fl 189v). Pelo que resta, é o Vereador da Câmara Municipal que propõe a necessidade de fazer ver ao Senhor Ministro das Obras Públicas, que não atrase mais a decisão sobre os estudos apresentados, para fazer frente à grave situação já que o “75% das casas da cidade de Barcelos não têm um abastecimento de água eficaz” (ACMB, 15-2-1978, fl 34).

<sup>90</sup> Isto ocorreu quando o Governador Civil de Braga tinha criticado a falta de presença do representante da Câmara Municipal de Barcelos por ocasião da inauguração de uma cooperativa de consumo, pelo que, tendo estado presente um dos vereadores, exigiu-se ao Governo um desmentido, sendo sublinhado que a Câmara Municipal foi eleita pelo povo para o qual teria a única promessa – trabalho e dignidade – e que ainda era cedo para campanhas eleitoralistas (ACMB 5-4-1978 fl 73).

não teria passado de um arranjo “indecoroso”, “abusivo” e “prepotente” (ACMB 27-7-1978, fl 16).

Para finais da década 70 e inícios de 80 – coincidente com a vitória da Aliança Democrática (AD) e sua manutenção no poder – começam a implementar-se em Barcelos mais medidas para a urbanização da cidade e as freguesias circunvizinhas. Tais medidas terão maior expressão neste período e prosseguirão, no período do Bloco Central (PS-PSD) nos anos 80, podendo relevar-se a urbanização de vários bairros da cidade, para além de outros planos como o levantamento topográfico, a criação da biblioteca municipal, a ampliação do pavilhão gimnodesportivo, a reabilitação urbanística do Campo Camilo Castelo Branco, a pavimentação do recinto da feira, a ampliação de vários cemitérios, a aquisição de terrenos para habitação e um plano de obras na rede viária do município, com base em fundos postos à disposição pelo governo central. A iluminação pública nas freguesias era ainda deficitária, como o reconhece o Presidente da Câmara Municipal:

“Uma das necessidades mais prementes do município é o alargamento da iluminação pública a todas as freguesias do concelho. Na cidade de Barcelos algo se tem feito; mas no entanto neste sector a situação é alarmante.” (ACMB, 15-2-1980)

O Presidente da Câmara Municipal, após considerar a insuficiência de funcionários da EDP no município (apenas 8 no maior município em número de freguesias), responsabiliza a EDP pelo estado da situação, tornando visível os poucos frutos para o município dos fundos cobrados pela EDP num município tão grande e denso e, considerando as solicitações das Juntas de freguesia e, sobretudo, comparando a qualidade de trabalho e tratamento inferiores da EDP perante a Cooperativa Eléctrica Vale d’Este, faz uma proposta – que viria a ser aprovada e dada a conhecer a instâncias superiores – na qual, entre outros aspectos, manifesta à EDP o seu desagrado pela forma como foram tratados os problemas de Barcelos, exige uma parte substancial das receitas cobradas e que se dote o município de Barcelos com pessoal e meios técnicos para uma cobertura eficiente (ACMB, 15-2-1980).

A falta de resposta adequada por parte da EDP a este problema suscitou uma posição mais veemente e categórica da Câmara Municipal que, apoiada pelas Juntas de freguesia, reuniu, apresentou um mapa de carências, definiu prioridades e estabeleceu um prazo de execução, de modo que, no final de 1983, a iluminação pública nas freguesias estivesse concretizada (ACMB, 20-6-1980 fl 162).

Diversos tipos de infra-estruturas (estradas, nova ponte, entre outras) na cidade e nas freguesias locais eram, por regra, assumidas e consideradas

necessárias pela grande parte ou totalidade das forças políticas. No entanto, enquanto o presidente do município declarava que Barcelos, embora tivesse carências, era “um município que está bem desenvolvido”, sobretudo na rede viária (BP 159 II Série, 28-4-1994), a oposição apontava subdesenvolvimento (saneamento, abastecimento de água) e, também na maioria dos casos, atraso na implementação dos projectos. Por outro lado, algumas medidas eram objecto de contestação: por exemplo, a auto-estrada que forçava à expropriação de terrenos e sobretudo a divisão de uma ou outra freguesia (o então projecto de implantação de um edifício no recinto da feira proposto pela Câmara Municipal e contestado por grande parte da oposição (BP 398 II série, 29-4-1999; 129, 26-4-2002).

Em relação à habitação, não se vislumbrou por parte da Câmara Municipal nenhuma política habitacional, ficando apenas por concessões isoladas e pontuais, as quais não obedeciam a um plano municipal nem no que concerne a habitação nem no que respeita a outros fins sociais, não dando resposta a um problema grave para milhares de famílias, cuja situação se tornava “desumana e humilhante” (BP, 149, 30-12-1982). De resto, a conversão das casas do Fundo de Fomento da Habitação foi possível, graças não só aos incentivos dados pela Comissão Administrativa no pós-25 de Abril mas também à formação da 1.<sup>a</sup> Associação de Moradores como Núcleo Habitacional do Fundo de Fomento da Habitação em Barcelos e Arcozelo (BP, 14, 12-5-1977). Isto deu aos moradores um poder negocial colectivo perante o Estado e a Câmara Municipal, dando oportunidade aos residentes de comprar a preços sociais e não em valores de mercado. Esta situação nem sempre foi concretizada pacificamente nos anos subsequentes, uma vez que, dadas as carências habitacionais, induziu seis famílias a recorrer à ocupação de casas do Fundo de Fomento da Habitação (BP, 150,13-1-1983)<sup>91</sup> ou a ameaçar não pagar os aumentos de renda ao Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado – IGAPHE (BP 287, 5-1-1989). Por outro lado, segundo o *Barcelos Popular*, tinham sido denunciadas irregularidades e situações de compadrio por parte da Câmara Municipal, ao não publicitar os resultados dos concursos das casas atribuindo a um ou outro com menos carência que outros mais necessitados (BP, 167, 22-09-1983). E, ainda segundo o mesmo semanário, o mercado municipal permanecia em constante degradação e com falta de condições de higiene e segurança (BP 199, 2-3-1995, 279 II série 21-12-1996) e os bairros populares do 1.º de Maio e do Olival continuavam a ser esquecidos ou

<sup>91</sup> Este episódio provocou deslocação da RTP a qual, recebida pelo presidente da Câmara Municipal foi convidada a filmar não este acontecimento mas o centro de artesanato e os locais históricos da cidade. (cf. BP, 150,13-01-1983)

discriminados, de modo que só com a pressão da Junta de freguesia destes bairros veriam satisfeita a reivindicação da pavimentação dos mesmos. E, quanto à venda das casas do Fundo de Fomento aos moradores interessados, a promessa tardou em ser cumprida (BP, 139, 4-7-2002). De resto, exceptuando algumas destas medidas posteriormente levadas a cabo sob pressão dos bairros sociais, não se verifica por parte da Câmara Municipal uma política de habitação activa e programada, limitando-se a conceder pequenos subsídios (entre 24.94 e 124.70 euros) a famílias com casas alugadas e rendimentos muito baixos (JB, 56, 3-7-2002). Ainda que com pouca expressão, verificam-se casos de miséria habitacional, nomeadamente cerca do cemitério (BP 337, II s, 29-1-1998).

Em síntese, certas melhorias foram possíveis, umas vezes por pressão institucional da Câmara Municipal, outras por movimentos desde baixo, como se pôde verificar.

### **5.2.2. Dos equipamentos socioculturais aos deportivos: apoios diferenciados**

Nesta fase os apoios ou subsídios aos assuntos sociais, tais como creches, são ainda muito incipientes (por exemplo, 25.000\$00 a quatro creches) e por proposta do PS (ACMB, 1-6-1979). Os idosos não são objecto de uma política municipal de apoio e, quando tal acontece, é canalizado pela Santa Casa da Misericórdia que recebe da Câmara Municipal “750 escudos por cada um dos albergados” (ACMB, 13-6-1980, fl 152).

Sempre que há processos que afectam as populações ou situações que urge resolver, o poder central e o poder municipal têm podido contar com a mobilização das pessoas em torno de determinados objectivos, a que a Câmara apenas concede apoio institucional supletivo. Nestes processos as populações rurais continuam a ser esquecidas e amiúde vistas como cidadãos de segunda ou dependentes de algum benemérito, como observa a D.<sup>a</sup> A., responsável por uma IPSS em M:

“Há falta de apoios, esclarecimentos e informação para conseguir projectos para a freguesia (... ) ao Presidente da Junta pouco lhe importa isso... A freguesia tem poucas infra-estruturas... Sinto-me indignada porque as cidades têm tudo... aqui nem piscinas nem outras infra-estruturas de lazer... As crianças pequenas aqui têm que ir com as vacas e nem livros têm... Para além disso, o próprio pároco bloqueia as iniciativas... Há um grupo de jovens, mas o pároco nunca os deixou tocar na igreja. Mas ora, temos também boas iniciativas. Temos um benemérito para a Igreja e para a Associação... E é, por isso, que acabamos por ter um ATL, apoio à terceira idade e à infância, para além de um polidesportivo...”



A situação no campo da cultura é quase de ausência de política cultural, torna-se preocupante nomeadamente num município, distrito e região com altas taxas de analfabetismo<sup>[92]</sup> e uma população carente de informação, tal como o observa J. L. num editorial do *Barcelos Popular*:

“vivemos numa região onde grande parte da população tem dificuldades em ir à escola, ler jornais, ver televisão, enfim em ser esclarecida e tomar posição dos direitos que tem, dos problemas que a afligem, e do mundo que a rodeia.” (*BP* 1, 11-11-1976)

Não só se constata os défices estruturais em termos culturais mas também a ausência de política cultural por parte da Câmara Municipal. B. G. num artigo intitulado “Cultura em Barcelos: que progresso?” refere que:

“(…) na literatura apenas temos a idosa Biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian que, além de estar mal administrada, tem umas instalações tão deficientes e corroídas que são um verdadeiro atentado à cultura do cidadão. No teatro, nada se tem feito (... ) há poucos meses formou-se um grupo. Na música existe a Banda de Oliveira, que se debate com dificuldades económicas e os ranchos populares nos arredores. Na cidade, o “Órfeão”, pouco activo... e nada mais a assinalar. Salas de espectáculos, poucas e mal acondicionadas, exibem filmes puramente comerciais onde reina a pornografia.” (*BP*, 13, 18-04-1977)

Ainda que inicialmente modestos, há que assinalar que se têm dado pequenos apoios a alguns eventos culturais como a realização das II Jornadas do Teatro Galaico-Português (*BP*, 92, 8-5-1980), a inauguração da Academia de Música (cf. *BP* 135,15-02-1982). Nos anos 90 tiveram lugar algumas decisões e realizações de maior vulto como sejam o anúncio e a inauguração da Biblioteca Municipal, a obtenção de subsídio de 170.000 euros para o restauro do Convento de Vilar de Frades (*BP*, 222 II série, 14-9-95; 268 II série, 05-9-1996, *BP*, 313 IIs, 17-7-1997) ou, na esfera da cultura patrimonial, a compra do Teatro Gil Vicente (ainda que pelo preço excessivo de 150.000 *contos*) e a recuperação do Centro Histórico da cidade (*BP* 209, II série, 11-5-1995), a qual, segundo o Presidente da Câmara, teria sido algo abandonada em comparação com as freguesias rurais<sup>[93]</sup>. Por fim,

<sup>92</sup> Segundo o Censo de 1970, havia no distrito de Braga uma média de 25,9% de analfabetos (17,5% de homens e 33,1% de mulheres), uma média ligeiramente superior à do continente: 25,6% (INE, 1970).

<sup>93</sup> No entanto, também as freguesias rurais acabavam por não verem resolvidos os problemas inclusive os infra-estruturais: falta de equipamentos socioculturais, caminhos por reparar (por exemplo, Carvalhais, Couto S. Tiago (cf. *BP*, 293 IIs, 27-2-1997 com o título de artigo “Tudo por fazer”).

é de referir a criação do Museu de Olaria, Escola B2 e 3 de Manhente e, em 1995, o Instituto Politécnico do Cávado e Ave (IPCA) (BP 145 II série 20-1-1994, 175 II série, 15-9-1994). Em todo o caso, não obstante se verificarem alguns avanços, não têm sido potenciados e aproveitados os fundos comunitários da União Europeia em termos culturais (cf. BP 146 IIs, 27-1-1994).

Contrariamente a apoios mínimos, na esfera social e cultural, os apoios e subsídios a clubes e associações desportivas<sup>94</sup> vão, sobretudo pela mão e proposta do vereador A.C., os quais assumem cada vez maior dimensão. No seio destes clubes e associações, excepcionalmente a par de algumas actividades socioculturais e educativas como são os cursos de alfabetização a adultos, nomeadamente a mulheres que necessitam “*saber ler as cartas de seus maridos emigrados*” (ACMB 9-11-1979 fl 251), a maior parte destina-se a actividades desportivas e recreativas. Por outro lado, nos anos oitenta, em termos sociais davam-se apoios com maior frequência ao Círculo Operário Católico, ao Corpo Nacional de Escutas, aos grupos corais e sobretudo aos ranchos folclóricos e suas deslocações no país ou no estrangeiro (vg. ACMB 30-5-1980). A título ilustrativo, o Senhor A., presidente da Junta de L e o presidente do Rancho Folclórico desta freguesia, teve num ano vinte saídas com o rancho!

Em contrapartida, foi possível detectar outros casos em que, pelo menos inicialmente, não tiveram nenhum apoio nem municipal nem local, tal como, por exemplo, a Associação de Pais e Amigos de Crianças Inadaptados (APACI), o Grupo de Estudos Históricos dedicado a investigações histórico-arqueológicas do Vale do Neiva (BP 281 II s, 5-12-1996, cf. também parte IV da presente publicação), o Grupo de música “G”, o qual se desactivou não só pela saída de jovens por casamento ou estudos, mas também por falta de apoios institucionais, pois nem sequer tinha uma sede: “*Se o pároco cedesse o espaço no centro paroquial... mas nada*” (D, dirigente do grupo, freguesia de J). São sobretudo autarcas locais da oposição que de modo recorrente afirmam a parcialidade e a selectividade da Câmara Municipal, tal como o refere J.M., Presidente da Junta de Freguesia de Arcozelo, no concernente à afectação de capital para infra-estruturas (pavimentação de ruas), equipamentos

<sup>94</sup> Para além de um maior subsídio anual para o clube de futebol Gil Vicente, há que referir outros, embora menores, a outros como seja ao Oquei Clube de Barcelos, Vitoria Clube de Barcelinhos, Clube Desportivo os Académicos, Clube Desportivo Os Andorinhas, Clube Futebol de Roriz, Associação Desportiva de Viatodos, Sporting Clube de Ucha, Barqueiros, Associação de Sequiade (cf., por exemplo, ACMB, 21-9-1979). A propósito de um concurso de pesca desportiva no Rio Cávado a Câmara Municipal prontificou-se a oferecer uma taça de ouro, um gasto que suscitou a crítica de clubes e associações desportivas que foram excluídas dos subsídios da Câmara (BP, 74, 30-08-1979). No entanto, há associações desportivas e culturais, como a de Remelhe que declara que “as receitas são poucas e da Câmara Municipal não vem nada” (BP 147 II série, 3-2-1994)

sociais (sede de Junta, Centro de Dia e subsídios, entre outras) (cf. *BP* 23 II s, 13-6-1991), situação reconfirmada pela Coligação Democrática Unida (CDU) (*BP*, 21 IIs, 30-5-1991). De resto, tal discriminação motivou a demissão de dois vereadores do Partido Socialista – F.A e C.L –, o que, para além de denotar discrepância com o responsável do PS, irmão do Presidente da Câmara, baseava-se na afirmação deste de que as Juntas de freguesia afectas ao PS não receberiam 10% da derrama (*BP* 75 II s, 16-6-1992).

Apesar do não apoio da Câmara Municipal, poder-se-á dizer que muitas das instituições e valências implantadas a nível local se deveram quer a ofertas de terreno e dinheiro quer a iniciativas de certas personalidades ou líderes da freguesia que, apoiados pelas populações, criaram centros sociais e/ou paroquiais ou, indirectamente através de protocolos com a Segurança Social, abriram jardins-de-infância, creches e ATL, centros de dia ou de apoio domiciliário a idosos, podendo ser mencionados alguns casos exemplares: freguesias Q e I. Da parte do Estado e da Câmara Municipal os apoios eram muito limitados, particularmente no ensino pré-escolar – onde a Câmara Municipal apenas financiava os custos de 5 jardins-de-infância, o que motivou uma petição dirigida à Câmara Municipal:

“A educação infantil pré-escolar em Barcelos é um dos mais graves problemas sociais (...) Na cidade e no concelho são poucos, não funcionam da melhor maneira e tornam-se caros para a maioria das famílias... Muitas crianças ficam com uma ama ou um familiar.” (*BP*, 152, 10-02-1983)

Finalmente, no que concerne à saúde, algumas vezes as populações tiveram que mobilizar-se para não perder determinadas infra-estruturas como seja o Centro de Saúde, tal como ocorreu em Silveiros, em que a concentração de 2000 pessoas impediu o encerramento do posto médico, o que foi celebrado com uma festa (*BP* 94, 5-06-1980, 95, 19-06-1980).

O apoio com base na fidelidade partidária notar-se-á igualmente em mandatos posteriores, nomeadamente com a consolidação da hegemonia do PSD na Câmara Municipal que, por proposta dos vereadores deste partido, permite-se atribuir 25.000\$00 de subsídio ao Círculo Católico de Operários “devido à grave situação financeira” deste (ACMB 21-12-1977) e, posteriormente, 160.000\$00 para “*benefício e adaptação das instalações sociais*” (ACMB 25-1-1978) ou, nos anos 90, um subsídio de 5.000.000\$00 (25.000 euros) à Sé Catedral de Braga! (*BP* 276, 31-10-1996 e *BP* 277 II série, 7-11-1996)<sup>95</sup>. Em contraposição a este último apoio é digno de registo

<sup>95</sup> Este subsídio foi objecto de contestação por parte dos restantes partidos políticos em maior ou menor grau (PCP, PP, PS), argumentando que também existem monumentos nacionais a

a negação do PSD à solicitação do Sindicato Nacional dos Operários da Indústria Têxtil do Distrito de Braga (com a colaboração de outras organizações sindicais, grupos de teatro, grupos desportivos, comissões de juventude e Associações de Vizinhos) da atribuição de um subsídio de 30.000\$00 para levar a cabo festividades em comemoração do 25 de Abril, alegando que:

“... a Câmara Municipal não foi contactada para formar parte de qualquer Comissão,... não reconhece personalidade jurídica à pretensa Comissão Executiva, por forma a receber dinheiros do erário público; não houve por parte das entidades superiores qualquer sugestão para que a Câmara levasse a efeito essas comemorações ou nelas participasse.” (ACMB 6-4-1979, fl 61)<sup>96</sup>

Como se pode inferir, os critérios de atribuição não são claros e, especialmente, não se compreende a concessão a uns e a recusa a outros, a não ser os critérios acomodatórios que se vinculam com contactos ou redes baseadas em relações de amizade instrumental, compadrio ou simples relações clientelares.

### **5.2.3. Questões ambientais: uma preocupação tardia mas necessária**

Tanto a cidade, o rio Cávado e as suas margens, como várias freguesias do município tais como Creixomil, Gilmonde e freguesias vizinhas como Fornelos, Milhazes, Cristelo, Vila Seca, Paradela, Faria e Courel – que têm pequenos rios/riachos contaminados com nitratos – necessitam de intervenção. No entanto, nestas como noutras freguesias não há uma preocupação ambiental: há pocilgas junto às habitações, fossas, maus cheiros, etc. Em vários locais e instâncias há uma progressiva consciência do desastre ecológico a que está sujeito crescentemente o rio Cávado, tal como se retrata num artigo no *Barcelos Popular* intitulado “A poluição aumenta no Cávado”:

“(... ) estado verdadeiramente anárquico que leva a que indústrias, inconscientes, ou, o que é pior, sem qualquer espécie de escrúpulos, façam lançar directamente no rio os venenosos esgotos das suas tinturarias... para comprovar basta deslocar-se à ponte do caminho-de-ferro, e ver como na margem direita, quase

serem subsidiados no município e não o são como, por exemplo, o Convento de Vilar de Frades (BP, 274 II série, 17-10-1996). Em justificação da decisão, o Presidente da Câmara tinha afirmado em Assembleia Municipal: “A Igreja Católica é uma instituição pobre”! (BP, 282, II serie, 12-12-1996).

<sup>96</sup> Deve-se referir que este não foi um ano isolado, pois a recusa de voltar a empreender a iniciativa ou, pelo menos, integrar a Comissão para comemorar o 25 de Abril repetiu-se noutros anos. Por exemplo, em 1980 foi deliberado por maioria não aceitar a proposta de J.C. (PS) para que a CMB tomasse a iniciativa de comemorar o 25 de Abril (ACMB 14-3-1980).

até meio do rio, corre um lençol de tinta cujo aspecto, para além de repugnante, dá bem a medida do perigo que corre uma população, ao consumir água captada alguns metros abaixo do ribeiro das pontes, outrora límpido e hoje transformado num cano de esgoto onde nem a erva consegue sobreviver. (BP,15, 26-05-1977)

O articulista, mencionando garagens e empresas concretas (Guial e Sonix), denuncia esta situação de degradação com prejuízo da saúde pública, salientando que a Câmara Municipal de Barcelos, em vez de figurar como instância dissuasora e punitiva, tem uma política de permissividade perante o que é considerado “a primeira agressão de envergadura à bacia do Cávado”, tal como se pode ler da declaração do Presidente da Câmara Municipal de Esposende no 1.º Encontro Nacional de Desenvolvimento Económico e Conservação do Ambiente (ENDECA), o qual recusou indicar terreno para a instalação da fábrica de Fibras Artificiais, a Petroquímica de Aromáticos e Fibras Artificiais – E. P. e, com isso, conseguiu a suspensão do projecto (BP, 47,17-08-1978).

Apesar da não concretização deste projecto, diversos foram os ataques ao ambiente, tal como o informam diversas notícias veiculadas pelo *Barcelos Popular*: queima de resíduos em montes, lixo proveniente do campo da feira e das fábricas, particularmente da Grundig (BP, 42, 8-06-1978), abandono de milhares de garrafas no monte do Bessa (BP 333, 31-12-1997), as sucessivas descargas contaminantes de resíduos e produtos tóxicos que, para além de destruir a fauna do rio (por exemplo, morte de peixes), destilam óleos (por exemplo, nafta) e emitem odores pestilentos. Estes atentados ao ambiente vão gerar movimentos de contestação de cidadãos barcelenses que dirigem uma petição colectiva com aproximadamente 1000 assinaturas ao Ministério da Agricultura, à Secretaria de Estado do Ambiente, à Direcção das Hidráulicas e às Câmaras Municipais de Barcelos e Braga para que forcem ao tratamento dos produtos contaminantes e que emitam normas regulamentares para a extracção de areias, consideradas estas um bem público em proveito de particulares e com a conivência dos poderes municipais e locais, motivando alguns protestos<sup>197</sup>.

<sup>97</sup> Cf., entre outras referências do *Barcelos Popular*, n.ºs 47, 17-08-1978; 58, 18-1-1979; 65, 26-04-1979; 70, 5-07-1979; 124, 8-08-1981;136, 22-06-1982; 138, 22-07-1982; 141, 2-09-1982; 163, 21-07-1983; 208, 20-6-1985; 250, 14-5-1987; 303, 28-9-1989; 33, IIs, 26-9-1991;41 IIs, 21-11-1991; 62 IIs, 16-4-1992; 68 IIs, 28-5-1992; 120 IIs, 01-7-1993; 212 II s, 22-6-1995; BP 292 IIs, 20-2-1997; 13-3-1997). Cf. também o protesto contra as mini-hídricas no rio Cávado pelas populações, a associação ambientalista Quercus e a própria Câmara Municipal (BP, 19 IIs, 16-5-1991; 354, 28-5-1998) e a recuperação de moinhos e azenhas com disfrute colectivo e não privado (BP, 388, 18-2-1999). Não obstante os inúmeros protestos, os industriais não se prontificaram a construir um sistema de tratamento e drenagem de efluentes

Outra forma de atentar contra o ambiente é a aprovação pela Câmara Municipal de ordenhas mecânicas em lugares residenciais, para o que o proprietário da ordenha terá utilizado o estratagema, segundo o *Barcelos Popular*, de oferecer almoços às pessoas encarregadas de dar o licenciamento (delegado de saúde pública, chefe de serviços da Câmara Municipal, responsável da Pecuária do Ministério da Agricultura) (BP, 83, 4-01-1980).

Ainda que não com tanta gravidade, mas também prejudicial para o ambiente é o comportamento das populações, cujos atentados são denunciados no jornal *Barcelos Popular*, podendo referir-se um artigo de opinião de A. L.:

“Há cada vez mais lixo nas margens do Cávado, aquém e além cidade. Imundícies de toda a espécie são lançadas à água e nas margens (...) pessoas há que, em vez de colocarem os baldes do lixo nos locais próprios onde passa o camião da Câmara para sua recolha, preferem olvidar esse cuidado e vai daí há que despejar os detritos no rio, geralmente à noite.” (BP 6-1-1977)

Durante anos não houve preocupação alguma perante a situação ambiental, nomeadamente quanto à aprovação de locais para salas de ordenha mecânica. Por exemplo, na freguesia de Lijó, apesar dos protestos da população, instalou-se junto da Igreja, a menos de 30 m de uma loja de alimentação e uma barbearia, uma sala de ordenha mecânica que, para além do referido, está situada numa curva sem visibilidade (ACMB 20-10-1978 fl 230). Mas nem sempre as populações têm suficiente sensibilidade, enquanto os industriais têxteis, sobretudo de tinturarias, manifestam comportamentos criminosos nesta matéria, já que as descargas das suas fábricas desembocam directamente tanto sobre o rio Labriosa, como sobretudo sobre o rio Cávado, dolorosamente mais visível e perceptível nas águas debaixo da ponte de R, cujos problemas ambientais são de elevado risco, para o que o presidente da Junta de R aponta a necessidade de uma central elevatória: *Há aqui uma central pra se fazer... ali aquela capelinha... acolá em baixo naquele quintal ali vai-se fazer uma central elevatória... Vai receber os canos que estão ali todos a despejar para o rio...*

A insensibilidade quanto a questões ambientais era, e de certo modo ainda é um traço dominante, tanto da percepção dos cidadãos como dos representantes das instituições, ainda que se detectem algumas reacções de autarcas e populações, sobretudo quando são afectados: por exemplo, a recusa em bloco da instalação da central eléctrica (NB, 70, 14-1-1989), a poluição de águas por esgotos em S. Bento de Várzea (BP, 235, 14-12-1995), a instalação

industriais, até que o Ministério Público iniciou uma acção contra as empresas contaminantes do Cávado! (cf. BP 194, 6-12-1984; 208, 20-06-1985).

de aterros municipais em Palme (cf. *BP*, 249, 21-3-1996). Nos últimos anos tem-se avançado para uma maior exigência a outros níveis como seja a consciencialização ambiental, nomeadamente com a colocação de contentores nas freguesias, o que nem sempre ocorre, concretamente ao tempo do trabalho de campo, em algumas freguesias mais periféricas como S.

Os representantes das associações ambientais têm outra percepção, como a Associação de Defesa do Ambiente – *a Crepúsculos* –, a qual, ainda que sem sede, tem 150 associados pertencentes a diversas freguesias dos municípios de Barcelos e Viana do Castelo e seus dirigentes vivem na freguesia de Barrocelas<sup>98</sup>, pertencente ao município de Viana do Castelo. Todos têm como principal lema preservar o rio Neiva que, ainda que esteja pouco afectado pela poluição, sofre também atentados ao ambiente, pelo que a entrevista ao principal responsável, J.O., evidencia alguma tensão em relação às JF, à CM e ao Governo central:

“Esta questão do ambiente tem o perigo de tornar-se banal... É uma área muito desprezada... depois das mudanças de designação dos ministérios (...). Aqui no Vale do Neiva (... ) não recebemos lições de ninguém na área do ambiente (referia-se aos presidentes de Junta)... as equipas das Juntas não têm sensibilidade para o ambiente (... ) eles dão prioridade ao betão e ao asfalto, aprovam-se mais e mais loteamentos (... ). Temos uma associação para o ambiente – *a MÓ* – aqui em Barrocelas.

Nosso povo está cada vez mais ignorante, porque só se preocupa pelos bens materiais... Há pouco interesse do público pelas questões ambientais. Assistimos a descargas selvagens de resíduos junto à estrada, ao rio... etc... Há pessoas que não assumem estas questões, porque têm medo. O controlo e a investigação de atentados ao ambiente torna-se muito arriscado <sup>99</sup>.

<sup>98</sup> Esta freguesia que antes se chamava Capareiros ou Couto de Capareiros, em que Barrocelas era um lugar da extinta freguesia de Capareiros. Em 3 de Março 1971 passa a designar-se então por Barrocelas. Em 18 de Dezembro de 1987 foi classificada com o estatuto de Vila, que no Censo de 2011 contabilizava 3927 habitantes: 1875 homens e 2052 mulheres, com densidade populacional de 525,7 habitantes/km<sup>2</sup>.

<sup>99</sup> No Rio Neiva os moinhos começam a ser restaurados pelos donos por vezes sem licença da Câmara Municipal, sendo vedados de forma a impedir o acesso dos residentes e outros cidadãos ao rio, o que suscitou não só o embargo da Câmara como o protesto do Partido Ecologista Os Verdes (PEV) e do Partido Comunista (vg. *BP* 139, 4-7-2002; 140, 11-7-2002, *JB* 57, 10-7-2002). J.O., activista da associação ambiental “Crepúsculos”, opositor da construção de mini-hídricas nos rios Neiva e Cávado e de projectos de vedações de moinhos por membros de elites urbanas, já foi ameaçado por particulares ‘desconhecidos’. No entanto, a solicitação de licença de obra de um moinho apresentada à Câmara foi aprovada pelo Ministério do Ambiente, porque entrou como projecto de restauração. O proprietário, apesar do embargo da Câmara e de protestos e manifestações populares, prosseguiu com as obras. Os moinhos e engenhos foram encerrados, agora sem passagem ao longo das margens do rio. Os compradores de azenhas (provenientes do Porto e de outros locais) dirigiram-se à Associação para se tornarem sócios: “*Antes tirava-se peixe... agora nem picam... devido à crescente contaminação do rio*”.

As autoridades municipais não reconhecem a associação (...) não temos sede, algumas nem deram resposta. Temos 150 sócios (...). Perante alertas e contestações as autarquias não nos recebem em audiência nem o próprio vereador do ambiente (...).

A nossa associação foi penalizada... ninguém responde aos nossos ofícios. O que as autarquias querem é que andemos lá “de mão estendida”... Fazem-nos esperar duas horas e depois não nos recebem (...). O Ministério do Ambiente também (...). Os funcionários permanecem muitos anos nos serviços e o voluntariado do ambiente é mal tratado nos nossos meios”.

Temos muitos jardins de pedra, estamos a perder zona verde (...). Por outro lado, o discurso dos autarcas é que não temos terrenos para construção (...). Claro, os autarcas têm interesse na construção (...). Eles querem crescimento (...). eles pensam tudo em termos de construção e caminhos, os técnicos vão pouco ao terreno (o PDM mal feito!) decidem no gabinete (...). As mini-hídricas é outro problema (...). Mas a população gosta dos presidentes populistas e ignorantes!...”

A falta de sensibilidade ambiental das entidades responsáveis está também presente na demora da implementação do Aterro Sanitário intermunicipal para tratamento dos resíduos sólidos urbanos até 1994 (BP 154 IIs, 24-3-1994, 157 IIs, 14-4-1994) e Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e, por vezes, sem a adequada manutenção, como, por exemplo, a de Manhente que, tendo custado 100.000 euros, foi desactivada (BP, 133, 23-5-2002), esperando-se sua reutilização noutra local.

### **5.3. A luta pelo poder: as Juntas perante a Câmara Municipal e o governo central**

Para além dos fundos obtidos do orçamento do Estado pela via das respectivas Câmaras municipais, as Juntas de freguesia quase não têm margem de manobra, em termos financeiros, para fazer face a determinados problemas, a não ser algumas co-participações dos vizinhos locais em algumas iniciativas de interesse conjunto, tal como refere o presidente da Junta de D.

“Nós, a Junta, temos problemas de meios e de tempo... Nunca soubemos aproveitar os recursos, os programas de fundos estruturais... Estamos dependentes do que a Câmara Municipal de Barcelos define para cada freguesia... Há falta de iniciativa de maneira geral. Só o meu colega de ZA me falou de uns contactos e influências com alguém da Coordenação da Região Norte...”

“No Congresso da ANAFRE, creio que na primeira semana de Maio, alguns presidentes de junta diziam que não sabiam onde ou em que gastar o dinheiro... Veja que algumas freguesias recebem na ordem de 120 000 contos de Fundo de



Equilíbrio Financeiro (FEF) (por exemplo, Amadora, com 200 mil e tantos habitantes). Mas que podemos fazer nós com 5000 contos de FEF? Dá para a água, luz, *duodécimos*<sup>100</sup> e mal...” (presidente da Junta de F, 8-6-2004).

A um nível intermédio entre a respectiva CM e o governo central existem apoios pontuais através do Governo Civil<sup>101</sup> mas os propósitos e os critérios de atribuição do subsídio a diversas iniciativas não são claras e, dada a função dos governadores civis como representantes distritais do Governo central, tais apoios podem estar politicamente enviesados nas suas funções regulatória e preventiva, sendo de pouca utilidade na maior parte dos casos, como o referem alguns autarcas:

“... às vezes vamos ao Governador Civil, mas é para actividades desportivas... que têm umas co-participações pequeninas... temos às vezes por aí ministérios... que a gente envia para lá algumas coisitas a ver se vem... mas tudo isso é uma sobrecarga de trabalho técnico para o qual a Junta de freguesia não tem capacidade”... (Presidente da Junta de T)

Se a relativa passividade e descrença no poder local inibe os cidadãos a participar na vida política local, por receio ou ausência de informação e consciência política, semelhante atitude se observa perante outras instâncias do poder central, nomeadamente o governo e inclusive a própria Assembleia da República.

De facto, são as eleições autárquicas as que mobilizam mais as pessoas, investe-se tempo, fazem-se combinações e alianças numa estratégia de mobilização geral com vista à vitória eleitoral. Segundo alguns autarcas como, por exemplo G. da Junta de Freguesia G.:

“A máquina eleitoral laranja (por associação com a sigla do PSD de cor laranja), em Barcelos é um fenómeno e único no país. Tem muito apoio... chega a haver fanatismo... Não são as obras eleitorais que F. R. fez, mas sim a força da própria máquina laranja que ganha as eleições sempre.” (Presidente da Junta de G)

Se a ‘máquina laranja’ se mobiliza, também a oposição, com maior expressão por parte do PS, vive intensamente o período eleitoral, podendo constatar-se expressões de vingança e ‘orgulho’ por parte do partido e/ou

<sup>100</sup> *Duodécimos* é uma expressão para significar que cada mês os autarcas são pagos por 1/12 do subsídio previsto do orçamento anual do Estado para compensar os encargos dos mesmos pela sua prestação de serviço às populações.

<sup>101</sup> A figura do governador civil tem a sua origem na revolução liberal de 1820. Mas é em 2011 que o Governo de Portugal transfere as competências dos Governos Cívicos para outras entidades, o que significa de facto a própria extinção dos mesmos.

candidato vencedor da oposição, tal como, por exemplo, desabafou o candidato do PS à presidência da Junta em E: “*Me orgulho de ter derrotado o presidente da Junta do PSD no poder há 16 anos!!!*”

Uns vão ficando e quase se eternizam no cargo, estando por inércia ou rotina 20 a 30 anos, outros são designados como candidatos elegíveis a partir de relações de compadrio, parentesco ou simples amizade, tal como o revela o presidente da Junta de R:

P. J.: “... Há aí presidentes de Junta que estão há 25 e 30 anos mas não querem saber disso para nada... com certeza... tenho toda a certeza. Aqui na Junta pusemos a E. como secretária... Ela era empregada da Junta... eu depois quando assumi... ela era funcionária... digo eu assim:... mas afinal, que é o que faz aqui um secretário?... É ela que faz tudo... digo eu assim... vai ela para secretária da Junta...”

A. C.: Eu compreendo... eu sei que vocês lidam com muitas coisas... recebem solicitações de todos os lados...

P. J.:... Olhe... eu sou uma pessoa que até tinha tempo para todas essas coisas... mas não me meto... eu acho que um Presidente de Junta deve fazer muito... escrever... fazer discursos... mas eu sou pouco para isso... sou mexido para ir cortar o cabelo... e fazer os pedidos à Câmara...

(... ) Eu entrei com um engenheiro para aqui (JF), o presidente era um engenheiro, só que ele, depois de dois anos, cansou-se de assinar papéis e pôs-me a mim, eu era secretário... e eu estava encostadinho a ele,... estava bem... agora fomos buscar a D.<sup>a</sup> E.... o tesoureiro é formidável,... não está cá todos os dias... para coisas de fora trato eu... Câmara Municipal, ruas... a parte administrativa é ela... a parte de tesouraria é ele o tal A.... Temos quase tudo: sede de junta, água em quase toda a rede da freguesia; saneamento básico quase todo pronto; um projecto para uma nova ponte, temos alguns problemas ambientais.”

Vários autarcas têm sublinhado a importância da ANAFRE como instituição mais capaz e mais isenta na informação, no esclarecimento e na defesa do poder local a nível das freguesias. Sendo uma associação a nível nacional, tem a vantagem de não acomodar-se nem estar tão dependente do poder partidário hegemónico na Câmara Municipal onde se insere, o que é reconhecido por alguns autarcas como o presidente da freguesia de T:

“Os interesses da Junta de freguesia poderiam ser melhor defendidos através da ANAFRE... Para nós a ANAFRE é uma das coisas mais interessantes que há... Eu estive há poucos dias no Congresso da ANAFRE... É a ANAFRE a que vai em melhor defesa das Juntas de freguesia, não é a Câmara Municipal que nos defende... Não sei se está a ver... porque a Câmara Municipal pode ser do partido a que eu não pertenço... porque a ANAFRE ali não conta se é do PSD ou do PS... A ANAFRE é uma espécie de sindicato ao que nós recorremos... não

que, para além do congresso que temos..., nós todos os meses recebemos informações relativas a qualquer processo ou legislação, etc... Você chama lá e conta, por exemplo, que tem este ou aquele problema na Assembleia de freguesia... quero a resposta de isto... e eles pouco a pouco tomam contacto... É para mim o melhor que há... e eles não defendem o Governo, defendem as autarquias, as juntas... Assim, o outro dia, no congresso,... aquilo caiu lá “poooooraaada”! brrrrrrrrrrr-... você não faz ideia... tanto caem em cima do governo como que sei eu!!!...”

Em síntese, poder-se-ia dizer que nos capítulos IV e V apresentou-se um primeiro panorama sociodemográfico de Barcelos no contexto regional e distrital, evidenciando-se assimetrias, dependências e condições de vida, quer do concelho quer da região, tendo por base certos indicadores demográficos, económicos e sociais, contextualizando o município de Barcelos num âmbito mais vasto, mas não deixando de dar uma retrospectiva e enquadramento histórico-sociológico do poder municipal, quer sob o Estado Novo, quer no pós-25 de Abril de 1974 até ao presente.

Com efeito, tal como noutros países e regiões, também na região do Minho, onde Barcelos se insere, verifica-se uma desigual distribuição territorial de infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos. De facto, a região do Minho sofreu também, durante as últimas décadas, profundas transformações demográficas, sociais, económicas, políticas e culturais, apresentando hoje uma configuração morfológica e sociocultural bem diferente em relação aos anos sessenta e setenta. O desenvolvimento das forças produtivas, resultante do investimento económico, tem contribuído para esta situação, a par da dinâmica dos agentes económicos e sociais, graças à união de vários factores de atracção derivados das actividades industriais e de serviços e dos respectivos fluxos laborais e estudantis nos principais centros urbanos dos vales do Minho-Lima (Viana do Castelo e Ponte do Lima) e sobretudo do Ave-Cávado (Barcelos, Famalicão, Guimarães e Braga).

Os dados recolhidos e avaliados revelam uma região (semi)periférica, em que a aplicação de uma mão-de-obra intensiva reflecte-se nos salários mais baixos que a própria taxa de produtividade. Por outro lado, os níveis de desenvolvimento desigual no espaço que constitui o Minho, com municípios do Alto Minho-Lima e outros mais interiores das sub-regiões do Ave-Cávado em situação de subdesenvolvimento, fazem que estes últimos sejam duplamente periféricos, tanto em relação às zonas mais dinâmicas da região Norte e do país, como em relação ao litoral mais desenvolvido e melhor equipado.

Pelos dados que foi possível recolher, nomeadamente de âmbito estatístico e documental, podemos concluir que a região Minho, o distrito de

Braga e o município de Barcelos apresentam situações diferenciadas, na sua respectiva escala, se atendermos aos diversos indicadores sociodemográficos, económicos, culturais e políticos, sendo estes sintomáticos de formas de desigualdade social e territorial, como o pudemos constatar no capítulo IV. Seguidamente, foi possível também conhecer, sobretudo no capítulo V, a trajectória das relações do poder municipal com o Estado Central e saber como as freguesias e seus habitantes têm conhecido várias fases e configurações sociais que mereceu o enfoque de análise com recurso a vária documentação. No entanto, neste longo percurso podemos dividi-lo em dois grandes períodos: (i) um resultante de uma sociedade agrária e ruralista e um Estado ditatorial em que a Câmara Municipal era uma extensão do poder central sem qualquer autonomia e as Juntas de freguesia simples e dóceis instrumentos do poder central e municipal; (ii) e um segundo relativo ao pós-25 de Abril com base numa ordem constitucional democrática que, apesar das suas limitações, possibilita a contestação, as vozes dissidentes e oposicionistas que também contribuem para definir os objectivos de modo a exercer a democracia, enfrentar os problemas, procurar a satisfação das necessidades e realizar metas de desenvolvimento e bem-estar das populações.

Centrando-me especificamente no município de Barcelos, este, como de resto outros municípios vizinhos, conheceu desde o 25 de Abril um progresso indesmentível e visível em termos de infra-estruturas básicas, de escolas e, ainda que em menor medida, de equipamentos sociais e culturais, o que não é de admirar considerando o estado calamitoso em que se encontrava o município, reconhecido como carente de qualquer plano inclusive a nível urbano. As prioridades centraram-se nas infra-estruturas básicas, no controlo e no abastecimento de água na cidade. Só numa fase posterior foram implementados, ainda que de modo diferenciado e, segundo alguns testemunhos, discriminatório, alguns equipamentos sociais, culturais e desportivos e, por fim, com bastante atraso a preocupação pelo meio ambiente, compreensível pela falta de sensibilidade dos cidadãos, da Câmara Municipal e, com particular gravidade, por alguns empresários têxteis.

Simultaneamente ao registo dos avanços infra-estruturais, foi possível mostrar as diversas vicissitudes de ordem política. Nos dois primeiros anos, apesar das tensões e convulsões internas, conseguiu-se perceber através da leitura das actas dos órgãos como foi feito o diagnóstico da situação deficitária e se programaram acções com base em estudos técnicos. Depois deste período algo conturbado mas com espaço de afirmação dos próprios trabalhadores e vantagens salariais para estes, seguiu-se um longo período hegemónico de um partido – o PSD –, sedimentando um poder pela via clientelar que se reforçou graças ao controlo de recursos públicos disponíveis. Seja

pela implementação de obras (estradas, reparação de caminhos, introdução de transportes gerais e escolares, construção de escolas, equipamentos sociais e culturais), seja pela concessão de subsídios específicos, o poder do PSD na Câmara Municipal – que construiu mediante líderes locais uma efectiva base social de apoio – tem sabido gerir a seu favor a inércia de muitos e a relativa incapacidade da oposição.

Vários são as testemunhas que acusam a CM de uma política de discriminação das Juntas da oposição e associações críticas ou contestatárias daquela. Assim, enquanto entidades (para)religiosas a vários níveis (misericórdias, IPSS com influência eclesiástica, centros sociais e paroquiais) têm tido apoio claro e objectivo por parte da CM, outras organizações e associações dissidentes e críticas têm visto os seus pedidos de apoio recusados.

A luta pelo poder ocorre em diversos níveis e espaços institucionais e, nesse campo, o partido hegemónico, ao gerir recursos públicos, leva vantagem sobre os opositores. Por outro lado, das entrevistas realizadas com os presidentes de Junta infere-se que a proximidade, a confiança e as acções concretas que vão ao encontro dos problemas dos residentes granjeiam simpatias e apoios que se traduzem em votos nas eleições autárquicas. A oposição, particularmente o PS, excepto em 1993 – em que conseguiu uma maior expressão e ameaçadora do *status quo* – não conseguiu impor-se porque, para além de falha de certos recursos, não opera no quotidiano das pessoas, sobretudo nas aldeias. Mas o desgaste da governação do PSD à frente da CMB vai-se sentindo. Se bem que o PS, já nas autárquicas de 2005, em campanha eleitoral alertava para o negócio do contrato ruinoso de concessão de exploração da rede de água e saneamento e para os aumentos exagerados das respectivas taxas e tarifas municipais, foi contudo nos anos seguintes que os barcelenses sentiram no bolso os efeitos do aumento das referidas taxas. De facto, é em 2009 que o PS em Barcelos sai vencedor das eleições autárquicas, pondo fim a um período hegemónico de mais de três décadas consecutivas do PSD à frente da Câmara Municipal de Barcelos.



Instituições:  
caracterização sociodemográfica,  
diagnósticos sociais  
e mediações políticas





## Capítulo VI

### Caracterização sociodemográfica das entidades inquiridas

A fim de obter um primeiro retrato das instituições, organizações e associações às quais se aplicou um inquérito, centrar-me-ei, antes de mais, na caracterização sociodemográfica das mesmas, precedida de um breve panorama do associativismo em Portugal por este ser um dos eixos mais importantes das colectividades tanto em meio rural como no urbano.

Antes de proceder à exposição e análise dos resultados empíricos da amostra em relação à caracterização das instituições e outras entidades inquiridas, creio que é útil apresentar alguns dados estatísticos sobre o associativismo em Portugal, situá-lo em relação à Europa e compará-lo, em particular, com algumas experiências levadas a cabo noutros países. Começando por alguns países europeus, pode-se constatar em vários deles a criação e o aumento de associações em diferentes sectores (ensino, saúde, serviços sociais, cultura, lazer), podendo referir, por exemplo, o caso de França (que passou de 20 000 em 1970 a 70 000 em 1990), ou outros como Holanda, Irlanda e Bélgica, cujo sector não lucrativo (SNL) alcança entre 12,5% e 10,5% (Archambault *in* Monteiro 2004: 155-159).

Em Portugal, as estatísticas – incompletas até inícios dos anos noventa – começam a registar e dar conta da variedade de associações só a partir de 1993, constatando-se a partir de aí uma diminuição das associações sindicais e a emergência de outras tais como as ambientais, passando de 83 (com 99.538 associados) em 1993 a 135 (com 155 778 associados) em 1998 (cf. Rodrigues 1995 e Monteiro 2004:161).

Outro sector onde se tem verificado um aumento de organizações e instituições de cariz não lucrativo é o das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) que aumentou duas vezes e meia numa década, passando de 1464 em 1987 a 3458 em 1998 (DGAS, *in* Monteiro 2004:163). Enfim, no que concerne as associações culturais e recreativas, os dados do INE registam a existência de 3266 associações e cerca de um milhão de associados no país, com maior incidência no norte e no centro mas com maior densidade de associados no Alentejo. Em comparação com outros países europeus, o índice de 19% de adesão associativa é bastante mais baixo em Portugal, somando-se o facto de a maior parte dos associados se limitarem a uma atitude passiva.

Dada a diversidade de tipos de associações em Portugal será importante fazer classificações ou tipologias que poderiam distinguir-se, como refere Meister (*in* F. Silva 2002), segundo vários critérios: os conteúdos, a dimensão, o recrutamento e a base de apoio, a duração, o ritmo, a orientação, o grau de unidade, o raio de influência, a antiguidade, o tipo de actividades e funções. Também para as classificar, Blau e Scott (1962) aduzem, de modo mais sintético, critérios como propriedade, dimensão, objectivos e modos de funcionamento. Ou inclusive, segundo Sainsalieu e Marty (*in* F. Silva 2002), as associações podem ser parapúblicas, de expressão/participação e defesa/reivindicação; e, finalmente, Norbeck (1983), analisando a situação portuguesa, distingue os sindicatos, as cooperativas, os grupos informais e as associações em geral, resumindo estas últimas numa ampla diversidade de associações conforme os objectivos das mesmas. Assim, no seio das Associações – formando também um vasto e heterogéneo grupo – Norbeck (1983) distingue seis tipos de associações<sup>102</sup>: (i) colectividades de cultura e recreio, de raiz local e centradas em actividades de ordem cultural e recreativa (teatro, orfeão, banda musical, dança folclórica ou actividade desportiva), umas desenvolvendo-se com grande pujança e outras em decadência, reduzidas à gestão de um bar, uma festa ou convívio esporádico; (ii) as associações de educação popular com objectivos de aumentar o nível cultural através de cursos (por exemplo, alfabetização) e a preservação do património cultural local ou regional; (iii) organizações populares de base criadas no pós-25 de Abril com o objectivo de fazer frente a problemas e necessidades quotidianas de diversa ordem (alojamento, saúde, trabalho), tendo-se convertido também em centros culturais; (iv) os grupos culturais orientados para o desenvolvimento de uma determinada actividade cultural (dança, teatro, cinema); (v) os Bombeiros Voluntários com diversas funções culturais e sociais e com particular ênfase no apoio às populações em casos de emergência (saúde, acidentes vários, sobretudo incêndios); (vi) os grupos mistos, englobando nestes as associações de pais, associações de saúde comunitária, associações de defesa do património e associações ambientais entre outras.

Nesta tipologia, como é possível inferir pela sua caracterização, há consideráveis sobreposições, pelo que sua classificação tem um cariz descritivo para um certo contexto histórico, particularmente no pós-25 de Abril de 1974.

Outra questão pertinente é a de saber, na sequência da problematização exposta no capítulo teórico, em que medidas estas instituições, colectividades e associações contribuem para o desenvolvimento local e em que medida o fazem em prol das populações, e se tais organizações e iniciativas

<sup>102</sup> Esta classificação que é assinalada para o caso português pode servir de base para classificar os resultados da amostra levada a cabo no município de Barcelos.

se limitam a reproduzir o *status quo* a favor de determinados grupos ou se representam um corte com esse *status quo*, e em que medida uma ou outra estratégia beneficiam ou não as populações.

Um segundo ponto de debate consistirá em saber que entidades deverão ser ou não incluídas sob a ampla e vaga designação de ‘sociedade civil’. Este problema complexifica-se com a classificação de entidades pertencentes ao sector não lucrativo, havendo autores como Archambault (*in* Monteiro 2004:158) que tendem a incluir todas as organizações que, para além de não lucrativas e com membros aderentes de base voluntária, são privadas, independentes e, como tal, nem religiosas nem políticas a título principal. Estes critérios, nomeadamente os dois últimos, para além de não aplicáveis ao universo de onde foi construída a amostra, são susceptíveis de contestação na medida em que, embora muitas das organizações sejam formalmente privadas e ‘independentes’, tal independência não é nem pode ser enfatizada do ponto de vista religioso e político. No município de Barcelos, como aliás nos demais municípios da região, as entidades inquiridas estão, na maior parte, fortemente influenciadas por razões e estratégias religiosas e inclusive, total ou parcialmente, conduzidas por líderes (para)eclesiásticos. O mesmo poderemos dizer em relação à sua natureza política destas associações, em que, mesmo quando não partidárias, seria ingénuo convencer-se de que as suas actividades são politicamente inócuas ou neutras.

### **6.1. As entidades inquiridas: caracterização sociodemográfica**

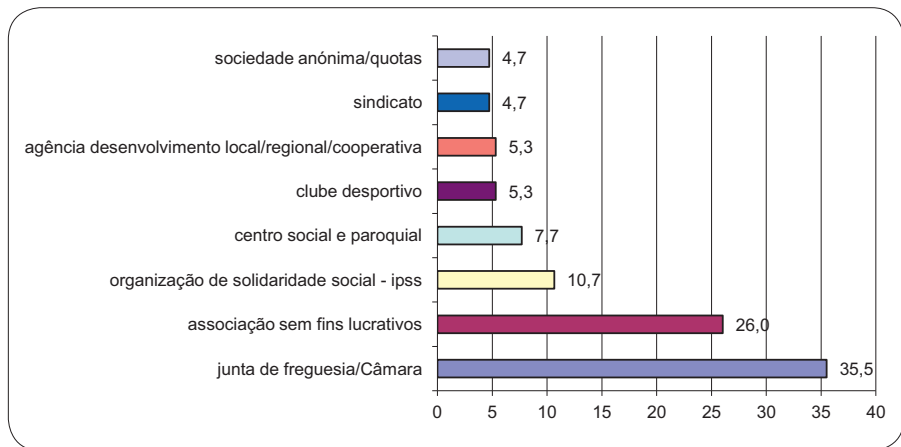
Uma das questões prévias que se apresenta é a da classificação das entidades estudadas, o que obriga a um esforço de tipologia das mesmas, tendo em conta que a amostra nesta investigação é mais ampla que a categorização de associações.

Neste capítulo irei dando conta dos resultados do inquérito aplicado a 176 entidades – umas de carácter oficial e institucional e outras de cariz associativo ou comunitário – para proporcionar um retrato do estado da situação em termos descritivos e, na medida do possível, interpretativos e analíticos, e em especial, das percepções e representações dos seus responsáveis sobre as necessidades, problemas e aspirações, tanto dos seus associados, como dos usuários e/ou beneficiários de suas funções e actividades conforme o respectivo tipo de entidade desde o ponto de vista jurídico-político e social. Ou seja, sem deixar de mostrar as situações objectivas e apresentar os dados obtidos no questionário ou outras técnicas para examinar o estado das instituições pela voz dos seus representantes, também procuro expor em primeiro plano as perspectivas, representações e aspirações dos próprios actores sociais com funções de responsabilidade.

### 6.1.1. Entidades: natureza jurídica, infra-estruturas e equipamentos

A fim de obter um retrato o mais aproximado possível da realidade das instituições inquiridas, começarei por mapear a distribuição dos tipos de instituições quanto à sua natureza jurídica, o que nos é dado pelo gráfico 1:

Gráfico 1: Natureza jurídica das instituições (%)



Fonte: Inquérito a Instituições e Associações de Barcelos (IIAB, 2003-2004).

**Associação sem fins lucrativos engloba:** associações sem fins lucrativos; associações recreativas sem fins lucrativos; associações culturais e recreativas sem fins lucrativos; associações institucionais humanitárias; associação juvenil e grupo musical não registado.

**Centro social e paroquial engloba:** centro social e paroquial; cooperativa; paróquia; congregação missionária; grupo coral; associação de fiéis de índole religiosa.

**Organização solidariedade social – Instituição particular de solidariedade social (IPSS) engloba:** organização não governamental; organização de solidariedade social; organização não governamental sem fins lucrativos.

Tal como se pode verificar no gráfico 1 e anexo 1, os três principais tipos de instituições abordadas e respondentes foram as Juntas de freguesia, para além da Câmara Municipal, com 35,5%, seguidas das associações sem fins lucrativos com 26% e organizações de solidariedade social mais conhecidas por Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Embora não tenha sido realizada propriamente uma amostra aleatória, a amostra foi de tipo acidental a partir da listagem que me foi possível apurar, pelo que esta amostra não estará longe da realidade, considerando a quantidade e diversidade de instituições e associações inquiridas.

Com efeito, em primeiro lugar, aparecem as Juntas de freguesia. De facto, a Junta de freguesia é a entidade executiva do poder local que, em

primeira instância e por imperativo constitucional e legislativo, releva da Assembleia de Freguesia e que, em articulação com o papel proeminente da Câmara Municipal, está encarregada da defesa dos interesses e da resolução de problemas relativos a infra-estruturas, equipamentos sociais e culturais, para além de outras funções de atendimento mais personalizado aos cidadãos residentes na freguesia. Donde, as suas funções estão, do ponto de vista jurídico, previamente definidas, embora a sua implementação adquira variantes e matizes conforme a dinâmica (ou ausência dela) imprimida pelos próprios detentores dos respectivos cargos e, sobretudo, pelo funcionamento da Assembleia de Freguesia. Esta, sendo o órgão de decisão por excelência, nem sempre funciona como tal ou funciona de modo muito deficitário. Com efeito, a Junta de freguesia, na esteira de práticas do passado, acaba por ser o órgão mais visível e mais operacional e assim é visto pelas populações, sem tomar em linha de conta o grau de concordância de uns ou a discordância de outros cidadãos com as suas práticas políticas, a maior ou menor transparência de critérios e métodos, assim como de realizações concretas. Por outro lado, diversos são os presidentes de Junta que se sentem desamparados e inclusive utilizados ou instrumentalizados pelas instâncias superiores, para além de incompreendidos por cidadãos conterrâneos, tal como refere o presidente da Junta de S numa linguagem vitimizada:

“Eu costumo dizer que as Juntas de freguesia são o parente pobre da República... e disse também que... é de lamentar que 27 anos depois da implantação da democracia ainda os governos centrais olhem as juntas de freguesia com desprezo... nós somos as primeiras pessoas que estão em contacto directo com as populações, e muitas vezes resolvemos determinadas situações que não compete às juntas de freguesia resolver, minimizando o problema do cidadão...

A.C.: Crê que vocês membros da Junta são usados?...

P.J.: ..Sim, somos usados pelo Presidente da República, pelo Primeiro-Ministro, pelo Presidente da Câmara Municipal e inclusive pelos cidadãos... que crêem que o presidente da Junta tem o dever de fazer tudo e mais alguma coisa... e pronto... olhe que muitas vezes nós deixamos para trás a nossa família e nossos bens para resolver situações que deveria resolver o poder central...” (Presidente da Junta de S)

Em segundo lugar, surgem, de modo expressivo, com 26% as associações sem fins lucrativos, cuja natureza jurídica está também consignada no enquadramento legislativo com as suas especificidades, entre as quais está o facto de a sua constituição e adesão serem supostas surgir de um acto voluntário por parte de cada associado. As associações constituem escolas de vivências e sinais claros de vitalidade democrática de uma sociedade e

preenchem funções úteis à mesma, sem entrar, agora, em linha de conta a sua diversificada estrutura e dinâmica de baixa, média ou alta intensidade. Essa diversidade e inclusive, nalguns casos, a multifuncionalidade das associações estão também patentes no município de Barcelos, sendo de relevar, em termos percentuais, uma razoável taxa de presença de associações, se bem que sem a vitalidade e a vivência intensiva e de participação cidadã, convergindo com conclusões de outros estudos de caso.

Por fim, ainda em consonância com outros estudos, são também de salientar as organizações de solidariedade social (IPSS) que, na maior parte dos casos, funcionam e operam na dependência ou em articulação com entidades religiosas, mormente eclesiásticas com destacado domínio da Igreja Católica. Por isso, a sua importância percentual de 11% pode subir para cerca de 19%, se a estas adicionarmos os centros sociais e paroquiais. Porém, as direcções dos centros paroquiais, embora possam assumir outras funções mais de cariz eclesiástico e político local na óptica dos seus promotores eclesiásticos, são amiúde nomeadas por estes numa estrutura vertical e hierárquica e, como tal, pobre em termos democráticos. A par da natureza privada mas sem fins lucrativos, por parte das IPSS – que aliás predomina –, estas instituições assumem um carácter suplementar aos organismos estatais no âmbito da segurança social, da saúde e da educação, sobretudo na aprendizagem na fase pré-escolar com as chamadas Actividades de Tempos Livres (ATL) e outras actividades de relevo para os cidadãos utentes ou beneficiários.

Num outro patamar menos expressivo mas não desprezável situam-se, por um lado, os clubes desportivos (auto)subsidiados e/ou institucionalmente apoiados, nomeadamente pela Câmara Municipal (5,4%), cuja actividade lúdica é regulada pela legislação associativa e desportiva. Constituindo uma das modalidades associativas, mesmo quando restritas a uma modalidade desportiva – geralmente o futebol –, não deixa de ser relevante na vida das comunidades locais nas suas funções manifestas de lazer, a que se associam competições com certo despique interlocal e, mas não raramente, também, com uma função latente de reforço da identidade e coesão social. Por outro lado, em termos sectoriais, são também de salientar os sindicatos que, igualmente previstos em sede constitucional e na diversa legislação relativa ao campo laboral e de negociação com entidades patronais e o Estado, constituem importantes organismos de defesa dos interesses dos trabalhadores nos mais diversos sectores. Na sequência dos sindicatos como organizações e movimentos de cariz sectorial, aparecem também com 5% as cooperativas e os organismos de desenvolvimento local e regional, com um carácter mais transclassista e de forte cunho de identidade local. Estas, sendo igualmente previstas na lei ordinária, são importantes bases para o desenvolvimento

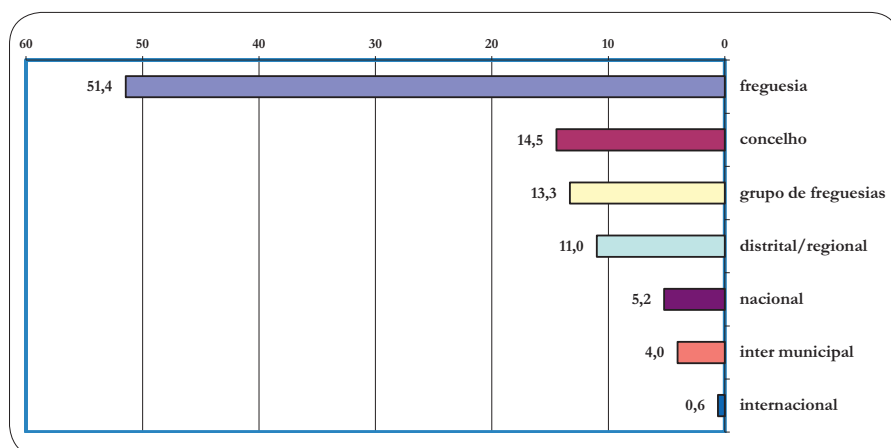
local e regional, sobretudo quando estão providas de recursos bastantes para o arranque e a implementação de iniciativas com repercussões na comunidade, na freguesia(s) e no concelho.

Por fim, embora residuais e com pouco significado em termos percentuais, são de referir as sociedades anónimas ou por quotas (3,6%) que, acrescidas das associações patronais (1,2%), perfazem 4,8%, também previstas e tipificadas no Direito Comercial e das Obrigações, como instrumentos legais para o investimento, traduzível, senão em desenvolvimento, pelo menos em crescimento económico, ainda que orientados, nomeadamente as sociedades anónimas ou por quotas para a obtenção do lucro.

Esta enumeração dos diversos tipos de entidades ou organizações a nível sócio-jurídico não nos esclarece todavia sobre o seu carácter, o seu modo de funcionamento, sua programação e a sua práxis política. Por isso, não sendo possível investigar estes aspectos num número extenso de casos, incidimos apenas um estudo de caso numa freguesia. No entanto, durante e depois da aplicação do inquérito e entrevistas, fizemos algumas visitas a algumas organizações, onde pudemos observar a ausência de participação dos cidadãos ou membros dessas organizações e inclusive de associações.

Relativamente à área geográfica de actuação destas instituições ou entidades, elas operam a diversos níveis, cuja distribuição se pode ver no gráfico 2:

Gráfico 2: Área geográfica (%)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

A figura mostra que o perímetro geográfico de actuação situa-se, com largo predomínio de 64,7% ao nível da freguesia e conjunto de freguesias

circunvizinhas, podendo ainda estender-se, com algum significado ao nível municipal (14,5%), elevando-se assim a 79,2%. O raio de acção a nível intermunicipal, com pouca expressão (4%), é todavia reforçado, se tivermos em conta o nível distrital e sobretudo regional (11%), somando no total 15% (cf. anexo 2). Adicionando a esta percentagem a área de actuação nacional e, residualmente, a internacional, obtemos uma taxa de 22,8% que, detendo alguma expressão, é largamente minoritária em relação ao raio de actuação a nível local e municipal, o que é de resto compreensível não só pelo seu carácter e objectivos como pelo volume e tipo de recursos disponíveis.

Tal como demonstrarei mais à frente, alguns autarcas e dirigentes de algumas associações são de opinião que o raio de acção das entidades ocupadas no desenvolvimento e bem-estar social deveria ser geograficamente mais amplo por razões de economia e eficiência, tal como o exprime J.C. dirigente da Associação Desportiva de D:

“A Câmara Municipal nas anteriores eleições apostou pelos complexos desportivos... Mas, como sabe, há por aí muitos complexos desportivos e bem equipados mas estão *ganhando erva*... (instalações sem actividade) e estão apenas naquele torneio entre freguesias...

Eu sou apologista de que se construa algo bem feito e outras freguesias se sirvam também... desde que a Câmara Municipal assumisse. Note, nós temos cerca de 40 campos de futebol no concelho..., isso dava para que cada duas freguesias permutasse os campos... era uma questão de uma boa política de gestão dos campos...”

Perspectivadas as instituições e associações a nível municipal e local, não pelo seu raio de acção mas pela sua inserção ou integração noutros organismos a nível nacional e internacional, foi possível elaborar o quadro 18:

**Quadro 18: Organismos em que estão integradas as Associações**

	N	%
Nenhum	39	30,5
União das IPSS	16	12,5
Santa Casa da Misericórdia	1	0,8
Ministério	27	21,1
Organismo internacional	2	1,5
Outro organismo	43	33,6
<b>Subtotal</b>	128	100,0
Sem informação	48	(27,3)
<b>Total</b>	176	

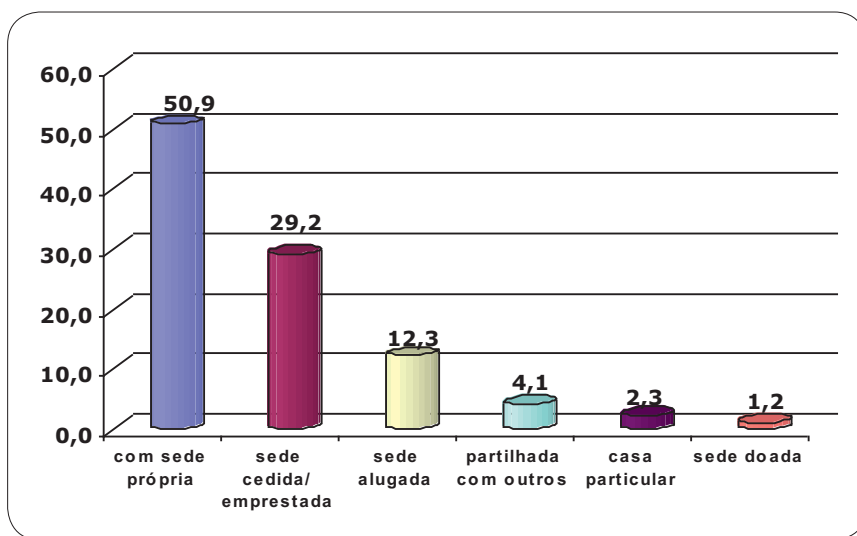
Fonte: IIAB, 2003-2004.



Segundo os dados obtidos pelos inquéritos e expressos neste quadro 18, quase um terço das instituições/associações (31%) não estão integradas em nenhum organismo nacional e internacional, 21% num ou noutro ministério, nomeadamente o da Segurança, 12,5% na União das IPSS, sendo residuais os casos que se encontram inseridos num organismo internacional (1,5%). Há, porém, a referir a categoria “outro organismo” que prima por uma tal variedade e dispersão, que nos dispensamos de as referir no quadro, remetendo-os para uma nota de rodapé<sup>103</sup>.

Quando questionados os representantes das instituições a que título, do ponto de vista económico e jurídico, se poderia caracterizar a sua sede, foram obtidas as seguintes respostas traduzidas no gráfico 3:

Gráfico 3: Tipo de sede (em %)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

<sup>103</sup> Na multiplicidade de respostas sob a designação “outros” são referidas: a CIOFS, CNA, CPADA, FENADEGAS, FEPCES, INATEL e Atletismo, FRBFM, MCOTA, MIJARC, CGTP, TUREL e CÚRIA Braga, a Rede Nacional Associações Juvenis, as Uniãoes Cooperativas, o Corpo Nacional de Escutas, o Futebol Popular Barcelos, Confederação Nacional da Agricultura, Cruz Vermelha, Associação Futebol de Braga, religioso, FESETE-Porto, a freguesia, Câmara Municipal de Barcelos, a Direcção Geral das Autarquias Locais, o Estado, Organismo da Administração Pública, Autarquia Local, Junta Central das Casas do Povo, Instituto Comunicação Social, Futebol Clube “Lírio do Neiva”.

Mais de metade das sedes era propriedade das instituições, dos membros ou sócios da respectiva entidade, independentemente da origem da sua aquisição por via pública, privada, associativa ou cooperativa, mas pressupondo-se uma transacção. Levando em consideração os casos de doação, eleva-se para 52,1% as sedes próprias ou com título de propriedade, configurando uma situação de pessoa colectiva com sede própria como bem colectivo.

Uma outra parte, também significativa, das instituições inquiridas mediante a informação prestada pelos respectivos responsáveis – ou algum deles, nomeadamente membro da Direcção –, responderam estar a sua sede cedida ou emprestada (29,2%), respostas que, somadas aos casos que a detêm por aluguer ou arrendamento (12,3%), se eleva a 41,5% de casos em que não são detentores da sede, em termos jurídicos, configurando eventualmente situações de dependência ou de agravamento de custos para funcionamento corrente. São, por fim, diminutos ou insignificantes os casos de sedes que são propriedade camarária (2,4%) ou dos próprios centros paroquiais (3%), o que não significa que a Igreja apenas detenha a propriedade dos salões paroquiais, uma vez que, para além destes, ela detém ainda um número significativo no conjunto de instituições com sede própria, abrangendo nestes vários tipos de instituições, associações ou centros sociais, bastantes deles adquiridos através de dádivas dos próprios cidadãos residentes e de freguesias circunvizinhas, doações de emigrantes e força de trabalho dos próprios moradores, como foi o caso de Aguiar, entre outras.

Um aspecto interessante de pesquisa é o de saber em que medida as Juntas de freguesia têm ou não sede própria e em que condições. Pelo que foi possível apurar parte considerável das Juntas de freguesia do concelho de Barcelos (*vg.* A, B, I, T.), embora por razões e motivações diferenciadas, ainda não têm sede própria com instalações funcionais e dignas, tendo-se observado, nalgumas das que foram visitadas, instalações que ou eram arrendadas ou estavam em condições precárias: “*C tem projecto para sede há 5 anos*” – diz o presidente de Junta.

Na maior parte dos casos a inexistência de edifício para a Junta devia-se à insuficiência de fundos municipais ou locais, noutros porque já existe na freguesia um centro social polivalente e, em menor grau, por conveniência de certos líderes locais ou presidentes de Junta que deste modo criavam relações de dependência especializada com os seus vizinhos. Neste último caso, há que referir, por exemplo, a freguesia de B, cujo presidente da Junta, o senhor G., empresário têxtil, atende as pessoas em casa, com as desvantagens de intromissão no seu quotidiano, mas também com algumas vantagens

na medida em que consegue manter um maior grau de relações personalizadas de dependência, traduzíveis na troca de favores *versus* votos.

Uma parte significativa de autarcas locais vive desta relativa passividade, ocupando-se das tarefas administrativas da Junta como uma prorrogação das actividades domésticas, empresariais ou profissionais, procurando não incomodar-se reivindicando ou reclamando ao presidente da Câmara Municipal a quem se limitam, por sua vez, a “*pedir pequenos favores ou arranjos*” básicos. O referido presidente da Junta de B, salvo pequenos reparos em torno das “rotundas estranguladas” e a falta de mão-de-obra qualificada, não só não exige melhorias à Câmara Municipal mas inclusive até acha que não há razões para o fazer, pelo que estaria justificada a sua inércia, tal como o denota o seu breve testemunho na entrevista:

“Não há crianças, a escola primária só tem 17 alunos. A falta de população (jovens e crianças) faz que não se possa exigir muito à Câmara Municipal, e a maior parte dos idosos tem a família por perto” (!)

Há, porém, outras Juntas de freguesia, como, por exemplo, a de G que revela uma atitude mais crítica perante a situação:

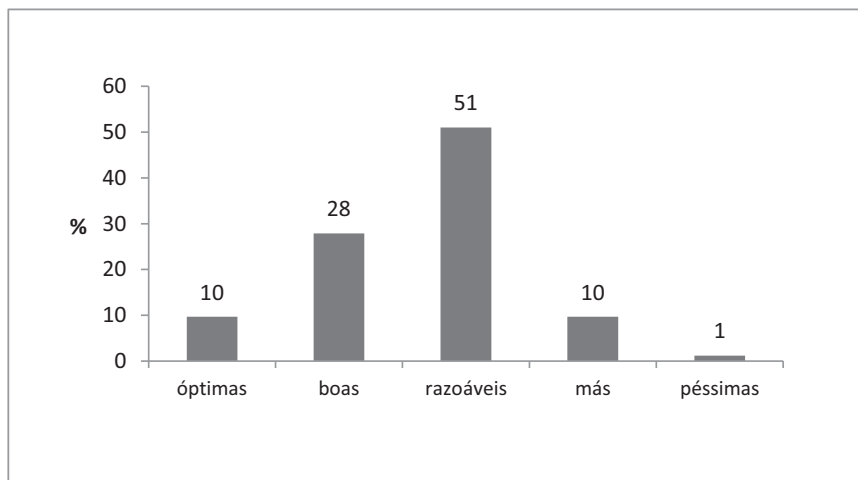
“A freguesia nunca teve sede. Quando ganhámos as eleições, isto – um edifício muito precário – foi cedido à junta, mas estamos a pagar uma renda nestas condições... como vê. Nós somos os parentes pobres da política, é uma maneira de nos manter na mão... É a Lei 169/99 de 18 de Setembro que se aplica às freguesias e às câmaras. (A., tesoureiro da Junta de freguesia G).

No que concerne às condições físicas das sedes ou instalações das instituições, estas, através dalgum dos membros da Direcção, deram as respostas consignadas no gráfico 4 e no anexo 3.

Deixando de lado os 6,3% de não respondentes (cf. Anexo 3), ligeiramente mais de metade (51,5%) dos respondentes declarou que as condições físicas das suas sedes eram razoáveis, ficando-se numa avaliação intermédia e distribuindo-se as restantes avaliações entre condições consideradas “boas” ou “óptimas”, somando um total de 38% a que se contrapunham noutra pólo com 11% apreciações das condições físicas das sedes como “más” ou “muito más”.

Estas apreciações valem não só para sedes de organismos ou organizações particulares como outras de carácter público como as próprias sedes de Junta de freguesias – umas com boas condições como, por exemplo, ZA e outras com más, por exemplo com espaços exíguos. Mas há noutras um desleixo e desorganização, para além de falta de sensibilidade e incapacidade

Gráfico 4: Condições físicas das sedes



Fonte: IIAB, 2003-2004

para racionalizar, de modo a aproveitar melhor o próprio espaço disponível. Foi possível constatar, por exemplo, como o presidente da Junta de J atende ao balcão o público, não estando criado o espaço para atender as pessoas com maior privacidade. Mas em contrapartida, de facto, há um enorme espaço para lá do balcão, para os membros da junta se moverem, onde apenas existe uma mesa vazia e uma fotocopiadora, que poderia ser dividido em dois espaços, conseguindo-se um espaço para atendimento mais personalizado aos cidadãos residentes e outros.

Ainda interligadas com as infra-estruturas da sede e respectivas instalações os dados recolhidos por inquérito permitem-nos aquilatar da presença/ausência de determinadas infra-estruturas e divisões possibilitadoras (ou não) de implementação de determinados projectos e iniciativas.

Uma primeira nota a reter é que entre 20 a 50 instituições no total de 176 não responderam sobre a posse ou não posse de certas infra-estruturas, o que não invalida que possamos fazer uma avaliação no que respeita às restantes e retirar algumas ilações com base nas respondentes. Destas, uma elevada percentagem possui, além das condições básicas como água corrente, casa de banho, sala de reuniões e electricidade, respectivamente na ordem dos 86% a 97%, outras condições infra-estruturais igualmente básicas como esgoto em rede pública ou em sistema particular (fossa séptica),

Quadro 19: Sedes: espaços e infra-estruturas

espaços/infra-estruturas	válidas (em n.º e em %)						sem informação				Total
	têm	%	não têm	%	sub-total	não sabe	%	nr	%		
Sala de convívio	70	49,3	72	50,7	142	2	1,1	32	18,2	176	
Anfiteatro/sala de espectáculos	37	27,4	98	72,6	135	1	0,6	40	22,7	176	
Sala(s) de reuniões/actividades	139	89,7	16	10,3	155	1	0,6	20	11,4	176	
Espaço de exposições próprio	46	35,1	85	64,9	131	3	1,7	42	23,9	176	
Snack/bar	38	27,5	100	72,5	138	1	0,6	37	21,0	176	
Espaço recreativo/(poli)desportivo	28	20,7	107	79,3	135	2	1,1	39	22,2	176	
Cozinha	34	25,2	101	74,8	135	1	0,6	40	22,7	176	
Duches colectivos	27	20,3	106	79,7	133	2	1,1	41	23,3	176	
Casa de banho	125	86,2	20	13,8	145	1	0,6	30	17,0	176	
Água corrente	128	85,9	21	14,1	149	1	0,6	26	14,8	176	
Esgotos rede pública	67	47,9	73	52,1	140	2	1,1	34	19,3	176	
Esgotos/partic. (fossa séptica)	72	57,1	54	42,9	126	5	2,8	45	25,6	176	
Electricidade	152	97,4	4	2,6	156	1	0,6	19	10,8	176	
Aquecimento	42	30,7	95	69,3	137	1	0,6	38	21,6	176	
Jardim	54	39,4	83	60,6	137	1	0,6	38	21,6	176	
Quinta/horta	17	13,1	113	86,9	130	2	1,1	44	25,0	176	
Outra											
Salas de aula	2	40,0	3	60,0	5	0	0,0	171	97,2	176	
Espaços de lazer	1	50,0	1	50,0	2	0	0,0	174	98,9	176	
Garagem	1	100	0	0,0	1	0	0,0	175	99,4	176	

Fonte: IIAB, 2003-2004. Legenda: partic.=particular.

Quadro 20: Equipamento nas sedes das instituições

Equipamento	% válidas					sem informação				Total
	tem	%	não tem	%	sub-total	n/sabe	%	nr	%	
Frigorífico	70	50,0	70	50,0	140	0	0,0	36	20,5	176
Máquina de lavar roupa	28	20,0	109	77,9	137	0	0,0	39	22,2	176
Máquina de lavar louça	29	20,7	109	77,9	138	0	0,0	38	21,6	176
Máquina de secar roupa	25	17,9	112	80,0	137	0	0,0	39	22,2	176
Fogão	46	32,9	91	65,0	137	0	0,0	39	22,2	176
Aspirador	44	31,4	94	67,1	138	0	0,0	38	21,6	176
Televisão	81	57,9	61	43,6	142	0	0,0	34	19,3	176
Arca congeladora	44	31,4	95	67,9	139	0	0,0	37	21,0	176
Telefone	113	80,7	42	30,0	155	0	0,0	21	11,9	176
Aquecimento a lenha	11	7,9	123	87,9	134	0	0,0	42	23,9	176
Aquecimento central	14	10,0	121	86,4	135	0	0,0	41	23,3	176
Ar condicionado	13	9,3	120	85,7	133	0	0,0	43	24,4	176
Rádio	75	53,6	68	48,6	143	1	0,6	32	18,2	176
Vídeo	57	40,7	84	60,0	141	0	0,0	35	19,9	176
Aparelhagem de som (leitor de CD's)	61	43,6	81	57,9	142	0	0,0	34	19,3	176
Computador	127	90,7	31	22,1	158	0	0,0	18	10,2	176
TV-cabo	17	12,1	117	83,6	134	0	0,0	42	23,9	176
Máquina de filmar/ câmara digital	22	15,7	112	80,0	134	0	0,0	42	23,9	176
Internet	82	58,6	65	46,4	147	0	0,0	29	16,5	176
Fax	76	54,3	69	49,3	145	0	0,0	31	17,6	176
Fotocopiadora	83	59,3	58	41,4	141	0	0,0	35	19,9	176
Digitalizador de imagem	52	37,1	80	57,1	132	0	0,0	44	25,0	176
Outro										
“Carrinha” de 19 lugares	49	35,0	5	3,6	54	0	0,0	122	69,3	176

Fonte: IIAB, 2003-2004.

aquecimento ou outras importantes relativas ao convívio e à realização de actividades como cozinha, snack-bar, sala de estar/convívio, sala de espectáculos e jardim situam-se numa posição intermédia entre os 25% e 49%; e, por fim, já com menor expressão, duchas para uso colectivo, polidesportivo e quintal ou horta entre os 13% e os 20%. Donde, quanto a infra-estruturas, podemos considerar que existem situações diferenciadas, embora as condições básicas ou mínimas estejam presentes na maioria dos casos, havendo

uma parte considerável de sedes de Juntas, que têm outras condições necessárias para a realização de certas actividades e, por fim, só uma minoria é que tem condições mais vantajosas do que as demais.

Igualmente importantes são os equipamentos das instituições de modo a tornar operacional e minimamente agradável o funcionamento das instituições, dados estes que são apresentados no quadro 20.

Entre os equipamentos mais utilizados nas sedes das instituições são de referir o computador (80%) e o telefone (73%), seguindo-se, em posição intermédia, entre 59% e 39%, a fotocopiadora, o fax, a internet, a televisão, a rádio, a aparelhagem de som, o vídeo e digitalizador de imagem; e, em menor percentagem mas com alguma expressão, entre 34% e 18%, outros equipamentos tais como o fogão, o aspirador, a arca congeladora, a máquina de lavar loiça, a máquina de lavar roupa, a máquina de secar roupa. Por fim, apenas uma minoria de instituições possui alguns equipamentos mais caros tais como a máquina de filmar, tv-cabo, ar condicionado, aquecimento central e a lenha na ordem dos 16% a 8%.

## 6.2. A vida nas instituições e sua composição sociodemográfica

Nas instituições e, em particular, nas entidades colectivas, uma componente básica da sua vida é formada pelos próprios sócios, associados ou beneficiários que são a principal razão de ser da sua existência, funcionamento e objectivos. Pelo quadro 21 vê-se a distribuição e a classificação das instituições em função do número de sócios:

Quadro 21: Número de sócios por instituição

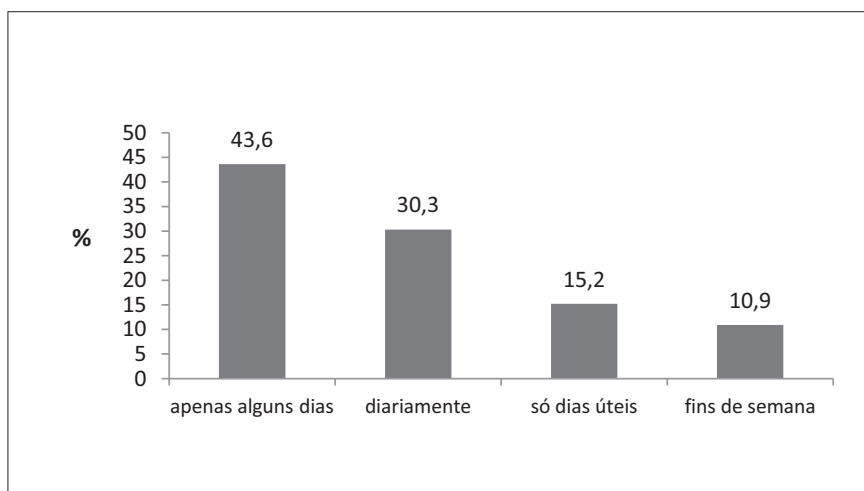
		%
1 a 50	17	23,6
51 a 100	6	8,3
101 a 200	9	12,5
201 a 500	18	25,0
501 a 1000	10	13,9
> 1000	12	16,7
Subtotal	72	100
sem informação	104	(59,1)
Total	176	

Fonte: IIAB, 2003-2004.

O volume total de sócios, associados ou membros das organizações é de 133 737 e a distribuição do número associados ou cidadãos beneficiários é dependente da natureza e dos objectivos de cada instituição ou entidade colectiva: desde pequenas com 1 a 50 sócios (23,6%), passando por outras com composição intermédia de 51 a 200 sócios (20,8%), até outras maiores e largamente maioritárias com mais de 200 sócios (55,6%), das quais 16,7% possuem mais de 1000 sócios. Estas últimas têm por base um público mais alargado, tratando-se ora de instituições camarárias ou outras, ora de cidadãos pertencentes a certas unidades territoriais como as freguesias, cujos órgãos deliberativo e executivo são respectivamente as Assembleias e as Juntas de freguesia. A média destas unidades ou entidades colectivas é de 1857, a mediana de 250 e a moda de 530. Há, por fim, a salientar que uma grande parte das associações acabou por não responder a esta questão por desconhecimento ou por outra razão, incluindo algum injustificado mas compreensível receio de prestação de informações que, no seu entender, lhes pudesse ser prejudicial.

Um outro sinal denotativo do grau de vitalidade das entidades colectivas é a existência de sedes como infra-estrutura de actividades e sobretudo no que concerne a frequência ou periodicidade da abertura das sedes, a qual se resume no gráfico 5:

Gráfico 5: Abertura da sede: periodicidade (%)



Fonte: IIAB, 2003-2004.



Salvo casos residuais de sedes que abrem apenas aquando das reuniões e outros casos minoritários que estão abertas ou só dias úteis (15,2%) ou só fins-de-semana (10,9%) – o que prender-se-á com a natureza e finalidade da instituição –, a grande maioria abre “só alguns dias” (43,6%) na semana, modalidade esta que, quando somada às sedes que são abertas “diariamente” (30,3%), faz elevar para 73,9% as sedes abertas – uma frequência expressiva e, à partida, sintomática duma considerável vitalidade das instituições. É evidente que mais que a frequência da abertura será o volume de sócios ou associados e/ou, eventualmente, não sócios que frequentam a sede e têm actividades, o que analisaremos mais adiante.

Procurando agora cruzar a periodicidade da abertura de sede com a sede propriamente dita, obtemos o seguinte resultado expresso no quadro 22:

**Quadro 22: Abertura da sede versus tipo de sede**

	Todos os dias	%	Só dias úteis	%	Só alguns dias	%	Fim-de-semana	%	Total
Com sede própria	26	30,6	15	17,6	36	42,4	8	9,4	85
Sede cedida/emprestada	11	24,4	6	13,3	22	48,9	6	13,3	45
Sede alugada	11	40,7	3	11,1	9	33,3	4	14,8	27
Partilhada com outros	0	0,0	0	0,0	2	100,0	0	0,0	2
Casa particular	2	66,7	0	0,0	1	33,3	0	0,0	3
Sede doada	0	0,0	0	0,0	2	100	0	0,0	2
Total	50		24		72		18		164

Fonte: IIAB, 2003-2004.

Pelo quadro podemos inferir que o tipo de sede não influencia a frequência de abertura da sede, embora as instituições com sede própria ou alugada apresentam uma frequência maior que as que têm sede cedida/emprestada ou partilhada com outros, nomeadamente quando se trate de abertura diária, contrariamente às modalidades de “só alguns dias” ou “fins-de-semana” em que as sedes cedidas/emprestadas e alugadas são mais utilizadas.

As actividades das instituições só podem funcionar se os seus órgãos funcionarem e reunirem com regularidade. O panorama da periodicidade das reuniões por órgão é-nos dado pelo quadro 23:

Quadro 23: Periodicidade da reunião por órgão

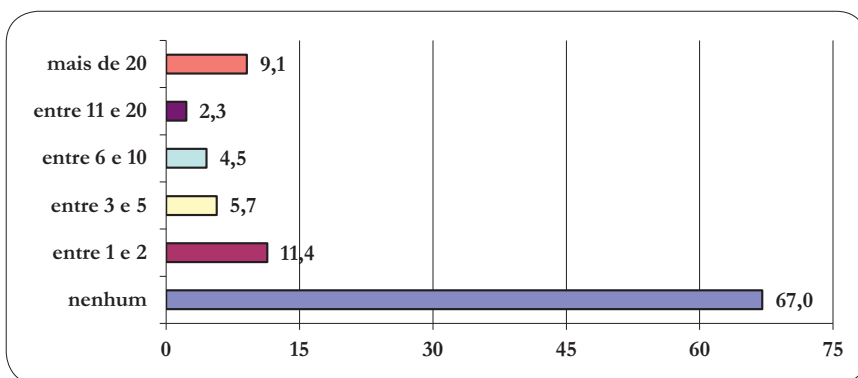
	Assembleia- -Geral		Direcção		Conselho Fiscal		Conselho Consultivo	
		%		%		%		%
Anualmente	49	33,3	3	2,2	34	42,5	9	29,0
Semestral	28	19,0	10	7,2	18	22,5	10	32,3
Trimestral	63	42,9	7	5,1	20	25	7	22,6
Mensal	7	4,8	112	81,2	8	10	5	16,1
Inferior a mensal	0	0,0	6	4,3	0	0,0	0	0,0
Subtotal	147	100,0	138	100,0	80	100,0	31	100,0
Sem informação	29	16,5	38	21,6	96	54,5	145	82,4
<b>Total</b>	<b>176</b>		<b>176</b>		<b>176</b>		<b>176</b>	

Fonte: IIAB, 2003-2004.

Para o funcionamento regular das instituições ou associações é evidente que a periodicidade de reunião não terá de ser a mesma, uma vez que, como em qualquer instituição, enquanto certos órgãos como a assembleia-geral, o conselho fiscal e, eventualmente, o conselho consultivo reúnem, em regra, mais espaçadamente, a direcção, também por norma terá de ter alguma maior frequência. Com efeito, com base nos resultados do inquérito, verificamos que, enquanto o conselho consultivo, nas 31 instituições em que funciona, na maior parte dos casos, reúne anual, semestral ou trimestralmente (84%), o conselho fiscal, presente em 80 instituições respondentes, fá-lo nos mesmos moldes em 90% e a assembleia-geral, presente em 147 instituições – das quais responderam 138 –, em 95% das instituições. Por seu turno, a direcção reúne, por norma, mensalmente (81,2%) e, se somados os casos em que reúne quinzenal e semanalmente, eleva-se para 85,5%, e alguns dos seus membros, nomeadamente presidente e secretário com maior frequência em 32% das direcções, os membros da Junta de freguesia em 60% dos casos – para além das reuniões mais formais – ou membros de uma banda em 89%, estes mais com objectivos de treino e preparação.

Um pré-requisito importante para a sustentabilidade das instituições reside nos recursos humanos disponíveis ora a tempo inteiro ora a tempo parcial, para além dos voluntários. Começando pelos funcionários, empregados ou trabalhadores a tempo inteiro, o gráfico 6 oferece-nos os seguintes dados:

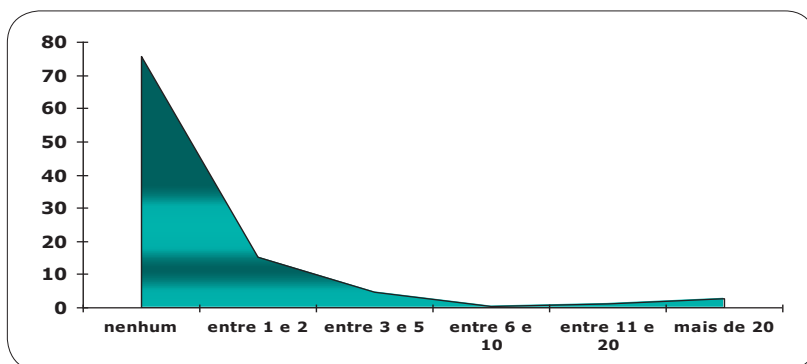
Gráfico 6: Funcionários a tempo completo (em %)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

Como se pode inferir do gráfico 6, dois terços das instituições não têm nenhum funcionário, o que mostra que a maior parte vive de voluntários ou está bastante inactiva. De resto, à excepção de 11,4% que possuem mais de 10 funcionários – tratando-se de instituições de maior dimensão como sejam câmaras ou outras entidades com determinado volume de capital, as restantes 21,6% não ultrapassam os 10 funcionários – das quais 11,4% têm entre um a dois funcionários (cf. Anexo 4). Em suma, a média de funcionários a tempo inteiro é de 1,91 e a mediana é de 1. Considerando agora os funcionários ou trabalhadores a tempo parcial, a ausência ou presença é-nos dado pelo gráfico 7:

Gráfico 7: Funcionários a tempo parcial (%)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

Se a tempo inteiro, a esmagadora maioria das instituições não tinha qualquer funcionário ou trabalhador, no que concerne os trabalhadores a tempo parcial a percentagem eleva-se a 76% (133 casos). Entre os restantes 24%, salvo 2,8% (5 casos) que têm mais de 20 funcionários a tempo parcial, as demais não ultrapassam os 10 funcionários, concentrando-se em 15,3% (27 casos) os que podem contar com um a dois funcionários a tempo parcial. A média dos funcionários a tempo parcial situa-se nos 1,45 funcionários e a mediana em um funcionário a tempo parcial por instituição, sem que isto deva obnubilar que a grande maioria, como foi referido, não tem qualquer funcionário nem sequer a tempo parcial, o que fragiliza de modo acentuado as instituições e inibe o desenvolvimento das suas actividades.

Neste conjunto de trabalhadores a tempo parcial poderemos englobar os membros das Juntas de freguesia que, não sendo propriamente funcionários, exercem a tempo parcial algum trabalho de atendimento a residentes para efeitos de alguns assuntos de teor burocrático. Neste aspecto será importante determo-nos na profissão ou actividade exercida pelos membros da Junta de freguesia, em particular os seus presidentes. Dos nossos contactos e entrevistas realizadas pudemos constatar que uma parte considerável dos presidentes de Junta, sobretudo nas freguesias com a presença de empresários, profissionais liberais e/ou profissionais qualificados, surgem com mais frequência, sobretudo empresários ligados a construção civil ou com negócios. Há que assinalar também a frequente presença de emigrantes regressados como membros da Junta, sobretudo os que tiveram maior êxito ou redes familiares, quer seja na leva de regressos do Brasil, da Argentina ou do Canadá, quer seja de França, Alemanha ou Luxemburgo, entre outros.

A actividade na Junta é vista como garantia de acesso a determinados favores por parte dos eleitores e, por parte dos detentores dos cargos, como uma oportunidade de aumentarem o seu prestígio e poder social e, por fim mas não menos importante, como instrumento e veículo de obtenção de vantagens pessoais ou familiares nos meandros administrativo-políticos da Câmara, tal como podemos verificar no relato de alguns casos.

Procurando indagar sobre o tipo de funções exercidas pelos funcionários por faixas etárias, pudemos obter os seguintes resultados:

**Quadro 24: Tipos de cargos/tarefas dos funcionários por faixas etárias**

Idade (anos)	Cargo directivo		Função técnica		Função administrativa		Auxiliar		Outra		Subtotais
		%		%		%		%		%	
< 20	4	6,8	1	14,3	1	10	1	5,9	3	9,4	10 (8%)
21-30	12	20,3	2	28,6	6	60	3	17,6	15	46,8	38 (30,4%)
31-40	13	22	2	28,6	3	30	1	5,9	4	12,5	23 (18,4%)
41-50	11	18,6	0	0	0	0	2	11,8	4	12,5	17 (13,6%)
51-59	14	23,8	1	14,3	0	0	6	35,3	3	9,4	24 (19,2%)
> 60	5	8,5	1	14,2	0	0	4	23,5	3	9,4	13 (10,4%)
Total	59	100	7	100	10	100	17	100	32	100	125 (100%)

Fonte: IIAB, 2003-2004.

A grande concentração dos funcionários por faixas etárias ocorre justamente entre as faixas compreendidas entre os 21 e os 59 anos, representando cerca de 82%, enquanto os dois extremos (os <20 e os > 60) se equilibram entre si, representando respectivamente 8 e 10,4%.

Se procurarmos cruzar e especificar os tipos de funções de modo duplo por faixa etária e por sexo, temos os resultados traduzidos no quadro 25, o qual foi elaborado apenas a partir dos respondentes a esta questão:

**Quadro 25: Funcionários: tipo de funções por faixas etárias e por sexo**

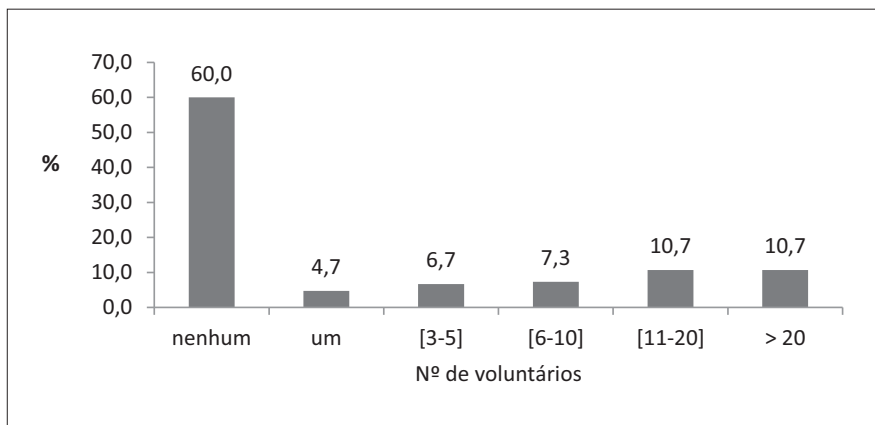
Faixa etária (anos)	Cargo directivo		Função técnica		Função administrativa		Auxiliar		Outra	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
< 20	1	3	1	0	1	0	1	0	1	2
21-30	7	5	2	0	5	1	1	2	8	7
31-40	9	4	0	1	3	0	1	0	3	1
41-50	6	5	0	0	0	0	2	0	3	1
51-59	10	4	0	0	0	0	4	2	2	1
> 60	3	2	0	1	2	0	0	2	2	1
total	36	23	3	2	11	1	9	6	19	13

Fonte: IIAB, 2003-2004; legenda: H = homem; M=mulher.

Embora o quadro não apresente os resultados em termos percentuais, olhando os dados em termos absolutos, chega-se à conclusão que os cargos directivos são mais ocupados por homens do que por mulheres (36 *versus* 23, ou seja, num ratio de 1,5/1); as funções técnicas surgem relativamente equilibradas por sexo, mas de novo nas funções auxiliares e sobretudo administrativas, os homens aparecem numa proporção desproporcional, respectivamente 9 *versus* 6 e 11 *versus* 1, reproduzindo práticas androcêntricas de recrutamento e promoção mais frequente entre homens do que mulheres.

O défice de funcionários a tempo inteiro e a tempo parcial só em parte é compensado pela mão-de-obra de voluntários que emerge numa simbiose de elementos de cariz tradicional e moderno. No âmbito das velhas formas sociais de interacção no trabalho comunitário, tais acções de ajuda mútua eram impregnadas de relações simétricas e assimétricas e inclusive com um carácter patriarcal e de subordinação da mulher. Como prorrogação dessas relações de cariz mais tradicional ou como forma de expressão de solidariedade orgânica, em termos durkheimianos, os voluntários nas instituições e associações, tal como o evidencia o gráfico 8, apresentam uma taxa considerável.

Gráfico 8: Número de voluntários por instituição/associação

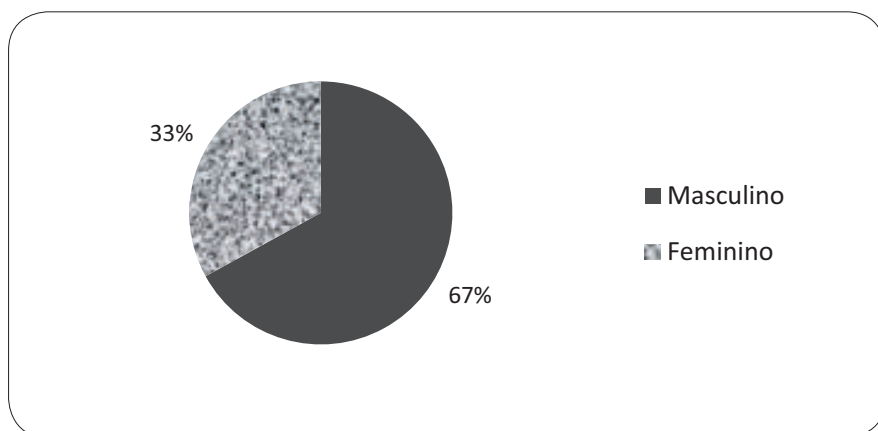


Fonte: IIAB, 2003-2004.

O que sobressai, em primeiro lugar, é que 60% das instituições não têm nenhum voluntário. A contrabalançar, de modo significativo, esta ausência de voluntariado, surgem 21,4% que têm mais de 10 voluntários, destacando-se, entre estas, 10,7% que conseguem mobilizar mais de 20 voluntários.

Entre estes dois pólos há 18,7% que têm entre um a dez voluntários (cf. Anexo 5). Se quisermos saber como se distribuem por sexo os voluntários, o gráfico 9 mostra-nos essa distribuição:

Gráfico 9: Voluntários por sexo



Fonte: IIAB, 2003-2004.

O voluntariado é exercido nas instituições mais por homens que por mulheres, o que será compreensível pela (sobre)ocupação da mulher nas lides domésticas, restando-lhe menos tempo para dedicar ao voluntariado, sobretudo quando se trata de organizações ou entidades de ocupação em simultâneo com tarefas domésticas ou assumem uma visibilidade pública, em que tradicionalmente têm predominado mais os homens, o que, na amostra em apreço com 163 casos respondentes, se salda por uma relação de 2/3 de homens *versus* 1/3 de mulheres<sup>104</sup>. Prevalcem os homens em acções de voluntariado, embora esta diferença possa chegar a diminuir no futuro. No passado, a mulher, independentemente de participar ou não, não impedia que o homem tomasse, em regra, a iniciativa de ajudar o vizinho ou co-cidadão. Hoje, tal já não sucede tão frequentemente de modo isolado, nalguns casos porque a mulher também participa mais em pé de igualdade, noutros

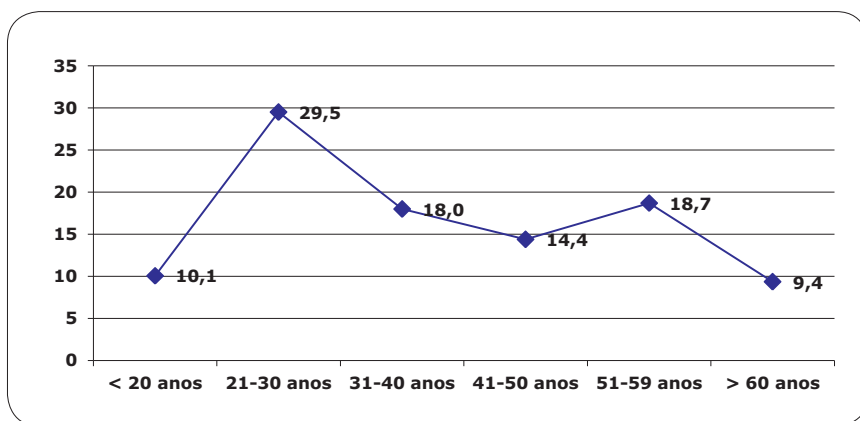
<sup>104</sup> Outros estudos, nomeadamente o elaborado por Leandro e D. Cardoso (2005:207) na Liga dos Amigos do Hospital de Chaves (LAHDC), encontram uma distribuição mais desigual por sexo, sendo minoritária a presença das mulheres e em algumas faixas etárias residuais: entre 1 e 3 numa amostra de 50.

porque, tal como refere A.S., líder de um centro desportivo e recreativo, ela inibe ou impede o marido de *andar à solta*:

”Hoje a falta de elementos voluntários (masculinos) para o associativismo deve-se à emancipação das mulheres... Antes havia mais elementos, enquanto solteiros, para ajudar em projectos; agora, depois de casados, as mulheres bloqueiam a colaboração em actividades desportivas, culturais, etc.”(A. S., dirigente, XB)

A seguinte distribuição de voluntários por faixas etárias inclui voluntários do sexo masculino e feminino:

Gráfico 10: Distribuição dos voluntários por faixas etárias (em %)



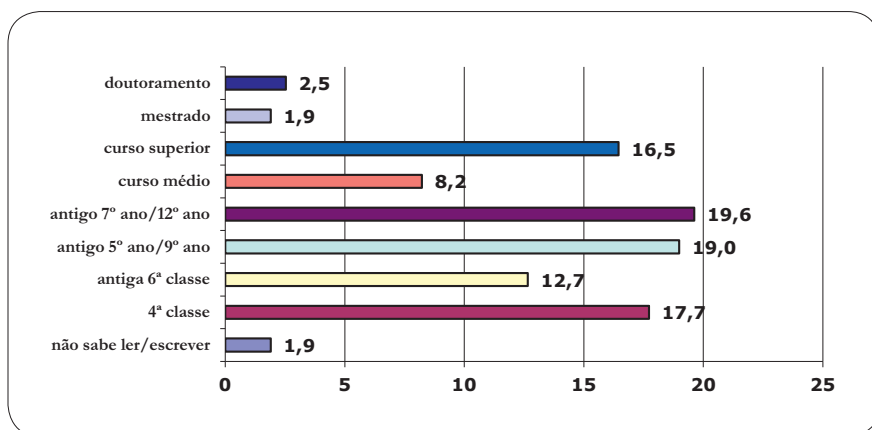
Fonte: IIAB, 2003-2004.

Fazendo a leitura do gráfico 10, o maior grupo de voluntários situa-se entre os 21 e os 30 anos, seguindo-lhes em percentagens aproximadas os grupos de 31-40 e de 51-59, com percentagem próxima, o grupo de 41 a 50 anos, tendo menor expressão os extremos: 10% no grupo com menos de 20 anos e 9,4% com mais de 60 anos. Estas são médias genéricas, porque o maior ou menor grau de frequência por faixa etária depende do tipo de organização, havendo nalgumas um predomínio de pessoas da terceira idade, enquanto noutras sobretudo desportivas sobressaem os jovens.



Procurando saber qual é o tipo de escolaridade dos voluntários, esta distribui-se, tal como mostra o gráfico 11:

Gráfico 11: Voluntários por grau de escolaridade (em %)



Fonte: IIAB 2003/2004.

Salvo 2% que não sabe ler nem escrever, a maior parte situa-se entre os detentores da 4ª classe e o antigo 5º ano ou actual 9ºano, somando no total 50%. Entre os restantes 50% sobressaem dois grupos: os detentores do 12º ano (19%) e os licenciados (16%), numa posição intermédia os de curso médio, mas menos expressivos os que detêm mestrado e doutoramento (4,4%). Entre os 158 casos que responderam poder-se-á dizer que no global há uma divisória a meio entre voluntários pouco qualificados e voluntários com alguma qualificação, sendo muito poucos os voluntários com elevada qualificação.

Quanto à distribuição dos cargos ou funções dos voluntários, ela é-nos dada no quadro 26:

Quadro 26: Distribuição de cargos por voluntários

	N.º	%
Cargo directivo	68	46,3
Função técnica	9	6,1
Função administrativa	11	7,5
Auxiliar	22	15,0
Outra	37	25,2
Total	147	100,0

Fonte: IIAB, 2003-2004.

**Quadro 27/: Tipo de função dos voluntários por género**

Função	V1			V2			V3			V4						
	M	F	%	M	F	%	M	F	%	M	F	%				
Directiva	14	51,9	11	64,7	13	54,2	5	33,3	10	45,5	5	50,0	7	36,8	3	30,0
Técnica	3	11,1	0	0,0	0	0,0	1	6,7	0	0,0	0	0,0	2	10,5	1	10,0
Administrativa	2	7,4	0	0,0	3	12,5	0	0,0	3	13,6	0	0,0	2	10,5	1	10,0
Auxiliar	4	14,8	2	11,8	3	12,5	4	26,7	3	13,6	1	10,0	3	15,8	1	10,0
Outra	4	14,8	4	23,5	5	20,8	5	33,3	6	27,3	4	40,0	5	26,3	4	40,0
Total	27		17		24		15		22		10		19		10	

Fonte: IIAB, 2003-2004; V1= voluntário1; V2= voluntário2; V3= voluntário3; V4= voluntário 4.

**Quadro 28: Voluntários: tipo de cargo/função por faixa etária**

Idade (anos)	Cargo directivo		Função técnica		Função administrativa		Auxiliar		Outra	
		%		%		%		%		%
< 20	4	6,8	1	14,3	1	10,0	1	5,9	3	9,4
21-30	12	20,3	2	28,6	6	60,0	3	17,6	15	46,9
31-40	13	22,0	2	28,6	3	30,0	1	5,9	4	12,5
41-50	11	18,6	0	0,0	0	0,0	2	11,8	4	12,5
51-59	14	23,7	1	14,3	0	0,0	6	35,3	3	9,4
> 60	5	8,5	1	14,3	0	0,0	4	23,5	3	9,4
Total	59	100	7	100	10	100	17	100	32	100

Fonte: IIAB, 2003-2004.

A maior parte dos cargos ocupados pelos voluntários são de carácter directivo ou técnico (52,4%), exercendo os demais funções intermédias como administrativos até outros menos qualificados como auxiliar ou outra função não especificada. Por outro lado, tentando indagar que funções ou cargos desempenham os voluntários, o quadro 27 mostra-nos a sua distribuição por género.

Considerando o predomínio de homens sobre mulheres no exercício do voluntariado nesta amostra, a distribuição de funções por tipo de cargos não apresenta, em termos proporcionais, uma grande discrepância, dado que se distribuem de modo relativamente uniforme quer quanto aos cargos de maior responsabilidade ou competência (cargos directivos), quer quanto aos mais indiferenciados e menos qualificados.

Cruzando agora o tipo de função exercida por voluntários por faixa etária, o quadro 28 mostra-nos a seguinte distribuição.

No que diz respeito aos cargos directivos, eles são mais ocupados por pessoas entre 21 e 59 anos, correspondendo ao grosso da idade activa de trabalho, sendo menos expressivos, quer em jovens com menos de 20 anos (6,8%), quer em idosos, nomeadamente pessoas com mais de 60 anos (8,5%). Quanto a funções técnicas, sendo numericamente pouco expressivas, elas distribuem-se pelas várias faixas etárias com a excepção da faixa dos 41-50. Já, porém, quanto às funções administrativas, elas centram-se exclusivamente nas faixas entre os 21-40 anos, com largo predomínio da faixa entre os 21 e 30 anos (60%). Por fim, não se prestando a comentários relevantes sobre as “outras” por não serem especificadas, restam funções auxiliares que são maioritariamente ocupadas por pessoas com mais de 51 anos (59%), seguida da faixa etária entre os 21 e 30 anos.

Procurando saber quais as profissões principais dos voluntários, foi possível, a partir dos resultados dos inquéritos, elaborar o quadro 29.

Quadro 29: Profissão dos voluntários

	N.º	%
Criado/jornaleiro	6	4,5
Trabalhador familiar não remunerado	7	5,3
Caseiro/camponês	5	3,8
Médio/ abastado lavrador	6	4,5
Artesão/operário	28	21,1
Empregado/funcionário público	43	32,3
Trabalhador qualificado	14	10,5
Profissional liberal	11	8,3
Pequeno/médio industrial, empresário, comerciante	4	3,0
Estudante	8	6,0
Desempregado	1	0,8
<b>Subtotal</b>	<b>133</b>	<b>100</b>

Fonte: IIAB, 2003-2004.

Do quadro ressaltam, em primeiro lugar, os empregados e funcionários públicos e os operários ou artesãos que, além de serem largamente majoritários na amostra, pelas suas competências, habilidades ou disponibilidades, são os que mais colaboram como voluntários nas organizações, somando no total 53,4%. Seguem-se os trabalhadores qualificados que provavelmente são destacados para cargos directivos ou apoio técnico especializado que, somados aos profissionais liberais, constituem no total uma componente importante no corpo de voluntários nas instituições com 18,8%. Os restantes são menos expressivos, mas proporcionalmente estão menos representados na amostra: desde os criados e jornaleiros, trabalhadores familiares não remunerados (9,8%), passando por camponeses, lavradores e pequenos empresários (11,3%), até aos estudantes com 6%. Curiosamente os desempregados que, por disponibilidade de tempo poderiam à partida ter uma maior colaboração, são residuais, o que prender-se-á certamente não só com a fraca presença na amostra, como com a fraca predisposição para tal, para além do facto de, sendo beneficiários do subsídio de desemprego, pretenderem evitar suspeitas de uma alegada actividade remunerada, mesmo quando de facto não o seja.

Se cruzamos a profissão dos voluntários com as faixas etárias, o quadro 30 mostra o seguinte resultado:

Quadro 30: Voluntários por profissão

Profissão	v1		v2		v3		v4		Total
		%		%		%		%	
Criado/jornaleiro	1	2,5	2	5,6	2	6,7	1	3,7	6
Trabalhador familiar não remunerado	4	10,0	1	2,8	1	3,3	1	3,7	7
Caseiro/camponês	2	5,0	1	2,8	1	3,3	1	3,7	5
Médio/ abastado lavrador	2	5,0	2	5,6	1	3,3	1	3,7	6
Artesão/operário	7	17,5	9	25,0	6	20,0	6	22,2	28
Empregado/funcionário público	12	30,0	11	30,6	11	36,7	9	33,3	43
Trabalhador qualificado	6	15,0	4	11,1	2	6,7	2	7,4	14
Profissional liberal	3	7,5	4	11,1	2	6,7	2	7,4	11
Pequeno/médio empresário (ind/com)	2	5,0	1	2,8	1	3,3	0	0,0	4
Estudante	0	0,0	1	2,8	3	10,0	4	14,8	8
Desempregado	1	2,5	0	0	0	0,0	0	0,0	1
Sub-total	40	100	36	100	30	100	27	100	133
Sem informação	136	77,3	140	79,5	146	83,0	149	84,7	
Total	176		176		176		176		

Fonte: IIAB, 2003-2004; Legenda: v1= voluntário 1; v2= voluntário 2; ind= indústria; com= comércio.

Especificando as profissões por faixas etárias, em todas elas predominam as profissões de empregados/funcionários, operários/artesãos e trabalhadores qualificados, replicando de certo modo o quadro 29 relativo à distribuição das profissões entre voluntários, não sendo muito relevante a idade, na medida em que os voluntários são transversais a diversas profissões, ainda que com mais frequência em trabalhadores assalariados nomeadamente empregados/funcionários ou operários, seguidos de trabalhadores qualificados.

Com este conjunto de quadros e gráficos e os respectivos comentários foi possível caracterizar as instituições e associações em vários aspectos: a sede, os recursos humanos, englobando os assalariados e voluntários.



## Capítulo VII

### Diagnóstico das instituições e associações: necessidades e problemas

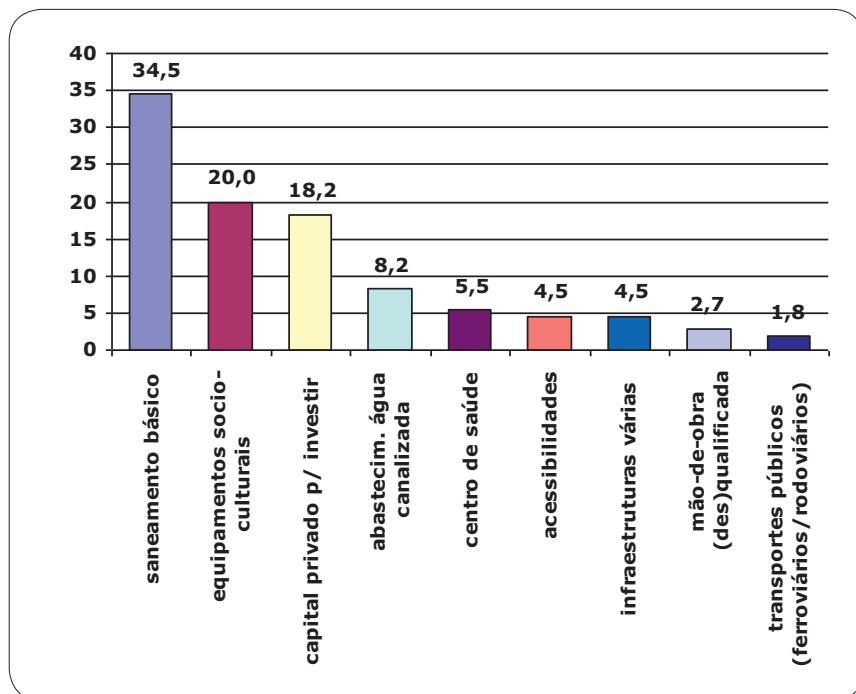
Uma vez caracterizadas as instituições nas suas infra-estruturas e nos equipamentos, assim como a sua vida social e analisada a situação sociodemográfica dos sócios e sobretudo das instituições/associações, seus órgãos, funcionários a tempo inteiro, a tempo parcial e os voluntários, passamos a analisar os vários tipos de necessidades e problemas que as instituições-alvo de inquérito enfrentam.

#### **7.1. Necessidades e sua hierarquização: percepções e representações**

Através da aplicação do inquérito procurámos, antes de mais, saber como os representantes das instituições hierarquizavam as necessidades das mesmas. Assim, a primeira necessidade, na óptica dos respondentes, é representada como observável no gráfico 12.

Tal como este gráfico evidencia, a primeira necessidade sentida por 34,5% dos respondentes refere-se ao saneamento básico, seguida da falta de equipamentos socioculturais e, em terceiro lugar, de ausência de capital privado para investir. Ou seja, não obstante as apostas e os relativos avanços realizados tanto pela Comissão Administrativa da Câmara Municipal entre 1974-76, como pelo governo municipal eleito a partir de 1977 e hegemónico pelo PSD até ao presente, mantêm-se, em 2004, notáveis défices em relação a infra-estruturas e equipamentos socioculturais, sendo sobretudo o saneamento e o transporte pré-requisitos de qualquer plano de desenvolvimento local, com vista à obtenção de trabalho e da emancipação, nomeadamente da mulher. A falta de saneamento básico penaliza as freguesias rurais, afectando principalmente as mais afastadas da sede concelhia. O mais surpreendente é que eventuais projectos de condução de água para servir as populações a partir da empresa Águas do Cávado não vão a par com projectos de saneamento, o que, a verificar-se, teria a vantagem de poder coordenar esforços e reduzir custos de abertura de estrada para colocar os canos e equipamentos necessários a ambos objectivos. Ora, se é certo que os planos de abastecimento da água a todo o concelho são

Gráfico 12: Primeira necessidade segundo instituições/associações (em %)



Fonte: IIAB, 2003-2004

importantes, eles não são tão prementes como o saneamento básico, uma vez que se trata de uma região, em que as freguesias, inclusive as mais periféricas, têm rios, nascentes, poços e fontes que resolveriam, em termos temporais e provisórios, esta necessidade, tal como o alegam diversos testemunhos como o do presidente da freguesia de A que, ao ser questionado, sobre qual a prioridade das necessidades da freguesia, não hesitou: “o mais necessário para esta freguesia... é o saneamento básico... a água nem tanto porque temos águas boas...”. Para além da tradicional falta de coordenação dos serviços públicos com programações não sincronizadas, acresce, no caso do abastecimento de água, o interesse de uma concessionária privada em explorar a rede pública de abastecimento de água ao domicílio e, como tal, mais interessada, numa lógica de lucro, em expandir o negócio da água ao domicílio<sup>105</sup>. Esta estratégia serve igualmente objectivos do executivo municipal,

<sup>105</sup> A propósito há que salientar que se verificaram conflitos e inclusive litígios judiciais entre a empresa privada Águas do Cávado e vários dos munícipes, sobretudo rurais, os quais, por não verem necessária a adesão ao sistema de redistribuição de água pela referida empresa ou por se oporem às tarifas ou ainda pelo exagero na facturação em relação aos custos reais a partir



determinado em demonstrar obra feita com menores custos, adiando obras imprescindíveis mas invisíveis que “não encham o olho” dos eleitores.

Segue-se, em segundo lugar, como registo da primeira necessidade a falta de equipamentos socioculturais, segundo várias referências de diversos presidentes de Junta e responsáveis de associações. No entanto, há que referir as percepções de alguns presidentes de Junta, que ou estão completamente alheados ou não expressam nenhuma preocupação a este respeito: uns por descuido ou irresponsabilidade, outros porque advogam outras soluções que não passam por visões paroquialmente autocentradas, tal como alguns dos testemunhos recolhidos manifestam. Por exemplo, perante a inexistência destas infra-estruturas em A, o presidente da Junta disse ser partidário de soluções globais e integradas de equipamentos para um grupo de freguesias.

Segue-se, em terceiro lugar, a falta de capital privado para investir (18%), respostas estas que apontam o investimento como a solução aos problemas. Ora, o investimento privado, sendo um factor importante, não será certamente substituto da necessária prioridade do investimento público para enfrentar este e outros problemas. Ainda que num nível intermédio, destaca-se a necessidade de abastecimento de água potável (8,2%) e, em percentagens menos significativas, entre 5,5% e 2%, questões diversas desde o centro de saúde, passando pelas acessibilidades, transportes públicos e infra-estruturas várias até à falta de mão-de-obra qualificada ou não-qualificada segundo as situações.

No âmbito das respostas dadas – que se especificam no anexo 6 – há que sublinhar que estas são denotativas de posicionamentos e abordagens diferenciados: uns partem mais da suposição de que o capital e a correlativa iniciativa privada é fundamental no sentido de potenciar um desenvolvimento susceptível de satisfazer as necessidades das populações em termos colectivos e individuais; outros, no entanto, consideram que é a força de trabalho, os recursos humanos, em particular os altamente qualificados, que são a base do desenvolvimento.

Habitantes de freguesias urbanas, como Barcelos e Arcozelo, ou periurbanas como Barcelinhos, emitem juízos mais negativos ou positivos sobre a acção da Câmara no que concerne a infra-estruturas, conforme o (des)alinhamento político de cada um face à Câmara, tal como se pode ver nalguns testemunhos: *Barcelos perdeu oportunidades de ter aqui um hipermercado porque não quer prejudicar negócios como o de seu pai* (empregado bancário) ou, ao contrário, *Ainda bem que não foi licenciado porque assim o*

dos dados do contador, recusaram e processaram a “Águas do Cávado” (cf. *Barcelos Popular* 24-05-2007).

*pequeno comércio pode respirar um pouco* (pequeno comerciante) ou ainda *A oposição é tão má e está tão dividida que o presidente ainda consegue trazer um ou outro para o seu campo* (funcionário).

Já, porém, o presidente da Junta de freguesia de R<sup>[106]</sup>, ao ser questionado sobre as necessidades ou problemas da freguesia, elogia a acção da Câmara Municipal e dele próprio, exprimindo também a sua própria “necessidade” no sentido de lhe serem licenciados os seus terrenos para construção:

“P.J.:... Temos quase tudo: sede de junta, água quase em toda a rede na freguesia; saneamento básico quase todo pronto; projecto de nova ponte, temos alguns problemas de ambiente...; e quanto à agricultura, isso para nós seria para nos matar, sem rendimento. Eu sou dos agricultores que tem mais terra... já vieram os do ambiente... agora são os da saúde... eu só lhes disse assim:

*Meus meninos, tenho agricultura mas nós precisamos de construção... Isso é aqui na estrada de CV... Calçada do S... aqui quem entra p’ra CV... ali eu moro logo ali... ali ainda é R... todos os caminhos têm água... todas as casas têm água... os que não têm é porque não querem... o saneamento no fim deste ano fica pronto... toda a freguesia precisa de construção, habitações, nada de grandes apartamentos... construção baixa... Eu tenho 50 000 metros... que me aproveem isso...*

A casa mais rica do concelho de Barcelos custou mais dinheiro do que está a dar o meu terreno... acima de 500 000 contos há meia dúzia de anos... do Cândido V., é de BX, está casado aqui em CV, à minha beira... foi o que me ajudou a pagar o terreno já pr’aí há 15 ou 16 anos... logo a 20 contos o metro...

A.C. Portanto, para si a primeira tomada de medidas seria a construção...

P.J.: ...Sim, depois o património paisagístico... o rio... e depois a conservação de imóveis, há cerca de 24... e a nova ponte do Calatrava...

P.J.: Mas lá isso de agricultura aqui nada... isto é cidade... Isto aqui a agricultura é só pra chatear. Que interessa isso? Só se fosse no meio dos prédios... devido a essa ponte que vão fazer fica resolvido... O problema da construção fica resolvido... Esta ponte esteve 40 anos para ser construída... até há 10 ou 12 anos... não se podia construir em lado nenhum... agora é a ponte Calatrava... No outro dia o Presidente da Câmara esteve aqui... faz hoje 15 dias... e eu perguntei –lhe...: Então a ponte vai ou não vai?... Não – diz ele – não... no meu mandato não vai...” Claro, ele tinha todo o interesse em lançá-la... é a ponte que vai ligar R a Barcelos, porque esta (a velha) vai fechar... vai ficar pra peões e as outras são para o trânsito rápido...”

<sup>106</sup> Entretanto, inclusive em R em que a Junta de freguesia é favorável ao partido do poder municipal, a secretária D. E. relata varias insuficiências: “*Não temos ATL, não temos jardins-de-infância e temos um centro paroquial que tem o centro de dia e creche, que tudo isso é gerido pela fabriqueira da igreja... Nós apoiamos todas as associações mas não gerimos nada de equipamentos sociais; existem associações desportivas, humanitárias, culturais e recreativas*”...

Deste diálogo torna-se evidente que o empenho do Sr. P., na qualidade de presidente da Junta como mediador político-eleitoral, centra-se na estratégia pessoal de urbanizar os seus terrenos agrícolas, uma estratégia centrada nos ganhos da especulação dos preços dos terrenos para efeitos de construção, servindo-se dos seus bons ofícios junto do Presidente da Câmara, para cuja eleição e manutenção no cargo tem dado o melhor dos seus esforços em termos eleitorais. Porém, se nos espaços urbanos a pressão especulativa sobre os terrenos se faz sentir, também, numa outra escala, nos espaços rurais, nem sempre com intuítos especulativos mas simplesmente para fins de construção de habitação própria, isto em função das limitações e restrições impostas pela REN e pela RAN, tal como desabafava o autarca de T: *A REN e a RAN é uma pressão junto da Junta de Freguesia. Ora eu penso que os terrenos junto dos caminhos públicos com cerca de 30 metros deviam ser para construção.*

De facto, é com base na necessidade de afectar terrenos para construção que vários presidentes de Junta, pressionados pelos seus conterrâneos vizinhos e eleitores, exigem a revisão do PDM com o objectivo de incrementar licenças de construção, alegando muitas vezes a necessidade de albergar e fixar na freguesia os casais jovens, aproveitando terrenos próprios das famílias. Por outro lado, são apresentadas nalgumas freguesias periurbanas propostas de loteamentos de terrenos para construção não só de vivendas como de apartamentos.

Ora é evidente que esta solução dos loteamentos serve para famílias com recursos, mas de modo nenhum para a grande parte de moradores, nomeadamente a maior parte de casais jovens, carentes de casa ou apartamento mas sem capital e com rendimentos baixos. Por isso, uma das recorrentes questões apresentadas aos autarcas era relativa à política de habitação social ou de ‘custos controlados’, quer a nível local, quer, sobretudo, a nível municipal. É de salientar o caso de A, em que o presidente da Junta, J.L., perante a pergunta se havia necessidade de habitação social na freguesia, responde:

“P.J.: Não há, aqui não justifica... Nós éramos pra fazer naquele tal terreno um loteamento a custos controlados...”

A.C. Mas então, que aconteceu? O que é que se passou com o terreno? Quem comprou?

P.J: Foi para a sede de Junta, para o campo de jogos... Foi a Câmara que comprou a particular através de mim, eu é que arranjei o terreno... Aquilo é assim... o que sobrar é pra Horto Municipal... que já está a funcionar... o terreno era das B... do F...”

Ou seja, em vez de se preocupar com a habitação social, o presidente da Junta investe na mediação da compra, por parte da CM, a um particular, com o objectivo de construir uma sede para a Junta de freguesia. Da exposição e relato da transacção do terreno – inicialmente destinado para habitação social de famílias com menos recursos, supõe-se – acabou por dar lugar a um negócio do interesse de particulares, em que a Câmara, sendo parte contratante para fins de implantação da sede de junta de freguesia, suportaria os custos da compra.

Vários outros casos foram relatados. Por exemplo na freguesia X, a Igreja, mediante os responsáveis de um Centro Paroquial, começando por opor-se a vender um terreno à Junta de freguesia para construir uma valência de ATL, acabou por vender esse terreno a terceiros. Seguidamente, exigiu à CM outro terreno (com preço inflacionado) para implementar um ATL que estava assinado em contrato com a Segurança Social. Esta prática não é isolada, tendo ocorrido, de facto, em várias situações em terrenos baldios ou alegadamente pertencentes à Igreja, sendo Aguiar um caso paradigmático de semelhante situação (cf. Silva 1998:411 ss). Mais, neste último caso, não se tendo concretizado os loteamentos para habitação social, foram sobretudo os moradores com mais capital financeiro que, através dos bons ofícios da Comissão Fabriqueira, conseguiram lotes vendidos pela própria Igreja<sup>107</sup>.

Para além dos interesses familistas dos detentores dos cargos, foi possível inferir algumas situações em que, de modo implícito e, por vezes, explícito, empresas, associações patronais nomeadamente entidades bancárias operam transacções para seu próprio interesse. Por exemplo, na freguesia G, a Junta contestou o processo de venda de terrenos para parque industrial, primeiro em favor da ACIB; porém, o que maior contestação despoletou foi a venda dos terrenos ao Banco Português de Negócios:

“Criticámos a ACIB porque vendemos os terrenos à ACIB para implantação do Parque Industrial e depois a ACIB acabou por vender o Parque Industrial da J. ao Banco Português de Negócios.”

<sup>107</sup> Resumindo, um mediador político local e simultaneamente membro da Comissão Fabriqueira da Igreja, a fim de obter mais apoios políticos, propôs à Diocese de Braga que esta vendesse terrenos do “passal” (porção de terra cultivada e contígua à residência do pároco) para efeito de construção de habitação social para as famílias mais pobres, tendo mesmo chegado a encomendar um projecto de loteamento para entregar na CM. No entanto, o plano foi recusado pela posterior Comissão Fabriqueira, pelo que membros desta conseguiram que a Igreja, em troca, e em compensação dos bons serviços prestados em litígio judicial contra o Centro Social (e a Junta), lhes vendesse lotes, cujo destino não seria em favor das famílias mais pobres mas sim de quem tivesse recursos financeiros para comprar os referidos lotes.

Os três primeiros problemas sentidos como primeiras necessidades acima apontados no gráfico 12 – saneamento, equipamentos sociais e culturais e capital privado – são transversais a diversos tipos de organizações. Todavia, enquanto os dois primeiros são salientados com maior incidência por Câmaras e Juntas de freguesia e associações sem fins lucrativos, o terceiro problema – o abastecimento de água – estará mais presente em instituições de maior alcance e, em particular, em organizações favoráveis a parcerias público-privadas. Por exemplo, o presidente da JF de I – uma freguesia grande mas geograficamente afastada da sede do concelho – queixa-se que, para além da falta de capital privado para investir, é sobretudo o saneamento básico o problema mais urgente a resolver: “*Falta a reparação de alguns caminhos, estamos cerca do IC1, mas o mais importante é o saneamento básico*”. O presidente da Junta de F sintetiza as necessidades satisfeitas e por fazer, o que aliás é comum a várias freguesias do concelho de Barcelos, nomeadamente aquelas geograficamente mais próximas da sede do concelho ou que detêm alguma iniciativa empresarial, como é o caso de F:

“Capital privado não falta... – diz o presidente da Junta – nós estamos bem a nível de indústria e comércio... isto tem desenvolvido bastante...; F melhorou muito nos últimos anos. Quanto a saneamento básico, está tudo coberto em F. Transportes rodoviários temos com fartura, as acessibilidades são suficientes... embora faltem acessos internos, por exemplo, para a escola primária, que é uma obra essencial neste momento e, a nível de passeios para peões, há sítios da freguesia em que não há... Centro de saúde, temos ao lado em UU, que cobre F, T e P e, relativamente à escola, temos perto em UU a escola A.V.”.

“Mas há falta de mão-de-obra qualificada – acrescenta o secretário que é simultaneamente empresário – neste momento temos dificuldade em conseguir mão-de-obra qualificada, por exemplo, na têxtil à qual estou ligado como empresário.”

Já, porém, no que concerne outras infra-estruturas e equipamentos físicos que se prendem com a segurança rodoviária, os espaços verdes e os equipamentos socioculturais e desportivos, vários foram os responsáveis de Juntas e associações que denotaram a sua ausência e, portanto, como uma necessidade a ser preenchida, incluindo algumas freguesias como F que, em minutos anteriores da entrevista, apenas salientavam a falta de mão-de-obra qualificada:

“Há falta de passagem e passeio para peões. Há em F uma alta sinistralidade. Temos acidentes na estrada nacional quase todos os dias; não há nenhuma passagem aérea ou subterrânea... Nós temos uma ‘guerra’ há anos, ainda do antigo

presidente de junta, com o IEP (antes com a JAE), por causa da saída da escola para a estrada... : uma passagem aérea?... nem pensar... Semáforos?... nem pensar... Nem sequer queriam colocar as bandas sonoras... Finalmente, puseram-nos bandas sonoras e só havia uma passadeira na freguesia, agora puseram quatro ou cinco passadeiras... mas aquilo são mais “ratoeiras” do que passadeiras... e, depois de tanto os chatear, puseram linha contínua desde o início até quase ao fim da freguesia... mas que poucos respeitam...

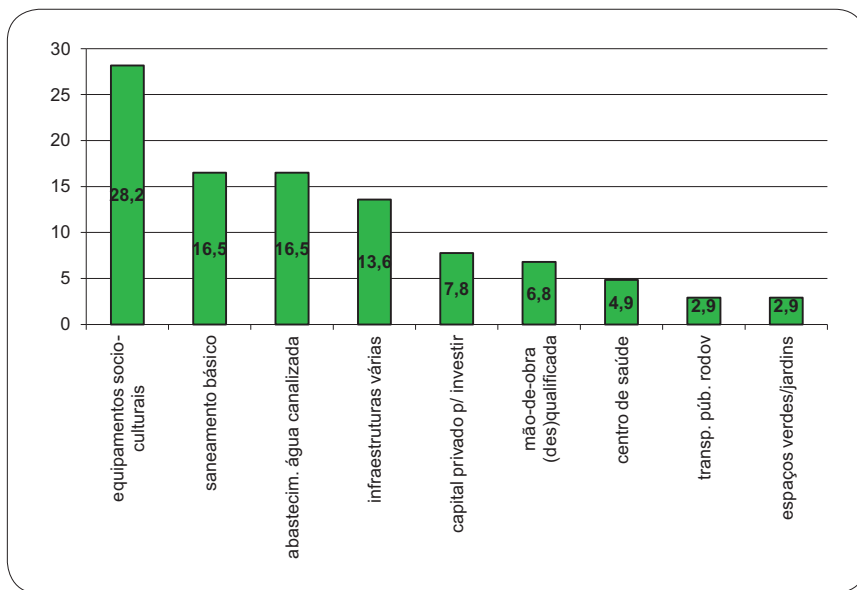
Cabine telefónica não temos... mesmo o L., sendo considerado um posto público, aquilo não considero cabine pública porque aquilo não tem nenhuma privacidade.

Não temos parques públicos, faltam espaços verdes, faltam equipamentos desportivos... e presentemente não há mesmo actividades para a juventude. A sede da Associação há mais de dois anos que está inactiva, depois de se fazer uns balneários...”

No que concerne a segunda necessidade percebida pelos responsáveis das instituições, o gráfico 13 resume a hierarquização dessas necessidades na óptica dos respondentes. Os representantes das entidades colectivas, que responderam em relação à segunda necessidade a ter em conta, referem, em primeiro lugar, os equipamentos socioculturais (28%) – o que denota uma viragem importante nos tipos de necessidades em relação às primeiras necessidades infra-estruturais –, embora os itens seguintes sejam bem demonstrativos de que ainda persistem outras necessidades básicas de ordem colectiva na área do saneamento básico (16,5%), no abastecimento da água canalizada (16,5%) e em infra-estruturas várias (13,6%), sendo secundarizado ora o capital privado para investir ora a mão-de-obra qualificada e outras (respectivamente 7,8% e 6,8%) e já residuais os centros de saúde, os transportes públicos ou os espaços verdes (entre 5% e 3%).

Na área da satisfação de pedidos no que respeita a infra-estruturas e afectação de recursos para reparação ou pavimentação de caminhos, por exemplo, apresentam-se situações diversificadas com registo de comportamentos diferenciados das Juntas de freguesia. Umam tendem a beneficiar directa ou indirectamente famílias por parentesco ou proximidade político-partidária, dando lugar a práticas de patrocínio e/ou de avaliação discricionária: de favoritismo a uns ou discriminação a outros conforme o alinhamento familiar ou compadrio ou de posicionamento político. Outras evidenciam tratamentos de equidade e serviço público, dando prioridade a melhoramentos infra-estruturais que, por razões produtivas ou de acesso às casas, servem ou beneficiam o maior número possível de moradores, podendo ilustrar-se com o caso da Junta de freguesia de T:

Gráfico 13: Segunda necessidade (%)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

“P.J. A prioridade pra mim é atender o mais... ou seja, eu não vou abrir um caminho só pra um quando devo abrir outro pra três.

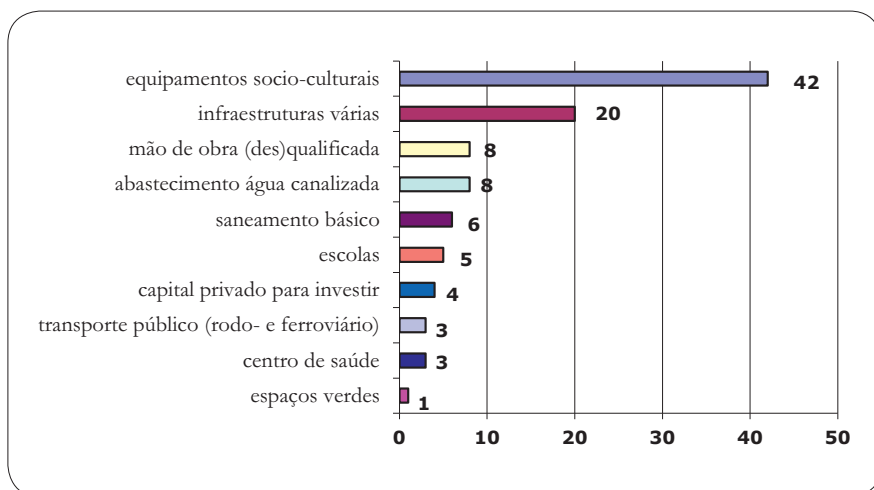
A.C.: E por que é que alguns caminhos terminam em determinadas casas?

P.J.: Porque a verba muitas vezes não chega... mas aplico a lei das prioridades... se naquele caminho ali passarem 20 agricultores meus da minha freguesia, eu não vou olhar só para quem passa aqui de carro, eu tenho que olhar para quem passar de tractor e vai 20 vezes ao campo, que vai levar água choca, vai frezar, vai lavar, vai gradar, vai semear, vai botar herbicida, vai regar... é evidente, não é só olhar para aqueles indivíduos que passam aqui com Mercedes (por exemplo, é o caso de uns caminhos que dão para o centro agrícola de T, você até fica admirado, mas a freguesia não via com bons olhos a melhoria do acesso e a prioridade que eu dei àquele caminho. Eu aplico sempre a lei da prioridade. O agricultor antes para levar 20 cisternas demorava uma semana, enquanto que agora faz isso num dia ou menos...”

Como segunda necessidade foi apontada a falta de equipamentos sociais-culturais e os problemas de saneamento básico e o abastecimento de água potável mencionam-se como primeiras necessidades por representantes da Câmara Municipal, pelas Juntas de freguesia e por associações sem

fins lucrativos. Em relação à terceira necessidade, dos dados recolhidos foi possível elaborar o gráfico 14:

Gráfico 14: Terceira necessidade (%)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

Sobre a terceira necessidade considerada como importante para as instituições e associações surgem, em primeiro lugar, os equipamentos socioculturais com 42% de respostas, a que se seguem infra-estruturas várias com 20% e, já num patamar menos significativo, entre 8% a 1% diversos tipos de necessidades desde a mão-de-obra (des)qualificada, passando por infra-estruturas como água canalizada, saneamento básico, escolas, transportes públicos, centros de saúde, espaços verdes, para além do investimento privado (cf. Anexo 7). Contrariamente às primeiras necessidades tais como saneamento e abastecimento de água canalizada, nas necessidades terceiras (como de resto nas quartas com padrões de respostas semelhantes às terceiras) vêm ao de cima as que se prendem com a falta ou a insuficiência de equipamentos socioculturais, o que já é indicativo de uma outra perspectiva e sobretudo de um outro estágio de desenvolvimento e realizações das instâncias sobretudo das autarquias desde a Câmara até às Juntas de freguesia, tal como refere o presidente de A:

“Como tenho dito, um grande problema é a falta de colaboração na abertura de caminhos, nota-se muito divisionismo e despesismo que se poderia evitar, se houvesse mais colaboração entre freguesias... Mas a estas preocupações e difi-



culdades na freguesia começam também a juntar-se outras: os ATL para crianças e Centros de Dia para as pessoas idosas...”

Salvo a denominação algo vaga de “infra-estruturas várias” que ainda são referidas sobretudo pelas Câmaras e Juntas de freguesia, sobressaem as necessidades dos equipamentos socioculturais, equipamentos desportivos e o abastecimento de água canalizada, para além de outras mais dispersas na óptica não só das Juntas de freguesia mas também das associações sem fins lucrativos e organizações não-governamentais, nomeadamente as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), como já foi assinado. Assim, para além das necessidades de ordem material (infra-estruturas, equipamentos) – as quais podem surgir, conjuntamente, a par ou à margem das próprias Juntas de freguesia, sobretudo quando está sem iniciativa ou pouco activa – o desporto e outras actividades recreativas, a que se juntam também outras de carácter social e cultural, constituem motivos fortes de formação e apoio de associações. Neste âmbito vão surgindo iniciativas de projectos para tal efeito que partem de instituições externas às Câmaras que se predispõem a preparar os projectos e dossiers, tal como o refere o presidente de Junta de F:

“Há dias recebemos um fax de uma empresa que faz projectos para creches, centros sociais etc... só se paga depois de ser aprovado... talvez tenham contactos com as instituições e organismos que financiam...”

Por parte de determinadas instituições, nomeadamente Juntas de Freguesia, começam a multiplicar-se as referências à necessidade de equipamentos de apoio aos idosos, tal como o manifesta o presidente da Junta de F:

“Uma coisa que gostaria de ter cá, que vai vir a fazer falta e já se começa a sentir essa necessidade, é um lar de terceira idade. Já há um Centro de Dia mas um lar vai ser necessário. Há muitas pessoas que querem sair de casa porque estão sozinhas... vivem em casa sozinhas, e, se tivessem um lar, teriam pessoas para tomar conta deles...”

Tentando agora apresentar de modo agregado um quadro geral da existência, ou não e em que medida de infra-estruturas, equipamentos socioculturais e outros bens e serviços susceptíveis de satisfazer as diversas necessidades avaliadas na sequência exposta pelos respondentes, tal como se pode constatar no quadro 31:

Quadro 31: Quadro geral com a média das quatro necessidades identificadas (por ordem de frequência em números absolutos e em %)

Necessidades	falta		não falta		subtotal	s/infor- mação		total
	N	%	N	%		N	%	
Saneamento básico	111	82,2	24	17,8	135	41	23,3	176
Equipamentos desportivos	100	77,5	29	22,5	129	47	26,7	176
Equipamentos de apoio a idosos	96	76,2	30	23,8	126	50	28,4	176
Centro de lazer	95	81,9	21	18,1	116	60	34,1	176
Capital privado p/ investir	87	81,3	20	18,7	107	69	39,2	176
Actividades juvenis	87	73,1	32	26,9	119	57	32,4	176
Habitação social	87	79,1	23	20,9	110	66	37,5	176
Equipamentos socioculturais	86	72,9	32	27,1	118	58	33,0	176
Centro de informação/loja do cidadão	85	85,9	14	14,1	99	77	43,8	176
Abastecimento de água	77	64,7	42	35,3	119	57	32,4	176
Jardins e parques públicos	77	72,6	29	27,4	106	70	39,8	176
Passagem/passeios para peões	62	58,5	44	41,5	106	70	39,8	176
Multibanco	62	59,6	42	40,4	104	72	40,9	176
Mão-de-obra qualificada	58	58,6	41	41,4	99	77	43,8	176
Infra-estruturas várias	58	51,8	54	48,2	112	64	36,4	176
Farmácia	56	51,4	53	48,6	109	67	38,1	176
Espaços verdes	53	52,0	49	48,0	102	74	42,0	176
Escola c+s	51	52,0	47	48,0	98	78	44,3	176
Centro de saúde	49	45,4	59	54,6	108	68	38,6	176
Cabine telefónica	49	47,1	55	52,9	104	72	40,9	176
Acessibilidades	46	46,5	53	53,5	99	77	43,8	176
Transp. Púb. Ferroviários	45	48,4	48	51,6	93	83	47,2	176
Transp. Púb. Rodoviários	40	37,4	67	62,6	107	69	39,2	176
Jardim-infantil e atl	40	35,4	73	64,6	113	63	35,8	176
Mão-de-obra não qualificada	18	18,9	77	81,1	95	81	46,0	176
Escola do ensino básico	6	6,2	91	93,8	97	79	44,9	176
Apoio a desempregados	3	4,4	65	95,6	68	108	61,4	176
Capital (donativos)	1	1,1	94	98,9	95	81	46,0	176
Sede de junta	1	0,6	172	99,4	173	3	1,7	176
Faltam piscinas	1	0,6	172	99,4	173	3	1,7	176

Fonte: IIAB, 2003-2004; legenda: N= número de respondentes.

Entre as necessidades elencadas surgem como mais prioritárias e em falta, numa margem entre 86% e 65% de respostas, as que se prendem com o centro de informação/loja do cidadão, saneamento básico, centro de lazer, capital privado para investimento, habitação social, equipamentos desportivos, equipamentos de apoio aos idosos, actividades juvenis, equipamentos socioculturais, jardins e parques públicos, abastecimento de água<sup>108</sup>. Num segundo patamar, entre 60% e 35%, os respondentes exprimem, para além da ausência de capital privado para investimento, a falta de caixa multi-banco, passagem/passeio para peões, espaços verdes, escola C+S, infra-estruturas várias, farmácia, transportes públicos ferroviários, cabine telefónica, acessibilidades, transportes públicos rodoviários, jardins infantis e ATL. Por fim, num terceiro patamar, salvo a falta de mão-de-obra qualificada referida por 19%, os demais *itens* são mencionados mas numa escala insignificante ou residual entre 6% e 0,6%: a falta de escola do ensino básico, o apoio a desempregados, donativos, a sede de junta, piscina.

À excepção das freguesias urbanas, periurbanas e próximas da cidade de Barcelos, segundo a grande maioria dos responsáveis das Juntas de freguesia e de outras instituições, não obstante reconhecerem alguns avanços (por exemplo, a recolha do lixo), observam que as suas freguesias não têm determinadas infra-estruturas tais como a água canalizada e sobretudo o saneamento básico, assim como refere o presidente da Junta de Z: “*A nível destas infra-estruturas, não temos nada, não temos água canalizada nem saneamento...*”

Tal como podemos comprovar, enquanto há freguesias que têm algumas das necessidades infra-estruturais mais básicas satisfeitas, outras, sobretudo as mais periféricas à cidade, estão privadas delas, sendo o abastecimento de água e sobretudo o saneamento as mais urgentes. Se as primeiras passaram a expressar e a ver satisfeitos outros tipos de necessidades, as segundas começam a ter algumas respostas mas ainda incompletas e desordenadas e sobretudo dependentes das capacidades e iniciativas locais e, como tal, não integradas num plano global mais eficiente.

## **7.2. Problemas e sua gravidade: percepções e representações**

Centrando-nos agora nos problemas, importa, antes de mais, apresentar uma radiografia geral sobre a (in)existência de problemas avaliando para cada um deles o seu grau de gravidade, uma vez mais na óptica dos inquiridos como representantes das instituições/associações, o que pode ver-se no quadro 32:

<sup>108</sup> Em relação ao abastecimento de água em meio rural, como pude registar em diversos testemunhos, existem diferentes posicionamentos: embora a maioria não se preocupa sobre a entidade privada e o modo como as casas são abastecidas, outros crêem que é mais adequado e mais barato serem abastecidos por fontes de água dos seus próprios montes.

Quadro 32: Problemas e grau de gravidade

Problemas	Não existe		Pouco grave		Grave		Muito grave		Sub- total	Sem informa- ção	Total	
		%		%		%		%				
Analfabetismo	11	7,6	108	75,0	21	14,6	4	2,8	144	32	18,2	176
Instituto escolar	10	6,9	90	62,5	39	27,1	5	3,5	144	32	18,2	176
Pobreza	12	8,2	99	67,8	32	21,9	3	2,1	146	30	17,0	176
Tráfico de droga	63	46,0	49	35,8	18	13,1	7	5,1	137	39	22,2	176
Desemprego	16	11,3	81	57,0	33	23,2	12	8,5	142	34	19,3	176
Alcoolismo	17	11,8	83	57,6	36	25,0	8	5,6	144	32	18,2	176
Violência familiar	41	29,3	79	56,4	16	11,4	4	2,9	140	36	20,5	176
Toxicodpendência	59	42,8	46	33,3	24	17,4	9	6,5	138	38	21,6	176
Delinqüência	59	43,7	59	43,7	16	11,9	1	0,7	135	41	23,3	176
Baixos salários	10	6,8	59	39,9	61	41,2	18	12,2	148	28	15,9	176
Habitação	19	13,1	85	58,6	33	22,8	8	5,5	145	31	17,6	176
Saúde	18	13,2	90	66,2	25	18,4	3	2,2	136	40	22,7	176
Formação/educação	14	10,1	78	56,1	41	29,5	6	4,3	139	37	21,0	176
Baixa produtividade	15	10,8	77	55,4	41	29,5	6	4,3	139	37	21,0	176
Abandono da agricultura	23	15,9	58	40,0	49	33,8	15	10,3	145	31	17,6	176
Ambiente/poluição	28	20,4	63	46,0	36	26,3	10	7,3	137	39	22,2	176
Inexistência de associação/clubes	72	56,7	43	33,9	8	6,3	4	3,1	127	49	27,8	176
Déficit de vivência democrática	54	41,2	48	36,6	21	16,0	8	6,1	131	45	25,6	176
Passividade agentes econômicos	20	14,9	60	44,8	45	33,6	9	6,7	134	42	23,9	176
Incapacidade associar-se/reivindicar	20	15,4	63	48,5	33	25,4	14	10,8	130	46	26,1	176
Burocracia	24	18,3	58	44,3	30	22,9	19	14,5	131	45	25,6	176
Falta de tecnologia de ponta	11	8,4	45	34,4	51	38,9	24	18,3	131	45	25,6	176
Falta de mão-de-obra	20	14,6	59	43,1	43	31,4	15	10,9	137	39	22,2	176
Ausência de políticas/apoio institucional	15	11,5	46	35,1	45	34,4	25	19,1	131	45	25,6	176
Descentralização política/econômica	1	33,3	1	33,3	0	0,0	1	33,3	3	17,3	98,3	176

Fonte: IAB, 2003-2004

Dada a dispersão das respostas importa reter como aspectos positivos a não existência, segundo os respondentes na ordem dos 43% a 57%, de problemas de tráfico de droga, de toxicodependência e de delinquência. Estas respostas, representativas para uma boa parte dos inquiridos, não são por si só, e globalmente, tranquilizadoras, pois pressupõem que haverá uma outra parte de respondentes em similar percentagem que consideram haver problemas desde o pouco grave – que se distribuem de modo aproximado por diversos *itens* – passando pelos graves (formação/educação e baixa produtividade, insucesso escolar, desemprego, o alcoolismo, problemas de saúde), até aos muito graves, nomeadamente os baixos salários e o abandono da agricultura, falta de tecnologias de ponta e ausência de políticas e apoio institucional, nomeadamente na habitação. Estes problemas foram sendo assinaladas ora em conjunto nalguns casos ora por separado noutros casos. Por exemplo, as questões de saúde: “*Quanto à saúde, existem problemas e alguns até graves... pessoas que gastam todo o dinheiro da reforma e é preciso andarmos a ajudá-los*” (presidente da Junta de F.). Porém, este e outros presidentes de Junta consideram alguns destes problemas mencionados como residuais tal como o desemprego ou, num outro plano, o alcoolismo e o tráfico de droga, reproduzindo aqui e ali estereótipos e suposições simplistas do senso comum e, como tal, nem sempre fundamentadas:

“Desemprego, acho que não há, o que se passa é que alguns não gostam de trabalhar...Violência familiar? Pelo menos consta... deve haver. Quanto ao alcoolismo, há pouco, apenas dois ou três casos. Mas sobre o tráfico de droga, talvez... estive aqui uma vez mais a judiciária... é porque há...” (presidente da Junta de F.)

Nem todos, porém, medem com o mesmo diapasão e denotam uma verdadeira preocupação pelo (des)emprego e a precariedade, particularmente na juventude, tal como o presidente da Junta de A: “*Hoje outro problema é o emprego precário, a necessidade de emprego... Os jovens saem da escola e têm problemas para encontrar emprego...*”

Outro problema assinalado é o da violência familiar, mas raramente é objecto de comentário não só por parte dos homens mais propensos a recalá-lo ou mesmo ocultá-lo mas inclusive das mulheres que, segundo pude observar, preferem, em geral, mantê-lo como um assunto privado, não manifesto e menos publicitado, seja por pudor e vergonha, seja por medo a represálias dos seus respectivos maridos ou companheiros: “*Há por aí mulheres a serem maltratadas, que levam porrada e calam*” (responsável de associação). Finalmente, salvo esta questão semi-oculta mas assinalada, os

problemas específicos das mulheres tão-pouco se evidenciaram nos inquéritos, manifestando-se apenas, numa ou noutra entrevista, por parte de mulheres mais conscientes da sua situação, reivindicando a necessidade de uma acção afirmativa da sua condição de mulher.

Uma das preocupações centrais dos poderes locais, nomeadamente das Juntas de freguesia, é o evitar de consumo e sobretudo de tráfico de droga não só pelos comportamentos em si como sobretudo pelas consequências de eventuais assaltos. Estas situações levam alguns presidentes de Junta como o de T a propor uma espécie de pacto entre a Junta e os toxicodependentes por razões de segurança a nível local, inclusive quando as consequências dos problemas de droga se repercutem fora da freguesia, tal como esclarece o mesmo:

“P.J.: Há pessoas que vêm aqui pessoalmente pedir-me dinheiro para “remédios”... eu dou-lho, mesmo do meu dinheiro... Eu tenho aqui toxicodependentes (que nem devia de dizer isto... ) que me vêm pedir dinheiro para a droga e sabe o que lhes digo?... A única coisa que lhes exijo ou peço é que não deixem T ficar mal... e mais... e digo-lhes... eu que nunca saiba que vós assaltastes alguma coisa nos mínimos dos mínimos aqui em T... para eu evitar alguma insegurança... Graças a Deus, T é uma freguesia segura...” (presidente da Junta de T)

Ao pretender ordenar a (in)existência e o grau de gravidade dos problemas, foi possível obter o quadro 33.

Uma boa aproximação metódica para clarificar quer a inexistência, quer a existência de problemas e o seu grau de gravidade será o de hierarquizar uns e outros, de modo a possuir o retrato duma e doutra situação.

Estes problemas estão muitas vezes ‘mascarados’ nos discursos dos agentes dos órgãos locais, nomeadamente as Juntas de freguesia, ou, quando são colocados, tendem a ser exagerados pela oposição (por exemplo, o défice democrático por parte do Câmara Municipal ou da Junta) em que está implícito ou explícito uma falta de alinhamento com a respectiva Junta de freguesia e com a Câmara Municipal.

Tomemos, por exemplo, o problema da habitação, que é considerado de menor relevância, dando-lhe menor atenção, pois, em geral, nas aldeias dá-se por assumido que a maioria não tem problemas de habitação. E, neste entendimento, excepto uma minoria de Juntas e pontualmente a Câmara Municipal que projecta fogos/lares de habitação social e a custos controlados, a maioria nem sequer assume isto como um problema, incluindo Juntas de freguesia onde teve lugar a construção de habitação social ou a custos controlados:

Quadro 33: Problemas: (in)existência e grau de gravidade

Problemas	Não existe	Pouco grave	Grave	Muito grave	Sub-total	Sem informação	Total
	%	%	%	%		%	
Associação/clube	72 56,7	43 33,9	8 6,3	4 3,1	127	49 27,8	176
Tráfico de droga	63 46,0	49 35,8	18 13,1	7 5,1	137	39 22,2	176
Toxicod dependência	59 42,8	46 33,3	24 17,4	9 6,5	138	38 21,6	176
Delinquência	59 43,7	59 43,7	16 11,9	1 0,7	135	41 23,3	176
Défice de vivência democrática	54 41,2	48 36,6	21 16,0	8 6,1	131	45 25,6	176
Violência familiar	41 29,3	79 56,4	16 11,4	4 2,9	140	36 20,5	176
Ambiente/poluição	28 20,4	63 46,0	36 26,3	10 7,3	137	39 22,2	176
Burocracia	24 18,3	58 44,3	30 22,9	19 14,5	131	45 25,6	176
Abandono da agricultura	23 15,9	58 40,0	49 33,8	15 10,3	145	31 17,6	176
Passividade de agentes económicos	20 14,9	60 44,8	45 33,6	9 6,7	134	42 23,9	176
Incapacidade de associar-se/reivindicar	20 15,4	63 48,5	33 25,4	14 10,8	130	46 26,1	176
Falta de mão-de-obra	20 14,6	59 43,1	43 31,4	15 10,9	137	39 22,2	176
Habituação	19 13,1	85 58,6	33 22,8	8 5,5	145	31 17,6	176
Saúde	18 13,2	90 66,2	25 18,4	3 2,2	136	40 22,7	176
Alcoolismo	17 11,8	83 57,6	36 25,0	8 5,6	144	32 18,2	176
Desemprego	16 11,3	81 57,0	33 23,2	12 8,5	142	34 19,3	176
Baixa produtividade	15 10,8	77 55,4	41 29,5	6 4,3	139	37 21,0	176
Ausência de políticas/apoio institucional	15 11,5	46 35,1	45 34,4	25 19,1	131	45 25,6	176
Formação/educação	14 10,1	78 56,1	41 29,5	6 4,3	139	37 21,0	176
Pobreza	12 8,2	99 67,8	32 21,9	3 2,1	146	30 17,0	176
Analfabetismo	11 7,6	108 75,0	21 14,6	4 2,8	144	32 18,2	176
Falta tecnologia de ponta	11 8,4	45 34,4	51 38,9	24 18,3	131	45 25,6	176
Insucesso escolar	10 6,9	90 62,5	39 27,1	5 3,5	144	32 18,2	176
Baixos salários	10 6,8	59 39,9	61 41,2	18 12,2	148	28 15,9	176
Descentralização política económica	1 33,3	1 33,3	0 0	1 33,3	3	173 98,3	176

Fonte: IIAB, 2003-2004.

“Quanto à habitação social aqui em F, construiu-se um bloco de 30 apartamentos a custos controlados... Eu não sei se é habitação social... Não me parece que haja necessidade de habitação social... quando muito, há necessidade só para um caso na freguesia.”

Se nos colocarmos no pólo oposto, ou seja, o de detectar os problemas considerados graves e muito graves em ordem decrescente, teremos a distribuição que mostra o mesmo quadro 33. Como quatro primeiros problemas considerados graves e muito graves na ordem socioeconómica sobressaem os baixos salários (53,4%), o desemprego (31,7%), a pobreza (24%), habitação (28,3%); no plano socioeducativo, a incapacidade de associar-se/reivindicar (36,2%), o problema da formação/educação (33,8%), a contaminação ambiental/poluição (33,6%), insucesso escolar (30,6%); no plano político, a ausência de políticas sociais e de apoio (53,5%), a burocracia (37,4%), o problema do alcoolismo (30,6%) e da toxicod dependência (23,9%). Noutra perspectiva, principalmente numa óptica também económica, a falta de tecnologia de ponta (49,2%), abandono da agricultura (44,1%), passividade dos agentes económicos (40,3%), baixa produtividade (33,8%). Por fim, em percentagens mais baixas e de modo transversal, a descentralização política e económica (33,3%), o défice democrático (22,1%), a saúde (20,6%), o tráfico e consumo de droga (18,2%)<sup>[109]</sup>, a violência familiar (14,3%).

Deste quadro sobressai, em primeiro lugar, os casos de pobreza e os factores que conduzem a ela como sejam o desemprego e os baixos salários, para além da situação mais extrema de pobreza de alguns grupos sociais mais vulneráveis. Porém, nem sempre esta é uma situação reconhecida pelas próprias pessoas num contexto de pobreza envergonhada e, muito menos, por certos responsáveis da Câmara e autarcas locais, tal como o assessor da Presidência da Câmara e simultaneamente presidente da Junta de Z que, ao ser questionado sobre o problema da pobreza e a necessidade de oferecer refeições para pobres, responde que não existem ou, se existem, deve-se ao descontrolo de gestão por eles mesmos:

“Há pessoas com pouco controle na gestão de sua vida... da parte financeira... recebem (que não é muito... ) uma reforma: enquanto que alguns com a sua reforma controlam aquilo e levam uma vida limpinha... (alguns até juntam dinheiro... que a gente não sabe... até fazem verdadeiros milagres!...)... há outros

<sup>109</sup> Problemas tais como a droga, apesar da baixa percentagem estatística neste inquérito, no imaginário dos moradores continua a ser um dos problemas mais graves. Mais grave que as drogas convencionais é outra droga – o consumo de álcool que vem sendo um grave problema que afecta, em particular, a juventude.



que mal recebem vai tudo de uma vez... alguns problemas de alcoolismo... poucos...”

Numa sociedade de aparência, importa a uns esconder-se e a outros manter discretamente as situações de pobreza, assim como aos instalados lhes convém não serem incomodados com o problema ou, se existe, adjudicá-lo à responsabilidade individual ou à etérea “pobreza de espírito” e, implicitamente enquanto entidade ou instituição, desresponsabilizar-se.

Pelas diversas entrevistas infere-se que a maior parte das pessoas, incluindo jovens, trabalham tanto na freguesia como no exterior. Este é um dado que convém sublinhar, contrariando a ideia preconcebida de que a juventude está envolvida no mundo da delinquência, do alcoolismo ou da droga. Assim o testemunha J.B., pároco da freguesia TE<sup>110</sup>, quando questionado:

P.J.B.: Aqui felizmente não há droga... agora a população está recentemente preocupada, desde a Páscoa pra cá, isso até tem vindo na comunicação social, por causa dos assaltos aqui no Minho, aqui nesta freguesia têm varrido quase metade... Sim... houve aqui vários assaltos e levaram tudo... tudo que havia de comestível e de bebidas... de tal maneira que a população sente um certo pânico... que a população... Há já alguma prevenção através de vigilância nocturna...

A.C.: O Senhor Padre dizia que é uma freguesia com poucos recursos, uma freguesia pobre... Será que as instituições mais responsáveis por estas questões do desenvolvimento têm falhado por assim dizer nesta e noutras freguesias do concelho, ou será mais por outros motivos?

P.J.B.: Sim... percebi... eu julgo que a freguesia não é reivindicativa... e não é reivindicativa pela própria cultura, vai aguentando e sobrevivendo... sabe que a população não exige muito...

A.C.: No seu modo de ver o que caracteriza mais a sua freguesia?... O que considera mais necessário para desenvolver-se na freguesia?

P.J.B.: Ultimamente tem-se visto algum dinamismo: começou agora a funcionar a associação... já existia campo de futebol... também faz quase dois anos que começou um grupo de folclore infantil. Mas ainda há muito para fazer. Para além disso, melhorar os transportes rodoviários – o ferroviário é raro... isto aqui é um apeadeiro, o comboio não pára... Devia de haver mais investimento público, era necessário que os jovens conseguissem uma associação de teatro... se desenvolvesse a leitura... que se desenvolvesse mais para os contactos exteriores... Note o exemplo: num curso de electromecânica aqui em TE num grupo de 15 jovens, só um e que é de TE... e havendo jovens em TE apenas seleccionaram um TE os outros vieram doutras freguesias...

A.C.:... Havendo bastantes jovens em TE, o que fazem eles?

<sup>110</sup> Este pároco coordena uma IPSS com 3 valências: (i) apoio domiciliário a cerca de 25 idosos por 10 freguesias; (ii) ATL com 40 crianças com idades entre 6 e 11 anos; (iii) centro de convívio para cerca de 20 idosos.

P.J.B.: A maioria trabalha...”

Efectivamente, a maioria dos jovens trabalha, mas os jovens saem pouco formados para determinadas funções e categorias, particularmente para profissões que exigem maior especialização, tal como constata um carpinteiro em relação à formação obtida nos centros de formação profissional:

“Tenho dúvidas sobre as escolas profissionais que hoje formam... hoje todos querem ser licenciados e não merecem o que ganham... Chegam aqui jovens da escola profissional de M que não sabem fazer nada, mas apenas porque têm o 12.º ano, temos que pagar-lhes como de segunda categoria, em carpintaria. Assim, para isso não...” (carpinteiro, presidente de Junta de U)

A partir dos quadros anteriores pode-se concluir que, para além de certas necessidades e défices no que concerne a equipamentos sociais e culturais, os problemas mais graves são os que têm a ver com a pobreza e a exclusão social por parte de alguns grupos sociais mais vulneráveis e sem capacidade de enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais exclusivo.

### **7.3. Colectividades e desenvolvimento local: actividades (valências)**

Uma das componentes mais relevantes da vida das populações tradicionalmente era, como exemplificaremos no estudo de caso da freguesia de Durrães, a ajuda mútua familiar e comunitária, a qual, como vários autores demonstraram desde Weber (1978) a Mauss (1993), implica trocas que, sem ser desinteressada, são resultado da necessidade de fazer face a problemas concretos, particularmente de cariz económico.

Com as mudanças verificadas, sobretudo durante e depois da grande saída migratória e o correspondente êxodo rural, não só os moradores das freguesias rurais, na sua maioria, diminuíram o seu grau de dependência em relação aos vizinhos, em particular seus antigos patrões e patronos – um fenómeno já detectado e analisado por vários autores (cf. Silva 1998) –, se não também a própria aldeia conheceu uma recomposição social com uma considerável deslocação de actividades do sector primário para outras do secundário e do terciário, mantendo-se o primeiro como complemento das segundas, o que representou uma mudança considerável no *modus vivendi* de muitas das famílias. Ou seja, o sentido de comunidade, tal como o definiram diversos autores desde Tonnies (1953) e Weber (1978) a Redfield (1961), foi sofrendo alterações, podendo dar lugar a uma das duas situações: ou cada um procura maximizar estratégias de sobrevivên-

cia ou de ganho numa base familiar e atomista ou reemergem, a partir de necessidades concretas, iniciativas de ordem mais institucional – como seja a CM ou a JF -, ou então ainda formas associativas de base pretensamente voluntária que todavia se incrustam num pano de fundo comunitário mas mais debilitado. Ora bem, se a ajuda mútua a nível comunitário está em regressão, em que medida estão ou não surgindo novas formas de associativismo?

É uma questão difícil de responder, limitando-me a examinar em que medida as velhas formas comunitárias têm sido abandonadas e/ou entrecruzaram com as novas formas associativas, ou que novas formas de associação têm emergido, sem deixar de assinalar as oportunidades e obstáculos da sua concretização e enraizamento.

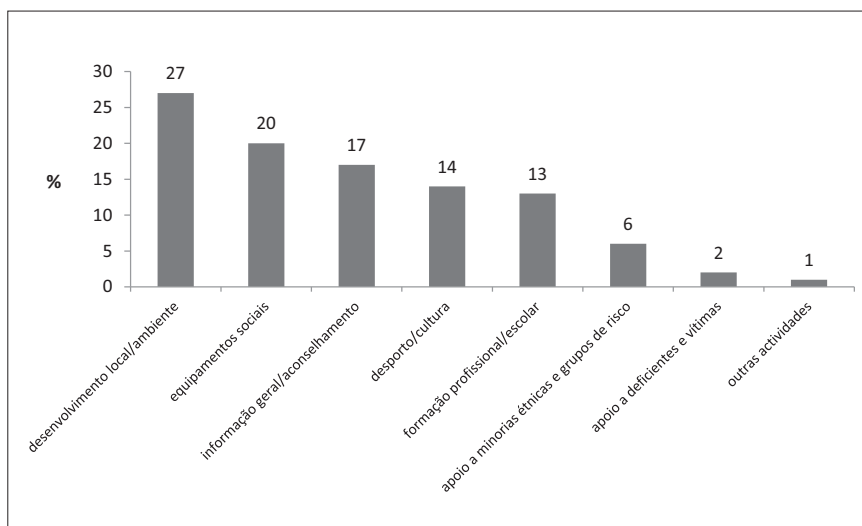
O móbil nuclear dos diversos tipos de organizações – umas mais institucionais e mesmo oficiais e outras mais de tipo associativo, cooperativo ou mesmo contratual, com base de associação público-privada ou mesmo só privada – consiste, assumindo os princípios programados, independentemente de confrontar a retórica com as práticas – em orientar as suas actividades e correlativas valências em benefício dos cidadãos, a começar pelos associados e outros em situação de carência.

Por isso, importa, também, neste campo fazer um registo das actividades levadas a cabo pelas organizações/associações, bem como as valências por elas asseguradas, o que, com base nas respostas dadas, foi elaborada em informação agregada (ver o gráfico 15 na página seguinte).

Neste estudo de caso, em relação aos vários *itens* de respostas, considera-se que as actividades e valências praticadas pelos diversos tipos de entidades visam o desenvolvimento local com simultânea preocupação com o ambiente (27%), seguido de uma outra centrada no fornecimento de equipamentos sociais (20%), passando pela prestação de informação e aconselhamento (17%), desporto e cultura (14%), formação profissional e escolar (13%), até ao apoio a minorias étnicas e grupos de risco (6%) e apoio a deficientes e vítimas (2%) (cf. Anexo 8). Tal como o demonstram alguns estudos como os de Isaac e Franke (2004:24ss) sobre Kerala, seria possível também aqui fazer mais actividades com maior eficiência e menores custos que os organismos centrais, desde que houvesse coordenação e não tivessem lugar situações de favoritismo e corrupção.

Se pretendermos uma maior especificação das actividades, o anexo 9 permite-nos uma visão mais detalhada. Agregando as respostas e colocadas estas por ordem decrescente, verifica-se que os quatro primeiros tipos de actividades ou valências referidas pelos respondentes consistem na promoção do

Gráfico 15: Actividades/valências (em %)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

\*Na resposta “outras actividades” estão incluídas o socorro e prevenção, a gestão/defesa da floresta, os cuidados de saúde de foro psiquiátrico, a emergência pré-hospitalar, o apoio jurídico, administração local, o voluntariado europeu, o apoio aos fiéis, a educação cristã, o canto litúrgico, a vivência fraterna.

desenvolvimento local (39%), promoção e defesa do meio ambiente (36%), informação geral/aconselhamento (32%) e desporto (31%). Seguem-se com percentagens entre os 27% e os 10% diversos tipos de actividade: desde apoio a crianças, adolescentes e jovens tais como jardins-de-infância, centros ATL, estudo acompanhado/ explicações, passando pelos apoios diversos, nomeadamente domiciliário, a idosos e outros cidadãos pobres e necessitados, até outras actividades que, mesmo quando beneficiando, em primeira instância, os adolescentes e jovens, aproveita a população em geral tais como ensino de informática, ensino de música, formação escolar e formação profissional, organização de palestras, seminários, colóquios e tertúlias, estímulo à leitura e manutenção da biblioteca, exposição de obras artísticas e organização de actividades culturais (dança, folclore, entre outras), promoção do artesanato, acções em prol da agricultura e do desenvolvimento rural.

Já num patamar de menor, embora não desprezável, representatividade nas respostas, num intervalo entre 9% e 2%, são de referir actividades mencionadas pelos inquiridos tais como actividades de apoio social e educativo a famílias com crianças, jovens e idosos (creche, centro de dia, atendimento

a jovens em risco, lar de jovens, centro de dia e lar de terceira idade), a deficientes motores e deficientes mentais, apoio a alcoólicos, ex-reclusos e toxicodependentes, bem como apoio a membros/famílias de minorias étnicas). Por fim, de modo já residual, o apoio aos sem-abrigo, acolhimento às vítimas e mesmo empréstimos a pequenos projectos.

Diversos entrevistados, responsáveis de instituições e associações testemunham que, depois do 25 de Abril, verificou-se uma considerável evolução positiva a este respeito:

“Aqui em Z, aparece o campo de futebol, o salão paroquial e cultural, aparece o Jardim-de-infância... neste momento a sede de Junta está em construção, que acabará este ano...” (Presidente de Junta de Z)

Com maior e menor impacto, outro dado relevante é o aumento da escolaridade mas sem prossecução de estudos secundários e sobretudo superiores, ainda que também tenha aumentado bastante este sector quando comparado com a situação antes do 25 de Abril, o que é confirmado por vários testemunhos, tal como o referido assessor da Presidência da Câmara e, ao mesmo tempo, presidente da Junta de Z:

“Sobre a mão-de-obra qualificada, há um caso ou outro de jovens mas muito poucos, que vão à Escola... por exemplo, aquela escola na Maia, de formação profissional... de resto, a maior parte sai da escola, engata naquela experiência do trabalho... temos também jovens com cursos mas que ali não têm hipótese... tem que ir fora da freguesia...”

Em relação à escola secundária, verifica-se um aumento de frequência, embora com oportunidades desiguais por razões sociais e mesmo geográficas. Enquanto há freguesias que têm escolas mais próximas e acessíveis e/ou transportes ferroviários ou rodoviários mais frequentes, outras mais periféricas implicam a exclusão de frequência ou exigem redobrados esforços, sobretudo quando se trata da escola secundária.

Quanto à mão-de-obra razoavelmente qualificada, verificam-se também assimetrias: enquanto há freguesias que não têm indústria ou serviços e ‘exportam’ mão-de-obra para outras freguesias circunvizinhas, para o município ou para cidades no país ou no estrangeiro, outras há que, ao terem instaladas várias empresas sobretudo têxteis, absorvem a mão-de-obra forânea, tal como a freguesia ST ou Z, como o sublinhou o presidente da Junta desta última:

“A nossa freguesia já tem cerca de 1900 habitantes, tem ST ao lado que é superior um bocadinho... mas depois tem RG, QH, PI, OJ, que são metade ou pouco mais... então a nossa consegue neste momento absorver mão-de-obra das redondezas...”

Quanto ao ensino superior, embora os dados gerais, tal como podemos verificar no capítulo IV, não permitam falar de uma transformação em termos de qualificação, verifica-se um certo alargamento na frequência e no êxito do ensino superior, tal como o confirmam diversos testemunhos. Por exemplo, o presidente da Junta de freguesia A mostra a mudança de atitude de duas gerações em relação à educação dos filhos como base de acesso ao emprego mais qualificado:

“Tenho uma filha que está a cursar enfermagem... e tenho outro que está... isto é um esforçozinho para lhe dar a formação que eu quis... o meu pai fez muitos sacrifícios, não nos deu os cursos mas deixou-nos alguma coisa... hoje em dia prefiro deixar-lhes um curso... a minha filha tinha 18,6 e não entrou em medicina... entrou em enfermagem... não havia vaga...”

Este testemunho está marcado subjectivamente, já que são casos que o presidente da Junta como pai enfrenta em relação aos seus filhos que toma como exemplos de sucesso, mas a grande parte, mesmo quando chega ao 9.º ano ou até mesmo ao 12.º ano, não tem meios para seguir os estudos superiores. Em todo o caso é perceptível também uma mudança considerável nas orientações e qualificações dos jovens nas freguesias de Barcelos, como refere presidente da Junta de Z:

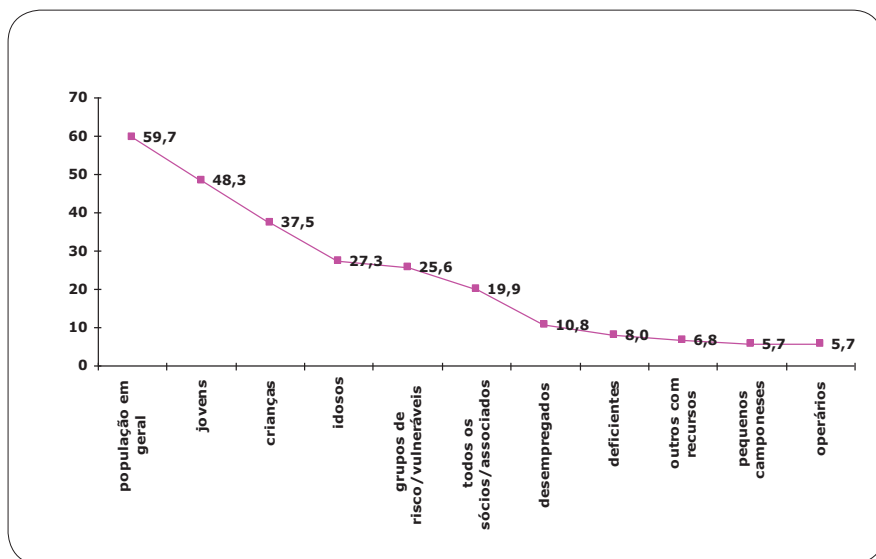
“... Nós temos jovens formados na área de turismo, enfermagem, medicina, advocacia, engenharia, bancários (vários enveredaram pela carreira bancária), a enfermagem é uma coisa que está a dar... na freguesia tá a ir muita gente para a enfermagem... já temos vários jovens formados em enfermagem...”

Entretanto, um novo problema vai surgindo que consiste na absorção desta força de trabalho qualificada, obrigando a alguns a ocultar as suas qualificações ou diplomas para obter trabalho, mesmo menos qualificado:

“Os jovens tiram cursos superiores mas muitas vezes depois há este reverso... que as pessoas dizem assim... “... oh pá, o meu filho tá a estudar... tirou um curso pra quê?”... se calhar, aí numa empresa ganha mais... e entra mais depressa... nota-se isso..., sei que não é bom ouvir isso... mas ouvi-se...” (presidente da Junta de Z)

Procurando saber quais os destinatários das diversas actividades ou valências, que as autarquias ou outras instituições e associações locais vão implementando, foi possível dar conta da distribuição das referidas actividades pelos diversos destinatários ou beneficiários:

Gráfico 16: Destinatários das actividades/valências (em %)



Fonte: IIAB, 2003-2004.

Tal como se pode comprovar pelo gráfico 16 e, de modo mais específico, em números absolutos pelo anexo 10, é apontada, em primeiro lugar, a população em geral como a primeira beneficiária (60%) e, por grupos sectoriais, são referidos, em taxas mais significativas, três categorias – os jovens (48%), as crianças (38%) e os idosos (27%) – e, de modo transversal, os próprios sócios ou associados. Os jovens e sobretudo as crianças no ATL são os principais grupos-alvo de intervenção em diversas localidades, nomeadamente em Escolas, Casa do Povo, Centros Sociais e Centros Paroquiais. Algumas freguesias, sobretudo as mais densas em população, recursos e iniciativas, são mais pró-activas do que outras. Por exemplo, a freguesia ZZ, com 3 000 habitantes e 1 000 fogos, tem um clube de futebol, escuteiros, folclore, um grupo coral, um grupo musical, uma escola de música. Por sua vez, o presidente da junta de T orgulha-se de a sua fregue-

sia, contrariamente a outras que vão perdendo adolescentes e jovens, ter mais de 100 crianças em idade (pré)escolar e com serviços de informação e atendimento. Em S, conversando com o presidente da Junta e em presença da professora P, soubemos que as crianças tinham ATL com acesso à internet – a qual também aproveitam alguns jovens que, de outro modo, não a teriam porque os pais não têm recursos para tal, como aliás confirma o próprio presidente, quando foi interrogado sobre o interesse dos jovens a este respeito:

“Sim, aparecem os jovens, sobretudo aqueles que não têm internet em casa... Sabe, aqui há muito pouca gente que tem internet... Se há zonas no país em que os miúdos têm acesso, aqui nem por isso... Mas também os jovens que vão estudar e tal... têm o hábito da internet na escola, vêm aqui e utilizam-na... Agora para as pessoas que trabalham no campo, isto não lhes diz nada... não tem nenhum interesse...” (presidente da Junta de S)

Na altura do trabalho de campo tratava-se, no entanto, de excepções. Pode-se confirmar que em 52% não havia actividades de apoio e, com as várias entrevistas a responsáveis de Juntas de freguesia e de outras instituições e associações, para além da ausência de apoios a idosos, não existem infra-estruturas e equipamentos socioculturais para adolescentes e jovens, verificando-se mesmo a incapacidade de ‘retê-los’ no perímetro da aldeia. Por exemplo, o presidente da Junta de Z queixava-se, comparava com o antes do 25 de Abril e lamentava-se:

“Olhe, infra-estruturas para os idosos, não temos... nada... E... os jovens estão um pouco entregues a eles mesmos... Hoje em dia é diferente que antigamente... No meu tempo nós passávamos os fins-de-semana, antes do 25 de Abril, a jogar à bola no terreiro ou sentados na parede do adro a conversar... a contar histórias... que eu considero que eram uns tempos... muito bons... havia uma amizade muito grande entre os jovens... porque nós contávamos a nossa vida uns aos outros... agora não... eles têm carros... Nos domingos cada um pega no seu carro, vai pra discoteca ou vai com a namorada pá Póvoa ou para Famalicão... Em termos de qualidade de vida faltam coisas essenciais na freguesia, mas a luta das pessoas é logo um carro, primeiro que uma casa... o que é mau, considero...”

Entre os grupos sociais mais vulneráveis e que necessitam de ser objecto de cuidados nalgumas instituições é de referir o caso dos idosos em certos centros de dias em meio ora urbano ora rural, sendo de referir, por exemplo, o Centro de apoio aos idosos no Centro Social de S, cuja empregada I nos relata as suas funções para com os idosos:



“... A gente pega a trabalhar... chega cá, aquece-se o leite, vamos dar aos idosos, damos-lhes banho, fazemos a limpeza e depois voltamos para fazer as refeições, o almoço e depois o jantar...”

... A gente traz as roupas sujas, lavamo-las, secámo-las, passamo-las a ferro, temos aqui uma lavandaria... Preparamos refeições para nove pessoas...

Tanto o homem como a mulher aderem mais ou menos, embora a gente idosa acanha-se um pouco perante nós jovens... mas nós já conquistámos parte da confiança deles... Há pessoas que no seu dia a dia não podiam fazer a sua higiene... isso é coisa que dão mesmo muito valor a isso... e à comida, porque tem pessoas que não se podem deslocar em cadeiras de rodas, acamadas também temos, embora ficam um pouco chocadas por elas não poderem fazer por elas próprias mas... prontos... dão valor à gente...”

Este não é porventura o padrão generalizado de apoio aos idosos nas mais diversas freguesias, onde se constata precisamente a ausência de apoios não apenas por falta de infra-estruturas e os correlativos recursos humanos e financeiros, mas também devido à resistência dos idosos em abandonar suas casas e entrar em lares de terceira idade e mesmo residir em casa dos filhos e, em especial, em casa das noras, tal o testemunharam vários entrevistados: que reconhece os problemas nos termos referidos:

“Os nossos idosos na freguesia... se calhar... derivado à mentalidade das pessoas, não querem sair de suas casas... estão na sua casa sozinhos e o filho vive ao lado, mas não querem dormir na casa do filho... querem ter sua vida sozinhos... só se estiverem muito doentes, senão não querem ir pra casa do filho... aceitam mais depressa que venha lá um filho ou filha dormir na casa deles do que eles dormirem na casa dos filhos”... (presidente da Junta de freguesia de Z)

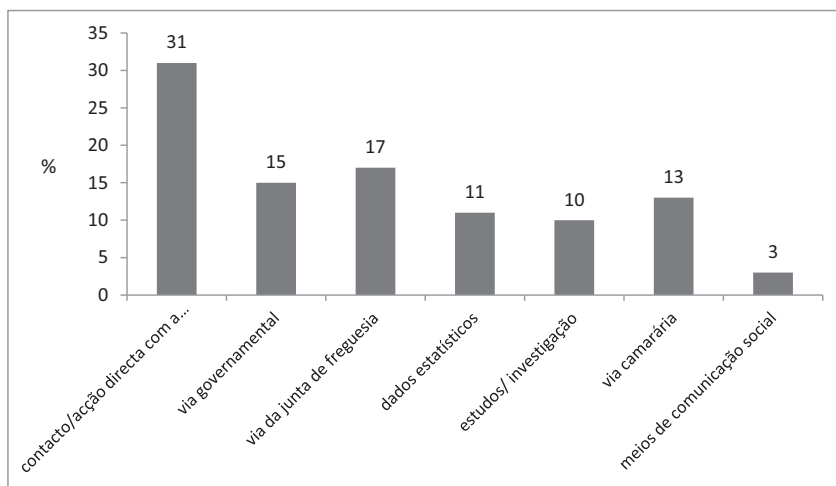
Voltando ao gráfico 16 relativo aos grupos ou entidades intermédias destinatárias e beneficiárias das actividades das instituições/associações, surgem, no intervalo entre os 11% e os 3%, os desempregados, os deficientes, os pequenos camponeses, os operários e outros trabalhadores assalariados e, em particular, imigrantes e grupos étnicos desfavorecidos, famílias monoparentais, veteranos de guerra, alcoólicos, órfãos, toxicodependentes e seropositivos e outros grupos vulneráveis e em risco. Além destes grupos vulneráveis e, em regra, destituídos de recursos, os respondentes mencionaram outros grupos ou entidades destinatárias das suas actividades tais como, num quadro de competitividade nacional e internacional, pequenas empresas e médias empresas, alguns grupos sócio-profissionais, grandes agricultores, grandes empresas e câmaras municipais associadas.

Pretendendo precisar a ordem prioritária dos meios sobre os quais os representantes das instituições/associações questionados tomaram conheci-

mento ou detectaram os problemas que afligem as populações e, no seio destas, determinados grupos ou categorias sociais, eventualmente impedidos de aceder a bens e serviços, foi possível preparar e apresentar no anexo 11 a ordem em cinco tipos de meios de conhecimento utilizados ou disponíveis por ordem de importância. Do anexo 11 ressalta como primeiro meio de conhecimento da situação o contacto com a população (49%), seguida das instâncias do poder central particularmente o governo (11%), passando pela Câmara (10%) até à Junta de freguesia (11%), através de resultados de investigações (10%) e dados estatísticos (5%).

Para além disso, a partir dos dados que os respondentes forneceram foi possível apurar a distribuição dos meios de conhecimento dos problemas como obstáculos ao desenvolvimento. Nesse sentido, no gráfico 17 apresenta-se uma síntese dos diversos meios de conhecimento, pelo que foi possível dar conta da média geral dos meios ou fontes utilizadas e mobilizadas para ter conhecimento das necessidades e problemas, de acordo com o que avançaram os próprios respondentes:

**Gráfico 17: Meios de conhecimento geral dos problemas pelas instituições/ associações (em %)**



Fonte: IIAB, 2002-2003.

Olhando para o gráfico 17, vemos que os meios mais frequentes de obter conhecimento sobre determinados problemas foi o contacto ou acção directa com a população (31%), seguida da Junta de freguesia (17%), o governo

(15%), a Câmara Municipal (13%) e os dados estatísticos fornecidos pelo INE ou outras fontes estatísticas, instâncias que fornecem o grosso da informação sobre os problemas existentes. Porém, é de realçar também duas outras vias relevantes: uma a via da investigação ou estudos (10%) sobre estes problemas que, acrescidos do papel dos meios de comunicação social, faz subir a 13%, sendo todavia insignificante ou nula a intervenção expressa de associações ou partidos. Este último dado vem reforçar a ideia que se vai instalando cada vez mais não só a constatar pelo próprio senso comum, mas comprovada em resultados de alguns trabalhos como o de Viegas (2003:201ss): a de que, ainda que considerem importante votar, atribuem alguma relevância aos partidos políticos mas mostram-se insatisfeitos ou pouco satisfeitos com os partidos e os apontam de pouco credíveis e, como tal, não estão presentes no quotidiano das vidas e dos problemas das pessoas.

Por fim, questionadas as instituições sobre o modo como actuam em prol da promoção do desenvolvimento local, foram obtidas várias respostas, sendo que a cada instituição/organização/associação foi solicitado que, em opção, registasse dois dos modos ou meios que consideram mais importantes para potenciar o desenvolvimento, o que permitiu elaborar o quadro 34:

**Quadro 34: Instituições em prol da promoção do desenvolvimento local**

Acções pró-desenvolvimento local	Opção 1		Opção 2	
	N.º	%	N.º	%
Colabora com outras instituições	64	41,3	26	25,5
Promove estratégias de desenvolvimento local	45	29,0	5	4,9
Tem pouca capacidade de intervenção	29	18,7	36	35,3
Colabora mas enquadrada e dependente de outras instituições	10	6,5	18	17,6
Evita depender financeiramente de outros	5	3,2	13	12,7
Outra forma	2	1,3	4	3,9
Subtotal	155	100	102	100
Sem informação	21	11,9	74	42
Total	176		176	

Fonte: IIAB, 2003-2004

As formas mais correntes de promover o desenvolvimento consistem em primeira e segunda opção colaborar com outras instituições (respectivamente 41% e 26%, seguida de uma estratégia orientada para o desenvolvimento

local (29% e 5%), mas sendo reconhecida, em primeira e segunda opção, a incapacidade de intervenção (19% e 35%). Outras ainda colaboram mas mantêm-se dependentes de outras instituições (7% e 18%) e, por fim, num sentido diferente, valorizando a sua autonomia, manifestam não querer ficar reféns e/ou condicionadas à ajuda de outras instituições (3% e 13%). Por fim, com um significado residual, uma ou outra instituição faz referência a outras formas residuais de apoio<sup>[111]</sup>.

Um das estratégias que vem sendo valorizada com algum impacto positivo é a promoção do turismo em espaço rural (T.E.R.)<sup>[112]</sup> que, ainda que de algum modo consiga atenuar os efeitos negativos da desertificação rural, pode constituir um pequeno contributo para a revitalização e diversificação do espaço rural não necessariamente agrícola, este último em crescente declínio particularmente nos usos tradicionais do solo, nomeadamente o agrícola. Torna-se assim visível a discrepância de usos do solo e dos recursos naturais e paisagísticos, o que comporta não apenas complementaridades e proveitos recíprocos para residentes e turistas mas também algumas tensões e fragmentações entre os tradicionais moradores e os novos visitantes, sobretudo quando se tornam novos residentes. Algumas velhas quintas de proprietários e lavradores têm sido reconvertidas por descendentes herdeiros em espaços de turismo rural ou readaptados em casas rurais de recreação e prestação de serviços, proporcionando alguns postos de trabalho, ainda que estacionais e em grande parte a nível familiar. Foi possível constatar este fenómeno em uma ou outra freguesia do município e, em particular, na freguesia escolhida para estudo mais intensivo das relações sociais aldeãs, como veremos na parte IV.

Por fim, em sequência dos dados recolhidos do INE, de outras fontes secundárias e de estudos realizados, também a partir do contacto com diversos protagonistas locais e de seus testemunhos, foi possível averiguar que não só as freguesias urbanas mas também as rurais, se bem que em graus diferenciados, têm conhecido melhorias significativas no que concerne a infra-estruturas (saneamento, água, transportes), parque escolar e equipamentos socioculturais, entre outros.

<sup>111</sup> Por exemplo, como primeira opção apoio aos fiéis (0,6%) denotativa do carácter eclesástico ou religioso da mesma, até outras como segunda opção: a ocupação de tempos livres de jovens (0,6%), promoção de estratégias de sociedades com associados (0,6%), promoção de manifestações culturais (0,6%) e convívio com a povo (0,6%).

<sup>112</sup> Em termos jurídicos, o turismo em espaço rural (T.E.R.), englobando várias formas de turismo rural (de aldeia, agroturismo, casas de campo), compreende “o conjunto de actividades, serviços de alojamento e animação a turistas, em empreendimentos de natureza familiar, prestados em zonas rurais” (Decreto-Lei 54/2002).

## 7.4. Globalização, identidade local e representações sociais

Um dos tópicos de mais difícil compreensão pelos inquiridos residiu no conceito de globalização, cuja compreensão não é obviamente fácil, não obstante a banalização e o esvaziamento a que no senso comum tem sido sujeito, o que política e ideologicamente não é de modo algum inócuo nem ingénuo. As perguntas relativas aos efeitos e impactos da globalização só foram sendo perceptíveis à medida que os exemplos e as ilustrações iam desfilando na própria conversa ou entrevista mais intensiva.

O fenómeno da globalização torna-se mais perceptível quando visto e analisado em termos de contraste com a relevância e assertividade em torno de factores propiciadores da defesa identitária territorial, do património histórico e arquitectónico, dos traços económicos e paisagísticos da terra, seja enquanto concelho, seja enquanto aldeia. Várias foram as expressões utilizadas para remarcar a identidade regional, municipal e local, acentuando aspectos que podem valorizar e contrariando outros que a podem debilitar ou afrontar. Quando questionados os entrevistados sobre quais os factores que contribuem para manter a identidade local, as respostas vêm condizer com as próprias estratégias de grupo ou do indivíduo sob escrutínio. Assim, enquanto um autarca como o de A, fortemente enraizado no meio rural, considera que o que caracteriza a sua terra é o “património e a paisagem, a agricultura e as casas de pedra, a hospitalidade”<sup>113</sup>, para outros mais ligados à construção ou à especulação imobiliária denota-se um olhar diferente do primeiro:

Senão atentemos nas suas próprias expressões, começando pelo diálogo com o primeiro, mais telúrico:

A.C.: O que é que caracteriza mais a vossa freguesia?

P.J.: A paisagem... as casas de pedra... e a hospitalidade...

A.C.: Considerando as limitações do meio... Quais os factores mais importantes para obter desenvolvimento no país e neste meio local?

P.J.: Em termo de país... e meio... a agricultura tradicional... o património paisagístico rural, a gastronomia tradicional... eu englobo a gastronomia tradicional como as pessoas matam o seu porco... seu frango natural... o artesanato... não é importante porque não tem rentabilidade... sensibilidade ambiental seria

<sup>113</sup> O património como núcleo basilar da identidade local compreende, mais além dos monumentos histórico-arqueológicos, arquitectónicos e tesouros milenários, determinados produtos de marca em termos alimentares ou de bebidas, particularmente o vinho (cf. Lowental 1998). No âmbito do património adquire especial relevância o património cultural, a cultura material ou materializada, particularmente do e no espaço rural, a qual foi sublinhada por Jorge Dias e seus colaboradores ou seguidores (Oliveira *et al.* 1974), destacando ainda o trabalho de Branco (1987) e de Perez (2003:231-247), para quem o património cultural é uma forte base e alimento da identidade e desenvolvimento local.

importante... mas também não é fundamental. – Mais práticas religiosas?... também não, já temos... – Apoio aos idosos é importante mas isso não desenvolve nada... Aqui as pessoas geralmente não podem viver só de um salário... ou de uma actividade

A.C.: E que fazer e como fazer?

P.J.: Aqui as explorações agrícolas... os lavradores são muito individualistas, não participam mas adaptam-se... Parece que não mas é importante... até pró país é bom... andam pr'aí a dar dinheirinho pra fora... compra-se aqui feijão verde, batatas... vêm de Espanha quando nós aqui produzimos tudo isso... e até se evitaria de sair divisas do país... O ideal é produzir para dentro e pra fora para os outros... porque eu conheço um fulano em Paredes de Coura que começou do nada... com uma estufazinha... hoje tem umas estufas enormes... e o indivíduo que é que faz?... – só produz pra uma cooperativa espanhola... e que é que acontece?... – os espanhóis vêm ali buscar o produto... todo o ano... todas as semanas... feijão verde... hortaliças... tomate, etc... levam pra Espanha... tratam e embalam e vêm pra Portugal... e é vendido em Portugal... é produzido em Portugal, é vendido por metade do preço... vai a Espanha... preparam-no e volta pra Portugal pra ser vendido... isto é verdade... tenho eu conhecimento...”

Deste diálogo se infere a marcação da identidade local pela agricultura e, para além das produções em massa e com ingredientes químicos, a produção e comercialização de bens agrícolas “naturais” de qualidade, sendo assim valorizados os produtos locais e nacionais, um dos princípios assumidos pelos programas LEADER<sup>114</sup>.

Outros presidentes de junta, embora situados em meio rural, consideram a importância de articular os interesses e os valores da agricultura com os do ambiente, tal como o manifesta o presidente da Junta de freguesia T que, quando interpelado sobre as três principais medidas a tomar para promover a identidade positiva da região ou da freguesia indicou três como mais importantes:

“Começando pela agricultura... a primeira questão é criar condições para a agricultura... nós sabemos que a agricultura vive quase exclusivamente das vacarias. A primeira questão que devíamos colocar era se possível afastá-las do centros da freguesia e colocá-las em zonas possíveis, porque a imagem das vacarias provoca... já não digo cheiros mas agora com o calor é moscas por todo o lado...

<sup>114</sup> As iniciativas ou programas comunitários Leader I e Leader II, para além do estímulo à produção, valorização e comercialização dos produtos locais, destinavam, entre outras medidas, o apoio técnico e a formação profissional para o desenvolvimento local, o incentivo ao artesanato, às pequenas e médias empresas e sua modernização, a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida, a diversificação das actividades económicas, entre as quais, em primeiro lugar o turismo em espaço rural (T.E.R.) (cf. IDRH, 2003).

Ora as vacarias devem ir pra essas zonas... onde não criem problemas ambientais... devem ser centralizadas com uma central de tratamento.

Em segundo lugar, conservar o património paisagístico rural e património arqueológico...

Em terceiro, para mim as empresas e as associações patronais são um dos elementos fundamentais para obter desenvolvimento regional e local. Ou melhor, penso que são as associações patronais que desenvolvem... a REN e a RAN é uma pressão. Terrenos junto a caminhos públicos deveriam ser para construção (30 metros)<sup>[115]</sup>... O governo, a Câmara e as próprias Juntas de freguesia devem criar condições para o desenvolvimento.”

Para aferir outras concepções de autarcas a respeito da identidade e dos factores de desenvolvimento mas desta vez visto na óptica de um autarca em meio quase urbano – trata-se de R – em perímetro periurbano. Contrastando com a perspectiva do autarca anterior da freguesia A e pressupondo um certo distanciamento em relação à perspectiva mais ecléctica do presidente da junta de T – que procura conciliar o património agrícola e paisagístico com o desenvolvimento e as necessidades de habitação –, o presidente da Junta de R, como outros, assume uma visão no sentido de criar condições para a construção, o lucro e, eventualmente, a especulação imobiliária:

“A agricultura tradicional... nada; a agricultura moderna... nada; património... nada. Olhe... pra esta zona seria bom é construir moradias<sup>[116]</sup>... há indústrias... meter grandes fábricas aqui não... eles estão a tirar as fábricas da cidade... nos arredores, ok... eu tenho uma fábrica de bordados... e é das melhores aqui... de bordados... temos a zona industrial aqui perto... na J, a 5 km... Eu tenho lá uma bouça... ainda agora um rapaz me ofereceu perto de 100 000 contos pela bouça, pra uma indústria...

Quanto a património arqueológico... temos alguma coisa... a Quinta de D. Luís é património arqueológico... e ele está todo contente... tem lá uma grande extensão de terreno... Construção imobiliária no centro da localidade... isso era bom... no centro... note que o centro desta freguesia não é isto aqui... Por detrás da GNR há uma grande extensão de terreno que é pra construção... e lá é o centro histórico é mais aqui... 25 lojas, que vai pertencer ao centro histórico... e por isso não vai descaracterizar a freguesia.”

<sup>115</sup> A mesma opinião é partilhada por vários presidentes de Junta como o de NL, ou o secretário da Junta de MM: “o PDM (*Plano Director Municipal*) fecha oportunidades, dá-se a desertificação porque os jovens saem, aqui há uma concentração enorme de terreno numa só família, que não necessita de vender.”

<sup>116</sup> Note-se que este presidente tem 50 000 m<sup>2</sup> de terreno agrícola que quer desanexar para construção, AC.

Este autarca de R, quando foi interrogado sobre a importância das tabernas, da “promoção das artes e ofícios e dos mercados tradicionais”, dá-lhes pouca ou nenhuma importância, admitindo essas manifestações a título folclórico de representação mimética dos tempos antigos ou como simples simulacros para ser vistos por ingleses ou outros turistas, nomeadamente por ocasião das festas de Barcelos e de R. Mais importante seria, segundo este autarca de R que “se se construísse aqui um supermercado ou hipermercado que não descaracterizava nada a freguesia”.

Um dos sérios problemas com o tecido empresarial que se vem confrontando, sobretudo na última década, tem a ver com a competitividade nos sectores têxtil e do calçado, comprometendo a sustentabilidade de muitas pequenas e mesmo médias empresas. É precisamente neste campo que se fazem sentir directamente os impactos da globalização, tal como refere ainda o presidente de T:

“P.J.: Aqui o investimento, por exemplo... nós temos diversos investimentos em T... desde o têxtil onde emprega cerca de 80% das mulheres... depois temos a construção civil que é bastante grande em T... muito grande até... e depois temos a agricultura... que tem apoios da União Europeia... isto são os pontos principais... Porque a agricultura não tem tanta gente, como você sabe... porque a própria agricultura tem menos pessoal por causa da maquinaria... Estas são as três bases fundamentais” (presidente da Junta de freguesia de T)

Embora de forma minoritária, alguns dos entrevistados, quando questionados sobre qual a base da sua identidade e do desenvolvimento da sua freguesia ou município, referem o trabalho como algo central, como assalariados e como empresários, sendo cada vez mais o desemprego a maior ameaça à estabilidade, como refere o dirigente associativo de D: “Sim, há desemprego mais na classe dos 40 e 50 anos... por exemplo, a *Cerâmica do Cávado* faliu e lançou algumas famílias no desemprego, porque trabalhava o homem e a mulher”. O mesmo dirigente acusa empresas intermediárias na agricultura como é o caso da SOGRAPE que não oferece trabalho a pessoas residentes:

“Eles colhem aqui o vinho e engarrafam-no e não dão trabalho a gente daqui, apenas há algum trabalho na época das vindimas... há alguns reformados que querem ganhar um pouco mais, mas tirando isso nada mais... de resto é tudo mecanizado...” (J.C., dirigente associativo de D.)

Um outro problema, nem sempre bem resolvido, tem a ver com o tipo de relação da Câmara com o mundo das empresas, nomeadamente as indús-



trias, de construção e serviços, pois é a partir delas que vem uma importante parte de receitas, mais concretamente dos projectos de construção. Às vezes, embora por razões familiares ou interesses divergentes, há um bom entendimento entre determinados agentes económicos e seus representantes, entre os quais está a Associação Industrial de Barcelos (ACIB), a cuja estratégia a Câmara tem colocado dificuldades apresentando as suas reservas, havendo a este respeito detractores e defensores da posição da Câmara:

“Se perguntarmos ao presidente da ACIB sobre a dificuldade que a Câmara colocou para legalizar o complexo da Zona Industrial da J, lhe contará como se gerou tanta dificuldade entre autarquias e a ACIB... e porquê?... por capricho... porque a ACIB comprou tudo... eu por vezes até digo assim... e já vendeu quase 80% dos pavilhões!... Pergunto: por que não recebem apoio do município para o desenvolvimento?”

Outros, especialmente alguns autarcas como o de G, sentem-se escandalizados pelo facto de a ACIB ter vendido o Parque Industrial da J ao Banco Português de Negócios (BPN) por 20 milhões de contos, sendo considerado por alguns ‘o negócio do século!’.

As freguesias diferem quanto ao nível e qualidade das actividades desenvolvidas, o que se deve a diversos factores, desde a densidade e a variedade de actividades industriais e de serviços (Barcelos, Arcozelo, Tamel S. Veríssimo, Várzea, Abade do Neiva e Vila Boa, Galegos S.ta Maria, Viatodos) e correspondente composição social, passando pelas conexões preferenciais de alguma figura proeminente na Câmara ou noutra instância, até ao tipo e capacidade de liderança local ou até mesmo o volume de recursos e sobretudo o grau de mobilização da própria população. Estas freguesias têm uma forte densidade populacional, maior volume de recursos através do FEF e de iniciativas particulares, têm centros de apoio ou solidariedade; desporto, escuteiros, grupos de jovens, associação ou clube de futebol, folclore e, algumas delas, grupo coral (organizado), banda de música, escola de música, associação de pais e alunos. Algumas começam a ter preocupações com os idosos, dando apoio domiciliário ou criando centros de dia.

Por exemplo, uma freguesia protegida com ajudas de longo prazo<sup>117</sup> é XB, tal como o exprime abertamente A.S., presidente do Centro Desportivo e Cultural de XB:

<sup>117</sup> De recordar o papel proeminente da família N.O. desde o “Estado Novo”, no pós-25 de Abril com os partidos à esquerda e, ultimamente e de novo, em contexto democrático com vereadores como N.O., filho, e o professor J.R. Seguindo a tradição, este Centro Desportivo e Cultural, através de uma Comissão formada por casais que se casam naquele ano, a Feira da

“Imagine, em 2004, ano de crise, o nosso Centro recebeu em apoios cerca de 125 000 euros, caso único no município... Antes era PS aqui, mas perderam e agora é PSD. O presidente da junta é uma jóia de pessoa... ele é de XB... é também vereador”.

Outras, por razões de localização estratégica, têm conseguido obter algumas infra-estruturas tais como um posto de saúde: *“Conseguimos em 1986 construir o posto de saúde e só tínhamos 66 contos na Junta (faz 20 anos que estou na Junta!), mas tivemos apoio da ARS”* (presidente de Junta de JO).

Apesar de as pessoas serem cada vez mais afectadas no actual processo de precariedade e dualização dos processos de trabalho no quadro do capitalismo tardio, as estratégias de sobrevivência tem obrigado a articular actividades em vários sectores.

Isabelinha (sempre na segunda feira de cada Páscoa), a qual alcança quase 15 000 contos, (75 000 euros) o que se torna possível graças aos lucros pelo aluguer recebido dos feirantes.

## Capítulo VIII

### Juntas, colectividades e Câmara Municipal: poderes, conflitos e mediações

Tradicionalmente, uma das componentes mais relevantes da vida das populações era, tal como ilustraremos no estudo de caso da freguesia de Durrães, a ajuda familiar e comunitária, a qual, como vários autores demonstraram desde Weber (1978) a Mauss (1993), implica trocas que, não sendo desinteressadas, surgem da necessidade de fazer face a problemas concretos, particularmente económicos.

Com as mudanças ocorridas, sobretudo no decurso e depois dos grandes fluxos migratórios e correspondente êxodo rural, não só os habitantes das freguesias rurais, na sua maioria, diminuíram o seu grau de dependência perante os vizinhos e, em particular, os seus antigos patrões e patronos – um fenómeno já detectado por vários autores (cf. Silva, 1998) – mas também a própria freguesia conheceu uma recomposição social com uma considerável deslocação das actividades do sector primário para outras do secundário e terciário, mantendo o primeiro como complemento dos segundos, o que representou uma notável mudança no *modus vivendi* de muitas famílias. Ou seja, o sentido de comunidade, foi sofrendo alterações. Porém, se a ajuda mútua a nível comunitário está em declínio, em que medida estão ou não a surgir novas formas de associativismo? Esta é uma questão difícil de responder, limitando-me a procurar examinar em que medida têm sido abandonadas as velhas formas comunitárias e/ou se entrecruzam com as novas formas associativas ou então que novas formas de associação têm emergido, sem deixar de assinalar oportunidades e obstáculos na sua concretização e fixação. Entretanto, outras estratégias ou soluções são pensadas: ou cada um procura maximizar estratégias de sobrevivência ou de rendimentos numa base familiar e atômica ou reemergem, a partir de necessidades concretas, ou surgem iniciativas de ordem mais institucional (Câmara Municipal e/ou Junta de Freguesia, Segurança Social) ou então estabelecem-se formas associativas de base alegadamente voluntária que todavia se baseiam numa base comunitária mas já debilitada.

## **8.1. Entre a gestão corrente, a mediação clientelar e o desempenho responsável**

Tal como noutras câmaras de pequena e média dimensão, também no concelho de Barcelos a reprodução usual de esquemas informais e de forte dependência política e económica das Juntas face à Câmara no quadro de um velho sistema enraizado – o patrocínio ou clientelismo – as Juntas de freguesia, em grande parte dos casos, limitam-se à gestão corrente e rotineira. Estas assumem o cargo mais como uma tarefa que, para além dum certo grau de prestígio local, tem a vantagem de proporcionar um suplemento importante de rendimento pela via da verba de duodécimos que os cargos de presidente, secretário e tesoureiro detêm. De facto, por observação de posturas e práticas, não se vislumbra numa parte considerável de representantes do poder local a ideia ou convicção de serviço à causa pública e ao bem estar das populações como parte integrante do desenvolvimento local. Para estes autarcas trata-se de fazer o atendimento das pessoas, passar declarações, atestados de residência, fazer o recenseamento dos eleitores residentes, entre outras tarefas. Tudo o que ultrapasse esta rotina nem sequer é ventilado nem objecto de debate e participação da população. Bastaria trazer algumas reacções ao inquérito sobre a questão do desenvolvimento local como, por exemplo, a que ocorreu na freguesia de R e J. Por exemplo, a sr.<sup>a</sup> E., secretária da Junta de R, resume as suas actividades e serviços prestados à população, relatando como as demais actividades são pura e simplesmente delegadas junto das IPSS e, em particular, no Centro paroquial gerido pela Comissão Fabriqueira:

“Aqui são passados atestados de residência, declarações para apoio nos tribunais, relacionado com o rendimento mínimo garantido, atestado para enviar para o advogado officioso declarando que determinada pessoa tem necessidades do ponto de vista financeiro. Sobre os equipamentos: ATL não temos; temos jardins-de-infância; e temos um centro paroquial que tem o centro de dia e creche, que é tudo gerido pela Fabriqueira da Igreja... Nós apoiamos todas as associações mas não gerimos nada de equipamentos sociais; existem associações desportivas, humanitárias, culturais, recreativas...” (secretária da Junta de R, 24-5-2004)

Do mesmo modo, também as declarações e explicações do Presidente da Junta de J vão nesse sentido, tal como eu próprio pude comprovar neste processo de solicitação ao preenchimento do questionário.

“Com os inquéritos só há chatices... Isto é só perda de tempo... que no fundo isto não leva a nada... Nós apenas damos apoio para o recenseamento da população... de resto mais nada... Uma vez a Câmara meteu no terreno funcionários

e pediu-nos ajuda para indicar as pessoas pobres da freguesia... veja bem!... mas pergunto eu... para quê?... mas para quê... meu Deus!... afinal nem as casas dessas pessoas arranjaram!... inquéritos para quê?”

Pelos vistos, na óptica deste como doutros presidentes de Junta, eles não terão que (pre)ocupar-se com os problemas colectivos e individuais das pessoas mas apenas cumprirem o estritamente administrativo ou burocrático. A título de ilustração, registre-se um escrito público de protesto por parte de um cidadão que, confrontado com o abandono dos caminhos intransitáveis da freguesia de CV, censura, por ocasião de um funeral de um familiar, “*a apatia de um presidente de Junta*” (BP, 287 II série, 16-1-1997).

Os membros das Juntas de freguesia, quando questionados sobre a possível candidatura a algum projecto de infra-estruturas ou afectação de equipamentos colectivos, na maior parte dos casos, dão respostas que vão no sentido de delegar na Câmara qualquer dessas iniciativas: “... *isso é tudo com a Câmara que me dá tudo... computadores, mas aqui não justifica ir com outras freguesias.*”

Muitos dos presidentes de Junta candidatam-se ao cargo a pedido dos líderes municipais de cada partido ou estimulados por grupos de cidadãos da freguesia, a maioria limitando-se a gerir de modo rotineiro e com algum interesse no suplemento dos duodécimos que acumulam com a actividade agrícola ou rendimentos em outro sector<sup>[118]</sup>. Alguns queixam-se de que são incomodados a qualquer hora, outros, sobretudo nas freguesias urbanas, conseguem ‘disciplinar’ seus conterrâneos, marcando dias e horas de atendimento, pois de outro modo torna-se insustentável e irreconciliável com o seu trabalho ou mesmo com a vida familiar, tal como refere o presidente da Junta de Z:

“Nós estamos na junta porque queremos, mas às vezes a vida de família sofre... e o tempo não nos sobra... somos solicitados para tudo.. e não nos sobra tempo para casa... e as famílias começam a pressionar... ‘o jantar tá pronto’... a que respondo ‘Oh pá, comam vocês... eu vou daqui ao bocado’... e isto começa a mexer...”

<sup>118</sup> Contudo, há excepções. Há membros da Junta que entregam o dinheiro a quem de direito para fins colectivos, tal como se pode inferir de vários testemunhos, entre os quais o do presidente da Junta de M: “*Temos médico e enfermeira desde 1998, uma vez por semana, e quem paga é a Junta de Freguesia... Sabe, tenho que engolir sapos e calar-me, senão não levo nada e o meu povo castiga-me e perco as eleições como aconteceu ao antigo presidente de IP, foi muito guerrilheiro nas Assembleias Municipais... e perdeu porque não tinha apoios e não apresentava obra e o povo acabou por não votar nele... Temos que comer e calar... abdiquei dos 40 e tal contos dos duodécimos e o tesoureiro também. Apenas o secretário é o único que recebe. Assim podemos pagar ao médico 12 consultas/mês para quem necessita... quem paga é a Junta*”. E seria de acrescentar que o Governo, concretamente o Ministério da Saúde, agradece a generosidade destes autarcas, pois representa poupança de dinheiros públicos.

Apesar de a gestão das Juntas de freguesia ser geralmente rotineira, cada um dos presidentes, principalmente quando se verifica uma alteração da cor partidária, sente a necessidade de se demarcar da gestão anterior, diminuindo-a ou engrandecendo a sua própria acção, tal como o presidente de Junta de Z:

P.J.:... Eu concorri e ganhei as eleições ao ex-presidente de Junta (de Z)... meu antecessor – também não temos sede de Junta, se calhar foi isso que limitou e limita muito a actuação da Junta – entregou-me assim um molhinho de papéis (... é uma caricatura mas é assim... um molhinho)... Hoje tenho lá um anexo que fiz de propósito atrás da minha casa, para ter onde meter a papelada, senão não temos... e tem lá duas prateleiras de um lado a outro das paredes e cheias de pastas da Junta... A minha mulher diz assim... eu quero ver quando tu entregares isso... vais dizer assim: “*eu recebi um molhinho, agora entrego um molhão*”, mas, sabe, nós somos solicitados para tudo e para tudo se exige papel...

A.C: Agora sobre o papel da junta e o aumento de fluxo de solicitações... será que este modelo não terá que ser repensado?...

P.J.: Eu acho que sim, cada vez mais se fala de descentralização e de dar competências às Juntas, e a outra parte?... Onde estão as condições para nós trabalharmos em sede de Junta?... porque nós... ou levamos isto a sério... ou então... também se calhar neste momento não há quem vá para esse campo... Quem é que vai deixar o seu emprego para estar numa Junta de freguesia a tempo inteiro? Só com população a partir de 5 000 eleitores é que dá possibilidade de ter alguém... A nossa população habituou-se a ter as coisas e agora é complicado... Antigamente cada proprietário encaminhava as águas na berma, mantinha algum cuidado em frente da sua porta; agora diz “... *isso é com a Junta... que tem que rapar as ervas, encaminhar as águas...*”

É precisamente neste ambiente de contactos rotineiros, informais e de troca de favores, assim como de desresponsabilização, que se desenvolvem as relações clientelares. Com efeito, entre outros, também os presidentes de Junta servem de mediadores na rede de patrocinadores. Quer seja numa modalidade de gestão rotineira, como sobretudo numa liderança local mais activa, as relações entre presidentes de Junta e os vereadores e, em particular, o Presidente da Câmara estão impregnados de deferências, cumplicidades e amizades de tipo instrumental de parte a parte, salvo nalguns casos em que a relação assume contornos fortes de fidelidade pessoal ou partidária<sup>119</sup>.

<sup>119</sup> Foi possível confirmar esta situação, enquanto preenchia um questionário. Um dos senhores presidentes revelou que, se eu tivesse uma carta de recomendação do senhor Presidente da Câmara, seria melhor: “eles deviam mandar... quando aparece assim uma pessoa... deviam mandar à Junta uma recomendação... de que vai passar por aí fulano para estarmos mais tranquilos... sabe que aqui aparece-nos tanta coisa... e nós dizemos... não.. não... A Câmara

Tais relações fortalecem-se por ocasião dos encontros partidários, das reuniões da Assembleia Municipal e principalmente pelas festas a nível municipal e local. Tais fidelidades e dependências manifestam-se em atitudes seguidistas e acrílicas dos próprios vereadores do partido mais votado em relação ao Presidente que os propõe ou solicita para serem candidatos. Só assim se compreendem determinados comportamentos como o do vereador J.C. ao propor que o fundo estatal destinado a subsidiar as freguesias não obedeça a nenhum critério mas seja discricionariamente distribuído pelo Presidente da Câmara:

“Tendo sido atribuído à Câmara Municipal de Barcelos um subsídio de 8 700 *contos* para obras e equipamentos, dos quais já foi recebido 50%, e tendo em atenção que o meio rural carece de auxílios financeiros desta Câmara para arranjos de caminhos, fontes e lavadouros públicos, de que, aliás, são constantes os pedidos, proponho que esta verba seja, total, ou na sua grande parte, distribuída pelas freguesias de harmonia com as necessidades que forem constatadas pelo senhor Presidente e Vereadores... Mais proponho que sejam conferidos poderes ao Presidente para fazer a distribuição dessa verba sem necessidade prévia de autorização.” (ACMB, 6-7-1977, fls 113-114)

Não há na política da Câmara, particularmente em finais dos anos setenta e nos anos oitenta, uma linha de rumo. No final de 1977 o vereador J.C. secundado por outro, perante os 16 616 *contos* atribuídos pelo Ministério da Administração Interna a título de “fundos livres” – o que é sintomático da política também clientelar a partir do governo central! – e, em princípio, destinados a subsídios para as Juntas, propõe uma política de contenção e, ao mesmo tempo, maior margem de manobra, destinando

“1.º- (...) apenas 6 000 *contos* sejam destinados e orçamentados para subsídios às Juntas de Freguesia para obras de interesse local; 2.º – que a restante verba de 10 616 *contos* seja cativa até que a Câmara saiba quais os restantes subsídios respectivos montantes; 3.º – que, caso os 10 616 *contos* não sejam necessários, no primeiro orçamento suplementar de 1978, se lhe dê o devido destino, ou seja, para obras no nosso concelho; 4.º – que se comunique às Juntas que podem contar desde já com um subsídio de 50 *contos* em 1978.” (ACMB, 12-12-1977, fl 214)

Será este mesmo vereador que, nos anos 80, uma vez eleito presidente da Câmara em 1981, será permeável ao tráfico de influências, tendo dado lugar

não tem que obrigar a ninguém... mas isso nos deixava sossegados... porque a Câmara sabe mais que nós...”

à solicitação de uma sindicância à Câmara. Subsequentemente, os inspectores elaboraram um relatório onde se comprovam graves irregularidades – crime de falsificação de documentos e peculato, gastos de milhares de contos do município em habitação, transportes e refeições em diversos pontos do país por parte do presidente, sua mulher e outras pessoas, pelo que lhe foram instaurados dois processos por responsabilidade financeira e criminal (BP, 273, 12-5-1988).

Situando-nos, porventura, nas décadas de 1990 e de 2000, os processos reproduzem-se de modo semelhante, ainda que actualmente haja um controlo cada vez maior dos partidos da oposição e dos próprios meios de comunicação social. De novo e de modo recorrente assiste-se a um processo de sedução de autarcas, alguns dos quais se sentem elogiados pela companhia de membros ilustres da Câmara, sendo digno de menção o desabafo do presidente da Junta de T ao ostentar a confiança com o presidente da Câmara e vereador do partido do governo municipal:

“Ora bem... eu ontem almocei a esta hora com o Presidente... e com dois vereadores... sabe, eu tinha combinado almoçar com o vereador MM... ele é ali de... quer dizer nós damo-nos muito bem... e então ficamos de vir comer aqui ao restaurante F em T; só que não me lembrei que à 4.<sup>a</sup> feira está fechado... então fomos à AP comer umas sardinhas... ok, vamos os dois lá... quer saber?... Pelo caminho o Presidente telefona ao vereador por assuntos da Câmara... e ele diz ‘oh, Presidente, eu estou aqui a chegar à AP... tou aqui com o CO... e vamos comer umas sardinhas...’. ‘Então, diz o Presidente do outro lado, esperem aí que eu apareço já aí’.. você sabe? ..afinal apareceu ele e o FF... outro vereador... comemos ali os quatro na AP...” (Presidente da Junta de T, 2004)

Desta descrição percebe-se, a par da “ vaidade ” de acompanhar os vereadores e o presidente da Câmara de modo personalizado, o interesse, por parte destes, por criar o clima propício para ir estabelecendo relações próximas de cariz personalizado e eficaz na mobilização de recursos e vontades para a manutenção do poder municipal. Este clima de confiança é fundamental não só para obter favores de ordem familiar ou outra, mas inclusive para contornar a falta de autonomia e de certos entraves de ordem normativo-burocrática, tal como refere o presidente da Junta de T:

“... Olhe, eu fico um bocado revoltado... nós dependemos... a lei obriga-nos muito a certos sistemas que não dá para rentabilizar o pouco trabalho de uma Junta de freguesia. Imaginemos que aquele muro caiu... Neste meio onde eu estou... peço a um empreiteiro... quanto fica este muro, pá?... e ele diz-me custa



tanto... É evidente que eu tenho métodos na Junta para resolver aquilo rápido... é evidente que aquele dinheiro entra como nós chamamos no tal 'saco azul'... eu tenho um tractor, eu vou buscar a areia, eu pego no tractor ou peço a um colega... 'vem aqui buscar a areia'... eu não pago a carga da areia... pago a areia mas não pago a carga. Eu junto o útil ao agradável: por exemplo: aquele caminho vai para aquele campo daquele e ele precisa daquele muro para alargar o caminho, eu jogo... 'Eh pá!.. vais participar... pelo menos no trabalho, vais botar um bocado a mão... e ele diz 'prontos... eu boto-lhe a mão... pagai vós o resto que boto a mão'... Por outro lado, eu vivo numa freguesia onde não me falta pedra... e a obra em lugar de me custar 500 contos, custa-me 300. É evidente que aquele dinheiro depois tem que entrar aqui, mas a lei não permite essas coisas... está a entender o que eu quero dizer? Quer dizer, você ao fim e ao cabo não tem autonomia nenhuma... vou dizer em que sentido... é que você mesmo que quiser botar um vidro na escola, você não tem dinheiro, porque o dinheiro que veio para parede tenho que aplicá-lo na parede, tenho ou não tenho? Depois vem perguntar: então tu gastaste 500 contos na parede, e como foste arranjar dinheiro pró vidro?..."

Desta entrevista resulta evidente que a lógica de actuação de certos presidentes que têm uma gestão mais caseira e flexível entra em conflito com os trâmites processuais e as normativas burocráticas. Por outro lado, as Juntas de freguesia têm um poder limitado e uma autonomia muito restrita devido à dependência financeira e política da Câmara que, por sua vez, pelo facto de necessitar de apoio de seus fiéis partidários nas respectivas Juntas, vai (con)cedendo certos benefícios (arranjos de caminhos) e, eventualmente, pequenos favores de ordem individual ou familiar. É esta falta de autonomia política e principalmente financeira que torna as Juntas de freguesia mais vulneráveis a diversos tipos de pressão. Por vezes, é também neste contexto que o presidente de Câmara, para além das fidelidades asseguradas pelos presidentes de Junta do seu partido, aplica por vezes a tática de sedução com autarcas da oposição no sentido de captá-los e, possivelmente, numa próxima eleição, reconvertê-los e propô-los como candidatos próprios.

Como efeito, as Juntas de freguesia não têm autonomia em termos de competências financeiras, o que obstaculiza uma programação e os respectivos ajustes a nível local, observando-se um certo grau de desconfiança, desperdício de recursos públicos ou, até por vezes, como referiu um ou outro, de corrupção. Esta falta de autonomia financeira e de competências é sublinhada por outros autarcas locais, que apontam para a necessidade de delegação de competências com respectivos recursos financeiros para serem geridos localmente pelas próprias Junta de freguesia, tal como o confessa o presidente de T: "*Cada freguesia devia de ter direito pelo orçamento de*

*Estado a uma verba em relação ao ordenamento que temos (área, população) e cada qual tinha o seu escalão, na base de desses critérios...”*

Há autarcas que assumem o cargo porque “ganharam a confiança” da população, mas que cada vez mais se sentem incomodados pelos custos económicos e de (re)apresentação nas relações públicas, na acepção goffmaniana (cf. Goffman 1974), para além do desgaste que o exercício do cargo implica há a quase nula autonomia financeira:

“Sabe? Isto não dá nenhum ganho, temos que ir bem vestidos à cidade para não parecer mal, temos que pagar um almoço a este ou aquele engenheiro para conseguirmos alguma coisa para a freguesia; e para fazermos boa figura para as pessoas da terra temos que ter um carro que não pareça mal, para não passarmos por *trochas...*”

Eu sou um dos poucos presidentes com 3 mandatos que não sou militante do PSD... eu tou cagando pra isso... dou-me bem com as pessoas aqui, e por ter estado na *Casa do Povo* de T durante o passado, para servir os trabalhadores rurais, é que as pessoas confiaram em mim. Mas eu estou farto disto. Não temos nenhuma autonomia financeira. Às vezes de noite batem-me à porta para ateados. Não temos sede de junta. O correio vai parte para minha casa, parte para o secretário. Reunimos na antiga escola primária mas o edifício não tem condições.” (Presidente de Junta de T)

Na maioria das freguesias rurais e de menor dimensão, os autarcas, principalmente os presidentes de Junta, costumam estar disponíveis a toda a hora, ainda que se queixem que tais hábitos são maus, tal como o sublinhava o Presidente de Junta de I:

“Sabe, nós temos a sede de Junta aberta diariamente... sabe porquê? – Porque eles sabem onde mora o presidente de Junta... (e muitas vezes mesmo às 11 da noite...)... Aqui as pessoas estão mal habituadas... porque por vezes estamos aqui até às 22 ou 22:30 e depois ainda vão a minha casa para assinar isto ou aquilo... Isto das Juntas tem que ser repensado... eu estou prestes a terminar isto... mas não tenho dúvidas que quem vier atrás disto... ou têm que pagar às pessoas ou não terão quem faça o trabalho... Isso de andar a fazer voluntariado já acabou... acabou porque as pessoas põem-se a ver... nós que andámos aqui... somos os que trabalhamos.” (Presidente de Junta de I)

Para além deste, outros autarcas se queixaram ou sentem algum desconforto perante a escassez de recursos disponíveis para cumprir as suas tarefas, principalmente em torno dos sacrifícios e cortes em subsídios em prol da construção do novo estádio do Gil Vicente que devia estar pronto

para o Euro 2004. A propósito, foi possível descobrir, para além da crítica da oposição, dois tipos de reacção no seio dos próprios presidentes de Junta aliados com o poder municipal. Alguns secundavam a estratégia do presidente da Câmara com expressões de aprovação e de regozijo pela ocasião da inauguração do novo estádio do Gil Vicente, sendo dignos de registo algum dos comentários ouvidos, entre os quais os do presidente de Junta de T:

“Os preços eram um bocado caros (as entradas para a inauguração do estádio)... e o jogo não era assim forte... mas o raio do estádio está bonito!... não é uma coisa majestosa mas tem uns acabamentos bonitos... e uma forma, um desenho bastante engraçado... o final foi muito bonito... o encerramento da inauguração... muito fogo... alguém dizia que os foguetes eram mais que os espectadores (Comandante dos Bombeiros de Barcelinhos)... Seguramente meia hora em que o estádio era só fogo...”

Outros, contudo, denunciaram esta obra como um ‘elefante branco’ que acabou por retirar dinheiro de obras da cidade e das diversas freguesias. *Durante dois anos as freguesias sofreram por causa do estádio, o dinheiro foi todo para o estádio e este foi um fiasco, porque não foi utilizado no campeonato europeu nem teve nenhum impacto* (presidente de Junta de G). Esta também foi a percepção dominante entre a população e entre alguns responsáveis institucionais, o que é reconhecido pelo próprio assessor da presidência da Câmara para as autarquias:

“Estes dois últimos anos... eu já disse aos senhor Presidente... ‘Eu estou com a minha cabeça exposta (a prémio)...’ Bom, e eles (autarcas) têm-me respeitado... neste aspecto... porque sabem que eu como presidente de Junta também sofro do mesmo problema... a falta de verba... O Presidente da Câmara diz-me... ‘oh pá... que queres que faça, que vá assaltar um banco!?’ A Câmara neste momento está metida com uma obra de grande envergadura... que é o Estádio Municipal... oh pá, aquele estáááááádió... é uma obra bonita e tudo mais... mas eu já tenho dito isto... eu como presidente de Junta dispensava bem... o estádio... o que queria era obras na minha freguesia... porque está-nos a levar o orçamento todo pra lá...”

E os demais presidentes de Junta também dizem: ‘Oh pá, eu quero lá saber do estádio pra alguma coisa.. O que eu queria era aqui a água e o saneamento na minha freguesia... o que eu queria era aqui o polidesportivo... o que eu queria era a sede de junta... o jardim-de-infância... e tal... os colegas estão saturados... nós compreendemos a posição deles mas também não conseguimos fazer outra coisa... vamos aguentando o barco... Estou convencido que vai melhorar... A estratégia da Câmara em construir o estádio foi na tentativa de ser contemplada com uma função complementar no EURO 2004, mas isso falhou... totalmente...”

Outros vão mais longe na crítica, denunciando o tratamento desigual por “compadrio”, tal como refere no seu protesto o dirigente associativo do Grupo Desportivo de D, para quem seria possível evitar os custos de construção do Estádio, se tivesse havido acordo com o empresário B.A., o qual acabou por não concretizar-se por interesses familiares de responsáveis da Câmara:

“ S.M. assumia a construção do estádio, todos os custos inerentes ao estádio em permuta do complexo desportivo do Gil Vicente, com o intuito de criar lá uma grande superfície comercial... só que o presidente da Câmara... o pai tem um pequeno supermercado... e os grandes supermercados ainda não se implementaram em Barcelos por causa disso... Por isso está a ver... quantos milhares a Câmara pagou porque não soube defender o interesse do mundo desportivo... Isto foi mais uma defesa dos interesses familiares... E grande supermercado era necessário como o pão para a boca para Barcelos... as pessoas têm que ir a Braga ao Feira Nova...”

Não são raras a queixas de munícipes em relação a práticas de ‘corrupção’ em processos de licenciamento, o que seria mesmo confirmado por um ou outro presidente de Junta e por líderes da oposição, designadamente C.L. do CDS-PP que, na apresentação como candidato a Presidente da Câmara, referiu:

“Como sabem, é muito difícil lutar contra o poder instituído, sobretudo quando se trata de um poder hegemónico e em que essa hegemonia construiu-se com métodos próprios do Terceiro Mundo. Ninguém ignora a rede de clientelismo que se foi estabelecendo aqui em Barcelos, o tráfico de influências, o caciquismo, a pressão ilícita sobre os eleitores... Toda a gente sabe que o poder que existe é um poder opaco, é um poder suspeito... Fala-se de corrupção.” (BP, 290, II série, 6-2-1997)

Por várias vezes que a acusação da corrupção é lançada em termos genéricos, mas geralmente não são apontados nomes (vg. BP 285 II série, 2-1-1997). A responsabilidade era remetida sobretudo para um determinado vereador, cujas alegadas práticas de ‘suborno’ na construção de apartamentos e vivendas vinham sendo denunciadas no *Barcelos Popular* (vg. BP 290 II série, 6-2-1997; 298 II s, 3-4-1997), destacando-se neste âmbito C.L, responsável do CDS-PP, acusando o PSD:

“de manter e tirar partido do baixo nível de educação política e de informação de amplos sectores rurais”... e de “utilizar métodos de pressão e de chantagem,

de ameaças de represálias e boicotes sobre grupos e indivíduos que manifestam livremente outras opções”... a que corresponde “um tratamento discricionário das freguesias que escapam à hegemonia ‘laranja’ e campanhas eleitorais baseadas no clientelismo e o caciquismo terceiro-mundista, com frequentes promessas de favoritismo pessoal e participação em negócios e casos conhecidos de controlo de votos” (BP, 294, II s, 6-3-1997).

Esta e outras acusações obrigaram o próprio presidente da Câmara a desafiar a C.L. a apresentar provas das acusações ou insinuações de ‘fumos de corrupção’ (BP, 294, 6-3-1997). Mais tarde, o presidente, também pressionado, segundo o *Barcelos Popular*, por 14 presidentes de Junta do PSD (BP, 342 IIs, 5-3-1998), viria a retirar este vereador da lista de candidatos à vereação da Câmara nas eleições subsequentes. Para além disso, as propostas deste vereador em construir apartamentos nas aldeias têm sido desastrosas, tal como disse o secretário de uma das Juntas de freguesia: *Isto é um fiasco... nas nossas freguesias não fica bem... têm-se ouvido comentários que o V.B., quando vereador, fez dessas asneiras, a de construir apartamentos nas aldeias que mereceu a reprovação de muita gente..*, a que terá retorquido o presidente de Junta dessa mesma freguesia:

“Mas este novo vereador do Urbanismo M.M. é muito justo e correcto. Até tem havido problemas com colegas nossos (presidentes de Junta)... no sentido de ‘dar um jeito...’, mas ele não dá jeito nenhum... de tal modo que alguns pagam do bolso deles (ex: o presidente da Junta de V). O presidente da Junta de V disse a um conterrâneo dele... “oh pá!... faz a casa que eu depois trato do assunto lá em Barcelos...” mas isso depois foi ao vereador (MM) e não estava em ordem e levou multa e o presidente da Junta pagou do bolso dele...”

## **8.2. Entre a dependência e a dissidência crítica**

Tendo em conta os constrangimentos de recursos e outras limitações e observando as condutas dos autarcas locais, regista-se uma diversidade de atitudes e práticas: desde empenho e dedicação por parte de uns, passando pelo cumprimento rotineiro, até ao simples e instrumental aproveitamento em termos familiares, pessoais e clientelares. Não obstante, nas várias organizações e principalmente nas associações, para além das práticas semelhantes às descritas, constata-se práticas de genuíno espírito associativo e de participação democrática dos sócios ou membros. Contudo, importa reconhecer que a não realização do potencial democrático deve-se não apenas a atitudes e práticas dos responsáveis ou, a nível intermédio, à débil consciência profissional e política por parte dos funcionários, mas também, tal como foi

possível constatar em inúmeros casos, à dominante passividade e apatia da população que, num círculo vicioso, perante os comportamentos das elites económicas e dos responsáveis políticos, torna-se céptica<sup>[120]</sup>. A isto acresce a presença de diversos grupos com interesses diferentes e até conflituosos em termos económicos, culturais e políticos, fortalecendo cada vez mais os esquemas clientelares pela via partidária. Mas detenhamo-nos nas relações dos responsáveis das Juntas e, sobretudo, das associações perante a Câmara.

Uma parte considerável dos clubes recreativos e das associações vive totalmente ou em parte com base nos apoios logísticos, co-participação nos custos de construção, apoios e contributos financeiros das Câmaras. Presidentes de Juntas de freguesia da oposição e representantes de associações não-alinhadas com o poder municipal tendem a ver as acções da Câmara movidas por uma perspectiva eleitoralista: *“Os da Câmara só se interessam de nós para subir ao pedestal... há poucas iniciativas culturais porque falta acompanhamento das instituições”* (presidente da Junta de AZ). Outros queixam-se frequentemente da falta de apoios e/ou de tratamento desigual por parte da Câmara. Assim, enquanto o Corpo Nacional de Escutas é subsidiado e apoiado, em Gilmonde a sede dos escuteiros não tem apoios institucionais: *“A Câmara não apoia... conseguimos fundos através da viagem da fanfarra a França, o que aqui rende é a fanfarra”*. Por fim, outros há que têm uma posição crítica perante a Câmara e o próprio poder central. Entre outros, há que referir o Grupo Desportivo de D, cujo presidente, J.C.C., pequeno empresário, referindo com agrado a existência da Associação Desportiva, para além de um grupo de escuteiros e dois grupos corais (juvenis e adultos), disponibilizou-se a ser entrevistado:

“J.C.: Como grupo desportivo sentimo-nos... ofendidos... o termo é mesmo “ofendidos”, desprotegidos, mas é conhecido também noutros grupos desportivos... Há falta de incentivos... desde há quatro anos não recebemos rigorosamente nenhum apoio da Câmara... nem resposta às cartas que enviamos... Mostrámos ao Vereador M.C. uma cópia de um ofício da Câmara de Vila Verde *“ó Sr. Vereador aprenda a lição que se pratica em Vila Verde... para lhe dar uma lição para fazer-lhe ver como se faz em Vila Verde...”*

A.C.: Estamos na área do desporto... os critérios de distribuição dos subsídios nesta área serão transparentes?

J.C.: Não são transparentes nem são unânimes... nós temos, ainda do tempo do Dr. J.M.L..., nós temos uma dívida que o Gil Vicente deve ao Grupo Desportivo de D por ter alugado o campo deste grupo, quando subiu ao nacional do campeonato de iniciados, 450 contos há oito anos... desde 1996/97... e ainda

<sup>120</sup> Cf. A. Ribeiro (2007).

não pagaram... tenho um contrato, um protocolo assinado pelas partes e não pagou...

Já estive com o M., o jornalista do *Record* para enviar isto para o jornal... só não mandei porque é de Barcelos... e o Dr. J.M. pediu-me para não mandar... que a Câmara pagaria... mas até agora nada... afinal uma pessoa anda a ser enganada... Eu tenho ali as cópias dos ofícios... e eles nem sabiam onde estavam os ofícios... isso é ainda mais deselegante. Você vai lá perguntar qualquer coisa e eles dizem... não temos... traga-me a cópia...

A.C.:... mas ainda voltando aos critérios...

J.C.: Você veja bem!... a Associação de Basquetebol de B. tem carrinhas novas... porque tem como presidente o J.S., o presidente da JSD... esse está lá há dois ou três anos e veja lá... Isto revolta-me... isto desmotiva mesmo muito... eu até tenho vergonha de dizer que sou de Barcelos... antes das eleições chovem os telefonemas aqui... a autarquia do PSD tem aqui 82% de apoio... e, se não tiver mais de 60%, não quero nem um tostão de subsídio... assumi isso para mim..."

O posicionamento crítico de autarcas da oposição e de dirigentes associativos não-alinhados com o poder municipal não deixa de se repercutir negativamente na falta de apoio a diversas iniciativas ou simplesmente à não satisfação de certas necessidades, como menciona o dirigente do Grupo Desportivo de D:

"... temos várias necessidades... a criação de uma capela mortuária... outra promessa da Câmara e não concretizada... há caminhos que ainda não estão pavimentados. Nós, como associação, com quase 50 anos, temos 300 e tal sócios, não há actividades, não há incentivos, não há receita de quotas; há quatro anos que esta situação se vem degradando... mas especialmente há dois... a associação tem estado inactiva.

... O INDESP e o Secretário da Cultura e Desporto... zero, não dão nada. No INDESP enquanto lá estava o prof. V.A., que morreu, a gente ainda conseguia 100 *contitos* por ano, porque era amigo pessoal... Esta Junta foi um bocadinho à revelia do presidente da Câmara, porque este presidente de Junta não mata porcos nem faz sarrabulhos e não convida o presidente da Câmara (enquanto o outro o fazia...)... se não és por mim és contra mim... é a lei da autarquia..."

Queixas semelhantes surgem de associações e grupos culturais ou recreativos, cujos dirigentes não alinham com o partido do poder municipal como, por exemplo, o senhor S., dirigente de um rancho folclórico em ZA, cuja presidência da Junta é do PS:

"Você pelo menos anda pelas freguesias... o Vereador da Cultura nunca vem cá... Somos um rancho folclórico mas não temos apoio suficiente da Câmara..."

Para o senhor presidente da Câmara tudo está bem em Barcelos... apoios nada... tudo é para o clube Gil Vicente e para a freguesia R”.

Ou também a queixa do presidente da Associação Desportiva de E:

“Aqui só contamos com os nossos meios... Para E ninguém olha, estamos aqui abandonados e entregues às nossas posses... nós somos a única associação desportiva, autónoma, no concelho, não dependemos da Câmara, tudo o que fizemos foi à nossa custa (compra de terreno etc.)” (B., presidente da Associação Desportiva de E)

Em NL a Junta de freguesia queixa-se do tratamento desigual por parte da Câmara Municipal:

“O critério da Câmara é o critério das desigualdades... Andamos sempre pedindo com o chapéu na mão... o presidente da Câmara nunca me recebeu em audiência, depois de o haver pedido várias vezes... Só me recebe nas escadas... ou ao entrar no carro... O presidente da Câmara só atende outras freguesias como é o caso de HQ... onde lá vai almoçar na quinta onde é convidado... A Junta de HQ recebeu em quatro anos 130 000 contos... Não se compreende como uma freguesia como a nossa a 6 km de Barcelos não tenha água nem saneamento básico... As explorações agrícolas aqui contaminam as águas... Eu, presidente, pago 18 *contos* do meu bolso de aluguer por esta cozinha (particular) (como ‘sede’ de Junta).”

São, contudo, as freguesias mais periféricas que se sentem marginalizadas e sem apoio, tal como refere o presidente da Junta de GR:

“Nós somos os parentes pobres no concelho de Barcelos... Estou contra os gastos de recursos aplicados no estádio... Estamos na periferia do concelho, entalados entre Esposende e Barcelos... Temos instalações deficitárias... a APAC (Associação de Pais e Amigos das Crianças) ficou sem fundos, deixou de funcionar em Dezembro de 2003; temos médico três vezes por semana mas isto é iniciativa da freguesia” (presidente da Junta de GR, 16-04-2004)<sup>121</sup>.

<sup>121</sup> Já, num momento posterior, ainda que céptico, pelo facto de ser correligionário do partido do presidente, deixava o benefício da dúvida: “*Se não estás por mim, estás contra mim*” – este é o lema do presidente... Mas não sei se isto vai melhor agora com a construção do novo estádio... Não acredito que o novo estádio tenha custado apenas 4 milhões de contos... ainda que o Presidente ontem, na ceia de convívio com os presidentes de Junta no restaurante *Três Arcos*, tenha afirmado isso... e que o Estado participaria também... vamos a ver se nós, as freguesias podemos respirar um pouco... (A.V.C., final de Maio, 2004).



O mesmo expressa o empresário J.C., presidente da freguesia de D:

“D não tem sede de Junta, não tem Jardim-de-infância e, ainda que tenha água e rede viária para 90% das famílias, não tem ATL nem saneamento, nem apoio à terceira idade nem refeições para os idosos...”

Os conflitos e as críticas de opositores às Juntas que apoiam a Câmara traduzem-se não apenas em conflitos institucionais e rivalidades associadas mas também na esfera das relações inter-familiares. Por sua vez, certos conflitos partidários atravessam, reforçam ou incitam a conflitos locais e rivalidades familiares às quais as próprias Juntas de freguesia não são alheias. Para ilustrar situações deste tipo, na sequência de estudos como o de Silva (1998), poder-se-ia trazer, por exemplo, à colação um conflito gerado entre a Junta de freguesia de S, alinhada com o PSD enquanto partido vencedor na Câmara, e uma Associação cultural com uma componente de investigação arqueológica e de influência política do PS. Assim, o presidente da Junta, quando questionado sobre a razão pela qual a Junta não tem uma maior iniciativa associativa nem estimulava esse espírito no seu seio e, eventualmente, com outras freguesias vizinhas, a fim de potenciar e contribuir para o desenvolvimento das comunidades em zonas rurais periféricas, responde que isso não ocorria devido à acção de alguns opositores como, por exemplo, os dois irmãos S. e T. – este último dirigente do Grupo de Estudos Históricos – que o têm confrontado pelo modo como ele, presidente, ao abrir um caminho, ‘retirou’ algo mais do terreno de S. do que aquilo que tinha sido acordado, estando hoje zangados:

“(... ) Daí veio a tal guerra e o porquê de estarmos de costas voltadas... com muita pena minha... mas é da parte deles que deve ser dado o primeiro passo... eu estou aberto... e não é nos jornais que se tem que dar o primeiro passo... mas sim... eu quando tenho um problema com alguém e quero resolver o problema com a pessoa, eu vou ter com ela... peço desculpa ou coisa assim, ou esclarecer o mal-entendido...”

O Dr. T. é uma pessoa muito válida... mas não sabe estar na sociedade... possivelmente por ter um doutoramento ou coisa do género... olha de cima pra baixo... e eu acho que devemos olhar de frente a frente, e ele não tem essa atitude... quando as pessoas assim pensam e se acham mais do que os outros...”

Neste como noutros casos, cruzam-se conflitos ou querelas familiares com jogos e processos de luta pelo poder local, também presente neste caso. S. e T., ambos formados em História, o primeiro, professor, e o segundo, também professor e investigador em arqueologia, com suas iniciativas de

valorização do património natural e arquitectónico da zona e da freguesia e, em geral, do vale do Neiva, procuram desacreditar o presidente da Junta, alinhado com o PSD; este, por seu turno, para além de contrariar a estratégia de conservação do terreno, sentia, enquanto detentor de um curso médio de contabilista um certo ressentimento perante os detentores de credenciais escolares mais elevadas, sem desmerecer o seu sentido de proporcionar espaço para que outras famílias construíssem casa – o que lhe poderia também trazer proveitos, particularmente eleitorais<sup>122</sup>.

As Juntas de freguesia confrontam-se com problemas de gestão e de financiamento das suas actividades. Perante as deficiências infra-estruturais e falta de autonomia, uma das possíveis saídas será proporcionar a gestão dos assuntos de freguesia à Assembleia de Freguesia – porque permite uma maior fiscalização pelos próprios membros da oposição –, permanecendo a execução dos mesmos a cargo da Junta, podendo tirar proveito da maior eficiência da gestão local dos recursos do erário público:

“P.J. Eu sou sincero... tenho capacidade para gerir... como dizer?... gerir o contacto com as próprias pessoas locais.. eu aí sinto-me bem a discutir essas questões, porque na verdade eu falo com aquela pessoa... eh, pá, temos que dar aqui um jeito nisto... queres colaborar? etc., etc.... tenho uma relação... agora nós não temos verba... Falo apenas de pequenas obras... caminhos vicinais... pequenos arranjos de sarjetas que quebram, tubos que entopem, tudo isso é hoje um dinheirão tremendo... A Câmara não tem capacidade também pra essas coisas, ela seria a gestora, por exemplo de 10 000 contos. Ou seja, nós teríamos que dar resposta e tínhamos que chamar um técnico da C.M.B. para nos assinar, isto para evitar possíveis obras que ou não fossem viáveis ou não respeitassem as regras técnicas. Eu teria que enviar para a C.M.B. a facturação durante o ano.

A.C.: Juntas de freguesia têm-se deparado com problemas de autonomias. Mas não acha que pior ainda estarão aquelas juntas que têm outra cor política?

P.J.: Porque isso das autonomias não devia ser só com as licenças de cães ou gatos!... isso só nos dá trabalho... Porque só criar a estrutura própria da montagem para as licenças, isso fica-nos mais cara que as receitas das licenças... não compensa... a C.M.B: é que não quis aquilo e sacudiu pra nós... e ainda por cima, nas licenças de cães ainda temos que dar (isso é que me revolta!) uma % às finanças!!!! Eu estou cheio desta brincadeira... tá a entender?... isso é para dizer que nos dão competências... mas competência de quê?... você se criar no computador um ficheiro pra licença de cães, você nunca mais paga o raio do serviço... nós temos aqui só meia dúzia de cães dos caçadores, de resto ninguém se importa disso... mas vou eu agora armar-me em fiscal... no ‘mau da fita’... “*Você, onde está a*

<sup>122</sup> Por vezes, querelas familiares, designadamente entre irmãos, são transferidas para outras instâncias, como, por exemplo, a influência de um indivíduo que, segundo o *Barcelos Popular*, por ser vereador influenciou o atraso no licenciamento de obra de construção (cf. *BP*, 290 II série, 6-2-1997).

*licença do seu cão?” ... então vou ser eu o mau da fita pra essa porra... ? E ainda mais: você tem que saber se o cão é de luxo... se a cadela é parideira... ouça lá... você não tem capacidade nenhuma para julgar o raio do cão...”*

Esta medida de descentralizar funções tem por objectivo de, para além de arrecadar algum dinheiro, responsabilizar e incorporar os autarcas para uma função policial que, em regra, não se concilia com o tipo de relações de maior proximidade e até mesmo de cumplicidade pela posse de um animal, cuja relação com os donos e a comunidade é bem diferente do ambiente urbano e suas consequências para o meio ambiente.

### **8.3. Controlo hierárquico e débil participação das populações**

Outra instituição nuclear nas formas de dominação tradicional, corporiza-se na Igreja e seus aparelhos de controlo a vários níveis hierárquicos, particularmente a nível diocesano e paroquial e suas instituições desde as Misericórdias – que se misturam com poderes civis a nível ministerial e municipal – e as tradicionais confrarias, passando pelas mais diversas instituições privadas de solidariedade social (IPSS), até aos centros sociais e/ou paroquiais que se sobrepõem com outros poderes locais.

#### **8.3.1. Um instrumento de controlo e/ou usurpação: os centros paroquiais**

Uma parte considerável dos centros sociais, aos quais está amiúde associada a adjectivação de “paroquiais”, tem sido um dos meios mais usuais de controlo político-religioso, por parte da Igreja, para além do fenómeno de apropriação e aproveitamento de recursos imobiliários, em espécie ou monetários, fornecidos pelas próprias populações. Por exemplo, o Centro Social e Paroquial de F é gerido pela Igreja, estando fora da égide da Junta de freguesia com a qual não partilha qualquer forma de gestão do espaço. Mais: segundo o presidente da Junta, a Igreja não só dispunha do Centro Social e Paroquial, mas também se tinha apropriado do terreno doado à paróquia por um padre.

“Outra grande asneira (isto não é para divulgar) é a seguinte: a Igreja tem aqui este terreno todo à volta da sede de junta e a área onde foi construído o Centro Social e Paroquial, terreno esse que foi doado à igreja por um padre que faleceu... deixou para a paróquia. Houve um negócio com a Câmara: esta elaborou os projectos, eles (igreja) deram o terreno para a construção da sede etc. Mas aqui ao lado há um lote de terreno que a igreja teima em vender. E isto é uma asneira de todos os tempos, que a Igreja vai fazer... vai vender um terreno que

seria necessário para fazer um lar de idosos. Depois nunca mais haverá hipótese de adquirir terreno para esse fim. Aqui o terreno é ao preço do ouro. A Igreja vai ali arrecadar uma verba de 70 000 contos, vão fazer uma sala para o Jardim-de-infância porque o actual não tem capacidade e o Ministério não autoriza a abrir, se não tiver as condições por lei... enquanto que a Câmara fazia-lhes uma sala de raiz, com um protocolo com a C.M.B.. Mas a Igreja quer tudo na sua mão e não cede nada a ninguém. A Igreja não quis negociar com a C.M.B. no sentido de ceder o terreno e esta fazer uma obra de raiz... Vão gastar ali o dinheiro e em contrapartida têm uma igreja em mau estado com partes do telhado a cair de podre e a cair chuva dentro, no coro. Afinal vão vender a particulares e vai ser a asneira de todos os tempos. Há coisas que não posso concordar com eles... Afinal, a Igreja vai gastar o dinheiro numa obra que a C.M.B. dava o dinheiro para ela... mas como a obra ficava presa à C.M.B., a Igreja não quer...” (Presidente da Junta de F)

A necessidade de ter sob a sua alçada jurídica e controlo político-ideológico leva a Igreja a vender património – quando isso podia ser destinado a outros fins (por exemplo, o referido lar de idosos) –, a fim de construir uma sala para Jardim-de-infância, quando este poderia ser construído pela própria Câmara Municipal –, o que induz o presidente da Junta a exclamar:

... Agora... veja lá !... estava eu há quinze dias na missa e dizia o padre: “... como é possível que antes as pessoas, antes de morrer, deixavam bens para a Igreja, mas agora não se vê isso!...” (continua o presidente) “... pois é!!!!... antes conservavam-nos (os bens) mas agora deixam-lhes os bens e eles afinal vendem-nos!...”

A Igreja, para além das dádivas dos fiéis paroquianos e de poder contar com o apoio político e financeiro da Câmara Municipal, antes do 25 de Abril, pôde, excepto na breve conjuntura do pós-25 de Abril, continuar a contar com diversos tipos de apoio nas infra-estruturas e acessos aos edifícios da Igreja, em dádivas e subsídios às Comissões Fabriqueiras, e ainda em isenções fiscais e mesmo em licença de obras (ACMB, 17-8-1979 fl 170). Por outro lado, a Câmara Municipal, para além de outros apoios, subsídios e, por vezes, favores à Igreja e seus representantes municipais e locais, procura atrair as graças dos responsáveis eclesiais locais, colocando a “aprovação com aclamação” a elevação do prior de Barcelos e pároco de F respectivamente a Prelado Doméstico e Capelão de Sua Santidade o papa João Paulo II (ACMB 27-7-1979 fl 163).

Nem todas as estruturas locais eclesiais apenas se ocupam de manter o *status quo*, havendo excepções por parte de párocos que, para além das

suas funções pastorais, dedicam o seu tempo e energia ao desenvolvimento das comunidades locais, tal como referia um dos presidentes de Junta:

“Nesta questão do desenvolvimento das comunidades locais... sabe que o padre influencia muito... forma grupos de jovens... O pároco, se quiser, pode mentalizar as pessoas para desenvolver-se... para preservar o património, determinadas tradições e depois de uma coisa vem a outra, porque, por exemplo, o padre A., na paróquia D. em Viana do Castelo, fez lá um desenvolvimento do “caramba”... ! Os grupos de jovens ligados à Igreja são muito mais receptivos.”

Entre outros, há no concelho de Barcelos uma figura sacerdotal de referência e de prestígio em defesa dos mais carentes de recursos: o padre Abel Varzim, personalidade que daria lugar a uma polémica na própria Assembleia Municipal. Os partidos de direita e, em particular, o PSD como partido do poder, sabendo dos sentimentos católicos de seus eleitores, não deixava de evocar a doutrina católica e seus princípios. Deve-se referir, a este propósito, que o PS fez uma proposta de atribuir o nome do padre Abel Varzim<sup>[123]</sup> a uma das ruas da cidade, e o PSD, para não se sentir ultrapassado, aproveita a ocasião para fazer um autêntico discurso político-ideológico de ataque ao marxismo e, no caso em questão, aos grupos socialista e comunista na Assembleia Municipal – que se apropriaram do nome e da obra de Abel Varzim para “fins puramente divisionistas e demagógicos” – propõe outras homenagens<sup>[124]</sup>, para além da proposta feita pelo PS em atribuir uma rua ao padre Abel Varzim.

<sup>123</sup> Alegando a retórica ideológica vã e sem propósito do PSD a este respeito, M.D. formulou pelo PS a proposta em termos sucintos e objectivos: “Considerando que o padre Abel Varzim, nascido na freguesia de Cristelo, Barcelos, foi insigne democrata, perseguido pela PIDE e pelo regime de Salazar, para além de ser um sacerdote e homem público ilustre; considerando que a sua obra merece ser perpetuada, na nossa cidade; proponho que, para além de outras formas de fazer justiça à sua vida e obra, seja dada a uma rua da cidade o nome do padre Abel Varzim”, proposta que viria a ser aprovada por maioria.

<sup>124</sup> A proposta ia precedida dos seguintes considerandos:

– Considerando que o nome do Padre Abel Varzim, só porque se destacou politicamente do “status quo” vigente na época em que exerceu o seu sacerdócio, não dá a ninguém o direito de o exhibir como bandeira do Marxismo, com fins puramente divisionistas e demagógicos como alguns grupos dos Partidos Comunista e Socialista de Barcelos têm feito.

– Considerando que o Padre Abel Varzim independentemente da sua ideologia política foi um Apóstolo e um Arauto do Concílio Vaticano II, perfeitamente integrado no espírito do Evangelho e na prática dos mais elevados princípios que enformam a Doutrina Social da Igreja, dos quais o Marxismo tragicamente se afastou, tendo vindo a silenciar com perseguições brutais sacerdotes católicos mormente nos novos países de expressão portuguesa política aqueles Partidos consciente ou inconscientemente têm apoiado.

– Considerando que à luz dum pluralismo ideológico com que a Igreja Universal deseja abraçar todos os Homens, é extremamente salutar e engrandecedor para a sua terra, ter Padres como Abel Varzim esquecido de si próprio, que dispensou aos seus conterrâneos o maior amor, iniciando-se nas Cooperativas Agrícolas de que a sua freguesia de Cristelo foi pioneira, trazendo

As populações contribuem para as obras da freguesia, realizando-as mais rapidamente quando se trata de necessidades, carências ou solicitações da Igreja e seus representantes. Por exemplo, a nova igreja de D. nos anos sessenta ou, mesmo mais recentemente, em L, os custos da nova Igreja calculados em 500 000 *contos* foram suportados quase exclusivamente pela população, ou a reparação da de NL e a de ZZ, também em cerca de 100 000 *contos* cada uma.

As relações entre párocos e Juntas são diferenciadas: enquanto nalgumas existe um bom entendimento – por acordo ou subordinação de uma das partes – noutras verifica-se uma certa coexistência pacífica e, noutras ainda, atritos ou até mesmo clivagens latentes ou manifestas e, por vezes, acentuadas, dando lugar a recíprocas recriminações ou retaliações<sup>125</sup>, sobretudo quando o pároco é aliado dos membros da oposição. Na freguesia G, o Sr. M.G., do PSD, ganhou as eleições de 2001 ao ex-presidente que era do PP-CDS e amigo do pároco. Em vingança, o padre recusou-se fazer o funeral ao pai de M.G. Este não lhe perdoa, deseja-lhe a morte. Como virá um outro padre para a paróquia, o presidente considera que será melhor porque espera que haja uma boa colaboração.

Note-se que a actual desavença entre pároco e presidente da Junta não interfere nos arranjos, assim como nas relações ou protocolos entre as auto-

maior riqueza e promoção (...), sendo certo que este Cooperativismo nada tem a ver com a Colectivização da terra que os Partidos Marxistas propõem na sua Reforma Agrária.

– Considerando que como Apóstolo de Bem o Padre Abel Varzim foi um dos maiores organizadores das obras de Protecção às raparigas, defendendo-as da “escravatura branca” como se chama à prostituição, obras que pelo seu alto valor social deveriam ser apoiadas e melhoradas, mas pelo contrário a política marxista tem ajudado a extinguir, menosprezando o espírito humanista cristão que as tornou possíveis.

– Considerando ainda que a proposta aqui apresentada na passada Assembleia Municipal pelo Partido Socialista (enfermando embora de propósitos obscuros que a sua indefinição como Partido Marxista deixa entrever) deve ser sumamente grata ao coração de todos os barcelenses, católicos e não católicos, porque no dizer de Teilhard Chardin (tudo o que sobe converge) sendo assim exaltado como um exemplo a seguir, um dos seus bons filhos, que em vida não foi suficientemente compreendido, como sempre acontece com os grandes Homens.

– Considerando finalmente que o seu nome dado a uma rua de Barcelos, conforme proposta do mesmo Partido Socialista, é muito pouco, podendo dar-se o caso de, numa futura viragem política, os camartelos destruidores se ocuparem em substituir nomes destes, historicamente ilustres, proponho:

1.º que no mais breve espaço de tempo seja descerrada numa lápide na Casa de Cristelo, onde este insigne sacerdote nasceu; 2.º que seja criada um Comissão (da qual em muito gostosamente farei parte) encarregada de estudar a vida e obra de Padre Abel Varzim, editando-se um livro que para além de perpetuar a sua memória, possa servir de exemplo a quantos assumam a dignidade de pastores do Povo de Deus. A bem de Barcelos e das suas gentes” (ACMB, 7-5-1980, fl 111).

<sup>125</sup> Por exemplo, em D, o padre, como gesto de apoio ao seu candidato preferido e derrotado e em represália para com o novo presidente eleito, expulsou o presidente da Junta do grupo coral e o grupo desportivo desfez-se.

ridades eclesíásticas e o próprio presidente da Câmara, o qual, precisamente no caso de G, provavelmente devido aos desentendimentos entre pároco e presidente da Junta e porque se considera a um nível de decisão superior aos protagonistas locais, se dispensou de convidar o presidente da Junta para esta reunião:

“O presidente da Câmara e o representante da Arquidiocese de Braga visitaram G. O presidente da Junta não foi convidado (!), o qual ficou indignado... (segundo se averiguou, esta visita relacionava-se com o projecto e o edifício para o apoio social... e quiçá sede de Junta. (A.C. observação a 21-7-2004)

Vários são os casos registados de desentendimentos entre as populações e padre. Em 1979 na freguesia X, 130 cidadãos, formando o Grupo de Defesa dos Direitos dos Paroquianos, assinam um documento intitulado “padre Cardoso em Tribunal”, que foi dirigido ao Arcebispo, no qual acusam o seu pároco dos seguintes delitos:

“1 – Serviço do altar para fazer política; 2 – Esbanjar dinheiro numa nova capela, enquanto a capela de Santa Cruz cai aos pedaços e outras obras de grande interesse para os paroquianos não são feitas; 3 – Fazer do salão paroquial propriedade exclusivamente sua, proibindo as crianças, os jovens e os adultos de nela conviverem; 4 – Construir uma garagem sem pedir conselho a ninguém, mas apresentando a conta aos paroquianos para que a paguem; 5 – Amealhar todo o dinheiro da capela de D. António Barroso e outras, não prestando contas a ninguém; 6 – Tratar os paroquianos como atrasados mentais, não lhes permitindo nenhum conselho ou parecer em assuntos que a todos dizem respeito, para fazer prevalecer a sua vontade autoritária.

No domingo seguinte, o padre Cardoso, desconhecendo os autores do documento, incitava os “homens bons” do seu rebanho a que arrancassem as “ervas daninhas” da sua seara. O pároco resolveu construir uma nova cozinha na sua residência, cozinha essa que os paroquianos terão que pagar, atrevendo-se a estipular o montante com que cada família deverá contribuir para a obra...” (BP, 68, 07-06-1979; 69, 21-06-1979)

Uma das questões mais cruciais na criação e no desenvolvimento das associações prende-se com a natureza e o grau de participação de cidadãos, mesmo num âmbito mais restrito, com os associados de determinada organização de carácter associativo. Segundo F. Silva (2003), há, a este respeito, diferentes significados e tipos de participação: (i) participação por assimilação *versus* participação crítica; (ii) participação adstrita ou de facto, organizada ou voluntária e adscrição espontânea; (iii) participação com responsabilidades e participação enquanto simples conjunto de associados ou

beneficiários de serviços. Em relação aos factores de participação podemos distinguir, entre outros, o tipo de profissão, o sexo, a idade, a formação, características que nos foi possível comprovar também na nossa amostra.

Um dos efeitos do sistema clientelar e patrocinal, há muito tempo implantado e mesmo reforçado na sua componente competitiva com a entrada dos partidos políticos nas aldeias, é a de uma ampla descrença nas virtudes da participação democrática, porque isso implicaria a confrontação com os poderes estabelecidos<sup>[126]</sup>. Consequentemente, predomina, por um lado, um processo de evasão de confrontos e, por outro, um sistema de alienação clientelar com o menor risco possível, o que conduz a atitudes predominantemente conformistas com o poder, tanto a nível municipal, como a nível local. Não só as populações não participam nem, em geral, estão presentes nas Assembleias de freguesia, como tão-pouco as próprias Assembleias – que durante sucessivos anos nem sequer reuniam – se reúnem com regularidade. Mais ainda, as Assembleias, em vez de funcionar como órgãos deliberativos, acabam por ser caixas de ressonância das decisões tomadas a nível das Juntas e até, a nível dos mediadores partidários locais, como concretização de ordens emanadas, de modo camuflado, de instâncias de decisão do executivo municipal. Ou seja, a de já por si pouca e relativa autonomia política das Assembleias e Juntas de freguesia é anulada por mecanismos clientelares, como se pode entrever no seguinte excerto de uma entrevista com o presidente da Junta de T que aponta a “murmuração entre bastidores” como forma de eventuais críticas não públicas ou semi-públicas à Junta:

“ Em T não vai uma pessoa à Assembleia... mas o sistema democrático existe... Aqui ninguém vem dizer “olhos nos olhos”... mas falam no café quando eu não estou lá para me defender...”

Um das formas mais eloquentes das práticas clientelares de exercício do poder autárquico reside no próprio modo de recrutamento dos candidatos pela via partidária. Em regra, são os líderes municipais de cada um dos partidos que, sobretudo nos meses anteriores ao escrutínio eleitoral, se agitam no recrutamento ou na sedução de habitantes que se consideram bem colocados na hierarquia das respectivas freguesias e que gozam de popularidade, estima ou prestígio social, traduzível em seguidores e, portanto, em

<sup>126</sup> Num estudo sobre governância municipal em Portugal, A. Ribeiro (2007) conclui que em matéria de participação dos cidadãos na administração local “(...) é sobretudo feita de forma individual (mais de 70%)... através de entrevista pessoal, carta, artigo de imprensa” (2007:179-181), em que o munícipe raramente intervém num contexto colectivo. Maior será a fragilidade, em termos de capacidade de reivindicação junto do poder local, no caso de um cidadão não se reconhecer num partido político ou associação desportiva.



votos. Em contrapartida, recebem algumas compensações que passam pela concessão de favores tais como a atribuição de um posto de trabalho proporcionado pelo presidente da Junta ou outro mediador:

“Eu ajudei a meter um lá dentro (refere-se a emprego)... na Câmara. E depois também ajudei a *comer um boi* que ele teve que pagar no restaurante... E agora diz que está mal... que ganha pouco... mas para o que eles fazem não merecem o que ganham” (pequeno empresário e presidente da Junta de U)

As populações não assumem em público posições que podem pôr em cheque determinadas figuras públicas, seja a nível municipal, seja a nível nacional. Um dos inquiridos em NL, observou em registo semi-oculto e com grande preocupação para não ser identificado sobre um político nacional originário de Barcelos: “*S. C. tinha 24 filhos e deixou uma quinta a cada filho, mas... roubou-as em processos defendidos por ele mesmo em tribunal...*”

Graças ao controlo de centros sociais e paroquiais e outros recursos, a Igreja continua, ainda que em menor medida que no passado, a controlar paroquianos, o que nem sempre consegue pelas atitudes pouco tácticas ou mesmo arrogantes dos seus padres como líderes locais, sobretudo quando estes são ineptos em fazer as alianças certas e adequadas.

#### **8.4. Formas associativas interfreguesias: contra-pólo do clientelismo?**

Sendo a democracia a contraposição do clientelismo, a única via eficaz de fazer face ao clientelismo é justamente criar e reforçar, nas instituições, associações e demais entidades colectivas, princípios e práticas democráticas.

Uma ideia apresentada por alguns autarcas de freguesia é a que parte da necessidade de serem implantadas associações de freguesias que funcionariam como formas de actuação e concertação num nível superior e intermédio, o que proporcionaria uma maior capacidade de negociação e reivindicação, tal como o indicaram alguns presidentes de Junta e o revelou nomeadamente o presidente de A:

“Eu sou afecto ao PSD, não sou militante... mas sou um dos que faço mais barulho e sou um dos mais activos do que qualquer militante do PSD... e já por duas vezes que me bati no partido para que criássemos associações de freguesias para defender interesses comuns... mas a alguns presidentes de Junta isso não lhes interessa, nem a Câmara quer isso... Ainda o outro dia tivemos uma reunião... eu dou-me bem com o Dr. A. que é o Presidente da Didálvi... e então ele fez uma reunião com... tinha-me dito... Oh L., isto das Juntas de freguesia... isto não

tem jeito nenhum... isto cada macaco no seu galho... um faz um caminho pra um lado, outro faz pra outro... chega-se à extrema pára-se... já disse à Câmara mas... e que tal a ideia de nós fazermos uma reunião? Eu disse-lhe...”ótimo”... note, eu faço parte também da Direcção da Casa do Povo de ET, eu sou Vogal da Direcção, aqui a 2 km, aquilo está uma categoria!... Foram investidos 300 e tal mil contos... na Casa do Povo... agora convertida numa IPSS... E então fui a essa tal reunião... eu... *pão pão, queijo queijo*... E ouvi a proposta... e então defendi, desde a primeira hora que apoiei esta obra de raiz, uma vez que eu não tinha possibilidade para a defender para a minha freguesia, entendi que devia de colaborar para a obra de ET, sentindo-me muito orgulhoso com isso. E continuo a dizer que temo-nos que organizar para que quando não podemos fazer nós, ajudar os outros a fazer... desde que tenhamos interesse... nota-se por aí fora muito individualismo, divisionismo e despesismo que se poderia evitar se houvesse mais colaboração entre freguesias...”

A mesma ideia foi objecto de concertação entre bastidores mais do que na praça pública, pelo que foi possível indagar entre os responsáveis das Juntas de S e de Q, duas freguesias situados na periferia do concelho de Barcelos, sendo interpelado a este respeito o presidente da Junta de freguesia de S:

“Há três ou quatro anos quis formar uma associação de Juntas de freguesia do Vale do Neiva, nomeadamente criei uns estatutos, melhor, uma proposta de estatutos... e cheguei a reunir com alguns presidentes de Junta mas por divergências de pequeninas coisas, nomeadamente a questão da sede da associação, levou a que não houvesse entendimento... E são essas pequenas coisas que ainda vêm dificultar muitas vezes o associativismo entre as juntas de freguesia. Eu tenho dito a alguns presidentes de Junta que aí o Alentejo tem valentes anos de avanço nesse sentido... os autarcas alentejanos não têm problemas nenhuns em associar-se entre eles para se candidatarem a grandes projectos... e nós às vezes por mesquinices e outras coisas do género... bloqueiam-se por coisas mesquinhas às vezes o fermento de um grande projecto.

O problema de muitos presidentes de Junta é verem determinado controlo e o medo de perderem certas influências pessoais... e olham o associativismo com outras freguesias com desconfiança... eu penso a muito curto espaço de tempo levar um projecto que já vem a ser pensado há uns anos com a nossa vizinha Q...”

Estas iniciativas são mantidas num certo secretismo – foi mesmo possível inferir que o interlocutor principal não seria o presidente da Junta de Q mas sim o líder-sombra, mediador político entre certas Juntas de freguesia controladas pelo PSD e a própria Câmara Municipal, especialmente a pessoa do presidente. Ou seja, ignoram-se, neste campo, as potencialidades de uma acção colectiva e reivindicativa que de modo algum interessa alimentar, seja

pelo interesse dos caciques e mediadores locais que jogam nos diversos tipos de mediações – assessores e vereadores a quem intercedem em primeira instância para obter o favor do presidente numa espécie de patrocínio civil<sup>[127]</sup>, seja pelo interesse do próprio poder municipal, mais interessado em negociar e fazer concessões caso a caso para poder controlar melhor o processo de cada freguesia e sua respectiva Junta.

Alguns responsáveis municipais, quando questionados sobre se a promoção de associações interfreguesias não seria mais frutífera, eficiente e economicamente menos onerosa, dizem estar de acordo e até relembram ter feito diligências no sentido de evitar gastos em duplicado ou triplicado da mesma infra-estrutura ou equipamento em cada freguesia, susceptível de ser partilhado por duas ou mais freguesias. Na realidade, porém, o próprio assessor do presidente, enquanto mediador privilegiado, embora aprovasse a sugestão, acabaria por confessar que não tinha diligenciado efectivamente nesse sentido, pelo menos até ao presente:

“Estou a perceber... pôs-se aqui há tempos a hipótese, falou-se aqui... nós temos falado muitas vezes... sobre um Jardim-de-infância, um equipamento desportivo que englobasse uma zona etc... mas o problema depois põe-se: e onde é que é construído esse equipamento?... na freguesia do A, ou do B ou do C...? ou seja, cada um de nós procura puxar pra sua própria freguesia...

(...) Eu sei, porque tenho lido ultimamente, que está-se a fomentar a associação entre freguesias... mas sei que há alguma resistência... eu falo por mim, da nossa parte há uma resistência nisso, porque nós vamos, mas queremos ter sempre alguma vantagem em relação aos outros... do género... oh pá... eu dei a ideia, o equipamento tem que ficar na minha freguesia... isso assim é um bocado difícil de lutar com isto...

Se calhar... é o tal caso... cada presidente de Junta puxa para a sua... e logo ouve-se dizer... *oh pá, os outros têm um problema?... eu quero lá saber... eu quero é resolver o meu...*” Agora... convencer as pessoas de que o Jardim-de-infância não é nesta mas naquela freguesia... o polidesportivo é naquela e não nesta... não sei se os nossos autarcas neste momento olharão pra isso com bons olhos... E aqui na Câmara não temos feito esse tipo de abordagens, esse tipo de conversas... pra já não...”

O entrevistado, sendo ao mesmo tempo presidente da Junta de Z e o mediador-mor entre o presidente e os autarcas, tem tido a delicada tarefa

<sup>127</sup> À boa imagem do patrocínio religioso com santos e a virgem Maria como intermediários perante um Deus inacessível, é Boissevain (1977) que transfere esta imagem para o patrocínio civil. Por exemplo, o presidente da Junta de G, quando quer algo do presidente, prefere abordar o vereador MM, do qual espera que interceda junto do Presidente para obter o pretendido. Finalmente, são estas as diligências habituais dos autarcas e a correlativa função do assessor da Presidência para as autarquias.

de ser o ‘pára-choques’ e apaziguador<sup>128]</sup>, assim como a primeira ‘porta’ de abordagem anterior ao presidente da Câmara, tal como o próprio reconhece e faz gala nesta abordagem mais individualizada: “*É rara a semana que nós... aqui em cima... não se fale para um presidente de Junta da mesma freguesia duas vezes... porque ele volta e meia está aqui em Barcelos... eles entram... pedem para falar e tal...*”. Sem excluir excepcionalmente ou com menor frequência a audiência com o presidente, é sobretudo o seu assessor que na gestão quotidiana joga de modo personalizado e diferenciado as diversas peças do xadrez político – quer sejam os autarcas da oposição, quer os alinhados com o poder municipal –, denotando certamente em relação a estes uma maior descontração e cumplicidade, quando estes a ele se dirigem:

“Sim, o primeiro a recebê-los sou eu... (dá um sorriso enorme, ri-se)... o pára-choques sou eu... mas eles mesmo dizem... *oh pá, nós temos que dar em alguém... vai ser logo você...* (gargalhada!)... Cada um vem pela sua localidade, freguesia... se eu às vezes digo assim...” *oh pá... mas há aquela freguesia que tem carrinhas que se podia articular... o transporte.*

A.C.: A questão de subsídios comparados entre freguesias... não tem dado azo a conflitos...? Não há uma espécie de “ciúme” entre os autarcas?

P.J.: Isso é todos os dias!... Eu sou confrontado com isso... e o Senhor Presidente ainda mais... porque é ele a cabeça disto tudo... porque cada vez que vem na comunicação social uma obra numa freguesia ou noutra, liga-me alguém... *eh pá... eu ainda tou à espera... porque é que... a minha...*

(...) Estou há 14 anos... e os colegas já me conheciam antes de eu vir para a Câmara, eu tinha um bom relacionamento com os autarcas... e eles dizem mesmo... *oh pá... nós vimos prá qui...* Dizem eles assim... *lá vai ele dar uma seca a este pessoal...* Eles vão embora, todos contentes... só com paleio... e tal... porque não se consegue... a Câmara de Barcelos não tem capacidade de fazer tudo o que é solicitado... não podemos, né?... Então o senhor presidente tem que definir prioridades... ora, as prioridades da Câmara por vezes não são as prioridades do presidente de Junta... As pessoas esquecem-se muito do que está feito... e pensam só no que falta fazer... então se vêem um vizinho, a freguesia

<sup>128</sup> A um certo momento esta acumulação e ambiguidade de papéis comportou alguns dissabores e situações que o próprio considerou ter dado fiasco (*barraca*), quando, depois de ter consultado e pedido autorização ao Presidente da Câmara para diligenciar no sentido de as Juntas uniformizassem os procedimentos e os montantes de certos impostos ou taxas a cobrar (licenças de caninos, solicitação de subsídios, arranjo de cemitérios, etc.), por desatenção o vereador, depois de intervir, anunciou que o assessor, simultaneamente presidente da Junta de Z, iria falar em nome da Câmara em relação aos referidos *itens*. Tal embaraço obrigou o assessor a dizer que estava ali para falar não em nome do presidente da Câmara mas sim enquanto autarca, seguindo-se uma confusão com a dispersão ou deserção de uns, o protesto de outros, dizendo uns e outros que a Câmara Municipal não tem que interferir nos assuntos das Juntas de freguesia.

vizinha, a fazer alguma coisa qualquer que eles até já têm... mas acham que devia-se fazer também na deles outra coisa qualquer... A população obriga a Junta a andar... só que é um investimento medonho... às vezes para meia dúzia de pessoas...”

Esta última confissão é sintomática de uma política mais pautada para assegurar peças do xadrez político local do que de um desenvolvimento sustentável, independentemente dos protagonistas político-partidários, tal como refere o presidente da Junta T: *Sabemos que muitas vezes são atribuídos subsídios a esta ou àquela freguesia para uma determinada obra para compor politicamente... E nós, Junta, temos que aplicar naquela obra quando outra seria mais urgente.* Se há decisões, medidas ou acções que aproveitam os cidadãos em geral, outras há que não têm como objectivo prioritário o bem-estar dos cidadãos, mas sim uma estratégia eleitoral, a curto e médio prazo para persuadir e sustentar certos indivíduos no xadrez do poder local clientelar. Agora, para contrariar esta lógica, iniciativas como a criação de Associações para o Desenvolvimento local ou de Centros Rurais interfreguesias constituiriam preciosos contributos, com o fim de desbloquear as rotinas instaladas assim como as inércias das diversas instituições arraigadas e suas ligações clientelares com a Câmara. Isso implicaria, para além da atribuição de recursos, outro tipo de postura política dos dirigentes institucionais a nível da Câmara Municipal e da Junta de freguesia.

Como sempre, os poderes nas suas várias escalas preferem manter a via da negociação individual, indo ao encontro do espírito individualista reinante não só nas Juntas como nas próprias colectividades rurais<sup>[129]</sup>, o que é confirmado por alguns presidentes de Junta, tal como, por exemplo, o de A:

“Nós, Juntas de Freguesias, somos muito individualistas e eu já defendi isso no partido e (estavam muitos presidentes de Junta)... Quero aqui perante a Casa do Povo e colegas de Juntas dizer que a minha opinião é esta: apoio isto aqui... até tenho sido acusado de não defender os interesses da minha terra porque apoiei isto... mas não... eu vejo isto doutra maneira, e eu defendo que nós nos associemos por uma simples razão: porque eles são uma freguesia pequenina e, como tal, sou facilmente prejudicado, o único processo que poderia beneficiar a minha freguesia e eu também beneficiar os outros era... nós associarmo-nos... Apoiei a

<sup>129</sup> Tal como expressa o autarca de Z: “*Nós somos talvez um pouco sectários, cada um trata da sua freguesia e ainda não nos unimos para tentar pensar para além da nossa freguesia a nível de uma zona, de uma região*”. No entanto, há uma certa continuidade com a antiga rivalidade inter-aldeã que se revelava no desafio da conquista das raparigas nas festas, na demarcação dos limites geográficos das freguesias, tal como o confirmaram alguns autarcas que ainda hoje se confrontam com estes problemas, em particular onde não há marcos.

Didalvi<sup>[130]</sup> em ET, apoiou a Casa do Povo, eu apoiou e sinto-me com a consciência tranquila porque na minha terra não podia ter essas coisas, não tinha condições, nem tinha terreno, nem tão pouco pessoas que tivessem a capacidade... portanto nesse aspecto vamos concentrar aqui... Mas isto não encaixa na cabeça das pessoas... e isto já não vai ser na nossa geração... Eu entrei na Junta... às escurelinhas... fui eu que fui aprendendo... mas sei que o caminho é este... de evitar a concentração de tudo numa freguesia...

A.C.: E isto discute-se na Assembleia Municipal?

P.J.: Nem pensar... Eu acabo por dizer que o S. que é presidente que é dos mais renhidos, socialista, que é presidente de ET, sendo ele socialista devia de apoiar isto... mas ele também é do “salve-se quem puder”. Portanto, nem o PS, que seria o mais interessado em lutar por esta coisa, nem o PSD que não quer perder poder... sabe que isto faz perder poder... ele assim tem as Juntas e vai jogando... sabe...

A.C.: Acha que as freguesias ficariam prejudicadas?

P.J.: Ficam, claro que ficam... numa reunião de Câmara onde estavam 79 juntas PSD, eu tive a coragem de dizer... nós perdemos todos com isso, inclusive a própria Câmara... porque a Câmara por vezes faz um caminho em que gasta milhares de contos e esse caminho só vai servir uma freguesia... quando com os mesmos milhares de contos ou se calhar com menos iria servir duas freguesias e satisfazia muito mais população...

A.C.: Acha que o Sr. Presidente da Câmara estaria receptivo a essas propostas?

P.J.: Não. E sou amigo dele... embora tivemos divergências... tive um problema com uma fonte... e ganhei!... Andei 5 anos com esse processo... até foi ao Supremo...

A.C.: Por uma fonte?

P.J.: Sim... uma fonte pública... a Câmara licenciou uma casa em que o gajo acabou com uma fonte pública... e o logradouro... e fui contra a Câmara e contra tudo... Sabe que entendo-me com o FR mas o que tenho a dizer digo-lhe... Olhe que ele nestes casos não é assim sensível... Aqui em FS (freguesia vizinha à minha) tivemos uma divergência de um caminho... mas, sabe, há sempre um presidente que é mais pedinchão, faz este favor e mais aquele... e quer que o caminho seja apenas uma obra dele... e, por isso, não quis que fosse também uma obra do presidente da A... sabe, isto devia de ser o próprio Presidente da Câmara a determinar isto de se associar... mas sabe que ele não quer porque perde força... e assim joga melhor...”

Outros presidentes há que fazem o mesmo diagnóstico, ainda que já se notem pequenos sinais de mudança na mentalidade, tal como o refere o presidente da Junta de F:

<sup>130</sup> Colégio-Cooperativa de Ensino Básico e Secundário.

“Nós somos muito individualistas... cada um quer a sua sede, mas actualmente já vai começando a haver alguma abertura ao associativismo de freguesias (por exemplo, a Associação de Freguesias do Monte da Franqueira). Há muito bairrismo. Com associações de freguesias seria tudo muito melhor.” (Presidente de Junta de F, 8-6-2004)

Para além do interesse do poder instalado no sentido de “não mover-se, não levantar ondas para manter tudo na mesma”, também as próprias colectividades, vivendo ainda com resquícios de velhas rivalidades interaldeãs, não se dispõem a quebrar a rotina do localismo paroquial no sentido de congregar esforços a nível interfreguesias:

“Temos cerca de 60 idosos, isto é complicado, vêm de I as refeições para as crianças e idosos... Quanto à alimentação está ok... pode vir de outra freguesia... mas, por exemplo, o Centro de Dia... aqui as pessoas não querem estar dependentes de I... Há rivalidades antigas... Aqui temos algumas barreiras... nós aqui somos bairristas...” (Presidente de Junta de GR, 16-04-2004)

Tal como se pode inferir destas três entrevistas, quer sejam os autarcas, quer seja o dirigente de Associação desportiva têm plena consciência de que a resposta a certos problemas já não pode ser dada, de modo isolado ou autárcico, por parte de uma ou de outra Junta de freguesia, mas, para ser eficaz desde o ponto de vista político e mesmo económico, terá que ser articulada em termos mais extensos por uma espécie de conjugação de esforços com base nas vantagens de proximidade geográfica e com um sentido de equidade na distribuição e na oferta de bens e serviços às populações abrangidas ou por abranger. Para além de desmontar a miopia de qualquer atitude isolacionista, estes autarcas favoráveis à associação interfreguesias têm igualmente a exacta percepção e intuição política que o presidente da Câmara Municipal, seu patrono político, não estará interessado em fomentar uma espécie de associação intermédia entre a Câmara e cada uma das freguesias inseridas neste ou naquele projecto, na medida em que lhe retira campo de manobra no jogo atomístico e na emulação ou mesmo divisão entre os autarcas de freguesia.

Depois da descrição e análise das mais diversas organizações ocupadas do bem-estar e desenvolvimento local, é importante fazer um breve balanço e expor algumas considerações finais. Trata-se assim, acima de tudo, de caracterizar e avaliar o tipo de desenvolvimento que os diversos indicadores revelam, tendo como pano de fundo a realização, ou não e em que medida, dos objectivos proclamados.

Nos capítulos desta parte III, depois de ter apresentado um breve panorama do associativismo em Portugal, com o auxílio de outros estudiosos sobre o mesmo, procurou-se destilar uma tipologia de organizações, movimentos e associações. No entanto, o objectivo central destes capítulos consistiu em apresentar uma caracterização jurídica e sociodemográfica das entidades inquiridas e seus equipamentos, assim como dos seus funcionários e colaboradores, mostrando como estas organizações assentam numa baixa percentagem de profissionais e voluntários em cada organização. Por outro lado, mostraram-se e hierarquizaram-se as necessidades e os problemas, assim como as representações dos inquiridos sobre umas e outros, o que nos permitiu obter um retrato aproximado da realidade objectiva e das vivências subjectivas dos funcionários e dos cidadãos.

Hoje em dia os problemas locais, se bem que não estão desligados dos fenómenos inerentes aos processos globais e até contribuem para a sua configuração, sofrem destes influências determinantes. As autarquias e associações locais empreendem actividades e objectivos com o fim de criar condições de bem-estar e desenvolvimento local e, por outro lado, de prestar apoio a certos grupos específicos, mediante determinados problemas sentidos. A este nível alguns objectivos como a implementação de infra-estruturas e alguns equipamentos sociais e culturais têm sido conseguidos, outros nem tanto, como, por exemplo, a extensão do saneamento básico a todas as freguesias, défice de formação e falta de empreendedorismo, fixação das populações nas freguesias, embora Barcelos não apresente problemas de desertificação como outros concelhos do interior minhoto.

Finalmente, a trama das relações entre Juntas e Câmara, por um lado, e associações e Câmara, por outro, são analisadas uma vez mais com base nas entrevistas a autarcas e dirigentes associativos e informações documentais. Tal como outros estudos têm demonstrado, os assuntos administrativos são tratados de modo rotineiro e mediante a aplicação de estratégias impregnadas de mediações clientelares não só por parte dos detentores do poder civil mas também dos portadores de mensagens religiosas. O antídoto para estas situações reside na promoção e desenvolvimento de organizações, nomeadamente associações que perfilham princípios e práticas democráticas, organizações que, para serem mais eficazes, poderão assumir um carácter inter e suprafreguesia.



# Estudo de caso: Durrães, uma aldeia de Barcelos



Viaduto ferroviário, denominado localmente por “Ponte Seca” (Durrães)



Procissão em honra do padroeiro São Lourenço, Durrães, 2002



Apeadeiro desativado, Durrães, 2004



Cruzamento, Fonte d'Egra, Durrães, 2004



Viaduto ferroviário "Ponte Seca" Durrães, 2004

## Capítulo IX

### Durrães: população, história e economia (1960-2002)

Tendo presente que esta investigação se desenvolve num determinado contexto espaço-temporal, vamos focar a análise na freguesia seleccionada no quadro do problema assinalado, ou seja, do desenvolvimento duma colectividade rural, cujos recursos públicos e os dos grupos domésticos, como unidades de análise, têm uma evolução demográfica e uma história socioeconómica, cultural e política que, para efeito desta investigação, situo entre 1960 e 2002.

Tal como a maioria das freguesias da grande parte das zonas rurais do país, Durrães sofre, sobretudo entre 1960 e 1980, um processo de desruralização e, a partir dos anos oitenta, o início de um processo de desagrarização<sup>[131]</sup>, tal como o têm sofrido freguesias doutros países, ainda que, em relação a Portugal, este processo se tenha iniciado mais tarde e mais lentamente.

#### 9.1. Situação geográfica e infra-estruturas

Durrães é uma freguesia situada no noroeste português, pertencente ao município de Barcelos e ao distrito de Braga, distando destas cidades 18 e 40 km respectivamente. Compreendendo um total 245 hectares, limita a oeste com Tregosa e Fragoso, a este com Aguiar e a sul com Quintiães, todas freguesias do município de Barcelos, mas confronta a norte com a freguesia de Carvoeiro, pertencente ao município de Viana do Castelo, distando desta cidade cerca de 16 quilómetros.

Situada no vale do rio Neiva na subregião do Baixo Minho, com o seu solo de granito e de aluvião, seus declives escalonados, Durrães possui água

<sup>131</sup> A desruralização prende-se com o fenómeno de perda de população, em termos quantitativos, resultante do êxodo rural e dos fenómenos migratórios e, em termos qualitativos, da relativa desvalorização e perda de identidade e suas actividades tradicionais (agrícolas e artesanais). A desagrarização consiste no processo de decrescente dependência da população rural da actividade agrícola (cf. Hervieu 1995, García-Sanz 1999: 44 ss). A este respeito, este último autor apenas apresenta uma definição descritiva sem dar uma perspectiva histórico-teórica sobre o processo, suas fases e os reais beneficiários ou prejudicados do mesmo. Neste sentido, torna-se necessário contrastar a posição deste autor com a dos ruralistas críticos como Sevilla-Guzmán e Woodgate (1997), Sevilla-Guzmán (2003), entre outros.

abundante e caracteriza-se, sobretudo até aos anos oitenta, por uma agricultura predominantemente familiar com diversidade de culturas e, a partir de então, cada vez mais pluriactiva, vivendo, como veremos, da combinação da agricultura com ocupações na pequena e média indústria, no comércio e nos serviços.

Em relação a outras freguesias, Durrães possui desde finais do século XIX um importante ponto de comunicação: o apeadeiro na linha férroviária Porto-Viana-Vigo, construído em 1887, para o que foi necessário construir uma ponte com um viaduto de 16 arcos redondos<sup>132</sup>. O apeadeiro representou assim não só um primeiro e fundamental veículo de comunicação com o exterior mas, para além disso, foi, sobretudo, até aos anos oitenta, juntamente com o local da igreja, por um lado, e as duas mercearias-tabernas e hoje cafés, por outro, o mais importante ponto de encontro dos residentes de Durrães e de outras freguesias circunvizinhas<sup>133</sup>. Mais tarde surgiram outros meios de transporte, principalmente por estradas, ainda que o automóvel fosse somente apanágio dos donos das quintas da Igreja e de Malta: na primeira, o conselheiro N. foi o primeiro a utilizar carro na aldeia e, na segunda, M. Z. que, depois de possuir e utilizar durante bastantes anos duas mulas para transporte, acabou também por comprar automóvel.

Outro acontecimento relevante, em termos infra-estruturais, foi a electrificação da freguesia a 28 de Maio de 1955, o que foi aproveitado pelas autoridades e pelos locais nobres de então como ocasião para comemorar o 29.º aniversário do golpe militar do 28 de Maio de 1926, reproduzindo em acta o que o *Estado Novo* denominou como “Revolução Nacional” (cf. Acta de 28-5-1955 in Figueiras 2000:595).

Se se compara a situação actual com a dos anos sessenta, em Durrães verificaram-se, em termos globais, algumas melhorias infra-estruturais em estradas, caminhos e nos acessos às estradas secundárias: uma que une a freguesia com Viana do Castelo e com Ponte do Lima e outra, mais estreita, que comunica com a vizinha freguesia de Aguiar e a cidade de Barcelos.

<sup>132</sup> Segundo M.F., quando começou a circular o comboio, as pessoas associavam o apito e o ruído de passar o comboio com uma “coisa má”. Em 1908 o ilustre residente local M.N. ofereceu ao rei D. Manuel II um almoço em Durrães, tendo o comboio, com o rei e sua comitiva parado na ponte de Durrães. Algumas pessoas, que trabalharam na construção da ponte durante o século XIX e inícios do século XX, acabaram por casar e estabelecer-se em Durrães. A existência do apeadeiro deve ter proporcionado condições para que, já desde 1930, houvesse em Durrães um posto de correio com registos de cartas e encomendas postais situado no Campo do Forno, mais exactamente na casa dos M. e, posteriormente, transferido para a loja A.S. (cf. Ferreira *et al.* 2001:76, Figueiras 2000:470)

<sup>133</sup> Por finais dos anos oitenta a Companhia de Caminhos de Ferro (CP) encerrou a passagem de nível do apeadeiro e sobre a linha férrea construiu uma ponte de passagem, a qual une a parte mais alta com a parte mais baixa da freguesia, dado que a linha férrea a atravessa pelo meio.

Contudo, a freguesia ainda carece ou, pelo menos, tem um défice em infra-estruturas públicas, principalmente a nível de saneamento básico e abastecimento de água canalizada ao domicílio, assim como a pavimentação e o alargamento de algumas estradas e caminhos, para o que também contribuiu a localização periférica da freguesia em relação ao município e à cidade de Barcelos. Vários residentes consideram que a estrada que une a vizinha freguesia de Aguiar e de passagem com a cidade de Barcelos é demasiado estreita, pelo que é necessário desfazer certas curvas e ampliá-las.

Os avanços e carências a nível infra-estrutural, embora sejam diferentemente avaliados pela Junta de freguesia e pela oposição, são evidentes e reconhecidos também pelo presidente da Junta de freguesia:

A.C.: Sendo Durrães uma freguesia periférica, crê que esta freguesia, em comparação com outras, terá sido prejudicada a nível de ajudas, quer seja pela Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), se é que as houve, quer por parte da própria Câmara Municipal?

P.J.: (... ) A questão de Durrães ser periférica..., ela não foi prejudicada, pelo contrário. Eu tenho que reconhecer que o presidente do Câmara Municipal, o Dr. F.R., viu as necessidades desta freguesia e ajudou muito... Eu costumo dizer que Durrães muito deve ao Dr. F.R. e à Câmara a que tem presidido...

A.C. – O senhor está à frente da Junta de freguesia... fez muitas obras, abriram-se caminhos, acessos, talvez o trabalho ainda não esteja acabado. Ao longo destes 12 anos como autarca, quais foram as maiores dificuldades?

P.J.: A maior dificuldade foi sempre o dinheiro... Quanto ao saneamento, penso que é prioritário apenas na zona aqui junto ao rio, apeadeiro, porque tem bastante população e há águas inquinadas, de resto não é prioritário, resolve-se com fossas sépticas... mas a água sim, é prioritária em toda a freguesia. Sinceramente eu não queria água do Cávado... eu lutei sempre por isso e possivelmente por Durrães ainda não ter água do Cávado foi devido a um desleixo da minha parte mas um desleixo táctico... porque eu sempre quis explorar a água de abastecimento à freguesia de Durrães no monte de Arefe e, por esse motivo, cheguei a propor ao Presidente da Câmara, mas, como foi dito nessa altura pelo Presidente, eu não poderia dizer isso pela simples razão que de acordo com o protocolo com a empresa das águas, em que a câmara teria que dar saída a um volume de água mínima, seriam obrigados a comprar à empresa Águas do Cávado. Na altura lembrei-me de fazer-lhe uma proposta, à qual acedeu de bom grado, pensando que nunca se atingisse essa situação. A proposta era: se, por acaso, Barcelos, concelho, conseguir esgotar o volume mínimo da água, sem Durrães e Aguiar (esse é um dos projectos em comum com Aguiar), poderiam estas duas freguesias auto-abastecer-se. Na altura o presidente achou que sim. Pensei logo que deveríamos de esperar... que avancem para outros lados e se esgote o mínimo que a câmara é obrigada a consumir... e então depois atacaremos... Tenho acompanhado mais ou menos esse processo e penso que está na altura de atacar. Isto

traria redução de custos porque a água viria por força da gravidade e é uma água de qualidade...”

A função de trânsito e de sociabilidade no apeadeiro, como um ponto fundamental da freguesia, viria a ser reforçada com a implantação da *Casa do Povo*, instituída a 31 de março de 1943 no tempo do Estado Novo no âmbito da política corporativa deste, localmente impulsionada por L.C.P. depois da oferta do terreno pelo J.N. Paulatinamente e sobretudo depois do 25 de Abril, a *Casa do Povo* constituiria um centro multifuncional, destacando-se, em particular, depois da reestruturação do edifício doado pela família N., o funcionamento de um posto médico gerido até aos anos noventa pelo funcionário da *Casa do Povo*, uma personalidade influente, cujos métodos de actuação, sobretudo num passado mais remoto até 1974, foram motivo e objecto de discórdia no seio da freguesia e nas demais freguesias circunvizinhas abrangidas por essa instituição<sup>134</sup>. Em termos de infra-estruturas e equipamentos, para além da *Casa do Povo*, há a referir o Salão Paroquial com mais de 500 lugares para espectáculos (cinema, teatro), conferências e outros eventos. E, como infra-estrutura básica da freguesia, há a própria sede de Junta de freguesia com um edifício vendido pelo construtor civil local, mas cujo preço de aproximadamente 26.000 *contos* (130 000 euros) foi financiado pela Câmara Municipal.

No campo educativo, ainda que de difícil localização, a freguesia dispõe de uma escola básica inaugurada nos anos trinta, então apenas para alunos do sexo masculino, à qual foram aumentadas outras duas salas (AJD 7-10-1977). Até 1987 através da Telescola existiu ainda uma escola do ciclo preparatório (5.<sup>a</sup> e 6.<sup>a</sup> classes), o que permitia a prossecução de estudos durante dois anos a filhos de famílias sem recursos suficientes para enviá-los para a cidade. O encerramento forçado desta escola por ordem da Direcção de Escolas, com a colaboração da professora responsável e de um mediador forâneo, originou uma forte agitação na freguesia, forçando a intervenção da GNR em 1985 para repor a ordem depois de um pequeno levantamento popular contra esta medida administrativa. O desmantelamento do ciclo preparatório obrigaria aos filhos das famílias de Durrães a deslocar-se a uma freguesia vizinha. A nível educativo-cultural, existe ainda uma pequena

<sup>134</sup> Segundo A.L.P., um opositor da lista concorrente à Direcção da *Casa do Povo*, o referido funcionário só tratava os assuntos daquelas pessoas que lhe levavam coisas (ofertas) a casa... os demais eram ignorados... era autoritário, pensava que era o dono da *Casa do Povo*. E, segundo M.F., esse funcionário e seu primo J. eram aborrecidos, eles gostavam que os ‘respeitassem’... Uma vez pedi para me ajudar a ter uma consulta, cá em baixo, e ele J., sendo ainda meu primo, disse-me: (...) eu se quisesse, punha-te lá fora... só para fazer ver que era ele quem mandava ali.

biblioteca na *Casa do Povo*, cujos responsáveis não a têm activado nem renovado por falta de recursos financeiros e humanos.

Graças a um certo dinamismo gerado a partir do pároco anterior, o padre Mendes, e de algumas personalidades influentes, nomeadamente D.M. – que doou um terreno para a associação desportiva, recreativa e cultural “*O Lírio do Neiva*” – criou-se, em 1977-78, esta associação contando também com a colaboração de jovens pertencentes ao “Futebol Clube Lírio do Neiva”. No seio desta associação foi integrado, como secção de valor cultural, o grupo cénico “Lírio do Neiva”<sup>135</sup>, que também existia desde 1933. “Lírio do Neiva” tem sido também o nome dado ao boletim criado em 1956 como órgão da Acção Católica e do Conselho Paroquial animado pelo anterior padre Mendes.

Em 12 de Julho de 1980, constituiu-se um grupo de jovens que, junto com o Grupo de Estudos Históricos do Vale do Neiva (GEN), tomou a iniciativa de assumir a direcção da associação *Casa do Povo*, tendo sido aprovada pelo Instituto da Juventude também recentemente uma pequena subvenção para a aquisição de um computador e acesso à *Internet*. Por falta de disponibilidades e ausência dos responsáveis durante a semana, o dito espaço apenas está acessível durante o fim-de-semana.

Desde o ponto de vista do apoio social, a associação “O Lírio do Neiva” tem a seu cargo um projecto de construção de umas instalações, onde funcionará não só o *Centro de Dia* e de prestação de outros serviços para idosos, mas também as Actividades de Tempos Livres (ATL), uma creche e o ensino pré-escolar, dadas as deficiências das actuais estruturas, quase todas alugadas.

Em termos desportivos e recreativos, os habitantes de Durrães e, nomeadamente, os mais jovens, dispõem de um campo de futebol, cujo terreno foi comprado graças ao empréstimo monetário sem juros por parte de D.M., um emigrante, hoje já falecido, considerado ‘benemérito’ pela população. Há ainda um polidesportivo coberto.

Em síntese, pode concluir-se que, sobretudo nas últimas décadas, se verificaram algumas melhorias e progressos na implementação de certas infra-estruturas e equipamentos públicos, ainda que haja deficiências e insuficiências a cobrir, principalmente no que concerne à rede de abastecimento de água potável canalizada e ao saneamento básico.

<sup>135</sup> É em 2008 que este grupo cénico comemora as Bodas de Diamante da sua existência, tendo-se realizado, para o efeito, no dia 10 de Maio uma cerimónia no salão paroquial local, onde representantes da autarquia, igreja e cultura, e com a presença de alguns dos fundadores, é reconhecido e enaltecido publicamente o trabalho do grupo que, ao longo de 75 anos, se dedicou à representação e arte cénica, e contribuiu para o prestígio das gentes de Durrães (Castro e Mota, 2008).

## 9.2. Breve resenha histórica e demográfica

Segundo o estudo histórico-antropológico de J. Maciel (1979:89), no Vale do Neiva e, nomeadamente em Durrães, nos montes de Arefe encontraram-se vestígios das Idades Paleolítica, Neolítica e do Ferro (pedra lascada e polida, construções de castros, casas e monumentos respectivamente), pelo que estando enquadrada no Vale do Neiva, Arefe é considerada uma “grande estação arqueológica” (T. Maciel 2003:213).

Dos diversos assentamentos há referências que remontam apenas à época da ocupação romana, ao tempo em que se tinha verificado uma deslocação para o Vale do Neiva. No entanto, é no processo de repovoamento nos séculos IX e XII que Durrães (e Carvoeiro) surgem como possessões de um fidalgo de origem galega. Na época posterior à Reconquista seria concedida ao Mosteiro beneditino de Carvoeiro uma *Carta de Couto*, por parte de D. Afonso Henriques, em 1129, em que os habitantes de Durrães<sup>[136]</sup> ficavam adstritos, como colonos e arrendatários, a pagar foros e rendas ao Mosteiro, o qual detinha o arrendamento sob a forma de aforamento ou *enfiteuse*<sup>[137]</sup>, cedendo o domínio útil aos colonos mas mantendo a propriedade ou o domínio eminente sobre as terras do Couto. Os colonos estavam económica, social e até judicialmente vinculados ao Mosteiro de Carvoeiro e, mesmo para casar, necessitavam de autorização do Abade do Mosteiro (*in* J. Maciel 1979:19, 24).

Provavelmente durante ou no rescaldo da revolução de 1383-85, mas certamente antes de 1440, várias foram as terras que saíram da jurisdição dos Beneditinos, transferindo os seus títulos para a Casa de Bragança, à qual os foreiros passaram a pagar o foro. Após uma temporária anexação de Durrães à Vigararia de S. Fins do Tamel entre 1440 e 1548, a freguesia recuperaria a sua autonomia, aliás constantemente ameaçada pela presença absorvente do Mosteiro de Carvoeiro. Na luta contra o domínio do Mosteiro ter-se-iam levantado as próprias autoridades eclesiásticas, destacando-se um tal Abade João Pires que teria instituído em 1535 o morgadio de Malta. Deixando grávida Catarina Pires, moça solteira, que deu à luz um filho de nome Francisco, o Abade perfilhou-o a 31-12-1532, sendo mais tarde legitimado por carta régia a 21-01-1534 (J. Maciel 1979, Figueiras, 1985: 25ss, 2000).

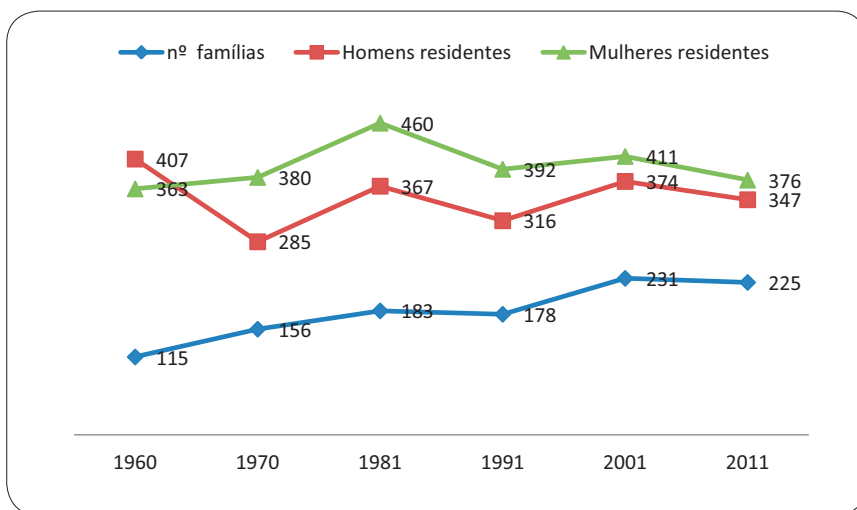
<sup>136</sup> No Censo do Bispo D. Pedro (1070-1091), Durrães é referida pela designação latina *Sancto Laurenti de Zloranes* e na concessão do Couto aparece já sob a designação de *Dorranes*. No entanto, a origem etimológica de Durrães continua a ser difícil de determinar, tendo ao longo dos séculos assumido as mais variadas designações (Figueiras, 2000:359).

<sup>137</sup> *Enfiteuse* (*enfiteuse*) é uma instituição do Antigo Regime, que consiste na cessão perpétua ou por toda a vida do proprietário de bens raízes que recebe um cânone anual por parte do colono ou cultivador enfiteuta.



Entre 1864 e 1960 a população residente de Durrães passou de 384 para 770, representando um saldo fisiológico positivo de 386, aumentando em média quatro pessoas por ano, média esta ainda reduzida devido certamente às saídas migratórias nomeadamente para o Brasil. Voltando à situação após 1960, reunimos a informação do gráfico 18:

Gráfico 18: Durrães: famílias e população residente (1960-2011)



Fonte: INE: Recenseamentos populacionais, 1960, 1970, 1981 e 1991, 2001 e 2011.

Ou seja, tendo em conta o período que nos ocupa o presente estudo, de acordo com os dados dos recenseamentos populacionais de 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011, o número de agregados domésticos e de residentes em Durrães sofreu a evolução de que nos dão conta o gráfico 18 e o anexo 12.

A evolução demográfica aponta no sentido de se ter verificado uma ligeira quebra da população residente entre 1960 e 1970 que, particularmente afectada com uma diminuição dos homens em 30%, conheceu todavia no sexo feminino um ligeiro aumento de 4.5%, confirmando o padrão dominante de serem os homens a emigrar e as mulheres a ficarem na aldeia. Esta quebra demográfica viria contudo a ser recuperada, ao longo das décadas de setenta e sobretudo oitenta, devido não só ao anterior retorno de repatriados das ex-colónias mas também ao crescente regresso de emigrantes. O censo de 1991 denota uma nova, embora ligeira, diminuição demo-

gráfica, provavelmente relacionada com o êxodo rural e a industrialização interna, que ainda reteve, apesar de tudo, uma parte da população jovem e activa nas últimas décadas. Isto poder-se-á comprovar, se analisarmos a distribuição da população por faixas etárias: 278 de 0 a 19 anos, 201 entre os 20 e os 39 anos, 118 entre os 40 e os 59 anos e 111 com 60 ou mais anos. Ou seja, apesar de uma tendência de envelhecimento da população, persiste ainda uma boa parte da população jovem e adulta activa.

Em comparação com os resultados do censo de 1991, em 2001 nota-se um novo aumento da população mas, desta vez, graças ao retorno de emigrantes aposentados e de algumas iniciativas ou projectos na pequena indústria e no comércio. Mesmo assim, Durrães constitui uma freguesia rural, em termos demográficos, com 225 famílias residentes, uma população residente de 723 habitantes (Censo 2011), ficando-se assim bastante abaixo dos convencionados 2000 habitantes. Ou seja, apresenta-se com uma ligeira diminuição de 8% em população em relação ao censo de 2001, ao que não serão alheios nomeadamente a saída de jovens casais que procuram casa fora da aldeia e a recente procura de trabalho através da emigração.

### **9.3. Estrutura económica e população: actividades e rendimentos (1960-2002)**

Entre 1960 e 1991 verificou-se uma profunda mudança na estrutura social e económica da freguesia<sup>[138]</sup>, podendo-se destacar: (i) a transição de uma agricultura policultural tradicional para uma agricultura pluriactiva com a subsequente quebra substancial de população activa afecta exclusivamente à agricultura; (ii) a continuidade e alterações nos padrões de diferenciação social sobretudo devido ao aumento e à diversificação de pessoas ocupadas em profissões não agrícolas, tanto na aldeia como fora dela, mas residindo na própria aldeia; (iii) uma notável mudança nos perfis escolares, embora se tenha mantido uma baixa escolaridade, houve uma acentuada diminuição do analfabetismo e um relativo aumento da escolaridade básica, complementar e, ainda que em bastante menor escala, do ensino secundário e sobretudo superior; (iv) a alteração dos modos de vida, principalmente uma crescente feminização das tarefas agrícolas e não agrícolas e, em particular, consideráveis mudanças nos padrões de consumo.

<sup>138</sup> Tal como foi explicado no capítulo IV, o município de Barcelos, ao qual Durrães pertence, conheceu, sobretudo nas freguesias urbanas e outras periurbanas, um certo crescimento industrial, concretamente da indústria têxtil, cerâmica e de calçado. Quanto à distribuição da população por sectores de actividade, ainda que com maior lentidão que noutros municípios e aldeias, a população activa na agricultura, no geral, sofre baixas consideráveis a favor da indústria e dos serviços (cf. quadro 9).

### 9.3.1. Da policultura tradicional à pluriactividade

Até aos anos setenta, havia uma tendencial associação entre o modo de vida rural e a actividade agro-pecuária policultural<sup>[139]</sup> como modo de difundir os riscos climatéricos, tendendo a convergir e até a confundir-se na maior parte das casas, as quais se ocupavam do cultivo dos campos, combinado com o cuidado do gado e alguma actividade florestal. Na verdade, a antiga sociedade rural centrava-se nas actividades agro-pecuárias e silvícola, nesta última com predomínio da produção de lenhas e madeiras (pinho, carvalho e eucalipto), para além do mato para o estrume, recolhido, primeiro no monte comunitário e, depois, com a divisão dos baldios desde 1921, na(s) parcela(s) de terreno bravio que a cada casa tocou.

A economia era, assim, basicamente camponesa e tinha um cariz policultural, cultivando-se, graças também à abundância de água, cereais (milho, centeio), legumes (feijão, tomate, alface), vinho, azeite e diversas espécies de fruta (maçã, pêra, cereja, castanha). Na casa camponesa predominava a utilização de energia humana e de tracção animal, tanto nas lavradas e sementeiras, como no transporte não só de lenhas, matos e estrume para efeitos de produção de fertilizantes orgânicos, mas também na colheita e no transporte dos cereais, das uvas, da azeitona ou da erva para o gado. Os instrumentos de trabalho utilizados eram sobretudo manuais: enxada, foice, ancinho, forquilha, gadanha, pá, entre outros. A par das actividades agro-pecuárias tradicionais, as economias rurais locais só admitiam actividades artesanais e alguns serviços com funções subalternas, subsidiárias ou complementares em relação à agricultura. De facto, Maciel (1979:38) refere a existência de algumas actividades ou 'indústrias' artesanais, a saber, algumas plantações de viveiros, duas marcenarias, uma tanoaria, uma sapataria e três oficinas para a produção de tamancaria, dois engenhos de serração, alguns moinhos e azenhas<sup>[140]</sup>, dois lagares, dois alambiques para destilação de aguardente, uma oficina de cabos de madeira e uma padaria. No sector dos serviços e do comércio de cariz tradicional, há que referir, para além da costureira ou do ferreiro, o moleiro e duas mercearias com as respectivas tabernas.

Se é certo que os criados e sobretudo os jornaleiros viviam em acentuada precariedade e insegurança em relação ao trabalho, para os demais as actividades agro-pecuárias e artesanais ocorriam num contexto de relativa auto-suficiência económica e social, centrada na casa com habitação, coberto e

<sup>139</sup> Maciel (1979:25 ss), na sua monografia sobre Durrães, relata, a par de algumas actividades artesanais, o domínio absoluto da economia agrícola em Durrães até aos anos sessenta e, pelo que pude averiguar, até inícios dos anos setenta do século XX.

<sup>140</sup> O facto de o rio Neiva atravessar ao longo de toda a fregresia de Durrães, explica a existência de vários engenhos e azenhas. Maciel (1979:38) contabilizou nove açudes, grande parte deles então em funcionamento.

pátio. As necessidades satisfaziam-se no âmbito da vida tradicional impregnada de certa sobriedade nos modos de vida, tanto na comida como no vestuário, geralmente de linho ou panos simples.

Em termos de comercialização de produtos agrícolas, com excepção dos poucos proprietários abastados e alguns poucos lavradores – que, em quantidades diferenciadas, destinavam uma parte da produção para a venda (vinho, milho, feijão, batata, gado e/ou crias de gado, leite, alguma fruta)–, a maior parte das casas consumia a totalidade dos bens aí produzidos ou, quando muito, vendiam, em pequena escala, algum produto agrícola (vinho, milho, batata) ou animal para ajudar no pagamento de jornais e *soldadas*, *décima* (imposto fundiário) ou a compra de outros bens essenciais na mercearia ou nas feiras locais de Barroelas e Barcelos (por exemplo, instrumentos de trabalho, leitão, vitela).

Actualmente, ainda quando para uma parte das famílias de Durrães a agricultura continua a ser uma actividade e fonte de rendimento, ela é menor em termos de tempo dedicado, para além de a percentagem proveniente do rendimento agrícola representar só uma parte, cada vez menor, do rendimento familiar total (quadro 36). Tal como Silva (1998) constatou para a freguesia vizinha, há que distinguir o facto de, a meados dos anos oitenta, enquanto as famílias rurais mais desafogadas ou médias ainda retêm a maior parte do rendimento das explorações, as famílias (quase)despossuídas de meios de subsistência, mais pluriactivas e assalariadas, obterem a maior parte dos rendimentos das actividades extra-agrícolas, podendo destacar-se, nos anos oitenta e noventa, algumas empresas têxteis – das quais três em Durrães e as restantes em Barroelas, Balugães, Aguiar, Barcelos e Viana– e da construção civil. Outros, sobretudo aposentados e pensionistas idosos, têm a sua principal fonte de rendimento nas reformas e pensões de invalidez nacionais ou, quando ex-emigrantes, estrangeiras. Na grande maioria dos casos, ainda que em graus diferenciados, há mesmo um relativo predomínio dos rendimentos extra-agrícolas sobre os provenientes da agricultura, principalmente os salários não-agrícolas e os subsídios, para além das reformas e pensões já referidas<sup>141</sup>. Finalmente, é neste contexto que tem predominado, sobretudo entre as famílias com pouca terra e gado, a agricultura a tempo parcial, dedicando-se amiúde apenas uma a duas pessoas na casa – geralmente a mulher e/ou uma filha– à actividade agrícola corrente e colaborando com os membros assalariados em actividades extra-agrícolas nas horas restantes e sobretudo no fim-de-semana. Por outro lado, à tradicional

<sup>141</sup> Conclusão também sublinhada por Goldey (1983), Geraldès (1987), Silva (1998) em relação a outras aldeias minhotas e, em relação a Espanha, García-Sanz (1999:25 ss).

policultura que absorvia a grande parte do tempo dos moradores sucede a pluriactividade e a diversificação ocupacional não só fora mas também dentro da própria aldeia. Esta diversificação ocupacional, ainda que não possa ser interpretada de modo mecânico e determinista, obedece a uma certa lógica de reprodução social. Enquanto os filhos de lavradores e outros moradores melhor posicionados económica e politicamente ou com sucesso em termos escolares obtiveram posições e profissões melhor remuneradas e prestigiadas (funcionários, professores), os filhos de jornaleiros, operários e camponeses mais pobres viram-se obrigados a assalariar-se em lugares laborais muito duros e com salários mais baixos nas fábricas e na construção civil, fenómeno já destacado por Silva (1998) e Sobral (1999), o qual se prende com um modelo agrícola e de industrialização difusa. Sendo a realidade de hoje bastante diferente da realidade dos anos sessenta e setenta, como se explica então a relativa desestruturação da tradicional sociedade camponesa, e qual é a actual configuração social desta emergente e nova realidade rural com um mercado de trabalho mais diferenciado?

Antes de mais, há a assinalar a maior ou menor abertura à aceitação e implementação de inovações tecnológicas, principalmente a introdução, primeiro, dos fertilizantes químicos desde os anos sessenta e, seguidamente, o uso da energia mecânica (a motosserra, o pulverizador mecânico e sobretudo o tractor), para o que vai emergindo uma maior ou menor abertura, não obstante a persistência de algumas resistências à novidade. Estas inovações e práticas tornavam-se fenómenos cada vez mais correntes<sup>142</sup>, sobretudo a partir do momento em que, por efeito da onda migratória dos anos sessenta e setenta, já não abundava, como antes, a mão-de-obra disponível e barata (criados e jornaleiros). Estava-se perante uma relativa escassez de mão-de-obra e a existente tornava-se mais cara. Ou seja, o processo de mecanização deu-se basicamente porque os custos da mão-de-obra, ao encarecerem com o êxodo rural, tornavam-se insuportáveis não só para os pequenos mas também para os lavradores médios e proprietários. Simultaneamente, iam desaparecendo as mudanças de trabalho tradicionais entre as casas em escala generalizada, mudanças essas que, deixando de figurar sob as antigas formas de trabalho por favor, iam restringindo-se a um círculo cada vez mais restrito de parentes e vizinhos, fenómeno também já assinalado por Silva (1990). Para além disso, a

<sup>142</sup> Aquando do primeiro tractor –o qual, segundo H., “trabalhava dia e noite”–, as pessoas iam ver a lavrada com tractor. Durrães, que nos anos sessenta só tinha um tractor, introduzido por M. em 1958, tinha, em 1990, 18 tractores e, em 2002, contava com 25 tractores. A nível do concelho, em 1989, Barcelos contava com a média de 18 tractores por 100 ha SAU, verificando-se em 2009 um aumento de quase o dobro dos tractores (32 máquinas por cada 100 ha SAU), o que representa, para o mesmo período, 6 vezes mais em relação à média nacional (5 máquinas por cada 100 ha SAU), (RA, 1989, 1999, 2009).

posse do trator, ainda que nem sempre potenciado em termos de rentabilidade económica, constituía também um símbolo de certo prestígio na aldeia.

A implementação gradual dos meios mecânicos para o trabalho da terra representou, sem dúvida, a maior ruptura não só com a tradicional economia camponesa, mas também com certos modos de vida ligados ao ecossistema camponês, libertando uma grande parte da força de trabalho para os sectores secundário e terciário e reforçando, assim, um novo processo de diferenciação interna. No entanto, estas alterações tão-pouco seriam relevantes, se, por outro lado, aldeias como Durrães não tivessem sofrido o grande impacto histórico da última vaga migratória ocorrida a partir dos anos sessenta, devido às fortes situações de carências sociais locais e à oferta de postos de trabalho proporcionados pelo exterior, sobretudo no estrangeiro, como veremos. Este processo veio a afrouxar a tradicional policultura agrícola, forçando ao abandono certas culturas menos produtivas e de maior consumo de mão-de-obra e, à selecção, a par da manutenção de culturas para autoconsumo, só algumas das mais rentáveis e orientadas para o mercado. Para além da renovação das castas de vinho verde, as políticas leiteiras, por parte do Estado e da então Comunidade Económica Europeia (CEE), proporcionando formação e apoio técnico, empréstimos e subsídios aos agricultores, estimularam nos anos oitenta a reconversão de algumas culturas e uma intensificação da produção de leite e, a montante, o cultivo de milho e, sobretudo, erva para o gado. Estas inovações e reconversões de culturas e produtos, para além de criar algumas divisões internas entre produtores aderentes e não aderentes a tais inovações, exigiam alterações nos métodos; porém, elas comportavam algumas vantagens, principalmente a entrada de um rendimento periódico, relativamente seguro, equivalente a um salário-base ou a um salário suplementar, conforme as categorias de produtores: médios ou pequenos. Na verdade, tem sido sem dúvida esta fonte de rendimentos que tem possibilitado a bastantes famílias o acesso à compra de bens de consumo duráveis (frigorífico, máquina de lavar roupa, televisão e outros electrodomésticos).

Este novo quadro agro-pecuário desencadeou uma procura de vacas leiteiras e, portanto, um aumento do efectivo pecuário, o qual, graças à crescente mecanização na lavrada da terra, deixou de exercer a função de tracção em benefício de uma outra, procriadora e produtora de leite. O efectivo pecuário e a correlativa produção leiteira viriam a conhecer, a partir de meados dos anos noventa, uma quebra devido aos efeitos negativos da concorrência (baixa de preços do leite) e dos subsídios resultantes da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), em 1992, que incentivava ao abate ou à cedência das quotas leiteiras.

### 9.3.2. Diferenciação social e diversificação ocupacional: o “antes” e o “agora”

Para comprovar as diferenças na composição social desta freguesia entre os anos sessenta e a actualidade, será necessário, apesar da persistência de certa “padronização” nos comportamentos e nas atitudes culturais dominantes na aldeia, dar conta dos principais grupos sociais aí presentes. Maciel (1979:53) refere a existência de três estratos baseados respectivamente em três tipos de explorações: um primeiro constituído por médios-grandes proprietários (Quinta da Igreja, Quinta do Vilar e Quinta do Paço ou de Malta)<sup>[143]</sup>, um segundo constituído pelos médios proprietários e um terceiro abarcando os pequenos proprietários. Ainda que, de facto e juridicamente, todos sejam proprietários, será sociologicamente mais apropriado e não indutor de equívocos conceptuais reconverter esta tipologia numa outra, distinguindo assim: (i) proprietários das referidas quintas; (ii) médios lavradores (2-10 ha); (iii) pequenos camponeses (0,05-2 ha), ao que se agrega o conjunto de pequenos arrendatários, artesãos, operários-camponeses (por exemplo, mineiros) e pequenos comerciantes, também eles, em geral, pequenos camponeses. Por fim, a estes se agrega (iv), um número não desprezável de jornaleiros e/ou camponeses pobres e (v), um número de criados/as, formando um quinto grupo. Em todo caso, a terra constituía o recurso mais importante e o factor-chave de ordenação e classificação dos grupos sociais então existentes.

Procurando retratar as relações entre os diferentes grupos, é de sublinhar, em primeiro lugar, as relações de forte dependência das últimas categorias, ou seja, dos criados e jornaleiros e/ou camponeses pobres, constantemente dependentes dos proprietários e lavradores para a sua própria sobrevivência. Ofereciam-se e inclusive desafiavam-se na oferta da sua força de trabalho e, eventualmente, da sua própria família (mulher e filhos) por salários miseráveis ou inclusive (quase) só pela alimentação, reduzida muitas vezes a uma sopa, a um prato pobremente guarnecido e a uns copos de vinho. Às vezes contratavam certos trabalhos por empreitada. Em relação ao trato por parte

<sup>143</sup> A Quinta da Igreja era uma propriedade foral à Igreja de S. Lourenço de Durrães desde 1548. Nos anos sessenta do século XX esta quinta estava na posse e gestão da Casa Novais, também designada a quinta das Senhoras da Quinta, filhas de um padre insolvente mas trazidas ali pelo tio e herdeiro, o Dr. J.N., o Conselheiro e aposentado médico, também herdeiro e proprietário da Quinta de Vilar, por herança de sua irmã, a Dra. B.. Falecido o Dr. J. em 1992, esta quinta seria herdada pelo Engenheiro J.N. que, falecido também por acidente de viação em 1998, teve como herdeiros seus dois filhos: Pedro e Margarida.

(...) A Quinta do Paço ou Quinta de Malta pertenceu no século XVI ao padre João Pires que a instituiu em morgadio em 1535. Herdada pelo seu filho Francisco, esta situação comportou várias querelas com o Convento dos Beneditinos de Carvoeiro. A quinta passaria por sucessivos herdeiros, mas fragmentou-se nas últimas décadas devido a transações a diversos compradores, tendo sido ultimamente comprada uma grande parte por 90 mil *contos* pelo empreiteiro local L. S., o qual transformou a Quinta num projecto de turismo de habitação (em espaço rural).

dos patrões, os jornaleiros e criados têm largas histórias e recordações amargas, entre as quais, por exemplo, as de M. e J.:

“Tempos malditos, tempos difíceis... As Senhoras da Q. viam a nossa família a crescer com mais filhos e tinham medo de ter que sustentá-los... Não havia horários de trabalho. Ganhava-se 9.000\$00 por mês... Como fomos trabalhar para o Sr. A. que nos pagava 12.000\$00, a Sra G. foi-nos lá buscar de novo, e prometeu-nos 12.000\$00 em géneros (milho e vinho), mas nunca nos deram isso.”

E as de A.:

“Punham-me descalço a trabalhar, a levar os bois nas lavradas, duas juntas de bois, tinha que pisar descalço o estrume, o mato e tudo... até ao fim do terreno. Se não guiava bem os bois, davam-me uma bastonada ou uma picadela com o aguilhão no cu...”

Tive muitos desses patrões... e tive aqui um em Durrães que foi um ladrão pra mim... pois quando mudei do meu patrão anterior para este último, pelos mesmos 130 escudos por mês que ganhava, não me pagou e enganou-me dizendo: *Deixa que se acumule que tu não necessitas do dinheiro... no final é para dá-lo à tua mãe!* Quando lhe disse que queria ir-me embora, ele queria-me dar uma coça e acabou por pagar-me a 30 escudos por mês em vez dos 130 escudos contratados...”

Junto com os proprietários, também os lavradores assalariavam, de forma não permanente, os jornaleiros e os camponeses pobres perante os quais sentiam uma certa superioridade. E, quanto aos pequenos camponeses relativamente autónomos, estes situavam-se numa posição intermédia no tecido social local, demonstrando, por um lado, proximidade e compaixão em relação aos mais pobres e procurando, por outro, ser o menos dependentes possível dos mais abastados, aos quais só recorriam para empréstimo de gado, de um ou outro instrumento, dinheiro ou influência com os poderes locais.

Em relação às posses de cada família no que concerne ao património agrário, ao equipamento mecânico e ao efectivo pecuário, foi possível estabelecer, a partir dos dados provenientes dos inquéritos em 1990, o seguinte quadro que, ao mesmo tempo que reproduz esquematicamente as diversas categorias de moradores, dá conta também, em termos globais, de algumas mudanças:



Quadro 35: Categorias de explorações

Categorias (ha)	Terra		Trator		n.º efectivo de bovinos				
	n.º fam.	%	n.º fam	%	0	1-2	2-5	5-10	>10
(0) 0	11	8,1	0	0,0	8	2	1		
(1) 0 – 0,05	11	8,1	0	0,0	10	1			
(2) 0,05 – 2	88	64,7	9	50,0	53	29	6		
(3) 2 – 5	21	15,4	6	33,3	10	7	2	2	
(4) 5 – 10	4	2,9	2	11,1		2		2	
(5) 10 – 20									
(6) > 20	1	0,7	1	5,6	1				
<b>Total</b>	<b>136</b>	<b>100,0</b>	<b>18</b>	<b>100,0</b>	<b>82</b>	<b>41</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	
%	100				60,3	30,1	6,6	2,9	
s/informação	2	1,4							

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Legenda: Categorias: (0) e (1) jornaleiros; (2) pequenos rendeiros/camponeses; (3) pequenos lavradores; (4) médios lavradores; (5) e (6) lavradores e proprietários abastados.

Procurando saber a trajectória e o destino das referidas quintas, assinala-se desde já que também elas conheceram, ainda que numa fase adiantada, processos de mecanização e modernização. No entanto, é importante referir, que, enquanto uma delas se manteve intacta com algum dinamismo e adaptação no sentido da modernização, a outra conheceu um processo de fragmentação e de transacção, ficando a maior parte em posse do caseiro. A terceira, tendo estado durante bastante tempo, em grande parte, inculta ou abandonada, tem hoje um projecto de revalorização em turismo de habitação (em espaço rural).

Tendo em atenção o quadro 35, dele se infere, em primeiro lugar, que, apesar da gradual diferenciação dos habitantes, podendo estes ser classificados em categorias agrárias, em 1990 ainda predominava a pequena agricultura familiar. Enquanto os extremos são em número reduzido – por um lado, jornaleiros e camponeses pobres (16,2%) e, por outro, lavradores e proprietários (3,6%) – predomina amplamente a categoria de pequenos camponeses (64,7%). Surge todavia uma enorme diferença: com excepção de quase uma dezena de agricultores a tempo inteiro, a grande parte dos pequenos e inclusive remediados agricultores são, em geral, pluriactivos, ou seja, já não vivem só da agricultura, combinando esta com empresas não agrícolas (têxtil, construção civil, padaria, supermercado, cafés) ou com actividades como assalariados na construção, indústria ou serviços.

A média geral da posse de terra é de 2 hectares, sem se afastar da média do município de Barcelos, no qual, segundo o INE, 71% das explorações agrícolas possuem até 2 hectares, do mesmo modo que, a nível distrital, à agricultura familiar corresponde quase 90% das explorações, 82% da área total e 87% do VAB (valor acrescentado bruto) (Baptista *et al.* 1989:19).

Mas para além da terra, há todavia mais recursos que devem ser considerados na diferenciação social local, especificamente a posse de um maior número de cabeças de gado por exploração e de equipamento sobretudo mecânico, nomeadamente entre agricultores com mais de 2 hectares, o que contrasta com o tipo de trabalho exercido através das referidas alfaias tradicionais e predominantes até aos anos setenta. Em relação à posse de gado bovino, enquanto quase 60%, devido à emigração ou por falta de recursos humanos, agrários ou monetários, não possuem nenhuma cabeça de gado bovino, 30% tem e sustenta 1 a 2 vacas; contudo, cerca de 13 casas (9,5%) possuem entre 3 e 10 vacas. E, em relação à posse de meios mecânicos, concretamente o tractor, é de assinalar que, em 1990, das 138 famílias inquiridas, 18 (13%) possuíam tractor.

Hoje, ainda que a terra continue sendo o principal critério de estratificação social e de classificação dos respectivos grupos domésticos na pirâmide aldeã, vão-se sobrepondo outros recursos, particularmente os escolares, como bases de diferenciação e hierarquia social, tal como veremos mais adiante.

Outro aspecto relevante nas relações aldeãs é o crescente processo de monetarização nas trocas não só intra-aldeãs, como com agentes externos à aldeia, começando a verificar-se uma forte rivalidade e competitividade entre as famílias: quer seja graças às remessas migratórias iniciais, os mais pobres de 'antes' já não precisavam dos demais, quer seja, porque, ao não produzirem-se bens artesanais, começavam a penetrar na aldeia outros agentes e produtos extra-agrícolas, resultantes da 'engrenagem' cada vez maior com a envolvente economia de mercado. As antigas trocas no trabalho e em géneros iam assim cedendo lugar a trocas monetárias na compra da força de trabalho e na compra-venda de produtos e serviços. Independentemente dos juízos de valor sobre a crescente penetração da economia de mercado na aldeia, há a sublinhar o facto recorrente assinalado pela grande maioria dos moradores de Durrães: a relativa melhoria das condições de vida que lhes permitiram não só o acesso a bens de consumo duráveis (automóvel, electrodomésticos) como sobretudo a (re)construção das suas casas e a compra de terra. No entanto, o que mais importa destacar é o facto de que, nas últimas décadas, para além de se ter podido manter algumas pequenas empresas familiares já implantadas (padaria, talho), tem-se registado a criação de outras empresas, também

familiares ou até patronais nos sectores têxtil, de construção civil, serração, oficinas de reparação de automóveis, supermercados e cafés.

Em relação às fontes de rendimento, verifica-se igualmente uma mudança considerável entre os anos sessenta e os dias de hoje. Enquanto nos anos sessenta e inclusive setenta a grande parte do rendimento provinha da agricultura e esta ocupava, a tempo inteiro, mais de 80% das famílias, já nos anos noventa a situação altera-se consideravelmente. Finalmente, bastantes das explorações seriam mantidas graças à injeção de dinheiro proveniente de fora da agricultura, ou então da acumulação ou às vezes exclusivamente, desde a integração de Portugal na CEE/UE, de subsídios comunitários e estatais. Em termos nacionais, já em 1979 o Censo Agrícola do INE evidenciava que só cerca de 23% da população vivia exclusivamente da agricultura.

Fixando a nossa atenção mais concretamente a nível de Durrães, os resultados sobre a fonte de rendimento dos diversos agregados familiares confirmam esta tendência de maneira acentuada desde os anos noventa. No inquérito local levado a cabo em 1990 a percentagem de famílias exclusivamente dedicadas à agricultura era cerca de 25%<sup>[144]</sup>. As restantes famílias viviam, portanto, da soma de várias actividades e rendimentos, predominando largamente os obtidos fora da agricultura. E, também quando assumiam a totalidade dos trabalhos agrícolas na exploração, 65% dependia da agricultura em menos de 50%. Desde então a situação mudou mais ainda no sentido de a principal fonte de rendimento ser de natureza extra-agrícola, resultado de pensões ou reformas e, sobretudo, salários de trabalho por conta de outrem, tal como o demonstra o quadro 36.

Segundo os dados do inquérito, hoje a principal fonte de rendimentos reside na actividade por conta de outrem e o correspondente salário fora da agricultura, dependendo de pensões ou reformas cerca de um terço das casas, nomeadamente as pessoas idosas. Há, no entanto, que anotar que grande parte dos reformados e dos assalariados noutros sectores, fora e sobretudo em meio rural, dedicam algumas horas por semana, em média entre 3 a 5 horas por dia, à actividade agrícola ou pecuária com forte incidência nos fins-de-semana. Ou seja, a diferenciação e a diversificação de profissões e actividades agrícolas e não agrícolas ocorre, em primeira instância, no seio de cada família, que distribui cada membro conforme as capacidades e disponibilidades.

<sup>144</sup> Estes dados estão em conformidade com os resultados obtidos pela Direcção Regional da Agricultura de Entre Douro e Minho (E.D.M.) em relação ao concelho de Barcelos em 1983 (23% viviam exclusivamente da agricultura), e as freguesias do município de Barcelos por Rodrigo (1998) com 28-29%, por Silva (1998) em duas aldeias minhotas (33.9% em Lindoso-Ponte da Barca e 23,7% em Aguiar-Barcelos) e, em relação às explorações do distrito de Braga, por Baptista *et al.* (1989).

Quadro 36: Tipo de agregado e principal fonte de rendimentos

Tipo de agregado	Principal fonte de rendimentos						Total
	Salário	Rendimentos próprios	Pensão velhice/ reforma invalidez/ doença/viuvez	Subsídio RMG <sup>144</sup> / desemprego	Empresa própria	Sem Informação	
Isolado-viúvo/a		1	3				4
Isolado-solteiro/a	3		1				4
Casal sem filhos	1		8				9
Casal com filhos	38	1	10	1			50
Viúva/o com filhos	1		2				3
Solteira com filhos							
Composto	4				1		5
Múltiplo	1			1			2
						2	2
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>2</b>	<b>24</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>79</b>

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002.

Se, como constatámos, a agricultura se mantém como uma actividade exclusiva ou principal para um número decrescente de famílias, esta torna-se secundária ou complementar em bastantes famílias, mais para efeitos de autoconsumo de alguns produtos agrícolas-base (batata, hortaliça, vinho, azeite) e sobretudo como referência simbólica e cultural e, por vezes, como valor para outras funções que sejam agrícolas. Os resultados recolhidos apontam também para uma decrescente importância da agricultura como fonte de rendimentos para os residentes rurais, sobressaindo outros rendimentos extra-agrícolas, obtidos tanto no âmbito local rural, como no contexto urbano ou periurbano. Para além da renovação e da transformação

<sup>145</sup> O Rendimento Mínimo Garantido (RMG), como prestação social, foi instituído pela Lei 19-A/96 de 29 de Junho, tendo sido mais tarde revogada e substituída pela Lei n.º 13/2003 de 21 de Maio sob o nome de Rendimento Social de Inserção (RSI).

de mercearias em pequenos minimercados e sobretudo um supermercado, há, igualmente, a referir algumas indústrias de construção, têxtil, pecuária – nomeadamente um aviário –, serrações de madeiras. Algumas destas indústrias (sobretudo a pecuária, madeiras, construção civil, viveiros de videiras) representam a reestruturação de antigas indústrias artesanais. Em suma, a grande maioria dos residentes vive hoje da combinação de actividades agrícolas e não agrícolas e/ou predominantemente de actividades e rendimentos retirados basicamente do sector industrial e, nomeadamente, da construção civil, dos viveiros de vides (em 2002 avaliados em quase 150.000 euros/ano), dos sectores do comércio e dos serviços, assim como também, em geral, vivem dos salários ou como pequenos empresários familiares ou patronais.

### **9.3.3. Perfis escolares: entre o analfabetismo e uma baixa escolaridade**

Nos anos sessenta, excepto o pároco, um ou outro letrado e alguns poucos jovens estudantes, raros eram os adolescentes que prosseguiram estudos, a não ser alguns poucos por induzida ‘vocação’ sacerdotal, cifrando-se então por uma ordenação de sacerdócio de um filho de uma família durrãense. Esta era então a única via de acesso ao saber letrado. Nos anos sessenta e sobretudo setenta, primeiro sob o ‘impulso’ da chamada ‘vocação’ sacerdotal e, posteriormente, com o crescente abandono dos seminários, começaram a surgir alguns jovens com estudos equivalentes ao ensino secundário e um ou outro no ensino superior. A esmagadora maioria dos habitantes de Durrães era todavia iletrada e poucos eram os que sabiam ler e escrever e menos ainda os que tinham frequentado a escola básica.

Graças à política de reformas educativas iniciadas por Veiga Simão<sup>[146]</sup>, no período final do marcelismo<sup>[147]</sup>, e prosseguidas nos sucessivos governos do pós-25 de Abril, constatou-se uma relativa explosão da escolaridade, repercutindo-se, sobretudo, nos escalões mais jovens, uma considerável redução do analfabetismo. Tal movimento, ainda que de modo mais lento, afectou também as comunidades rurais como Durrães, de modo que, em finais dos anos oitenta e sobretudo já em 2002, o panorama era consideravelmente diferente, tal como se pode notar no quadro 37.

<sup>146</sup> Ex-ministro da Educação na última fase do Estado Novo.

<sup>147</sup> Refere-se ao período último antes da queda do regime ditatorial, antes do 25 de Abril de 1974.

Quadro 37: Graus de instrução escolar: distribuição por sexo (1990, 2002)

Grau de instrução escolar (dos inquiridos)	1990 (N=138)				2002 (N=79)			
	H	%	M	%	H	%	M	%
Não sabe ler nem escrever	16	11,6	30	21,7	2	3,8	5	19,2
Não frequentou a escola, mas sabe ler e escrever	29	21,0	42	30,4	5	9,4	4	15,4
4ª + 6ª classe/ 4º + 6º ano	88	63,8	55	39,9	24	45,3	8	30,8
Antigo 5º ano / 9º ano	1	0,7	3	2,2	10	18,9	4	15,4
Antigo 7º ano / 12º ano	1	0,7	1	0,7	3	5,7	1	3,8
Curso médio	1	0,7	1	0,7	5	9,4	0	0,0
Curso superior (licenciatura)	1	0,7	1	0,7	1	1,9	0	0,0
Mestrado	0	0,0	0	0,0	2	3,8	3	11,6
Sem informação	1	(0,7)	5	(3,6)	1	1,9	1	3,8
Total	138	100	138	100	53	100	26	100

Fonte: Inquéritos locais, Durrães, 1990 e 2002; H = homem; M = mulher.

Os dados relativos à escolaridade obtidos em dois momentos mostram um progressivo aumento da escolaridade básica e secundária, passando na primeira de 53,3% para 63,3% e na segunda de 0,7% para 5,1%. Ainda que ligeira, a mesma tendência verifica-se na obtenção de cursos médios e superiores

Ainda que, comparando com os meios urbanos ou com os dados a nível nacional, os índices de escolaridade a nível do ensino secundário e sobretudo aos níveis médio e superior sejam de facto bastante modestos na freguesia, é necessário comparar estas percentagens com a situação escolar dos habitantes de Durrães nos anos 60 e 70. Surge uma primeira observação: o analfabetismo diminuiu drasticamente. Se bem que o analfabetismo funcional deva ser mais elevado, o analfabetismo, no sentido literal e formal, em 1960 rondava um índice de 60%, em 1990 era de 17,1% e em 2002 era, senão residual, pouco expressivo com cerca de 9% (Inquéritos locais. 1990 e 2002)<sup>[148]</sup>. Em síntese, comparando a situação dos anos sessenta com a actualidade, não obstante os relativos avanços na diminuição do analfabetismo literal e formal, como vimos acima, em relação aos anos sessenta,

<sup>148</sup> Incluindo os que ‘sabem ler e escrever’, o índice de analfabetismo atingiria 43.4% em 1990. Como, todavia, entre os que ‘sabem ler e escrever’ se contam não apenas os que unicamente sabem escrever o nome mas também os que eventualmente completaram a terceira classe, não é possível determinar a percentagem exacta de analfabetismo.

o índice de frequência do nível secundário e médio e, sobretudo, superior é relativamente baixo, como constatámos.

A extensão da escolaridade do ensino básico em Durrães, como noutras aldeias, foi vista por uns como algo positivo e por outros foi assumida como um “perigo moral”, quando com esta se aboliu a obrigatoriedade da disciplina de *Religião e Moral* e sobretudo foram-se introduzindo novos modos e estilos de convivência entre professores e alunos e entre alunos e alunas. Desse “perigo moral” dá conta, por exemplo, o actual pároco, o padre L. que, alegando relatos de algumas mães de Durrães, refere:

“Incrível, ao que se chegou nas nossas escolas depois do 25 de Abril! Livros que havia de santos, de moral, de religião foram queimados depois do 25 de Abril!... Aqui não foram queimados porque as professoras tinham um mínimo de formação para não deixarem-se enganar, mas houve escolas nos arredores em que chegaram a fazer isso e inclusive professores que tinham ideias avançadas e outros começaram eles mesmos a ensinar coisas de destruição às próprias crianças... que as crianças podiam conviver desde tudo... inclusive entre sexos... a convivência de qualquer maneira... Isto foi um choque tremendo... eles começaram a obrigar... Nas escolas primárias houve este descalabro... em que punham as crianças de ambos os sexos a tomar banho todos na mesma piscina”...

Comparando a escolaridade por sexos, os quadros 37 e 39 mostram, por um lado, que o analfabetismo abarca mais as mulheres que os homens (21,7% *versus* 11,6% em 1990 e 19,2% *versus* 3,8% em 2002). Por outro lado, apesar do número de mulheres que sabem ‘ler e escrever’ – que provavelmente não terão completado a quarta classe– seja superior à dos homens, o índice das que completaram a quarta ou sexta classe é inferior ao dos homens (respectivamente 39,9%/63,8% em 1990 *versus* 30,8%/45,3% em 2002). Apenas em relação aos cursos secundário e médio equiparam-se os baixos índices por sexo, ainda que mais acentuados em 1990 do que em 2002.

Com alguma cautela pode dizer-se que, ainda que a percentagem actual de analfabetos tivesse baixado em relação a 1990 (quadro 37), cerca de 60% dos inquiridos obtiveram só a escolaridade obrigatória, o que, considerando o decurso de uma década, não foi significativo. Se, por um lado, o analfabetismo diminuiu consideravelmente, a grande maioria da população, depois de frequentar e concluir a escolaridade obrigatória, envereda pelo mundo do trabalho (anexo 13). Dada a baixa escolaridade, a maior parte dos habitantes exerce profissões não qualificadas que encaixam em funções emergentes num processo de industrialização difusa, pouco intensiva em capital e altamente intensiva em mão-de-obra.





## Capítulo X As migrações

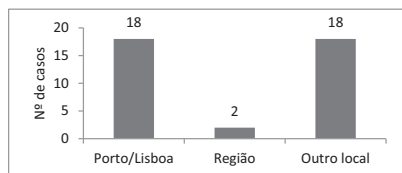
Se compararmos os índices de densidade populacional relacionada com o movimento migratório entre 1960 e 1990, verifica-se uma considerável diminuição de menos 15% da população entre 1960 e 1970, o que se prende com a saída emigratória nomeadamente de homens e que apenas na década dos oitenta viria a recompor-se, tal como verificámos no gráfico 18 e no anexo 12.

O fenómeno migratório em Durrães não é de recente data. Maciel (1979:38-40) refere na sua monografia que, desde o século XVIII, 46% das famílias deviam ter tido, pelo menos, algum filho emigrado. No entanto, dado o objectivo e o quadro temporal deste estudo entre 1960 e 2002, centrar-me-ei basicamente sobre a trajectória destes emigrantes, ainda que fazendo uma ou outra incursão na emigração transoceânica, sempre que se torne possível ou necessária para efeitos comparativos.

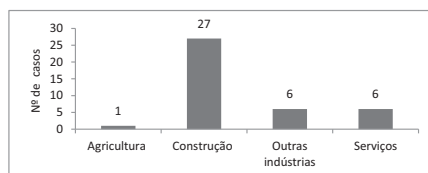
### 10.1. A saída: como, quando e quem emigra

Na história dos membros de famílias, a saída (e)migratória conheceu em 38 (51,4 %) dos casos como que uma espécie de ponte de passagem por Lisboa, Porto ou outra cidade da região, dos quais 27 (71 %) para o sector da construção civil, tal como o mostram os gráficos 19 e 20:

Gráficos 19 e 20: Lugar das migrações internas e sector das migrações internas



Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.



Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

Normalmente as saídas migratórias internas ocorriam graças às redes de contacto através de um familiar ou um mediador local com vínculos no exterior da aldeia e que funcionava como protector do emigrante, não só conseguindo-lhe trabalho e alojamento, mas também orientando-o nos primeiros passos de cidadãos urbanos. Se metade dos (e)migrantes se dirigiam para Porto ou Lisboa, nos anos noventa o destino de migração interna preferido para muitos jovens de Durrães, no designado “outro lugar” no gráfico 19, era o Algarve devido aos melhores salários praticados nessa região, nomeadamente no sector da construção.

Fazendo uma breve retrospectiva na análise das migrações internacionais das famílias de Durrães, a maioria dos emigrantes principalmente para o Brasil eram membros provenientes do pequeno e médio campesinato ou doutros grupos sociais autónomos, que possuíam os meios financeiros ou as garantias de terras e contactos necessários para semelhante viagem, constatação que confirma a de outros estudos tais como o de Halpern Pereira (1981). Por isso, nas saídas para a Europa sobretudo a partir dos anos sessenta, necessitando certamente de um mínimo de meios financeiros, estes eram, quando não próprios, passíveis de ser obtidos, por empréstimo, de familiares ou conterrâneos principalmente para pagar à clandestina figura do *passador* (mediador de migração clandestina): *Ele foi para França e eu fui pedir ao sr. F. 10 000 escudos para pagar a viagem ao passador* (mulher de A.). Dos 76 que emigraram 42 pagaram a um *passador* (55,3 %), gastos que em quase 83.3% oscilariam entre 5 000 e 20 000 escudos (25 e 100 euros) entre 1960 e 1974 (anexo 14).

Para além destes gastos com o *passador* e outros relativos à alimentação inicial, a fuga exigia a cada um de seus protagonistas uma considerável capacidade de sacrifício e resistência para fazer face às dificuldades ou percalços de uma viagem feita a pé, de carro, comboio ou normalmente em camião: “... agora na segunda vez passámos bem não... não... não, passámos mal... é preciso ver que andámos trinta e pico horas de camião, só com um garrafão de água de 25 litros para 95 pessoas... ia cheio o camião... até às alturas dos Pirenéus.. (ML).

O número de emigrantes clandestinos superaria o dos emigrantes legais, nomeadamente nos anos críticos de 1965-74, devido à fuga da guerra colonial e à proibição ou limitação da emigração de trabalhadores agrícolas e operários especializados por parte do Governo salazarista, para além dos obstáculos burocráticos e motivos políticos. A forma de emigrar e o tipo de contacto que permitiu diminuir o risco do *salto*, no vazio ou no desconhecido, é apresentada no seguinte quadro:

Quadro 38: Condições de emigração: forma e tipos de contacto

Forma	N.º	%	Tipo de contacto	N.º	%
Com contrato	24	32,4	Familiar	43	59,7
Com passaporte de turista	10	13,5	Conterrâneo	18	25,0
Irregular ( <i>a salto</i> )	40	54,1	Outro	11	15,3
Subtotal	74	100,0	Subtotal	72	100,0
Não emigrou	62	(44,9)	não emigrou	62	(44,9)
Sem informação	2	(2,9)	Sem informação	4	
Total	138		Total	138	

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

A partir de 1966 se reconhece oficialmente a emigração como benéfica não apenas para as famílias emigrantes mas também para o país como fonte de receita para equilibrar a balança comercial. No entanto, criavam-se várias dificuldades, desde a exigência de certificações médicas, de civismo e de bom comportamento – estes últimos seriam filtrados pela óptica das autoridades políticas locais e nacionais –, passando pela obtenção do contrato e o passaporte que, em qualquer das modalidades (emigrante ou turista), se tornava um processo lento e selectivo: prova de confiança política, garantia e/ou posse de recursos para viajar.

No cômputo global das formas emigratórias desde 1920, enquanto 32,4% emigrou com contrato e 13,5% com passaporte, a grande maioria dos emigrantes (54,1%) teve de empreender a fuga clandestina (*a salto*), se bem que a maioria das saídas *a salto* verificou-se entre os anos de 1960 e 1974. Inquiridos de novo em 2002 sobre a forma de emigração, obteve-se uma percentagem de respostas sensivelmente idêntica à de 1990: enquanto os respondentes que emigraram *a salto* somavam 50%, os índices de emigrantes com contrato ou passaporte de turista subiram ligeiramente em relação a 1990, somando 23,1% e 26,9% respectivamente. Isso se explicará certamente pelo facto de os emigrantes mais jovens, depois do 25 de Abril, não necessitarem de emigrar *a salto*.

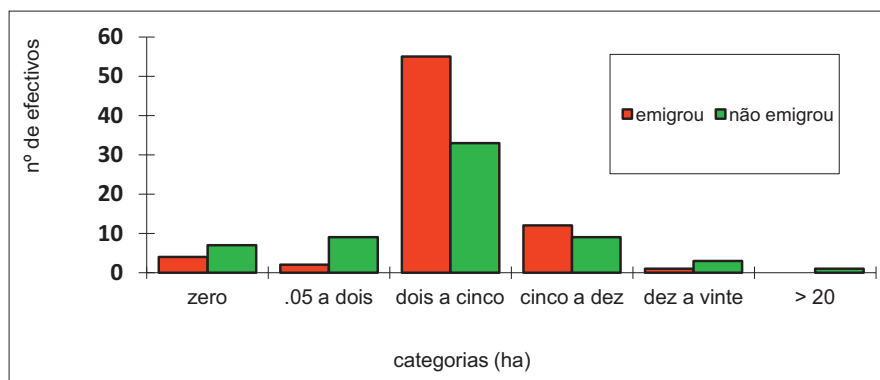
Das histórias de vida destacam-se as peripécias e contrariedades da *fuga*, sendo referidas, por alguns, situações de fome e abandono nos montes por parte do *passador*, para além de prisões e maus tratos na eventualidade de serem surpreendidos pelas autoridades das ditaduras franquista e salazarista:

“(... ) da primeira vez que fui a salto, em Espanha apanharam-me... fui preso... e estive lá oito dias na prisão... veio lá a *passadora* visitar-me à prisão com um taxista a pedir-me que não dissesse quem foi o *passador*... que nos devolvia o dinheiro... e isso foi verdade... devolveu-me o dinheiro... e depois libertaram-me e eu vim mas tinha que me apresentar em Barcelos... na guarda, na GNR... a cada oito dias... e eu não me apresentei nenhuma vez... fui logo outra vez...” (ML)

Tal como destacam diversos autores, entre os quais, em Portugal, Trindade (1976), também em Durrães os primeiros emigrantes chamavam a parentes e conterrâneos. Ainda que este sistema de interconhecimento ou inclusive de apadrinhamento em função da oferta de trabalho se tenha em parte diluído, o certo é que nas saídas emigratórias o conhecimento com um familiar, um conterrâneo ou qualquer tipo de contacto ou protecção tornou-se importante respectivamente em 43 (60 %) e 18 (25 %) dos casos (quadro 38).

Procurando saber a origem social dos emigrantes de Durrães e, simultaneamente, comparar a posição destes com a dos não-emigrantes, verificámos os seguintes resultados expressos no gráfico 21 e, mais detalhadamente, no anexo 15:

Gráfico 21: Categorias fundiárias e emigração



Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

Nas diversas categorias de agregados há que referir que a taxa mais elevada de emigrantes se situa predominantemente nas famílias de lavradores (57,1%) – mais frequentes para o Brasil antes da vaga migratória da década de 1960

– e nos grupos possuidores de entre 2 e 5 hectares de terra: 62,5% <sup>149</sup>. Entre os não possuidores e os lavradores ou proprietários abastados, as emigrações eram menos frequentes, ficando respectivamente por 36,3 e 25%, conforme evidencia o quadro do anexo 15. Se os segundos não necessitavam de aventurar-se à emigração sobretudo clandestina, os primeiros, geralmente, não possuíam os meios mínimos, sobretudo financeiros, para permitir-se fazer face aos custos e às incertezas da emigração.

Mesmo quando, nesta última vaga, os primeiros a “abalar” fossem provenientes das camadas mais pobres, o movimento emigratório dos anos sessenta a oitenta abarcou e arrastou a membros pertencentes a diversas categorias sociais. E, se para uma parte considerável o que estava em jogo era a sobrevivência e/ou a melhoria da sua situação, para os filhos de lavradores e proprietários era nuclear acumular, através das poupanças na emigração, fundos para a eventual reestruturação da sua exploração, tentando não deixar-se ultrapassar por competidores vindos de baixo, tal como outros estudos monográficos têm concluído, entre os quais Gonçalves (1987), Reis e Nave (1986) e Silva (1998). De qualquer modo, o massiço movimento emigratório viria a diminuir a pressão de procura sobre a terra, deixando inclusive terras ao abandono ou, pelo menos, sub-aproveitadas, reduzindo assim a produção agrícola.

A relativa proximidade geográfica da Europa e, em particular, de França e um menor grau de constrangimento financeiro para começar a emigração intra-europeia, permitia que, contrariamente às anteriores saídas predominantes entre lavradores para o Canadá, a América e sobretudo o Brasil, empreendessem nas décadas de sessenta e setenta a ‘aventura’ da fuga não só membros de categorias sociais possuidoras de 5 a 10 hectares senão sobretudo os situados na categoria de ‘remediados’ ou até desfavorecidos de Durrães. A emigração viria a constituir para os seus protagonistas um enorme desafio de promoção interna na aldeia.

Sendo os menos providos em recursos financeiros, eram com frequência os menos instruídos os que saíam principalmente para França, tal como se pode ver no seguinte quadro:

<sup>149</sup> Entre os 76 que emigraram apenas 5 (6,6 %) eram homens pertencentes ao grupo social de médios e abastados lavradores, sendo 56 (73,7%) originários dos grupos de artesãos, operários e jornaleiros. De entre os emigrados 89% eram artesãos, camponeses parciais, criados e jornaleiros e sobretudo operários, sendo exíguo o número de membros originários de médios, abastados ou inclusive pequenos lavradores auto-suficientes (2,2%).

Quadro 39: Emigrantes e não-emigrantes: distribuição da instrução por sexo

Grau Escolar	Regressou		É emigrante		Não emigrou		Subtotal			Total		
	H	M	H	M	H	M	H	%	M	%	N.º	%
Analfabeto	8	7	2	2	6	21	16	34,8	30	65,2	46	17,1
Ler /escrever	10	22	1	4	18	16	29	40,8	42	59,2	71	26,3
4.ª/6.ª classe	37	21	16	13	35	21	88	61,5	55	38,5	143	53,0
5.º ano		2			1	1	1	25,0	3	75,0	4	1,5
7.º ano (antigo)					1	1	1	50,0	1	50,0	2	0,7
Curso médio					1	1	1	50,0	1	50,0	2	0,7
Curso superior					1	1	1	50,0	1	50,0	2	0,7
<b>Total</b>	<b>55</b>	<b>52</b>	<b>19</b>	<b>19</b>	<b>63</b>	<b>62</b>	<b>137</b>		<b>133</b>		<b>270</b>	<b>100,0</b>
%	40,1	39,1	13,9	14,3	46	46,6	100		100		100	
Sem informação							1		5			

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

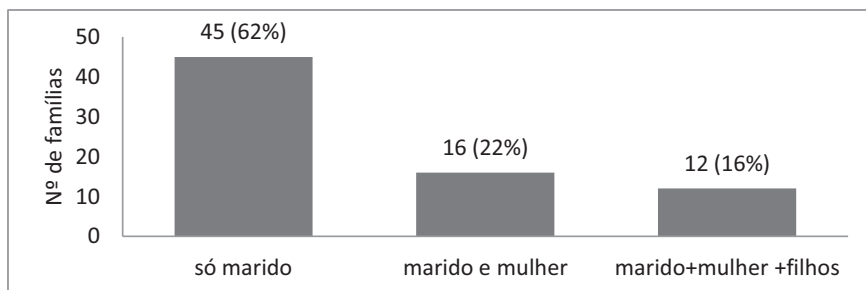
Legenda: H = homem; M = mulher.

Entre homens e mulheres “regressados” ou ainda emigrantes nativos provenientes dos inquiridos 13,1% eram analfabetos, 25,5% só sabiam ler e escrever e 60% tinham completado a educação básica, o que remete para o facto de a grande parte dos emigrantes ter sido abrangida pela escolaridade obrigatória do ensino básico. No entanto, exceptuando 1,4% dos “regressados” que obteve o ‘antigo quinto ano’ (equivalente ao actual 9.º ano de escolaridade), não foram registados mais emigrantes com educação superior ao nível básico.

## 10.2. Emigração predominantemente masculina e o papel da mulher

Eram sobretudo homens os que partiam, se bem que nalguns casos, nomeadamente desde 1973-74, foram-se-lhes juntando as mulheres e os filhos. Ainda assim, tal como o evidenciam o gráfico 22 e o anexo 16, predominava o padrão de emigração masculino, em que o homem saía e mantinha-se só na emigração, ao mesmo tempo que a mulher permanecia na aldeia cultivando a terra, educando os filhos e prestando apoio aos pais ou sogros e demais parentes:

Gráfico 22: Padrão da emigração



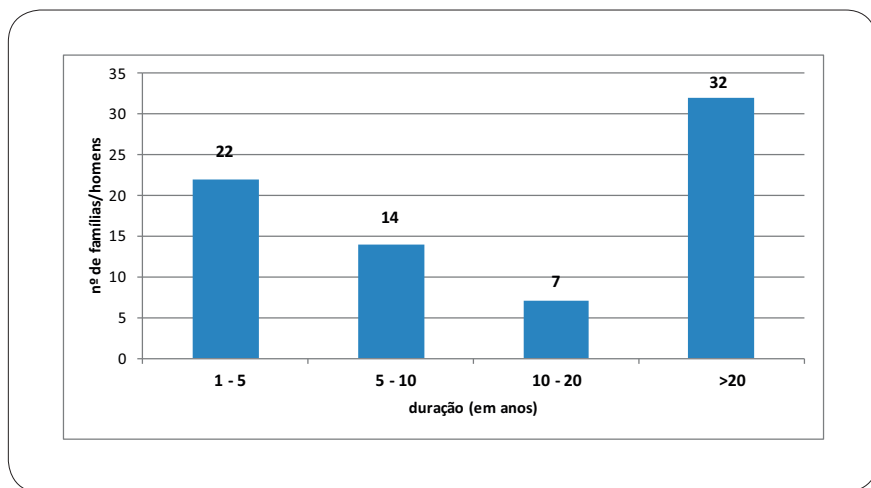
Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

Das 73 famílias emigrantes das quais se possui informação sobre o padrão de emigração, em 62% só o marido tinha emigrado, confirmando efectivamente o referido padrão de emigração masculino, percentagem que no início da vaga emigratória deveria ser muito mais elevado.

Este mesmo padrão é também reconfirmado em grandes traços nos resultados do novo inquérito de 2002. Maciel (1979:40) refere que, entre 1954 e 1976, apenas sete mulheres se reagruparam aos seus maridos, indicando que o crescimento do movimento de reagrupamento familiar parcial (22% com a mulher) ou total (16,4% com mulher e filhos) tinha-se verificado mais entre 1976 e 1990, tal como nalguns estudos o têm revelado outros autores como Poinard (1983) e Reis e Nave (1986). Inclusive quase 38 % dos homens que, sobretudo em fase posterior, levaram com eles temporal ou permanentemente as suas respectivas esposas, fizeram-no, para além da necessidade de companhia e satisfação conjugal, por razões económicas, ou seja, atendendo ao facto de a mulher, trabalhando, contribuir para poupar mais dinheiro no menor tempo possível e não tanto pelo facto de integrar-se numa nova sociedade, tal como assinalou Wall (1984) num estudo de caso semelhante no Minho. Tal estratégia demonstra por que é que 22% dos 38 casos de reagrupamento familiar, a mulher acompanha o marido, enquanto os filhos permanecem na aldeia, geralmente junto dos avós.

Em relação à duração da emigração, apresentam-se os seguintes resultados:

Gráfico 23: Duração da emigração



Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

Também o número de anos de permanência no estrangeiro – em 57% manteve-se emigrante de 1 a 20 anos – é um indicativo da estratégia de não abandonar a família, as actividades agrícolas e/ou não-agrícolas exercidas na própria aldeia.

Ainda que a quantidade de emigrantes de longo prazo (42,6%) seja possível – o que não implica necessariamente uma emigração definitiva –, predomina, portanto, a emigração de curto e médio prazo, cujos protagonistas, salvo casos excepcionais, decidem por si mesmos e em função dos próprios objectivos familiares no momento do regresso (gráfico 23 e anexo 16).

Com estas estratégias de regresso, constantemente presentes, raramente se detectam atitudes e sinais indicativos de integração na sociedade de acolhimento. Não só se mantêm, em geral, os comportamentos de fechamento ao exterior convivendo só no seio das suas próprias associações recreativas e culturais como, para além de eventualmente excluídos, se auto-excluem da vida social nos países onde residem. Alguns, principalmente as esposas de emigrantes, não conseguiram adaptar-se (por exemplo, A. dizia que “*não conseguia comer*”) e regressaram em seguida.

Enquanto o regresso não ocorre, as identidades familiar e aldeã não só se renovam por ocasião das férias anuais como até mesmo se reproduzem simbolicamente, na medida do possível, no próprio local de residência no estrangeiro, nomeadamente nas festas das associações, ou até mesmo de uma forma criativa, em casa. É de referir, neste aspecto, por exemplo, o caso



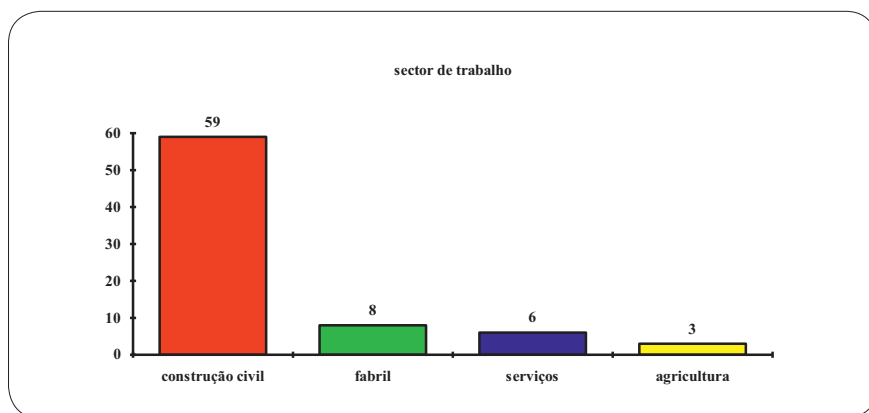
de uma das famílias que, não lhe sendo possível celebrar a festa de Páscoa na terra natal e, uma vez conseguida uma cruz de madeira, o filho mais velho era vestido na qualidade de padre para dar a beijar a cruz ao pai e aos outros irmãos emigrados.

Tais comportamentos, particularmente por ocasião das datas festivas, apesar de não poderem criar ambientes propícios para aproximarem-se dos seres queridos, permitem participar e inclusive apropriar-se, ainda que de forma simbólica, da festa aldeã, cuja função eufórica tem sido destacada por Trindade (1973:70-80).

### 10.3. Trabalhar e viver no estrangeiro: uma passagem lenta

Passadas as dificuldades e as ansiedades da viagem surgiam outras questões como a obtenção de trabalho e alojamento. Excepto alguns casos com contratos prévios assegurados, uma parte considerável dos emigrantes arranjava *in loco* ali mesmo a obtenção de trabalho através do sistema de conhecimentos casuais ou de circunstância. A maior parte dos emigrantes de Durrães era recrutada para trabalhos não-qualificados em diversos sectores, destacando-se o sector da construção civil, tal como pode verificar-se no gráfico 24:

Gráfico 24: Sector de trabalho principal na emigração



Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

Ainda que a partir de algumas histórias de vida seria possível reconstruir a sequência dos tipos de trabalho levados a cabo, em particular o primeiro e o último, uma vez que foram omitidas as perguntas relativas a esta questão, tornou-se inviável concluir algo de modo sistemático a este res-

peito. Registaram-se alguns casos de evidente êxito empresarial e mobilidade ascendente por parte de um ou outro emigrante sobretudo no comércio na Venezuela (um emigrante chegou a ter casas e um supermercado com 21 empregados). Outros relatos deram conta do choque inicialmente sofrido com as novas condições de trabalho, habitação e comunicação no país de imigração. Fixando-nos só na ocupação principal ou a mais longa, em 77,6% dos casos os emigrantes de Durrães encaminharam-se ou foram encaminhados principalmente para o sector da construção civil. Tal como já o destacaram outros estudos monográficos (Reis e Nave 1986:77-80, em relação aos emigrantes de Meimão, aldeia da Beira Interior), essa escolha possibilitava igualmente aos emigrantes de Durrães, em geral não-qualificados, uma adaptação mais fácil e a obtenção de salários mais elevados que, por exemplo, numa fábrica, graças ao recurso de horas extraordinárias. Por outro lado, os interesses dos pequenos e médios empresários, empenhados em terem trabalhadores contratualmente flexíveis, móveis e obedientes, coincidiam com as estratégias dos próprios emigrantes, no sentido de que aqueles lhes oferecessem alojamento (quase) gratuito e lhes permitissem combinar as obras da construção com as suas idas e vindas periódicas a Portugal para dar uma mão nos próprios trabalhos agrícolas. Para além disso, o tipo de trabalho na construção, normalmente exercido no exterior, adequava-se melhor ao seu anterior modo de vida e seu trabalho na agricultura do que o mecânico e rotineiro trabalho de fábrica. Enfim, a anterior vida austera do campo permitia-lhes suportar muitas horas extraordinárias, para o qual o trabalho na construção civil se prestava mais do que o de fábrica.

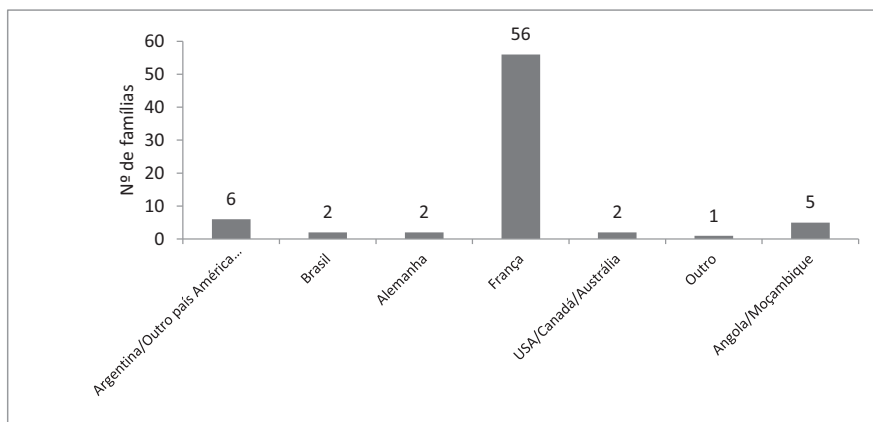
Como em outras aldeias, também na vida dos emigrantes de Durrães houve dificuldades quer nas duras condições de trabalho quer nas de habitação, sobretudo nos primeiros tempos. Para além do testemunho de alguns poucos, o próprio pároco de Durrães, o padre L., deu conta dessa realidade em 1978, querendo mostrar a discrepância entre as condições de vida duras e o comportamento soberbo e ostentoso na aldeia durante as férias:

“Eu tinha aqui pessoas que eram fantásticas e vêm cá e querem mostrar uma imagem, mas eles não sabem que eu tenho uma fotografia da vida deles e sei a maneira de proceder lá fora, eles não o sabem... Em Ardennes os emigrantes faziam uma vida de trabalho-casa-trabalho... Viviam acumulados em blocos de cimento, nos chamados ‘batiments’, com condições higiénicas precárias, inclusive famílias que viviam em escadas comuns que davam acesso às portas. Ao fundo havia um sítio comum que lhe chamavam a ‘poubelle’, uma espécie de sala comum onde deitavam toda a porcaria. Os serviços municipais recolhiam o lixo, mas às vezes estavam em greve e era um cheirete horrível... Uma vez estava numa casa e senti-me tão incomodado que tive que sair... e depois havia também

o perigo da promiscuidade, sabe? e havia também o perigo de falta de respeito à família.”

Mas, para onde podiam ir os emigrantes de Durrães? Pelas conversas e sobretudo pelos resultados dos inquéritos, estes emigrantes seguiam, de uma maneira geral, o destino dos países, cujo mercado de trabalho se mantinha aberto e as condições remuneratórias eram mais atractivas (gráfico 25 e anexo 18):

Gráfico 25: Países destino da emigração



Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Se antes e depois da II Guerra Mundial, particularmente até 1965, o destino se mantinha para o Brasil, Argentina, EUA e para as ex-colónias portuguesas (21,6%), com a nova vaga emigratória, a partir de 1965, sobressai França como o principal país de acolhimento do contingente emigratório de Durrães com 75% e, para a Europa, com um total de 79,5%. Também no novo inquérito de 2002, ainda que numa amostra menor e segundo as conclusões de 6 dos 10 inquiridos emigrados (cf. anexo 18), foi possível inferir que a maioria teve como destino países de Europa e, em menor medida, países fora do continente europeu.

Estes dados correspondem de maneira aproximada aos índices nacionais recolhidos e elaborados por diversos autores (Arroteia e R. Trindade 1986. M. Silva *et al.* 1984, Silva 1998), e explicam-se pelos argumentos atrás refe-

ridos. Dos emigrantes transoceânicos de Durrães só foi possível inquirir os que regressaram, não se devendo ocultar o facto de ter sido maior o número dos que empreenderam uma emigração de carácter definitivo, frequentemente sem dar notícias a partir de certo momento, quer seja por acidente ou fracasso, quer seja por integração sociocultural no país de acolhimento, sobretudo Brasil.

Uma das questões mais intrigantes consistia em esclarecer o motivo da emigração, por parte dos actores sociais. Não raramente se articulavam diversos motivos para a saída; porém, tendo em conta os motivos predominantes, elaborou-se o seguinte quadro de respostas:

**Quadro 40: Motivo de emigração**

Motivo	N.º de famílias	%
Fazer casa /casar + comprar terra	32	43,2
Pagar dívidas / hipotecas	7	9,5
Estabelecer-se / enriquecer	9	12,2
Falta de trabalho	4	5,4
Miséria / sobrevivência	4	5,4
Falta de condições de vida	16	21,6
Outros	2	2,7
Subtotal	74	100,0
Não emigrou	62	(44,9)
Sem informação	2	(1,4)
Total	138	

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Excepto 2,7% de emigrados, cujas respostas sob a designação de “outros” remetem para motivos político-militares e/ou simples necessidade de ‘arejar’ e descobrir novos ambientes, dos restantes sobressaem as razões económicas. No seio destas, exceptuando 12,2% que abertamente assumiram ter emigrado para voltarem a ser autónomos nos sectores do comércio ou da indústria ou simplesmente ‘enriquecer’, 85,1% tiveram como pano de fundo de suas respostas situações relativas à necessidade de (re)construção de casa, pagamento de dívidas e sobretudo motivos de sobrevivência ou

falta de trabalho e demais condições de vida, reforçando a ideia de que são os moradores mais necessitados e carentes os principais protagonistas da avalanche emigratória das décadas de 1960-70. (Re)construir uma casa ou ter pela primeira vez acesso a um pouco de terra constituem, de facto, por um lado, estímulos fortes para sair da ‘miséria’ e, por outro, quando tais objectivos são alcançados, tornam-se indicadores de sucesso no espaço local.

#### 10.4. O regresso: reprodução e mobilidade

Um primeiro aspecto pelo qual se pode concluir uma forte tendência ao regresso é a duração da estadia no estrangeiro, como se verifica no gráfico 23. Por outro lado e estreitamente ligada ao motivo da emigração é a presença ou não das estratégias do regresso, sem excluir a mudança de estratégia durante o mesmo trajecto do período emigratório. De entre as 138 famílias inquiridas emigraram 76 (55,1%), das quais já regressaram 59 (77,6%). Estes dados confirmam uma emigração fortemente motivada por estratégias de retorno, destacando-se as seguintes motivações expressas dos inquiridos:

Quadro 41: Motivo de regresso

Motivo	N.º de famílias	%
Casa feita + voltar à agricultura	6	10,2
Dinheiro suficiente + filhos em Portugal	1	1,7
Discriminação no estrangeiro + saudade <sup>[150]</sup>	3	5,1
Desemprego/doença/acidente/contratempo	25	42,4
Empreendimento /emprego / escola dos filhos	10	16,9
Aposentação/ prémio de regresso + saudade	2	3,4
Casamento/saudade e cuidar dos pais	8	13,5
Saudade/cultivo da terra	4	6,8
Subtotal	59	100,0
Não emigrou (e/ou não regressou)	79	(57,2)

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

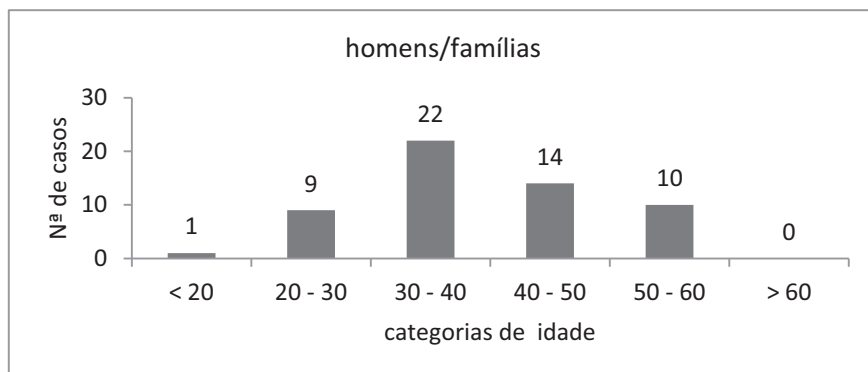
<sup>150</sup> Mais com o significado de “saudade”, que traduzido para galego seria algo como “morriña”, ou seja, o sentimento nostálgico em situação de ausência de determinadas pessoas ou coisas que nos são ou estão muito próximas do ponto de vista sentimental.

Analisando os motivos do regresso, há que assinalar uma elevada percentagem de famílias (42,4%), cujo motivo imediato se deve a qualquer contratempo familiar (desemprego, doença, acidente, morte de familiar) que terá motivado o seu regresso, para além dos casos devidos à repatriação das ex-colónias durante a descolonização. De facto, o emigrante, quando se encontra sem família e sem a própria mulher no estrangeiro, sofre a *saudade* e sente-se mais vulnerável, particularmente quando está desprotegido em caso de doença, despedimento ou outro contratempo. Alguns destes regressos que representam um inesperado corte no ciclo migratório ou fracasso nas suas estratégias, foram narrados com desgosto e tristeza pelos seus protagonistas, que os atribuíram à ‘má sorte’ e à ‘inadaptação’ misturada com *saudades*.

Exceptuando estes casos de regresso forçado e imprevisto, os retornos não se deviam tanto a factores estruturais ou conjunturais de ordem económica e política dos sistemas dos países receptores ou de origem (Maio de 1968 em França, o 25 de Abril 1974) mas sim reflectiam, tal como refere Silva (1998), ao momento considerado relativamente satisfatório pelo emigrante para concluir o ciclo migratório e retomar o seu lugar na sociedade de origem. Perspectivas de emprego ou a assunção de um empreendimento agrícola, comercial ou outro motivaram 33,8% dos regressados. Ou seja, não foram por si decisivos na opção de regressar, os estímulos governamentais dos países de acolhimento, tal como o confirmam também as conclusões de autores como Poinard (1983), Seruya *et al.* (1984), Cepeda (1988) e Silva (1998). Além disso, regra geral, foram justamente e só os emigrantes em adiantado processo de preparação do regresso que usufruíram dos respectivos ‘prémios’ de regresso, por exemplo, no seguimento da circular ‘Stoleru’ em França, tal como o revelam as conclusões da análise de Poinard: a “*quota parte das determinações individuais na decisão de regressar sobrepõe-se aos efeitos da conjuntura económica dos países de partida ou de chegada*” (1983:39).

Para além disso, os regressos dos emigrantes de Durrães não apresentam um carácter maciço, o que confirma, uma vez mais, o domínio dos regressos em função das estratégias familiares. Efectivamente, nas respostas ao inquérito local, sobressaíam as relativas a projectos individuais, segundo os quais, uma vez reconstruída a casa, comprado o terreno ou poupado o dinheiro necessário, havia que (re)tomar os empregos, os projectos ou empreendimentos na sociedade de origem, particularmente o regresso às actividades agrícolas no quadro aldeão e familiar com todas as vantagens de mais fácil reinserção e afirmação social.

Gráfico 26: Idade dos emigrantes regressados

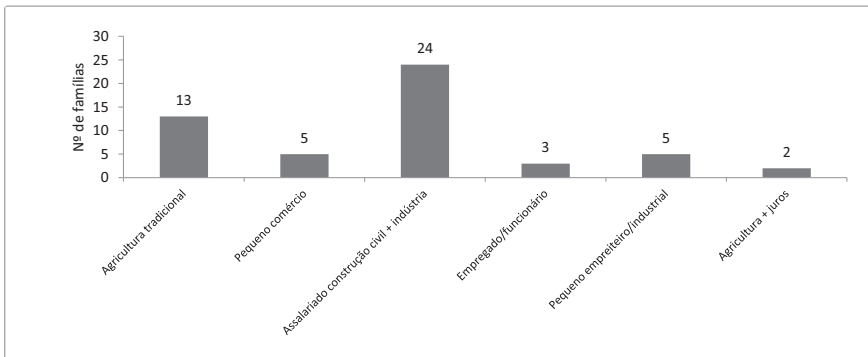


Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Questionados, efectivamente, sobre a idade e a ocupação depois do regresso, foi possível apresentar os resultados do gráfico 26, que pelos dados, foi possível deduzir que 78% dos regressados, geralmente homens casados, têm idades inferiores a 50 anos, o que, em princípio, possuindo o capital-dinheiro necessário, lhes permitiria (re)começar empreendimentos na esfera agrícola ou não-agrícola. Ainda assim, a sua concretização poderá depender, na sequência do referido por Silva (1998), não só dos factores mencionados mas de outros aspectos inerentes à sua específica racionalidade (por exemplo, pouca propensão a projectos de maior risco empresarial) como sobretudo à ausência de estímulos governamentais ou autárquicos, situações estas que podem inibir os próprios emigrantes regressados. Tais factores bloqueadores e/ou a inexistência de condições propícias ao investimento poderiam constituir base para o adiamento do regresso ou mesmo o não-regresso de alguns emigrantes.

Relativamente às actividades dos emigrantes regressados, as observações e respostas aos inquéritos permitiram apurar os seguintes resultados (anexo 19 e gráfico 27):

Gráfico 27: Actividade depois do regresso



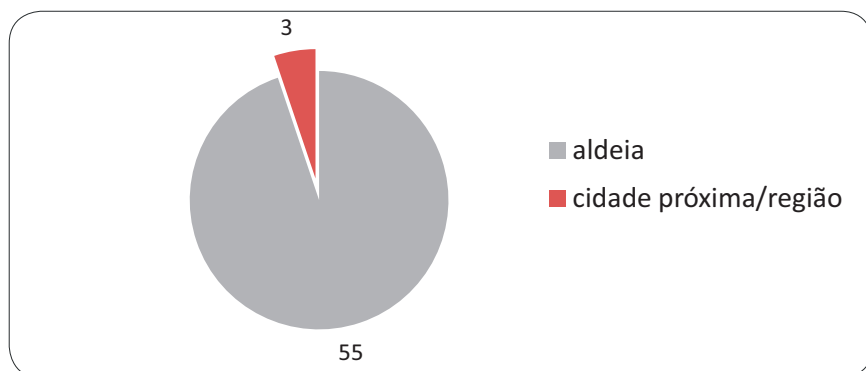
Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

A manutenção ou a ascensão a posições de estatuto autónomo na aldeia são vistas como símbolo de prestígio e sucesso. Enquanto 45,8% dos regressados mantêm a sua condição de assalariados em sectores não-agrícolas, os restantes ou retomaram a actividade anterior à emigração ou reverteram-se a um estatuto de pequenos empresários no comércio, na construção ou na indústria (20,3%) ou ainda combinaram uma efectiva ou parcial ocupação agrícola (25,4%) com rendimentos proporcionados pelos depósitos bancários, facto ocultado por vários dos inquiridos. Destacam-se, neste caso, ainda que reduzidos, alguns ex-emigrantes reconvertidos aos investimentos produtivos na agricultura e sobretudo fora da agricultura mas em novos moldes empresariais.

O poder concretizar alguns pequenos sonhos no regresso, para além de representar uma promoção social local, compensa, de certo modo, os sacrifícios e as situações de relativa marginalização sofridas no passado, designadamente nos países receptores da sua mão-de-obra. Na esteira de Silva (1998), poder-se-á sustentar que é sob esta lógica de reprodução ou ascensão social no lugar de origem que tanto o motivo de saída como o de regresso se articulam numa maior ou menor ligação à família e à terra, para o que deverão ser tidos em conta não só os motivos de afirmação social mas também os de identidade afectiva que funcionam como referências sempre presentes nas trajectórias das suas vidas, particularmente a sua reinserção depois do regresso no sentido de obter uma relativa autonomia familiar e individual. E é partindo desta identidade enraizada que se pode compreender a forte tendência de regresso à aldeia de origem ou de residência de um dos cônjuges, tal como o provam os resultados relativos ao lugar de regresso:



Gráfico 28: Local de regresso



Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Sintomático torna-se o facto de 95% dos definitivamente regressados o fazer em direcção à própria terra natal ou de residência anterior à emigração, acto significativo no sentido do reencontro, como assinala Silva (1998), das suas próprias raízes socioculturais e da reclassificação do seu lugar na própria aldeia de modo que a sua ‘aventura’, sua coragem e seu sucesso criem ‘invejas’, sendo amiúde reconhecidos e admirados na comunidade. Efectivamente, pelos seus investimentos na compra de terra, na reconstrução da casa e na aquisição de bens de consumo duradouros, os emigrantes tendem a tomar atitudes ostentativas que afinal representam um modo não só de afirmação social local mas também de compensação pelo tipo de vida austero e anónimo da estadia emigratória.

Por fim, é importante sublinhar que, embora se observem algumas saídas migratórias sobretudo de carácter sazonal, tanto para outras regiões do país, como para o estrangeiro principalmente para o Luxemburgo e a Suíça, tem-se notado, sobretudo nas décadas de ‘90 e de 2000, uma considerável diminuição nas saídas migratórias, inclusive no sector da construção civil, verificando-se, por outro lado, a entrada de alguns imigrantes, sobretudo do Leste de Europa e dos países lusófonos (africanos e brasileiros).



## Capítulo XI

### Terra, casamento e herança

O camponês tradicional mantinha uma forte união à terra e à natureza e possuía um notável conhecimento empírico dos ciclos de produção, das técnicas de cultivo tradicionais, mostrando assim fortes traços de identidade com os tradicionais modos de vida, em que a posse de terra constituía o critério-chave de identificação, avaliação e classificação de cada família na aldeia. Quem possuía património agrário, tentava mantê-lo e, se fosse possível, aumentá-lo e quem não o tinha esforçava-se por obtê-lo. Foi com este objectivo que muitos emigraram. Porém, o objectivo terá sido alcançado após a reconstrução ou recuperação das suas casas, considerado objectivo prioritário, como veremos. Este era, em grande medida, o padrão dominante até aos anos oitenta, sendo também por ele marcados muitos dos emigrantes, não só os já possuidores de terra como outros que, sem possuir terra inicialmente, após a (re)construção da casa, compraram campos ou leiras de terra, fosse para dedicar-se à agricultura a tempo total ou parcial fosse também para mostrá-la como base de prestígio social e símbolo de sucesso. Porém, antes da compra de terra, a prioridade era dada à habitação. De facto, desde os inícios dos anos oitenta, não só as condições de habitação como as próprias casas, umas construídas de raiz, outras reconstruídas ou recuperadas, dão à aldeia novas configurações arquitectónicas e sociais. Por último, é de salientar que os padrões de vida e consumo da aldeia alteraram-se consideravelmente.

#### **11.1. A terra: um forte valor económico e afectivo mas em quebra**

O facto de a maior parte dos habitantes de Durrães terem sido colonos e caseiros mas sem acesso à propriedade fundiária marcou a dependência desta freguesia durante séculos, condicionando-a aos donos do Couto de Carvoeiro, os monges beneditinos. Estes conheceram, desde o século XVI, uma série de acções judiciais, primeiro por parte de membros do clero secular e seus sucessores contra o Mosteiro, no sentido de instituir a Quinta de Malta e outros terrenos como morgadios, os quais, após diversas vicissitudes, acabariam por consolidar-se durante os séculos XVII e XIX. A terra era

contudo o objectivo estratégico das diversas famílias-enfiteutas, que, com a legislação liberal da desamortização, se converteram pouco a pouco em donos das respectivas terras. Já no século XX, o processo de repartição e distribuição de baldios em 1921 que, segundo Figueiras (2000:468), não teve perímetros claros e beneficiaram mais uns que a outros, veio a reforçar o volume de terra possuído por cada família, podendo os foros serem pagos em 15 ou 20 prestações à medida que os baldios eram transformados em cultivos agrícolas (cf. D.L. 7127 de 17-11-1920).

Outro indicador de forte identificação com o valor da terra e demais bens no quadro da sociedade camponesa é a origem da posse da terra, que podia dar-se de modo exclusivo ou combinado, através de processos de sucessão e herança, pelas poupanças, pela via interna ou sobretudo pela via da emigração.

Quadro 42: Origem da posse da terra

Origem	N.º agregados	%
Herança+poupança interna	24	19,4
Doação	11	8,9
Poupança da emigração	13	10,4
Herança/legado	31	25,0
Poupança interna	11	8,9
Herança+ poupança da emigração	33	26,6
Outra	1	0,8
Subtotal	124	100,0
Não aplicável	14	(10,1)
Total	138	

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

Entre as 124 casas que adquiriram terra, 37% fizeram-no exclusiva ou simultaneamente graças às poupanças provenientes da emigração, através das quais sobretudo os habitantes que, antes de emigrar, eram desprovidos de terra conheceram a transição da condição de morador sem terra e dependente a camponês autónomo ou outro estatuto relativamente independente. Este facto é realçado nas suas atitudes e nos seus comportamentos de desafio sobretudo perante os seus antigos patrões-patronos, como aliás já observaram alguns autores (Silva 1987, 1998; Gonçalves 1989). Considerando a

idade, a baixa formação escolar e o limitado volume de capital-dinheiro, a melhoria social dos actores sociais, nomeadamente (ex)emigrantes, acaba por restringir-se à reconstrução de casa própria, à compra de terreno, equipamento e outros meios, com o fim de estabelecer-se com relativa autonomia, normalmente, como trabalhadores familiares por conta própria na esfera agrícola e, excepcionalmente, noutro sector.

Efectivamente, vários foram os que pouparam para comprar terra, ainda que proporcionalmente tenham sido os (ex)emigrantes os que destinaram as poupanças à compra de terra, tal como se pode constatar no seguinte quadro:

**Quadro 43: Famílias (não)emigrantes e compra de terra**

Situação face à emigração	N.º de leiras compradas					Total
	0	1-2	3-4	4-8	> 8	
Regressou	18	23	8	4	1	54
É emigrante	3	10	3	3		19
Não emigrou	26	16		1		43
Não aplicável	6	3	2	3	2	16
Total	53	52	13	11	3	132
%	40,2	39,4	9,8	8,3	2,3	100,0
Sem informação						6

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

Segundo o quadro 43 é evidente que, enquanto cerca do 60% dos agregados compraram terra, 40% não o fizeram, dos quais 60% não foram nem são emigrantes; e vice-versa, dos que compraram terra, 66% eram emigrantes. Estes dados mostram que, para além do facto de serem os (ex)emigrantes os que demonstraram maior poder de compra de terra, as poupanças na sua totalidade contribuíram para revitalizar nos anos oitenta o mercado agrícola e proporcionar uma dinâmica de reestruturação de lugares em relação à posse de recursos económicos e políticos locais. No entanto, a partir dos anos noventa, a terra tende, como veremos de seguida, a desvalorizar-se, o que induz alguns como A. a reconhecer o investimento na terra como uma má opção:

“Emigrei, poupei e quis pôr os filhos a estudar, mas como eles não quiseram... apliquei as minhas economias na compra de terras e alfaias agrícolas... Agora vou-me entretendo mas estou arrependido porque ninguém quer os produtos, o vinho, por exemplo...” (A.P.)

De facto, a partir dos anos oitenta e noventa com o aumento da escolaridade e a transferência de mão-de-obra para os sectores não agrícolas, acompanhada da relativa desvalorização da terra do ponto de vista económico e social, verifica-se uma diminuição da procura de terra como meio de produção agrícola e pecuária para revalorizar-se como reserva física para a construção ou outros fins não agrícolas, sobretudo de terrenos que confrontam com estradas, caminhos ou outras infra-estruturas. Para além disso, este objectivo provoca, como veremos, alguns desentendimentos sobre os caminhos a melhorar ou não, o que possibilita ou dificulta o emparcelamento de certos terrenos, tal como refere um residente: *Tem havido alguma arbitrariedade na abertura ou no alargamento de caminhos. A uns a Junta não faz caminhos para não os beneficiar com lotes, a outros por serem parentes ou amigos fazem-no para tirar dali algum proveito* (C.M.). Em síntese, a terra que antes era vista basicamente como meio de produção, adquire outro valor mercantil em função de outras necessidades e objectivos.

## **11.2. Casar, herdar e poupar**

Para além das estratégias migratórias, o casamento e a herança têm constituído outras duas estratégias centrais das famílias rurais, quer seja por parte de proprietários e lavradores com um sentido de reprodução e expansão do seu património agrícola, quer seja por parte de camponeses pobres, artesãos, operários e jornaleiros mais no sentido de conseguirem a sua sobrevivência e, se possível, melhorar as suas condições de vida. Contudo, há que assinalar em relação a estas duas estratégias, tradicionalmente associadas, que algumas alterações se desenvolveram entre a situação nos anos sessenta e os dias de hoje.

Em relação às práticas matrimoniais, é de sublinhar uma notável diferença entre os anos sessenta e a actualidade: um maior grau de endogamia geográfica e social no passado que no presente. Sendo assim, o casamento, enquanto uma das principais formas de reprodução e/ou, eventualmente, mobilidade social, tinha predominantemente lugar não só no seio da freguesia, como sobretudo entre famílias com posses fundiárias relativamente semelhantes, dando lugar ao fenómeno da homogamia social. Normalmente, os ricos casavam-se com os ricos e os pobres casavam-se com os pobres, o

que levou uma moradora a desabafar sobre o ambiente social local no passado: “*Os pais proibiam as filhas a ir e namorar com os pobres*” (A.). Este fenómeno hoje já não é tão visível, verificando-se inclusive algumas mudanças neste campo. Tendo em conta os dados recolhidos por Maciel (1979:47), este autor, retrocedendo até 1650, contabiliza até 1950, 280 famílias; destas, 140 (50%) tinham contraído casamentos endogâmicos<sup>151</sup>, 115 (41%) seriam casamentos exogâmicos e 25 (9%) teriam sido constituídos por mães solteiras e seus respectivos filhos. Do inquérito por mim realizado em 1990 foi possível recolher os seguintes dados relativos ao grau de endogamia geográfica em Durrães:

**Quadro 44: Casamentos: endogamia geográfica**

Homens	Mulheres					%
	Freguesia	Freguesia vizinha	Região	Distante	Total	
Freguesia	58	20	5	7	90	66,7
Freguesia vizinha	25	6			31	23,0
Região	3	1	1	1	6	4,4
Distante	6			2	8	5,9
Total	92	7	6	10	135	100,0
%	68,1	20,0	4,4	7,4		100,0
Sem informação					3	

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Considerando os resultados obtidos a partir dos inquiridos em 1990, o índice de casamentos endogâmicos entre homens e mulheres originários da freguesia de Durrães constitui 66,7%. Se a estes se somarem os casamentos com pessoas provenientes de freguesias vizinhas, a percentagem eleva-se para 89,7%.

Tanto os dados apresentados por Maciel (1979) sobre o período entre 1950 e 1976, como aqueles recolhidos por nós até 1990, indicam que, subseqüentemente ao aumento da população e ao crescimento da emigração,

<sup>151</sup> A monografia de Maciel (1979:47) indica que ele assume um conceito restrito de endogamia, englobando neste apenas os casamentos endogâmicos com algum grau, ainda que afastado, de parentesco e consanguinidade. Se assumisse o critério geográfico, englobando os partidos matrimoniais originários ou residentes na aldeia, certamente a endogamia subiria para percentagens superiores, tal como foi constatado precisamente noutras aldeias minhotas (cf. Geraldês 1987, Cabral 1989, Brettel 1991, Silva 1998).

se verifica também um aumento de casamentos exogâmicos em relação aos casamentos endogâmicos, nomeadamente 14 endogâmicos e 29 exogâmicos numa relação de 1:2 entre 1950 e 1976, tendência que se acentua nas últimas décadas.

Essa tendência de aumento de casamentos exogâmicos e de cruzamentos matrimoniais interclassistas é denotativa de uma relativa quebra do peso do património agrícola como critério de selecção matrimonial, fenómeno também constatado por Geraldès (1987), Silva (1998) e Sobral (1999). A inserção dos jovens, geralmente como emigrantes assalariados, nos sectores extra-agrícolas ou inclusive a frequência da escola, ao mesmo tempo que proporcionava outros contactos para além do perímetro da aldeia ou aldeias circunvizinhas, possibilitava o casar-se mais cedo, obter uma relativa autonomia e, conseqüentemente, um menor grau de controlo paternal não só nas formas de enamoramento mas também nas próprias opções matrimoniais dos filhos/as, o que contribui para explicar tanto a decrescente endogamia e correlativa crescente exogamia, assim como a realização de casamentos e respectiva celebração ritual de bodas, em que o volume de terra já não é tão valorizado como até aos anos oitenta. Nas estratégias matrimoniais não só começaram a ser apreciados outros tipos de recursos materiais (posse de café, supermercado ou outra empresa, apartamento na cidade), mas também o tipo e grau de títulos escolares, sobretudo os possuidores de estudos de (pós)graduação. Enfim, para além das credenciais escolares obtidas por alguns filhos de famílias mais modestas, o acesso e a acumulação de capital-dinheiro por parte de filhos de emigrantes provenientes de famílias 'remediadas' e sobretudo pobres alterou consideravelmente o mercado matrimonial, possibilitando não só uma maior percentagem de casamentos intergrupais, mas também o aumento do índice de nupcialidade e uniões de facto e a redução de filhos ditos ilegítimos.

Em relação às práticas e estratégias de herança, também há a assinalar algumas notáveis diferenças entre os anos sessenta e os dias de hoje. Em primeiro lugar, é importante referir que hoje dá-se um tratamento mais igualitário dos pais para com os filhos na distribuição dos bens. Na esteira do constado por Silva (1998) na vizinha aldeia de Aguiar, também em Durrães ainda nos anos sessenta, os pais, preocupados com a sua própria segurança na velhice e com a preservação do património familiar da casa como base de subsistência de todos, para além de tentar definir casamentos estratégicos só de um dos filhos(as), tendiam a concentrar nestes o grosso da herança, gerando com isso desigualdades entre herdeiros e inclusive mais probabilidades de criação de filhos ilegítimos. Hoje, com as novas fontes de rendimentos rurais e não rurais os filhos são menos dependentes da actividade



agrícola para subsistir. Para além disso, os filhos têm mais consciência dos seus direitos e, por isso, estão mais vigilantes e críticos perante estratégias de favorecimento presentes na tradicional modalidade da herança avantajada, exigindo cada vez mais um tratamento igualitário nas partilhas. Estas últimas, até à emergência de rendimentos extra-agrícolas (remessas, salários) e à percepção de pensões e reformas, faziam-se, por prudência dos testadores, depois da morte destes; hoje, para além de certas cláusulas de salvaguarda de reserva de vida sobre a casa e alguns bens, o relativo desafogo económico e a segurança mínima de reforma e pensões permite-lhes fazer com maior frequência as partilhas em vida.

Tal como pudemos constatar no quadro 42, os dois principais mecanismos de acesso à terra são a herança e as poupanças (cf. também anexo 20), os quais têm origem no meio rural ou urbano, sobretudo pela via migratória. Estes dois modos de acesso à terra, ainda que regra geral se complementem, por vezes dão lugar a interpretações diferentes conforme a posição de cada um dos cônjuges em relação à posse de terra. Por exemplo, M., emigrante sem terra por herança, orgulhava-se das suas poupanças migratórias, dizendo: *“Emigrei para fazer ver aos meus futuros sogros... pois andavam sempre a dizer que eu era pobre”*, ao que a mulher, possuidora de mais bens pela herança, viria a rebater: *“Meu marido esteve emigrado mas pouco adiantou”*. Como veremos em seguida, as principais motivações nos destinos das poupanças residem na (re)construção da casa e na aquisição de terra por compra, quer seja para aumentar o património no caso de herdeiros de casas com bens fundiários, quer seja para aceder a um ou vários pedaços de terra, que lhes permitam afirmar a condição de possuidores de terra e, de modo mais pragmático e utilitário, praticar agricultura a tempo parcial, servindo simultaneamente de complemento ao rendimento familiar de origem extra-agrícola.

Ao questionar os inquiridos sobre qual o destino principal das suas poupanças e, cruzando as poupanças com as diferentes categorias fundiárias, foi possível obter os seguintes resultados:

Quadro 45: Destino da poupança por categorias fundiárias

Categorias fundiárias (ha)	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)	(H)	(Y)	Total
0		3	1			4		1	2	11
0 – 0,05		5				5			1	11
0,05 – 2	4	23	30	4	5	4	11	3		84
2 – 5		3	8	1	7	1	1			21
5 -10			4							4
Mais de 10						1				1
Total	4	34	43	5	12	15	12	4	3	132
%	3,0	25,8	32,6	3,8	9,1	11,4	9,1	3,0	2,3	100,0
Sem informação										6

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990

Legenda: (A)=pagamento de dívidas+depósito bancário; (B)=(re)construção de casa; (C)=(re) construção de casa+ compra de terra; (D)=equipamento+outros bens; (E)=compra de terra+depósito bancário; (F)=nada de relevante (G)=doenças/imprevistos; (H)=casamento/ estudo dos filhos; (Y)=não aplicável

Tal como outras aldeias minhotas, Durrães, comparada com a sua situação de há vinte e cinco anos atrás, apresenta hoje uma configuração arquitectónica e social diferente com suas modernas casas de emigrantes, um dos destinos predominantes das poupanças destes. Pelas respostas dadas infere-se que as famílias, em conformidade com as suas posses, sua situação concreta e suas próprias estratégias perante o futuro, vão privilegiando ora um ora outro destino das poupanças emigratórias, salientando-se em 59% dos que emigraram a reconstrução de casa e a compra de terra (cf. também anexo 20).

O investimento especificamente produtivo em sectores não agrícolas e também agrícola no sentido de equipar e modernizar a empresa (re)criada é reduzido (4%), percentagem esta que poderia ou não ser elevada conforme se considere ou não produtivo o investimento na compra de terra, cujos preços, devido ao aumento da procura nas últimas décadas pelos seus actuais ou potenciais compradores concretamente emigrantes, aumentaram bastante até aos anos 90. Independentemente das diferentes posições acerca do carácter (im)produtivo do investimento fundiário, o certo é que, se o retorno pode fomentar o desenvolvimento, quando enquadrado num adequado plano de desenvolvimento rural local e regional, este, como referem M. Silva (1984:23) e Silva (1998), pode, por sua vez, constituir um pólo de atracção e fixação das populações, nomeadamente dos próprios (ex)emigrantes e outros novos rurais.

Tal como assinala Silva (1998) a respeito da vizinha aldeia de Aguiar, também em Durrães o facto de se ter investido prioritariamente numa dada esfera ou sector não implicava o não investimento em outros. O destino das poupanças seguia normalmente uma lógica de prioridades: em primeiro lugar, era prioritário o pagamento de dívidas e, minimamente, o sustento familiar, ainda que este ficasse mais a cargo da esposa na aldeia, quando o marido era emigrante. Em segundo lugar, importava reconstruir a casa e, logo que fosse possível, comprar terra, acentuando na fase final a estratégia da poupança através de depósitos bancários e, finalmente, a preocupação pela educação dos filhos.

Este último aspecto deve ter sido subavaliado nas respostas, já que a motivação sobre a educação escolar dos filhos não parece muito exigente, dadas as respostas dos inquiridos. Ainda que os próprios respondentes pouco ou nada tenham progredido na sua própria formação escolar, em relação à dos filhos essa preocupação é mais acentuada, particularmente quando há vários filhos e a terra a herdar não é abundante. A promoção educacional do filho/a pode paradoxalmente significar o abandono da exploração, facto sobre o qual alguns dos entrevistados mostraram certa preocupação: “*A gente trabalha, mas no futuro com as melhores condições de vida noutros lados vai ser difícil habituá-los à terra*”.

Embora hoje seja cada vez menor devido aos baixos juros proporcionados pelos depósitos bancários, um outro destino das poupanças, para além da compra de terra, era constituído por certificados de aforro bancário, cujo volume era também diferenciado conforme se tratasse ou não de emigrantes. Se bem que se trate de um assunto extremamente delicado e nem sempre de uma exactidão fidedigna, foi possível, com base numa relação de maior confiança, obter alguns dados de modo directo e indirecto, testados através de informantes:

**Quadro 46: Depósitos bancários por (não)emigrantes (milhares de contos\*)**

Situações	Depósitos (milhares de contos)							Total
	0	0,001- 0,5	0,5 - 2	2 - 5	5 - 10	10 - 20	> 20	
Emigrou	13	16	5	9	7	2	3	55
Não emigrou	23	15	3	3	1	1	1	47
Total	36	31	8	12	8	3	4	102
%	35,3	30,4	7,8	11,9	7,8	2,9	3,9	100
Sem informação								36

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990.

\* um *conto* = 1000 escudos= aproximadamente 5 euros.

Correlacionando as situações de emigrante ou não emigrante com a quantidade de dinheiro depositado, verificamos que uma parte considerável das poupanças dos agregados familiares foi possível graças à emigração. Enquanto 76,4% dos que emigraram declararam realizar poupanças, dos que não emigraram teriam feito depósitos no banco 51%. Todavia, considerando poupanças acima dos 500 contos (em 1990), mais significativo é o facto de, enquanto entre os não emigrantes os aforradores se situarem nos 19%, entre os emigrantes tal percentagem teria subido para cerca de 47%, situando-se os seus depósitos, em cerca de 35% dos casos, acima de 2 000 contos, o que, na escala de valores local em 1990, não é de modo algum desprezível.

### **11.3. Casas e vivendas: (re)construção e recuperação**

Também as casas, seja nas suas funções, seja nas suas configurações arquitectónicas e sociais, diferem não só entre os diversos grupos sociais, mas também nos diferentes tempos a que temos vindo a fazer referência. Enquanto as casas de proprietários e médios lavradores utilizavam mão-de-obra alheia para reproduzir-se e expandir o seu património e distinguiam-se por uma certa ‘magnificência’ e relativa abundância de terra e bens alimentares, as casas dos pequenos camponeses, artesãos e pequenos comerciantes, sendo modestas, exigiam a colaboração dos membros da casa, tendo em conta a conservação do seu modo de vida orientado para a subsistência. Por fim, as casas mais pobres de jornaleiros, sendo habitações pequenas e degradadas, eram dependentes da esporádica mão-de-obra para sobreviver e sofriam certas privações materiais<sup>[152]</sup>.

Em relação aos tipos de agregados familiares, não foi possível comparar a composição dos agregados familiares entre 1960 e a actualidade devido ao facto de não ter tido acesso aos Livros de *Róis de Confessados*. Foi possível, em todo o caso, recolher dados sobre a composição dos tipos de agregados domésticos nos dois inquéritos realizados em 1990 e em 2002 (Quadro 47).

Em termos gerais, até aos anos sessenta e setenta a maioria das casas constituíam unidades de produção e consumo, com relativa auto-suficiência alimentar, satisfazendo as necessidades básicas, reprodutivas e sexuais, no âmbito da casa e da aldeia. Hoje, as casas já não são auto-suficientes do ponto de vista agrícola e, para muitos dos seus membros, são mais um local de consumo e apoio para regenerar forças em processos de produção extra-agrícolas. Por outro lado, ainda que de modo pouco acentuado, para

<sup>152</sup> Em relação à exclusão social na esfera residencial, cf. Cortés (2000).

Quadro 47: Tipos de agregados familiares

Tipo	Inquérito de 1990	%	Inquérito de 2002	%
Isolado-viúvo/a	1	0,7	3	3,8
Isolado-solteiro/a	2	1,4	4	5,1
Casal sem filhos	13	9,4	11	13,9
Casal com filhos	84	60,9	51	64,6
Viúva/o com filhos	7	5,1	3	3,8
Solteira com filhos	2	1,4	0	0,0
Composto (descendente ou ascendente)	24	17,4	5	6,3
Múltiplo	4	2,9	2	2,5
Total	138	100,0	79	100,0

Fonte: Inquérito local, Durrães, 1990 e 2002.

além de certas diferenças na composição dos agregados domésticos entre 1960 e 2002 graças ao aumento de famílias nucleares, importa sublinhar, na esteira de Silva (1998), as importantes mudanças ocorridas no interior da família não só em termos do tipo de autoridade exercida na casa mas também as relações entre pais e filhos, entre irmãos/as e cunhados/as. Os filhos, que antigamente ou trabalhavam na casa e/ou entregavam aos pais, senão a totalidade, pelo menos a grande parte das suas economias em benefício da casa, hoje reservam para si a maior parte ou até a totalidade dos seus rendimentos, inclusive vivendo debaixo do tecto dos pais, situação que é objeto de queixume por parte dos pais ou de outros irmãos. Hoje, ainda que sejam mais publicitados que antigamente os casos de violência intrafamiliar, segundo os relatos das experiências dos adultos e dos mais jovens, parece ter diminuído a violência não só em termos de relações conjugais como nas relações entre pais e filhos, verificando-se relações menos baseadas no medo e na repressão físico-psíquica e mais apoiadas em métodos de persuasão e confiança mútua.

Em relação às condições de habitação propriamente ditas, ao perguntar aos inquiridos sobre o tipo de habitação em três fases de sua vida – nascimento, casamento e na actualidade –, a evolução no tipo de alojamento pode observar-se no seguinte quadro:

Quadro 48: Tipo de alojamento e “fase da vida”

Alojamento dos inquiridos	Ao nascer		Ao casar		Actualmente	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
“Barraca”	8	10,1	3	3,8	2	2,5
Casa (sub)alugada	17	21,5	26	32,9	2	2,5
Casa emprestada	22	27,9	29	36,7	8	10,2
Casa/habitação própria/herdada	29	36,7	16	20,3	63	79,7
Outra situação/sem informação	3	3,8	5	6,3	4	5,1
Total	79	100,0	79	100,0	79	100,0

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002

Se no momento do nascimento 59,5% dos inquiridos viveram em casa (sub)alugada ou emprestada – dos quais 10% em barracas – hoje tais situações são mais residuais: apenas 2,5% vive em casa subalugada e 2,5% em barraca e cerca de 10% vive ainda em casa emprestada sobretudo por familiares. Noutra sentida, há que assinalar como a posse de casa própria entre o momento do nascimento e o actual é bem diferente, passando de 36,7% para 79,7%, o que denota uma substancial melhoria das condições de habitação dos inquiridos. A fase do casamento para muitos casais de jovens configura situações intermédias ou transitórias com arranjos de casa sub-alugada ou emprestada por familiares até obterem as poupanças que lhes permitam o arranque de (re)construção ou compra de casa própria, ainda que combinadas com (parcial) empréstimo bancário.

Durrães conhece um crescente fenómeno de retorno não apenas de emigrantes do exterior na altura da reforma, mas inclusive de migrantes que, depois de terem passado décadas de vida activa nas grandes e médias cidades do país, regressaram à sua terra natal, procurando nada mais do que construir casa nova ou reconstruir casas antigas ou (semi)abandonadas. Tal representa, de certo modo, alguma revitalização do espaço rural em novos moldes e com o objectivo de disfrutar da reforma, acompanhada de certa actividade agrícola com algum proveito mas sobretudo enquanto ocupação gratificante e com algum espírito de regresso às origens da infância e adolescência. Se algumas das casas de emigrantes são classificadas como ‘aberrantes’ por alguns residentes, a maioria destes, ainda que as inveje, considera-as bonitas e merecedoras de elogio pelo esforço demonstrado.

Durrães é uma terra que conhece dois tipos de construção: uma nova e estandardizada e uma outra mais cuidada que tenta recuperar habitações e

anexos em pedra, podendo neste campo aproveitar as preciosas competências de alguns artesãos pedreiros, tal como refere um dos residentes: *Durrães evoluiu muito em termos de boa construção porque tem uma característica que não é muito comum: a perfeição dos seus artistas ao trabalhar a pedra... Mas há também oficinas de artistas espectaculares a trabalhar a madeira como, por exemplo, as carpintarias M. e C..*

Para além das habitações recuperadas com certo gosto distintivo, há toda uma série de construções novas, estandardizadas sobretudo para casais jovens que não hesitaram em contrair um empréstimo bonificado para a aquisição de apartamento e sobretudo construção de casa. Segundo o serralheiro F., na década de 2000 já não têm sido os emigrantes que dão trabalho à construção civil mas sim mais uma nova política de crédito para casais jovens:

“os jovens têm outra atitude perante os bancos, endividam-se facilmente, talvez até demasiado perante um futuro incerto... Temo o futuro... Alguns casais têm abusado das facilidades de crédito... deixaram-se seduzir pela ganância dos bancos que facilmente emprestam dinheiro... depois há também um despique local... nos projectos das novas casas. Penso que esses jovens não pararam para pensar... o endividamento é terrível!”

Segundo outro morador, J. G., “*Há jovens que pedem dinheiro para casa e depois compram carro*”. Em todo o caso, estes são casos excepcionais, pois, regra geral, a grande maioria dos habitantes de Durrães não se endivida e nem sequer gasta mais do que ganha, de acordo com a velha racionalidade rural, nomeadamente camponesa.<sup>[153]</sup>

Em Durrães não há habitação social propriamente dita. Se para uns esta não é sentida como uma necessidade prioritária porque partem do princípio que cada um deve cuidar de si mesmo e tentar autoconstruir ou poupar para (re)construir, para outros, designadamente os necessitados e moradores mais sensibilizados pelo problema habitacional de algumas famílias, as entidades autárquicas e centrais deveriam levar a sério este problema social. Segundo estes habitantes, tal seria importante para evitar não só um certo isolamento de algumas famílias em lugares do monte, consideradas mais pobres, como a formação de bairros e lugares marginalizados, tal como ocorre nalgumas freguesias vizinhas (Alvarães, Barroselas). Os casais jovens ou outros sem terrenos na aldeia sentem como um problema a falta de terrenos para construção. Sem possibilidades de construir casa em Durrães, optaram por

<sup>153</sup> Também foi constatado em outros estudos na região (cf. Geraldès 1987, Silva 1998) e, na Beira Alta (Sobral 1999).

construir em freguesias vizinhas nomeadamente em Carvoeiro e, também aí, segundo testemunharam, “*tiveram que recompensar vários engenheiros para que o projecto fosse aprovado*” (F.F. e G.M.). Dadas as dificuldades de construção seguindo as regras do Plano Director Municipal (PDM) que considera certos terrenos como zona de reserva agrícola, um PDM, elaborado com a participação das pessoas, poderia prever soluções que, sem afectar as zonas verdes, satisfizessem a custos controlados a habitação social tão necessária para essas famílias ou pessoas sem terreno, evitando assim que os jovens casais acabem por desabafar : “*Estou a viver em Carvoeiro e o meu irmão também; só durmo em Carvoeiro, o meu coração está em Durrães...*”

Simultaneamente à habitação estandardizada, tem-se assistido, nos últimos anos, à chegada de novos rurais, inclusive estrangeiros, que decidiram comprar casas degradadas, restaurá-las e instalar-se em Durrães. Estes neo-rurais referem como motivos da sua opção não apenas a beleza da paisagem e o bom acolhimento das pessoas, assim como o modo de vida saudável do campo para viver. Outros neo-rurais são-no apenas a tempo parcial, deslocando-se e residindo na aldeia apenas nos fins-de-semana ou nas férias<sup>154</sup>. Para além disso, aldeias como Durrães ultimamente vêm sendo objecto de periódicas visitas de forâneos que, para apreciar as belezas da paisagem ou disfrutar do rio ou do monte, se deslocam e passam um fim-de-semana em Durrães. Enfim, verifica-se um ligeiro movimento no sentido de recuperação de habitações e casas e/ou moinhos de água (semi)abandonados justamente com o objectivo de utilizar a casa como segunda habitação, principalmente para fins-de-semana e férias de verão ou intercalares.

#### **11.4. Velhos e novos modos de vida e padrões de consumo**

Uma breve análise sobre as profissões exercidas no passado e no presente pelos próprios inquiridos mostra-nos como se verificaram notáveis alterações na composição social e ocupacional na aldeia, tal como se pode ver na pequena amostra do seguinte quadro:

<sup>154</sup> Este fenómeno de pessoas não residentes e com carácter de visitantes flutuantes entre a cidade e o campo com o objectivo de disfrutar dos fins-de-semana ou de férias, e, sobretudo, residentes com segunda habitação é cada vez mais frequente, ainda que mais acentuadamente no Alentejo e Algarve do que no Norte por razões climáticas. Sobre estes fenómenos e, particularmente, sobre o regresso de emigrantes às suas raízes aldeãs e recuperação de casas, em Espanha, cf. García-Sanz (1995:395 ss) que contabiliza cerca de 62% de pessoas com segunda habitação.



Quadro 49: profissões / ocupações passadas e presentes dos inquiridos

Profissão presente	Profissão passada																Total	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)		(17)
(1)	1																	1
(2)	1						1											2
(3)			1															1
(4)	2					1			1									4
(5)	1			1														2
(6)					4													4
(7)	1					13												14
(8)							1											1
(9)						3		6										10
(10)	1					1	1											3
(11)						1				1								3
(12)						6		1	1									9
(13)					1													1
(14)	1												2					3
(15)																		
(16)	4		2	1	1		1	1	2									12
(17)										1		1						6
Total	8	3	3	1	3	5	28	2	9	3	1	1	2					76

Fonte: inquérito local, Durrães, 2002.

Legenda: profissões: (1)=criado/a ou jornaleiro/a; (2)=trabalhador familiar não remunerado; (3)=caseiro/a ou camponês/a pobre; (4)=camponês a tempo parcial; (5)=lavrador médio; (6)=artesão/ã; (7)=operário/a fabril ou de construção civil; (8)=empregado(a) do comércio ou serviços; (9)=funcionário(a) público(a); (10)=trabalhador qualificado assalariado; (11)=profissional liberal por conta própria; (12)=pequeno empresário industrial ou de construção civil; (13)=pequeno/médio comerciante; (14)=doméstica; (15)=prestação de serviços; (16)=reformado(a); (17)=sem informação..

Esta imagem, ainda que limitada às respostas dos próprios inquiridos em relação às mudanças intrageracionais, permite-nos concluir que, enquanto certos estratos e ocupações vão sendo residuais (por exemplo, criados e jornalheiros), outros emergiram em número e importância não só como base de sobrevivência mas também como base de novas identidades e estatutos sociais, salientando, particularmente, o aumento exponencial de pequenos empresários, trabalhadores qualificados e sobretudo operários, passando respectivamente de um, três e catorze para nove, dez e catorze. Por sua vez, estes grupos sociais comportam e arrastam novos modos de vida bem diferentes dos tradicionais, reflectindo-se nos padrões de consumo.

Até aos anos setenta, populações como a de Durrães estavam fortemente imersas numa sociedade e civilização agrárias, em muitos aspectos com características equiparáveis a situações persistentes desde o Antigo Regime. Sem retroceder muito no tempo, é possível inclusive, para além da caracterização já realizada da economia camponesa e artesanal de então, fazer uma referência aos modos de vida vigentes até aos anos sessenta. Nos residentes, sobretudo idosos, são lembrados sobretudo os anos trinta e quarenta sob o *Estado Novo*. Havia para a grande maioria da população escassez de bens alimentares, o que, no quadro da política de racionamento dos mesmos, implementada pelo Estado Novo entre finais dos anos trinta e o pós-segunda guerra mundial, deu lugar a uma política restritiva e de controlo da produção e do comércio de cereais, vinho, azeite e outros produtos. Segundo M.F., “*os fiscais da Câmara Municipal eram severos e os cabos do regedor impediam a circulação do milho. Recordo-me do ano de 1939, um ano de fome e seca*”.

Para além do controlo e vigilância externas, havia também em aldeias como Durrães receio das denúncias internas por razões de inveja, de competição ou outras, sobretudo a nível do comércio, com a venda clandestina de milho e vinho não manifestados na respectiva repartição da Câmara Municipal.

As condições de vida da maior parte dos habitantes de Durrães eram, de facto, péssimas, tal como o exprimia M. em 1990: “*Durrães há vinte e cinco anos era uma miséria, a maioria andava ao jornal ou a servir como criados*”. Para dar-nos conta melhor dessas condições de vida e, principalmente, do regime de subalimentação e inclusive de fome, vejamos o que diz, por exemplo, o ex-jornaleiro A., filho de jornalheiros:

“Os meus pais não tinham pão para nos dar (... ) éramos seis irmãos... o meu pai era jornaleiro, ganhava 3\$50 a seco<sup>155</sup> e passávamos uma fome negra... mas nunca roubávamos nada a ninguém... nem uma fruta roubávamos, se queríamos alguma coisa... laranjas do chão, pedíamos-las... Ganhava-se pouco, pouco dinheiro e não havia que fazer. Meu pai quando havia pouco jornal, tratava videiras para podar nesses salgueiros (uveiras)<sup>156</sup>, em Quintiães e Santa Lucrécia, e tratava aquilo barato... Vinha a minha mãe com a panela de água fervida sem arroz, sem azeite, nem nada... e quando ela chegava à terra dizia assim ao meu falecido pai: ‘Ó D., vinde beber esta auguinha...’ E ao meu pai as lágrimas corriam pela cara a baixo... e só dizia... ‘ó rapazes, vamos beber aquela água quente... e damos quatro mijadelas... e mais vale que Deus nos leve a todos porque estamos aqui a morrer de fome...’ Chegava-se à noite a casa e era também água fervida... nem adubo nem pão nem nada, uma fome negra...”

Também a maior parte dos criados têm desses velhos tempos amargas lembranças, tal como, por exemplo, A. que contou:

“Eu dormia no coberto da eira, à beira do poleiro das galinhas... onde se secava o milho, dormia num colchão de palha... no Inverno também... era um fedor junto ao capoeiro das galinhas... que tinha uma porta aberta mesmo virada para o meu cubículo... era ali um veneno do canudo...”

Mais recentemente num novo inquérito em 2002 poder-se-á confirmar a tendência no deslocamento do sector do trabalho, saindo do sector agrícola e assalariando-se, seja numa entidade ou empresa pública, seja numa empresa privada, tal como evidencia o seguinte quadro:

**Quadro 50: inquiridos e sector de trabalho**

Tipo de empresa	N.º de casos	%
Empresa pública/função pública	12	21,4
Empresa privada	43	76,8
Outra	1	1,8
Subtotal	56	(70,9)
Sem informação/não aplicável	23	(29,1)
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002.

<sup>155</sup> Sem incluir comida nem bebida.

<sup>156</sup> *Uveiras* é o nome dado ao conjunto da videira e o respectivo suporte, sendo o salgueiro, geralmente, a árvore-tutor.

Se tradicionalmente havia uma certa divisão de tarefas, ainda que não rígida, por sexos e idades, com a vaga emigratória dos anos sessenta e setenta verificou-se, tal como Silva (1998) refere para Aguiar, uma certa fluidez na divisão social e sexual do trabalho, acabando a mulher por assumir uma grande parte das tarefas agrícolas por sua conta, inclusive algumas tradicionalmente ligadas ao homem tais como lavar, sulfatar, fazer transportes com o tractor. Ainda que a mulher estivesse secularmente ocupada na agricultura, verifica-se, nos anos setenta e oitenta, uma crescente feminização da agricultura numa primeira fase<sup>157</sup> e, numa segunda, nos anos oitenta e noventa, sobretudo por parte das filhas das camponesas, uma inserção nos mercados de trabalho não agrícolas principalmente na indústria têxtil e das confecções. Num terceiro momento, a partir dos anos noventa, há, paralelamente à manutenção da agricultura a tempo parcial e da inserção da maioria como assalariados nos sectores não agrícolas, algumas iniciativas empresariais, cuja orientação, para além de tarefas de execução, recai sobre algumas mulheres-empresárias que trabalham localmente no domicílio em trabalhos de acabamentos ou outros pedidos para outras empresas têxteis em regime de subcontratação.

Em relação às situações de assalariamento de bastantes habitantes há contudo situações contratuais diferenciadas, tal como se pode ver no seguinte quadro:

**Quadro 51: Situações contratuais dos inquiridos**

Modalidade jurídico-laboral	N.º de casos	%
Contrato a prazo	6	11,3
Contrato efectivo	32	60,3
'Recibos verdes'	1	1,9
Sem contrato de trabalho escrito	3	5,6
Outra situação	11	20,8
Subtotal	53	(67,1)
Sem informação/não aplicável	26	(32,9)
Total	79	100,0

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002

<sup>157</sup> Tal como refere a mulher de um ex-emigrante: “Quando o meu marido estava emigrado, eu tinha uma vaca e L. tinha outra; juntávamos as duas vacas para lavar as terras que ambas tínhamos arrendado... porque não tínhamos posses nem terras para possuir duas vaquinhas... por isso ajudávamo-nos uma à outra...” O aumento de trabalho feminino na agricultura foi, no concelho de Barcelos, cerca de 150% entre 1960 e 1991 e o emprego no sector secundário quadruplicou e no terciário triplicou (Rodrigo 1998:215). Ou seja, a feminização da agricultura foi acentuada até aos anos noventa, mas a partir dessa altura abrandou, ainda que não tenha dado lugar a um processo mais incisivo de masculinização da vida rural, tal como o observa García-Sanz (1999) para bastantes regiões de Espanha.

De acordo com os dados do quadro 51, pondo de lado os casos “sem informação” e 10 casos (18,8%) que têm contratos a prazo ou a “recibo verde”, 60% têm contrato efectivo, o que representa, em relação ao passado, um maior grau de segurança em relação ao trabalho e fonte de rendimento. Mas façamos uma revisão a vários aspectos importantes relativos ao nível de vida que passa também pelas condições no que concerne a assistência médica e paramédica.

Para além dos aspectos já referidos em relação à escolaridade e à habitação, é importante comparar as situações no sistema de saúde entre os anos sessenta e a actualidade. Contrariamente a várias aldeias da região, Durrães teve, no quadro do *Estado Novo*, uma ligeira vantagem, dada a proximidade ao Centro de Saúde situado na *Casa do Povo*. Isto não significava, no entanto, acesso a boas condições de saúde e assistência médica e paramédica. Não havia acesso generalizado a um sistema nacional de saúde. As consultas médicas eram pagas e não havia ou eram reduzidos os descontos na compra de medicamentos. Os poucos hospitais e centros de saúde, para além de mal equipados em meios técnicos e humanos, estavam distantes das populações, as quais nem sequer tinham meios de transporte adequados, sobretudo em casos de emergência, por exemplo, no caso de acidentes, problemas graves de saúde ou simplesmente de assistência às grávidas e de parto. Uma residente relata como teve os 11 filhos em casa:

“Tive 11 filhos nesta casa e o parto foi o meu marido... era ele que me atava o umbigo e também atou o cordão umbilical de algumas netas... Ele já sabia: se era de menino eram 4 dedos e menina eram 3 dedos de umbiguinha... eu tinha falado com uma parteira.. e ela explicou-me...”

Não obstante ainda hoje existirem situações de pobreza nalgumas famílias, concretamente em Castelos e em Fojo – as quais não podem ser obviamente ignoradas –, ao tempo do trabalho de campo quer em 1990 quer sobretudo em 2002 os moradores de Durrães já não sofriam as situações de privação e inclusive de miséria do passado, tal como pudemos verificar em relação a vários *itens* tais como habitação, educação, segurança social e, ainda que em menor medida, na esfera da saúde. Apesar das insuficiências e deficiências do actual sistema de saúde (atraso nas consultas com marcação com 15 a 30 dias de antecedência), há contudo, em relação aos anos sessenta, uma melhoria generalizada no acesso e fruição de bens de saúde nos hospitais e centros de saúde, para além de uma maior co-participação nos custos dos medicamentos por parte do Estado. Por outro lado, a introdução, desde finais dos anos sessenta e sobretudo depois do 25 de Abril, não só da

reforma por invalidez e velhice, assim como dos subsídios por desemprego e, desde 1995, do RMG – desde 2003 RSI – representou uma substancial melhoria nas últimas décadas. Ditas inovações, apesar de serem reduzidas em relação a outros países, permitiram algum desafogo económico, comparativamente aos tempos em que tais reformas e subsídios simplesmente não existiam.

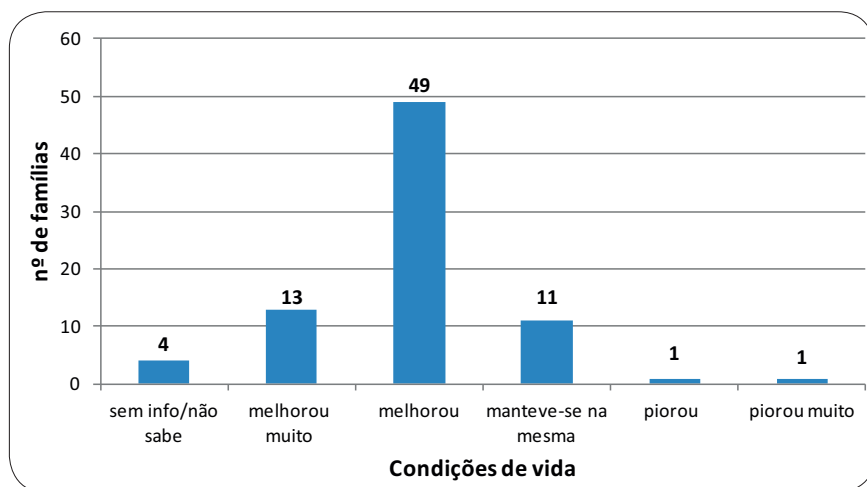
De modo geral e independentemente de ter havido ou não mobilidade social ascendente no sentido de se verificar uma transição de um grupo social a outro no seio da estrutura social, o que se torna transparente é que algumas situações de extrema pobreza das décadas dos cinquenta e sessenta foram desaparecendo pouco a pouco a partir dos anos setenta. A diminuição do desequilíbrio entre a cidade e o campo, no tocante ao acesso de bens de consumo designadamente de electrodomésticos (rádio, televisão) deve-se, em grande medida, às poupanças da emigração. Para qualquer bom observador e, particularmente, para os próprios inquiridos, nomeadamente os emigrantes, tornou-se evidente que, com a sua saída da aldeia ou sua inserção noutras actividades não agrícolas, suas famílias conheceram novos padrões de consumo e, de modo geral, uma melhoria substancial nas suas condições de vida: alimentação e vestuário, (re)construção da casa, compra de automóvel, electrodomésticos, rádios, televisões e demais bens de consumo, tal como o confirmaram nas suas respostas do quadro 52.

Das respostas a uma das questões do inquérito realizado em 1990, a saber, se as suas vidas “melhoraram, mantiveram-se na mesma ou pioraram”, sobretudo após o trajecto migratório, concluiu-se haver um considerável grau de satisfação com a decisão tomada. O seu sucesso nem sempre é bem visto por todos os protagonistas, sobretudo pelos que ‘ficaram’. Um aspecto relevante, focado por diversos emigrantes na iminência do regresso ou já regressados consistia no facto de se sentirem discriminados pelos seus próprios compatriotas e inclusive seus conterrâneos, senão no país de emigração, pelo menos em Portugal. As suas ‘acusações’ ou ‘queixas’ dirigiam-se todavia para os dirigentes locais ou nacionais: há a convicção generalizada de não receber dos responsáveis políticos nacionais e locais qualquer incentivo e apoio ao regresso, não só a nível de projectos e oportunidades de investimento, como sobretudo em relação à persistência de entraves burocráticos que levaram em alguns casos a adiar o regresso e a subsequente instalação na aldeia ou região de origem<sup>158</sup>.

Questionados de novo sobre as suas condições de vida actual e antes de se casarem, os habitantes de Durrães deram as seguintes respostas:

<sup>158</sup> O mesmo constataram Seruya (*in* M. Silva 1984:72) e Cepeda (1988: 325-326).

Gráfico 29: Opinião sobre condições de vida actuais



Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002.

Perante a pergunta acerca das condições de vida “agora” em relação ao “antes” de casar-se, do gráfico 29 conclui-se que 62 (83%) dos inquiridos são de opinião que suas condições de vida melhoraram e 13 (17%) referem que mantiveram a mesma situação ou pioraram. Entre os que melhoraram, acrescentavam que essa melhoria manifestava-se não só no poder de compra e poupanças mas sobretudo no tipo de bens consumidos e nos actuais níveis de consumo<sup>[159]</sup>.

As pessoas, nomeadamente os mais pobres de outrora, que entretanto melhoraram bastante a sua vida graças a um grande espírito de sacrifício, orgulham-se de ter conseguido algum sucesso durante a sua vida, tal como dizia uma ex-jornaleira, hoje casada e com filhos: “*Sentimos que vencemos!*”, ou como exprimia orgulhosamente João, ex-emigrante de sucesso: “*Emigrei para ser outro homem*”. Tal como constatou Silva (1998) em Aguiar, também os habitantes pobres de outrora já não se sentem dependentes dos velhos lavradores e proprietários e, por isso, celebram esta mudança de melhoria das suas condições de vida como uma libertação. Esta relativa

<sup>159</sup> O poder de compra das diferentes categorias de agregados domésticos, principalmente na aquisição de bens duráveis, relaciona-se com o nível de rendimentos, o que implica que os grupos com maior rendimento podem fazer aquisições de maior valor” (Ophem 1988:113).

Quadro 52: Posse de bens de consumo duráveis

Bens de consumo	Sim	%	Não	%	Sem informação
Frigorífico	75	99	1	1	3
Máquina lavar roupa	68	88	9	12	2
Máquina lavar louça	13	17	62	83	4
Máquina de secar	5	7	65	93	9
Fogão	74	97	2	3	3
Aspirador	56	74	20	26	3
Tv	74	99	1	1	4
Arca congeladora	62	81	15	19	2
Telefone	54	74	19	26	6
Esquentador	48	65	26	35	5
Microondas	19	26	54	74	6
Aquecimento a lenha	53	72	21	28	5
Aquecimento central	17	24	54	86	8
Sistema de energia solar	2	3	69	97	8
Aparelhos móveis eléctricos/gás	21	31	47	69	11
Ar condicionado	5	7	65	93	9
Vídeo	42	57	32	43	5
Rádio	58	78	16	22	5
Computador	24	32	52	68	3
Leitor de cd	27	36	47	64	5
Tv-cabo	6	8	67	92	6
Vídeo/câmera digital	13	18	59	82	7
Internet	8	11	65	89	6
Fax	2	3	69	97	8
Automóvel	37	62	23	38	19

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002.

autonomia económica é contudo lida por outros como sinal de um crescente individualismo: “*Hoje há mais individualismo... e necessidade de exibição. Antes o que importava era a casa... Hoje o que importa é o carro...*” (J.G.).

Ainda que seja evidente que, de modo geral, a grande maioria sente uma melhoria nas suas condições de vida entre os anos sessenta e o momento actual (cf. ainda o gráfico 29), é importante assinalar em que aspectos específicos se traduz essa melhoria, que nos é dado observar no quadro 52.



Quadro 53: Aspectos da melhoria das condições de vida

Aspecto/esfera de melhoria	Condições de vida actualmente				Subtotal
	Sem informação/ não aplicável	Melhorou muito	Melhorou	Manteve-se na mesma	
Poder de compra		2	7		9
Rendimento familiar global		2	12		14
Condições de saúde/doença				2	2
Casa própria			5		5
Independência			2		2
Sem informação	1				1
Subtotal	1	4	26	2	33

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002.

Dos 33 que responderam a esta questão, salvo dois residentes que consideraram a manutenção relativa da situação, 70% dos que responderam ter conseguido uma melhoria concentram-se no volume de rendimento familiar global, ao qual se pode acrescentar o poder de compra, seguido da possibilidade de construir casa (17%).

A jeito de conclusão, poder-se-á dizer que, embora em termos de reprodução das desigualdades inerentes aos diversos grupos sociais, não só as tradicionais estratégias em torno do casamento e da herança como, e sobretudo, as estratégias migratórias constituíram uma base não só de sobrevivência como de melhoria social e, nalguns casos, de mobilidade social ascendente.



## Capítulo XII

### Poderes, valores, identidades e representações

As profundas mudanças na estrutura económica e profissional e respectiva organização aldeã em colectividades como a de Durrães não poderiam deixar de ter suas repercussões na vida política local, nas práticas e interações da vida quotidiana, nos padrões culturais e nas atitudes dos residentes, como veremos em seguida.

#### 12.1. Entre o patrocínio e a cidadania política

No plano social e político, a alteração dos processos produtivos e ocupações profissionais também representou o início do desmoronamento ou, pelo menos, uma forte diminuição das relações da autoridade tradicional personalizada no pároco, no presidente da Junta de freguesia e em alguns notáveis locais, denominados na terminologia sociológica e antropológica como *patronos*.

O patrocínio<sup>160</sup> representa um sistema de dependência do cliente face ao patrono influente, com relação de reciprocidade tendencialmente assimétrica, em que o cliente, a troco da protecção recebida ou a receber do patrono, deve a este reconhecimento, lealdade e prestação de serviços.

Em relação à freguesia de Durrães, este fenómeno assumiu proporções consideráveis atendendo a factores de ordem histórica, principalmente o facto de Durrães, juntamente com Carvoeiro, integrarem o *Couto de Carvoeiro* pertencente ao Convento Beneditino de Carvoeiro. O peso desta instituição conventual com todo o acervo de vínculos e obrigações (para feudais por parte dos colonos e arrendatários residentes principalmente em Durrães comportou, ao longo dos séculos e formalmente até ao século XIX, relações de servidão, forte dependência e servilismo. No entanto, se, a par das relações de dependência (quase)feudal em relação ao Mosteiro,

<sup>160</sup> O tema do patrocínio tem sido abordado por vários sociólogos e sobretudo antropólogos, destacando-se entre outros, Wolf (1966), Bossevain (1966), Blok (1969) e, em Portugal, sobretudo Cutileiro (1977) e Silva (1998), os quais apresentam as diversas interpretações teóricas em torno deste fenómeno social e político. O patrocínio, se bem que tem estado também presente nos países centrais da Europa e na América, tem sido mais frequente em países da área mediterrânica, latino-americana e em países africanos e asiáticos.

tivéssemos em conta que uma parte considerável da população, composta por camponeses pobres e jornaleiros, dependia dos proprietários das referidas quintas e alguns lavradores médios, não é difícil de entrever relações de acentuada dependência clientelar, em termos quer civis quer sobretudo eclesiásticos ou, talvez mais adequadamente, eclesiástico-civis. As Juntas de freguesia, durante uma grande parte do século XIX até à I República, eram presididas pelos sucessivos párocos (cf. Figueiras 2000: 471 ss). Avançando, no contexto do *Estado Novo*, diversos moradores de Durrães recordam com certa nostalgia velhos tempos, assim como os notáveis e personalidades que presidiram aos destinos da freguesia entre os anos sessenta e os anos oitenta: o pároco M., M. G., chefe do apeadeiro e presidente da Junta, o regedor, o Dr. F., auditor jurídico, entre outros. Esta freguesia, contrariamente a outras circunvizinhas, teve até 1986 um pároco que, dedicado aos assuntos espirituais e religiosos da comunidade, era considerado um padre exemplar nas virtudes sacerdotais e pastorais. Mantendo-se próximo, este pároco era extremadamente vigilante sobre costumes dos paroquianos e exercia um controlo moral e religioso sobre os habitantes de Durrães, vista também, aos olhos do pároco, como uma “aldeia exemplar”, segundo o testemunho de um morador.

O poder eclesiástico local representado no pároco estava em relativa sintonia e correspondência com a Junta de freguesia, cuja lista era “cozinha” entre os notáveis locais e, particularmente, pelo próprio pároco. Até 1974 a Junta era formalmente nomeada e homologada pelo Presidente da Câmara Municipal de Barcelos, a qual, ainda que politicamente bastante dependente do mesmo e de outras entidades civis e religiosas, exercia um controlo local sobre certos acontecimentos públicos e influenciava social e politicamente as famílias pela dependência destas em relação aos assuntos administrativo-burocráticos e políticos. Por outro lado, não raramente os membros da Junta actuavam com certo grau de discricionariedade no tratamento dos diversos assuntos não apenas perante os moradores dependentes mas também perante famílias mais providas, conforme fossem aliadas ou rivais<sup>161</sup>.

A par da Junta de freguesia e com uma função de controlo, vigilância e até mesmo repressão, estava o regedor, seu substituto (D.M., administrador da Quinta N.) e seus cabos (A.M., J.G., M.C.M., A.M.S.), os quais acompanhavam os fiscais na função de vigilância das produções de cada casa.

<sup>161</sup> Quando se construiu a nova igreja de Durrães nos anos sessenta do século XX, o construtor civil local A. e seu sócio M.S. tinham feito um contrato com a freguesia e trataram a obra por um determinado valor, mas, como os sócios se desentenderam, a freguesia viu-se obrigada a fazer a obra a *jornal* por administração directa. Não obstante, uma grua que era do construtor A., foi retida no final da obra e não a devolveram como gesto de represália, decisão tomada pelo Conselho Paroquial com o desacordo de alguns, entre os quais o regedor.

Não obstante, o tratamento era discricionário, tanto por parte dos fiscais da Câmara Municipal como do regedor e dos cabos que os acompanhavam, penalizando uns, “fechando os olhos” a outros. O próprio regedor, com 110 anos, contava ter sido uma vez solicitado por M.G., chefe do apeadeiro e presidente da Junta de freguesia, para que não o denunciasse por um saco de milho. O mesmo tinha sucedido com os Mendanhas da freguesia de Quintiães em relação ao azeite do lagar ou aos donos da Quinta de Malta, em que os fiscais entravam em casa dos caseiros mas não fiscalizavam a própria casa de Malta.

A personalidade demasiado forte, absorvente e inclusive autoritária, do antigo pároco M. deixou em muitos durransenenses uma espécie de sentimento de orfandade: *Deixamos de ter líder – o padre M. –, por outro lado, a política veio dividir muito as pessoas. O líder tinha qualidades sociais, culturais e humanas extraordinárias... Todavia, agora, somos um rebanho sem pastor* (C.M.). Não obstante, tal como foi possível concluir da narrativa do padre L. que veio substituir o padre M., esta relativa harmonia controlada pelo pároco escondia constrangimentos e contenções latentes, ao ponto de manifestar-se e, de certo modo, de contestar a autoridade eclesiástica local. O padre L., actual pároco de Durrães, tendo dificuldade em sustentar e conter o seu “rebanho” no “curral”, reconheceu ao seu antecessor a capacidade de ter disciplinado os seus paroquianos, quando, sendo pároco de Balugães, passou também a ser pároco de Durrães, disse:

“Eu me dei conta daquilo (Durrães!), tentei fazer o possível dentro do impossível. Cheguei lá e encontrei certas estruturas das quais beneficiei, certos valores, certo respeito nas famílias... Durrães tinha um pároco próprio que estava sempre vigilante no dia a dia. E, em público, como disse uma moradora: ‘Eu vim aprender muitas coisas aqui em Durrães. Por exemplo, quando sai uma procissão em Durrães formam-se duas filas bem alinhadas e não como em muitas outras aldeias que vão todos juntos atrás do andor que mais parece um rebanho de carneiros...’” (AE).

No entanto, o actual pároco confessou a dificuldade de manter o equilíbrio na balança de forças e sobretudo em conter os sentimentos reprimidos de bastantes paroquianos. É o próprio padre L. que em 1990, a propósito de uma obstinada crítica na actuação dos professores/as nas escolas no pós-25 de Abril por estas depreciarem as aulas de religião e moral e por se manifestarem mais permissivos nas relações entre rapazes e raparigas, refere-se ao comportamento reprovável não só de certos professores como de certos paroquianos:

“Ainda que a gente não se manifestasse externamente, já existia essa predisposição, e rebentou com o 25 de Abril, mas já vinha de antes, já havia podridão, por baixo já estava o mal minado... e essas pessoas só explodiram nesse momento... Tudo isto se reflectiu na Igreja, na autoridade da própria Igreja. Inclusive aquela obediência que se via na autoridade da Igreja debilitou-se... A Igreja não possuía organizações e estruturas para fazer frente a tudo isso, foi apanhada de surpresa porque vivia embalada pela protecção do Estado...”

O 25 de Abril mudou algo na relação de forças, provocando a própria demissão da Junta de então, principalmente do seu presidente, que viria a ser substituído por seu irmão A.G.... Embora formalmente as eleições presuponham a disputa política interpartidária, os partidos que tiveram por muito tempo o controlo político em Durrães foram o CDS e o PPD/PSD. E, ainda que o PS tenha tido uma subida nas últimas eleições de 1997, o PSD continua a ser o partido maioritário.

Se bem que, mesmo sendo a situação política agora bem diferente, ainda são evidentes algumas situações de dependência e práticas de política clientelar e, segundo alguns, autoritária, da parte não só do poder eclesiástico senão inclusive, segundo outros, do poder autárquico na freguesia, tal como o refere um habitante:

“Essas dependências existem e resultam de pequenos jogos de interesse... ‘Podes fazer mais esta obra e mais esta...’ Trata-se de uma certa fidelidade interna, ou seja, se és moralmente fiel porque este deve favores àquele... E, olhe, temos lá na cúpula uma determinada cor, um determinado líder que vai permanecendo... e isto dá a entender que há uma sintonia dos de ‘aqui’ com os de cima... Ou seja, até eu às vezes me acobardo para não ter confusões... Aqui é ‘eu faço, eu quero, eu mando’ e isto é Durrães.” (C.M.)

Mesmo quando esta posição não seja partilhada por outros habitantes, há indícios da persistência de relações de tipo clientelar, seja a nível das relações diádicas entre famílias e indivíduos, seja a nível da política local, embora haja quem afirme terminantemente que a prática política ainda é, de facto, a seguinte:

“Ou me segues ou então não tens lugar aqui... De facto, o que une tudo é o trabalho. Mas a política dividiu bastante as pessoas. A maturidade política é pouca e lenta... em todas estas aldeias... Há pouca consciência democrática, há inclusive défice de cultura democrática...”

As pessoas votam em agradecimento a favores ou em expectativa de favores, sendo, por exemplo, os idosos literalmente conduzidos em carros e

carrinhas disponibilizadas no momento no dia das eleições (por exemplo, a carrinha do Centro Social).

Alguns habitantes (C.M., J.S, F.C.) dão exemplos de certa discriminação por parte da Junta na pavimentação e no arranjo de caminhos, favorecendo parentes ou famílias aliadas, prejudicando ou discriminando adversários políticos, favorecendo os lugares “onde há mais votos” e esquecendo-se de famílias mais isoladas, desprovidas e, portanto, com menos peso negocial. Ou, mais recentemente, conforme as famílias em questão, permitindo ou não abrir ou fazer caminhos, ou fazer loteamentos com especulações imobiliárias. Não há, portanto, a este respeito nenhuma acção colectiva, pelo que a maioria prefere resolver os seus problemas individualmente, mesmo com todos os inconvenientes, para não “ter problemas com a Junta”, como dizia um morador. Outros como J.S. não deixam de denunciar publicamente esta política clientelar:

“Estou contra os compadrios na criação de emprego à volta do apoio aos idosos e ao ATL. Afinal a criação de emprego não é para quem mais necessita. Por exemplo, a máquina de limpar as bermas das estradas foi entregue ao tio do presidente.

Aquí em Durrães estes *gajos* não atendem aos pobres... os idosos não são todos atendidos, alguns vivem isolados onde nem o GASIN nem os bombeiros nem a ambulância lá chegam...”

Silenciosamente alguns moradores denunciam alguns acordos e negócios da Junta de freguesia com empreiteiros locais e, segundo outros, alguns dividendos pelo menos políticos para o próprio presidente da Junta. Por exemplo, o edifício da actual sede de Junta de freguesia foi vendido pelo empreiteiro local L.S. à Junta de freguesia por 26 mil contos (cerca de 130 000 euros), valor este que, pago pela Câmara Municipal, tem sido considerado, por vários habitantes, superior ao seu real valor de mercado. Se bem que uns têm canais de influência no poder local ou municipal, outros moradores menos providos, como um ex-emigrante X, vêem-se desprotegidos e são inclusive discriminados pelas autoridades locais. Por exemplo, a casa de um ex-emigrante desmoronou-se em consequência do deslizamento de um monte, por desvio das linhas de águas, e com isso viu destruídas as suas poupanças sem que até este momento as autoridades locais, municipais ou governamentais se co-responsabilizem pelo sucedido. Também, segundo outro morador, quando os subsídios dos funerais provenientes da Segurança Social eram confiados ao presidente que tinha um escritório de contabilidade, este soube-se aproveitar de parte desses subsídios para ajudar a financiar a fábrica de cerâmica (L.C., M<sup>a</sup>). Outra denúncia e protesto feitos por diversos

moradores consistem na apropriação do *Senhor do Lírio* pelo Conselheiro N. que o vedou, não obstante o Dr. J., pai dos actuais herdeiros, ter prometido devolvê-lo à freguesia, sendo agora necessárias novas negociações com o filho, J., herdeiro da parte da quinta. Esta usurpação é tanto mais sentida quanto mais recordam que um dos moradores, o Sr. C.O.M., já falecido, ofereceu 500 contos (cerca de 2500 euros) para construir um caminho de acesso ao *Senhor do Lírio*.

A luta política surge em relação com os mais variados assuntos. Uma das questões com as quais a Junta de Freguesia e seus seguidores mais conotados com o PSD, incluindo o antigo presidente da *Casa do Povo*, J.P., e os dirigentes do GEN mais orientados pelos partidos da oposição, principalmente o PS, tem sido a gestão do GEN situado no edifício da Casa do Povo, que desde 1993 deixou de cobrar quotas para a Segurança Social. Segundo um ex-presidente da Assembleia de Freguesia:

“O GEN não tem personalidade jurídica, os seus estatutos foram aprovados numa casa particular e, por isso, é ilegal; a presidência do GEN nem sequer é de nenhuma das três freguesias às quais pertence a *Casa do Povo*.

A *Casa do Povo* podia ser para o Grupo Cénico. O edifício foi doado pelo Dr. J. mas com a condição de que permaneça ali o Centro de Saúde. Para além disso, as obras de recuperação têm sido feitas pela Junta.”

Não obstante, esta luta continua em relação com a concessão, pela REFER, do espaço do apeadeiro, hoje desactivado, que o GEN teria solicitado para as suas actividades de investigação arqueológica e para exposições, projecto que teve a oposição da Junta de freguesia que também pretende dirigir esse espaço por sua conta e para actividades de sua iniciativa.

Para um número considerável de moradores, sobretudo os mais críticos da oposição, não há verdadeira participação democrática na vida da aldeia, tal como o exprime um morador C.M.: “*Aqui não há espaço para o debate... Ou és por mim ou se não és por mim és contra mim... ou seja, nem hipótese dão de que uma pessoa seja neutra...*”

Por isso, as pessoas hoje, ao não serem tão dependentes como antigamente e havendo um quadro democrático que permite alguma margem de opção político-partidária, demonstram, como constatou Silva (1998) na vizinha freguesia de Aguiar, um menor constrangimento clientelar e inclusive algumas vantagens mínimas de espírito democrático no sentido de respeitar ou, pelo menos, suportar as opiniões dos outros. Mas de aqui a poder falar-se de cidadania activa e de uma democracia participativa há ainda um longo caminho a percorrer.



## 12.2. Padrões culturais e práticas religiosas: devoção e 'lazer'

Os hábitos e as cosmovisões culturais são, regra geral, muito mais resistentes às mudanças do que os modos de vida em termos económicos e sociais. Enquanto alguns traços culturais se têm mantido e/ou reformulado, o quadro relacional entre os moradores mudou consideravelmente no sentido de um maior afrouxamento dos vínculos comunitários, numa maior influência do mundo exterior à aldeia (emigrações, meios de comunicação) e num aumento da relativa autonomia familiar e individual. Seguidamente, anotar-se-ão certas diferenças nalgumas das práticas, estratégias e padrões de comportamento, destacando as que se prendem com as relações de vizinhança e ajuda mútua.

Pelo que foi possível observar, também a nível das relações de ajuda mútua e solidariedade notam-se algumas diferenças entre os dois tempos: o actual e o dos anos sessenta. Ontem como hoje existiam e existem relações de ajuda mútua tanto de cariz assimétrico como simétrico, se bem que hoje tais relações são menos frequentes e duradouras devido a uma menor dependência de uns e outros e sobretudo porque a maior parte das famílias são consideravelmente mais autónomas. Actualmente persistem entre os vizinhos diversos tipos de relações diferenciadas em base simétrica ou assimétrica, prevalecendo situações de boa relação, mas sem excluir casos de desentendimentos e sentimentos de inveja, um fenómeno evidenciado por Silva (2002) na vizinha aldeia de Aguiar. Por exemplo, C.A.S. sente-se incomodada com a vizinhança por que lhe têm inveja, por 'estar em casa' a cuidar do seu filho deficiente que recebe um subsídio para tal, havendo pessoas que dizem "(... ) *está bem gordinha, graças ao cheque do filho deficiente (... ) ela mostra o filho mas não mostra o cheque*"(!).

Em termos de representações e práticas religiosas podia-se pensar que estas, de algum modo, estão relacionadas com a questão do desenvolvimento rural. De facto, sabe-se que as representações religiosas, enquanto parte integrante do mundo simbólico-cultural, tal como é demonstrado por alguns sociólogos, começando por Weber (2010), são extremamente relevantes, tanto na manutenção do *status quo*, como na sua mudança. O normativismo moral e religioso dominante até recentemente tem sido decisivo na travagem de processos de modernização da sociedade rural tradicional e na introdução de práticas e costumes mais secularizados e ajustados com a actual economia (livre) de mercado.

Por diversos autores, principalmente por aqueles que se têm centrado sobre a região minhota (Santo 1984, Geraldés 1987, Cabral 1989, Silva 1998), tem sido realçada a forte religiosidade das populações, o que também se pode dizer, de facto, da grande maioria das pessoas de Durrães. É

certo que as formas de religiosidade popular, que na prática se confundem muitas vezes com as formas dominantes da religião oficial católica, devem, contudo, analiticamente distinguir-se, pois, enquanto as primeiras têm um carácter animista e antropomórfico, as segundas têm uma visão doutrinária transcendental, como referem autores como Almeida (1986:328 ss), Cabral (1989:224 ss) e Silva (1998:344).

Em relação ao ambiente dos anos sessenta e setenta, tal como ou até mais que noutras freguesias circunvizinhas designadamente em Aguiar (cf. Silva 1998), também em Durrães o pároco procurava dar um sentido sobrenatural a todas as festas, rituais e demais acontecimentos inerentes ao ciclo agrícola, não só proibindo ou restringindo certos excessos ‘profanos’, insinuando sentimentos de culpa a eventuais prevaricadores (não-participação na missa, casamento não-católico, concubinato), como sobretudo criando um sentimento corporativo de pertença e comunhão entre os paroquianos, assim como refere um morador ao denotar em simultâneo a aparente ‘adesão voluntária’ e o clima compulsivo de então:

“O padre Mendes orientava melhor: havia cruzada, mais meninas, a JAC, a comunhão solene... tinha boa relação com os jovens, havia muito mais respeito pelo padre Mendes... Todos nós os jovens corríamos a pedir-lhe a benção (... ) Mas antigamente éramos obrigados pelos pais a irmos à igreja e éramos controlados pelo padre.” (D.C.)

Com efeito, o que ressalta, em primeiro lugar, dos testemunhos dos moradores inquiridos e, em particular, dos informantes-chave, é que a população vivenciava fortemente os acontecimentos religiosos não só durante as festas principais no ciclo anual, mas também nas celebrações religiosas dominicais e até nas missas durante a semana e preces diárias habituais: a da Trindade pela tarde e a da oração do terço pela noite. Assim o referia, por exemplo, A., um criado na casa de um lavrador, também cansado:

“Pelas tantas da noite... (ele era maldoso! ) orava-se todos os dias o terço. Fazia-me pôr de joelhos no chão apoiado um pouco a uma mesa e a família toda de pé... eu já tinha 18 ou 19 anos... .a mulher dizia-lhe: ‘deixa ir o criado pra cama... que ele não necessita orar porque ele está cansado... tu bem sabes que ele anda muito cansado’... e ele (marido) respondia... ‘tem muito tempo para ir dormir...’”

É importante sublinhar que, simultaneamente à já referida vigilância exaustiva do pároco e à dos seus incondicionais seguidores, se uma parte menor da população se sentia temerosa e obrigada a cumprir graças à dita

vigilância no quadro das relações (para)domésticas, outra parte, largamente maioritária, segundo vários testemunhos, fazia questão de se mostrar ‘orgulhosa’ de ser e sentir-se tanto ou mais profundamente religiosa e cumpridora dos preceitos eclesiásticos que outras populações das redondezas, demonstrando inclusive uma forte sintonia com os conselhos e as advertências dos seus sucessivos párocos tomados como exemplares, honestos e genuínos nas virtudes da pobreza, castidade e obediência em relação a outros párocos vizinhos: os padres M. (1982-83), S. (1975-82), M. (1974) e J. E (1900-1941). Há a salientar alguns acontecimentos considerados de maior importância, inclusive os formalmente seculares ou civis, em que a autoridade eclesiástica local assumia um papel preponderante: por exemplo, a entronização do crucifixo na escola em 1938, a electrificação pública da freguesia em 28 de Maio de 1955<sup>162</sup>, a criação do grupo cénico “Lírio do Neiva” composto por 27 rapazes, o lançamento do jornal local “*Lírio do Neiva*”, o órgão da Acção Católica de Durrães, cujos artigos eram, antes de serem publicados, objecto de controlo e censura doutrinária por parte do padre M. e, posteriormente e actualmente pelo padre L..

Isto não significa que não houvesse, de modo mais latente que manifesto, expressões de certa dissidência prática, mas silenciosa, como veremos. Contudo, importa demonstrar os comportamentos e as práticas de conformidade com as normas oficiais. A *desobriga* anual (confissão e comunhão pascoal), a participação na missa dominical, a frequência dos sacramentos, a abstinência quaresmal, a participação nos actos religiosos mais relevantes eram consideradas obrigações para todas as famílias que, por regra, as cumpriam escrupulosamente: uns por razões de sobrevivência e para evitar processos de marginalização, e outros na expectativa de ser localmente premiados em termos de prestígio social.

Também havia dissidências em Durrães, inclusive, em períodos anteriores aos párocos Esteves e Mendes, práticas de transgressão e até alguma “libertinagem” em certos costumes e locais, tal como se pode inferir dos escritos de Figueiras (2000), quando este se refere às danças e aos cantos no Campo do Forno aos domingos depois da missa e do ‘terço’, em que

<sup>162</sup> Nas Actas de registo deste acontecimento vivido como ‘grandioso’ a nível local, foram feitos pela Comissão de Electrificação – composta pelo padre J.M., A.S. e M.G. – os mais rasgados elogios à chamada Revolução Nacional do 28 de Maio de 1926 e subsequente obra do “Estado Novo”, celebrando com entusiasmo militante por parte dos nobres organizadores e representantes com referência expressa a seus nomes e à bênção da Igreja na pessoa do pároco, celebrando assim o 29.º aniversário da Revolução Nacional “que possibilitou o ressurgimento nacional que criou as condições económicas e morais que tornaram possível este grande progresso da freguesia, factor indispensável nesta época para a melhoria das condições de vida e para seu desenvolvimento futuro” (Acta 28-5-1955).

se cantava e dançava ao som das concertinas, violas, cavaquinhos e “ferri-nhos”, sem o controlo eclesiástico, práticas que eram objecto de frequentes advertências por parte dos antigos párocos: “*Campo do Forno, Campo do Inferno... Campo das Murmurações, donde se fazem escrituras, sem letrados nem escrivães*” (in Figueiras 2000:469). Outra fonte indiciadora de costumes mais ‘pagãos’ em épocas anteriores é o *Livro de Visitas* entre 1701 e 1717.

Remontando-nos ao século XX, principalmente com a construção do Estado Novo, a moralização generalizada da Igreja também se fez sentir e de modo muito agudo em Durrães. De facto, ainda durante este período houve uma espécie de domesticação dos paroquianos pela mão dos padres E. e M., e alguns relatos dão conta de alguns casos de repugnância passiva ou resistência silenciosa: ausência à missa dominical, o não-cumprimento da *desobriga*, o não-pagamento das premissas e, sobretudo, o evitar encontrar-se com o padre. No entanto, em comparação com as práticas de outros párocos de freguesias vizinhas, consideradas “parasitárias”, “avarentas” e/ou “escandalosas”, desde o ponto de vista sexual, ao seu pároco os durransenes não lhes apontavam esses comportamentos ‘indignos’. Ou seja, consideravam o padre M. um pároco coerente e exemplar em seus comportamentos e, por isso, a sua palavra era respeitada e levada a sério. Com o padre L. os jovens começaram a minar a sua autoridade, por exemplo, “apagando a luz”, sempre que este queria dar catequese.

Decorridos cerca de trinta anos, que dizer das actuais práticas religiosas dos actuais paroquianos? E como era a sua relação com o novo pároco, que já exercia noutra freguesia vizinha?

Em primeiro lugar, há a sublinhar a menor frequência no cumprimento das obrigações referidas: no geral a abstinência quaresmal já não é praticada, a frequência dos sacramentos é consideravelmente menor e irregular, o pagamento das premissas já não é sentido como vinculativo, o índice de participação na missa é inferior a 70% e, segundo um morador, “*hoje 50% dos jovens não frequentam a Igreja*” (D.C.). Portanto, há menos respeito e consideração pelo padre e os pobres já não aceitam tratamentos diferenciados como em tempos passados, chegando a censurar o pároco “*por celebrar as missas dos ricos geralmente aos sábados e domingos e as dos pobres durante a semana*” (F.C.). O incumprimento das obrigações já não tem consequências repressivas, como antigamente. A obediência aos rituais, tais como o baptismo, a primeira comunhão e o casamento, tem hoje uma componente de encontro, afirmação familiar e de exibição social.

Um acontecimento em que se pode concluir e medir as diferenças nas vivências e significados da religiosidade é a festa do padroeiro, S. Lourenço. Enquanto no passado e até aos anos oitenta a festa, organizada rotativa-

mente pelas famílias de proprietários, lavradores e pequenos camponeses, representava o auge da vivência religiosa aldeã e as manifestações ‘profanas’ eram relativamente contidas, hoje estas coexistem e, às vezes, sobrepõem-se ao ‘sagrado’, sem sofrer as limitações e proibições outrora impostas pela figura austera do pároco. As colaborações que antigamente eram *em espécie*, hoje são entregues sobretudo em dinheiro, para além dos leilões. Os gastos, não tanto os especificadamente religiosos (andores, padres, sermão) mas sobretudo os profanos (ceias/jantares, foguetes, bandas, ranchos, grupos musicais) multiplicaram-se de modo exponencial. A festa, se já o era, tornou-se ainda mais uma manifestação de prestígio, êxito e poder alcançados pelas famílias organizadoras: juiz e mordomos. Finalmente, a população ainda hoje colabora para qualquer iniciativa de melhoria ou arranjo da Igreja sob pedido do pároco: por exemplo, a compra de aparelhos de som para a Igreja no valor de 600 contos (cerca de 3 mil euros).

Nas últimas décadas, a liderança eclesiástica na pessoa do pároco foi sofrendo um certo desgaste e verifica-se uma certa desafeição por parte dos paroquianos que se orientam num sentido mais laico. Uma das iniciativas traduziu-se na redinamização da *Casa do Povo*, impulsionada por alguns moradores letrados, nomeadamente a família M. com um historiador e um arqueólogo que o presidente da Junta reconhece como pessoas cultas, quando questionado sobre a parte cultural da freguesia, disse:

“Durrães tem sido sempre uma freguesia bastante culta... pelas pessoas pensantes que temos cá... muito cultas... porque as publicações de livros falam por si mesmas... a parte cultural mais emblemática de Durrães ainda é o teatro... e todos os anos temos feito alguma coisa pelo teatro... que é uma tradição que vem de há muitos anos... há quem diga que vem desde 1933 mas outros dizem que é de 1927 ou 1929...”

Para além disso, Durrães tem organizado algumas exposições... uma das quais de arte-sacra... temos algumas associações que têm trabalhado também no âmbito cultural... Eu tenho que admitir que o GEN é também uma associação que tem desempenhado um grande papel... eu não poderia dizer o contrário ainda que eles sejam meus inimigos... Penso que no passado a *Casa do Povo* teve uma grande responsabilidade nessa parte cultural, hoje a *Casa do Povo* resume-se praticamente ao GEN e acaba por confundir-se a *Casa do Povo* e o GEN, não sei se sabe... quem é quem no fundo... Os dirigentes pertencem a um lado e os mesmos pertencem ao outro lado e acabam por se confundir.

... Desde 1990 esta Junta de freguesia empenhou-se... e tenho cartas registadas enviadas à REFER... tenho provas mais que suficientes de como lutei por aquilo, para o adquirir para a Junta de freguesia... Hoje estão com muita pujança mas amanhã essa pujança vai-se diluindo... amanhã o que vai suceder é que o imóvel vai precisar de uma grande recuperação e não vai haver capital para o recupe-

rar... mas se aquele fosse um imóvel da Junta de freguesia existiria sempre o Estado por detrás que em qualquer momento poderia investir ali capital para obras...”

Como se pode inferir, o impulso de actividades culturais ocorre ainda sob a luta de poderes no seio da freguesia entre os promotores do GEN – que se tinham instalado na *Casa do Povo*, e, como activistas da oposição local, nomeadamente do PS – que, a partir do edifício do apeadeiro (desativado), projectavam criar uma associação cultural com um centro de interpretação ambiental e arqueológico do Vale do Neiva e como base de apoio às suas actividades científicas, culturais e políticas – e os representantes do poder local favoráveis ao PSD, posicionando-se estes a favor não da entrega do imóvel ao GEN mas sim antes à freguesia sob a argumento plausível de que o edifício do apeadeiro se manteria como propriedade do Estado (REFER) gerido pela Junta de freguesia, que teria sempre o suporte em eventuais obras de manutenção. Fora desta competitividade ou competição não se tem verificado uma estratégia global de interesse e mobilização de toda a comunidade.

### **12.3. Identidades socioprofissionais: realidades e representações**

A base económica da identidade camponesa tem estado sujeita a fortes crises, mas esta ainda persiste com alguma força, ainda que mais de ordem afectiva, normativa e cultural que económica. Hoje, com efeito, os que se identificam com os velhos modos de vida e representações simbólicas têm perdido não apenas peso numérico e organizativo mas também social, económico e até político. Não obstante o facto de haver moradores que, por apego às tradições e raízes, procuram dar novo impulso à vida rural, tal já não será nos moldes tradicionais. No entanto, em termos de vivências e representações socioculturais que fortalecem e renovam as velhas identidades, vários têm sido os elementos identitários destacados pelos inquiridos: os vestígios arqueológicos (Chã de Arefe, Castro dos Castelos, Penedo da Pata do Mouro), a igreja paroquial, o cruzeiro, o apeadeiro, o Lírio do Neiva, o miradouro, as azenhas, o rio Neiva, a Ponte Seca, sobre a qual disse João: “*Muitas freguesias gostariam de orgulhar-se de ter assim uma ponte como a de Durrães*”. Alguns retrocedem no tempo e recordam com certa nostalgia o Campo do Forno – o local por excelência de danças e cantares –, as esfolhadas e espadeladas, as diversões das romarias, tal como o dizia A.: “*Antes a vida era mais alegre, cantava-se nos campos e nos caminhos e havia ainda as romarias*”. Outro elemento destacado por alguns habitantes e pelos pró-

prios artesãos é que Durrães, em seu entender, distingue-se, em relação a outras freguesias, pelo trabalho “perfeito” e “espectacular” dos seus artistas que trabalham a pedra e a madeira, os quais, efectivamente, sobressaíam pelo esmero das suas obras de construção e/ou peças de fabrico artesanal, respectivamente. Para além dos pedreiros e carpinteiros, também outros (ex) artesãos relevam alguns traços ligados à sua trajectória de vida e à importância das suas artes não só para a sobrevivência mas também para levar o nome distintivo de Durrães a outras terras: os moleiros na sua ligação ao rio e actividade antigamente complementar da agricultura; os tanoeiros, os tamanqueiros e sobretudo os carpinteiros.

Tal como noutras aldeias, os habitantes de Durrães têm um forte apego e identificação cultural e religiosa com a sua terra. Embora a cultura não seja totalmente homogénea e até seja vivenciada de diferente maneira pelas diversas famílias pertencentes a vários grupos sociais, há alguns traços comuns enraizados na comunidade territorial, no património histórico e arqueológico e nas tradições principalmente religiosas. Não tendo Durrães, por exemplo, uma cruz de prata como outras freguesias, alguns dão a seguinte explicação: “*No tempo das invasões francesas, Napoleão roubava as pratas e ouros das igrejas. Durrães com o medo enterrou a cruz de prata. Agora ninguém sabe onde está a cruz*”. Sobressaía nas entrevistas um sentimento e necessidade de reviver o passado, visível sobretudo na referida festa de S. Lourenço, assim como no amor demonstrado pelas coisas da terra: o património arqueológico, o rio Neiva, o *Lírio do Neiva*, que fez com que um habitante ancião e ‘benemérito’ da aldeia, na hora da morte, mediante a dívida contraída de 5 000 contos (25 000 mil euros) pela associação “*Lírio do Neiva*”, manifestasse a um colaborador próximo esse receio na sua última vontade: “*Não deixes morrer o Lírio do Neiva*”, o que acabou por não suceder porque os seus amigos conseguiram pagar a dívida e salvar a associação desportiva.

Se, por um lado, há elementos de identidade comuns na história e territorialidade, como os referidos, comprova-se, por outro lado, uma crescente diferenciação que vai a par da relativa perda no apego às tradições e uma maior capacidade de iniciativa que já não depende do aval ou consentimento do pároco e de outras figuras nobres locais. Constata-se, portanto, elementos diferenciadores e até díspares de identidade e identificação entre os diversos grupos sociais, os quais destacam uma e/ou outra característica desde as referências mais nobres em torno das quintas à importância da lavoura para os lavradores e camponeses, tal como desabafava uma camponesa em relação à importância da lavoura: “*a lavoura devia ser valorizada porque é de lá que vem tudo... e pouca gente lhe à o valor*” (AE).

Para além destes apelos às identidades tradicionais, estão a surgir outras e até mesmo novas identidades profissionais fora e no seio do meio rural, a começar pela de alguns agricultores que, ainda formando uma minoria, têm vindo a profissionalizar-se e a especializar-se como agricultores empreendedores num processo de modernização agrícola e rural. Podendo disfrutar de apoios estatais e comunitários para assumir este modo de vida como uma profissão tão digna como outra qualquer, a sua identidade vai-se formando num misto de renovação dos vínculos à terra, mas já não do mesmo modo que os tradicionais lavradores e camponeses.

Ao lado destes agricultores a tempo inteiro, interessa destacar toda uma série de actividades e profissionais que têm lugar no perímetro da aldeia, mas cuja conexão com a agricultura é indirecta, ténue ou mesmo inexistente. Há que referir as actividades (para)industriais de produtores e pequenos empresários artesanais ou industriais, principalmente os viveiros de vides, os artesãos pedreiros e carpinteiros – cujo trabalho com a pedra e a madeira é assumido por alguns habitantes e pelos próprios artistas como “perfeito” e “distintivo” face às aldeias vizinhas – os pequenos empresários da construção civil e da indústria têxtil e sobretudo os assalariados nestes sectores trabalhando na aldeia ou arredores.

Próximo deste grupo mas distinto pela menor frequência de contactos diários com os conterrâneos, está outro grupo constituído por um conjunto crescente de trabalhadores e empregados que, embora por razões económicas e afectivo-simbólicas exerçam a agricultura a tempo parcial, se identificam e cada vez mais no seu quotidiano com a sua profissão, onde não só obtêm a principal fonte de rendimento mas também estabelecem grande parte das suas relações laborais e sociais, quer seja em meio (peri)urbano próximo, ou mesmo algo mais distante ou até como migrantes no país ou no estrangeiro. Sintomático do sentimento de gratidão para os países para onde emigraram é o seguinte desabafo de M.M: *“Eu podia alçar aqui a bandeira de França e ninguém a poderia tirar, porque isto que tenho foi tudo comprado e feito com o dinheiro que ganhei em França...”*.

Outro grupo é constituído por neo-rurais e turistas que, por razões ecológicas, sentimentais ou outras, procuram e desejam revitalizar o meio rural e permanecem ali, senão a totalidade, pelo menos uma parte do ano ou visitam a aldeia nos fins-de-semana e noutros períodos de lazer.

Finalmente, em relação aos efeitos de elementos externos na aldeia através da globalização, constatam-se concepções diferentes e até díspares. Assim, tentando verificar o sentido de territorialidade local contraposto ao global e sobretudo saber em que medida os habitantes têm ou não alguma



percepção dos efeitos da globalização sobre a sua comunidade e as suas vidas, obtiveram-se em opiniões os seguintes resultados:

**Quadro 54: Opiniões acerca dos impactos da globalização sobre a comunidade rural**

Afirmações	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Não opinião/ Não entendo
A globalização é bem vinda porque traz consigo desenvolvimento para as regiões periféricas	17	6	11	45
A globalização é negativa porque mantém e traz mais desigualdades sociais (classes, géneros, etnias)	13	10	10	46
A globalização permite a existência de nichos de mercado dos pequenos países/comunidades	13	13	7	46
A globalização uniformiza mercados e produtos em favor do capitalismo mundial sobretudo americano	20	5	9	45
A globalização da cultura dá oportunidade para a afirmação da identidade das culturas e valores culturais locais	11	11	9	48
A globalização implica a destruição das identidades e culturas locais	12	7	14	46
A globalização facilita os objectivos do desenvolvimento regional/ local	14	11	7	47
A globalização dificulta ou até impede o desenvolvimento local	6	13	14	46
Da globalização aproveitam mais as elites económicas, sociais, políticas e, sobretudo, financeiras	20	6	6	47
A globalização traz benefícios para todos os cidadãos e todos os grupos sociais	9	12	12	46

Fonte: Inquérito local, Durrães, 2002.

Dos 79 inquiridos, cerca de metade não tinha informação suficiente para responder à questão, confessando o desconhecimento ou ignorância do fenómeno. Respostas como “não entendo” ou “não sei responder” demonstram que o conceito “globalização” não era conhecido e, por isso, cerca de 60% dos inquiridos sentiam dificuldade em responder principalmente a nível dos impactos, negativos e/ou positivos, sobre o desenvolvimento local

em contexto rural. Enquanto às restantes opiniões, elas se dividiam em percentagens aproximadas entre posicionamentos positivos e negativos.

Das observações e respostas dadas, é certo que não se pode falar de homogeneização da cultura local nem tão pouco se pode enunciar qualquer tendência de homogeneização cultural pela via da globalização. Enquanto uns tendem a ver como positivas as inovações e os estilos de vida induzidos pela globalização, outros tendem a ser mais críticos e afloram sentimentos de desconfiança e/ou até uma clara oposição ao processo de globalização, discordando dele por resultar mais benéfico para o sistema dominante a nível internacional do que para as comunidades locais como Durrães. Por exemplo, AL, padeiro, diz que *a globalização tem vantagens, seja a nível da criação de emprego, e criação de pequenas empresas e para regiões periféricas*. Outros, contudo, afirmam: *A nossa terra já não é o que era devido a esses modernismos*. E, outros ainda: *os de Durrães estão sendo comidos pelos de fora, sobretudo pelos que têm muito capital*.

Uns mais outros menos, por todos é destacada, a nível familiar, a memória dos seus antepassados, as fortes recordações sobre as suas trajetórias de vida em condições muito duras, principalmente até aos anos setenta e oitenta. Porém, o seu imaginário identitário, em termos territoriais, surge fortemente ligado às suas próprias vivências históricas, ao contexto religioso de uma cultura que, mesmo em declínio, insiste em reavivar e revitalizar principalmente em certos momentos tais como as festas Natalícias, a Semana Santa e sobretudo o santo padroeiro: S. Lourenço.

#### **12.4. Durrães: potencialidades e obstáculos**

Considerando que na própria definição de desenvolvimento rural está incluída de modo implícito ou explícito a melhoria das condições de vida, tal como vimos no capítulo II e no *item 7.3*, tornou-se evidente que quase todos os habitantes sentiram uma considerável melhoria no nível de vida em termos familiares e individuais. Falta agora fazer uma breve resenha das condições e representações do desenvolvimento rural, em termos de colectividade rural. Questionados sobre o estado de desenvolvimento de Durrães em relação a outras freguesias e ao concelho de Barcelos, os habitantes divergem nas suas opiniões. Enquanto uns, sobretudo os que estão no poder local autárquico, consideram que Durrães está tão desenvolvida como outras freguesias e tendem a enaltecer um estado de desenvolvimento razoável, outros, situados claramente na oposição, sem deixar de reconhecer algumas melhorias infra-estruturais, revelam que está pouco desenvolvida ou inclusive atrasada e destacam mais as diversas carências infra-estruturais (falta de rede de

abastecimento de água e saneamento, abandono dos montes) e sobretudo outras de ordem social e cultural (educação pré-escolar, arranjos nas salas da escola). Estas carências dever-se-iam à falta de dinamismo associativo e de uma liderança capaz na freguesia: “*Esta freguesia parou e está pouco desenvolvida.*” Outros ainda, partidariamente filiados ou não, crêem que

“As pessoas em Durrães não aceitam facilmente as ideias de outros e isso torna-se uma barreira ao desenvolvimento local nesta terra. E, se se fizer uma comparação com outras terras, não estamos melhor que as outras.” (C.M.)

Por sua vez, perante a oposição e sobretudo quando é dirigida por pessoas que não vivem na aldeia, suscitam reacções negativas, sobretudo quando os seus portadores manifestam um certo ar de arrogância ou displi-cência, levando a atitudes reaccionárias, tal como expressa G., o presidente da Junta:

“... uma certa autoridade perante as pessoas... e depois ao fim de alguns anos começam a arrepender-se disso porque as pessoas ao mesmo tempo que sabem acolher bem, sabem também resistir... e começa a haver um certo repúdio a essa pressão de arrogância que algumas pessoas que muitas vezes não são da terra, vêm e querem depois impor as suas normas, as suas ideias... isso sucede em Durrães mas por norma as pessoas de Durrães sabem-no.”

Em Durrães, não obstante a existência do apeadeiro, com a diminuição de comboios com paragem obrigatória em Durrães, cresce o descontentamento pela falta de transportes frequentes e adequados. E isto é tão mais sentido quanto esta freguesia é uma das mais periféricas do concelho de Barcelos. Por isso, um dos problemas mais sentidos pelos habitantes de Durrães é a distância que têm de percorrer para tratar de determinados assuntos burocráticos, principalmente na Câmara, na Segurança Social, a Braga, ou outros assuntos, pelo que alguns exprimem a necessidade de implementar meios de comunicação informáticos que lhes evitem, sempre que seja possível, ter de se deslocar.

Uma grande parte dos habitantes considera que há que preservar o que é típico da terra, não no sentido de preservar as velhas técnicas das lides agrícolas tais como lavrar com os bois, mas, por exemplo, potenciar as competências artesanais (pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, viveiristas) ou possibilitar o desfrute das riquezas da paisagem, principalmente por meio de associações de defesa do meio ambiente, o que em boa parte já vem fazendo a Associação de Defesa do Rio Neiva. Alguns como D. manifestam o seguinte

sentimento: “o povo de Durrães não quer muito desenvolvimento... é bonito ver esta paisagem”.

“A paisagem é bela, mas não sustenta as famílias” – dizem outros, que são da opinião de que devia haver projectos de desenvolvimento não só a nível agrícola mas também a nível industrial e de serviços. A este respeito o presidente da Junta assume-se claramente desfavorável ao desenvolvimento industrial e de serviços, contentando-se com inserir os próprios durrães em indústrias desenvolvidas em aldeias vizinhas e contíguas:

P.J.: ... Não há capacidade aqui para empregar toda a mão-de-obra existente... e nem é uma preocupação minha enquanto presidente de Junta... Olhe, seria prejudicial para Durrães ser uma freguesia industrializada por várias razões. A própria geografia da freguesia impede isso. Durrães está muito bem assim... e as grandes zonas industriais das freguesias vizinhas estão aí... Carvoeiro, Barroselas Balugães... Eu deixo aos meus vizinhos que instalem as zonas industriais que eles entendam e nós oferecemos mão-de-obra, sem problema...

A.C.: E mão-de-obra não qualificada, quadros técnicos a nível médio e superior?

P.J.: Ora bem... eu creio que é uma falsa questão... eu sinceramente não vejo necessidade, para Durrães, de esses tais quadros técnicos porque não tem grandes indústrias.

A.C.: Caracterize Durrães em termos de recursos físicos ou naturais, infra-estruturais (acessibilidades), culturais e actividades de lazer e tempo livre da população... e desde o ponto de vista cultural das pessoas...

P.J.: Eu como lhe disse há pouco... a mim não me gostaria de ver Durrães com grandes projectos megalómanos... a mim satisfaz-me ver Durrães tal como é... pela simples razão... que Durrães é uma freguesia pequena com poucos recursos e não tem capacidade para grandes projectos... porque não são possíveis pela escassez de pessoas e não pela capacidade das pessoas...”

Em relação a certas inovações, iniciativas ou de implementação de infra-estruturas e equipamentos sociais, continuam a verificar-se determinadas divergências no seio da freguesia, o que, por sua vez, se relaciona mais com o posicionamento social e sobretudo político dos diferentes grupos de actores sociais. Por exemplo, em relação ao apoio a idosos, enquanto uns consideram uma óptima iniciativa da Junta de freguesia, no quadro do acordo com a associação “Centro Social de Durrães” e a Segurança Social, outros dizem que tal apoio se dá numa tentativa de busca de reputação e aproveitamento político. Independentemente dos significados e pretextos de luta política, importa relevar algumas vantagens nos apoios aos idosos no domicílio. Com o apoio da Segurança Social e o regime de voluntariado de alguns habitantes coordenados por D.M. (em 2002), é prestado, sob pagamento de 63 euros mensais por cada idoso, o serviço de apoio ao domicílio a sete mulheres ido-

sas, a quem, para além de lhes ser lavada a roupa e prestados os cuidados de higiene pessoal, se lhes oferece duas refeições (almoço e jantar) elaboradas na cozinha cedida pela sede da Junta de freguesia e levadas ou transportadas de carro a casa das respectivas idosas.

Para uma grande parte dos inquiridos e entrevistados, o relativo desenvolvimento desta freguesia deve-se a algumas pessoas influentes, tendo-se destacado a nível local, o ‘dinamismo’ do anterior pároco, de alguns presidentes de Junta e outras figuras ‘notáveis’ na aldeia (M.G., D.M.). Para outros têm sido os emigrantes com a construção de suas casas, carros e outras iniciativas e os próprios turistas. A nível mais institucional, enquanto uns apontam o estado de relativo atraso devido ao esquecimento por parte das autoridades municipais e governamentais, outros nem tanto ou até de modo algum, indiciando posições diferenciadas conforme o posicionamento político perante o partido no poder municipal ou governamental.

Tal como no passado, vários habitantes de Durrães, como de outras freguesias vizinhas, manifestam o seu descontentamento pelo ‘mau funcionamento’ do Centro Médico e pelo facto de o referido Centro funcionar na Casa do Povo, a qual, excepto a função, no passado, de recolher as quotas da Segurança Social para os trabalhadores familiares agrícolas, não tem actividade socialmente relevante. Se para a Junta de freguesia e seus representantes, os espaços da Casa do Povo não estão suficiente e adequadamente aproveitados, para outros o edifício e seus respectivos espaços estão bem aproveitados, principalmente a localização/presença de um grupo de investigação arqueológica, coordenado por T.M., um habitante formado em história e especialista em arqueologia, coordenador do GEN. Segundo T.M., a associação GEN tem sentido certos obstáculos institucionais locais e municipais, enfrenta certas dificuldades financeiras e arrisca-se a morrer por asfixia financeira. O GEN, que para uma parte dos durrães é outro elemento de forte identidade e até mesmo de orgulho na medida em que se propõe recuperar e valorizar o património histórico e arquitectónico de Durrães e do vale do Neiva, para outros tais objectivos e funções, sendo de interesse particular, não são aceites, principalmente pelos adeptos da Junta de freguesia, que consideram que o espaço onde está instalado o GEN – a Casa do Povo – deveria ter outras funções mais úteis para a freguesia (por exemplo, a criação de um Centro Profissional para jovens). Alguns tais como N.G. e J.P. perguntam-se: “*mas afinal qual é a função actual da Casa do Povo?... não se sabe o que se faz lá...*”<sup>[163]</sup>. É evidente que tal projecto, ao não ser da autoria da Junta nem ser politicamente con-

<sup>163</sup> Há provavelmente falta de informação sobre a importância e funções do GEN entre a população. O grupo de investigadores realiza investigações mas muita gente na freguesia não sabe nem compreende por que é que não tem acesso a determinados monumentos nem convém que

trolado pela mesma, traduz e resume o espírito das lutas de facção de outros tempos, umas manifestas outras latentes, e que agora vêm emergindo pela via dos alinhamentos partidários, tal como o desabafa um crítico da Junta: “*Ou sou eu a dar ideias ou senão elas não prestam?*”. Nos últimos anos a oposição aos projectos do GEN reforçou-se principalmente quando o GEN procurou potenciar e gerir, como foi referido, um certo espaço do apeadeiro sob a administração da REFER.

Há cerca de uma década criou-se o Centro Social de Durrães que é uma associação de carácter social que por muitos habitantes de Durrães é considerada uma obra relevante, muito elogiada pelo próprio presidente da Junta que a considera como ‘*o grande projecto para Durrães que está praticamente na sua fase de conclusão... O Centro Social foi uma iniciativa da Junta, criei a associação, foi a Junta que conseguiu o terreno*’. A Junta de freguesia, interessada em obter deste projeto os seus dividendos políticos, tem vindo a afastar da sua direcção membros pertencentes a outros partidos, tal como referiu um dos excluídos:

“Eu fui expulso do Centro Social de Durrães por não ser da cor política deles há cerca de quatro ou cinco anos... Sendo eu sócio e tendo pago as quotas, devolveram-mas com o argumento de que não era aceite porque, segundo eles, eu não partilhava da filosofia da associação...”

Embora poucos, alguns habitantes exprimem a necessidade de investimentos privados, porque, na sua opinião, existe não só mão-de-obra diferenciada mas também mão-de-obra qualificada. No entanto, tais iniciativas podem ser estimuladas ou travadas graças à presença de outros factores principalmente de ordem não apenas económica – por razões de concorrência dos estabelecidos nos padrões tradicionais – mas também de ordem política e sobretudo cultural – a mundividência cultural local. É por esta razão que em Durrães, se certas iniciativas têm tido algum impacto, principalmente as promovidas pelas entidades religiosas ou municipais, outras foram, no entanto, inibidas ou desencorajadas. Importa relatar, neste contexto, como certas iniciativas podem fracassar devido justamente ao peso de certas mentalidades do passado. Por ser sintomático, é de assinalar um caso ilustrativo. Nas eleições autárquicas de 1997, uma mulher, proprietária da D.T. – uma empresa têxtil de médio porte com mais de 50 operárias – propôs-se como candidata pelo Partido Socialista nesta aldeia tradicionalmente controlada pelo PSD e pelo CDS. Não só durante a campanha mas ainda depois das

tais locais sejam observados principalmente durante a investigação. Apesar disso, alguns manifestam “*pena por não ter acesso às citânias e mamoas no monte*”.

eleições em que a referida empresária saiu derrotada, ela teve de ouvir em público comentários desagradáveis e machistas tais como *o que as mulheres devem fazer é estar em casa*. Estes comentários levaram a empresária e seu marido a sentirem-se humilhados e a mudar-se para a freguesia vizinha de Barrocelas, o que fez com que Durrães perdesse a possibilidade de empregar grande parte das pessoas na referida fábrica e criar um novo impulso com outras iniciativas (por exemplo, restaurantes). Mediante esta e outras possíveis iniciativas, alguns habitantes como por exemplo L.X., operário, consideram a necessidade de criar na freguesia um parque industrial. Além disso, apontam sobre a necessidade de terrenos para construção, considerando que o apego à terra e às tradições pode impedir de programar locais para investimento industrial e loteamentos para urbanizar.

Outra área em que Durrães teria grandes potencialidades, tendo em conta o rio Neiva, a paisagem, seria na implementação de alguns projectos de turismo, principalmente de turismo rural e, em especial, de turismo de habitação. Em Durrães tais projectos são ainda incipientes e fragmentados, existindo apenas um projecto de iniciativa particular ligado a um construtor civil local que, para isso, adquiriu a Casa e grande parte da respectiva Quinta de Malta. Sem beneficiar de uma clara identidade sectorial, tem sido descuidada como um potencial criador de emprego. Mas a este respeito, também se observam divisões de entendimento e posicionamento:

“Faz muita falta um complexo turístico para desenvolver a freguesia e proporcionar a entrada de nova gente com ideias, projectos e produtos. Até se podia criar aqui um centro de estágio para um grande clube de futebol’ – dizem uns, aos quais replicam outros: ‘Isso só interessa a alguns que têm dinheiro, a maioria continua na mesma. E os que vêm cá, não vêm por causa de nós mas sim para gozar das nossas paisagens.’”

A este respeito, o próprio presidente de Junta, ainda que reprove outros projectos de cariz industrial, mostra-se favorável a inovações neste campo, aproveitando a riqueza natural a partir das potencialidades do rio: *Em relação aos recursos físicos e naturais, e isso gostaria de ver, e aí entra também Aguiar na contenda, estamos estudando a possibilidade de fazermos uma coisa em parceria... que tem a ver com o rio e o outro... e o outro não vou dizer nada sobre isso...*

Considerando que um dos objectivos desta dissertação consistia em analisar e ilustrar a questão do desenvolvimento local, o estudo de caso sobre Durrães, após a caracterização do município, as suas instituições e organizações orientadas para o desenvolvimento local, foi possível ter uma percepção

mais concreta dos obstáculos e oportunidades de desenvolvimento de uma aldeia.

Tendo como cenário a problematização da questão do desenvolvimento e as suas diversas perspectivas e, principalmente, o tema do desenvolvimento rural local no contexto da transição da comunidade tradicional ou sociedade agrária à sociedade rural actual com as continuidades e mudanças inerentes a esse processo, nesta Parte IV procurou-se, na exposição e análise empírica, retratar, o mais fielmente possível, o estado da situação e as transformações ocorridas em Durrães.

Sintetizando, no início da década de sessenta do século XX os moradores viviam predominantemente da agricultura e subsidiariamente do artesanato e do pequeno comércio, verificando-se uma maior relação de dependência sobretudo por parte dos desprovidos de terra: criados, jornaleiros e rendeiros. O tipo de energia aplicada era basicamente de natureza animal e humana e, conseqüentemente, o número de pessoas por exploração era bastante amplo. Salvo o caso dos proprietários e lavradores médios, a grande maioria dos habitantes de Durrães vivia, num contexto sociopolítico de forte dependência, em função da simples sobrevivência.

Uma grande prova da capacidade de adaptação e resistência quase espartana foi, sem dúvida, a partida da aldeia, que, normalmente, desembocava na emigração. Os (e)migrantes, provenientes na sua maioria das categorias sociais mais pobres e com baixo grau de formação escolar, partiam do pressuposto que, uma vez transposto o obstáculo da viagem, dificilmente a sua 'aventura' poderia desembocar numa situação pior que a da partida. Tal como os correspondentes gráficos e quadros o comprovam, tanto o padrão como a duração da permanência no estrangeiro, ou sobretudo os motivos da saída, confirmam um tipo de emigração orientada para o regresso. A mulher, mantendo-se na aldeia e na casa ou na casa dos pais, para além de poder concretizar melhor as estratégias de herança, permanece, na esteira das conclusões de Silva (1998), como a base de segurança, como reserva do rendimento agrícola familiar e como apoio aos pais, aos sogros e outros familiares. Por seu lado, o marido, inclusive quando a sua deficiente formação escolar e profissional não o permitia, optava por maximizar o tempo de permanência no estrangeiro, vivendo em situações precárias e trabalhando todo o possível no sector que melhor se adequasse às suas capacidades e estratégias de emigrante não definitivo. Foi sobretudo nas estratégias de regresso que sobressaíram uma vez mais os motivos e objectivos da partida, estes últimos, em grande parte conseguidos, como foi possível comprovar. A idade de regresso possibilitava, na maioria dos casos, o (re)tomar actividades que, salvo alguns casos excepcionais, reverteram quer seja em favor



da manutenção de uma agricultura a tempo parcial, combinada com postos de trabalho como assalariados nos sectores secundário e terciário, ou bem, muitas vezes, com pequenos empreendimentos empresariais. Não só as poupanças internas mas também partes significativas das poupanças salariais foram, em grande medida, investidas na (re)construção e/ou restauração da casa da família, na compra de terra e de equipamento agrícola sobretudo mecânico ou, ainda que em menor número, em estratégias de reconversão económica em diferentes ramos do comércio e em pequenas empresas sobretudo de construção civil e têxtil. Nalguns casos, e sobretudo nos anos noventa, uma parte apreciável de rendimentos familiares foi mantida através dos juros obtidos pelos depósitos bancários, cujo volume, até certo ponto, nos foi possível registar.

Hoje, completado o ciclo migratório, para uma grande parte dos habitantes no país ou no estrangeiro, não obstante a manutenção das diferenças na posse de recursos ou, nalguns casos, certa mobilidade social, verifica-se, para além da maior utilização da energia mecânica, um maior reequilíbrio de forças e sobretudo uma melhoria das condições de vida. Isto deve-se em grande medida às diferentes estratégias dos residentes, em regra pluriactivos, combinando, como já foi referido, a agricultura a tempo parcial com vários tipos de actividades não-agrícolas. Portanto, é evidente uma crescente diversificação ocupacional no contexto rural, uma relativa revalorização do património paisagístico, fluvial, arquitectónico e, ainda que em fase inicial, o reaproveitamento dos recursos naturais e humanos nos âmbitos ambiental e turístico.

Sem dúvida, a emigração e, em especial, o regresso representaram para os seus protagonistas, quando bem sucedidos, a sua relativa liberdade. A emigração teve certamente efeitos não só sobre a situação dos “regressados” mas sobre o meio social em que se incluem, a nível de hábitos de vida e sobretudo nas transacções agrárias, sendo estas indicativas da redefinição de terrenos no seio da comunidade e da reapropriação de novos terrenos no contexto local.

Considerando as próprias percepções dos seus habitantes e comparando as suas condições de vida nos anos sessenta e hoje em dia, algo resulta nitidamente visível: a melhoria da sua situação, a qual é detectável não só pelas suas poupanças e investimentos reprodutivos mas sobretudo pela compra de bens móveis e de consumo. Com efeito, para além de alguns que conseguiram realizar projectos com alguma envergadura, a grande maioria, apesar de não ter tido pretensões de grandes realizações, tem uma sensação de que os seus sacrifícios valeram a pena, de terem sido agentes de poupança, de obterem uma melhoria familiar para suas vidas e sobretudo para os seus filhos,

enfim, de “*terem vencido na vida*”, como eles dizem amiúde. As críticas que às vezes fazem perante o insuficiente apoio por parte das entidades governamentais, autárquicas e sobretudo aos obstáculos burocráticos, apontam a necessidade de que as respectivas entidades responsáveis potenciem planos de desenvolvimento rural, ainda incipientes na região.

## Capítulo XIII

### Conclusões

Desta tese podem e devem obviamente retirar-se algumas conclusões. Antes de mais, a necessária ilação de que a investigação em ciências sociais não é axiológica nem politicamente neutra. No caso investigado, tratar do desenvolvimento local, mais concretamente em contexto rural, em que estão envolvidas estruturas e actores sociais, exige também articular a análise, a avaliação e a prospecção.

Na primeira parte desta tese foi problematizado o desenvolvimento local, nomeadamente rural, começando por questionar até que ponto era e é possível uma estratégia de desenvolvimento local na actual era da globalização, quais são os constrangimentos e as oportunidades de semelhante estratégia e sua realização concreta. Para isso selecionei como estudo de caso uma aldeia – Durrães – e um município – Barcelos – em que se equacionava o papel das instituições (para)estatais, das entidades da chamada sociedade civil (associações, cooperativas) e dos próprios habitantes da aldeia e do município respectivamente. Dado que, em última instância, o desenvolvimento tem como finalidade trazer mais bem-estar e pressupõe a capacitação das pessoas para que as suas necessidades sejam satisfeitas e seus problemas sejam resolvidos não só a nível socioeconómico, mas também cultural e político, teve de analisar-se o estágio de desenvolvimento do município e aldeia do caso de estudo no contexto distrital e regional, as mudanças ocorridas e as formas de assimetria e dependência no âmbito nacional e internacional e, sobretudo a nível de aldeia, seguir os trajectos dos habitantes de Durrães para comprovar em que medida, nomeadamente através de processos migratórios internos e externos, tiveram lugar estratégias de melhoria e/ou mobilidade social ou se simplesmente se reproduziram os lugares socialmente herdados.

Atendendo, no entanto, a que não há unanimidade sobre o modelo de desenvolvimento e sobre o próprio conceito de desenvolvimento, expus as diversas abordagens mas clarifiquei como ponto de vista mais plausível a combinação da teoria do centro-periferia com o modelo do desenvolvimento local desde uma perspectiva agro-ecológica. Tal representou um posicionamento crítico aos modelos de crescimento e modernização neoliberais e, embora em menor medida, aos modelos institucional e local, sem deixar

de fazer um reparo crítico sobre a visão algo externalista e determinista da teoria do centro-periferia.

Perante as questões apresentadas anteriormente e uma vez expostos sucintamente os traços mais importantes das visões sociológicas acerca do espaço e do desenvolvimento, uma das conclusões a formular é que o espaço e sua envolvente são uma condição do processo de desenvolvimento, a partir da qual se devem delinear as possíveis plataformas de debate sobre que modelo e estratégias a seguir. Só desta maneira se evitará o uso de conceitos com significados e leituras diferentes e equívocas sobre a realidade social.

É justamente em torno da relação entre Estado e sociedade, entre economia e política que as diversas perspectivas teóricas se diferenciam e se opõem: enquanto a visão (neo)liberal assume como prioritário o papel do mercado como propulsor do crescimento, da capacidade de poupança e iniciativa privada como alavancas do desenvolvimento, e a perspectiva neo-institucional, sem negar o mercado, tenta corrigir as suas deficiências ou conseqüências negativas através do papel do Estado como instância reguladora daquele, a abordagem marxista, sem negar a necessidade de regular o mercado e ampliar as potencialidades do Estado social no seio da sociedade capitalista, propõe outro tipo de economia, sociedade e Estado que pressupõe a socialização dos meios de produção e uma planificação socialista. Estrategicamente, a convocação das organizações e associações do chamado Terceiro Sector poderá ser de uma enorme pertinência e actualidade como passo importante a ser articulada com outras estratégias a nível nacional e internacional.

Acoplada à teoria, foi necessária também a fundamentação epistemológica e metodológica da já referida estratégia, combinando de modo plural métodos e técnicas quantitativas e qualitativas, desenvolvidas durante os dois processos: o primeiro na aldeia de Durrães e o segundo, a nível de município, em instituições e associações formal ou informalmente destinadas à satisfação de necessidades ou à resolução de problemas das populações.

Seguidamente, foi elaborada uma síntese sobre o estado do (sub)desenvolvimento na região mas com particular enfoque no município de Barcelos. Com base na análise estatística e documental, os diversos indicadores infra-estruturais, económicos, sociais e culturais comprovaram não só a situação (semi)periférica, desvitalização demográfica da sub-região e exclusão social sobretudo no interior, como as dualidades geo-sociais e disparidades relativas no seio do concelho de Barcelos, em particular, numa desigual distribuição territorial de infra-estruturas, equipamentos e recursos humanos. Onde, o espaço, associado às dinâmicas demográficas, constitui um factor co-determinante das desigualdades socioeconómicas, educativas e culturais.

Esta situação não pode ser entendida e explicada sem ter em conta as respectivas condicionantes históricas sobretudo em termos económicos e político-culturais, agravadas por processos recentes de desagrarização e desindustrialização. Neste contexto foi extremamente útil a contextualização histórica do poder municipal em relação ao Estado Central em dois períodos: durante o regime ditatorial do Estado Novo e no pós-25 de Abril de 1974. Nesta breve resenha histórica do município de Barcelos desde os anos sessenta sob a tutela e dominação de uma ditadura, os presidentes de Câmara de Barcelos, como das demais aliás, prolongavam o controlo do regime a nível municipal e local, quer fosse pela repressão ou contacto com as forças parapoliciais, quer por manutenção de fidelidades através da concessão de pequenos subsídios, sobretudo no início dos anos setenta. Às Juntas de freguesia atribuíam-se funções infra-estruturais mínimas e mais por conta delas próprias (escola, caminhos) e outras de ordem administrativa (por exemplo, certificados, declarações), por delegação sem nenhum recurso financeiro e quase nenhuma capacidade política, salvo a de operar como elos mais baixos de mediação, de dissuasão e de denúncia de comportamentos social ou politicamente ‘desviantes’.

Seguidamente, fez-se uma retrospectiva do poder municipal durante os trinta anos após o 25 de Abril, dando conta das principais prioridades de intervenção desde as mais urgentes como sejam as infra-estruturas básicas (estradas, caminhos, transportes, abastecimento de água, fontenários, escolas, cemitérios), até outras mais centradas na preservação do património e da cultura. Ainda que os recursos destinados às autarquias através do mecanismo do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) conheçam uma espiral ascendente, estes acabaram por revelar-se insuficientes perante as enormes necessidades.

Este enquadramento histórico-sociológico permitiu-nos ver as diferenças consideráveis sobre o papel dos municípios e inclusive das freguesias, em que, apesar das tentativas de instrumentalização das autarquias em ambos os casos, assinalam-se todavia diferenças substantivas. Durante o Estado Novo, para além de não existir nenhuma estratégia de desenvolvimento, não se desenvolviam políticas sociais e culturais, dando lugar a acções assistencialistas de beneméritos privados, de instituições eclesiásticas ou municipais, em que o Estado tinha uma função assistencialista supletiva; os escassos recursos estavam centralizados e os detentores do poder eram designados pelo governo; e as populações não eram chamadas a votar e a influenciar os destinos políticos das suas respectivas comunidades. No entanto, sob o regime democrático no pós-25 de Abril há, para além da aceitação das regras do jogo democrático, uma maior atenção às necessidades e problemas

das populações, podendo registrar-se um investimento considerável de fundos públicos nas infra-estruturas básicas (estradas, caminhos, transportes), equipamentos desportivos, sociais, educativos e, ainda que de modo tardio, culturais e, de modo incipiente, ambientais. Todas estas questões tinham como pano de fundo ou serviam de pretexto para a emergência de lutas pelo poder aos diversos níveis, desde o central, passando pelo municipal até ao local, este último à volta das Juntas de freguesia.

Uma vez analisadas as potencialidades, as realizações e limitações do poder municipal, o nosso interesse orientou-se na terceira parte da tese em caracterizar sociodemograficamente as entidades inquiridas a nível municipal e local – instituições e associações. Com efeito, para além de um breve panorama do associativismo em Portugal, foi possível, com o auxílio de outros estudiosos do fenómeno, destilar uma caracterização jurídica e sociodemográfica das entidades inquiridas e uma tipologia de organizações: por um lado, entidades institucionais e, por outro, formas associativas e cooperativas, concluindo por uma baixa percentagem de profissionais e voluntários em cada organização. O que sobressaiu, acima de tudo, foi uma enorme multiplicação de instituições e associações – umas, a maioria, mais institucionais como as Juntas de freguesia e outras apoiadas pelo Estado mas arreigadas na Igreja (por exemplo, IPSS) – e outras, mais libertas e criadas localmente mas com pouco ou nenhum apoio institucional. Se, por um lado, em comparação com o passado ditatorial, a criação e o aumento de instituições e associações do mais variado carácter podem ser entendidas como um sinal positivo de participação de funcionários e voluntários em assuntos de interesse público, por outro lado, quando se avalia o tipo de instituições, a sua composição, dimensões e, sobretudo, a relação instrumental e de dependência dos gestores das respectivas organizações, parece apontar-se para um baixo grau de intensidade democrática ou mesmo de cariz clientelar.

Seguidamente, mostraram-se e hierarquizaram-se as necessidades e os problemas, assim como as representações dos inquiridos sobre umas e outros, o que nos permitiu obter um retrato aproximado da realidade objectiva e das vivências subjetivas dos funcionários e dos cidadãos. Hoje os problemas locais não estão desconectados dos fenómenos inerentes aos processos globais e inclusive contribuem para a sua configuração, sofrem destes influências decisivas. As autarquias e associações locais empreendem actividades e objectivos com o fim de, por um lado, criar condições de bem-estar e desenvolvimento local e, por outro lado, de prestar apoio a certos grupos específicos perante determinados problemas detectados. A este nível alguns objectivos como a implementação de infra-estruturas e alguns equipamentos sociais e culturais têm sido conseguidos, outros nem tanto, tais

como, por exemplo, a extensão do saneamento a todas as freguesias, défice de formação e falta de espírito empreendedor, fixação das populações nas aldeias, ainda que Barcelos não apresente problemas de desertificação como outras aldeias do interior minhoto.

Contrariamente a uma ideia algo pré-fabricada sem base empírica de que as ONG eram formas de globalização contra-hegemónica, constatamos que nem todas são organizações da sociedade civil nem defendem a democracia nem são democráticas nas suas estruturas e práticas organizacionais e, menos ainda, nos seus objectivos. Bastante do trabalho de voluntariado, que tem tido lugar num contexto de regulação e controlo político de cariz conservador e assistencialista, ou tem representado uma simples compensação a processos de desregulação neoliberal e de crescimento económico neoliberal, ou acaba por reforçar o *status quo* e diminuir a probabilidade de os actores sociais enquadrarem as suas actividades e reivindicações sociais no horizonte de emancipação social e política. Considerando o estudo de caso, quer seja a nível municipal como a nível de aldeia, salvo em algumas situações ou espaços excepcionais, não há de modo algum no município de Barcelos uma sociedade civil vibrante, dinâmica, participativa. Predominam as relações instrumentais e de oportunidade não só dos poderes instituídos em relação aos mediadores, mas também destes para com as populações que, por sua vez, sem grande capacidade de afirmação colectiva, se sujeita a esquemas de acomodação clientelar para levar a cabo os seus objectivos. Na sociedade barcelense, como provavelmente noutras cidades da região e no país, persiste um problema muito profundo que se traduz no hábito incorporado da delegação de poderes e de desresponsabilização de ‘baixo para cima’. À excepção de quando estão em jogo interesses individuais ou familiares, a grande parte dos cidadãos, inclusive bastantes dos inquiridos e entrevistados, apresentam-se como espectadores passivos. Do lado do poder instituído, principalmente das Câmaras Municipais, os detentores dos cargos e poderes municipais, por regra, não indagam nem sequer consultam as Juntas de freguesia e, muito menos, as colectividades e comunidades locais. Num nível intermédio entre o poder municipal e as aldeias, as Juntas tão-pouco mobilizam as populações para fazer ouvir as suas propostas ou reivindicar os seus direitos, salvo em casos excepcionais (por exemplo, o corte de terrenos para expropriação para construção de uma via rápida ou auto-estrada). Não há o costume de realizar assembleias abertas nem tão-pouco programar orçamentos participativos a nível municipal ou a nível de aldeia.

Tal como outros estudos têm demonstrado, os assuntos administrativos são tratados de modo rotineiro e mediante a aplicação de estratégias impregnadas de mediações clientelares por parte não só dos detentores do

poder civil, como dos portadores de mensagens religiosas. O antídoto para estas situações reside na promoção e desenvolvimento de organizações, particularmente associações que perfilhem princípios e práticas democráticas, organizações com uma perspectiva de transformação mas que, para serem mais eficazes, poderão assumir um carácter inter- e suprafreguesia.

Se nos anos sessenta e setenta se constataram formas clientelares e paternalistas de exercício do poder político e eclesiástico local de modo aparentemente mais monolítico num contexto ditatorial nacional, em relação com a situação em contexto formalmente democrático algumas manifestações dos velhos poderes, valores e representações desapareceram, mas outras mantiveram-se sob novas formas e moldes, e outras, ainda de cariz mais democrático, foram surgindo como resultado das experiências, aprendizagem e práticas da cidadania. Saber lidar com os diferentes interesses políticos foi uma tarefa difícil mas necessária para entender as diversas perspectivas e, assim, contribuir para explicar as diferentes posturas políticas. Por outro lado, apesar de ter dado espaço e palavra aos actores institucionais, isso é insuficiente. Os dados apontam para a necessidade de criar condições para que os actores reflitam, tomem decisões com relativa autonomia e não estejam sujeitos ao poder político em moldes clientelares nem tão-pouco estejam sujeitos a processos de gestão político-partidários ou tecnocráticos – poder dos gestores, políticos e técnicos – mas sem qualquer participação da base – os próprios cidadãos. De outro modo reproduzir-se-ão os habituais esquemas de poder, dado que os cidadãos, ao não estarem organizados de modo relativamente autónomo, não conseguirão fazer-se ouvir de modo eficaz em proveito da respectiva comunidade, e não apenas para alguns.

Com o fim de obter uma percepção mais próxima e exacta das necessidades e problemas detectados, combinei os resultados recolhidos via inquéritos com outros de âmbito qualitativo, recolhidos através de entrevistas. Deste modo foi possível hierarquizar as necessidades e os problemas e obter um mapa social dos mesmos, tendo em conta as opiniões e representações dos inquiridos, como sujeitos de reflexão mas com uma notável variedade de percepções e valorações a este respeito e amiúde fortemente condicionados.

Uma vez identificadas e hierarquizadas as necessidades, os inquiridos, nomeadamente os responsáveis das instituições e associações, referiram as actividades e as valências desenvolvidas nas suas organizações, sobressaindo as questões ditas sobre o desenvolvimento local e o ambiente, as de apoio à infância, juventude e terceira idade, ao desporto e outras actividades de formação. Relativamente aos destinatários das actividades, para além da população em geral, eram os jovens, as crianças e as pessoas idosas e grupos vulneráveis ou de risco. No entanto, até que ponto estas actividades e



valências eram e são eficazes no contexto da actual globalização e até que ponto mantêm ou reforçam a identidade, os patrimónios e valores do lugar, do município e/ou da aldeia respectivamente?

A este respeito perfilaram-se uma diversidade de posições, discursos e expectativas: enquanto umas respostas valorizam a cultura materializada no património, a paisagem, as casas, outras destacam mais os traços culturais expressos na produção artística e literária, a música, o folclore. Apreciam-se, é certo, e inclusive cultivam-se as manifestações de cultura popular, mas está-se longe de potenciar as culturas populares e a democracia de base.

Por um lado, as forças económicas a nível nacional e internacional estão concentradas na acumulação de capital e são comandadas por interesses alheios às comunidades locais como Durrães, ameaçando os contributos para formas de autonomia produtiva agrícola nacional em favor do complexo das empresas agro-industriais interessadas em exportar e outras imposições supra-estatais como as directivas da OMC e da PAC. Por outro lado, o crescente descrédito da democracia representativa exige não só uma revitalização como uma revalorização da democracia directa, associativa, sobretudo a nível da aldeia, o que, em regra, não tem praticamente lugar.

O facto de a população estar alheada do processo de debate e discussão dos temas e problemas que a afecta; e sobretudo não participar nas decisões inclusive de cariz local, evidencia uma das graves lacunas e défices na governança local. Por isso, se a descentralização é uma *conditio sine qua non* do processo democrático, essa descentralização não deverá ser simples delegação de poderes na Junta de freguesia mas deveria implicar as populações. Este estudo mostra até à saciedade que a população não conta na grande maioria dos processos, prevalecendo grupos de interesses no comando de várias propostas aprovadas pelos detentores dos cargos políticos. No entanto, e apesar do aproveitamento particularista de muitos detentores do poder local, o processo de descentralização de competências, poderes e de correlativos recursos deveria ser desenvolvido, porque permite uma melhor e mais adequada aplicação de recursos, como se tem demonstrado em mais de trinta anos de poder local. Os reparos de alguns presidentes de Junta, apesar de certos riscos, apontam a necessidade de avançar algo mais no sentido de delegar e transferir competências e recursos de modo directo do F.E.F e não por intermédio do presidente da Câmara Municipal. Em síntese, a descentralização não é por si apenas uma solução milagrosa, se não existir um enfoque holístico por parte da Câmara Municipal e se a estratégia e o plano de actividades não forem acompanhados de transferência de recursos e, sobretudo, de processos democráticos de participação da população desde a elaboração das propostas até à sua execução.

Não apenas na terceira parte relativa ao âmbito municipal como também na quarta parte da tese focalizada sobre a aldeia, confirmou-se a hipótese apresentada desde uma perspectiva sociológica, a qual, sem perder de vista os condicionalismos externos de diversa ordem, se centrou num nível micro-sociológico, com principal incidência nas estratégias dos actores sociais e suas famílias. Tal perspectiva reforça a ideia de que os estudos macroeconómicos e macro-sociológicos, ainda que necessários, tornam-se insuficientes, se não têm em conta a perspectiva do actor ou, mais adequadamente, dos respectivos grupos domésticos, suas estratégias e mundividências. A indagação empírica sobre a freguesia de Durrães demonstrou igualmente que as motivações e estratégias dos actores sociais têm-se não raramente sobreposto às mais diversas conjunturas adversas, obedecendo o seu comportamento a uma determinada racionalidade com notável capacidade de adaptação em várias situações: desde estratégias tradicionais do modo de vida dos anos sessenta, passando pelas motivações e objectivos estratégicos no ciclo migratório, até ao aproveitamento de algumas oportunidades nas últimas duas décadas.

Comunidades rurais como Durrães conheciam, até aos anos sessenta, uma forte presença da pequena agricultura campesina na região do Minho. No entanto, tal como se demonstrou, esta comunidade sofreu fortes transformações nas últimas décadas, o que nos obrigou a caracterizar brevemente esta freguesia antes da emigração e compará-la com o presente; as causas e consequências do fenómeno migratório das famílias (e)migrantes; as mudanças ocupacionais ocorridas e o estado actual das explorações agrícolas, assinalando que, enquanto algumas se reestruturam e consolidam, outras não foram potenciadas nem desenvolvidas e outras, a grande maioria, articulam a agricultura a tempo parcial com outras formas de actividade extra-agrícola.

De facto, ao caracterizar a aldeia de Durrães numa perspectiva histórico-demográfica mas também com base nos dados relativos às economias familiares e perfis profissionais e escolares dos inquiridos, aos tipos de recursos que possuem, pudemos assim comprovar, a partir de dados objectivos e suas percepções subjectivas, o grau de diferenciação social e diversificação ocupacional. A análise sociológica da aldeia de Durrães reforça, em parte, a ideia de que a conduta migratória se enquadra nas suas estratégias de sobrevivência de actores sociais de raiz camponesa ou similar. Por outro lado, simultaneamente, esta conduta articula-se com outra ideia central: uma parte considerável desses actores sociais potencia as possibilidades oferecidas no sentido de, senão ascender de posição, pelo menos melhorar a sua situação na agricultura ou mesmo noutros sectores, sem deixar de convocar ou articular tais estratégias com outras centradas na posse e circulação da

terra mediante as estratégias matrimoniais e de herança, assim como nas estratégias de poupança e a inserção noutras sectores não agrícolas.

Como se pode inferir deste estudo, a agricultura já não é a base principal para o desenvolvimento rural desta zona, mas sofre a penetração da lógica mercantil que secundariza o sector agrícola e seus agentes produtivos em favor de outras estratégias alheias aos habitantes locais. De facto, algumas novas oportunidades e opções vão-se colocando em prática e outras surgem e desenvolvem-se, para o que se tornará relevante, em eventual estudo subsequente, conhecer os contextos das novas ocupações profissionais e actividades que estão emergindo pouco a pouco, de modo exclusivo ou combinado com a pequena agricultura. Por exemplo, a implementação de projectos de turismo rural pode e deve contribuir para o desenvolvimento de áreas que ainda se preservam e possuem um rico património cultural e paisagístico em Durrães. Tal poderá contribuir para, de forma sustentável, promover um equilíbrio local e regional e, deste modo, minimizar os impactos negativos. No entanto, tudo isto requer a atenção de todos os actores institucionais (o Estado, as Câmaras, as diversas instituições e associações, as Juntas de freguesia), as empresas e as comunidades locais. Estes não poderão permanecer alheios a este processo de mudança e revitalização das áreas rurais numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, combinando os níveis macro, meso e micro, de modo a obter um equilíbrio entre as actividades, os recursos e os sistemas de conhecimento local com as diversas dimensões – cultural, ecológica, socioeconómica e ambiental – e, assim, contribuir para o bem-estar dos cidadãos, tanto os residentes (rurais) que prestem ou não serviços a turistas, como os “consumidores” de serviços de turismo rural. Só deste modo se evitará, na medida do possível, uma reprodução subalterнизada da comunidade no contexto municipal, regional, nacional e internacional.

Para alcançar este objectivo, é importante uma estratégia que, para além das alianças e apoios municipais e estatais nomeadamente técnicos, crie determinados incentivos para a iniciativa privada e sobretudo para um associativismo de participação e implicação das gentes e de seus recursos de origem endógena ou exógena. Porém, tal não é fácil nem exequível, a não ser que seja proposto outro modelo de desenvolvimento que implique outras premissas e estratégias, das quais apenas se indicou um esboço alternativo, o qual, ainda que presente nalgumas posições minoritárias, está longe de ser concretizado. Em torno disto a apresentação de elementos de análise sobre as relações de poder, registos das percepções e representações dos inquiridos e entrevistados sobre o desenvolvimento local, factores e obstáculos ao mesmo pode contribuir para uma estratégia mais sustentada.

Embora haja que relativizar esquemas algo simplistas fornecidos por uma análise DAFO, como exercício poderíamos assumir que também neste estudo de caso se constata algumas debilidades e ameaças, fortalezas e oportunidades em dois níveis: municipal e local. Assim, como debilidades ressaltam a falta de recursos e autonomia financeira e a correlativa dependência da Câmara Municipal, assim como a falta de iniciativas e projectos alternativos. Como ameaças, tal como referi, há a registar a mercantilização e a folclorização das culturas populares e a entrada das lógicas de lucro do mercado nas colectividades.

No concernente a pontos fortes poder-se-iam contabilizar algumas associações com vida e autonomia, do mesmo modo que como oportunidades se poderiam aproveitar as potencialidades locais, iniciativas de criação de autoemprego, entre outras. No entanto, no âmbito das fortalezas e oportunidades estas apresentam-se não só mais frágeis mas também incertas.

Por fim, sem constituir propósito nuclear na tese, poder-se-iam avançar algumas sugestões e recomendações. Por exemplo, no que respeita ao funcionamento dos órgãos municipais, importaria, para além dos instrumentos de fiscalização e controlo previstos na lei e nas instituições políticas como a Assembleia Municipal, activar e estimular a participação da população em certas questões de interesse público (dotações orçamentais, planos de desenvolvimento regional e local), propor conselhos que a nível municipal e de aldeia participem e controlem os processos para evitar compadrios na adjudicação de licenças de construção ou subsídios vários.

Nesta óptica, torna-se necessário que as populações tenham condições para reflectir sobre o seu próprio território e sua envolvente, o que implicaria uma metodologia investigação-acção participativa (IAP), ou seja, uma metodologia integral, com base num conhecimento da realidade social e um propósito de implicação social e política, que fosse capaz de apresentar um conjunto articulado e coerente de propostas. Isso não invalida que, considerando os défices neste campo, não só por parte do investigador como sobretudo por parte das populações, se avance, numa visão prospectiva, para: (i) potenciar a abertura das assembleias de freguesia a toda a população; (ii) activar assembleias de aldeia e dividir por sectores ou grupos de trabalho; (iii) convocar e envolver todos os partidos e associações; (iv) informar e realizar cursos de formação, solicitando que às pessoas que escrevam sobre a história local; (v) organizar debates e seminários sobre assuntos de interesse para o município e as comunidades locais; (vi) dinamizar sessões recreativas e culturais com base nas estruturas existentes; (vii) criar, reforçar e apoiar os mais diversos movimentos sociais que defendam direitos e valorizem as comunidades, seus recursos e potencialidades de desenvolvimento sustentável.

Sem negar os relativos avanços realizados no pós-25 de Abril, ainda que influenciados por processos menos transparentes por parte de grupos de pressão (construção, imobiliária), Barcelos encontra-se numa encruzilhada cheia de contradições em termos de desenvolvimento num contexto de desvalorização da agricultura e de crise das suas indústrias. Esta situação apresenta-se agravada por processos recentes de desagrarização e de desindustrialização. Este persistente e relativo atraso não poderá ser contrariado, por um lado, se não se diversificarem as actividades económicas, valorizando e modernizando a agricultura e, por outro lado, se não se fomentarem outras actividades produtivas industriais e de serviços. Isto pressupõe aumentar os níveis de formação das populações, começando por cursos de alfabetização e formação profissional, para além da educação formal a nível secundário, superior e, dentro deste, a pós-graduação. Em suma, do ponto de vista social e político, tal implica uma aliança de várias forças endógenas que, para além de pressionar pela via institucional, assumam uma estratégia de afirmação com ampla base social de apoio e uma participação democrática incluindo a acção colectiva.

Sendo evidente que nem todas estas condições estão garantidas, principalmente na realidade municipal e local analisada, pode-se concluir com base na argumentação teórica e na evidência histórico-empírica que a hipótese geral de trabalho e as demais específicas associadas a esta se confirmaram. Segundo, foi possível concluir que as instituições paraestatais e, ainda que em menor medida, as organizações da sociedade civil, notavelmente os sindicatos, as associações empresariais e, finalmente, as cooperativas e outras instituições de solidariedade social têm constituído pilares nucleares do desenvolvimento municipal e aldeão, ainda que limitado e assimétrico desde o ponto de vista territorial, económico, social e cultural. No entanto, perante uma economia em crescimento mas vulnerável, perante uma competição interna e externa na actual era da globalização e sobretudo perante uma sociedade-providência débil conjugada com uma desresponsabilização crescente de um Estado-Providência débil e em retrocesso, os actores sociais colectivos e individuais reactivam estratégias de base comunitária ou familiar de sobrevivência, melhoria e, eventualmente e de modo excepcional, de mobilidade social ascendente. Salvo uma minoria que, segundo seus testemunhos, terá estagnado ou até mesmo retrocedido e outra, igualmente minoritária que conheceu uma mobilidade ascendente, a maior parte dos habitantes, não obstante alguma melhoria social, reproduz a situação de classe de seus antepassados num contexto social novo. Na verdade, tomando em consideração os resultados dos inquéritos a membros de organizações, institucionais ou não, e os dados a nível local, uma parte considerável dos

actores sociais, principalmente os (pequenos) empresários e detentores de credenciais escolares, nomeadamente (ex)emigrantes, conseguiram melhorar a sua situação em termos económicos e, a nível da educação dos seus filhos, obter melhores níveis de formação escolar e aplicar prudentemente estratégias (emigrar, casar, poupar, investir) no sentido de minimizar riscos e aproveitar as diversas oportunidades dentro da aldeia e/ou fora dela. Por outro lado, a nível distrital, municipal e de aldeia, sendo visíveis algumas melhorias a nível de infra-estruturas, equipamentos e outros indicadores socioeconómicos, se constatam, no entanto, algumas insuficiências e deficiências a nível económico, político e sociocultural, o que se deve, para além dos factores de ordem estrutural geral, à persistência do carácter (semi)periférico de esta freguesia em relação ao município e de este em relação à região e aos grandes centros urbanos do país e do estrangeiro.

A dificuldade de conciliar dois imperativos correntemente propostos – competitividade e coesão – apresenta-se aqui com toda a crueza. Isto nos remete, novamente, para a actualidade da tese neomarxista do centro-periferia, desde que à determinação estrutural externa inerente à lógica do sistema mundial capitalista se faça a inclusão de factores endógenos susceptíveis seja de reforçar a reprodução da desigualdade preexistente seja a de combatê-la e reduzi-la. Uma estratégia emancipadora que pretenda combater as assimetrias inter- e intra-regionais exógenas não se poderá limitar apenas a gerir as contradições do *status quo* mas, para além de aproveitar todos os recursos endógenos e valorizar os diversos patrimónios, terá também de repensar uma estratégia de mudança a longo prazo que implique uma alternativa social e, com ela, um questionamento da acção das multinacionais e outros centros de poder económico, do papel das instituições nacionais e regionais, assim como o das entidades supraestatais. Finalmente, dada a falência do modelo liberal e a impotência do paradigma reformista institucional, trata-se de implementar prospectivamente uma estratégia que, inspirando-se no modelo da dependência e do centro-periferia e aproveitando elementos do modelo territorialista, coloque no horizonte outro modelo de inspiração eco-socialista.

## Bibliografia

- ALAVI, Hamza (1973), “Peasant Classes and Primordial Loyalties” in *The Journal of Peasants Studies*, vol 1, 1:23-62.
- ALBERICH, Tomás (2000), “Perspectivas de la investigación social” in T. Villasante, M. Montañés J. Marti (coords), *La investigación social participativa: 59-72*, Madrid: El Viego Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.
- ALMEIDA, Carlos e BARRETO, António (1976), *Capitalismo e emigração em Portugal*, Lisboa: Prelo.
- ALMEIDA, João Ferreira (1977), “Sobre a monografia rural”, in *Análise Social*, vol XIII, J52:789-803.
- ALMEIDA, João Ferreira (1986), *Classes sociais nos campos. Camponeses parciais numa região do Noroeste*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- ALMEIDA, João Ferreira de et al. (1992), *Exclusão Social – Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, João Ferreira, AMARAL, J.F.; BORREGO, A.; CAPUCHA, L.; FERRÃO, J. [1994 (1992)], *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*, Lisboa: Centro de Acolhimento e Integração Social e Centro de Investigação e Estudos de Sociologia.
- AMARO, Rogério Roque (1984), “Retorno, emigração e desenvolvimento regional” in Manuela Silva (org) *Retorno, emigração e desenvolvimento regional*, Lisboa: IED.
- AMARO, Rogério R. (1991), “Lógicas de espacialização da economia portuguesa”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 10: 161-182.
- ARRIGHI, Giovanni (1971), “The Relationship between the Colonial and the Class Structures: A Critique of A.G. Frank’s Theory of the Development of Underdevelopment” in *International Symposium on Imperialism – Its Place in Social Science Today*, Dinamarca, Elsinore.
- ARROTEIA, J. Carvalho (1983), *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*, Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- ARROTEIA, J. C. e R. TRINDADE, Maria Beatriz (1986), *A emigração*, Lisboa: Cadernos CEJ.
- ASENSIO, Luís A. Bermejo, EGUIBAR, José Lobillo e AFONSO, Cristina Molina (2003), “Aportes del DRP (Diagnóstico Rural Participativo) a las metodologías Participativas y Aplicación a la Gestión dos Recursos Naturales en la Gomera”, in J. Encina, M.A. Ávila, M. Fernandez y M. Rosa (coords), *Práxis participativas desde el medio rural*: pp.71-88, Madrid: IEPALA Editorial, CIMAS.
- AVILEZ, P. R. (1995), “Perspectivas e novas orientações do Turismo Rural”, in *Actas do III Colóquio Hispano Português de Estudos Rurais*, Vol I: 125-149, SPER, Lisboa.
- BACELAR, Sérgio (2007) “Evolução da população e da estrutura familiar na região Norte nos últimos 15 anos: mudança e continuidade”, in C. Gonçalves (org), *A região Norte de Portugal. Dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*, Porto: Instituto de Sociologia (Projecto POCI/SOC/57600/2004).
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolter-Noordhoff.

- BAGANHA, Maria J., MARQUES, José e GÓIS, Pedro (2005), “Trajectórias migratórias: os imigrantes do Leste Europeu” in M.C.Silva (org), *Nação e Estado. Entre o Global e o Local*: 281-301, Porto: Afrontamento.
- BAILLY, Antoine (1999), “Le developpement local: un choix de societé” in C. Cavaco (org), *Desenvolvimento rural: desafio e utopia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira *et al.* (1989), *Agricultura familiar no distrito de Braga*, Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2001), *Agriculturas e territórios*, Oeiras: Celta.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira (2010), *O Espaço Rural. Declínio da Agricultura*, Oeiras: Celta.
- BARAN, Paul (1973[1957]), *The Political Economy of Growth*, Harmondsworth: Penguin (em francês: *L'économie politique de la croissance*, Paris:Maspero, 1964).
- BARAN, Paul e SWEEZY, P.(1970[1966]), *O capitalismo monopolista*, Rio de Janeiro:Zahar.
- BARTH, Frederic (1966), *Models of Social Organisation*, Londres: Royal Anthropological Institute.
- BASAGOITI, Manuel e BRU, Paloma (2000), “Mira quien habla” (El trabalho com grupos en la I.A.P.), in T. Villasante, M. Montañés J. Marti (coords), *La investigación social participativa*: 119-136, Madrid: El Viejo Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.
- BECK, Ulrich e BECK-GERNSHEIM, Elisabeth (2006), *Individualization: Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London: Sage.
- BENAVENTE, Ana *et al* (1996), *A literacia em Portugal. Resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*, Lisboa: Fim de Século.
- BERBEL, Rosa P. e VILLASANTE, Tomás R. Prieto (2011), *La Democracia en marcha. Kerala – los retos de la planificación y las democracias participativas*. Madrid: El Viejo Topo/Ediciones de Intervención Cultural.
- BERNSTEIN, Eduard [1964 (1899)], *Socialismo revolucionário*, Rio de Janeiro: Zahar.
- BERNSTEIN, H. (1979) “Sociology of Underdevelopment versus Sociology of Development” in D. Lehman (org), *Development Theory*, Londres:Cass.
- BLAU, P.M. e SCOTT, R. (1962), *Formal Organizations: Comparative Approach*, San Francisco: Chandler.
- BLOK, Anton (1969), “Peasants, Patrons and Brokers in Western Sicily”, in *Anthropological Quarterly*, 42, 1:155-170.
- BOISSEVAIN, Jeremy (1966), “Patronage in Sicily”, in *Man* vol 1, 1 :18-33.
- BOISSEVAIN (1977), “When the Saints Go Marching out” in E.Gellner e J. Water (orgs.), *Patrons and Clients in Mediterranean Societies*: 81-95, Londres:Duckworth.
- BOLHUIS, Eppo E. e PLOEG, Jan Douwe van der (1988), *Boerenarbeid en stijlen van landbouwbeoefening*, Vakgroep Agrarische Ontwikkelings Sociologie, L.U. Wageningen.
- BOSERUP, Esther (1965), *The Conditions of Agricultural Growth, the Economics of Agrarian Change under Population Pressure*, London.
- BOURDIEU, Pierre (1962), “Celibat et condition paysanne”, in *Etudes Rurales*, 5-6:32 -135



- BOURDIEU, Pierre (1973), *Le métier du sociologue*, Paris:Mouton-Bordas.
- BOURDIEU, Pierre (1980), “L’identité et la representation. Eléments pour une réflexion critique sur l’idée de la région”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 35:63-72.
- BOURDIEU, Pierre (1980), *Le sens pratique*, Paris:Minuit.
- BOURDIEU, Pierre (1989), *O poder simbólico*, Lisboa: Difel.
- BRANCO, Jorge Freitas (1987), *Camponeses da Madeira. As bases materiais do quotidiano no Arquipélago*, Lisboa: D.Quixote.
- BRENNER, R. (1977), “The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo Smithian Marxism”, in *New Left Review*, 104.
- BRETTEL, Caroline (1991), *Homens que partem, Mulheres que esperam. Consequências numa freguesia minhota*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- CABRAL, João de Pina (1989), *Filhos de Adão, filhas de Eva*, Lisboa: Dom Quixote.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1979), *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa: Regra do Jogo.
- CABRAL, Manuel Villaverde (1983), “A economia subterrânea vem ao de cima: estratégias da população rural perante a industrialização e a urbanização”, in *Análise Social*, vol XIX, 76:199-234.
- CACHÓN, L. R. (1995), Las políticas de la Unión Europea ante el envejecimiento de la población”, in *Las actividades económicas de las personas mayores*, Madrid: SECOT.
- CAMPBELL, A. et al.(1992), *The Environment Impact of the MacSharry Reforms on E.C. Agricultural Policy*, Department of Ecological Agriculture, Wageningen Agricultural University, The Netherlands.
- CAPUCHA, L.M.A. (1996), “Fazer render o belo – questões à volta do turismo e do desenvolvimento em zonas rurais recuadas”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 21:29-46.
- CARDOSO, Fernando Henrique (1971), *Sociologie du développement en Amérique Latine*, Paris: Anthropos.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo (1970), *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- CARIA, Telmo (2003), “A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras” in T. Caria (org.), *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*: 167-183, Porto: Afrontamento.
- CARREIRA, Henrique (1996), “As políticas sociais em Portugal” in A. Barreto (org.), *A situação social em Portugal: 1960-1995*, 365-477, Lisboa: ICS.
- CASTELLS, Manuel (1982), *La cuestión urbana*, Madrid: Siglo XXI.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em rede – A Era da Informação: Economia, sociedade e Cultura*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, Luciano e MOTA, Carlos (2008), Grupo Cénico “Lírio do Neiva” – 75 anos, Durrães (Barcelos).
- CAVACO, Carminda (1980), *A agricultura a tempo parcial*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- CAVACO, Carminda (1981), “A pluriactividade na pequena agricultura”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Lisboa: Universidade de Lisboa.

- CAVACO, Carminda (1995), “Turismo rural e desenvolvimento local”, in *As Regiões de Fronteiras : inovação e desenvolvimento na perspectiva do mercado único europeu*. Lisboa : Centro de Estudos Geográficos, pp. 351-401.
- CEPEDA, Francisco José Terroso (1988), *Emigração, regresso e desenvolvimento no nordeste interior português*, Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro.
- CHAMBERS, Robert (1983), *Rural Development: Putting the Last First*, London: Longman Scientific & Technical.
- CHAMBERS, R. (1988), *Sustainable rural livelihoods: a strategy for people, environment and development*, Institute of Development Studies, University of Sussex.
- CHAYANOV, Alexander [1966 (1925)], *The Theory of Peasant Economy*, organizado por D. Thomer, B. Kerblay e R.E. Smith with Introduction of T. Shanin, Visconsin: The University of Wisconsin Press.
- CLOCKE, P. e GOODWIN, M.(1992), “Conceptualizing Countryside Change: From Post-Fordism to Rural Structured Coherence”, In *Transactions of Institute of British Geographers*, 17:321-336.
- COESO (Colectivo de Economía Social) (2000), “Experiencia de investigación participativa en torno al empleo y el tercer sector en Getafe (Madrid)” in T. Villasante, M. Montañés J. Marti (coords.), *La investigación social participativa*: 171-184, Madrid: El Viego Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.
- COMISSÃO BRUNDTLAND, (1987), *Nosso Futuro Comum*, Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável, ONU, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, Cambridge: Polity Press.
- COMISSÃO EUROPEIA (1998), *Conclusões e Recomendações do Grupo de Alto Nível (GAN) sobre Turismo e Emprego*, DGXXVIII, Outubro.
- COMISSÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA (1988), “O futuro do mundo rural” Comunicação da Comissão Europeia ao Parlamento e Conselho Europeus, In *Boletim das Comunidades Europeias – Suplemento 4/88*, Luxemburgo.
- COMISSÃO DA COMUNIDADE EUROPEIA (1995), *O Papel da União Europeia em Matéria de Turismo. O Livro Verde da Comissão. COM (95) final*, 04.04.1995, Bruxelas.
- CONFERENCIA do RIO (1992), Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), Rio de Janeiro.
- CÓNIM, Custódio (1999), *Situação demográfica e perspectivas de evolução: Portugal 1960-2000*, Lisboa: Instituto de Estudo para o Desenvolvimento.
- CONWAY, G. *et al.* (1988), “After the Green Revolution: sustainable and equitable agricultural development”, in Pearce, D. e Redclift (eds): *Futures*, 20(6).
- CORTÉS, Luis (2000), “La vivienda como factor de exclusión en la ciudad”, in *Revista de Estudios Sociales y Sociología Aplicada*, 119:295-312, Documentación Social.
- COSTA, António Firmino da (1985), “Espaços urbanos e espaços rurais: um xadrez em dois tabuleiros”, in *Análise Social*, 87/88/89.
- COSTA, Manuel Silva e (1985), *Religion et ideologie dans l'instauration de la paysannerie parcelaire au Nord du Portugal*, Louvain-la-Neuve: Université Catholique de Louvain.
- COSTA, Manuel Silva *et al* (1999), *Poder local e integração europeia*, Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

- CRISTÓVÃO, Artur; OOSTINDIE Henk e PEREIRA Fernando (1994), “Practises of endogenous development in Barroso, Northern Portugal”, in J.D. van der Ploeg (eds), *Born from within: practise and perspectives of endogenous rural development*, Assen: Van Gorcum.
- CRISTÓVÃO, Artur e MIRANDA, Raquel (2006) “Organizações Locais e Desenvolvimento Rural”, in A. Cristovão *et al.* (coords) *Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local no Douro – Duero*, Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro.
- CUTILEIRO, José (1977), *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa: Sá da Costa.
- DALY, H. E. e GAYO, D. (1995), “Significado, conceptualización y Procedimientos operativos del desarrollo sostenible: posibilidades de aplicacion a la agricultura”, in Marín, A. C. (org) *Agricultura y Desarrollo Sostenible*, Serie Estudios n° 97, MAP: Madrid.
- DECLARAÇÃO de CORK (1996) “Para uma política integrada de desenvolvimento rural: A Europa Rural – Perspectivas de Futuro”, Cork, 7 a 9 de Novembro de 1996.
- DERNOI, L.A.(1983), “Present Conditions of Farm Tourism in Europe”, in *Agrarian Structures and Farm Rationalisation*, Report, N° 2, FAO/ECE/GRI/WP3/12, Nações Unidas, Nova Iorque.
- DEVAL, B., SESSIONS, G. (1985), *Deep ecology: living as if nature mattered*, Peregrine Smith, Layton, Utah Dinamarca, Elsinore.
- DIAS, J.[1984(1948)], *Rio de Onor. Comunitarismo agro-pastoril*, Lisboa: Presença.
- DURÁN, R. F. (1993), *La explosión del desorden*. Madrid: Fundamentos.
- DURKHEIM, Émile {1977 (1893), *A divisão do trabalho social*, Lisboa: Presença.
- ENCINA, Javier e ROSA, Montserrat (2000), “El grande teatro del mundo, o de cómo los Ayuntamientos intentan repartir papeles, organizar y marcar tiempos”, in T. Villasante, M. Montañés J. Marti (coords), *La investigación social participativa: 145-170*, Madrid: El Viego Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.
- EPSTEIN, T.S. (1962), *Economic Development and social change in South India*, Oxford; Oxford University Press.
- EUROSTAT (2012), *Banco de Dados Estatísticos, População*, disponível em [www.epp.eurostat.ec.europa.eu](http://www.epp.eurostat.ec.europa.eu) [consultado em 17 de janeiro 2012]
- FELIZES, Joel e SILVA, Manuel Carlos (2002), “O desenvolvimento regional e local: da crítica ao modelo neoliberal ao refinamento do modelo centro-periferia”, in *Cadernos Municipais*, 14/16:1001-114.
- FERNANDES, António José (1994), *Impacto da Integração Europeia no Desenvolvimento do Minho*. Braga, Universidade do Minho.
- FERNÁNDEZ, Ernesto Ganuza (2007), “La participación en la sociología: elementos para una praxis sociológica”, in *Política y Sociedad*, vol 44, n.º 1:55-71.
- FERRÃO, João (1999), *O desenvolvimento e as redes interterritoriais*. Lisboa.
- FERREIRA, Elisa (1993), *Relatório sobre o Desenvolvimento do Vale do Ave*, Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte (policopiado).
- FERREIRA, José *et al.* (2001), *Barcelos, Freguesias. A nossa terra*, Barcelos: Câmara Municipal de Barcelos.
- FIGUEIRAS, Paulo Passos (1985), “O morgadio de Malta na freguesia de Durrães”, in *Barcelos Revista*: 141-184, Barcelos.
- FIGUEIRAS, Paulo Passos (2000), *O Couto de Carvoeiro. Monografia*, Viana do Castelo: Junta de Freguesia de Carvoeiro.

- FIGUEIREDO, Ernesto V. Soares de (1985) *O Minho – Distritos de Braga e Viana: alguns Aspectos de Definição Espacial, População, Estrutura Agrária e Produtos e Culturas Minhotas*. Braga, Universidade do Minho.
- FIGUEIREDO, Ernesto V. Soares .(1988), *Portugal: que regiões? – Algumas propostas de delimitação regional para o Continente português*, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- FOSTER, George (1965), “Peasant Society and the Image of Limited good”, in *American Anthropologist*, vol 67, 2:293-315.
- FRANK, André Gunder (1961), *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- FRANK, André Gunder (1971[1966]), *Sociología del desarrollo y sudesarrollo de la sociología. El desarrollo del sudesarrollo*, Barcelona: Anagrama.
- FRANK, André Gunder (1969), *Latin America: Underdevelopment or Revolution*, Nova Iorque e Londres.
- FRANK, André Gunder (1968), *Capitalisme et sous-développement en Amérique Latine*, Paris: Maspéro.
- FRANK, André Gunder (1979), *A acumulação mundial, 1492-1789*, Lisboa: Editorial Estampa.
- FURTADO, Celso (1961), *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro:Fundo de Cultura.
- FURTADO, Celso (1976), *Economic Development of Latin America: a Survey from Colonial Times to the Cuban Revolution*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GALBRAITH, John Kenneth. (1960[1958]), *La sociedad opulenta*, Barcelona: Ariel.
- G.A.N. (1998), Comissão Europeia, *Conclusões e Recomendações do Grupo de Alto Nível (GAN) sobre Turismo e Emprego*, DGXXVIII.
- GANNON, A. (1994), “Rural Tourism as a Factor in Rural Community Economic Development for Economies in Transition”, in *Journal of Sustainable Tourism*, (2) 1/2:51-61.
- GARCÍA-SANZ, B. (1995), “Envejecer en el mundo rural: caracterización sociológica de la Tercera Edad en medio rural”, in *Las actividades económicas de las personas mayores*, Madrid, SECOT.
- GARCÍA-SANZ, Benjamin (1999), *La sociedad rural ante el siglo XXI*, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Secretaría General Técnica, Estudios 125, Madrid.
- GARCÍA-SANZ, Benjamin e SACO, Alberto (1997), “El envejecimiento en la sociedad rural: modelos y contrastes territoriales” in *Revista de Gerontología*, 7, 1:38-44.
- GARRIDO GARCÍA, Francisco Javier (2007), “Perspectivas y prácticas de educación-investigación participativa”, in *Política y Sociedad*, vol 44, n.º 1:107-124.
- GEERTZ, Clifford (1963), *The Interpretation of Cultures*, Nova Iorque: Basic Books, Inc.
- GERALDES, Alice (1987), *Gente de minifúndio. Produção e Reprodução Social em Mudança na freguesia da Correlhã*, Braga: Universidade do Minho.
- GIDDENS, Anthony (1984), *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GIMÉNEZ, M. del M. G. (1996), “La red social como elemento clave del desarrollo local: el caso dos programas Leader de Castilla y Leon”, in *Actas III Colóquio Hispano-*

- Português de Estudos Rurais*, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- GINER, Salvador e SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo (1980), “The demise of the peasant: some reflections on ideological inroads into Social theory”, in *Sociologia Ruralis*, vol XX 1-2:13-27.
- GIRÃO, José (1980), *Natureza do problema agrícola em Portugal (1950-73): uma perspectiva*, Oeiras: Centro de Estudos de Economia Agrária.
- GITAHY, Leda (2008), “Ecologia de saberes: na direcção de um novo paradigma científico?”, in *Jornal da UNICAMP*, 29 Setembro a 5 de Outubro, Campinas, acesso em [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/setembro2008/ju411pdf/Pag11.pdf](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/setembro2008/ju411pdf/Pag11.pdf), consultado em Outubro 2012.
- GLASER, B.G. e STRAUSS, Anselm (1967), *The Discovery of Grounded Theory*, Chicago: Aldine.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1978), “L’emigration portugaise (XVe – XX siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde”, in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1: 5-32.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Les rites d’interaction*, Paris: Minuit.
- GOFFMAN, Erving (1974), *Frame Analysis – An Essay on de Organization of Experience*, Cambridge, Harvard University Press.
- GOLDEY, Patricia (1981), “Emigração e estrutura familiar – estudo de um caso no Minho”, in *Estudos Contemporâneos*, 2/3: 111-127.
- GOLDEY, Patrícia (1983) “Migrações e relações de produção: a terra e o trabalho numa aldeia do Minho”, in *Análise Social*, 77-78-79: 995-1023.
- GOMES, Maria do Carmo *et al* (2000), “Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais”, *IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra: Associação Portuguesa de Sociologia.
- GONÇALVES, Albertino (1987), “O presente ausente. O emigrante na sociedade de origem”, in *Cadernos do Noroeste*, I, 1: 7-30.
- GONÇALVES, Albertino (1989), “O presente ausente. O emigrante na sociedade de origem”, in *Cadernos do Noroeste*, vol II, 2/3:125-153.
- GONÇALVES, Albertino (1996), *Imagens e clivagens*. Porto: Afrontamento.
- GONÇALVES, Carlos (2007) “Dinâmicas do mercado de trabalho na região Norte” in C. Gonçalves (org), *A região Norte de Portugal. Dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*, Porto: Instituto de Sociologia.
- GONÇALVES, Carlos Manuel; PARENTE, Cristina; VELOSO, Luísa (2001), “Licenciados em sociologia: ritmos e formas de transição ao trabalho”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras*. Vol. XI, p. 31-94.
- GONÇALVES, Carlos, PARENTE, Cristina e VELOSO, Luísa (2004) “Licenciados em Sociologia e mercado de trabalho na transição do milénio”, in *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras*, vol XIV, p. 253-297.
- GONZÁLEZ, Juan Jesús e GÓMEZ BENITO, Cristóbal (2002), “Profesión e identidad. El caso de la agricultura familiar”, in C. Gómez Benito e J. Jesús González (coords.), *Agricultura y Sociedad en el cambio del siglo XXI*, Madrid, Buenos Aires: MacGraw Hill/InterAmericana.
- GOODY, Jack (1976), *Production and Reproduction: a Comparative Study of the*

- Domestic Domain*, Cambridge: Cambridge University Press.
- GUILLEMARD, A.-M. (1988), “État et Politique social. Le cas de çà politique française de la vieillesse”, in *Les Cahiers de la Recherche sur le Travail Social*, 15.
- GUTIERREZ, I.C. (1989), *El discurso del bienestar*, Consejería de Integración Social, Dirección General de Planificación de Servicios Sociales, Comunidad de Madrid, Serie Libros.
- GUZMÁN, E. e MIELGO, A. M. (1995), “El discurso ecotecnocrático de la sostenibilidad”, in Marín, A. C. (ed) (1995), *Agricultura y Desarrollo Sostenible*, Serie Estudios nº 97, MAP: Madrid.
- HABERMAS, Jurgen [2007 (1968)], *Técnica e ciência como ideologia*, Lisboa: Edições 70.
- HARRISS, John (eds) (1988), *Theories of Peasant Economy and Agrarian Change*, Hutchinson University.
- HASAK, Roberto Sancho (2002), “Las políticas de desarrollo rural”, in C. Gómez Benito y J. Jesús González (coords), *Agricultura y Sociedad en el Cambio del Siglo*: 265-298, Madrid, Buenos Aires: Mc Graw Hill.
- HAYAMI, Yujiro e RUTTAN, Vernon (1985), *Agricultural Development: a International Perspective*, Baltimore e Londres: The Johns Hopkins University Press.
- HERVIEU, B. (1995), “El espacio rural europeo entre la ruptura y el desarrollo”, in *Hacia un nuevo sistema rural*, Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, estudio 99.
- HIRSCMANN, Albert (1988[1958]), *The Strategy of Economic Development*, Londres Westview e New Haven: Yale University Press.
- HOSELITZ, B. F. (1982 [1953]), “Estrutura social e crescimento económico” in A. Figueiredo e C. Costa, *Do subdesarrollo*, Porto: Afrontamento: pp. 291-305.
- HOSELITZ, B. F. (1960), *The Sociological Aspects of Economic Growth*, Chicago: Free Press, Illinois: The Free Press of Glencoe.
- HOVEN, R. van der; NUNES, M. H. (1996), *Desenvolvimento e Acção Local*, Lisboa: Edições Fim de Século.
- HUISMAN, S. (1983), *Conjuntuur- en structuurtheorie: de dynamische aspecten van het productieproces*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- IBÁÑEZ, Jesús (1989) “El diseño de las tres perspectivas en el análisis de la realidad social” in M. García Fernando, J. Ibáñez y F. Alvira, *El análisis de la realidad social. Métodos y técnicas de investigación*. Madrid: Alianza 2003: 93).
- IBAÑEZ, Myrian Fernández *et al.* (2000) “Experiencia de investigación participativa en torno al empleo y el tercer sector en Getafe (Madrid)”, in T. Villasante, M. Montañés J. Marti (coords), *La investigación social participativa*: 171-184, Madrid: El Viego Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.
- INE, *Censos da População*, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.
- INE, *Anuários Estatísticos*, 2010, 2011, 2012; Estatísticas Demográficas, várias;
- INE, *Recenseamentos Agrícolas*, 1989, 1999, 2009).
- INSTITUTO de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, MADRP (2003), *Relatório Final do Programa LEADER II em Portugal*. Lisboa: IDR/MADRP.
- ISAAC, T.M. Thomas e FRANKE, Richard W. (2004), *Democracia local y desarrollo. Campaña popular de planificación descentralizada de Kerala*, Xativa: Diálogos, L’Ullal Edicions.

- ITURRA, Raul (1985), “Casamento, ritual e lucro numa aldeia portuguesa (1862-1983)”, in *Ler História*, 5: 58-81.
- JAMINSON, A.(1996), “The Shaping of the Global Environment Agenda: The Role of Non-Governmental Organizations”, in Scott Lash, Bronislaw Szersynski & Brian Wynne(eds), *Risk, Environment and Modernity. Towards a New Ecology*, London, Sage Publications, pp 224-245.
- JANSEN-VERBEKE, M.(1990), *The Potentials of Rural Tourism and Agritourism in the EEC*, University of Nijmegen, The Netherlands.
- KAUTSKY, Karl [1974 (1897)], *A questão agrária*, Porto: Afrontamento.
- KAYSER, Bernard (1988), “Permanence et perversion de la ruralité”, in *Études Rurales*, 93-94:295-324.
- KOVÁCS, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*, Oeiras: Celta Editora.
- LACLAU, Ernesto (1971), “Feudalism and Capitalism in Latin America”, in *New Left Review*, 67:19-38.
- LEANDRO, Maria Engrácia (1985), *Identité culturelle et acculturation du groupe des migrants portugais de Montmorency* (mémoire de maîtrise), Paris: Université René Descartes.
- LEANDRO, Maria Engrácia e CARDOSO, Daniela (2005), *Sociologia do Voluntariado. A Seiva Humana. O caso hospitalar flaviense*, Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais.
- LEDROUT, Raymond (1968), *Sociologie Urbaine*, Paris: PUF.
- LEFEBVRE, Henri (1968), *Le droit à la ville*, Paris: Anthropos.
- LEFF, Enrique (2006), *Racionalidade ambiental. A reapropriação social da natureza*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- LENINE, Vladimir (1971), *Imperialismo, estágio supremo do capitalismo*, Lisboa: Nosso Tempo.
- LEWIS, Arthur *et al.*(1951), “Measures for the Economic Development of Underdeveloped Countries,” in *United Nations*, E/1968 ST/ECA,10.
- LIMA, Aida Valadas (1986), “Agricultura a tempo parcial em Portugal – uma primeira aproximação à sua quantificação”, in *Análise Social*, vol XXII, 91:371-379.
- LIMA, L. C. (1986), *Associações para o Desenvolvimento no Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho.
- LONG, Norman, (1977), *Introduction to the Sociology of Rural Development*, Wageningen.
- LOURENÇO, Nelson (1991), *Família Rural e Indústria. Mudança Social na região de Leiria*, Lisboa: Fragmentos.
- LÓPEZ, Alejandro López (2001), “Turismo y desarrollo sostenible”, in *Sistema*, 162-163: 189-202.
- LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. (1997), “Redes en el desarrollo rural: más allá de los modelos exógenos y endógenos”, in *Agricultura y Sociedad*, 82.
- LOWENTHAL, David (1998), *El pasado es un país extraño*. Madrid: Akal.
- LUHMAN, Niklas [1982(1975)], *The Differentiation of Society*, Nova Iorque: Columbia University Press.

- LUXEMBURGO, Rosa (1967), *La acumulación del capital*, México: Grijaldo.
- MACIEL, Manuel Justino (1979), *Monografia sobre Durrães*, Braga, separata do O Distrito de Braga, vol IV da 2.ª série, VIII.
- MACIEL, Tarcísio (2003), *O Povoamento Proto-Histórico do Vale do Neiva*, Esposende: Associação “Rio Neiva” (Associação de Defesa do Ambiente).
- MAGALHÃES, Dulce (2007) “Escola e escolaridade no Norte de Portugal: práticas em mudança” in C. Gonçalves (org.), *A região Norte de Portugal. Dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*, Porto: Instituto de Sociologia.
- MARQUES, Ana Paula (2005), “Educação e cidadania na Euro-região” in X.Bouzada (coord), *Livro II. Políticas Sociais e Cidadania. Segundos Estudos Estratégicos do Eixo-Atlântico, INTERREG III A – Subprograma Norte de Portugal – Galiza*, Fundo de Desenvolvimento Regional.
- MARQUES, Ana Paula, SILVA, Manuel Carlos e VEIGA, Carlos (2006), *Assimetrias de género e classe*, Barcelos: Kerigma.
- MARQUES, Carlos Peixeira e PORTELA, José (1994), “Actividades tradicionais e emprego feminino no Montemuro: notas de reflexão sobre o desenvolvimento local”, in *Gestão e Desarrollo*, 3:175-185.
- MARTI, Joel (2000), “La investigación-acción-participativa. Estructura y fases”, in T. Villasante, M. Montañés (coords), *La investigación social participativa. Construyendo la ciudadanía/1*, Madrid: El Viejo Topo, RED CIMS.
- MARTÍNEZ LÓPEZ, Miguel (2000), “Dos experiencias de investigación-acción-participativa- en la autogestión de asociaciones cooperativas” in T. Villasante, M. Montañés J. Marti (coords.), *La investigación social participativa: 185-230*, Madrid: El Viejo Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.
- MARX, Karl (1974[1859]), *O Capital*, Lisboa: Delfos.
- MARX E ENGELS (1998), *O Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa: Hugin.
- MARX, Karl e ENGELS, Frederic (1965) [1846], *A ideologia alemã e outros escritos*, Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MAUSS, Marcel [1993 (1924)], “Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques” in M.Mauss *Sociologie et Anthropologie: 143-279*, Paris: Quadrige, Presses Universitaires de France.
- MEADOWS *et al.* (1972), *Los límites del crecimiento*, México: F.C.E.
- MELO, Alberto (1995), *O desenvolvimento local num contexto de economia mundializada*, Oliveira do Bairro: Fundação Solidários.
- MENDES, Fernando Ribeiro (2005), *Conspiração grisalha: segurança social, competitividade e gerações*, Oeiras: Celta.
- MIELGO, A. Alonso e SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo (1995), “Sobre el discurso ecotecnocrático de la sostenibilidad”, in A.Cadenas (org), *Agricultura y desarrollo sostenible*, Madrid: MAPA, Serie Estudios.
- MITCHELL, G. Duncan (1985), *Novo Dicionário de Sociologia*, Porto: Rés.
- MOLINA, Manuel González e SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo (1992), “Ecología, campesinado e história : para y«una reinterpretación del desarrollo del capitalismo en la agricultura”, in E. Sevilla-Guzmán e M. G. de Molina (eds.), *Ecología, Campesinado e Historia*, Madrid: Ediciones Endymión.



- MONTAÑÉS SERRANO, Manuel (2005), “Las muestras”, in J.Martí, J.Pascual y O.Rebollo (coords.), *Participación y desarrollo comunitário en médio urbano. Experiencias y reflexiones*:293-307, Madrid: IEPALA.
- MONTAÑEZ SERRANO, Manuel (2007), “Más allá del debate cuantitativo/cualitativo: la necesidad de aplicar metodologías participativas conversacionales”, in *Política y Sociedad*, vol 44, no 1:13-29, Madrid: Universidad Complutense.
- MONTEIRO, Alcides A. (2004), *Associativismo e novos laços sociais*, Coimbra, Quarteto.
- MORENO, Luís M. C. (2007), *Desenvolvimento Territorial – de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*, e-book, consultado em <http://www.pluridoc.com>
- MORMONT, Marc (1987) “Rural nature and urban natures”, in *Sociologia Ruralis*, Vol. XXVII: 3-20.
- MOYANO ESTRADA, Eduardo (1994), “Acción colectiva y cambio social en la agricultura española”, in *Papeles de Economía Española*, 60/61:234-242.
- MYRDAL, Gunnar (1970), *The Challenge of World Poverty*, Londres: Allen Lane.
- MYRDAL, Gunnar (1974[1957]), *Teoria económica e regiões subdesenvolvidas*, Rio de Janeiro: Edição Paz e Terra.
- NETO, Hernâni Veloso (2007), “Território, ambiente e (arqué)tipos de desenvolvimento no norte de Portugal”, in C. Gonçalves (org.) *A região Norte de Portugal. Dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*, Porto: Instituto de Sociologia (Projecto POCL/SOC/57600/2004).
- NEWBY, Howard (1980), “Urbanization and the rural class structure: refelections on a case study”, in Buttell, F., e Newby, H. (Coord.). *The rural advance societies*. London: Allanheid, pp 225-279.
- NICHOLSON, M. (1987), *The New Environmental Age*, Cambridge University Press, Cambridge.
- NORBECK, Johan (1983), *Associações Populares para o Desenvolvimento*. Lisboa : Ministério da Educação – Direcção Geral da Educação de Adultos, Colecção Pensar Educação, 12.
- NURKSE, Ragnar (1963), *Problems of Capital Formation in Underdeveloped Countries*, Oxford.
- OCDE (1988), *New Trends in Rural Policy-making*, OCDE, Paris.
- OLIVEIRA, Ernesto V., GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamin (1974), *Rio de Onor 1973. In Memoriam Jorge Dias*, vol I, Lisboa, I.A.C. e J.I.C.V.
- O’NEILL, Brian Juan (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- OPHEM, JohannesA.C., van (1988), *Huishoudens en Inkomensdaling*, Dissertação, Wageningen: Landbouw Universiteit.
- PAHL, R. E. (1966), “The Rural-Urban Continuum”, in *Sociologia Ruralis*, vol VI, 3-4:299-329.
- PARENTE, Cristina (2008), “Economia Social- contributos para repensar o papel das organizações mutualistas”, in *Sociologia*, vol 1, n.º 17: 367-369

- PARK, Robert (1987), “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”, in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*, 26-67, Rio de Janeiro: Guanabara.
- PARSONS, Talcott (1988[1951]), *El sistema social*, Madrid: Alianza Editorial.
- PEARCE, D.; MARKANDYA, A. and BARBIER, E. (1989), *Blueprint for a green economy*, Londres, Earthscan Publications.
- PEARCE, P.L.(1990), “Farm Tourism in New Zealand: A Social Situation Analysis”, in *Annals of Tourism Research* (15), p. 191-204.
- PEREIRA, Licínio Chainho (1994), *A situação do ensino na Universidade do Minho*, Braga: Universidade do Minho.
- PEREIRA, Miriam Halpern (1981), *A política portuguesa de emigração (de 1850 a 1930)*, Lisboa: Regra do Jogo.
- PÉREZ, Xerardo Pereiro (2003), “Patrimonialização e transformação das identidades culturais” in J. Portela e J. C.Caldas (orgs.), *Portugal Chão*, Oeiras:Celta Editora, pp. 245-247.
- PÉREZ-YRUELA, Manuel e GUERRERO, María del Mar G. (1994), “Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teóricas”, in M. B. Moreira (org.), *O desenvolvimento local é possível?:* 44-86, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- PHILLIPS, A. (1977), “The Concept of Development”, in *Review of African Political Economy*, vol 8.
- PINHEIRO, Luísa (2007) “As principais transformações ao nível das condições e da qualidade de vida na Região Norte”, in C. Gonçalves (org), *A região Norte de Portugal: dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*. Porto: Instituto de Sociologia.
- PINTO, José M. (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos componentes de teoria e de pesquisa empírica*, Porto: Edições Afrontamento.
- PIZAM, A.(1978), “Tourism Impacts: the social costs to the destination community as perceived by residents”, in *Journal of Travel Research*, (16) 4:8-12.
- PLOEG, Jan Douwe van der (1991), *Landbouw als mensenwerk. Arbeid en technologie in de agrarische ontwikkeling*, Muiderberg/Holand: Coutinho.
- PLOEG, Jan Douwe van der (1992), “The Reconstitution of Locality: Technology and Labour in Modern Agriculture”, in T. Marsden, P. Lowe e S. Whatmore (orgs) *Labour and Locality*, pp: 14-43, Londres: David Fulton Publishers.
- PLOEG, Jan Douwe van der, e LONG, Ann (eds) (1994), *Born from within, Practises and Perspectives of Endogenous Development*, Holanda, Assen: van Gorcum.
- PLOEG, J.D. van der, Renting, H., Brunori, G., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T., De Roest, K., Sevilla-Guzmán, E. e Ventura, F. (2002 ), “Rural Development: From Practises and Policies towards Theory”, in *Sociologia Ruralis*, 40: 391-408, ESRS.
- POINARD, Michel (1983), “Emigrantes portugueses: o retorno”, in *Análise Social*, vol. XIX, 75:29-56.
- PORDATA, estatísticas várias; disponível em <http://www.pordata.pt/>
- PORTELA, José (1988), *Rural household strategies of income generation: a study of North-Eastern Portugal, 1900-1987*, Wales: University of Wales.
- PORTELA, José (1985), “Observação participante (reflexes sobre uma experiência)”, in *Cadernos de Ciências Sociais*, n.º 3: 157-176.

- PORTO, Manuel (1999), *O Ordenamento do Território Face aos Desafios da Produtividade*, Almedina, Coimbra.
- PORTUGAL Sílvia (2006), “Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos”, in B. Fontes e P.H. Martins (orgs.), *Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública*, Recife: Editora da UFPE, 51-74.
- PREBISCH, Raúl (1963), *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura.
- PUERTA, F. S. de, (1995), “Sociología de la Agricultura y tecnología agraria: Más allá de la simple consideración del agricultor”, in *Comunicações ao III Congresso Hispano-Português de Estudos Rurais*. Lisboa, 19 e 20 de Maio.
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc van (2003), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- REAL, Eduardo (1996), “De la crisis a la Regeneracion Rural”, in *Actas do III Colóquio Hispano Português de Estudos Rurais*, Vol I: 125-149, Lisboa: SPER.
- REDCLIFT, M. R. (1987), *Sustainable development: exploring the contradictions*, Londres, Methuen.
- REDCLIFT, M. (1995), “Desarrollo sostenible: ampliación del alcance del debate”, in Marín, A. C. (ed), *Agricultura y Desarrollo Sostenible*, Serie Estudios nº 97, Madrid, MAP.
- REDFIELD, R. [1961 (1956)], *Peasant Society and Culture*, Chicago, University of Chicago Press.
- REIS, José (1988), “Território e sistemas produtivos locais”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 25-26: 127-141.
- REIS, José (1992), *Os espaços da indústria – a regulamentação económica e o desenvolvimento local em Portugal*, Porto: Afrontamento.
- REIS, José (1994), “O Desenvolvimento Local è Possível?”, in *Forum*, Edições da Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais (SPER).
- REIS, Manuela e NAVE, J. Gil (1986), “Camponeses emigrados e emigrantes regressados. Práticas de emigração e estratégias de regresso numa aldeia da Beira Interior”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1:67-90.
- REMY, Jean e VOYÉ, Lilianne (1981), *Ville, ordre et violence*, Paris, P.U.F.
- RESENDE, José Manuel e VIEIRA, Maria Manuel (2003), “Educação”, in *Portugal Social*: 69-89, Instituto Nacional de Estatística.
- REY, Philippe [ 1979 (1973)], *As alianças de classes*, Coimbra: Centelha.
- RIBEIRO, Arnaldo (2007), Governância Municipal. Cidadania e Governação nas Câmaras Municipais Portuguesas, Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais (CER).
- RIBEIRO, Fernando Bessa (2004), *Sistema mundial, Manjaca e fábricas de caju. Uma etnografia das dinâmicas do capitalismo em Moçambique*, Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- RIBEIRO, José António Cadima (1984), *Minho: Base Económica e Modelo de Desenvolvimento*. Braga, Universidade do Minho.
- RIBEIRO, José António e CABRAL, Dolores (1993) (orgs), *O plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Cávado*, Braga: Universidade do Minho (policopiado).

- RIBEIRO, José António Cadima e CRUZ, Francisco Carballo (1997), *Cooperação trans-fronteiriça para o desenvolvimento: o caso do Minho-Galiza*, Braga: Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- RIBEIRO, José António Cadima, CABRAL, Dolores e SOUSA, Ricardo (2000), *Indicadores de desempenho económico – NUT do Vale do Cávado: Análise Comparativa com as principais NUT III do Continente, o Continente e a Galiza*, Braga: Universidade do Minho, Escola de Economia e Gestão.
- RIBEIRO, Manuela (1997), “E como é que realmente se chega às pessoas? Considerações introdutórias sobre as notas e o trabalho de campo como processo social” in T. Caria (org.), *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*: 99-114, Porto: Afrontamento.
- RIBEIRO, Manuela et al [2007], *Vidas na Raia, Prostituição feminina em regiões de fronteira*, Porto: Afrontamento.
- RODRIGO, Isabel (1998), “Identities and Family Farming in Portugal: the ‘Old’ and ‘New’ Countryside” in L. Granberg e I.Kováč (orgs.), *Actors on the Changing European Countryside*: 215-224, Budapest: Institut for Political Science of the Hungarian Academy of Sciences.
- RODRIGUES, Eugénia (1995), *Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal*, Coimbra: Oficina do CES, Caderno n.º 60.
- ROSA, Montse e ENCINA, Javier (2003), “Haciendo metodología al andar”, in J. Encina, M.A. Ávila, M. Fernández y M. Rosa (coords.), *Práxis participativas desde el medio rural*: pp. 89-116, Madrid: IEPALA Editorial, CIMAS.
- ROSTOW, Walt W. (1964[1960]), *Etapas do Desenvolvimento Económico*, Rio de Janeiro: Zahar Editores (em espanhol: *Las etapas del crecimiento económico*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1960).
- RUTTAN, Vernon (1977), “Induced innovation and agricultural development”, in *Food Policy*, Volume 2, Issue 3: 196-216.
- SANTO, Moisés Espírito (1984), *A religião popular portuguesa*, Lisboa: A Regra do Jogo.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2004), *Pela Mão de Alice*, Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1988), *Um discurso sobre as ciências*, Porto: Afrontamento.
- SANTOS, B. de S. (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura S. (1994), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), “Participatory Budgeting in Porto Alegre: Toward a Redistributive Democracy”, *Politics & Society*, 26, 4, 461-510.
- SANTOS, Boaventura S. (2005) sobre *Ecologia dos saberes*, entrevista dada por Boaventura de Sousa Santos, a 5 de maio de 2005, disponível em [www.ces.uc.pt/bss/documentos/universidade/mercantilização/educação.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/universidade/mercantilização/educação.pdf) (consultado em 7/05/2007).
- SANTOS, Boaventura de S. (2006), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
- SARACENO, Elena (1996), “Recent Changes in the Competitive Advantage of Rural Areas” in *Actas*, II Congresso Nacional de Economistas Agrícolas, Évora, 17-19 Outubro, APDEA.

- SCHIAVO-CAMPO, Salvatore e SINGER, Hans W. (1970), *Perspectives of Economic Development*, Boston e Nova Iorque: Houghton Mifflin Company.
- SCHUMPETER [1972(1951)], *Imperialismo et classes sociales*, Paris: Minuit.
- SCUR, G. e GARCIA, R. (2008), “Conhecimento e Inovação em sistemas locais de produção de Revestimentos Cerâmicos e os Novos Desafios da Concorrência Internacional”, in *Produção*, vol. 18, 3:583-597. São Paulo.
- SEERS, Dudley (1969), “O significado do desenvolvimento”, in *International Development Review*, vol. I 1:2-6.
- SEERS, Dudley (1979), “What are we trying to measure?”, in D. Lehman (org.), *Development Theory*, Londres: Cass.
- SEERS, Dudley (1977), “The new meaning of Development”, in *International Development Review*, vol XIX, 3: 2-6.
- SEN, Amartía (1999), *Development as Freedom*, Oxford, Oxford University Press.
- SENNET, Richard (2001), *A corrosão do carácter. As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, Lisboa: Terramar.
- SERRÃO, Joel (1977), *Emigração Portuguesa* Lisboa: Horizonte.
- SERUYA, Luís Miguel e PISCO, Manuel (1984), “Perfil do emigrante retornado e sua reintegração em Portugal”, in Manuela Silva (org.) *Retorno, emigração e desenvolvimento regional*: 65-161, Lisboa: IED.
- SERVOLIN, Claude (1972), “L’absorption de l’agriculture dans le mode de production capitaliste», in Y. Tavernier et al.(orgs), *L’Univers politique des paysans*: 41-105, Paris: Colin.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo (1983), “El campesinado: elementos para su reconstrucción teórica en el pensamiento social”, in *Agricultura y Sociedad*, 27 :33-77.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo (2003), “El desarrollo rural de la “otra modernidad”: elementos para recampesinizar la agricultura desde la agroecología”, in J. Encina, M.A. Ávila, M. Fernandez y M. Rosa (coords.), *Práxis participativas desde el medio rural*: pp. 89-116, Madrid: IEPALA Editorial CIMAS.
- SEVILLA-GUZMÁN, Eduardo e WOODGATE, G. (1997), “Sustainable Rural Development: Form Industrial Agriculture to Agroecology”, in M. Redclift e G. Woodgate (orgs.), *The International Handbook of Environmental Sociology*, Cheltenham: Edward Elgar.
- SHANIN, Theodor (1979), “Definiendo al campesinado: conceptualizaciones y desconcepcionalizaciones. Pasado y presente en un debate marxista”, in *Agricultura y Sociedad*: 11:9-52.
- SILVA, Augusto Santos (1994), *Tempos cruzados. Um estudo interpretativo da cultura popular*, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Fátima Galdes (2002), *Associações desportivas, recreativas e culturais: o caso da Covilhã*, Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- SILVA, Manuela et al (1984), *Regresso, emigração e desenvolvimento*, Lisboa: IED.
- SILVA, Manuel Carvalho da (2000), *Acção sindical. Transformação e desenvolvimento*, Porto: Campo de Letras.
- SILVA, Manuel Carlos (1987), “Camponeses nortenhos: ‘conservadorismo’ ou estratégias de sobrevivência, mobilidade e resistência”, in *Análise Social*, 97:407- 445.

- SILVA, Manuel Carlos (1989), “Economia, Campesinato e Estado Novo”, in *Ler História*, 111-155.
- SILVA, Manuel Carlos (1990), “Comunitarismo: identidade e diferenciação: o caso de uma aldeia do Alto Minho” in *Cadernos Noroeste*, vol. 3, 1-2:205-234.
- SILVA, Manuel Carlos (1996), “A sociedade-providência em meio rural: suas virtualidades e limites”, in *Socius*, 2:27-39, Braga: Universidade do Minho.
- SILVA, Manuel Carlos (1998) *Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), “Racismo e conflito interétnico: elementos para uma investigação”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56:61-79.
- SILVA, Manuel Carlos (2000b), “Globalização hegemónica e globalização contra-hegemónica: algumas notas” in J.M.Viegas e E.C.Dias (orgs), *Cidadania, integração social e globalização*, Oeiras: Celta.
- SILVA, Manuel Carlos (2002), “Conflitos interfamiliares e ‘mal de inveja’” in *Análise Social*, vol XXXVII, 162:209-241.
- SILVA, Manuel Carlos (2003), “Trajecto e estratégia de pesquisa em meio rural”, in T. Caria (org) *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*: 167-183, Porto: Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos *et al.* (2006), *Relações inter-étnicas: portuguesas, ciganos-portuguesas e imigrantes dos PALOP. Um estudo de caso no distrito de Braga*, Braga: Universidade do Minho. Relatório de Investigação (policopiado).
- SILVA, Manuel Carlos (2009), “Desigualdade e exclusão social: de breve revisitação a uma síntese proteórica”, in *Configurações*, 5/6: 11-40.
- SILVA, Manuel Carlos (2008), “Desigualdades de género: esboço por um mapa pró-teórico”, in *Configurações*, 4:65-89.
- SILVA, Manuel Carlos, JORGE, Ana R. e QUEIROZ, Aleksandra (2012), “Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas”, in *Configurações*, 9: 135-159.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2003), “Assimetrias e dependências no desenvolvimento: a região do Minho no Noroeste peninsular”, in *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, Vol. 21 (1-2): 189-216.
- SILVA, Manuel Carlos e CARDOSO, António (2005), “O local face ao global: por uma revisitação crítica dos modelos de desenvolvimento”, in M. C. Silva, A. P. Marques, R. Cabecinhas (orgs.), *Desenvolvimento e assimetrias sócio-espaciais. Perspectivas teóricas e estudos de caso*, Braga: Núcleo de Estudos em Sociologia e Inovação à Leitura.
- SILVA, Manuel Carlos e RIBEIRO, Fernando (2000), “Ciências Sociais e desenvolvimento regional e local no Minho”, in *Territórios Alternativos, Ciência e Desenvolvimento*: 121-135, Lisboa/Grândola: ISCTE/ Câmara Municipal de Grândola.
- SILVA, Susana (2007), “As recentes metamorfoses da saúde na Região Norte”, in C. Gonçalves (org.), *A região Norte de Portugal: dinâmicas de mudança social e recentes processos de desenvolvimento*, Porto: Instituto de Sociologia.
- SIMMEL, Georg [1977 (1908)], *Sociologia I. Estudios sobre las formas de socialización*, Madrid: Revista de Occidente.
- SIMÕES, J.M. (1993), “Um olhar sobre o turismo e o desenvolvimento regional”, in

- Inforgeo*, Geografia do Turismo, Associação Portuguesa de Geógrafos.
- SOBRAL, José Manuel (1999), *Trajectos: passado e presente numa aldeia da Beira*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidad de Lisboa.
- STÖHR, Walter B. (1981), “Development from below: The bottom-up and periphery-inward development paradigma”, in Walter B. Störh and D. R. Fraser Taylor (eds), *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Londres: J.Wiley and Sons Ltd, pp 39-70.
- TAMANES, R. (1995{1977}), *Ecología y desarrollo sostenible*, Madrid: Alianza Editorial.
- TIPPS, Dean C. (1973), “Modernization Theory and Comparative Study of Societies: A Critical Perspective” in *Comparative Studies in Society and History*, 15:199-226.
- TITMUS, R. (1968), *Commitment to Welfare*, Londres: Allen and Unwin.
- TONNIES, Ferdinand (1979{1887}), *Comunidad y Asociación*, Barcelona: Ediciones Península.
- TONNIES, Ferdinand (1953{1887}), “Estates and Classes” in Bendix e Lipset(orgs), *Class, Status and Power*:49-63, Nova Iorque, Free Press, Londres: Collier Macmillan.
- TOURAINÉ, A. (1986), in GUILLEMARD, A.-M., *Le déclin du social*, Paris, P.U.F., Col. Sociologies.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1976), “Comunidades migrantes em situação dipolar”, in *Análise Social*, vol XII. 48:983-997.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha (1973), *Immigrés Portugais*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) (1989), *World conservation strategy for the 1990s*, Gland, Suíça.
- URRY, J. (1990), *The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies*, Sage Publications, London.
- VERBOLE, A.(1995), “Pros and Cons of Rural Tourism Development: A discussion on Tourism Impacts and Sustainability, With a Case From Slovenia”, *XVIIth Congresso of the European Society for Rural Sociology*, Prague.
- VIEGAS, José Manuel L. (2003), “Atitudes dos portugueses relativamente à cidadania”, in M. V. Cabral, J. Vala, A. Freire (orgs.), *Desigualdades Sociais e Percepções de Justiça*: 183-219, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- VILLASANTE, Tomás R. Prieto (1998), *Cuatro redes para mejor-vivir*, I e II, Buenos Aires, Editorial Lúmen-Humanitas.
- VILLASANTE, Tomas Rodrigues Prieto (1999), “Cuatro redes para hacer transformaciones sustentables”, in *Política y Sociedad*, 31:37-54, Facultad de Ciencias Políticas e Sociología, Madrid: Universidad Complutense.
- VILLASANTE, Tomás R. Prieto (2000), “Síntomas/paradigmas y estilos éticos/creativos”, in T. R. Villasante, M. Montañés, J. Martí (coords.), *La investigación social participativa. Construyendo ciudadanía*1: 29-57, Madrid: El Viejo Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.
- VILLASANTE, Tomás (2006), *Desbordes creativos. Estilos y estrategias para la transformación social*. Madrid: Catarata.
- VILLASANTE, Tomás R. (2007), “Una articulación metodológica: desde textos del socio-análisis, I(A)P, F. Praxis, Evelyn F. Keller, Boaventura S. Santos, etc.”, in *Política*

- y *Sociedad*, vol 44, n° 1:141-157, Madrid: Universidad Complutense, Facultad de Ciencias Políticas y Sociología.
- WALL, Karin (1998), *Famílias no campo: passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*, Lisboa: Dom Quixote.
- WALL, Karin (1984), “Mulheres que partem e mulheres que ficam: uma primeira análise da função social e económica das mulheres no processo migratório”, in *Ler História*, 3:53-63.
- WALLERSTEIN, Immanuel [1990(1974)], *O sistema mundial moderno*, Porto: Afrontamento.
- WEBER, Max (1978), *Economy and Society*, California: University of California Press.
- WEBER, Max [1987(1921)], “Conceito e categorias de cidade” in O.G. Velho (org), *O fenómeno urbano*: 68-89, Rio de Janeiro: Guanabara.
- WEBER, Max [2010 (1905)], *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Lisboa: Presença Editora.
- WERTHEIM, W. (1971), *Evolutie en Revolutie*, Amesterdão: Van Genneep.
- WINDMEIJER, Jeroen (1994), *Boeren in de Andes. Een studie naar het lokale kennis-systeem van de Boliviaanse Aymara met betrekking tot de landbouw*. Faculdade de Antropologia Cultural e de Sociologia das Sociedades Não-Occidentais Rijksuniversiteit Leiden (Holanda).
- WIRTH, Louis [1987(1938)], “O urbanismo como modo de vida”, in O. G. Velho (org.) *O fenómeno urbano*: 90-113, Rio de Janeiro: Guanabara.
- WOLF, Eric (1957), “Closed Corporate Peasant Communities in MesoAmerica and Central Java”, in *South-western Journal Of Anthropology*. Vol. 13, 1:1-18.
- WOLF, Eric (1966), *Peasants*, Nova Jersey: Prentice Hall, INC.
- WOODGATE, G. e REDCLIFT, M.(1998), “De una Sociología de la Naturaleza a una Sociología Ambiental. Más allá de la construcción social”, in *Revista Internacional de Sociología (RIS)*, Tercera Época, n° 19:15-40.
- YEARLEY, S. (1992), *A causa verde. Uma sociologia das questões ecológicas*. Lisboa: Celta Editora.
- YRUELA, Manuel Pérez e GUERRERO, María del Mar G. (1994), “Desarrollo local y desarrollo rural: consideraciones teóricas”, in M. B. Moreira (org.), *O desenvolvimento local é possível?* 44-86, Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Rurais.
- ZAFRA, Miguel A. G. (2001), “Planificación estratégica ‘método dafo’”, in Manuel Montañés Serrano, Tomás Rodríguez-Villasante Prieto, Pedro Martín Gutiérrez (coord), *Localización: Prácticas locales de creatividad social*, pp. 171-190, Madrid: El Viejo Topo, Red de Colectivos y Movimientos Sociales.

### **Periódicos consultados**

*Expresso*

*Barcelos Popular*

*Público*

*Jornal de Barcelos*



## Anexos

### Anexo 1: Natureza sócio-jurídica da Instituição

Natureza	N	%
Junta de freguesia/câmara municipal municipal	60	35,5
Associação sem fim lucrativo	44	26,0
Organização de solidariedade social – ipss	18	10,7
Centro social e paroquial	13	7,7
Clube desportivo	9	5,3
Agência de desenvolvimento local/regional/cooperativa	9	5,3
Sindicato	8	4,7
Sociedade anónima/quotas	8	4,7
<b>Subtotal</b>	<b>169</b>	<b>100</b>
Sem informação	7	4,0
<b>Total</b>	<b>176</b>	

Fonte: IIAB, 2003-2004.

Associação sem fim lucrativo engloba: associações sem fim lucrativo; associações recreativas sem fim lucrativo; associações culturais e recreativas sem fim lucrativo; associações institucionais humanitárias; associação juvenil e grupo musical não registado.

Centro social e paroquial engloba: centro social e paroquial; cooperativa; freguesia; congregação missionária; grupo coral; associação de fieis de índole religiosa.

Organização solidariedade social – Instituição particular de solidariedade social (ipss) engloba: organização não governamental; organização de solidariedade social; organização não governamental sem fins lucrativos.

### Anexo 2: Área geográfica de actuação

Actuação ao nível de:	N	%
Freguesia	89	51,4
Município	25	14,5
Grupo de freguesias	23	13,3
Distrital/regional	19	11,0
Nacional	9	5,2
Intermunicipal	7	4,0
Internacional	1	0,6
<b>Subtotal</b>	<b>173</b>	<b>100</b>
Sem informação	3	1,7
<b>Total</b>	<b>176</b>	

Fonte: IIAB, 2003-2004.

### Anexo 3: Condições físicas das sedes

Condições	N	%
Ótimas	16	9,7
Boas	46	27,9
Razoáveis	85	51,5
Más	16	9,7
Péssimas	2	1,2
<b>Subtotal</b>	<b>165</b>	<b>100</b>
Sem informação	11	6,3
<b>Total</b>	<b>176</b>	

Fonte: IIAB, 2003-2004.

### Anexo 4 – Funcionários a tempo inteiro

Número de funcionários	N	%
Nenhum	118	67,0
Entre 1 e 2	20	11,4
Entre 3 e 5	10	5,7
Entre 6 e 10	8	4,5
Entre 11 e 20	4	2,3
Mais de 20	16	9,1
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>100</b>

Fonte: IIAB, 2003-2004.

### Anexo 5: Número de voluntários por instituição/associação

Voluntários por instituição	N	%
Nenhum	90	60,0
Um	7	4,7
[3-5]	10	6,7
[6-10]	11	7,3
[11-20]	16	10,7
> 20	16	10,7
Sub-total	150	100
Sem informação	26	14,8
<b>Total</b>	<b>176</b>	<b>100</b>

Fonte: IIAB, 2003-2004.

### Anexo 6: Primeira Necessidade

Necessidade	N	%
Saneamento básico	38	34,5
Equipamentos socioculturais	22	20,0
Capital privado para investir	20	18,2
Abastecimento de água canalizada	9	8,2
Centro de saúde	6	5,5
Acessibilidades	5	4,5
Infra-estruturas diversas	5	4,5
Mão-de-obra (des)qualificada	3	2,7
Transporte público (ferro- e rodoviário)	2	1,8
<b>Subtotal</b>	<b>110</b>	<b>100</b>
Sem informação	66	37,5
<b>Total</b>	<b>176</b>	

Fonte: IIAB, 2003-2004.

### Anexo 7: Terceira Necessidade

Necessidade	N	%
Equipamentos socioculturais	42	42
Infra-estruturas várias	20	20
Mão-de-obra (des)qualificada	8	8
Abastecimento água canalizada	8	8
Saneamento básico	6	6
Escolas	5	5
Capital privado para investir	4	4
Transporte público rodoviário	3	3
Centro de saúde	3	3
Espaços verdes	1	1
<b>Subtotal</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Sem informação	76	43,2
<b>Total</b>	<b>176</b>	

Fonte: IIAB, 2003-2004.

**Anexo 8: Actividades/valências (por ordem decrescente)**

Actividades/valências	Sim	
	N	%
Desenvolvimento local/ambiente	236	27,4
Equipamentos sociais	174	20,2
Informação geral/aconselhamento	146	16,9
Desporto/cultura	118	13,7
Formação profissional/escola	113	13,1
Apoio a minorias étnicas e grupos de risco	49	5,7
Apoio a deficientes e vítimas	18	2,1
Outras actividades	8	0,9

Fonte: IIAB, 2003-2004.

**Anexo 9: Actividades exercidas/valências asseguradas pela organização:**

Actividades/valências	Sim		Sem informação		Total
	N	%	N	%	
Desenvolvimento local	69	39,2	107	60,8	176
Agricultura	34	19,3	142	80,7	176
Desenvolvimento rural local	30	17,0	146	83,0	176
Promoção e defesa do meio ambiente	63	35,8	113	64,2	176
Empréstimos para pequenos projectos	3	1,7	173	98,3	176
Apoio/promoção de artesanato	24	13,6	152	86,4	176
Centro de orientação profissional	14	8,0	162	92,0	176
Oferta de emprego	11	6,3	165	93,8	176
Exposição ou actividades artísticas/culturais	42	23,9	134	76,1	176
Informação geral/aconselhamento	56	31,8	120	68,2	176
Biblioteca/sala de leitura	18	10,2	158	89,8	176
Palestras/seminários/colóquios/tertúlias	43	24,4	133	75,6	176
Formação escolar	22	12,5	154	87,5	176
Formação profissional	26	14,8	150	85,2	176
Ensino de música	22	12,5	154	87,5	176
Ensino de informática	28	15,9	148	84,1	176
Estudo acompanhado/explicações	14	8,0	162	92,0	176
Alfabetização (ler/escrever)	14	8,0	162	92,0	176
Desporto	55	31,3	121	68,8	176
Dança/folclore	17	9,7	159	90,3	176
Creche	13	7,4	163	92,6	176

Atividades/valências	sim		sem informação		Total
	N	%	N	%	
Jardim-de-infância	48	27,3	128	72,7	176
Centro ATL	38	21,6	138	78,4	176
Lar de jovens	9	5,1	167	94,9	176
Lar de idosos (lar terceira idade)	9	5,1	167	94,9	176
Centro de dia	11	6,3	165	93,8	176
Centro de refeições	14	8,0	162	92,0	176
Apoio domiciliário	18	10,2	158	89,8	176
Atendimento a jovens em risco	10	5,7	166	94,3	176
Atendimento a seropositivos	0	0	0	0	0
Apoio aos sem abrigo	3	1,7	173	98,3	176
Casas/centros de acolhimento a vítimas	2	1,1	174	98,9	176
Apoio a alcoólicos	6	3,4	170	96,6	176
Apoio a cidadãos pobres e necessitados	27	15,3	149	84,7	176
Apoio a minorias étnicas	7	4,0	169	96,0	176
Apoio a deficientes motores	8	4,5	168	95,5	176
Apoio a deficientes mentais	7	4,0	169	96,0	176
Apoio a toxicodependentes	4	2,3	172	97,7	176
Apoio a ex-reclusos	5	2,8	171	97,2	176
<b>Outras actividades</b>					
Escola EB1	1	0,6	175	99,4	176
Cuidados de saúde de foro psiquiátrico	1	0,6	175	99,4	176
Teatro	1	0,6	175	99,4	176
Irmãs franciscanas/ convento	1	0,6	175	99,4	176
Gestão defesa da floresta	1	0,6	175	99,4	176
Emergência/apoio a eventos	1	0,6	175	99,4	176
Socorro e prevenção	1	0,6	175	99,4	176
Apoio jurídico	1	0,6	175	99,4	176
Canto litúrgico	1	0,6	175	99,4	176
Educação cristã	1	0,6	175	99,4	176
Formação cultural	1	0,6	175	99,4	176
Apoio aos fiéis	1	0,6	175	99,4	176
Administração local	1	0,6	175	99,4	176
Apoio à população em geral	1	0,6	175	99,4	176
Emergência pré-hospitalar	1	0,6	175	99,4	176
Vivência fraterna	1	0,6	175	99,4	176
Comunicação social	1	0,6	175	99,4	176
Voluntariado europeu	1	0,6	175	99,4	176

Fonte: IIAB, 2003-2004.

Anexo 10: Destinatários das actividades/valências (informação agregada)

Destinatários	N	%
População em geral	105	59,7
Jovens	85	48,3
Crianças	66	37,5
Idosos	48	27,3
Grupos de risco/vulneráveis	45	25,6
Todos os sócios/associados	35	19,9
Desempregados	19	10,8
Deficientes	14	8,0
Outros com recursos	12	6,8
Pequenos camponeses	10	5,7
Operários	10	5,7
Imigrantes/minorias étnicas	8	4,5
Grupos étnicos desfavorecidos	6	3,4
Outros grupos em risco/vulneráveis	6	3,4
Alcoólicos	6	3,4
Outros trabalhadores assalariados	6	3,4
Só pequenas e médias empresas	5	2,8
Veteranos de guerra	4	2,3
Famílias monoparentais	4	2,3
Órfãos	3	1,7
Grupos sócio-profissionais	3	1,7
Toxicodependentes	2	1,1
Só grandes agricultores	2	1,1
Só grandes empresas	1	0,6
Câmaras municipais associados	1	0,6
Seropositivos	0	0,0

Fonte: IIAB, 2003 -2004.

Anexo 11: Meio de conhecimento 1 (Mais importante)

	Meio 1		Meio 2		Meio 3		Meio 4		Meio 5	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Contacto/acção directa c/ a população	49	48,5	19	20,9	19	23,8	21	29,2	20	31,7
Via governamental	11	10,9	18	19,8	15	18,8	16	22,2	12	19
Via junta de freguesia	11	10,9	17	18,7	15	18,8	9	12,5	12	19
Estudos/investigação	10	9,9	15	16,5	13	16,3	8	11,1	9	14,3
Via câmara municipal	10	9,9	11	12,1	11	13,8	8	11,1	5	7,9
Dados estatísticos	5	5	9	9,9	5	6,3	8	11,1	3	4,8
Meios de comunicação social	4	4	2	2,2	2	2,5	1	1,4	2	3,2
Associações	1	1								
Partidos							1	1,4		
<b>Subtotal</b>	<b>101</b>	<b>100</b>	<b>91</b>	<b>100</b>	<b>80</b>	<b>100</b>	<b>72</b>	<b>100</b>	<b>63</b>	<b>100</b>
Sem informação	75	42,6	85	48	96	54,5	104	59,1	113	64
<b>Total</b>	<b>176</b>		<b>176</b>		<b>176</b>		<b>176</b>		<b>176</b>	

Fonte: IIAB, 2003-2004; N = número.

### Anexo12: Durrães: famílias e população residente (1960-2011)

Ano	Famílias		População			
	N	Índice	Homens	Mulheres	Total	Índice (1960=100)
1960	115	100	407	363	770	100
1970	156	135	285	380	653	85
1981	183	159	367	460	827	107
1991	178	155	316	392	708	92
2001	231	200	374	411	785	102
2011	225	196	347	376	723	94

Fonte: INE, Censos populacionais, 1960, 1970, 1981 e 1991, 2001, 2011.

### Anexo 13: Vínculo laboral (Durrães)

	N.º de casos	%
Contrato a prazo	5	13,9
Contrato efectivo	12	33,3
“Recibos verdes”	1	2,8
Sem contrato de trabalho escrito	4	11,1
Outro	5	13,9
<b>Subtotal</b>	<b>27</b>	<b>75,0</b>
Sem informação	9	25,0
<b>Total</b>	<b>36</b>	<b>100,0</b>

Fonte: inquérito local, Durrães, 2002.



#### Anexo 14: Gastos com o passador

Contos*	Nº famílias	%
0	27	39,1
1 – 5	6	8,7
5 – 10	26	37,7
10 – 20	9	13,0
20	1	1,5
<b>Subtotal</b>	<b>69</b>	<b>50,0</b>
Não aplicável	69	(50,0)
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>

Fonte: inquérito local, Durrães, 1990; \* um *conto*= 1000 escudos, cerca de 5 euros.

#### Anexo 15: Categorias de agregados e emigração

Categorias (ha)	Emigrou		Não emigrou		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
(0) 0	4	36,3	7	63,7	11	8,1
(1) 0.05 – 2	2	18,2	9	81,8	11	8,1
(2) 2 – 5	55	62,5	33	37,5	88	64,7
(3) 5 – 10	12	57,1	9	42,9	21	15,5
(4) 10 – 20	1	25,0	3	75,0	4	2,9
(5) 20	0	0,0	1	100,0	1	0,7
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>54,4</b>	<b>62</b>	<b>45,6</b>	<b>136</b>	<b>100,0</b>
Sem informação						2

Fonte: inquérito local, Durrães, 1990.

### Anexo 16: Padrão e duração da emigração

Padrão	Nº famílias	%	Duração (anos)	Nº fam	%
(1) Marido só	45	62,0	1 – 5	22	29,0
(2) Marido + mulher	16	22,0	5 – 10	14	19,0
(3) Marido +mulher +filhos	12	16,0	10 – 20	7	9,0
<b>Subtotal</b>	<b>73</b>	<b>100,0</b>	<b>&gt;20</b>	<b>32</b>	<b>43,0</b>
			<b>Sub-total</b>	<b>75</b>	<b>100,0</b>
(9) Não emigrou	62	(46,0)	Não emigrou	62	(45,0)
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>137</b>	<b>100,0</b>
Sem informação	3		Sem informação	1	

Fonte: inquérito local, Durrães, 1990; fam= famílias.

### Anexo 17: Sector de trabalho principal na emigração

Sector	Nº	%
Construção civil	59	78,0
Fábrica	8	11,0
Serviços	6	8,0
Agricultura	3	4,0
<b>Subtotal</b>	<b>76</b>	<b>100,0</b>
Não emigrou	62	(45,0)
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>

Fonte: inquérito local, Durrães, 1990.

### Anexo 18: Países/destinos da emigração

País	N.º de famílias	%
Argentina/Outro país da América Latina	6	7,0
Brasil	2	3,0
Alemanha	2	3,0
França	56	76,0
USA/Canadá/Austrália	2	3,0
Outro	1	1,0
Angola/Moçambique	5	7,0
<b>Subtotal</b>	<b>74</b>	<b>100,0</b>
Nenhum	60	(43,5)
Sem informação	4	(2,9)

Fonte: inquérito local, Durrães, 1990.

### Anexo 19: Idade e actividade pós-regresso

Categorias de idade	N.º de fam.	%	Actividade	N.º	%
< 20	1	1,7	Agricultura tradicional	13	22,0
20 – 30	9	15,3	Pequeno comércio	5	8,0
30 – 40	22	37,3	Assalariado construção civil + indústria	24	41,0
40 – 50	14	23,7	Empregado/funcionário	3	5,0
50 – 60	10	17	Pequeno empresário de obras/industrial,	5	8,0
> 60	0	0,0	Agricultura + juros	2	3,0
Sem informação	3	5,0	Sem informação	7	12,0
<b>Subtotal</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>	<b>Subtotal</b>	<b>59</b>	<b>100,0</b>
Não aplicável	79	(57,2)	Não aplicável	79	(62,0)
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>100,0</b>	<b>Total</b>	<b>138</b>	

Fonte: inquérito local, Durrães, 1990.

### Anexo 20: Origem da posse da terra

Origem	N.º agregados	%
Herança + poupança interna	24	19,4
Doação	11	8,9
Poupança da emigração	13	10,4
Herança/legado	31	25,0
Poupança interna	11	8,9
Herança + poupança da emigração	33	26,6
Outra	1	0,8
<b>Subtotal</b>	<b>124</b>	<b>100,0</b>
Não aplicável	14	(10,1)
<b>Total</b>	<b>138</b>	

Fonte: inquérito local, Durrães, 1990.

TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO  
Populações no concelho de Barcelos (1960-2011)

Autor: António Cardoso

Capa: Húmus

Director de colecção: Manuel Carlos Silva

© Edições Húmus, Lda., 2012  
Apartado 7081  
4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão  
Telef. 926 375 305  
humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão  
1.ª edição: Dezembro de 2012  
Depósito legal: 321334  
ISBN: 978-989-8139-74-0

Colecção: Debater o Social – 26





/ Neste estudo, com uma parte empírica a nível municipal e local (freguesia/ aldeia), nomeadamente em Barcelos e Durrães (freguesia), problematiza-se o desenvolvimento na era da globalização, tendo por pano de fundo o problema do desenvolvimento local, suas virtualidades e limites. Para além do enquadramento de carácter teórico-metodológico, faz-se uma análise sociodemográfica, económica, cultural e política a nível regional, distrital e sobretudo municipal, baseada em dados de ordem quantitativa e qualitativa, em que uma parte final focaliza a aldeia como estudo de caso, observando-se, numa perspectiva histórico-sociológica, os processos de conservação e mudança da aldeia desde os anos sessenta até aos dias de hoje. Procura-se saber em que medida, de que modo e com que meios as instituições (para)estatais e os diversos tipos de associações/cooperativas, no âmbito das políticas estatais e supra-estatais e de estratégias de corporações transnacionais, têm dado resposta às necessidades e problemas das comunidades locais e qual o espaço e a eficácia das referidas instituições e associações em torno do desenvolvimento local, designadamente rural. Por outro lado, dadas as virtualidades, assim como os constrangimentos e limites endógenos e exógenos, avaliaram-se os défices e as melhorias alcançadas, não apenas a partir das diversas instâncias (para)institucionais, mas também a partir das estratégias familiares e individuais, procurando saber quais os factores e mecanismos explicativos dos resultados constatados. As instituições (para)estatais, assim como as mais diversas organizações e associações da designada sociedade civil, constituem pilares nucleares do desenvolvimento municipal e aldeão, ainda que limitado e assimétrico desde o ponto de vista territorial, económico, social e cultural. Contudo, perante uma economia em crescimento mas vulnerável, perante a competição interna e externa na actual era da globalização e, sobretudo, perante uma sociedade-providência débil, conjugada com uma desresponsabilização crescente de um Estado-Providência débil e em retrocesso nos seus princípios universalistas, os actores sociais colectivos e individuais põem em marcha e ensaiam estratégias de base comunitária ou familiar de sobrevivência, melhoria e, eventualmente e de modo excepcional, de mobilidade social ascendente.

**António Cardoso**, doutorado em Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid, é Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e investigador integrado do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS) na Universidade do Minho. Membro de várias associações profissionais e culturais, tem participado com comunicações em congressos nacionais e internacionais e outras reuniões científicas, e publicado vários artigos científicos em livros, revistas nacionais e estrangeiras, sobre temáticas de desenvolvimento rural/regional, políticas de sustentabilidade e organizações.

